
*Síntese Anual da Agricultura
de Santa Catarina*

2007-2008

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa

Estado de Santa Catarina

Governador do Estado

Luiz Henrique da Silveira

Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Antônio Ceron

Diretor Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Gelson Sorgato

Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - Epagri

Murilo Xavier Flores

Chefe do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa

Airton Spies

Coordenação

Econ. Luiz Marcelino Vieira

Elaboração

Técnico de Pesca Alfredo Nagib Filomeno
Eng. Agr. Fabiano Müller Silva
Oceanóg. Fernando Soares Silveira
Econ. Francisco Assis de Brito
Geógrafo Francisco Manoel de Oliveira Neto
Biólogo Guilherme Sabino Rupp
Eng. Agr. Guido Boeing
Eng. Agr. Horst Kalvelage
Oceanóg. João Guzenski
Econ. Luiz Marcelino Vieira
Eng. Agr. Luiz Toresan
Econ. Márcia Janice Freitas da Cunha Varaschin
Assist. Social Salete Maria Cardoso Pereira
Oceanóg. Sérgio Winckler da Costa
Eng. Agr. Júlio Alberto Rodigheri
Eng. Agr. Osvaldo Vieira dos Santos
Sociólogo Francisco Carlos Heiden
Eng. Agr. René Alberto Osório
Estudos Sociais Evandro Uberdan Anater

Apoio

Editoração

Sidaura Lessa Graciosa
Zélia Alves Silvestrini

Revisão de texto

Laertes Rebelo

Revisão técnica

Júlio Alberto Rodigheri

Capa

Vilton Jorge de Souza

Colaboração

Gilmar Germano Jacobowski - Epagri/Ger. Reg. Joinville
Telmelita Senna - Epagri/Cepa

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. v.1 1976 -
Florianópolis: Epagri/Cepa, 1976-
Anual

Título anterior: Síntese Informativa sobre a Agricultura
Catarinense, 1976-1981.

Publicada em 2 volumes de 1984 a 1991.

Publicação interrompida em 1992.

Editada pela Epagri (2005 -)

1. Agropecuária Brasil SC Periódico. I. Instituto de Planejamento e
Economia Agrícola de Santa Catarina, Florianópolis, SC. II Empresa de
Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A./Centro de
Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa, Florianópolis, SC.

ISSN 1677-5953

Apresentação

Temos o prazer de apresentar a 29ª edição da Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, uma obra que é publicada desde 1976 pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri-Cepa) e pelas instituições que antecederam a existência desse centro (Cepa e Instituto Cepa). Apesar dos avanços nos sistemas de comunicação e da necessidade cada vez mais premente de acesso a informações em tempo real, este documento-síntese se tornou uma referência para consultas sobre o setor e continua sendo demandado por muitos interessados, tanto do setor público como privado.

As informações apresentadas nesta edição têm por objetivo contribuir para analisar, entender e apontar novos caminhos para o setor. Na Parte I, apresenta uma análise do agronegócio catarinense e informações conjunturais sobre a produção e o mercado dos principais produtos da produção vegetal e animal, o calendário agrícola, aqüicultura e pesca, produção florestal e crédito rural. Na Parte II, apresenta informações relativas ao território, clima, população, mão de obra, estrutura de produção e comercialização, além de dados sobre preços agrícolas. Por fim, na Parte III, apresenta diversos anexos, que dão ao leitor informações adicionais sobre a divisão política e administrativa para o entendimento do meio rural de Santa Catarina.

No período em análise nessa edição (safra agrícola 2007/08 e produção animal do ano de 2007), em resumo, o setor teve o seguinte comportamento: a safra foi relativamente normal pelo segundo ano consecutivo, depois de três anos problemáticos. O destaque negativo foi a cultura da soja cuja produtividade foi prejudicada pela estiagem. Na produção animal os destaques continuaram sendo o leite pelo grande aumento da produção e o frango que nas exportações superou os problemas de 2006 e ultrapassou os embarques de 2005. O quadro das exportações da carne suína é difícil, pois mesmo tendo melhorado em relação a 2006, ainda atingiu os níveis anteriores. Quanto aos custos de produção das culturas e criações o fato mais relevante foi o aumento de preços dos insumos de origem química (fertilizantes, defensivos e suplementos alimentares), provocados principalmente pelo aumento do petróleo e da alta demanda mundial.

A agropecuária catarinense continua tendo na diversidade de atividades e sistemas de produção, como mostrado na capa desta edição, um de seus pontos mais fortes que contribuem para a sua sustentabilidade. Mesmo em anos de crise para alguns produtos específicos, a soma de todos os elos das cadeias produtivas do setor continua seu círculo virtuoso de contribuição para a geração de renda e empregos em todas as regiões de Santa Catarina, participando com mais de 60% das exportações do estado. Entretanto, na medida em que aumentam as preocupações com o meio ambiente e se reduz a tolerância da sociedade em relação aos impactos negativos das atividades agrícolas sobre os recursos naturais, é natural que o *modus operandi* de quem produz alimentos tenha que ser ajustado. Isso requer muito conhecimento e profissionalismo, o que só pode ser alcançado com investimentos em pesquisa, extensão e apoio para a capacitação dos agricultores.

Como já é de praxe, além da forma impressa, esta edição está sendo distribuída na íntegra de forma eletrônica no site <http://cepa.epagri.sc.gov.br/publicacoes/>. Agradecemos a todos que colaboraram para tornar possível esta nova edição e esperamos que ela cumpra o seu papel de ser um importante instrumento para subsidiar o desenvolvimento sustentável da agricultura catarinense.

Murilo Xavier Flores
Presidente da Epagri

Sumário

Parte I

Desempenho da economia mundial e brasileira e do comércio internacional, com ênfase nos produtos do agronegócio

Conjuntura econômica nacional e internacional	9
---	---

Desempenho da produção vegetal

Alho	41
Arroz	46
Banana	56
Batata	69
Cebola	73
Feijão	79
Fumo	91
Maçã	98
Mandioca	105
Milho	114
Soja	121
Tomate	127
Trigo	134
Uva	142
Flores e plantas ornamentais	147
Hortigranjeiros na Ceasa/SC	155
Calendário agrícola	158

Desempenho da produção animal

Carne bovina	159
Carne de frango	167
Carne suína	174
Leite	182
Mel	197

Desempenho da pesca e aquicultura	206
--	------------

Desempenho do setor florestal	217
--	------------

Crédito rural	240
----------------------------	------------

Parte II

Divisão política do território e informações climáticas	245
Caracterização socioeconômica	251
Estrutura de produção e comercialização	266
Informações econômicas da agropecuária	269
Preços agrícolas	274

Parte III

Anexo I - Divisão territorial do Estado de Santa Catarina, com indicação das Mesorregiões, Microrregiões Geográficas e Municípios	289
Anexo II - Divisão territorial do estado de Santa Catarina, segundo as Secretaria de Desenvolvimento Rural	293
Anexo III - Associações de municípios do estado de Santa Catarina	297
Anexo IV - Divisão territorial do estado de Santa Catarina, com indicação das regiões hidrográficas e municípios	301
Anexo V - Conceitos	308
Lista de fontes	310
Lista de figuras	311
Lista de tabelas	314
Índice remissivo	321

Convenções e siglas

Convenções

= números entre parênteses em tabela, tão somente, não em texto, significam números negativos.

... o dado é desconhecido, podendo o fenômeno existir ou não existir.

– o fenômeno não existe.

0; 0,0; 0,00: o dado existe, mas seu valor é inferior à metade da unidade adotada na tabela.

Nota: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

Siglas utilizadas

Abef - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango

Abimci - Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada

Abimóvel – Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário

Abipa - Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira

Abipecs – Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína

Abraf - Associação Brasileira de Produtos de Florestas Plantadas

Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil

Anda – Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas

Anfavea – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

Apinco - Associação Brasileira de Produtores de Pinto de Corte

Bracelpa – Associação Brasileira de Celulose e Papel

Ceagesp - Companhia de Entrepósito e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Epagri/Cepa - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A./Centro de Estudos de Safras e Mercados

Epagri/Cedap - Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina S.A./Centro de Desenvolvimento em Aqüicultura e Pesca

Epagri/Cepea – Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina S.A./Centro de Referência em Pesquisa e Extensão Apícola

Epagri/Ciram – Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina S.A./Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia

FAASC – Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

Fecam - Federação Catarinense de Municípios

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Convenções e siglas

Ibraflor – Instituto Brasileiro de Flores e Plantas Ornamentais

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDIC/Secex - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Comércio Exterior

Ocesc – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

Sebrae - Serviço brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Sindicarne – Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados

SIPS - Sindicato das Indústria de Produtos Suínos

UBA - União Brasileira de Avicultura

Usda – United States Department of Agriculture

Desempenho da economia mundial e brasileira e do comércio internacional, com ênfase nos produtos do agronegócio¹

Conjuntura econômica internacional e nacional

Atividade econômica e inflação

A desaceleração na economia mundial, que começou em meados de 2007, deve continuar na segunda metade de 2008 com uma recuperação gradual em 2009. Somente no primeiro trimestre de 2008 o crescimento global caiu para 4,5%, com a atividade econômica diminuindo tanto nas economias avançadas quanto nas emergentes.

Nas economias avançadas, a confiança dos consumidores e empresários continua a recuar, ao mesmo tempo em que a produção industrial diminuiu ainda mais. Também existem sinais de enfraquecimento da atividade empresarial nas economias emergentes (FMI, Julho/2008). Conseqüentemente, a projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI/IMF) para o crescimento da economia mundial diminuiu de 5% em 2007 para 4,1% em 2008 e 3,9% em 2009 (Tabela 1).

Esses números têm como causa principal dois fatos:

- a. os efeitos monetários e financeiros provocados pela crise nos Estados Unidos, iniciada já no ano passado e agravada com o estouro da bolha imobiliária, o que manterá o crescimento em um ritmo lento;
- b. o aumento da inflação em função da elevação do preço dos alimentos e das outras commodities (principalmente petróleo e metais).

Para o IPEA, a crise no sistema hipotecário americano afetou todo o sistema financeiro, comprometendo o crescimento do consumo e dos investimentos em quase todos os países avançados. Ao mesmo tempo, a manutenção de altas taxas de crescimento nos países asiáticos e nos países da Europa Oriental continua a pressionar a demanda por matérias-primas, alimentos e combustíveis, causando o segundo maior choque de preços do pós-guerra (o maior de todos, no caso dos metais).

¹ Para este artigo foram utilizadas as seguintes fontes:
Banco Central do Brasil. Relatório de Inflação, vol. 10, n.2, Jun./2008.
BNDES. Visão de desenvolvimento. n.º33, 20/07/2007 e n.47 de 21/05/2008.
IMF. World Economic Outlook Update, July 2008.
IPEA. Carta de Conjuntura, Junho/2008.
OECD. Rising Food Prices: causes and consequences. 2008.
OECD-FAO. Agricultural outlook: 2008-2017.

Tabela 1/I. *Projeções do panorama econômico mundial - 2006-09*

Discriminação	(% de alteração)			
	2006	2007	2008 ⁽¹⁾	2009 ⁽¹⁾
Produção Mundial	5,1	5,0	4,1	3,9
Economias avançadas	3,0	2,7	1,7	1,4
- Estados Unidos	2,9	2,2	1,3	0,8
Área do euro	2,8	2,6	1,7	1,2
- Alemanha	2,9	2,5	2,0	1,0
- França	2,2	2,2	1,6	1,4
- Itália	1,8	1,5	0,5	0,5
- Espanha	3,9	3,8	1,8	1,2
Japão	2,4	2,1	1,5	1,5
Reino Unido	2,9	3,1	1,8	1,7
Canadá	3,1	2,7	1,0	1,9
Outras economias avançadas	4,5	4,6	3,3	3,3
Econ. asiáticas mais recentemente industrializadas	5,6	5,6	4,2	4,3
Economias emergentes e em desenvolvimento	7,9	8,0	6,9	6,7
- África	5,9	6,5	6,4	6,4
- Sub-Sahara	6,4	7,2	6,6	6,8
Europa central e leste europeu	6,6	5,6	4,6	4,5
Comunidade dos estados independentes	8,2	8,6	7,8	7,2
- Rússia	7,4	8,1	7,7	7,3
- Excluindo a Rússia	10,2	9,7	7,8	7,0
Ásia em desenvolvimento	9,9	10,0	8,4	8,4
- China	11,6	11,9	9,7	9,8
- Índia	9,8	9,3	8,0	8,0
- ASEAN-5 ⁽²⁾	5,7	6,3	5,6	5,9
Oriente médio	5,5	5,9	6,2	6,0
Hemisfério ocidental	5,5	5,6	4,5	3,6
- Brasil	3,8	5,4	4,9	4,0
- México	4,9	3,1	2,4	2,4

⁽¹⁾Projeções.

⁽²⁾Inclui os seguintes países: Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia.

Fonte: FMI, World Economic Outlook Update, July 2008.

Técnicos do Banco Central, contudo, afirmam que a trajetória de taxas de inflação crescentes, em ambiente global de baixas taxas de desemprego, altas taxas de crescimento da oferta monetária e de aumento da especulação com commodities, embora atribuída principalmente às pressões de preços resultantes do crescimento mundial (principalmente o crescimento da demanda nas grandes economias emergentes), esteve condicionada em parte a pressões de oferta, representada pelos estoques reduzidos de grãos, refletindo condições climáticas adversas em importantes regiões produtoras, bem como padrões ineficientes de alocação de áreas agricultáveis resultantes de políticas protecionistas, sobretudo nas economias maduras (Banco Central, Junho/2008).

O Ipea ressalta que, embora a economia americana venha passando por uma fase bastante crítica, ela tem surpreendido positivamente na medida em que até o momento não entrou numa recessão profunda e prolongada como alguns haviam previsto.

Prova disso é que o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos cresceu 0,9% no primeiro trimestre desse ano, em relação ao mesmo período de 2007, após ter registrado 0,6% no quarto trimestre de 2007. O resultado modesto registrado nos EUA reflete o desempenho negativo do mercado imobiliário residencial. Técnicos do Banco Central do Brasil afirmam que o PIB americano só não teve um crescimento menor porque alguns itens contribuíram positivamente, a saber: o setor externo, o consumo das famílias e o crescimento dos estoques.

Previsões do FMI e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que este ano os Estados Unidos terão um crescimento econômico modesto (entre 0,52% e 1,2%) – e não uma recessão. E mais, a tendência é que a inflação de 2008 seja inferior à de 2007, que foi 4,1%. Para este ano a previsão é que ela fique entre 3,02 e 3,2%. No primeiro quadrimestre de 2008 a variação do índice de preços ao consumidor atingiu 3,9%. Tais resultados demonstram que as políticas monetárias e fiscais aplicadas têm sido relativamente bem-sucedidas.

Segundo o IPEA, apesar da melhora na economia americana, alguns de seus problemas conjunturais não foram totalmente resolvidos. Permanecem sinais contraditórios. A produção industrial está crescendo a um ritmo cada vez menor desde meados de 2007, sendo que, em abril, praticamente não cresceu. As vendas no varejo também continuam apresentando forte desaceleração no mesmo período, destacando-se negativamente as vendas de automóveis e seus componentes. O setor não-agrícola perdeu 20 mil postos de trabalho em abril, número bem inferior à média observada nos três meses anteriores.

A desaceleração da atividade econômica, antes restrita aos EUA, começa a se disseminar para outras regiões econômicas, registrando-se ritmo de expansão menos acentuado em certas economias asiáticas e sinais de redução do nível de atividade no Reino Unido e na Espanha (Banco Central, junho/2008).

Nesta conjuntura de redução da demanda doméstica nos mercados maduros, a elevação nos preços das commodities tem pressionado a inflação e se constituído em desafio adicional à adoção de ações de política monetária dos bancos centrais com o objetivo de assegurar estabilidade financeira, crescimento econômico e controle da inflação.

No Japão a economia foi influenciada pelos crescimentos do consumo das famílias e das exportações de bens e serviços, as últimas impulsionadas pelo desempenho das vendas a mercados emergentes, o que favoreceu o crescimento do PIB em 3,3% em relação ao primeiro trimestre de 2007. Por outro lado, a inflação acumulada em doze meses, apesar da valorização do iene, atingiu 0,8% em abril.

Vale lembrar que a manutenção da trajetória de crescimento do PIB japonês está condicionada, no decorrer de 2008, à evolução das cotações das commodities e dos investimentos.

No Reino Unido, mesmo com elevação de 5,3% no consumo privado, os efeitos combinados de aumento nos preços de produtos importados, ajustes no mercado imobiliário e condições de crédito mais restritivas levaram a uma redução no ritmo de crescimento da economia de 1,6% no primeiro trimestre de 2008 (em relação ao mesmo período do ano anterior). Já a variação acumulada em doze meses do índice de preços ao consumidor atingiu, em abril, o recorde de 3%.

Na zona do euro - não obstante a apreciação da taxa de câmbio, elevação dos preços do petróleo e os impactos negativos associados à crise nos mercados de crédito - a economia apresentou um forte crescimento no período: 3%, contra 1,4% no primeiro trimestre de 2007. O principal responsável por este resultado foi o crescimento excepcional da Alemanha (6,3%) no primeiro trimestre de

2008, traduzindo a recuperação nos gastos das famílias e, em especial, o processo de acumulação de estoques. Contudo, até o final de 2008, a economia alemã deverá registrar taxas bem inferiores.

Por outro lado, como resultado de desacelerações da atividade econômica e do mercado de trabalho decorrentes de ajuste no setor de construções, o crescimento da economia espanhola atingiu 1,1% no período. Ressalte-se que essas taxas se constituíram, na Alemanha e na Espanha, na mais robusta e na mais modesta registradas nas duas economias, nesse tipo de comparação, desde a introdução do euro.

Quanto à inflação, na área do euro, os preços ao consumidor aumentaram de 1,9% ao ano no segundo semestre de 2007 para 3,3% em abril de 2008 (variação em 12 meses). Adicionalmente, de acordo com as projeções da OCDE e do FMI, a taxa de crescimento do PIB nesta região deverá cair de 2,7% em 2007 para 1,7 a 1,84% em 2008, enquanto a inflação ficará entre 2,75% a 3,4%.

Em relação às economias emergentes, o destaque é a China, que vem mantendo um crescimento superior a 10%, influenciado, sobretudo, por mudanças estruturais dos padrões de consumo e na manutenção de nível elevado de investimentos, que devem sustentar a economia ao longo de 2008.

A evolução da inflação anual na China, que, refletindo o comportamento dos preços dos alimentos, estava se mantendo acima de 7% desde o início do ano, atingiu 8,5% em abril deste ano 2008.

O aumento dos preços dos alimentos e de outras commodities e a inflação no Brasil

Embora tenham registrado recuo nos últimos meses, os preços internacionais das commodities continuam em patamar elevado (Tabelas 2 e 3), devido a uma combinação de fatores que se reforçam mutuamente. Dentre as principais causas, destacam-se as seguintes: os desdobramentos do novo padrão de desenvolvimento alcançado pelas economias emergentes sobre os respectivos níveis de consumo e investimento (especulação dos mercados futuros), que estão crescendo sistematicamente; as persistentes tensões entre oferta e demanda; os níveis de estoques historicamente reduzidos (os mais baixos desde meados dos anos 70); as condições climáticas desfavoráveis com reflexos nos níveis de produtividade; o crescente uso de restrições para exportar por parte dos exportadores de alimentos, como forma de aumentar o estoque interno de alimentos e diminuir seus preços internos; e, por fim, a intensificação da produção de bioenergia, a partir de grãos selecionados, como decorrência do nível elevado do preço do petróleo.

Do ponto de vista das pressões sobre a demanda, o aumento do consumo de alimentos², observado em especial em países emergentes, é decorrente do persistente ganho de renda registrado nas economias que tinham demanda reprimida neste item. Essa trajetória, considerando-se as perspectivas

² Estimativas do Conselho Econômico da Casa Branca apontam que o consumo de alimentos nos países emergentes cresceu, em média, 45% entre os períodos 2001/2007 e 1991/2000.

Tabela 2/1. Índice de preços de commodities selecionadas
- Jan./2000-Jun./2008

(1967=100)

Mês/Ano	Rebanho bovino	Gorduras e óleos	Alimentos	Indústria matéria prima	Metais
Jan./00	247,84	158,90	178,33	264,21	258,87
Jun./00	248,24	160,42	184,38	257,98	241,67
Dez./00	265,51	163,62	184,74	255,81	214,03
Jan./01	258,61	164,74	190,60	251,91	213,25
Jun./01	315,84	207,77	216,75	246,21	202,59
Dez./01	257,21	175,82	204,61	217,33	172,45
Jan./02	255,44	166,03	202,64	219,18	173,85
Jun./02	288,93	193,62	213,46	247,34	191,77
Dez./02	317,79	234,00	238,10	248,56	184,50
Jan./03	309,96	214,50	239,98	257,29	203,34
Jun./03	318,45	220,48	234,58	259,47	206,36
Dez./03	365,87	297,20	250,24	309,07	276,69
Jan./04	362,33	299,16	268,94	307,65	291,79
Jun./04	375,00	294,11	270,73	306,03	300,89
Dez./04	365,02	262,55	255,97	321,50	357,69
Jan./05	348,56	237,76	247,96	322,51	361,45
Jun./05	339,00	259,68	249,67	329,32	361,42
Dez./05	326,62	223,41	241,73	354,65	440,85
Jan./06	327,74	226,27	242,68	369,46	481,68
Jun./06	354,16	238,00	261,89	402,91	627,15
Dez./06	378,58	273,93	275,99	437,28	693,88
Jan./07	379,66	270,40	279,52	430,97	677,74
Jun./07	454,81	369,51	318,66	478,26	804,51
Dez./07	402,56	363,44	335,94	476,99	811,85
Jan./08	429,20	390,84	359,31	480,70	809,53
Fev./08	476,50	464,12	404,65	518,64	904,14
Mar./08	472,74	444,98	375,92	510,00	909,03
Abr./08	507,58	461,48	400,77	524,30	950,91
Mai/08	508,28	473,06	403,93	495,67	845,91
Jun./08	549,56	535,78	441,97	502,04	829,25

Fonte: CRB (Commodity Research Bureau).

de continuidade do crescimento de economias com grandes populações pobres, passa a ser um indicativo de que as pressões sobre os preços dos alimentos devem continuar nos próximos anos.

Nesse sentido, ressalta-se o descompasso entre o crescimento da população mundial e a produção de alimentos, na medida em que enquanto entre 1990 e 2007 a população global cresceu 25,7%, a elevação na produção de alimentos atingiu 12,7%³.

Já o aumento do uso de grãos para produção de bioenergia, segundo a *F.O.Licht's World Ethanol and Biofuels Report*, de abril de 2008, consumiu 4,5% da oferta global de grãos em 2007 (etanol produzido a partir de grãos nos EUA e na China). Na China, a produção de milho cresceu 21,9% entre 2001 e 2005, enquanto a demanda das usinas locais expandiu 84%, para 23 milhões de toneladas. Nos EUA, onde a demanda de milho para produção de etanol aumentou de 41 milhões de

³ Bradesco, Destaque Diário de 14 de dezembro de 2007 (Banco Central - Apud, Junho/2008).

Tabela 3/I. Preço e índice de commodities selecionadas - 2006-08

Commodity	Unidade	Médias anuais				Média trimestral				Média mensal		
		Jan.- Dez. 2006	Jan.- Dez. 2007	Jan.- Jun. 2008	Apr.- Jun. 2007	Jul.- Set. 2007	Out.- Dez. 2007	Jan.- Mar. 2008	Abr.- Jun. 2008	Abr. 2008	Maio 2008	Jun. 2008
Energia												
Carvão (Australia)	dolar/t ⁽¹⁾	49,09	65,73	126,33	57,91	68,37	83,47	114,00	138,65	123,00	133,20	159,75
Petróleo cru (Média)	dolar/barril ⁽¹⁾	64,29	71,12	108,14	66,13	73,50	87,61	95,31	120,97	108,76	122,63	131,52
Gás natural (Índice)	2000=100 ⁽¹⁾	181,56	186,53	260,80	186,14	174,43	197,69	235,28	286,33	268,72	284,71	305,56
Commodities não energéticas												
Alimentos												
Gorduras e óleos												
Farelo de soja	dolar/t ⁽²⁾	209	307	464	260	309	402	443	485	470	469	515
Óleo de soja	dolar/t ⁽²⁾	599	881	1.423	794	917	1.105	1.384	1.461	1.425	1.436	1.522
Soja em grão	dolar/t ⁽²⁾	269	384	574	338	396	485	563	586	558	575	625
Grãos												
Cevada	dolar/t ⁽²⁾	116,6	172,4	227,9	167,8	173,8	194,6	216,8	239,1	237,8	238,4	241,0
Milho	dolar/t ⁽²⁾	121,9	163,7	239,7	159,4	152,5	171,9	220,4	259,0	246,4	243,5	287,1
Arroz (Thailand, 5%)	dolar/t ⁽²⁾	304,9	326,4	669,7	319,1	327,1	344,0	478,1	861,4	907,0	901,8	775,3
Arroz (Thai, A1. Especial/Super)	dolar/t	219,5	272,3	568,8	257,0	265,7	312,0	442,8	694,9	762,7	727,4	594,7
Trigo (Canada)	dolar/t	216,8	300,4	553,0	244,7	309,0	415,3	621,7	484,4	537,1	484,3	431,8
Trigo (US HRW)	dolar/t ⁽²⁾	192,0	255,2	379,2	205,7	274,9	341,9	411,8	346,5	362,2	328,8	348,6
Trigo (US SRW)	dolar/t	159,0	238,6	330,9	187,0	267,5	326,2	384,1	277,8	323,4	255,1	254,7
Outros alimentos												
Banana (EU)	dolar/t	897	1.037	1.342	1.045	999	1.068	1.421	1.263	1.440	1.247	1.102
Banana (US)	dolar/t ⁽²⁾	677	676	878	705	699	652	836	920	967	923	868
Carne bovina	centavos de dolar/kg ⁽²⁾	254,7	260,3	307,4	259,9	260,3	259,8	282,1	332,7	302,3	338,9	356,9
Carne de frango	centavos de dolar/kg ⁽²⁾	138,8	156,7	163,3	159,3	163,0	156,7	158,8	167,9	164,5	167,3	171,8
Açúcar (mundo)	centavos de dolar/kg ⁽²⁾	32,6	22,2	27,7	20,9	21,9	22,6	28,4	27,0	27,7	26,6	26,7
Fertilizantes												
DAP	dolar/t ⁽²⁾	260	433	1.026	431	433	522	860	1.192	1.201	1.199	1.175
Fosfato natural	dolar/t ⁽²⁾	44,2	70,9	300,9	59,9	80,0	98,3	234,4	367,5	367,5	367,5	367,5
Cloreto de potássio	dolar/t ⁽²⁾	174,5	200,2	439,4	184,8	209,4	230,8	367,7	511,1	477,6	518,3	537,5
TSP	dolar/t ⁽²⁾	202	339	876	331	375	425	715	1.036	1.029	1.037	1.043
Uréia	dolar/t ⁽²⁾	222,9	309,4	466,6	291,3	283,6	365,4	357,6	575,7	471,3	627,5	628,4
Metais e minerais												
Alumínio	dolar/t ⁽²⁾	2.570	2.638	2.841	2.761	2.546	2.444	2.743	2.940	2.959	2.903	2.958
Cobre	dolar/t ⁽²⁾	6.722	7.118	8.119	7.641	7.712	7.188	7.796	8.443	8.685	8.383	8.261
Minério de aço	centavos de dolar/t seca ⁽²⁾	77,4	84,7	140,6	84,7	84,7	84,7	140,6	140,6	140,6	140,6	140,6
Produtos do aço (Índice)	2000=100 ⁽³⁾	181,6	182,0	254,4	179,2	179,8	192,0	229,6	279,2	250,6	264,6	322,4
Índice de commodities para países de baixa e média renda (2000 =100)												
Energia		220,9	244,8	374,5	228,5	251,1	298,6	331,1	417,8	376,6	421,7	455,3
Commodities não energéticas		192,1	224,8	294,7	226,7	228,8	237,3	281,4	308,1	306,3	306,8	311,2
Agricultura		150,4	180,5	248,2	173,0	183,3	200,9	236,6	259,9	254,7	257,3	267,7
Bebidas		145,4	169,9	215,9	167,9	173,3	179,4	210,7	221,2	213,7	216,7	233,1
Alimentos		147,0	184,7	271,8	172,6	189,7	212,9	257,2	286,4	282,5	283,7	293,1
Gorduras e óleos		137,9	208,8	318,8	191,1	216,2	259,1	310,2	327,5	317,8	324,3	340,3
Grãos		149,8	189,0	305,4	174,7	188,3	215,6	274,6	336,2	340,6	331,1	336,8
Outros alimentos		156,4	149,0	179,6	146,5	156,1	149,7	171,9	187,4	183,3	187,4	191,5
Matérias prima		161,4	175,8	207,4	176,4	172,8	182,8	199,6	215,2	208,1	213,9	223,6
Madeira		126,0	136,8	151,6	136,2	138,9	137,2	146,8	156,3	157,2	155,2	156,4
Outras matérias prima		200,0	218,5	268,5	220,3	209,8	232,7	257,4	279,6	263,7	278,0	297,0
Fertilizantes		168,6	240,1	516,7	224,6	240,2	292,0	409,4	624,1	574,7	646,5	651,0
Metais e minerais		280,3	314,0	364,9	337,1	320,8	305,7	358,7	371,1	381,7	369,8	361,9

⁽¹⁾Incluído no índice de energia (2000=100)⁽²⁾Incluído no índice de não-energia (2000=100)⁽³⁾Aço não está incluído no índice de não-energia

Fonte: Banco Mundial.

toneladas na safra de 2005/2006 para cerca de 81 milhões de toneladas na safra de 2007/2008, o aumento da área plantada da commodity cresceu 19% na última safra (Banco Central, junho/2008). Ou seja, matematicamente, pode-se prever um futuro com escassez destes grãos.

Com relação ao petróleo, as cotações estão em alta desde o início de 2008, ultrapassaram a barreira dos US\$100 em fevereiro, alcançando recordes históricos ao longo do trimestre encerrado em maio⁴. Este comportamento resulta tanto da relação entre a oferta e a demanda da commodity quanto dos tradicionais fatores geopolíticos no Oriente Médio, da fraca expansão de sua produção fora do âmbito da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), da desvalorização da moeda norte-americana, da atuação agressiva dos fundos de investimentos e da relutância da Opep em aumentar a produção do cartel (Banco Central, junho/2008).

A soma desses fatores continua estabelecendo o ritmo da inflação tanto nas economias maduras quanto naquelas emergentes e em desenvolvimento, principalmente quando o item alimentos exerce influência mais acentuada (Banco Central, junho/2008).

Para ilustrar como o aumento dos preços agrícolas é considerado de forma desigual pelos índices de preços ao consumidor das economias maduras⁵ e das emergentes, a ONU/FAO afirma que, enquanto os alimentos participam com 10% a 20% das cestas de consumo das economias maduras, essa participação supera, em alguns casos, 80% nos países mais pobres.

Contudo, nos últimos meses as cotações internacionais das commodities agrícolas recuaram. Em média, a queda foi de 16,7% entre o final de fevereiro e 23 de maio, com destaque para as reduções nos preços do açúcar, 31,5%; trigo, 30,7%; e café, 19,7%, e aumentos nos preços do milho, 7,8%, e das carnes, 13,5% (Banco Central, junho/2008).

O declínio da atividade imobiliária norte-americana e os ajustes no mercado, que parecem ter sido influenciados por atividade especulativa, ajudaram a reduzir em 9,5% (em média) as cotações das commodities metálicas no período, com destaque para a queda nos preços do chumbo, 39,9%; níquel, 23,5%; zinco, 21,6%; e cobre, 2,9%.

Considerados os doze meses encerrados em maio, o índice *Commodity Research Bureau* (CRB) aponta para elevações médias de 27% nas cotações das commodities agrícolas e de 11% nas commodities metálicas.

Segundo estudo da OCDE-FAO, embora exista uma expectativa de que os preços agrícolas caiam, ainda assim eles permanecerão acima dos níveis históricos. Em média, no período dos próximos dez anos, os preços reais dos cereais, arroz e óleos devem ser de 10% a 35% maiores do que os da década passada.

⁴ As cotações dos barris de petróleo de determinados tipos tiveram reajuste médio de 30%, entre o final de fevereiro e 23 de maio, quando se situaram em torno de US\$131.

⁵ A inflação acumulada em doze meses, ao final de março de 2008, considerados o IPC e o grupo alimentos, isoladamente, atingiu, respectivamente, 4,0% e 4,5% nos Estados Unidos; 3,6% e 5,6% na Área do Euro; 2,4% e 5,5% no Reino Unido; e 1,2% e 1,6% no Japão.

De todo modo, ainda existe uma grande possibilidade de alta nos preços dos alimentos para este ano. Isto porque, além do fato de que alguns produtos agrícolas estarem sendo utilizados como matérias-primas para a produção de biocombustíveis, também não é possível, no curtíssimo prazo, incrementar a sua oferta no mesmo patamar que a demanda. Esse cenário pode ser verificado, por exemplo, na produção mundial de grãos. De acordo com o United States Department of Agriculture (USDA), em 2008 a produção mundial de grãos irá crescer apenas 4,7% em relação a 2007. Desse modo, para atender à demanda, diversos países estão utilizando seus estoques (IPEA, junho/2008).

O Brasil encontra-se nesse mercado em certa vantagem, do ponto de vista do comércio exterior, já que consegue abastecer o mercado interno em dois dos três produtos analisados, quais sejam: o milho e a soja. Para 2008, o IBGE anunciou safra recorde para os dois produtos, com aumento de produção de 12,4% e 3,3%, respectivamente.

No caso do trigo, o Brasil continua sob forte pressão das políticas restritivas da Argentina, nosso principal fornecedor até dezembro de 2007, muito embora o país tenha liberado 600 mil toneladas do produto com destino ao Brasil, até o final de 2008.

Além disso, o Brasil vem buscando novos fornecedores, como o Paraguai e o Uruguai e países do Hemisfério Norte. O IBGE confirmou aumento de 3,5% da área plantada e de 71% na produção de trigo no Brasil este ano (decorrente de um aumento significativo na produtividade), o que poderá gerar uma queda na importação do produto.

Outro grão cujo preço está aumentando desde novembro de 2007 é o arroz. O Ipea lembra que a alta no preço deste produto coincide com a adoção de um pacote de políticas restritivas de alguns países exportadores do produto a fim de conter a inflação doméstica, como é o caso do Vietnã. Além disso, países como Bangladesh e Filipinas passaram a comprar mais arroz para recompor seus estoques. Mesmo com a previsão da USDA de recorde mundial de safra para 2008, ainda haverá queda nos estoques mundiais, incluindo o Brasil.

Alguns dos fatores por trás do atual aumento de preços são transitórios enquanto outros podem ser mais permanentes. A OCDE (2008) ressalta que fazer esta distinção é um ingrediente importante na projeção do comportamento do mercado nos próximos dez anos, como é feito pela organização. Tal distinção também é importante para estabelecer políticas adequadas para lidar com as implicações dos aumentos de preços, como, por exemplo, aumentar os investimentos em pesquisa, em transferência de tecnologia e serviços de extensão, principalmente nas economias menos desenvolvidas, poderia resultar em aumentos de produtividade e de produção.

A OCDE acredita que, no médio prazo, a questão do preço dos alimentos deve atenuar mais substancialmente, pois existe, a princípio, um número menor de limitantes persistentes à expansão da oferta do que no setor petrolífero, desde que políticas de incentivo apropriadas sejam estabelecidas.

O Brasil, junto com a Argentina, é o país para onde convergem as expectativas mundiais para amenizar a crise mundial de alimentos, devido a suas condições privilegiadas para atender tanto o merca-

do doméstico como a crescente demanda dos mercados internacionais. Para isso acontecer, é fundamental que os produtores possam contar com políticas claramente definidas de médio e longo prazos para o setor primário, as quais contemplem apoio creditício e de extensão em quantidade e tempo adequados.

Prova disso são os resultados dos investimentos públicos em pesquisa agrícola, que nos últimos anos foram os principais responsáveis pela expansão da fronteira agrícola brasileira e que permitiu que o país conseguisse superar as condições climáticas adversas, através da descoberta de sementes específicas.

Do lado dos produtores é crucial que eles busquem cada vez mais eficiência, utilizando-se das crescentes facilidades geradas pelos avanços da pesquisa e da tecnologia de modo que os fatores de risco, até mesmo no aspecto climático, possam ser reduzidos.

Em Santa Catarina especificamente, segundo a Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (Faesc), a contribuição do estado na elevação da produção de grãos passa, necessariamente, pelo aumento da produtividade. Isto porque não existem mais áreas disponíveis para a expansão das lavouras, com exceção de alguns locais na Serra Catarinense e no Planalto Norte, mas que possuem limitações ambientais.

Só para se ter uma idéia, a última safra de milho nos Estados Unidos alcançou uma produtividade de dez mil quilos por hectare, enquanto em Santa Catarina ficou entre cinco e seis mil. Algumas áreas com maior investimento em tecnologia superaram a produtividade americana, mas para isso o aumento de custo de produção é inevitável.

O que já se observa é que a redução do ritmo de crescimento das economias avançadas parece estar colaborando para reduzir os preços das commodities. Considerando-se que este comportamento se mantenha no médio prazo, dois efeitos importantes e contraditórios podem acontecer: de um lado, as pressões inflacionárias em todo o mundo, mas principalmente nas economias avançadas, poderiam retroceder; de outro, no entanto, o crescimento das exportações de diversos países emergentes, incluindo o Brasil, seria negativamente afetado, prejudicando o financiamento do balanço de pagamentos.

No Brasil, o processo de aceleração da inflação (medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), iniciado ao final de 2007, manteve-se nos primeiros cinco meses de 2008, obrigando o Banco Central a elevar sua projeção para 6,0% em 2008. Essa trajetória resulta da continuidade do dinamismo da demanda interna, em cenário de crescente elevação do volume de crédito e de ganhos de renda por parte dos trabalhadores, em ambiente de choque externo, vinculado à evolução dos preços internacionais das commodities agrícolas e metálicas (Banco Central, junho 2008).

Nos primeiros cinco meses deste ano, o IPCA acumulou 2,88%, contra 1,79% no mesmo período em 2007. Em 12 meses, até maio/2008, a inflação chega a 5,58%. As projeções indicam que a inflação será de 4,63% em 2009 e de 4,5% em 2010.

O aumento da inflação no Brasil não se limita ao país, na medida em que a alta nos preços das commodities agrícolas e metálicas vem desencadeando uma elevação da inflação global. Contudo, países como o Brasil, em processo de aceleração econômica, podem potencializar essa alta inflacionária, devido à expansão do consumo interno, resultado da melhora nas condições do mercado de trabalho. Vale lembrar que no Brasil o consumo das famílias está crescendo (6,6% no primeiro trimestre de 2008) e com tendências de manutenção dessa trajetória, pois existe uma continuidade do crescimento da massa real de salários, do nível de emprego, do crédito e das transferências governamentais.

Os preços agrícolas também foram afetados de um lado pelas recorrentes quebras de safra na produção mundial de grãos - além da dizimação de rebanhos na Ásia - e de outro pela elevação nos custos de produção.

A elevação dos custos de produção é resultado, sobretudo, de dois fatores. O primeiro é o impacto da elevação das cotações do petróleo sobre os preços dos fertilizantes, em acentuado crescimento desde 2007; da energia, que está sendo cada vez mais utilizada na atividade agrícola; e dos gastos com o transporte, com reflexos nos preços de alimentos no campo e na seqüência, na estocagem, processamento e distribuição.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), os insumos que mais sofreram aumento nos últimos 12 meses foram os fertilizantes (14%) e os agrotóxicos (7%), ambos impactados pelo preço do petróleo no mercado internacional. Pela mesma razão o custo de transporte dos produtos agrícolas também aumentou.

O segundo fator que tem desencadeado a elevação dos custos está relacionado ao aumento do consumo de grãos para a produção agroenergética, o que acaba reduzindo o volume disponível do grão considerado ou de seus substitutos mais próximos, com reflexos tanto sobre suas cotações quanto sobre os preços das rações animais e, por fim, sobre os preços finais de carnes e laticínios.

Além dos fatores acima mencionados, há que se considerar o reduzido volume dos estoques mundiais de grãos. E, como se não bastasse, não se pode deixar de mencionar a ocorrência de epidemias e condições climáticas adversas. Entre as primeiras, vale destacar os focos de febre aftosa e gripe aviária. Quanto aos fenômenos naturais, destacam-se as severas e repetidas secas na Austrália, as recentes inundações na Argentina, Malásia, Coréia do Sul e Índia, o ciclone no Mianmar, as tempestades de neve na China, as safras ruins nos Estados Unidos, além do impacto da seca sobre a produtividade da indústria leiteira na Nova Zelândia e Austrália. Todos com potencial de gerar novos impactos sobre os preços de alimentos no curto prazo.

A tabela 4, elaborada pelo IPEA, apresenta as variações dos preços ao produtor dos alimentos equivalentes aos produtos que compõem a cesta básica nacional. Pode-se verificar que estes preços cresceram significativamente, tanto no acumulado no ano como na comparação com o ano de 2007.

O feijão preto foi o item que mais aumentou, com 207% de variação no acumulado no ano. Só em um único mês, entre abril e maio deste ano, o feijão aumentou 20%. Sua produção apresenta grande

Tabela 4/I. Preço ao produtor dos principais produtos que compõem a cesta básica nacional calculada pelo Dieese - Maio/2007-08

(Variação %, R\$ maio/08. Deflator: IPCA)

Produto	Unidade	%		
		Maio/2008 - abr./2008	Maio/2008 - maio/2007	Acumulado no ano
Boi vivo (SP)	15kg	2	35	32
Leite tipo C (MG)	1litro	1	23	30
Feijão preto (PR)	60kg	20	233	207
Arroz agulhinha (RS)	50kg	26	55	21
Café conillon grão (ES)	60kg	-6	2	4
Café arábica grão (SP)	60kg	-1	4	-1
Trigo (PR)	60kg	-1	53	43

Fonte: IPEA. Carta de Conjuntura, junho de 2008.

volatilidade em função da ocorrência de adversidades climáticas. Este produto, diferentemente de outros cultivos, é muito susceptível a tais oscilações. O Ministério da Agricultura acredita que, com o início da terceira safra, os preços ao produtor de feijão comecem a cair.

Quanto à carne bovina, os produtores ainda enfrentam problemas relacionados a algumas restrições comerciais impostas pela União Européia. Ainda assim, o Brasil continua sendo o líder no mercado mundial do produto, devido à expansão do comércio com a Ásia, sobretudo com a China. Essa é uma das razões que têm gerado uma retenção da oferta de carne e conseqüente alta nos preços do produto no mercado doméstico. Outro fator importante para a elevação dos preços da carne, e já mencionado anteriormente, é o aumento dos custos de produção. Para os próximos meses, acredita-se que os preços permaneçam no mesmo patamar, ainda que termine o período de confinamento do gado, que no caso brasileiro é relativamente pequeno.

A economia brasileira

O Brasil vem crescendo a taxas elevadas em relação ao início dessa década e as duas décadas anteriores (anos 80 e 90). Entre 2004 e 2007, o PIB brasileiro cresceu, em média, 4,5% ao ano. O mercado interno foi o principal responsável por esse desempenho. No período, o consumo das famílias aumentou em média 4,9% a.a., enquanto o investimento cresceu 9,0% a.a. O setor externo, contudo, contribuiu negativamente para o desempenho da economia, uma vez que a quantidade exportada de bens e serviços teve aumento de 8,9% a.a., enquanto as quantidades importadas cresceram 15,1% a.a. (BNDES, 2008).

De acordo com o IBGE, o PIB cresceu 5,8% no primeiro trimestre de 2008 em relação ao mesmo período do ano anterior. Para 2008 a previsão é de que o PIB cresça entre 4,2% e 5,2%.

O atual ciclo de crescimento da economia brasileira (iniciado no terceiro trimestre de 2003), avaliado pela trajetória da série trimestral do PIB (divulgada nas Contas Nacionais do IBGE), se constitui no mais extenso desde o início da série histórica, em 1991. E, além de se constituir no mais longo (19 trimestres até Junho/2008), o ciclo atual registra expansão acumulada do PIB de 24,3%, maior taxa

no período mencionado. Considerando-se as taxas médias trimestrais, o crescimento do PIB no último ciclo atinge 1,2%, percentual este superado apenas pela taxa média de 1,5% verificada no ciclo iniciado após a implementação do Plano Real (Banco Central, junho/2008).

O governo, através dos técnicos do Banco Central, acredita na manutenção do padrão de sustentação do atual ciclo de expansão da economia brasileira, influenciado, principalmente, pelo crescimento contínuo da renda real e do emprego e pelo desempenho do setor agrícola.

Em relação ao primeiro trimestre de 2008, todos os setores produtivos tiveram expansão, sendo que o melhor desempenho foi na indústria (crescimento de 6,9%). Dentro da atividade industrial os destaques foram a construção civil (8,8%), impulsionada principalmente pela expansão do crédito imobiliário, e a indústria de transformação (7,3%).

Por sua vez, o setor de serviços registrou uma variação de 5,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representa a segunda maior taxa de crescimento desde o terceiro trimestre de 2004. Neste item, os setores que mais se destacaram foram: intermediação financeira e seguros (15,2%), serviços de informação (9,5%) e comércio (7,7%).

A agropecuária foi o setor que teve o menor crescimento: 2,4%. De acordo com o IBGE, esse fraco desempenho se deve a uma mudança na metodologia de cálculo do PIB para este setor, que passou a considerar a produtividade das culturas, e não apenas a estimativa de colheita, como antes. Desse modo, a soja, principal produto agropecuário do primeiro trimestre, por ter tido queda de produtividade, influenciou negativamente o desempenho do setor. Ainda assim estimativas apontam para uma evolução mais intensa do setor no decorrer do ano, em função de perspectivas de aumento na colheita de grãos.

De todo modo, o setor agrícola, de acordo com estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de maio, deverá manter os resultados positivos na atual safra, principalmente em função do desempenho positivo das culturas de milho, arroz, feijão, café e cana-de-açúcar, enquanto o dinamismo da pecuária se deve aos segmentos de carne bovina e de aves (Banco Central, junho/2008) (Tabela 5).

Em 2008 a safra de grãos deverá chegar a 144,3 milhões de toneladas, o que significa um aumento anual de 8,4% em relação a 2007. Este desempenho resulta de um crescimento de 3,7% na área plantada e de 4,5% na produtividade média do setor, traduzindo expectativas favoráveis em relação às culturas de trigo, milho, arroz, feijão e soja.

A produção de soja, que aumentou 10,7% em 2007, deverá totalizar 59,8 milhões de toneladas de grãos em 2008. O crescimento anual de 3,3% para este ano reflete estimativas de elevação de 3,1% na área cultivada e de 0,2% no rendimento médio.

Estima-se que a produção de milho alcance 58,3 milhões de toneladas este ano. A projeção de crescimento anual de 12,4% reflete aumentos de 4,6% na área plantada e de 7,5% na produtividade

Tabela 5. Brasil - Comparativo das safras 2006/08

Produto	Área plantada (1.000ha)			Produção (1.000t)			Posição SC na prod. BR			Part. SC/BR (%)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Alho	10,46	11,33	9,65	87,75	99,83	79,96	3º	4º	3º	14,71	17,30	21,60
Arroz	3.003,50	2.915,18	2.877,73	11.505,33	11.047,94	12.173,01	2º	2º	2º	9,31	9,40	8,28
Banana	526,17	527,80	533,99	7.088,02	7.068,69	7.208,14	3º	3º	3º	8,42	9,28	9,52
Batata	140,75	142,41	144,53	3.137,78	3.375,05	3.638,85	7º	7º	7º	3,35	3,04	2,85
Cebola	57,23	62,90	60,74	1.174,75	1.312,02	1.212,52	1º	1º	1º	33,66	33,27	32,34
Feijão	4.226,04	4.018,55	3.894,48	3.436,53	3.245,24	3.500,16	7º	6º	7º	4,78	6,62	5,07
Fumo	499,49	460,21	460,46	905,35	912,79	894,94	2º	2º	2º	26,95	27,28	29,42
Maçã	37,54	38,59	38,89	861,39	1.113,55	1.136,13	1º	1º	1º	57,66	53,76	51,31
Mandioca	2.434,89	2.425,04	2.377,28	26.713,04	26.920,52	26.643,11	11º	10º	11º	2,29	2,35	2,25
Milho	12.980,69	14.053,63	14.592,17	42.631,98	51.830,67	58.279,50	7º	7º	6º	6,77	7,32	7,19
Soja	22.042,84	20.587,34	21.220,75	52.355,98	57.952,01	59.841,93	10º	10º	10º	1,53	1,92	1,60
Tomate	56,97	56,29	54,81	3.272,93	3.352,34	3.195,18	9º	8º	8º	3,47	4,08	3,90
Trigo	1.769,59	1.851,75	2.258,26	2.481,83	4.088,91	5.161,95	3º	3º	3º	6,11	4,97	4,63
Uva	87,55	82,19	82,51	1.220,19	1.352,91	1.369,11	6º	6º	6º	3,92	4,04	4,20

Fonte: IBGE, LSPA (out./2007 e maio/2008).

média, aumentos esses decorrentes dos preços internacionais favoráveis, que acabaram incentivando os agricultores a plantar até o limite máximo tolerado no calendário agrícola e a investir no setor.

A produção de feijão e de arroz deverá atingir 3,5 milhões e 12,2 milhões de toneladas, respectivamente em 2008, elevando-se 7,9% e 10,2% em relação a 2007.

A safra de cana-de-açúcar, para atender a crescente demanda internacional por açúcar e a demanda interna por álcool, deverá alcançar 585,6 milhões de toneladas, ou seja, 13,5% a mais do que a safra anterior. Tal desempenho, dando continuidade ao aumento de 13,3% observado em 2007, crescimento de 12,8% na área cultivada e de 0,6% na produtividade média.

A safra de café, incorporando o impacto do ciclo bianual positivo do cultivo do produto, deverá aumentar 27% no ano, resultado de incremento de 0,7% na área cultivada e de 26% no rendimento médio.

Com relação à pecuária, segundo a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais, divulgada pelo IBGE em março de 2008, a produção de bovinos chegou a 7 milhões de toneladas em 2007, o que representa um crescimento de 1,8% em relação ao ano anterior. Mantendo-se a mesma base de comparação, as produções de aves e de suínos atingiram 9 milhões e 2,4 milhões de toneladas, ou seja, aumentos de 10,1% e 6%, respectivamente.

Quanto à taxa de câmbio, o Banco Central (Relatório de inflação, junho/2008), informa que as projeções de mercado mantiveram a expectativa de continuidade de um cenário favorável para as contas externas brasileiras. Considerando tanto a taxa média como a de final de período, as medianas para a taxa de câmbio de 2008 alcançaram R\$1,70/US\$ (final de maio), recuando frente às taxas projetadas ao final de março de, respectivamente, R\$1,74/US\$ e R\$1,75/US\$. No mesmo período, a redução da expectativa para a taxa de câmbio média projetada para 2009 foi de R\$1,80/US\$ para R\$1,76/US\$. Considerando a taxa de câmbio de fim de período, a redução foi de R\$1,85/US\$ para R\$1,77/US\$.

Já as projeções do mercado para a meta da taxa Selic (taxa básica de juros da economia, divulgada pelo Copom – Comitê de Política Monetária) acompanharam a expectativa de elevação da inflação. Para o final de 2008, o mercado projetou uma Selic em 13,75% ao ano (a.a.), em contraste com a previsão anterior (no final de março), de 12,00% a.a. E, para o final de 2009, o mercado projeta uma taxa de 12,50% a.a., ante à projeção anterior de 10,75% a.a. (final de março).

Evolução do comércio mundial, nacional e estadual e de produtos do agronegócio⁶

Comércio mundial

As exportações mundiais de mercadorias cresceram 15% em 2006 em relação a 2005, totalizando US\$ 12.083 bilhões (Tabela 6). Nesta mesma tabela, estão colocados os 50 maiores exportadores do mundo, com o valor exportado, sua posição e participação no cenário mundial e a variação no último ano.

Os cinco maiores exportadores e suas respectivas participações no total das exportações planetárias são: Alemanha (9,2%), Estados Unidos (8,6%), China (8%), Japão (5,4%) e França (4,1%). O Brasil ocupa o 24º lugar, com uma participação de 1,1%. Esta é uma posição muito baixa para um país com dimensões continentais, com um parque industrial grande, uma população enorme e que está entre as dez maiores economias do mundo. Exportamos menos do que países como a Bélgica, Cingapura, Espanha e Áustria, entre outros.

Dentre os países que tiveram maior crescimento nas exportações em 2006, estão: Cazaquistão (45%), Chile (41%), Irã (31%), Eslováquia (30%) e China (25%).

Com relação às importações, a tabela 6 também traz as mesmas informações para os 50 maiores importadores do mundo em 2006. Em 2006 o mundo importou US\$ 12.413 bilhões. Os cinco maiores importadores foram Estados Unidos (15,5% do total mundial), Alemanha (7,3%), China (6,4%), Reino Unido (5%) e Japão (4,7%). Como se pode ver, são basicamente os mesmos países que estão entre os cinco maiores exportadores, sendo que as primeiras posições se invertem e o percentual de participação dos Estados Unidos (15,5%) é bem mais elevado do que o segundo colocado, a Alemanha (7,3%). Isto não acontece com as exportações, o que denota que o mercado americano é muito mais aberto que os demais quando se trata de comprar produtos de outros países. O Brasil está na 24ª posição, participando com 0,8% das importações mundiais.

⁶ Os percentuais referentes ao comércio internacional relacionam-se ao valor em dólar americano, a menos que seja explicitada outra unidade de medida.

Tabela 6/I. Principais exportadores e importadores mundiais no comércio mundial de mercadorias - 2006

(US\$ bilhões e percentual)

Posição	Exportadores	Valor	Partic.	Variação anual (%)
1	Alemanha	1112,0	9,2	15
2	Estados Unidos	1038,3	8,6	15
3	China	968,9	8,0	27
4	Japão	649,9	5,4	9
5	França	490,4	4,1	6
6	Países Baixos	462,4	3,8	14
7	Reino Unido	448,3	3,7	17
8	Itália	410,6	3,4	10
9	Canadá	389,5	3,2	8
10	Bélgica	369,2	3,1	10
11	República da Coreia	325,5	2,7	14
12	Hong Kong, China	322,7	2,7	10
	exportação doméstica	22,8	0,2	14
	re-exportação	299,9	2,5	10
13	Federação Russa	304,5	2,5	25
14	Cingapura	271,8	2,2	18
	exportação doméstica	143,1	1,2	15
	re-exportação	128,6	1,1	22
15	México	250,4	2,1	17
16	Taiwan	223,8	1,9	13
17	Arábia Saudita	209,5	1,7	16
18	Espanha	205,5	1,7	7
19	Malásia	160,7	1,3	14
20	Suíça	147,5	1,2	13
21	Suécia	147,4	1,2	13
22	Austria	140,4	1,2	12
23	Emirados Árabes Unidos	139,4	1,2	19
24	Brasil	137,5	1,1	16
25	Tailândia	130,8	1,1	19
26	Austrália	123,3	1,0	16
27	Noruega	121,5	1,0	17
28	Índia	120,3	1,0	21
29	Irlanda	111,1	0,9	1
30	Polónia	110,3	0,9	23
31	Indonésia	103,5	0,9	19
32	República Checa	95,1	0,8	22
33	Dinamarca	92,8	0,8	9
34	Turquia	85,5	0,7	16
35	Finlândia	77,0	0,6	17
36	Hungria	74,5	0,6	18
37	Irã	73,7	0,6	31
38	Venezuela	65,2	0,5	18
39	África do Sul	58,4	0,5	13
40	Chile	58,1	0,5	41
41	Kuwait	55,7	0,5	24
42	Argélia	54,6	0,5	19
43	Nigéria ⁽³⁾	52,0	0,4	23
44	Filipinas	47,0	0,4	14
45	Argentina	46,6	0,4	15
46	Israel	46,4	0,4	9
47	Portugal	43,3	0,4	14
48	Eslováquia	41,7	0,3	30
49	Kazaquistão	40,5	0,3	45
50	Vietnã	39,6	0,3	22
Sub-Total⁽⁴⁾		11.294,1	93,5	-
Total Mundial⁽⁴⁾		12.083,0	100,0	15

(Continua)

(Continuação)

(US\$ bilhões e percentual)

Posição	Importadores	Valor	Partic.	Variação anual (%)
1	Estados Unidos	1919,4	15,5	11
2	Alemanha	908,6	7,3	17
3	China	791,5	6,4	20
4	Reino Unido	619,4	5,0	21
5	Japão	579,6	4,7	13
6	França	534,9	4,3	6
7	Itália	437,4	3,5	14
8	Países Baixos	416,4	3,4	14
9	Canadá	357,7	2,9	11
10	Bélgica	353,7	2,9	11
11	Hong Kong, China	335,8	2,7	12
	importações retidas ⁽¹⁾	35,9	0,3	28
12	Espanha	316,4	2,5	10
13	República da Coreia	309,4	2,5	18
14	México	268,2	2,2	15
15	Cingapura	238,7	1,9	19
	importações retidas ⁽¹⁾	110,0	0,9	16
16	Taiwan	203,0	1,6	11
17	Índia	174,8	1,4	26
18	Federação Russa ⁽²⁾	163,9	1,3	31
19	Suíça	141,4	1,1	12
20	Áustria	140,3	1,1	10
21	Austrália	139,3	1,1	11
22	Turquia	138,3	1,1	18
23	Malásia	131,2	1,1	14
24	Tailândia	128,6	1,0	9
25	Suécia	126,7	1,0	14
26	Polônia	126,0	1,0	24
27	Emirados Árabes Unidos	97,8	0,8	15
28	Brasil	95,9	0,8	24
29	República Checa	93,2	0,8	22
30	Dinamarca	86,3	0,7	14
31	Indonésia	80,3	0,6	6
32	África do Sul ⁽³⁾	77,3	0,6	24
33	Hungria	77,0	0,6	16
34	Irlanda	72,8	0,6	6
35	Finlândia	68,9	0,6	17
36	Portugal	66,6	0,5	9
37	Arábia Saudita	66,3	0,5	12
38	Noruega	64,1	0,5	15
39	Grécia	63,2	0,5	17
40	Filipinas ⁽²⁾	51,5	0,4	9
41	Romênia	51,1	0,4	26
42	Irã	51,1	0,4	34
43	Israel ⁽³⁾	50,0	0,4	6
44	Eslováquia ⁽²⁾	45,9	0,4	30
45	Ucrânia	45,0	0,4	25
46	Vietnã	44,4	0,4	20
47	Chile	38,4	0,3	17
48	Argentina	34,2	0,3	19
49	Venezuela	33,6	0,3	40
50	Paquistão	29,8	0,2	18
Sub-Total⁽⁴⁾		11.485,1	92,5	-
Total Mundial⁽⁴⁾		12.413,0	100,0	14

⁽¹⁾Importações retidas são definidas como importações menos re-exportações. ⁽²⁾Importações estão em valor Fob.

⁽³⁾Estimativa da WTO.

⁽⁴⁾Inclui re-exportações or importações para re-exportar significativas.

Fonte: Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em 2006, as maiores variações nas importações foram nos seguintes países: Venezuela (40%), Irã (34%), Federação Russa (31%) e Eslováquia (30%).

A participação dos produtos agrícolas – e não do agronegócio, mais amplo - no total das exportações e importações mundiais de mercadorias é de apenas 8% (Tabela 7). Estes mesmos produtos participam com 29,3% nas exportações e importações mundiais de produtos primários.

Entre regiões, existem diferenças significativas. Nas Américas do Sul e Central, a agricultura é responsável por 23,8% das exportações e apenas 8,2% das importações, o que demonstra a importância da produção agrícola nesta parte do mundo, pois é a região onde o setor tem a maior participação nas exportações. Por outro lado, no Oriente Médio a agricultura responde por apenas 2,1% das exportações e 10% das importações. A maior participação de produtos agrícolas nas importações está na África, com 13,4% das importações totais.

Os principais países exportadores e importadores de produtos agrícolas, em 2006, estão na tabela 8, bem como a participação nas exportações/importações mundiais nos anos 80, 90, 2000 e 2006 e sua respectiva variação.

A União Européia (25) foi o maior exportador de produtos agrícolas em 2006, com US\$ 405,25 bilhões, mas se considerarmos somente as exportações para fora do bloco, este valor cai para US\$ 95,31 bilhões. Os outros grandes exportadores foram os Estados Unidos (US\$ 92,66 bilhões), Canadá (US\$ 44,23 bilhões) e o Brasil (US\$ 39,53 bilhões). Enquanto os Estados Unidos e o Canadá estão diminuindo suas participações nas exportações mundiais de produtos agrícolas, no período apresentado na Tabela 3 (1980 a 2006), o Brasil, ao contrário, está aumentando. Em 1990 as exportações brasileiras representavam 2,4% do total agrícola, em 2006 passaram a 4,2%, um aumento significativo.

Tabela 7II. Participação dos produtos agrícolas no comércio mundial de mercadorias e de produtos primários, por região - 2006

Discriminação	Exportações	Importações
(%)		
Participação no total de mercadorias		
Mundo	8,0	8,0
América do Norte	9,0	5,9
América do Sul e Central	23,8	8,2
Europa	8,8	8,8
Comunidade de Estados Independentes (CEI)	7,0	11,8
África	8,8	13,4
Oriente Médio	2,1	10,0
Ásia	5,5	7,3
Participação nos produtos primários		
Mundo	29,3	29,3
América do Norte	40,6	25,0
América do Sul e Central	36,0	27,5
Europa	44,9	34,0
Comunidade de Estados Independentes (CEI)	9,8	48,1
África	11,4	45,6
Oriente Médio	2,8	50,5
Ásia	34,9	22,1

Nota: As participações nas importações são originadas da rede da WTO do comércio mundial de mercadorias por produto e região.

Fonte: Organização Mundial do Comércio (OMC).

Tabela 8/1. Principais exportadores e importadores de produtos agrícolas - 1980-2006

(US\$ bilhões e percentual)

Discriminação	Valor	Participação nas exportações/importações mundiais				Variação percentual anual			
		2006	1980	1990	2000	2006	2000-06	2004	2005
Exportadores									
União Européia(25)	405,25	-	-	41,5	42,9	10	14	7	9
exportações fora da UE(25)	95,31	-	-	10,1	10,1	9	11	8	13
Estados Unidos	92,66	17,0	14,3	12,9	9,8	4	4	4	12
Canadá	44,23	5,0	5,4	6,3	4,7	4	19	3	7
Brasil	39,53	3,4	2,4	2,8	4,2	17	27	14	13
China	32,54	1,5	2,4	3,0	3,4	12	9	19	13
Austrália	22,18	3,3	2,9	3,0	2,3	5	35	-4	5
Tailândia	21,58	1,2	1,9	2,2	2,3	10	13	4	21
Argentina	21,33	1,9	1,8	2,2	2,3	10	13	12	11
Indonésia	18,32	1,6	1,0	1,4	1,9	15	27	16	30
Federação Russa ⁽¹⁾	17,06	-	-	1,4	1,8	14	13	20	16
Malásia	15,57	2,0	1,8	1,5	1,6	12	14	2	16
México	14,69	0,8	0,8	1,6	1,6	8	13	13	17
Índia ^{(1) (2)}	14,41	1,0	0,8	1,2	1,5	14	8	26	34
Nova Zelândia	13,24	1,3	1,4	1,4	1,4	10	24	7	2
Chile	11,49	0,4	0,7	1,2	1,2	10	22	11	14
Sub-total dos 15	784,09	-	-	83,5	83,0	-	-	-	-
Importadores									
União Européia(25)	433,66	-	-	42,3	43,3	9	14	6	8
importações fora da UE(25)	123,72	-	-	13,3	12,4	8	13	5	9
Estados Unidos	103,65	8,7	9,0	11,6	10,3	7	14	9	8
Japão	65,62	9,6	11,5	10,4	6,6	1	12	1	0
China	51,65	2,1	1,8	3,3	5,2	18	39	7	14
Canadá ⁽⁴⁾	23,95	1,8	2,0	2,6	2,4	8	8	11	12
Federação Russa ^{(1) (4)}	23,38	-	-	1,6	2,3	17	13	23	22
República da Coreia	18,58	1,5	2,2	2,2	1,9	6	11	5	11
México ⁽⁴⁾	18,46	1,2	1,2	1,8	1,8	9	11	7	12
Hong Kong, China	11,90	1,2	1,9	2,0	1,2	0	3	-1	7
importações retidas	7,79	1,0	1,0	1,1	0,8	3	9	3	7
Taiwan	9,67	1,1	1,4	1,3	1,0	3	13	5	2
Suíça	8,85	1,2	1,3	1,0	0,9	8	9	4	7
Emirados Árabes Unidos ^{(1) (3)}	8,81	0,3	0,4	0,6	0,9	...	31	17	...
Arábia Saudita ⁽¹⁾	8,56	1,5	0,8	0,9	0,9	7	12	31	-6
Malásia	8,50	0,5	0,5	0,8	0,8	11	37	3	17
Índia ^{(1) (2)}	7,84	0,5	0,4	0,7	0,8	12	7	7	7
Sub-total dos 15	798,99	-	-	82,1	79,8	-	-	-	-

Fonte: Organização Mundial do Comércio (OMC).

⁽¹⁾Inclui estimativas da OMC.⁽²⁾Os dados referem-se ao ano fiscal.⁽³⁾2005 ao invés de 2006.⁽⁴⁾Importações estão em valor Fob.

Comércio internacional no Brasil

Nos últimos dez anos, a economia brasileira saiu de um quadro de inflação alta, crises periódicas no balanço de pagamentos e crescimento volátil, para um cenário de inflação próxima a de países desenvolvidos, robustez nos indicadores de solvência externa e crescimento estável.

Uma das principais causas dessa mudança no quadro macroeconômico foi o desempenho favorável das vendas externas do país, que, no período de 1996 a 2006, tiveram um crescimento de 11,2% ao ano (23% ao ano entre 2002 e 2006). Conseqüentemente, as empresas passaram, num período de

dez anos, a exportar um quarto de suas produções em 2006 (dez anos antes exportavam 13%). Nesse processo, o País foi beneficiado pelo crescimento do comércio mundial e por elevação dos preços de commodities, mas também foi importante a capacidade de resposta da indústria brasileira a esse quadro (BNDES, 2007).

Desse modo a participação do país nas exportações mundiais passou de 0,88% em 1996 para 1,16% em 2006, a maior participação em quatro décadas. E, como o agronegócio é o setor mais importante da pauta exportadora brasileira, os números da tabela 9, comentados no parágrafo anterior, corroboram as colocações do BNDES.

No caso das exportações como um todo (não só de produtos agrícolas), este crescimento não se deve à desvalorização cambial, mas sim ao aumento no volume exportado, seja via diversificação de mercados (novos mercados) ou incremento de venda nos mercados já existentes. Em 1990 quase

Tabela 9/I. Exportações - Santa Catarina e Brasil - 2003-08

(US\$ Fob 1.000)

Produtos exportados	Santa Catarina						
	2003	2004	2005	2006	2007	2007 ⁽¹⁾	2008 ⁽¹⁾
Produção animal e derivados	916.311	1.321.877	1.748.683	1.410.512	2.047.890	869.986	1.280.690
Carne suína	196.705	339.306	504.677	311.317	330.985	142.458	207.106
Carnes de frangos	609.433	844.610	1.062.992	966.430	1.426.018	653.666	862.612
Outras carnes de aves	63.701	67.525	74.970	60.507	67.279	26.837	39.244
Carne bovina	2.490	6.538	16.562	7.225	6.176	2.890	4.912
Outras carnes	7.084	22.808	45.925	24.407	166.046	21.461	138.746
Pescados e crustáceos	22.180	28.071	32.242	27.598	38.305	15.844	20.726
Mel natural	9.511	8.518	2.926	3.110	2.222	1.402	628
Outros produtos origem animal	5.206	4.502	8.389	9.917	10.859	5.427	6.717
Produção vegetal e derivados	350.757	326.031	383.364	658.600	1.063.590	509.417	661.290
Soja - óleo	120.799	49.803	34.837	39.393	59.226	23.302	53.971
Soja - em grão, para semeadura e outros	9.877	25.098	32.498	47.110	306.139	174.121	145.652
Soja - farelos e farinhas	49.990	13.701	6.201	10.394	58	24	58
Milho	12.115	6.203	1.302	6.383	43.211	13.040	28.409
Arroz	274	314	282	356	1.282	177	3.459
Banana	11.992	10.478	12.111	9.051	11.669	5.313	5.828
Maçã	20.392	40.144	29.207	20.526	38.591	36.652	35.384
Outras frutas frescas ou secas	1.071	1.876	2.040	1.465	2.144	746	1.552
Frutas em conserva e doces	2.094	2.520	2.045	1.980	1.672	850	555
Sucos de frutas	10.789	15.007	19.656	17.788	23.652	14.485	19.578
Açúcar, cacau e produtos de confeitaria	7.382	7.055	5.921	7.384	6.235	3.518	1.803
Produtos hortícolas	625	1.551	1.137	365	1.502	1.395	79
Fécula de mandioca	1.836	1.636	698	623	315	98	515
Erva mate	1.304	1.048	1.100	3.487	8.625	3.934	6.149
Plantas ornamentais	211	315	174	288	449	301	435
Gomas e resinas	1.050	1.121	1.079	1.353	2.261	1.392	698
Fumo	88.232	133.424	213.366	465.898	534.483	219.794	343.269
Bebidas fermentadas e destiladas	650	710	731	1.116	1.348	542	714
Outros prod vegetais e da agroindústria	10.076	14.028	18.978	23.641	20.728	9.733	13.183
Indústria da madeira papel e papelão	859.036	1.142.562	1.157.663	1.192.464	1.163.937	570.666	537.848
Madeira e obras de madeiras	401.069	569.538	566.358	646.717	620.319	302.158	280.208
Móveis de madeira	319.968	408.867	414.919	344.967	341.389	167.437	149.961
Papel e papelão	137.999	164.157	176.386	200.779	202.230	101.070	107.680
Total geral do agronegócio	2.126.104	2.790.470	3.289.710	3.261.576	4.275.417	1.950.069	2.479.829
Total geral	3.695.786	4.853.506	5.584.125	5.965.687	7.381.839	3.374.689	4.080.470

(Continua)

(Continuação)

(US\$ Fob 1.000)

Produtos exportados	Brasil						
	2003	2004	2005	2006	2007	2007 ⁽¹⁾	2008 ⁽¹⁾
Produção animal e derivados	4.767.155	6.936.440	8.903.768	9.369.580	12.344.124	5.567.893	7.618.539
Carne suína	552.596	777.664	1.168.494	1.038.507	1.232.555	549.801	708.663
Carnes de frangos	1.798.953	2.594.883	3.508.548	3.203.414	4.619.617	2.133.539	3.042.625
Outras carnes de aves	154.579	218.340	261.044	268.563	399.470	174.875	272.518
Carne bovina	1.642.615	2.614.630	3.146.309	4.017.292	4.556.445	2.287.644	2.528.530
Outras carnes	51.065	90.138	140.680	139.024	529.579	96.701	452.964
Pescados e crustáceos	418.719	425.864	403.899	366.798	310.359	121.395	116.749
Mel natural	45.545	42.374	18.940	23.359	21.194	10.755	18.295
Outros produtos origem animal	103.084	172.546	255.854	312.622	674.905	193.184	478.194
Produção vegetal e derivados	16.494.746	20.745.903	22.562.993	26.891.165	31.688.340	14.277.767	18.873.819
Soja - óleo	1.232.550	1.382.094	1.266.638	1.228.638	1.719.710	665.762	1.206.885
Soja - em grão, para sementeira e outros	4.290.443	5.394.907	5.345.047	5.663.424	6.709.381	3.394.862	5.762.614
Soja - farelos e farinhas	2.602.521	3.270.961	2.865.657	2.419.813	2.958.778	1.332.061	2.063.483
Milho	379.517	601.362	126.996	493.055	1.936.135	525.697	674.297
Arroz	4.838	7.611	56.705	59.782	53.360	18.896	74.008
Banana	30.013	26.983	33.027	38.460	44.301	23.729	19.232
Maçã	37.848	72.563	45.772	31.958	68.645	64.801	73.717
Outras frutas frescas ou secas	436.453	492.538	598.037	624.002	802.418	251.831	298.479
Frutas em conserva e doces	24.980	32.848	41.686	53.061	69.188	27.883	36.578
Sucos de frutas	1.249.506	1.141.359	1.184.887	1.569.530	2.374.045	1.257.318	1.046.006
Açúcar, cacau e produtos de confeitaria	2.612.444	3.141.683	4.489.166	6.709.620	5.649.237	2.607.361	2.368.550
Produtos hortícolas	13.715	14.153	15.587	17.407	52.045	24.293	8.626
Fécula de mandioca	4.744	4.359	4.773	4.799	6.945	3.362	2.941
Erva mate	15.947	18.104	25.674	32.276	36.166	15.858	21.300
Plantas ornamentais	19.534	23.608	25.823	29.645	35.278	17.281	16.361
Gomas e resinas	38.632	38.694	46.015	46.322	51.584	23.236	34.824
Fumo	1.090.259	1.425.763	1.706.520	1.751.726	2.262.374	895.688	1.084.836
Bebidas fermentadas e destiladas	204.815	548.911	833.809	1.679.405	1.557.873	735.723	937.038
Outros prod vegetais e da agroindústria	2.205.989	3.107.402	3.851.174	4.438.241	5.300.878	2.392.126	3.144.043
Indústria da madeira papel e papelão	5.445.953	6.681.337	7.185.667	7.864.545	8.799.342	4.231.593	4.660.107
Madeira e obras de madeiras	2.081.317	3.043.934	3.031.543	3.159.304	3.338.961	1.608.815	1.538.488
Móveis de madeira	533.478	728.272	749.311	700.205	734.002	349.793	339.547
Papel e papelão	2.831.158	2.909.131	3.404.813	4.005.036	4.726.379	2.272.985	2.782.072
Total geral do agronegócio	26.707.855	34.363.680	38.652.429	44.125.290	52.831.806	24.077.253	31.152.464
Total geral	73.084.140	96.475.220	118.308.269	137.469.700	160.649.073	73.213.866	90.644.680

⁽¹⁾Até junho.

Fonte: MDIC/Secex.

dois terços das exportações brasileiras (64,2%) tinham como destino os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Em 2006, a participação destes países caiu para 42%.

O início da década de 90, em função da abertura comercial do Brasil, aliada à consolidação do Mercosul, marcou o início do processo de diversificação de mercados para os produtos brasileiros. Entre os principais novos mercados brasileiros estão os países latino-americanos – cuja participação no total exportado passou de 10,4% em 1990 para 22,8% em 2006 – e a China, cujas importações passaram de 1,2% em 1990 para 6,1% em 2006. Além disso, outros países da África e do Oriente Médio também passaram a ser compradores mais significativos de nossos produtos.

Os principais importadores de produtos agrícolas, em ordem de importância, são: a União Europeia (US\$ 433,66 bilhões), os Estados Unidos (US\$ 103,65 bilhões), o Japão (US\$ 65,62 bilhões), a China (US\$ 51,65 bilhões) e o Canadá (US\$ 23,95 bilhões). No caso da União Europeia, as impor-

tações acontecem na maior parte dentro do bloco. Os produtos agrícolas adquiridos de países de fora do bloco totalizaram US\$ 123,72 bilhões. A China destaca-se como o país que, proporcionalmente, no período analisado (1980-2006), mais aumentou as importações de produtos agrícolas. Em 1980 o setor representava 2,1% das importações do país e em 2006 passou para 5,2% (Tabela 8).

Exportações e importações brasileiras

O comportamento das exportações brasileiras em 2008 tem refletido, sobretudo, a elevação dos preços internacionais, principalmente das commodities. De acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex, *apud* Banco Central, junho/2008), os índices de preços das mercadorias vendidas pelo país cresceram 23,3% de janeiro a maio, em relação a igual período do ano anterior. Neste mesmo período, a quantidade exportada teve queda de 3%, ressaltando-se que essa evolução esteve influenciada pelo movimento dos preços das commodities, devendo ser recomposta, pelo menos parcialmente, nos próximos meses.

As exportações brasileiras atingiram US\$ 90,6 bilhões nos primeiros seis meses de 2008, um crescimento de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior (Tabela 9). Esse crescimento foi resultado principalmente da elevação dos produtos básicos, seguidos pelos semimanufaturados e manufaturados. A greve dos fiscais da Receita Federal pode ter prejudicado mais as exportações do que as importações, em março e abril, notando-se uma forte recuperação em maio e junho.

No mesmo período os produtos do agronegócio tiveram um crescimento de 29%, superior ao das exportações como um todo. Dentre esses produtos vale destacar o crescimento dos seguintes: carne suína (29%), carne de frango (43%), outras carnes de aves (56%), outras carnes (368%), mel natural (70%), outros produtos de origem animal (148%), complexo soja (68%), milho (28%), arroz (192%) e fumo (21%).

Os principais mercados de destino das exportações brasileiras, nos primeiros cinco meses do ano, segundo relatório do Banco Central (junho/2008) foram: a União Européia, com participação de 24,9% no total das vendas externas brasileiras; a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), com 22,4%; enquanto o principal país comprador individual foi os EUA, com 14,2% de participação. As vendas para a China cresceram 51,9% no período, enquanto as exportações para o continente asiático aumentaram 40,2%. No mesmo período, as vendas para a Aladi cresceram 22,8%, atingindo 39,2% para o Mercosul, enquanto as absorvidas pela União Européia (UE) e pelos EUA se ampliaram em 21,4% e 5,3%, respectivamente.

Em 2007 o Brasil exportou US\$ 160,6 bilhões, contra US\$ 137,4 bilhões em 2006, ou seja, um aumento de 16,9%. O agronegócio foi responsável por um terço destas exportações com US\$ 52,8 bilhões. O ritmo de crescimento das exportações de produtos do agronegócio, em 2007 foi superior às exportações como um todo, alcançando 19,7% a mais do que em 2006 (Tabela 9).

Alguns produtos tiveram aumento significativo nas exportações. Entre eles destacam-se as carnes de frango - cujo valor exportado cresceu 44% em 2007, em relação ao ano anterior -, o óleo de soja (aumento de 40%), o milho (293%), a maçã (115%), os sucos de frutas (51%), os produtos hortícolas (199%) e a fécula de mandioca (45%). Não houve redução significativa nas exportações de produtos do agronegócio.

As importações, por sua vez, seguem em trajetória crescente, movimento consistente com o dinamismo da atividade econômica. Nos primeiros seis meses de 2008 cresceram 51% no acumulado do ano até junho, chegando a US\$ 79,3 bilhões (Tabela 10), em razão, principalmente, dos aumentos de combustíveis e bens de consumo duráveis. Os itens que tiveram maior crescimento foram os bens de capital, seguidos pelas matérias-primas e pelos bens de consumo não-duráveis.

Tabela 10/I. Importações - Santa Catarina e Brasil - 2003-08

(US\$ FOB 1.000)

Produtos importados	Santa Catarina						
	2003	2004	2005	2006	2007	2007 ⁽¹⁾	2008 ⁽¹⁾
Produção animal e derivados	32.899	28.983	30.009	52.773	69.161	34.230	42.958
Animais vivos	1.008	79	24	176	231	39	43
Carnes de animais	933	2.677	2.691	4.359	4.104	1.340	3.228
Pescados e crustáceos	19.385	17.350	17.054	32.336	44.109	23.570	27.162
Laticínios e ovos	1.134	1.427	1.882	2.771	2.455	927	1.757
Preparações e conservas de carnes e pescados	893	659	982	1.697	4.187	2.247	1.907
Outros produtos origem animal não comestíveis	9.545	6.791	7.376	11.434	14.076	6.107	8.861
Produção vegetal e derivados	235.415	216.933	290.551	423.420	482.112	196.613	345.450
Soja e derivados	84.966	56.855	57.533	33.359	35.678	11.915	25.601
Milho	38.698	13.861	17.981	35.611	42.398	6.186	24.766
Trigo	52.646	18.227	23.813	75.382	86.414	46.484	69.427
Arroz	6.412	5.385	322	1.025	934	157	453
Malte	12.327	44.449	54.822	66.116	40.899	21.468	32.861
Outros cereais, grãos e prod. de moagem	3.521	18.135	20.082	28.352	33.454	14.077	38.603
Oleos e gorduras vegetais	7.379	7.742	21.636	28.779	59.309	21.396	33.051
Fumo	1.362	1.232	1.214	1.536	1.069	592	1.645
Uva	329	484	3.292	5.850	7.735	2.545	5.380
Maçã	334	608	2.763	4.633	7.148	2.257	2.856
Pêra	665	1.311	4.211	10.144	12.965	7.112	11.336
Ameixa	569	645	4.716	7.873	9.542	3.435	3.787
Outras frutas frescas ou secas	440	1.361	5.046	8.253	9.552	2.833	3.461
Gomas e resinas	1.480	2.091	5.426	6.952	4.336	1.827	8.602
Cebola	2.391	3.908	2.435	3.078	1.534	1.477	6.139
Alho	866	1.231	3.121	2.687	6.125	4.339	4.891
Outros produtos hortícolas	1.768	6.723	8.353	9.060	9.992	2.523	9.286
Batatas preparadas ou conservadas	2.100	3.939	5.986	8.034	8.665	3.939	7.526
Leveduras	2.147	2.417	2.383	2.221	2.273	1.123	1.146
Açúcar, cacau e produtos de confeitaria	988	1.335	1.465	1.405	1.882	872	1.115
Outros prod. vegetais e da agroindústria	14.026	24.994	43.950	83.070	100.209	40.054	53.519
Indústria da madeira papel e papelão	13.328	28.178	44.877	49.210	65.759	28.233	48.731
Madeira e obras de madeiras	5.102	7.288	9.182	10.504	16.274	8.420	8.870
Papel e papelão	8.226	20.890	35.695	38.706	49.484	19.812	39.861
Total geral do agronegócio	281.642	274.093	365.436	525.403	617.032	259.076	437.140
Total Santa Catarina	993.635	1.508.986	2.186.455	3.472.345	5.001.944	2.173.417	3.720.954

(Continua)

(Continuação)

(US\$ FOB 1.000)

Produtos importados	Brasil						
	2003	2004	2005	2006	2007	2007 ⁽¹⁾	2008 ⁽¹⁾
Produção animal e derivados	448.854	497.151	605.347	778.467	968.461	459.260	606.667
Animais vivos	8.924	5.085	6.492	3.695	10.717	3.084	14.992
Carnes de animais	72.413	83.922	98.099	84.937	118.775	46.021	66.978
Pescados e crustáceos	189.391	241.089	287.572	427.423	542.881	274.303	332.259
Laticínios e ovos	119.713	95.991	137.588	170.875	172.499	77.862	109.812
Preparações e conservas de carnes e pescados	14.189	11.987	11.175	18.564	19.737	10.671	12.238
Outros produtos origem animal não comestíveis	44.224	59.077	64.421	72.973	103.851	47.319	70.388
Produção vegetal e derivados	3.053.104	2.680.214	2.756.035	3.493.685	4.807.896	2.135.619	3.235.319
Soja e derivados	286.506	110.005	100.842	35.213	50.695	16.171	44.888
Milho	71.720	35.273	59.267	81.286	133.369	20.436	65.153
Trigo	1.019.313	742.065	659.803	1.023.723	1.574.025	790.791	1.190.776
Arroz	299.752	235.738	129.459	174.621	236.667	87.601	103.546
Malte	157.146	190.557	194.215	218.312	280.276	123.818	219.350
Outros cereais, grãos e prod. de moagem	112.054	121.624	114.566	123.612	166.157	80.209	133.783
Oleos e gorduras vegetais	154.681	191.789	211.541	297.499	460.360	175.277	382.097
Fumo	24.758	19.825	22.227	30.130	42.456	33.038	24.316
Uva	18.636	23.021	24.817	36.137	39.409	19.258	23.629
Maçã	15.764	17.641	30.044	41.404	42.547	13.196	18.544
Pêra	29.321	38.740	54.071	78.452	98.102	46.887	61.072
Ameixa	17.778	21.157	30.451	37.718	44.773	17.957	13.989
Outras frutas frescas ou secas	36.466	51.770	80.067	94.131	109.090	35.602	42.358
Gomas e resinas	41.975	45.928	53.636	62.023	63.381	31.865	40.050
Cebola	20.888	26.563	22.750	31.186	34.538	32.684	63.039
Alho	43.229	48.166	73.483	80.399	103.193	65.572	57.886
Outros produtos hortícolas	84.619	105.593	100.363	76.372	114.883	34.291	89.268
Batatas preparadas ou conservadas	39.900	51.383	55.081	70.466	86.767	38.195	56.410
Leveduras	21.249	26.563	28.839	35.744	36.796	16.216	21.213
Açúcar, cacau e produtos de confeitaria	158.028	109.599	138.812	159.606	252.824	96.020	145.320
Outros prod vegetais e da agroindústria	399.320	467.215	571.698	705.651	837.589	360.532	438.634
Indústria da madeira papel e papelão	622.853	837.633	948.159	1.239.507	1.457.604	652.406	876.145
Madeira e obras de madeiras	61.400	79.787	83.693	114.891	139.339	67.091	83.502
Papel e papelão	561.453	757.846	864.466	1.124.617	1.318.265	585.315	792.644
Total geral do agronegócio	4.124.811	4.014.998	4.309.541	5.511.659	7.233.961	3.247.285	4.718.132
Total Santa Catarina	48.290.675	62.781.796	73.551.418	91.395.621	120.620.878	52.637.225	79.295.680

⁽¹⁾Até junho.

Fonte: MDIC/Secex.

Com relação aos produtos do agronegócio, cujas importações cresceram 45% neste período, os principais produtos que tiveram aumento nas importações foram: animais vivos (186%), soja e derivados (178%), milho (219%), trigo (51%), malte (77%), óleos e gorduras vegetais (118%), maçã (41%), cebola (93%) e batata preparada ou conservada (48%).

Segundo análise das importações por países e regiões de origem, feita pelo Banco Central (Junho/2008), verifica-se que a Ásia forneceu 27,3% das compras externas do país, no período considerado, seguindo-se dos seguintes fornecedores: UE, 21%; Aladi, 16,8%; e dos EUA, 14,7%.

As compras provenientes da Ásia tiveram o maior crescimento no período, 63,9%, com destaque para o crescimento de produtos chineses que, representando 11,3% das importações brasileiras, aumentaram 72,1%. As importações procedentes da Aladi aumentaram 42,8%, dentre as quais as do Mercosul elevaram-se 41,4%, seguindo-se das originárias da UE, 39,1%, e dos EUA, 33,9%.

Cabe ainda ressaltar a elevação de 109% nas importações de países da Europa Oriental, fato este que, mesmo considerando a participação relativamente baixa desta região no total das compras brasileiras, representa a continuidade da desejável diversificação de mercados fornecedores.

Em 2007 as importações brasileiras bateram recordes históricos, alcançando US\$ 120,6 bilhões, um aumento de quase 32% em relação ao ano anterior, que havia sido US\$ 91,4 bilhões. Por conta da valorização do real em relação ao dólar americano no último ano, este resultado não surpreende. E mais, estima-se que em 2008 este valor será ainda maior. Ao contrário do que acontece nas exportações, os produtos do agronegócio não são importantes na pauta importadora do Brasil, representando apenas 6% do total importado pelo país, US\$ 7,2 bilhões em 2007 (Tabela 10).

Por conta destes números, o resultado da balança comercial brasileira em 2007, apesar de ainda apresentar superávit de US\$ 40 bilhões, quando se compara com os resultados de 2006 (superávit foi de US\$ 46 bilhões), apresentou uma redução de 13%. Vale lembrar que este resultado só não foi mais desfavorável por conta da contribuição do agronegócio, cujo superávit comercial apresentou uma elevação de 13% em 2007 se comparado com 2006. Somando tudo que foi exportado pelo setor e diminuindo tudo o que foi importado de produtos do agronegócio, chega-se a um superávit de US\$ 45,6 bilhões, bem como a um aumento de 18% em relação a 2006 (Tabela 11).

Tabela 11/I. Balança comercial e do agronegócio brasileiro e catarinense - 2003-08

(US\$ FOB 1.000)

Grupo de produto	Santa Catarina						
	2003	2004	2005	2006	2007	2007 ⁽¹⁾	2008 ⁽¹⁾
Prod. animal e derivados	883.412	1.292.894	1.718.674	1.357.739	1.978.729	835.756	1.237.732
Prod. vegetal e derivados	115.341	109.098	92.813	235.180	581.478	312.805	315.840
Ind. da madeira, papel e papelão	845.708	1.114.384	1.112.786	1.143.254	1.098.179	542.433	489.117
Total geral do agronegócio	1.844.461	2.516.376	2.924.274	2.736.173	3.658.386	1.690.994	2.042.689
Total Santa Catarina	2.702.151	3.344.521	3.397.670	2.493.342	2.379.896	1.201.271	359.516
% Agro/total	68,26	75,24	86,07	109,74	153,72	140,77	568,18
Evolução anual agronegócio (%)	12,74	36,43	16,21	-6,43	33,70	-53,78	20,80
Evolução anual total (%)	21,41	23,77	1,59	-26,62	-4,55	-49,52	-70,07

(Continua)

(Continuação)

(US\$ FOB 1.000)

Grupo de produto	Brasil						
	2003	2004	2005	2006	2007	2007 ⁽¹⁾	2008 ⁽¹⁾
Prod. animal e derivados	4.318.301	6.439.288	8.298.422	8.591.113	11.375.663	5.108.633	7.011.872
Prod. vegetal e derivados	13.441.643	18.065.690	19.806.958	23.397.480	26.880.445	12.142.148	15.638.499
Ind. da madeira, papel e papelão	4.823.100	5.843.704	6.237.509	6.625.038	7.341.738	3.579.187	3.783.962
Total geral do agronegócio	22.583.044	30.348.682	34.342.888	38.613.631	45.597.846	20.829.968	26.434.333
Total Santa Catarina	24.793.464	33.693.424	44.756.852	46.074.080	40.028.195	20.576.641	11.348.999
% Agro/total	91,08	90,07	76,73	83,81	113,91	101,23	232,92
Evolução anual agronegócio (%)	...	34,39	13,16	12,44	18,09	-54,32	26,91
Evolução anual total (%)	...	35,90	32,84	2,94	-13,12	-48,59	-44,85

⁽¹⁾Até Junho.

Fonte: MDIC/Secex.

Para 2008 estima-se uma diminuição ainda maior no superávit comercial do país. Isto porque o dólar continua em queda, o que favorece as importações e diminui a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. No relatório de inflação elaborado pelo Banco Central, em junho/2006, a projeção de crescimento anual das exportações foi mantida em 13,3%, enquanto a projeção de aumento das importações, acompanhando o comportamento da demanda interna, foi revista para 30,2%. O superávit comercial foi revisado para US\$25 bilhões, ante US\$27 bilhões no Relatório de Inflação de março.

Para confirmar esta expectativa, basta observar na tabela 11 que, nos primeiros seis meses de 2008, o superávit comercial atingiu US\$ 11,3 bilhões, bem abaixo dos US\$ 20,6 bilhões registrados em igual período do ano anterior.

Vale lembrar que a perda relativa de dinamismo das exportações, verificada através dos resultados parciais deste ano, foi afetada negativamente por eventos pontuais, como a greve dos auditores da Receita Federal, o atraso na colheita de grãos e a paralisação de produtores rurais na Argentina. Já a partir de maio estes eventos estiveram ausentes ou foram bastante atenuados, com reflexos imediatos no desempenho da balança comercial daquele mês. Assim, ainda que o saldo comercial venha a apresentar novo recuo em 2008, é importante notar que previsões baseadas na extrapolação do desempenho recente da balança comercial poderão superestimar a retração observada ao longo do ano (Banco Central, Junho/2008).

Além disso, segundo uma pesquisa realizada pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), junto aos exportadores, os principais entraves à competitividade das exportações brasileiras são a falta de uma política de incentivos do governo, aliada a problemas de infra-estrutura e a um pesado sistema de tributação. A pesquisa revela ainda que, de forma geral, os gargalos mais críticos relacionam-se à alçada governamental e que a implementação de melhorias beneficiária de forma relativamente homogênea todos os perfis e portes de empresas.

Questões como o câmbio e o Custo Brasil, por sua vez, são apontadas como os maiores entraves em relação à oferta de preços competitivos pelas empresas brasileiras. Entre os principais gargalos relacionados à tributação, a pesquisa aponta o excesso de impostos e a dificuldade de ressarcimento de créditos tributários.

Na tabela 12 apresentam-se as exportações brasileiras segundo os estados da federação, no período de 2000 a 2007. Como nos anos anteriores, São Paulo foi em 2007 o maior exportador do país, responsável por cerca de um terço das exportações brasileiras. Em seguida têm-se Minas Gerais (11,4%), Rio Grande do Sul (9,3%), Rio de Janeiro (8,9%), Paraná (7,7%), Pará (4,9%), Bahia (4,6%) e Santa Catarina, na oitava posição com 4,59%.

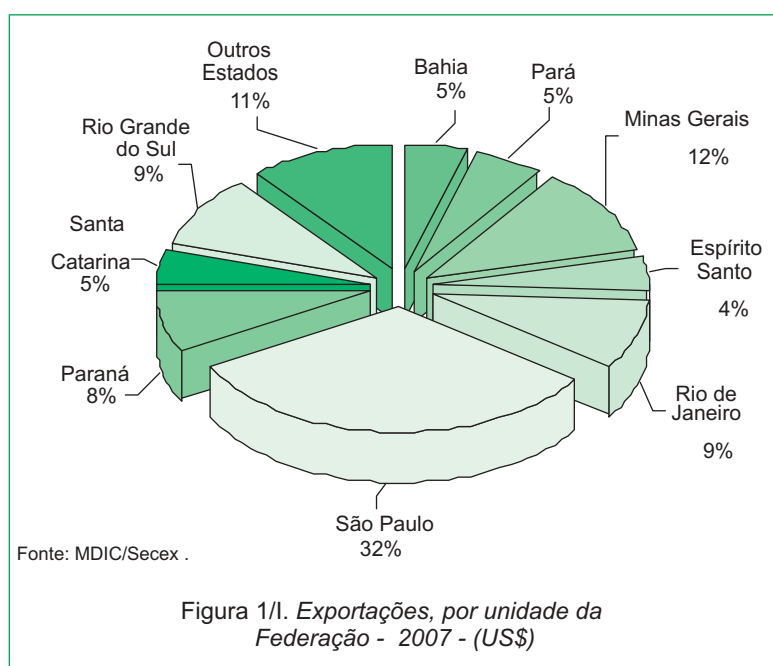
A figura 1 mostra as posições e fatias dos principais estados exportadores brasileiros, em 2007.

Tabela 12II. *Exportações por unidade da Federação - 2003-07*

(US\$ mil)

Unidade da Federação	2003	2004	2005	2006	2007
Rondônia	97.741	133.361	202.674	308.019	457.552
Acre	5.337	7.663	11.362	17.796	19.372
Amazonas	1.299.922	1.157.573	2.143.979	1.522.851	1.107.107
Roraima	3.831	5.273	8.483	15.358	16.761
Pará	2.677.521	3.804.690	4.807.638	6.707.603	7.925.093
Amapá	19.563	46.874	76.511	127.980	127.981
Tocantins	45.581	116.466	158.736	203.887	154.982
Maranhão	739.798	1.231.085	1.501.034	1.712.701	2.177.155
Piauí	58.682	73.333	58.661	47.127	56.654
Ceará	760.927	859.369	930.451	957.045	1.148.357
Rio Grande do Norte	310.446	573.603	413.317	371.503	380.128
Paraíba	168.437	213.965	228.007	208.589	236.143
Pernambuco	410.707	516.810	784.888	780.340	870.557
Alagoas	360.912	457.658	583.790	692.543	663.762
Sergipe	38.813	47.702	66.424	78.939	144.760
Bahia	3.258.772	4.062.916	5.987.744	6.771.981	7.408.729
Minas Gerais	7.434.162	9.997.164	13.500.769	15.638.137	18.355.153
Espírito Santo	3.534.564	4.054.552	5.591.454	6.720.018	6.871.955
Rio de Janeiro	4.844.113	7.025.189	8.191.295	11.469.574	14.315.694
São Paulo	23.074.439	31.038.788	38.007.693	45.929.528	51.734.203
Paraná	7.153.235	9.396.534	10.022.669	10.001.941	12.352.857
Santa Catarina	3.695.786	4.853.506	5.584.125	5.965.687	7.381.839
Rio Grande do Sul	8.013.263	9.878.602	10.453.684	11.774.412	15.017.674
Mato Grosso	2.186.158	3.101.887	4.151.611	4.333.376	5.130.866
Goiás	1.102.202	1.411.773	1.816.294	2.092.028	3.184.780
Distrito Federal	14.840	28.973	59.683	65.750	81.528
Mato Grosso do Sul	498.108	644.479	1.149.018	1.004.204	1.297.177
Não declarada	884.699	1.294.056	1.077.832	1.047.868	900.157
Mercadoria nacionalizada	312.641	333.321	434.663	533.877	811.699,768
Reexportação	78.939	108.071	303.779	369.037	318.399
Total Brasil	73.084.140	96.475.238	118.308.269	137.471.706	160.651.080

Fonte: MDIC/Secex.



Exportações e importações catarinenses

Nos primeiros seis meses de 2008, Santa Catarina exportou US\$ 4,08 bilhões, um aumento de 21% em relação ao mesmo período do ano anterior. Cerca de 61% desse valor coube às exportações de produtos do agronegócio, as quais cresceram, neste período, um pouco mais: 27% (Tabela 9).

Dos produtos do agronegócio, vale destacar o crescimento dos seguintes: carne suína (45%), carne de frango (32%), carne bovina (70%), outras carnes (546%), milho (118%), arroz (1.856%), outras frutas frescas ou secas (108%), fécula de mandioca (427%), erva-mate (56%), plantas ornamentais (44%) e fumo (56%).

As exportações catarinenses de carne suína ainda não voltaram aos níveis de 2005 pois, embora o estado tenha sido reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação, a Rússia, que era nosso maior cliente, ainda resiste em voltar a comprar as quantidades que costumava adquirir (em 2005, ela comprava mais de 60% das exportações de carne do Estado).

Por isso, neste ano, os principais clientes estrangeiros das vendas catarinenses de suínos, até agora, foram Ucrânia, Hong Kong, Cingapura e Argentina.

A boa notícia para o setor foi a autorização, no final de julho, pelo Governo do Chile, após sete anos de negociações, da importação de carnes suínas e de ave do Brasil, como forma de fazer com que a concorrência com o produto brasileiro beneficie os consumidores chilenos, baixando os preços internos.

Em 2007, Santa Catarina exportou US\$ 7,38 bilhões, ou seja, 24% a mais do que em 2006, quando o valor chegou a US\$ 5,97 bilhões. O agronegócio, como nos outros anos, foi responsável por mais da metade deste montante (58%), totalizando US\$ 4,28 bilhões (Tabela 9).

Dentre os principais produtos do agronegócio exportados em 2007, destacam-se: as carnes de frango, cujas exportações cresceram quase 48% em 2007 (em relação a 2006), totalizando US\$ 1,4 bilhões; o fumo cresceu 15% chegando a US\$ 534 milhões; a carne suína cresceu 6%, chegando a US\$ 331 milhões; a soja em grão que cresceu 550%, chegando a US\$ 306 milhões; o fumo cresceu 15%, chegando a US\$ 534 milhões; e o papel e papelão que cresceram apenas 0,7% chegando a US\$ 202 milhões (Tabela 9).

Com relação ao último item – papel e papelão – vale ressaltar que a indústria da madeira, papel e papelão foi, no setor do agronegócio, aquela cujas exportações mais foram afetadas pela valorização do real no ano passado, prova disso foi a queda nas exportações de madeira e obras de madeira e de móveis de madeira.

Entre os outros produtos que, apesar de não terem um valor elevado na pauta de exportação catarinense, tiveram crescimento significativo nas exportações em 2007, destacam-se: o milho que cresceu 577%, chegando a US\$ 43 milhões; o arroz cresceu 261%, chegando a US\$ 1,2 milhões;

os produtos hortícolas cresceram 312% chegando a US\$ 1,5 milhões; e a erva-mate cresceu 147%, chegando a US\$ 8,6 milhões.

Na tabela 13 estão as exportações dos principais produtos do agronegócio, segundo os países de destino, em 2007. Na figura 2 estão os principais países de destino destes produtos como um todo. Os Estados Unidos permanecem como o principal destino dos produtos do agronegócio catarinense, com 19% das exportações. Em seguida, por ordem decrescente de importância, estão: Holanda (14,8%), Japão (13,7%), Alemanha (10,5%), Reino Unido (8,1%), Rússia (7,8%), Hong Kong (6,8%) e Argentina (6,3%). Os demais países respondem por 12,9% das exportações catarinenses.

Com relação às importações catarinenses, em 2008 (primeiro semestre), houve um crescimento de 71%. Os produtos do agronegócio cujas importações mais cresceram neste período foram: carnes de animais (141%), laticínios e ovos (90%), soja e derivados (115%), milho (300%), arroz (189%), fumo (178%), uva (111%), gomas e resinas (371%), cebola (316%) e papel e papelão (101%) (Tabela 10).

Esta alta das importações está sendo estimulada tanto pelo câmbio favorável ao real, como também pelos incentivos fiscais oferecidos pelo estado, segundo a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc).

Já em 2007 as importações totalizaram US\$ 5 bilhões, enquanto o agronegócio, especificamente, importou US\$ 617 milhões (Tabela 10). Apesar da significativa valorização do real em relação ao dólar americano, as importações catarinenses cresceram menos no período 2006-2007 do que no período 2005-2006, 44% e 59% respectivamente. No caso das importações de produtos do agronegócio essa diferença foi ainda maior. Entre 2006-2007 estas importações cresceram 17%, enquanto no período 2005-2006 o crescimento foi de 44%. Vale lembrar que no caso das importações, os produtos do agronegócio têm uma participação pequena no total importado. Em 2007, por exemplo, foi de 12%.

Dentre os principais produtos do agronegócio importados pelo estado em 2007, resalte-se o desempenho das importações de pescado e crustáceos (aumento de 36%), milho (19%), trigo (15%), óleos e gorduras vegetais (106%) e papel e papelão (28%). A exceção foi o malte cujas importações caíram 38%.

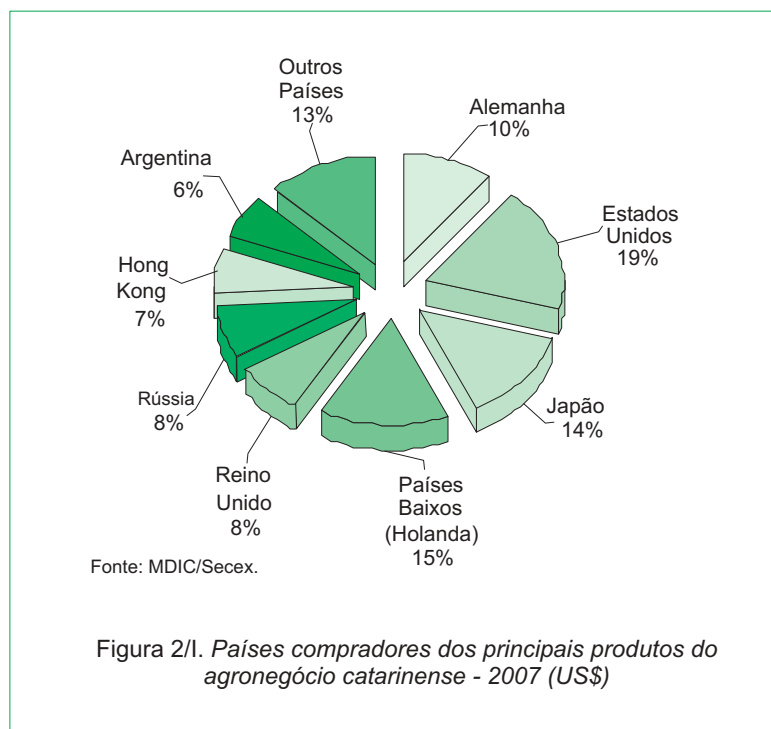
Outros produtos tiveram incremento muito significativo em suas importações, mas como são produtos cujo valor das importações é baixo, tal incremento não teve muito impacto no valor total das importações do estado. Exemplos destes produtos e seus respectivos incrementos nas importações foram: preparações e conservas de carnes e pescados (147%), maçã (54%), alho (128%), madeira e obras de madeira (55%).

Tabela 13/I. Principais exportações catarinenses de produtos do agronegócio, segundo os países de destino - 2007

(US\$ Fob)

Pais de destino	Carne suína	Carne de aves	Complexo soja	Fumo	Madeira e obras de madeira	Móveis de madeira	Papel e papelão	Total do país
África do Sul	1.499.475	70.443.716	2.402.372	7.391.456	3.166.964	208.297	1.063.741	86.176.021
Alemanha	...	120.309.314	48.928	62.027.322	22.887.981	23.184.792	1.104.710	229.563.047
Angola	8.170.291	7.612.483	6.757.116	...	1.528.971	518.589	34.651	24.622.101
Arábia Saudita	...	90.486.275	726.313	2.722	3.661.267	94.876.577
Argentina	43.566.661	9.179.453	...	1.351.486	2.774.426	176.817	80.390.086	137.438.929
Austrália	10.613.077	1.019.865	1.052.036	1.496	12.686.474
Bélgica	...	3.728.454	42.605	49.515.533	18.221.391	4.215.621	11.711.952	87.435.556
Canadá	...	16.658.201	...	2.267.100	16.798.997	5.725.782	18.470	41.468.550
Chile	476.608	838.450	...	1.505.554	3.084.223	1.229.629	14.934.966	22.069.430
China	...	710.345	71.153.689	2.037.353	8.079.173	24.831	821	82.006.212
Cingapura	36.113.497	71.686.401	...	3.537.630	67.606	1.539.531	113.799	113.058.464
Coreia, República da (Sul)	...	97.572	91.446.841	11.407.666	...	5.387	13.418	102.970.884
Coreia, República Popular Democrática (Norte)	4.313.551	12.124.253	16.437.804
Coveite	...	21.327.217	51	21.327.268
Dinamarca	...	357.319	21.442	11.906.858	2.529.280	2.822.018	...	17.636.917
Emirados Árabes Unidos	9.445.007	39.595.976	...	663.054	1.618.319	15.422	18.533	51.356.311
Equador	1.132.360	...	221.320	647.041	217	27.342	7.370.930	9.399.210
Espanha	...	36.759.124	8.826.249	5.001.939	30.469.263	32.043.060	658.475	113.758.110
Estados Unidos	118.875	149.510	...	43.867.051	259.828.494	109.546.821	2.657.052	416.167.803
Filipinas	...	2.225.131	...	22.768.829	38.060	25.032.020
França	97.415	7.934.082	659.116	6.736.868	20.731.653	67.888.971	591	104.048.696
Gana	106.110	3.227.530	328.993	...	73.558	...	6.158.889	9.895.080
Geórgia	5.080.585	6.177.647	...	1.095.928	12.354.160
Grécia	...	1.107.060	3.254.131	4.751.415	122.166	362.917	174.718	9.772.407
Hong Kong	41.824.550	106.495.698	512.995	70.388	25.709	148.929.340
Iraque	...	9.327.056	9.327.056
Irlanda	...	10.612.706	...	2.285.046	10.024.312	8.095.041	9.968	31.027.073
Israel	...	18.586	9.304.774	478.665	3.855.186	147	...	13.657.358
Itália	...	8.112.281	5.266.547	2.941.951	20.642.056	898.645	21.520.794	59.382.274
Jamaica	...	183	8.854.258	165.358	...	9.019.799
Japão	599.215	270.376.028	27.843.733	10.866	1.922.398	162.145	4.727	300.919.112
Marrocos	...	735.314	3.505.509	1.199.644	8.281.687	13.722.154
México	9.581.773	5.011.650	404.684	5.172.757	20.170.864
Moldova, República da	20.665.705	6.770.059	27.435.764
Noruega	66.664.221	159.390	233.291	562.162	6.664	67.625.728
Países Baixos (Holanda)	...	247.590.572	5.901.465	35.410.409	6.342.189	29.642.156	195.828	325.082.619
Paraguai	887.986	924.987	3.609.902	2.109.761	290.822	805.859	3.517.866	12.147.183
Polônia	...	302.936	149.805	32.328.895	151.041	...	764.484	33.697.161
Porto Rico	19.673.608	4.332.515	803.732	24.809.855
Portugal	...	3.961.327	7.561.503	4.834.837	5.311.993	2.363.543	783.838	24.817.041
Reino Unido	...	52.427.736	3.349.344	10.400.284	79.709.012	28.731.828	3.051.737	177.669.941
Romênia	...	13.571.374	...	9.607.106	168.106	23.346.586
Rússia, Federação da	29.416.800	88.178.324	...	53.265.000	279.642	4.021	85	171.143.872
Suíça	...	11.973.032	6.582	11.767.483	258.446	459.207	311	24.465.061
Tailândia	16.515.165	...	30.758	16.545.923
Trinidad e Tobago	257.767	71.669	26.944	3.601.012	6.500.329	139.864	52.346	10.649.931
Turquia	172.304	799.364	...	13.908.945	482.516	35.192	59.064	15.457.385
Ucrânia	87.677.833	6.133.460	...	12.235.417	283.343	106.330.053
Uruguai	15.930.892	1.349.377	5.366.615	...	875.942	404.851	2.901.729	26.829.406
Venezuela	4.050.744	37.785.895	5.252.144	...	1.397.277	281.995	12.640.289	61.408.344
Vietnã	8.587.771	843.258	9.431.029
Outros países	23.694.079	105.168.010	19.935.361	66.362.208	32.491.410	13.238.911	20.638.209	281.528.188
Total	330.984.759	1.493.297.234	365.422.416	534.483.174	620.318.698	341.389.097	202.238.753	3.888.134.131

Fonte: MDIC/Secex.



A tabela 14 traz as importações catarinenses de produtos do agronegócio, em 2007, segundo os principais países de origem e a figura 3 mostra um resumo destes países. Os principais fornecedores de produtos do agronegócio para o nosso estado são os países do Mercosul, responsáveis por 81% de nossas importações (Argentina 46%, Paraguai 32% e Uruguai 3%). Os Estados Unidos detêm 6% de nossas importações (principalmente papel e papelão), Portugal 7% (principalmente óleos e gorduras vegetais) e o Marrocos 4% (quase todo o valor é de pescado e crustáceos). Os 2% restantes vêm de outros lugares do mundo.

O saldo da balança comercial do estado, em 2007, foi de US\$ 2,4 bilhões, uma queda de 4,6% em relação ao saldo do ano anterior (Tabela 11). O saldo da balança comercial dos produtos do agronegócio foi de US\$ 3,7 bilhões, o que representa um crescimento de 33,7% em relação ao ano anterior, de onde se pode deduzir que o impacto da valorização do câmbio, neste caso, foi positivo para os produtos do agronegócio, cujas exportações superaram significativamente as importações. E, graças a esses produtos, a queda no superávit da balança comercial catarinense foi pequena (4,6%).

No primeiro semestre de 2008, o saldo da balança comercial foi de US\$ 359,5 milhões, uma queda de 70,07% em relação aos seis primeiros meses de 2007. As exportações de Santa Catarina somaram US\$ 4,08 bilhões no período, 20,21% a mais que no ano passado, enquanto as importações do estado tiveram incremento bem maior, de 71,20%, fechando em US\$ 3,72 bilhões.

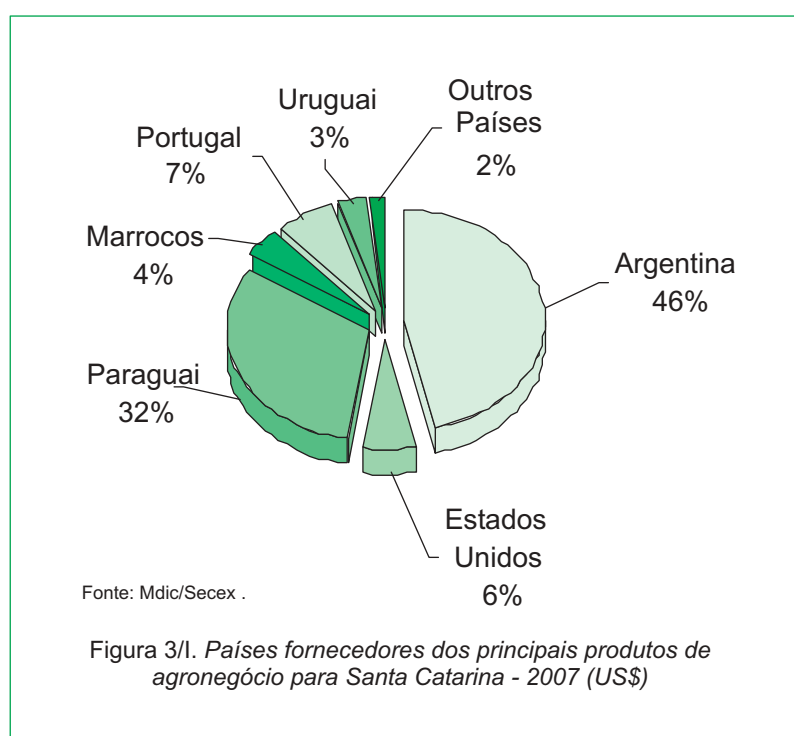
Nas exportações, o que puxou o desempenho foram as vendas de frango, suínos e fumo. Ou seja, o agronegócio continuou como a principal fonte de receitas comerciais no mercado internacional. Tan-

to que o saldo da balança de produtos do agronegócio foi de US\$ 2.043 milhões, um aumento de quase 21% em relação ao ano anterior.

Tabela 14/I. Principais importações catarinenses de produtos do agronegócio, segundo os países de origem - 2007

País de origem	Papel e papelão	Milho	Óleos e gorduras vegetais	Pescado e crustáceos	Soja e derivados	Trigo e derivados	Total do país
Alemanha	7.262.525	...	17.297	7.279.822
Argentina	8.772.617	865.965	24.271.335	9.871.352	...	81.643.254	125.424.523
Austria	1.898.378	1.898.378
Bélgica	4.179.977	4.179.977
Bolívia	2.385.663	2.385.663
Chile	553.172	...	8.761	7.460.546	8.022.479
China	1.294.715	1.294.715
El Salvador	1.464.518	1.464.518
Espanha	519.288	...	5.305.837	193.066	6.018.191
Estados Unidos	10.350.930	200.999	97	4.749.229	15.301.255
Finlândia	7.175.387	7.175.387
Itália	1.938.041	...	827.147	2.169	2.767.357
Marrocos	2.641	11.685.382	11.688.023
Paraguai	...	41.330.544	7.621.382	...	35.678.302	1.737.115	86.367.343
Portugal	14.046	...	18.147.213	59.200	18.220.459
Rússia, Federação da	486.710	2.142.663	2.629.373
Tailândia	1.899	2.112.581	2.114.480
Uruguai	1.769.488	...	370.785	3.458.086	...	3.031.191	8.629.550
Outros países	4.530.843
Total	49.484.435	42.397.508	59.309.056	44.109.306	35.678.302	86.413.729	317.392.336

Fonte: Mdic/Secex.



As carnes e miudezas de frango tiveram alta de 56,61% no primeiro semestre, e continuam liderando a pauta de exportações catarinenses, com US\$ 832,6 milhões. Isto demonstra que está havendo

uma recuperação depois da forte queda sofrida em 2006, por conta do embargo da Rússia ao produto. O fumo ficou na segunda colocação, com US\$ 335 milhões e aumento de 56,75%.

Entre os principais mercados para os produtos catarinenses, o maior destaque ficou por conta da China. Depois de anos sendo um grande fornecedor do Estado, os chineses aparecem pela primeira vez nos últimos anos como um dos 10 maiores compradores, ocupando a nona posição. De janeiro a junho, as exportações para a China somaram US\$ 109,9 milhões, um aumento de 46,78%.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, o principal responsável por este resultado foi o crescimento das exportações de dois produtos básicos - a soja, com US\$ 65,8 milhões no semestre, e o óleo de soja, com US\$ 16,4 milhões.

Já no caso das importações do estado, a China continua sendo o maior vendedor para as empresas catarinenses, com US\$ 724,4 milhões, 100,34% a mais que na primeira metade de 2007. Os principais produtos comprados pelo estado no exterior este ano foram os insumos industriais.

Márcia Janice Freitas da Cunha Varaschin

Alho - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas - Santa Catarina - 2007
(Total = 16.474 t)



Produção registra uma pequena variação de crescimento

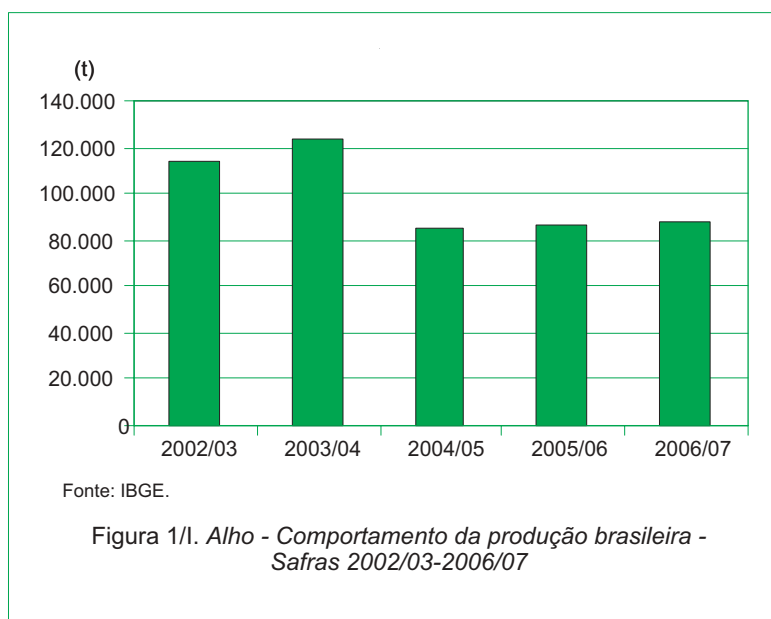
Apesar dos elevados níveis das aquisições externas do produto que se vem registrando nos últimos anos no País, os quais, na maioria das campanhas, têm-se apresentado crescentes, o montante da produção nacional de alho colhido nas três últimas safras, conforme pode melhor ser observado na figura 1, tem-se apresentado em ligeiro crescimento.

Esta evolução demonstrada através dos níveis da colheita interna, pode estar intimamente atrelada ao natural aumento da demanda interna pelo bulbo, mas pode também sugerir uma eventual alteração do comportamento registrado nos últimos anos pela atividade, determinada, novamente, pela

firme resolução dos produtores em investir e aumentar a produção nacional, a fim de impor limitações ao crescimento das importações de alho, haja vista os excelentes resultados de produtividade que têm sido alcançados nos últimos anos, conforme bem demonstram os dados da figura 2.

Os números verificados em Santa Catarina, por exemplo, ratificam essas afirmativas e parecem confirmam uma nova tendência para a cultura em nível nacional.

Com efeito, de acordo com os levantamentos finais processados pelo IBGE, a produção catarinense de alho da safra 2006/07 somou aproximadamente 12,9 mil toneladas do bulbo, ou seja, apresen-



Alho

tou-se evoluída em cerca de 4,3%, relativamente ao montante colhido na campanha imediatamente anterior. O total da área plantada foi de 1.530 hectares e a produtividade alcançada, de 8.434 kg/ha, valores que se apresentaram aumentados em 1,9% e 2,3%, respectivamente.

O desempenho produtivo mostrado pela atividade em Santa Catarina, nas últimas cinco safras, apresentou-se de acordo com a figura 3.

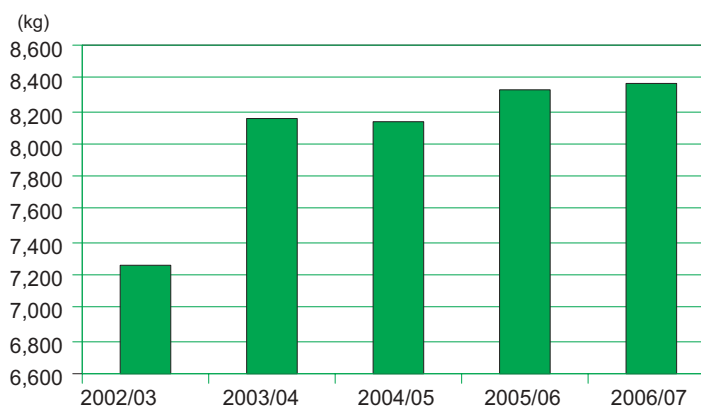
Não obstante ainda apresentarem-se bastante reduzidos, comparativamente aos registrados em safras passadas, os índices de crescimento verificados atualmente no total da produção colhida e na produtividade média dos campos catarinenses deverão ser considerados e creditados, principalmente, às condições de clima, de certa forma bastante favoráveis, verificadas durante praticamente todo o ciclo da cultura no ano de 2006.

O desempenho da cultura do alho nesta safra, em algumas microrregiões produtoras de Santa Catarina, de acordo com o IBGE, é mostrado na tabela 1.

Tabela 1/I. Alho – Área plantada, produção e rendimento obtido nas principais microrregiões de Santa Catarina – Safra 2006/07

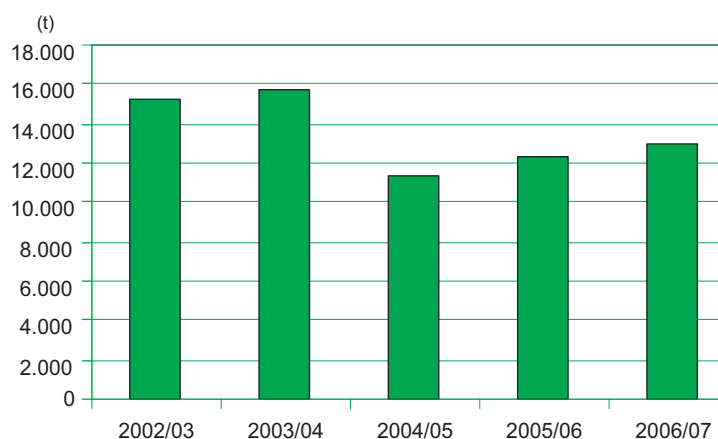
Microrregião geográfica	Área plantada(ha)	Produção colhida(t)	Rendimento obtido(kg/ha)
Curitibanos	1.275	11.175	8.762
Lages	78	763	9.782
Joaçaba	133	735	5.526
Outras	44	231	5.250
Total	1.530	12.904	8.434

Fonte: IBGE.



Fonte: IBGE.

Figura 2/I. Alho - Evolução da produtividade interna - Safras 2002/03-2006/0



Fonte: IBGE.

Figura 3/I. Alho - Evolução da produção catarinense - Safras 2002/03-2006/07

Em nível nacional, a safra correspondente ao ano agrícola 2006/07, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas do País promovida pelo IBGE em todas as Unidades da Federação, produção nacional de alho, contabilizou uma oferta bruta de aproximadamente 87,7 mil toneladas, pouco se diferenciando, portanto, do montante de 86,2 mil toneladas colhidas anteriormente, mas, apre-

sentando-se em crescimento. O total da área cultivada somou 10.490 hectares e a produtividade média colhida foi de 8.368 kg/ha.

O estado de Minas Gerais continua se destacando como o principal produtor nacional de alho. Na safra em questão, manteve a ofertou de anos anteriores, da ordem de quase 25,5 mil toneladas, ou seja, cerca de aproximadamente 30,0% da produção brasileira. Seguem, em ordem decrescente de participação, os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás, com ofertas que representaram 24,4%, 14,7% e 14,0%, respectivamente. Cabe ressaltar a recuperação, pelo estado catarinense, da terceira posição de maior produtor de alho do Brasil, que recentemente vinha sendo ocupada pelo estado de Goiás.

O desempenho apresentado pela cultura do alho na campanha 2006/07, nos diferentes estados produtores, de acordo com informações disponibilizadas pelo IBGE, apresentou-se conforme a tabela 2.

Relativamente ao comércio internacional brasileiro do produto, cabe destacar que durante o ano de 2006 o Brasil importou um total de aproximadamente 120,6 mil toneladas do bulbo, as quais representaram um gasto para o País, da ordem de US\$ 80,4 milhões/Fob, com o alho sendo adquirido a um valor médio de US\$ 0,67/quilo/Fob.

Do montante em questão, 62,9 mil toneladas, ou seja, 52,2% do total, foram importadas da China - que pelo segundo ano consecutivo se traduz no principal País fornecedor do bulbo para o Brasil - e 56,7 mil toneladas (47,0% do total das compras) da Argentina. O restante das importações teve origem em diferentes países, quais sejam, Chile, Espanha, Bolívia, Hong-Kong, México, Taiwan e Paraguai.

No ano de 2007, de acordo com dados disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, o total das importações brasileiras, somou ao redor de 133,1 mil toneladas, com um gasto da ordem de US\$ 103,2 milhões/Fob. Do total em questão, 56,1% provieram da Argentina e 43,4%, da China, percentuais que corresponderam a montantes de importação de 74,7 mil toneladas e 57,8 mil toneladas, respectivamente.

O cenário das aquisições externas de alho pelo Brasil, nos últimos anos, apresentou-se de acordo com a figura 4.

Por conta dos elevados montantes de importação do produto, principalmente da Argentina e dos preços significativamente baixos do alho importado da China, a comercialização da produção colhida na Região Sul do Brasil novamente apresentou-se seriamente prejudicada e com valores substancialmente menores que os verificados em anos anteriores.

Tabela 2/l. Alho – Área plantada, produção e rendimento obtido – Brasil – Safra 2006/07⁽¹⁾

Microrregião geográfica	Área plantada(ha)	Produção colhida(t)	Rendimento obtido(kg/ha)
Minas Gerais	2.304	25.552	11.110
Rio G.do Sul	3.320	21.438	6.457
Santa Catarina	1.530	12.904	8.433
Goiás	1.024	12.277	11.989
Bahia	948	7.352	7.887
Paraná	833	3.955	4.748
São Paulo	200	1.700	8.500
Distrito Federal	161	1.601	9.944
Espírito Santo	129	854	6.620
Ceará	19	70	3.648
Brasil	10.490	87.779	8.368

⁽¹⁾Dados sujeitos a modificações
Fonte: IBGE.

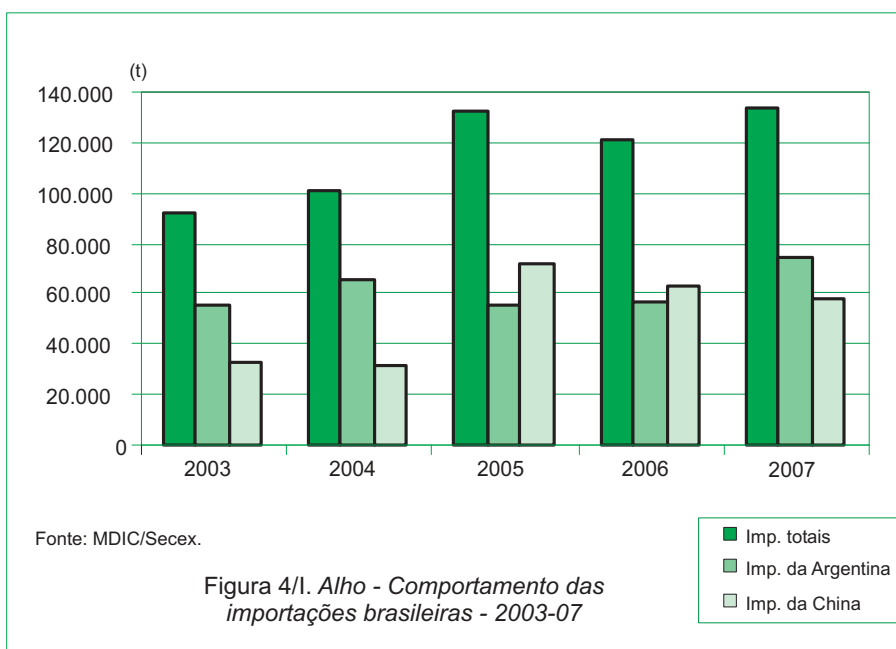


Figura 4/I. Alho - Comportamento das importações brasileiras - 2003-07

Em Santa Catarina os valores de comercialização recebidos pelos produtores nesta campanha foram os mais baixos dos últimos anos, sendo que o comparativo dos preços médios mensais pagos aos produtores pelos alhos de melhor calibre, tipo 6 e 7, nos últimos três anos apresentou-se conforme demonstrado na figura 5.

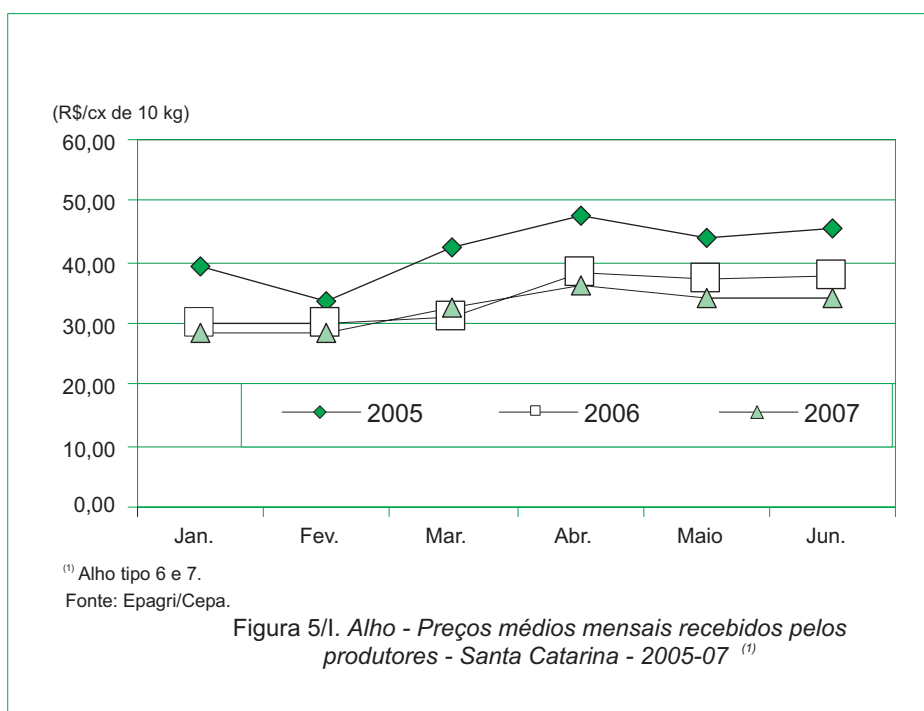


Figura 5/I. Alho - Preços médios mensais recebidos pelos produtores - Santa Catarina - 2005-07 (¹)

Para o novo cultivo, relativo à safra 2007/08, os indicadores oficiais para Santa Catarina revelam um plantio da ordem de 1.875 hectares e produção bruta de 17,3 mil toneladas.

No cenário nacional, esta campanha apresenta como valores estimativos uma área plantada de aproximadamente 11,0 mil hectares. O total da produção brasileira é avaliado em torno de 93,5 mil toneladas, a qual, se confirmada, representará um aumento de 6,5%, comparativamente à oferta colhida no ano anterior.

Tabela 3/I. Alho - Área plantada, produção e rendimento por estado - Safras 2004/05-2006/07

Estado	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	04/05	05/06	06/07 ⁽¹⁾	04/05	05/06	06/07 ⁽¹⁾	04/05	05/06	06/07 ⁽¹⁾
Distrito Federal	204	184	161	1.528	1.911	1.601	7,490	10,386	9,944
Goiás	1.155	1.154	1.024	12.820	12.593	12.277	11,100	10,912	11,989
Bahia	1.045	1.014	948	6.867	7.353	7.352	6,571	7,251	7,755
Ceará	23	18	19	74	65	70	3,217	3,611	3,684
Paraíba	8	8	6	25	29	15	3,125	3,625	2,500
Piauí	20	16	16	76	58	61	3,800	3,625	3,813
Espírito Santo	209	189	129	1.384	1.304	854	6,622	6,899	6,620
Minas Gerais	2.366	2.161	2.304	26.927	25.834	25.552	11,381	11,955	11,090
São Paulo	180	180	200	1.630	1.630	1.700	9,056	9,056	8,500
Paraná	709	688	833	3.280	3.006	3.955	4,626	4,369	4,748
Rio Grande do Sul	3.100	3.249	3.320	19.558	20.046	21.438	6,309	6,170	6,457
Santa Catarina	1.498	1.501	1.530	11.428	12.370	12.904	7,629	8,241	8,434
Brasil	10.517	10.362	10.490	85.597	86.199	87.779	8,139	8,319	8,368

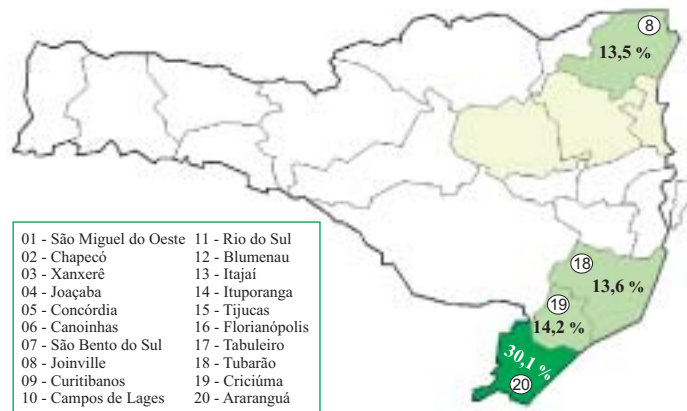
⁽¹⁾Dados sujeitos a modificações.

Fonte: IBGE/Pam.

Guido Boeing

Arroz

Arroz - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 1.038.438 t)



Mundo - Safra 2006/07

As estimativas do USDA – julho de 2008 para a safra 2006/07 – são de que a produção mundial alcance um total de 420,18 milhões de toneladas de arroz beneficiado – crescimento de 0,51%, em relação à safra passada quando foram produzidas 418,06 milhões de toneladas. Os maiores volumes produzidos são oriundos da China, com 127,20 milhões de toneladas, seguido pela Índia, com 93,35 milhões de toneladas, a Indonésia, com 35,30 milhões, o Vietnã, com 22,92 milhões de toneladas, a Tailândia, com 18,25 milhões de toneladas, as Filipinas, com 10,09 milhões de toneladas e o Brasil, com 7,70 milhões de toneladas.

Em 2007, segundo a mesma fonte, os estoques mundiais desse produto se mantiveram praticamente estáveis, girando em torno de 75,80 milhões de toneladas. O comércio mundial, por sua vez, movimentou cerca de 58,24 milhões de toneladas - contra os 56,15 milhões de toneladas, volume estabelecido em 2006.

Com o aumento da produção em vários países importadores, seja pelo incremento da área cultivada em alguns, seja pelo ganho da produtividade em outros, é forte a tendência de acréscimo do volume do cereal no comércio mundial, mas a demanda aquecida contribuiu para que os preços mundiais permanecessem firmes.

A segmentação dos mercados mundiais de arroz, de uma maneira geral, está assim constituída: a Tailândia exporta uma parte expressiva de sua produção principalmente para os países da África e da Ásia; o Vietnã para os países asiáticos, os Estados Unidos para os países da América Central e Caribe, Ásia (Japão) e Europa; o Paquistão e a Índia comercializam para os países do Oriente Médio, África (Egito) e Leste Europeu; a Austrália exporta para o Japão; a Argentina e o Uruguai para o Brasil, enquanto a Itália e a Espanha vendem para os países da União Européia (Tabelas 1, 2, 3 e 4).

Tabela 1/I. Arroz beneficiado – Balanço de oferta e demanda mundial
– Safras 2005/06-2008/09

(milhões t)

Discriminação	Safr			
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
Estoque inicial	74,44	75,68	75,73	78,52
Produção	418,06	420,18	428,02	431,70
Importação	25,94	27,42	25,65	25,44
Consumo	416,03	420,13	425,24	428,25
Exportação	30,21	30,82	28,30	27,65
Estoque final	75,68	75,73	78,52	81,97

Fonte: USDA – julho de 2008.

Tabela 2/I. Arroz beneficiado - Principais países produtores
– Safras 2006/07-2008/09

(milhões t)

País	Safr		
	2006/07	2007/08	2008/09
Mundo	420,18	428,02	431,70
Estados Unidos	6,24	6,31	6,56
Índia	93,35	95,68	96,00
Paquistão	5,20	5,50	5,60
Tailândia	18,25	18,50	18,80
Vietnã	22,92	23,92	23,70
Brasil	7,70	8,13	8,50
EU-27	1,69	1,68	1,62
Indonésia	35,30	35,50	36,25
Nigéria	2,90	3,00	3,10
Filipinas	10,09	10,60	11,00
Burma	10,60	10,73	9,40
China	127,20	129,84	130,55
Egito	4,38	4,39	4,39
Japão	7,79	7,93	7,90
México	0,18	0,19	0,19
Coréia do Sul	4,68	4,41	4,50

Fonte: USDA – julho de 2008.

Tabela 3/I. Arroz beneficiado - Principais países exportadores
– Safras 2006/07-2008/09

(milhões t)

País	Safr		
	2006/07	2007/08	2008/09
Mundo	30,82	28,45	27,05
Estados Unidos	2,94	3,58	3,17
Índia	5,50	2,50	2,00
Paquistão	2,40	2,70	3,15
Tailândia	9,50	10,00	9,00
Vietnã	4,52	4,50	4,50
Brasil	0,23	0,25	0,30
EU-27	0,15	0,15	0,15
Burma	0,03	0,43	-
China	1,34	1,00	1,10
Egito	1,21	0,80	1,00
Japão	0,20	0,20	0,20

Fonte: USDA – julho de 2008.

Tabela 4/I. Arroz beneficiado - Principais países importadores
- Safras 2006/07-2008/09

(milhões t)

País	Safr		
	2006/07	2007/08	2008/09
Mundo	27,42	25,37	25,57
Estados Unidos	0,65	0,70	0,73
Tailândia	0,01	0,01	0,01
Vietnã	0,45	0,15	0,45
Brasil	0,75	0,70	0,60
EU-27	1,17	1,10	1,20
Indonésia	2,00	1,10	0,80
Nigéria	1,60	1,60	1,60
Filipinas	1,80	2,00	2,00
China	0,47	0,30	0,33
Egito	0,10	0,02	0,02
Japão	0,68	0,70	0,70
México	0,59	0,65	0,65
Coréia do Sul	0,24	0,27	0,29

Fonte: USDA – julho de 2008.

Brasil - Safra 2006/07

A safra 2006/07 brasileira de arroz em casca, segundo o IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA de junho de 2008), apresentou uma redução de 3,2% e 4,2%, respectivamente na área plantada e na quantidade obtida, em relação à safra anterior. Esse comportamento negativo é refletido pelos resultados não muito atraentes verificados nos principais estados produtores, que vivenciaram a ocorrência de fatores climáticos adversos, tais como excesso e falta de chuva, frio fora de época, vendaval e granizo em algumas de suas lavouras.

As maiores produções pertencem, por ordem de importância, ao estado do Rio Grande do Sul, com participação de 57,4% do total nacional, seguido por Santa Catarina com 9,4%, Mato Grosso com 6,4%, Maranhão com 6,2%, Pará e Tocantins, com 3,3% cada um, Goiás com 2,3%, Mato Grosso do Sul com 1,9% e Paraná com 1,6% cada um. Estes estados, juntos, são responsáveis por aproximadamente 92% da produção total nacional.

Os maiores rendimentos médios (kg/ha) são alcançados pelos estados produtores que têm o predomínio das lavouras irrigadas (ou que têm uma maior incidência desse tipo de cultivo sobre as demais explorações), quais sejam: Rio Grande do Sul com 6.729 quilos, seguido por Santa Catarina com 6.708 quilos, Roraima com 5.521 quilos, Mato Grosso do Sul com 4.884 quilos, Pernambuco com 4.394 quilos, Sergipe com 4.628 quilos e Alagoas com 4.242 quilos (Tabela 6).

Segundo as estimativas da Conab – julho de 2008 –, nos últimos oito anos, o suprimento nacional de arroz em casca variou de 14,5 milhões a 16,8 milhões de toneladas; o consumo está estabilizado em torno de 13 milhões de toneladas; a produção nacional de 11,4 milhões a 13,6 milhões de toneladas; as importações e exportações têm apresentado um quadro relativamente crescente, enquanto os estoques de passagem têm denotado queda, que foi um pouco mais acentuada nas duas últimas safras (2006/07 e 2007/08), conforme demonstrado na tabela 7.

Tabela 5/I. Arroz em casca – Área e produção nos principais estados brasileiros nas safras 2005/06-2007/08

Discriminação	Área plantada (ha)			Quantidade produzida (t)		
	2005/06	2006/07	2007/08	2005/06	2006/07	2007/08
Brasil	3.010.131	2.915.178	2.888.492	11.526.647	11.047.937	12.268.484
Rio Grande do Sul	1.023.330	942.151	1.071.513	6.784.236	6.340.136	7.371.473
Santa Catarina	154.566	154.812	153.100	1.071.559	1.038.439	1.018.115
Maranhão	507.446	504.928	473.183	702.224	683.358	690.520
Mato Grosso	287.974	275.728	238.388	720.834	707.167	675.617
Pará	209.603	194.356	171.763	398.620	368.410	459.745
Tocantins	124.643	145.501	157.491	263.212	364.988	421.780
Piauí	148.226	157.503	142.999	192.403	143.940	231.600
Goiás	116.290	118.900	101.070	229.716	248.828	239.692
Mato Grosso do Sul	42.947	42.568	35.693	187.768	207.899	190.508
Paraná	59.804	54.197	46.717	173.187	174.258	172.821

Fonte: IBGE (LSPA – Junho de 2008).

Tabela 6/I. Arroz em casca – Estados com maiores produtividades – Safras 2005/06–2007/08

Discriminação	Safr		
	2005/06	2006/07	2007/08
Brasil	3.829	3.790	4.247
Rio Grande do Sul	6.630	6.729	6.879
Santa Catarina	6.933	6.708	6.650
Roraima	1.384	1.353	1.459
Mato Grosso do Sul	2.503	2.565	2.834
Sergipe	1.902	1.896	2.677
Alagoas	2.112	2.508	2.678
Pernambuco	1.298	914	1.620
Paraná	1.975	2.093	2.372
São Paulo	4.372	4.884	5.337
Rio de Janeiro	2.896	3.215	3.699
Ceará	2.029	2.135	2.139

Fonte: IBGE. (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA - junho de 2008).

Tabela 7/I. Arroz em casca – Balanço de oferta e demanda – Brasil - Safras 1999/00–2007/08

Discriminação	Safr				
	1999/00	2004/05	2005/06	2006/2007	2007/08
Estoque inicial	2.110,2	2.728,4	3.532,1	2.879,3	2.022,7
Produção	11.423,1	13.355,2	11.971,7	11.315,9	12.284,0
Importação	936,6	728,2	827,8	1.069,6	600,0
Suprimento	14.469,8	16.811,8	16.331,6	15.264,8	14.906,7
Consumo	11.850,0	12.900,0	13.000,0	12.929,0	13.000,0
Exportação	21,1	379,7	452,3	313,1	700,0
Estoque final	2.598,7	3.532,1	2.879,3	2.022,7	1.206,7

Fonte: Conab. Julho de 2008.

Arroz

Santa Catarina - Safra 2006/07

A safra 2006/07 catarinense desse cereal atinge uma área plantada de 154,81 mil hectares e uma produção de 1,038 milhão de toneladas, apresentando uma perda de 0,16% e de 3,1% em comparação com os dados da safra passada (IBGE junho de 2008).

Os fenômenos climáticos adversos, como excesso ou falta de chuva, frio fora de época, queda de granizo e de vendaval em áreas localizadas (ocasionando, principalmente a debulha do produto) e algumas doenças (principalmente brusone) foram fatores limitantes para o bom desempenho da lavoura, influenciando levemente o rendimento médio e conseqüentemente a quantidade produzida.

O arroz de sequeiro é cultivado em praticamente todo o estado, havendo uma maior concentração nas microrregiões geográficas de São Miguel, Chapecó, Xanxerê e Concórdia. O seu cultivo nos últimos anos tem perdido espaço para a exploração de outras lavouras, principalmente o milho e o feijão. Na Safra 1999/00 representava um total de 9,2% da área cultivada e 3,4% da quantidade produzida. Na safra 2006/07, a área plantada desse cultivo cai para 0,61% e a produção para 0,71%.

As tabelas 8 e 9 demonstram o comportamento do arroz irrigado e de sequeiro em Santa Catarina nas safras 1999/00, 2005/06 e 2006/07.

Tabela 8/I. Arroz irrigado – Área plantada e quantidade produzida
– Santa Catarina – Safras 1999/00–2006/07

MRG	Safra 1999/00		Safra 2005/06		Safra 2006/07	
	Área plantada (ha)	Produção (t)	Área plantada (ha)	Produção (t)	Área plantada (ha)	Produção (t)
Santa Catarina	122.968	776.699	149.383	1.065.046	150.456	1.030.823
Araranguá	42.700	245.204	50.030	339.508	50.220	312.860
Blumenau	8.372	60.250	8.950	72.714	8.975	73.762
Canoinhas	143	960	121	735	121	735
Criciúma	15.248	93.529	20.835	148.352	20.755	147.732
Curitibanos	4	32	-	-	-	-
Florianópolis	2.082	8.453	2.840	15.167	3.126	16.811
Itajaí	7.887	52.295	10.729	72.768	10.925	74.040
Ituporanga	240	1.670	271	2.136	280	2.230
Joinville	18.745	132.596	19.982	154.162	20.502	139.735
Rio do Sul	9.825	76.013	12.033	98.970	11.755	96.965
Tabuleiro	72	540	140	1.050	145	1.050
Tijucas	750	4.700	2.950	20.375	3.010	21.175
Tubarão	16.900	100.457	20.502	139.109	20.642	143.728

Fonte: IBGE.

Tabela 9/I. Arroz sequeiro – Área plantada e quantidade produzida – Santa Catarina – Safras 1999/00–2006/07

MRG	Safr 1999/00		Safr 2005/06		Safr 2006/07	
	Área plantada (ha)	Produção (t)	Área plantada (ha)	Produção (t)	Área plantada (ha)	Produção (t)
Santa Catarina	12.444	22.332	5.183	6.513	4.356	7.615
Blumenau	37	106	-	-	-	-
Campos de Lages	1.029	1.457	383	270	420	629
Canoinhas	1.520	3.004	325	508	285	444
Chapecó	2.335	3.658	1.044	1.129	566	751
Concórdia	1.242	1.733	890	935	722	1.135
Criciúma	100	148	20	32	14	24
Curitibanos	490	954	172	316	254	534
Florianópolis	4	6	-	-	-	-
Ituporanga	64	119	23	39	12	20
Joaçaba	1.343	2.493	605	634	420	1.004
Joinville	20	36	10	20	10	20
Rio do Sul	788	2.129	99	147	69	133
São Bento do Sul	90	180	70	148	70	148
São Miguel do Oeste	1.968	3.788	836	1.247	831	1.548
Tabuleiro	102	254	69	195	69	195
Tijucas	40	99	8	16	5	10
Tubarão	141	227	47	74	48	104
Xanxerê	1.131	1.941	582	803	561	916

Fonte: IBGE.

Em 2007, os preços médios mensais recebidos pelos produtores de Santa Catarina foram levemente superiores aos das duas safras imediatamente anteriores, sendo superados somente pelos preços das safras 2002/03 e 2003/04.

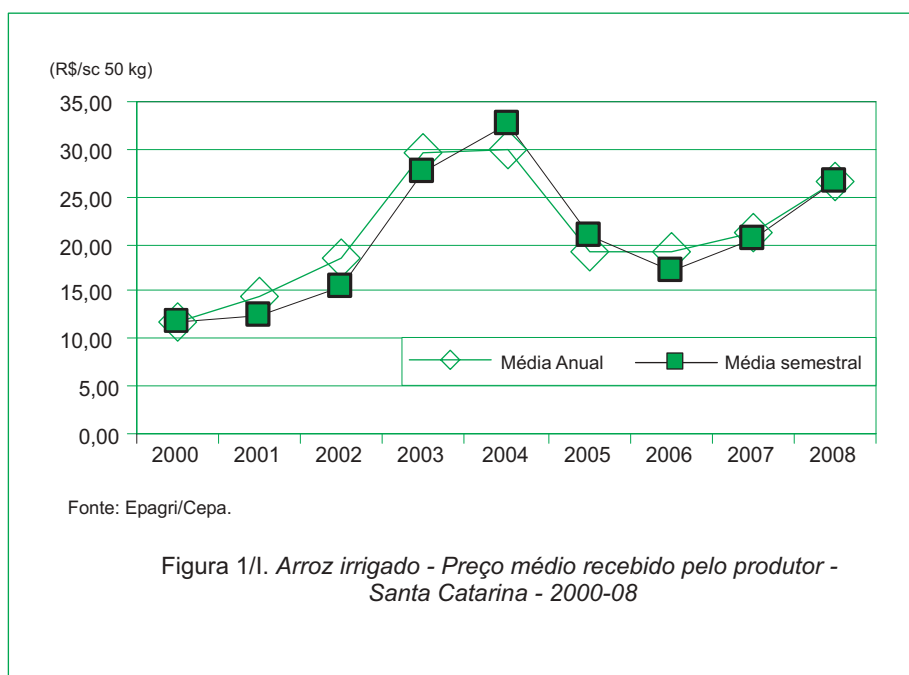
Em um comparativo com o ano de 2006, 2007 apresentou preços em patamares mais elevados na maioria dos meses. As exceções são os meses de novembro e de dezembro, nos quais as cotações do produto, em 2006, foram superiores.

O comportamento dos preços médios mensais do arroz irrigado recebidos pelos produtores nas principais regiões produtoras de Santa Catarina é demonstrado na tabela 10 e na figura 1.

Tabela 10/I. Arroz irrigado - Preços médios mensais recebidos pelos produtores de Santa Catarina - 2000-08

Mês	(R\$/sc 50kg)									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Jan	14,04	12,53	17,79	25,87	21,75	
Fev	13,13	12,26	15,13	24,95	34,28	21,96	17,60	19,27	22,51	
Mar	11,51	11,64	14,75	24,75	31,88	23,07	17,50	19,84	23,09	
Abr	11,05	11,66	14,63	26,79	32,23	21,65	17,17	21,94	26,42	
Mai	10,65	12,31	15,19	31,50	33,00	18,72	16,25	21,00	33,05	
Jun	10,72	13,86	15,94	30,76	31,38	18,75	18,00	21,00	32,95	
Jul	11,55	14,42	16,80	31,50	30,06	18,72	19,31	21,00	32,14	
Ago	11,50	14,90	17,83	31,50	28,55	18,44	19,43	21,00	-	
Set	11,50	15,92	19,75	31,57	28,22	17,22	19,38	21,95	-	
Out	11,29	19,42	22,45	31,00	27,97	16,75	20,26	22,00	-	
Nov	11,17	17,67	25,95	32,00	27,17	17,32	22,44	21,78	-	
Dez	11,49	18,14	25,52	33,42	26,12	18,25	23,00	21,48	-	

Fonte: Epagri/Cepa.



No mercado atacadista, o ritmo de preços praticamente repetiu o mesmo comportamento de variação observado nos preços ao produtor, conforme observado na tabela 11 e na figura 2.

Tabela 11/I. Arroz beneficiado-tipo 1 - Preços médios mensais de Santa Catarina - 2000-08

Mês	(R\$/fardo de 30kg)									
	2001	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Janeiro	24,00	21,07	28,85	42,15	38,05	
Fevereiro	24,00	22,94	28,22	40,90	52,15	34,87	31,13	36,71	38,58	
Março	23,13	23,00	26,98	39,11	51,45	35,60	30,57	34,80	38,77	
Abril	21,83	20,21	25,11	40,33	51,19	35,46	30,13	35,88	42,12	
Mai	21,00	21,32	25,10	52,00	51,03	33,01	29,22	35,84	54,22	
Junho	21,00	23,37	26,03	52,63	49,08	31,94	29,71	35,94	54,54	
Julho	19,40	20,51	26,61	50,72	47,16	31,02	31,78	35,91	51,51	
Agosto	19,00	25,22	28,09	50,20	46,78	30,49	32,25	36,12		
Setembro	19,00	25,96	31,62	50,18	46,75	28,81	32,52	37,08		
Outubro	19,00	28,64	35,95	49,76	43,68	28,43	34,96	38,64		
Novembro	19,00	30,23	41,99	49,87	41,05	29,09	39,32	38,48		
Dezembro	19,00	29,91	42,46	52,15	38,70	31,33	40,73	38,09		

Fonte: Epagri/Cepa.

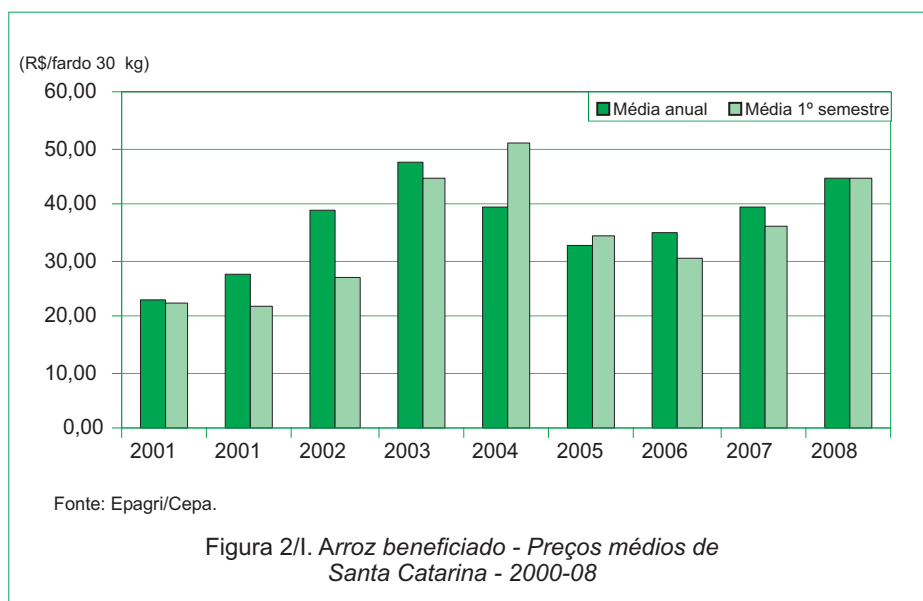


Figura 2/I. Arroz beneficiado - Preços médios de Santa Catarina - 2000-08

Mundo - Safra 2007/08

O arroz continua sendo um dos cereais mais produzidos e consumidos em todo o Planeta. Está presente em todos os Continentes, com maior concentração no Asiático – com destaque para a China e a Índia, responsáveis por cerca de 30% e 22% do volume mundial produzido respectivamente.

Segundo a FAO, houve um forte crescimento do consumo desse cereal nos últimos cinco decênios. O consumo mundial é de aproximadamente 58 kg/hab/ano. Os maiores consumidores são a China, a Birmânia e a Indonésia, com uma média de 80 kg/hab/ano; o Brasil, a Colômbia e o Senegal têm um consumo médio que varia de 40 a 60kg/hab/ano, enquanto os Estados Unidos, a Espanha e a França estão numa escala média de consumo de menos de 10 kg/hab/ano.

Atualmente, a produção mundial desse cereal cresce em ritmo menor (cerca de 1%) que a das décadas passadas (cerca de 2,5%). Esses resultados têm a sua origem principalmente nos fatores climáticos com secas prolongadas, chuvas atrasadas em determinadas regiões e inundações em outras. O incremento da área cultivada, por sua vez, é pouco expressivo, enquanto a produtividade pode ter crescido em torno de 1% ao ano.

Na safra 2007/08, segundo o USDA, a produção mundial de arroz beneficiado deverá atingir um total de 428 milhões de toneladas (cerca de 657 milhões de toneladas de arroz em casca) – crescimento de cerca de 1,9% em comparação com a safra passada.

O consumo mundial deve crescer cerca de 0,08%, podendo atingir um total de 425,24 milhões de toneladas. Os estoques de passagem, por outro lado, continuam aumentando (4,4%) podendo alcançar um total de 78,52 milhões de toneladas (Tabela 1).

Arroz

A tendência do mercado mundial é de crescimento dos preços; a produção deve continuar crescendo (impulsionada pelo aumento da produtividade), porém em ritmo mais lento; a demanda global continua aquecida, enquanto as reservas mundiais permanecem levemente reduzidas.

Brasil - Safra 2007/08

Na safra 2007/08 nacional de arroz, as estimativas do IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA de junho), sinalizam que o Brasil terá uma área plantada de 2,89 milhões de hectares e uma produção de 12,27 milhões de toneladas.

As maiores quantidades produzidas estão localizadas na Região Sul, responsável por 69,84%, seguida pela Norte, com 9,6%, a Nordeste, com 9,5%, a Centro-Oeste, com 9,0% e a Sudeste, com 2,0%.

Apesar da redução na área plantada, ocasionada principalmente nas áreas de sequeiro, pela substituição por soja e milho, que estavam com os preços mais atraentes na época de implantação da cultura, a maioria dos estados teve aumento de produtividade. As chuvas foram suficientes e bem distribuídas, favorecendo o desenvolvimento da cultura, o que, aliado ao bom nível tecnológico e aos tratamentos culturais adequados, permitiu que muitas lavouras atingissem o seu potencial de produção (Tabela 5).

Santa Catarina - Safra 2007/08

Em Santa Catarina, os dados do IBGE/GCEA (agosto de 2008 – dados conclusivos) informam para safra 2007/08 uma área plantada de 153,10 mil hectares e uma produção de 1,018 milhão de toneladas, apresentando-se praticamente estáveis em comparação com os dados da safra passada.

Durante a safra ocorreram alguns fenômenos climáticos adversos, como excesso e falta de chuva, frio fora época, queda de granizo e vendaval em áreas localizadas (ocasionando a debulha do produto), bem como doenças (principalmente brusone), fatores que limitaram o bom desempenho da lavoura e influenciaram o rendimento e conseqüentemente a quantidade produzida (Tabela 5).

Em 2008, embora tenha ocorrido uma boa recuperação nas cotações do produto, principalmente nos meses de abril e maio, tanto para o produtor quanto no atacado, contagiados pela conjuntura internacional – alguns países encontravam-se com os estoques baixos demandando uma maior quantidade de arroz. Esse comportamento, se por um lado favoreceu as vendas nacionais do produto, por outro provocou um aumento acentuado da demanda interna, principalmente pelo setor atacadista, pressionando as cotações do produto para cima. Entretanto, à medida que o mercado volta gradativamente a sua normalidade, os preços caem um pouco e voltam a ficar em níveis praticamente estáveis durante os meses de junho e julho (em torno de R\$ 33,00 a saca de 50 quilos).

A tendência para o mês de agosto é que o mercado nacional comece a ter uma maior movimentação e ganhe um pouco mais de força mantendo os preços levemente crescentes nos meses seguintes (Tabelas 10 e 11 e Figuras 1 e 2).

Safra 2008/09

Na safra 2008/09 nacional de arroz, estimada por Safras & Mercado em seu primeiro levantamento de intenção de plantio, a área plantada cresce 3,4%. O Rio Grande do Sul (maior produtor) tem um incremento de 4,1%. A produção brasileira deve alcançar cerca de 12,632 milhões de toneladas – o Rio Grande do Sul produzirá 7,649 milhões de toneladas.

Por região produtora, observa-se que a área a ser plantada terá aumento na safra em todas as regiões. Na Sul cresce 3,5%; na Norte/Nordeste 3,7% (com destaque para os estados do Maranhão e Tocantins); na Centro-Oeste 3%, enquanto na Sudeste 1,2%.

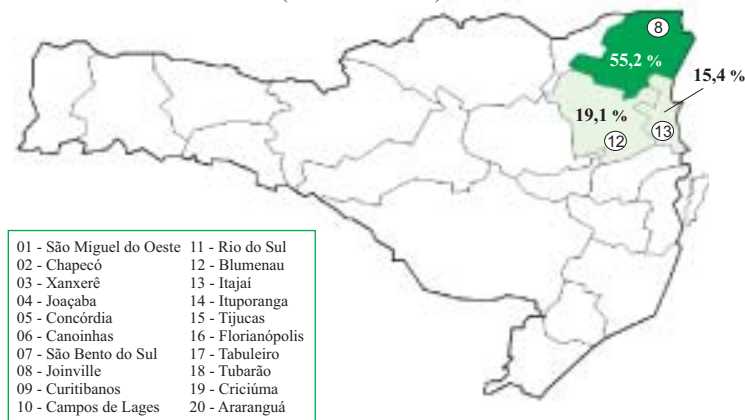
Os principais fatores responsáveis pelo bom desempenho da safra são os preços praticados na comercialização da safra 2007/08 e o nível de água existente nas barragens, ambos considerados satisfatórios.

Para a safra 2008/09 catarinense de arroz, as estimativas da Epagri/Cepa, em razão da limitação da área disponível para a implantação de novas lavouras de arroz irrigado no estado, são de que a área a ser cultivada mantém-se em torno de 155,0 mil hectares (aumento de 1,4%). A produção obtida, no entanto, poderá aumentar, graças ao aprimoramento das técnicas de cultivo e ao uso de variedades mais produtivas, podendo atingir cerca de 1,100 milhão de toneladas (incremento de 8,0%).

Luiz Marcelino Vieira

Banana

Banana - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 655.953 t)



Mundo

A banana é originária da Região Sudeste da Ásia. Dentre as frutíferas tropicais exploradas em todo o mundo, ela se destaca apresentando o segundo maior volume de produção e o primeiro em consumo. Sua produção tornou-se uma atividade principalmente de subsistência. A maioria dos agricultores a produz para consumo próprio e para venda a mercados locais.

Devido ao seu alto valor nutritivo e por estar disponível durante todo o ano, é uma fruta de suma importância para qualquer sistema sustentado na luta contra a fome.

Ela constitui o quarto produto alimentar mais consumido no mundo, precedido pelo arroz, trigo e milho, e em muitos países essa fruta é a principal fonte de arrecadação e geradora de emprego e renda para uma parte expressiva da população.

Nos anos mais recentes, a banana tem apresentado um aumento significativo no volume produzido, com 81,0 milhões de toneladas. É superada apenas pela melancia, com 97,5 milhões de toneladas; na sequência, aparece uva, com 66,2 milhões de toneladas, maçã, com 62,2 milhões de toneladas e laranja, com 61,6 milhões de toneladas (FAO, julho de 2007).

Na safra 2006/07 mundial, o seu cultivo é de 4,4 milhões de hectares, com quantidade produzida de 81,0 milhões de toneladas e rendimento médio de 18,418 t/ha. A área colhida cresce 0,53%, a produção aumenta 1,3% e o ganho de produtividade 0,72%, em comparação com os dados da safra passada. O uso de tecnologia garante uma melhoria no ganho da produtividade média na maioria dos bananais explorados nos maiores países produtores.

Na safra 2005/06, a Índia se destaca como o principal produtor dessa fruta, responsável por 16,1% do volume total produzido, o Brasil aparece na segunda posição, com 9,2%, seguido pela China com 9,1%, as Filipinas com 8,7% e o Equador com 8,4%. Entretanto, o Brasil possui a maior área plantada, com 12,1% do total mundial, enquanto o Mali obtém a maior produtividade (cerca de 71,43 t/ha), quase quatro vezes maior que a média mundial (Tabela 1).

Tabela 1/I. *Banana – Área colhida e quantidade produzida nos principais países – Safras 2004/05-2006/07*

Discriminação	2004/05		2005/06		2006/07	
	Área colhida (mil ha)	Quantidade produzida (mil t)	Área colhida (mil ha)	Quantidade produzida (mil t)	Área colhida (mil ha)	Quantidade produzida (mil t)
Mundo	4.185,5	69.644,9	4.376,3	80.027,6	4.399,6	81.036,3
Índia	404,2	11.710,3	600,3	20.857,8	622,2	21.766,4
China	285,1	6.666,8	295,1	7.115,3	295,0	7.100,0
Filipinas	417,8	6.298,2	428,8	6.794,6	430,0	7.000,0
Brasil	491,2	6.703,4	504,6	6.956,2	508,8	6.972,4
Equador	221,1	6.118,4	209,4	6.127,1	210,0	6.130,0
Indonésia	315,0	5.177,6	311,0	5.037,5	310,0	5.000,0
Costa Rica	41,1	1.875,0	42,7	2.220,0	43,0	2.240,0
México	77,0	2.250,0	74,3	2.196,2	75,0	2.200,0
Tailândia	153,0	2.000,0	153,0	2.000,0	153,0	2.000,0
Colômbia	64,8	1.764,5	64,0	1.750,0	65,0	1.800,0
Burundi	325,0	1.720,0	300,0	1.600,0	300,0	1.600,0
Vietnã	93,9	1.344,2	94,0	1.350,0	95,0	1.355,0
Guatemala	21,9	1.150,2	19,1	1.001,0	19,5	1.010,0
Honduras	20,5	887,1	20,6	890,0	21,0	910,0
Egito	21,0	880,0	21,5	885,0	21,5	880,0
Papua Nova Guiné	64,0	900,0	62,0	870,0	62,0	870,0
Bangladesh	53,9	898,7	55,8	909,0	53,0	838,0
Camarão	84,5	856,0	85,0	860,0	82,0	790,0
Uganda	135,0	615,0	135,0	615,0	135,0	615,0
Quênia	40,0	600,0	40,0	600,0	39,0	580,0

Fonte: FAO.

Por outro lado, observa-se que os países maiores produtores não necessariamente obtêm as maiores produtividades, conforme observado na tabela 2.

Tabela 2/I. *Banana – Os maiores rendimentos mundiais, por país – Safras 1999/00-2004/05-2005/06*

País	(kg/ha)		
	Safra 1999/00	Safra 2004/05	Safra 2005/06
Mali	63.636	68.909	71.429
Costa Rica	46.893	57.176	55.096
Guatemala	45.604	55.454	55.454
África do Sul	20.732	50.504	49.366
Itália	26.667	48.250	48.250
Maldivas	31.300	47.338	79.331
Nicarágua	26.268	45.878	54.608
Costa do Marfim	45.004	45.003	45.003
Honduras	20.890	43.202	43.202
Israel	35.001	42.880	44.422
Egito	34.485	41.905	41.905
Turquia	37.101	41.667	44.551
Palestina	39.958	40.000	40.000
Guam	43.000	39.308	39.308
Panamá	51.067	36.602	36.602
Espanha	44.694	36.131	36.220
Marrocos	30.564	35.849	36.643
Sudão	32.727	32.990	32.990
Timor Oriental	22.222	31.167	31.167
Rep. Dominicana	12.261	31.124	31.124

Fonte: FAO.

Banana

O consumo mundial de banana é de aproximadamente 9,1 kg/habitante/ano e, segundo a FAO, cresce a cada ano, graças ao empenho do setor produtivo na qualificação da produção e do setor mercadológico nos aspectos que envolvem a apresentação do produto e a divulgação dos benefícios para quem o consome.

As exportações mundiais de bananas em 2005 (últimos dados disponibilizados pela FAO) apresentaram cifras que totalizam 5,6 bilhões de dólares, movimentando 15,9 milhões de toneladas. Esses números significam o maior volume e os maiores valores negociados nos últimos cinco anos, como se pode observar nas tabelas 3 e 4, nas quais está caracterizada a evolução do comércio mundial. O aumento das exportações, no período, foi bastante significativo, tanto em volume como em valores negociados. Os preços do produto são crescentes e apresentam uma significativa recuperação no último ano. De 2001 a 2005 houve uma valorização de 23,1% no preço por tonelada da fruta.

Tabela 3/1. *Banana – Comportamento das exportações mundiais - 2001-05*

Exportação	2001	2002	2003	2004	2005
Volume (mil t)	14.590	14.491	15.240	15.764	15.948
Valor (milhões US\$)	4.200	4.287	4.687	5.001	5.651
Preço (US\$/t)	287,87	295,84	307,54	317,26	354,36

Fonte: FAO.

Tabela 4/1. *Banana - Comportamento das importações mundiais - 2001-05*

Importação	2001	2002	2003	2004	2005
Volume (mil t)	13.642	13.902	14.691	15.073	15.222
Valor (milhões US\$)	5.890	5.852	7.047	7.856	8.324
Preço (US\$/t)	431,75	420,94	479,67	521,19	546,82

Fonte: FAO.

Alguns aspectos contribuem para que a banana seja a fruta mais comercializada no mundo: a facilidade de propagação, o grande rendimento por hectare, o fato de ser uma cultura de ciclo curto, de produção contínua, de fácil manipulação quando verde, além de fácil armazenamento e maturação acelerada.

O consumo de bananas é relativamente alto em diversos países e tem aumentado com a expansão do conhecimento do seu valor nutritivo, além de seu excelente sabor.

As tabelas 5 e 6 apresentam os quinze países maiores importadores e exportadores da fruta nos anos de 2004 e 2005, bem como o percentual de participação em volume e a evolução do mercado de cada país. Os Estados Unidos são, há muitos anos, o maior país comprador da fruta, com mais de um quarto do total importado, e o Equador lidera as exportações mundiais de banana (com cerca de 30%).

Em 2005, a nação norte-americana importou 25,1% do total mundial, seguida pela Alemanha com 7,7% e pelo Japão com 7,0%. A Argentina, principal comprador de banana brasileira, é o 12º no ranking, com 2,1% de participação. Os maiores exportadores são o Equador, com 29,9%, as Filipinas, com 11,3% e a Costa Rica, com 11,1% do total mundial. O Brasil figura como 13º nas exportações, participando com 1,3% do total.

A banana é uma das principais fruteiras em exploração no Brasil, superada apenas pela cultura da laranja.

Além do grande volume produzido e da expressiva área ocupada, a banana também é de suma importância no cenário nacional por ser o Brasil o maior consumidor mundial dessa fruta. O seu consumo per capita aumenta a cada ano, embora haja crescimento significativo, também, do consu-

mo de outras espécies frutíferas. Esta atitude do consumidor brasileiro em comer mais frutas está sendo atribuída ao conceito atual de alimentação mais saudável, que inclui no cardápio maior quantidade e diversidade de frutas.

Tabela 5/l. *Banana – Principais países importadores – Comparativo e evolução - 2004-05*

País	2004		2005		Evolução % 2005/2004
	Volume (mil t)	Participação (%)	Volume (mil t)	Participação (%)	
Estados Unidos	3.881,5	25,8	3.824,4	25,1	(1,5)
Alemanha	1.174,5	7,8	1.174,2	7,7	(0,0)
Japão	1.026,0	6,8	1.066,9	7,0	4,0
Bélgica	1.002,7	6,7	973,8	6,4	(2,9)
Federação Russa	858,1	5,7	863,5	5,7	0,6
Reino Unido	828,9	5,5	837,9	5,5	1,1
Itália	618,4	4,1	566,0	3,7	(8,5)
Irã	270,9	1,8	450,9	3,0	66,4
Canadá	442,3	2,9	449,6	3,0	1,7
França	406,1	2,7	410,3	2,7	1,0
China	380,9	2,5	355,7	2,3	(6,6)
Argentina	303,4	2,0	302,2	2,0	(0,4)
Rep. da Coreia	210,1	1,4	254,0	1,7	20,9
Ucrânia	66,5	0,4	240,8	1,6	262,1
Polónia	257,8	1,7	239,1	1,6	(7,3)
Total	15.073	100,0	15.222	100,0	1,0

Fonte: FAO.

Segundo a FAO, em 2005 o consumo nacional de banana alcança 29,2 kg/habitante/ano, superando todas as outras frutas, exceto a laranja, com 39,2 kg/habitante/ano.

Tabela 6/l. *Banana - Principais países exportadores – Comparativo e evolução - 2004-05*

País	2004		2005		Evolução % 2005/2004
	Volume (mil t)	Participação (%)	Volume (mil t)	Participação (%)	
Equador	4.521,5	28,7	4.764,2	29,9	5,4
Filipinas	1.797,3	11,4	1.794,4	11,3	(0,2)
Costa Rica	2.016,7	12,8	1.775,5	11,1	(12,0)
Colômbia	1.471,4	9,3	1.621,7	10,2	10,2
Guatemala	1.058,2	6,7	1.129,5	7,1	6,7
Bélgica	910,7	5,8	948,5	5,9	4,2
Honduras	571,7	3,6	545,5	3,4	(4,6)
Estados Unidos	445,8	2,8	449,6	2,8	0,9
Panamá	397,9	2,5	352,5	2,2	(11,4)
Camarão	294,9	1,9	265,5	1,7	(10,0)
Alemanha	237,6	1,5	264,5	1,7	11,3
Costa do Marfim	252,4	1,6	234,3	1,5	(7,2)
Brasil	188,1	1,2	212,2	1,3	12,8
França	202,8	1,3	193,4	1,2	(4,6)
Rep. Dominicana	102,0	0,6	163,5	1,0	60,3
Total	15.764	100,0	15.948	100,0	1,2

Fonte: FAO.

Na tabela 7, é demonstrado o comportamento do consumo per capita nacional das principais frutas nos anos de 2001 a 2005.

Banana

Tabela 7II. *Consumo per capita das frutas mais consumidas no Brasil - 2001-05*

Fruta	(kg/hab/ano)				
	2001	2002	2003	2004	2005
Laranja	56,5	50,4	46,4	42,8	39,2
Banana	28,1	29,2	29,5	29,2	29,2
Abacaxi	7,6	7,6	7,6	7,9	8,3
Uva	6,5	6,8	6,8	6,5	6,1
Lima/limão	3,2	3,6	4,0	4,0	4,0
Manga	25	2,9	3,2	3,2	3,6
Maçã	4,0	3,6	3,2	2,9	2,9

Fonte: FAO.

Safra nacional 2006/07

A safra 2006/07 brasileira de banana, conforme o IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – junho de 2008), registra uma produção de 7,01 milhões de toneladas (cresce 1,62%), uma área plantada de 527,80 mil hectares (aumenta 3,25%) e produtividade média de 13.393 hectares (cai 1,58%), em relação à safra passada (Tabela 8).

Em alguns estados produtores, a baixa performance da produtividade dos bananais e conseqüente diminuição do volume produzido, apesar do incremento da área plantada, é conseqüência do quadro desfavorável no segmento comercialização, contribuindo para que os preços permanecessem retratados e o produtor, descapitalizado, deixasse de investir na lavoura adequadamente (tratos culturais, manejo, dentre outros).

Na safra, o estado da Bahia se destaca no cenário nacional como o maior produtor de banana, responsável por 19,6% do total. A seguir, vêm São Paulo, com 15,4%, Santa Catarina, com 9,3%, Pará, com 8,1%, Minas Gerais, com 7,6%, Ceará e Pernambuco, com 5,4% cada um. Esses estados juntos perfazem 71,0% do volume total produzido (Tabela 9).

Tabela 8II. *Banana – Principais estados produtores - Área colhida – Safras 1999/00 e 2004/05-2007/08*

Discriminação	(ha)				
	1999/00	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Brasil	533.593	496.287	511.181	527.801	537.630
Bahia	49.118	71.102	83.780	90.260	91.848
São Paulo	56.737	52.700	53.346	50.280	61.790
Ceará	42.767	42.120	42.718	43.930	44.620
Pará	56.610	41.855	43.180	44.552	42.862
Pernambuco	36.929	36.032	38.165	41.919	44.642
Minas Gerais	41.456	37.692	37.616	38.798	38.215
Santa Catarina	26.288	31.164	30.672	31.090	31.076
Rio de Janeiro	28.859	24.077	23.812	23.643	23.594
Amazonas	43.574	23.441	23.759	22.605	21.811
Espírito Santo	20.530	20.456	20.277	20.777	20.975
Paraíba	17.203	16.077	17.197	17.001	17.475
Goiás	12.828	13.271	13.261	14.780	14.800
Rio Grande do Sul	10.466	10.501	11.344	12.273	12.272
Maranhão	11.678	11.946	11.605	11.797	11.337
Paraná	8.241	9.849	9.862	9.900	9.900
Tocantins	5.455	4.688	4.175	4.885	7.872

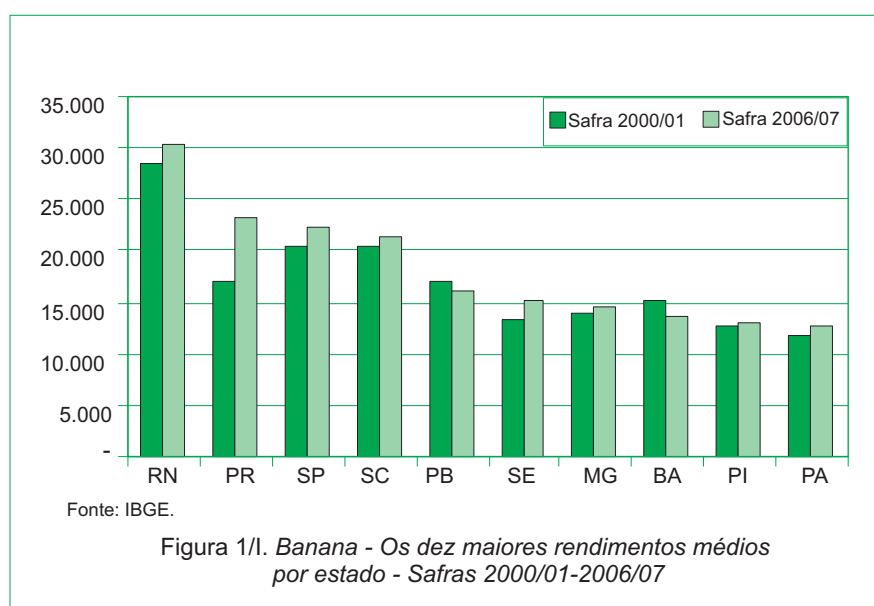
Fonte: IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – junho de 2002 e 2008.

Tabela 9/I. *Banana – Principais estados produtores – Quantidade produzida – Safras 1999/00 e 2004/05-2007/08*

Discriminação	1999/00	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Brasil	5.952.060	6.703.400	6.956.179	7.068.686	7.266.208
Bahia	568.950	975.620	1.182.941	1.386.016	1.415.988
São Paulo	892.500	1.178.140	1.175.768	1.084.841	1.222.820
Santa Catarina	546.032	668.003	596.636	655.973	683.156
Pará	861.816	537.900	551.786	570.951	552.162
Minas Gerais	460.870	550.503	554.039	536.576	533.166
Ceará	368.190	363.025	408.026	385.455	423.823
Pernambuco	391.032	359.432	388.875	382.417	394.919
Paraíba	247.880	257.447	264.638	242.915	255.694
Paraná	85.800	229.493	231.757	230.670	227.700
Amazonas	287.130	244.767	262.166	235.551	227.242
Rio G do Norte	62.316	201.891	202.872	191.026	187.121
Espírito Santo	156.267	180.207	180.026	186.393	187.064
Rio de Janeiro	151.461	162.327	163.670	159.213	159.794
Goiás	144.250	153.018	155.943	163.984	170.840
Maranhão	116.940	127.927	124.969	125.557	119.072
Rio G do Sul	108.360	108.187	118.174	110.153	115.614

Fonte: IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA – junho de 2002 e 2008.

Dentre os estados produtores, o maior rendimento médio entre as lavouras continua pertencendo ao Rio Grande do Norte. A média colhida pelos bananicultores potiguares é de 30,350 t/ha, superando em 126,6% a média nacional que é de 13,393 t/ha, seguido pelo Paraná, com 23,301 t/ha. Santa Catarina está na quarta posição, com 21,435 t/ha (Figura 1).



Santa Catarina - Safra estadual 2006/07

Santa Catarina é o terceiro maior produtor nacional de banana. Na safra 2006/07 obtém um acréscimo na área cultivada de 1,36% e consegue recuperar, em parte, os índices de produtividade da fruta de temporadas anteriores, registrando um ganho de 8,47%, fato que proporciona um aumento de 9,95% no volume produzido.

Em 2007, as condições climáticas favorecem a recuperação da maioria dos bananais catarinenses. Os índices pluviométricos suficientes nas regiões produtoras, aliados à recuperação dos preços de mercado do produto, possibilitam ao agricultor fazer os tratamentos necessários, principalmente as adubações, que permitem a pronta recuperação das plantações.

Desta forma, cresce a possibilidade de continuidade de ganho de produtividade dos bananais, bem como a melhoria da qualidade da fruta produzida, fatores imprescindíveis para o enfrentamento da concorrência com as outras frutas comercializadas nos mercados estadual e nacional.

Numa análise do comportamento de preços médios recebidos pelos produtores catarinenses durante o período de 2000 a julho de 2008, observa-se que a banana caturra (a mais importante por se tratar da exploração dominante, com cerca de 85% da área cultivada em Santa Catarina) é bastante desvalorizada nos anos de 2002 e 2005 – atingindo em 2005 a sua menor cotação devido à ocorrência da Sigatoka Negra (doença que ataca as folhas, reduzindo a área fotossintética da planta), fazendo crescer significativamente o custo de produção das lavouras, além de ocasionar a baixa produtividade dos bananais e afetar a qualidade dos frutos. Nos demais anos, os preços mantêm-se levemente estáveis, sendo que no período de janeiro a julho de 2008 seguem em recuperação e a expectativa é de continuidade até o final do ano.

Para a banana prata (que representa cerca de 15% da produção estadual), exceto em 2002, os preços apresentam-se sensivelmente crescentes até julho de 2008 e deverão manter-se em ligeira elevação até dezembro, conforme demonstrado na figura 2 e tabelas 10 e 11.

Os preços médios mensais da fruta comercializada no atacado de Santa Catarina, no período de 2000 a 2008 são demonstrados nas tabelas 12 e 13 e na figura 3, nos quais se observa um comportamento bastante semelhante àqueles praticados em nível de produtor. A banana caturra, com exceção dos anos de 2002 e 2005, obteve uma valorização abaixo do esperado devido à qualidade da fruta ofertada no mercado nacional ocasionada por fatores climáticos, principalmente frio em excesso e doenças nos bananais. Nos demais anos, os preços têm uma curva de crescimento positivo. Para a banana prata os preços são crescentes durante o período em análise.

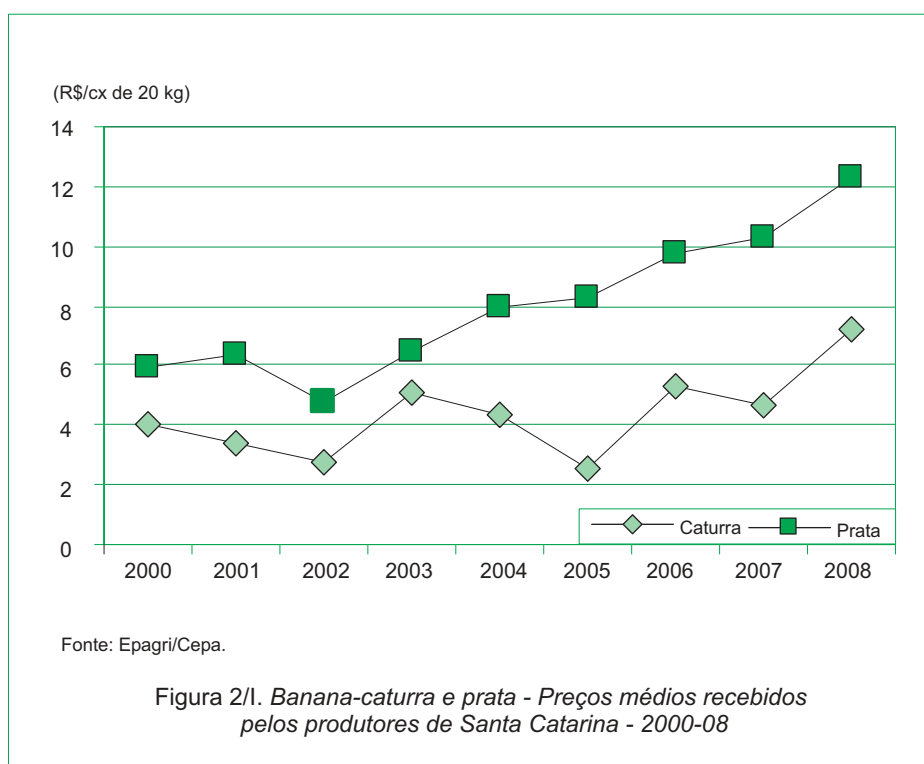


Tabela 10/I. *Banana-caturra - Preços médios mensais recebidos pelos produtores na Região Litoral Norte Catarinense - 2000-08*

(R\$/cx de 20kg)

Mês	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	3,15	7,97	2,39	4,40	4,00	1,80	2,00	3,00	7,80
Fevereiro	2,00	4,23	1,86	2,18	3,25	1,68	2,00	2,25	6,97
Março	3,13	5,21	2,60	4,83	4,08	2,74	2,97	4,64	7,50
Abril	4,53	6,26	2,74	7,47	6,11	3,11	6,03	4,88	7,69
Mai	3,93	3,66	2,54	5,03	5,60	3,03	5,09	3,08	6,83
Junho	3,71	2,00	2,41	3,68	5,00	2,15	5,73	2,67	7,00
Julho	4,11	2,17	2,45	5,23	5,64	1,60	7,47	4,19	7,00
Agosto	4,50	1,67	3,05	4,69	6,75	1,50	6,00	4,67	
Setembro	5,38	1,76	3,50	5,45	5,00	1,93	6,00	7,08	
Outubro	5,50	1,59	3,95	8,81	2,58	5,14	9,25	6,45	
Novembro	4,18	1,50	2,66	5,43	1,58	3,18	7,17	4,88	
Dezembro	3,72	2,30	2,50	4,08	2,00	2,27	3,33	8,50	
Média	3,99	3,36	2,72	5,11	4,30	2,51	5,25	4,69	7,26

Fonte: Epagri/Cepa.

Banana

Tabela 11/I. *Banana-prata - Preços médios mensais recebidos pelos produtores na Região Sul Catarinense - 2000-08*

(R\$/cx de 20kg)

Mês	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	6,00	6,80	5,00	4,15	7,30	8,00	7,00	10,00	12,00
Fevereiro	6,25	8,91	5,00	5,00	9,00	9,19	6,69	9,87	12,00
Março	7,00	9,00	5,00	4,67	9,00	9,00	6,68	10,23	12,00
Abril	6,61	8,42	4,64	5,58	9,00	9,00	8,53	10,00	12,00
Maio	5,41	7,07	5,00	5,30	6,86	8,35	10,15	10,00	12,28
Junho	5,33	6,13	5,18	5,53	10,00	8,00	10,93	10,00	13,00
Julho	5,73	6,00	4,73	8,07	9,14	8,00	11,71	10,00	13,00
Agosto	6,00	6,00	4,24	9,00	8,00	8,00	11,32	10,00	
Setembro	6,00	5,00	5,00	9,00	7,80	8,00	11,00	10,37	
Outubro	6,14	4,64	5,48	8,71	6,58	8,00	11,00	11,00	
Novembro	6,00	4,14	5,50	6,20	6,00	8,00	11,00	11,00	
Dezembro	5,13	4,27	3,00	6,33	6,40	8,00	11,00	11,00	
Média	5,97	6,37	4,81	6,46	7,92	8,30	9,75	10,29	12,33

Fonte: Epagri/Cepa.

Tabela 12/I. *Banana-caturra - Preços médios mensais no atacado - Região Norte Catarinense - 2000-08*

(R\$/cx 20kg)

Mês	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	4,20	10,13	3,64	5,93	5,00		10,20
Fevereiro	3,15	6,23	3,47	3,74	5,55	3,50	3,50	4,63	8,92
Março	4,13	7,05	3,95	6,33	8,37	4,17	4,31	6,52	9,85
Abril	5,94	8,00	4,09	8,71	7,81	4,50	7,62	6,76	10,10
Maio	5,18	5,02	3,50	7,08	7,65	4,50	7,05	4,97	8,64
Junho	4,64	3,03	3,50	5,53	10,41	4,50	7,65	4,75	8,50
Julho	...	3,43	3,50	6,62	11,00	3,74	9,70	6,14	8,50
Agosto	...	2,67	4,14	6,47	10,30	3,50	7,62	6,64	
Setembro	...	3,00	5,00	7,15	4,58	3,50	7,50	8,79	
Outubro	6,50	2,76	5,50	10,31	6,00	6,71	11,42	8,27	
Novembro	5,13	2,50	4,18	7,65	4,00	5,36	9,58	6,79	
Dezembro	4,94	3,30	4,00	6,08	...	4,50	6,00	11,00	
Média	4,87	4,76	4,04	6,80	7,33	4,41	7,45	6,84	9,24

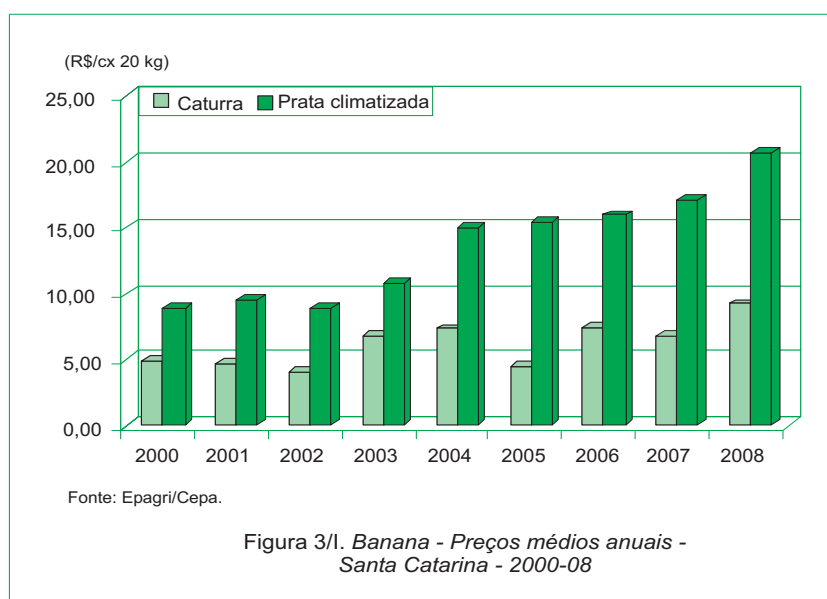
Fonte: Epagri/Cepa.

Tabela 13/I. *Banana-prata climatizada - Preços médios mensais no atacado - Região Nortel Catarinense - 2000-08*

(R\$/cx 20kg)

Mês	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	9,00	10,00	9,00	9,95	20,00
Fevereiro	8,41	12,73	9,00	10,00	14,60	15,75	10,85	16,00	20,00
Março	10,00	12,38	9,00	10,00	15,43	16,00	15,00	16,00	20,00
Abril	8,61	11,37	6,73	10,00	16,00	16,00	15,00	16,36	20,05
Maio	8,82	9,40	8,00	10,00	15,90	15,30	15,30	17,00	21,44
Junho	9,00	9,00	8,00	9,95	16,00	15,00	16,38	17,00	22,00
Julho	9,30	9,00	8,52	11,59	15,55	15,00	17,81	17,00	22,00
Agosto	9,11	9,00	9,23	12,00	15,00	15,00	17,35	17,00	
Setembro	9,00	9,00	10,00	12,00	15,00	15,00	17,00	17,32	
Outubro	9,00	8,05	10,00	12,00	13,89	...	17,00	18,00	
Novembro	9,00	7,00	10,00	11,10	14,00	...	17,00	18,00	
Dezembro	8,69	8,27	9,21	11,85	14,00	...	17,00	18,00	
Média	9,00	9,60	8,89	10,87	15,03	15,38	15,97	17,06	20,78

Fonte: Epagri/Cepa.



Safra 2007/08

O IBGE estima para a safra nacional 2007/08 de banana uma área plantada de 537,63 mil hectares e uma quantidade produzida de 7,27 milhões de toneladas. Um aumento de 1,86% e 2,79%, respectivamente, em relação aos dados da safra passada (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - junho de 2008).

Santa Catarina praticamente mantém a área plantada e o volume produzido na safra 2007/08, em comparação com a safra passada, devendo plantar cerca de 30.961 hectares e colher 686.149 toneladas da fruta.

O clima tem colaborado para a exploração da lavoura, os índices pluviométricos são considerados satisfatórios. Observa-se, entretanto, a ocorrência de ventos fortes localizados em alguns municípios produtores no Estado. Na estação de inverno, normalmente a produtividade cai e a produção diminui, ocorrendo uma menor oferta do produto.

No estado, a exploração da cultura da banana se caracteriza pela utilização do tipo caturra (também conhecida como banana d'Água), cultivares Nanica e Nanicão na Região Norte Catarinense; na Região Sul Catarinense, as cultivares mais usadas são a Enxerto e a Branca de Santa Catarina, componentes do tipo Prata e também conhecidas como Branca (em alguns estados brasileiros).

São mais de oitenta municípios que exploram a cultura da banana no estado. Entretanto, quinze deles respondem por cerca de 90% da produção catarinense. Desses, apenas dois, Corupá com

Banana

22,6% e Luiz Alves com 17,3%, perfazem juntos 40% do volume total estadual, conforme demonstrado na tabela 14.

Nessa safra, doenças como o mal de Sigatoka Negra e do Panamá, comparando-se com a ocorrência em anos anteriores, estão praticamente controladas, graças ao trabalho de monitoramento realizado nos bananais que tem dado bom resultado.

Tabela 14/II. *Banana - Quantidade produzida, principais microrregiões geográficas de Santa Catarina – Safras 2004/05-2006/07*

Microrregião geográfica	Safra 2004/05	Safra 2005/06	Safra 2006/07
Santa Catarina	670.008	598.642	657.980
Joinville	362.372	320.925	361.814
Blumenau	144.233	127.433	125.428
Itajaí	99.070	89.585	101.120
Araranguá	24.015	22.862	26.877
Criciúma	15.799	15.787	19.971
Florianópolis	8.471	7.511	7.621
Demais MRG	16.048	14.539	15.149

Fonte: IBGE (Banco de Dados da Epagri/Cepa).

Quanto ao desempenho da safra por microrregião geográfica, merece destaque a de Joinville, que continua obtendo os melhores resultados, sendo responsável por 55,0% do volume total produzido, seguida pelas microrregiões de Blumenau e Itajaí, que produziram, respectivamente, 19,1% e 15,4% do total estadual. A soma dessas microrregiões perfaz 89,5% de participação em relação ao volume total estadual de banana (Tabela 14).

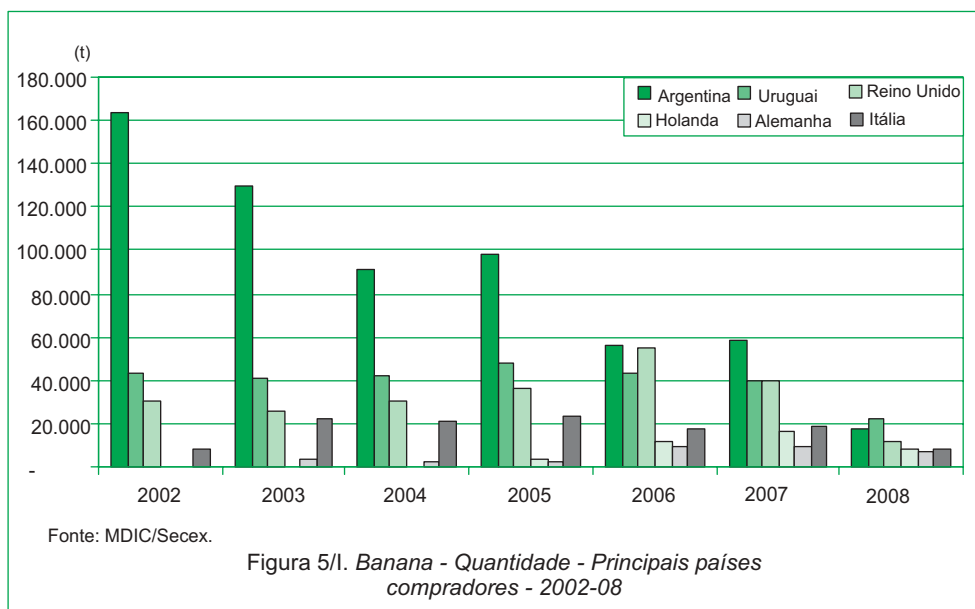
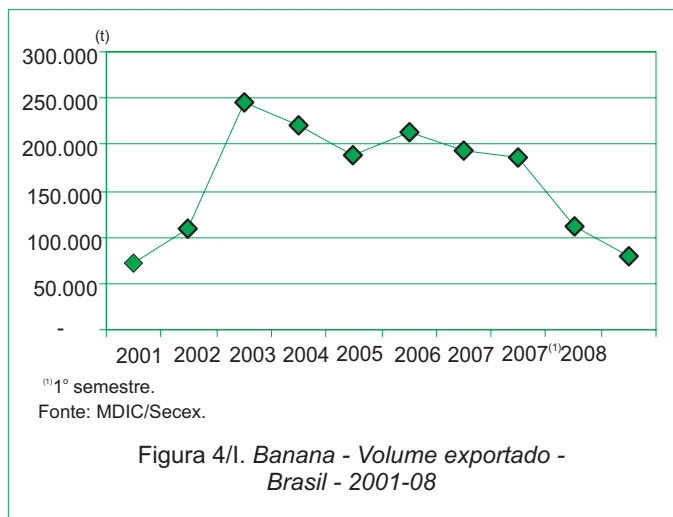
Em 2007, as exportações brasileiras de banana somaram um total de 185,7 mil toneladas, movimentando um volume financeiro de 30,1 milhões de dólares. Considerando que o ano foi levemente desfavorável para a comercialização da fruta nacional, notadamente nas Regiões Sul e Sudeste, em razão principalmente de problemas fitossanitários que impediram o escoamento de uma parte da produção, o resultado pode ser considerado satisfatório para o setor.

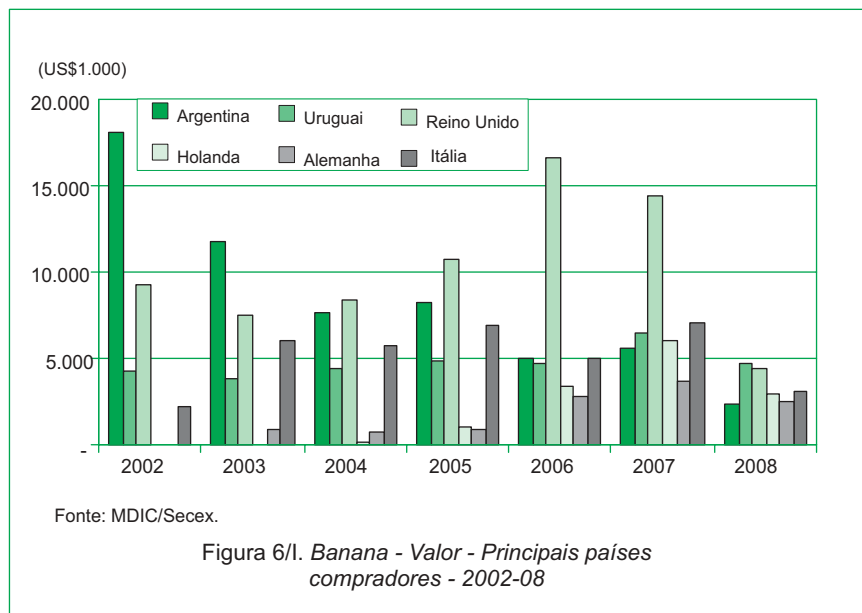
A crescente valorização dos preços médios da banana nacional no mercado externo nos últimos anos é o resultado do aumento da qualidade da fruta, do aprimoramento do sistema de produção e da qualificação da mão-de-obra, impostos pelos agentes de produção e de comercialização.

A figura 4 demonstra o comportamento do volume das exportações brasileiras de banana nos anos de 2001 a 2008.

Enquanto os estados das Regiões Sul e Sudeste vendem a maior parte de suas produções para os países do Mercosul – com destaque para os mercados argentino e uruguaio, os estados do nordeste, especialmente o Rio Grande do Norte e o Ceará, têm tido a participação crescente no mercado da Europa (com destaque para os centros consumidores do Reino Unido, dos Países Baixos, da Alemanha e da Itália), que, além de ser mais seguro, garante melhores resultados financeiros, conforme demonstrado nas figuras 5 e 6.

Em nosso estado, a maior parte da produção da Região Sul Catarinense destina-se aos consumidores do Rio Grande do Sul. Uma outra pequena parte é comercializada na própria região, para consumo in natura e por indústrias que utilizam a matéria-prima para produção de alimentos (balas, doces, dentre outras). A preferência desse mercado é pela banana prata em virtude do maior rendimento e melhor sabor do produto final.

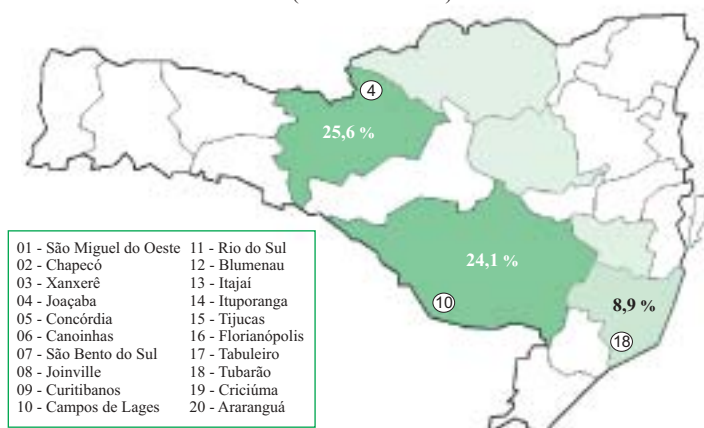




Da produção da Região Norte do estado, cerca de 20% é consumida *in natura* no mercado estadual; uma outra parte, aproximadamente 25%, segue para os principais centros consumidores do País (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais - principalmente na Grande Belo Horizonte); as indústrias processadoras catarinenses absorvem cerca de 20%; uma outra parte, cerca de 15%, é vendida no mercado internacional – principalmente nos países do Mercosul, com destaque para os mercados argentino e uruguaio. Os 20% restantes são registrados como perdas que ocorrem desde a colheita até a mesa do consumidor.

Luiz Marcelino Vieira

Batata - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 102.507 t)



Produção recorde

A produção brasileira de batata colhida na primeira safra, ou das águas, na campanha correspondente ao ano agrícola 2006/07, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, somou aproximadamente 1.615,3 mil toneladas do produto.

O montante em questão, comparativamente ao resultado alcançado nesta mesma safra no ano passado, apresenta-se evoluído em mais de 20,0%. É o mais elevado quantitativo de oferta já verificado no País na colheita do tubérculo nesse cultivo e contribuiu de forma decisiva para que o resultado final da atividade batateira, em nível nacional, nesta campanha, se traduzisse em novo recorde histórico de produção.

O total da área plantada nesse cultivo, de acordo com a mesma fonte, de foi de 73,5 mil hectares e a produtividade média obtida, de 21.971 kg/ha, valores que também se mostraram acrescidos em mais de 8,0% e 11,0%, respectivamente, frente aos dados do cultivo da safra 2005/06.

Todos os principais estados produtores, sem exceção, apresentam dados de crescimento da cultura nesta campanha. Os maiores percentuais de aumento da produção, entretanto, foram registrados nos Estados de Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, respectivamente, de 32,3%, 22,2% e 18,4%.

O extraordinário desempenho da atividade nessa campanha está sendo atribuído, particularmente, às boas condições de clima verificadas durante praticamente todo o ciclo da cultura. Também colaborou para o crescimento da produção prevista a maior área de plantio da cultura verificada na grande maioria dos principais estados produtores, especialmente em Minas Gerais e no Paraná, onde foram constatados aumentos de cultivo de 24,8% e 6,8%, respectivamente, em comparação à área plantada no ano passado.

Na segunda safra, ou das secas, a oferta batateira nacional totalizou aproximadamente 1.050,9 mil toneladas do produto, montante que se apresentou superior em 5,7%, comparativamente ao colhido em 2006. A área cultivada somou ao redor de 43,4 mil hectares e a produtividade média alcançada foi de 24.220 kg/ha.

Batata

No terceiro cultivo, ou de inverno - restrito apenas aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás - segundo as últimas avaliações do IBGE, a área implantada com a cultura da batata em nível nacional foi de 25,5 mil hectares. A produção colhida registrou 708,9 mil toneladas, sendo que o rendimento médio das lavouras foi de aproximadamente 27.802 kg/ha.

Diante destes resultados, o desempenho final da atividade, na campanha relativa ao ano agrícola 2006/07, considerando-se os diferentes cultivos, revelou-se como o mais expressivo já registrado ao longo da história da bataticultura nacional.

Com efeito, de acordo com a totalização dos dados obtidos pelos diferentes levantamentos mensais do IBGE, ou seja, pelas pesquisas mensais de previsão e acompanhamento das safras agrícolas do País no ano de 2007, a produção brasileira de batatas desta campanha traduziu-se em novo recorde de colheita, totalizando aproximadamente 3.375,1 mil toneladas do tubérculo. A área plantada foi de 142.405 hectares e o rendimento médio obtido, de 23.700 kg/ha (Tabela 1).

Os valores em questão, comparativamente aos registrados na campanha anterior, apresentam-se majorados em 7,1%, 1,1% e 5,9%, respectivamente.

Tabela 1/I. Batata – Área plantada, produção e rendimento obtidos – Brasil – Safra 2006/07⁽¹⁾

Estado produtor	Área plantada (ha)	Produção colhida (t)	Rendimento obtido (kg/ha)
Minas Gerais	40.655	1.126.306	27.704
São Paulo	32.070	751.626	23.437
Paraná	26.913	591.754	21.988
Rio G.do Sul	24.302	386.210	15.892
Bahia	7.010	274.420	39.147
Goiás	3.280	131.600	40.122
Santa Catarina	7.384	102.507	13.882
Espírito Santo	484	7.961	16.448
Paraíba	305	2.610	8.557
Distrito Federal	2	60	30.000
Brasil	142.405	3.375.054	23.700

⁽¹⁾Dados sujeitos a modificações.
Fonte: IBGE.

A evolução da produção brasileira de batatas nos últimos seis anos, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, apresentou-se conforme demonstrado na figura 1.

O resultado final oficial da cultura, por estado produtor, de acordo com informações do IBGE, apresentou-se conforme a tabela 1.

Em nível catarinense, o resultado final da atividade nesta campanha novamente deixou a desejar; acusou decréscimo produtivo e, por consequência, distanciou ainda mais o estado catarinense do rol dos principais produtores nacionais de batata.

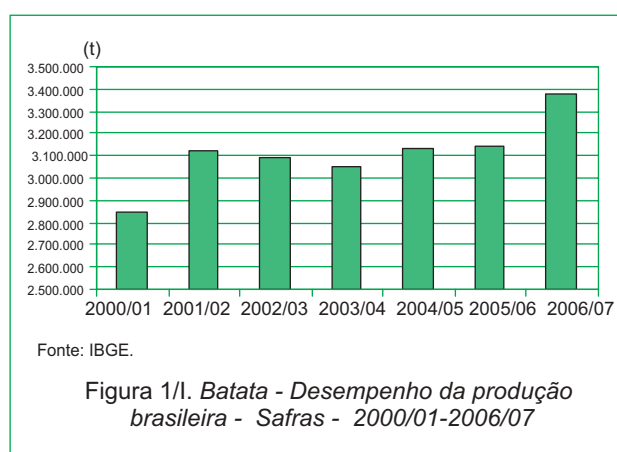


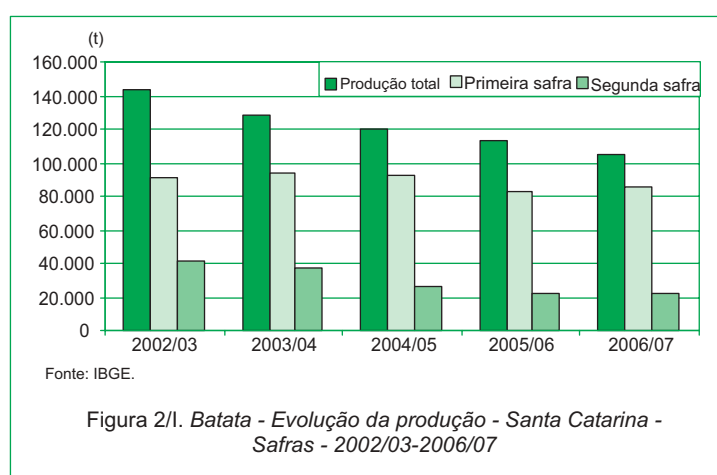
Figura 1/I. Batata - Desempenho da produção brasileira - Safras - 2000/01-2006/07

A primeira safra, ou das águas, apresentou como dados oficiais os seguintes valores: área plantada, 6.141 hectares; produção colhida, 85,9 mil toneladas; rendimento médio, 13.993 kg/ha.

A segunda, ou das secas mais a do inverno, registrou uma colheita bruta de 16,6 mil toneladas de batatas. A área cultivada foi de apenas 1.243 hectares e a produtividade da colheita, de 13.336 kg/ha.

A propósito, o estado de Santa Catarina continua cada vez mais diminuindo a sua importância entre os principais estados produtores de batata do País. Neste cultivo, ofertou somente 102,5 mil toneladas (menos 2,5% em relação a 2006), ou seja, apenas 3,0% do total da produção colhida em nível nacional. O total da área plantada somou ao redor de 7,4 mil hectares e a produtividade média, 13.882 kg/ha.

A evolução do total da produção catarinense, do montante colhido na primeira e na segunda safra, nos últimos anos, de acordo com informações do IBGE, apresentou-se conforme a figura 2.



Como reflexo do crescimento da produção nacional, os valores médios mensais de comercialização, especialmente os verificados no decorrer do primeiro semestre deste ano, nos diferentes segmentos do mercado, apresentaram-se, normalmente, em patamar bastante baixo e substancialmente menor que o registrado em anos anteriores, gerando uma grave crise no setor produtivo que registrou preços de mercado muito aquém dos custos de produção.

Somente a partir do segundo semestre e, mais especificamente, a partir de meados do mês de outubro as cotações praticadas revelaram-se bastante atrativas, determinadas, principalmente, por uma forte remessa de produto para os vizinhos países do Uruguai e, sobretudo da Argentina, que tiveram suas colheitas seriamente comprometidas por condições de clima extremamente adversas à cultura.

Em nível de produtor de Santa Catarina, os valores médios mensais recebidos no decorrer de 2007 e o comparativo em relação aos preços dos dois anos precedentes apresentaram-se conforme a figura 3.

Batata

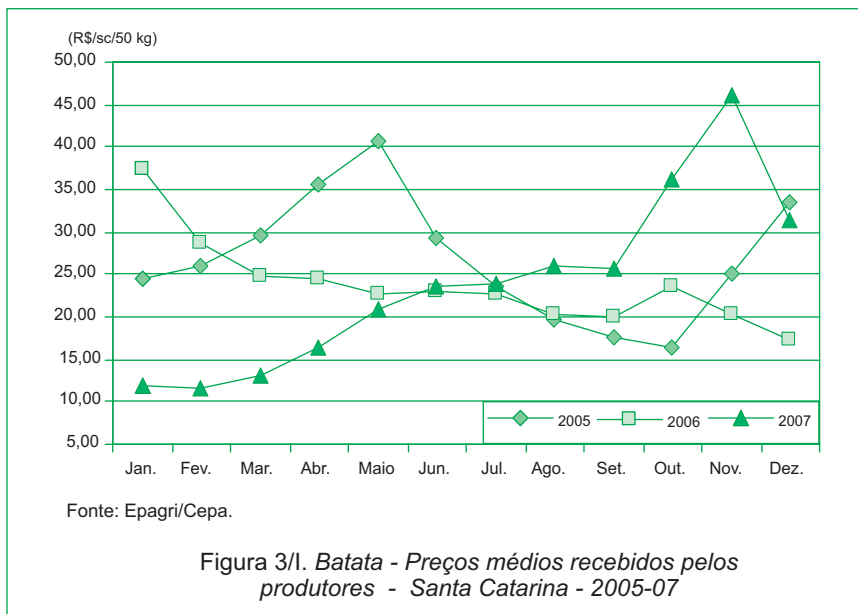


Figura 3/I. Batata - Preços médios recebidos pelos produtores - Santa Catarina - 2005-07

Tabela 2/II. Batata - Área plantada, produção e rendimento por estado - Safras 2004/05-2006/07

Estado	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2004/05	2005/06	2006/07 ⁽¹⁾	2004/05	2005/06	2006/07 ⁽¹⁾	2004/05	2005/06	2006/07 ⁽¹⁾
Distrito Federal	215	212	2	5.408	5.307	60	25.153	25.033	30.000
Goiás	3.800	5.270	3.280	154.400	214.500	131.600	40.632	40.702	40.122
Bahia	5.610	4.950	7.010	177.150	178.500	274.420	31.578	36.061	39.147
Mato Grosso do Sul	29	0	0	716	0	0	24.690	-	-
Paraíba	439	493	305	3.194	3.946	2.610	7.276	8.004	8.557
Pernambuco	0	15	-	0	150	-	-	10.000	-
Espírito Santo	526	482	484	7.953	7.322	7.961	15.120	15.191	16.448
Minas Gerais	38.064	36.748	40.655	1.003.621	994.131	1.126.306	26.367	27.053	27.704
Rio de Janeiro	79	80	-	970	932	-	12.278	11.650	-
São Paulo	34.154	32.070	32.070	831.965	726.960	751.626	24.359	22.668	23.437
Paraná	27.502	28.384	26.913	547.183	579.631	591.754	19.896	20.421	21.988
Rio Grande do Sul	24.016	24.160	24.302	284.137	335.212	386.210	11.831	13.875	15.892
Santa Catarina	8.189	7.979	7.384	113.477	105.130	102.507	13.857	13.176	13.882
Brasil	142.623	140.843	142.405	3.130.174	3.151.721	3.375.054	21.947	22.378	23.700

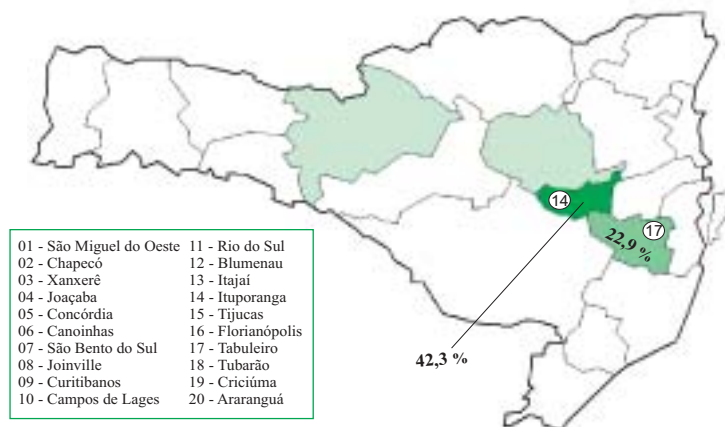
⁽¹⁾Dados sujeitos a modificações.

Fonte: IBGE/Pam.

Elaboração: Instituto Cepa/SC.LSPA-abril de2008.

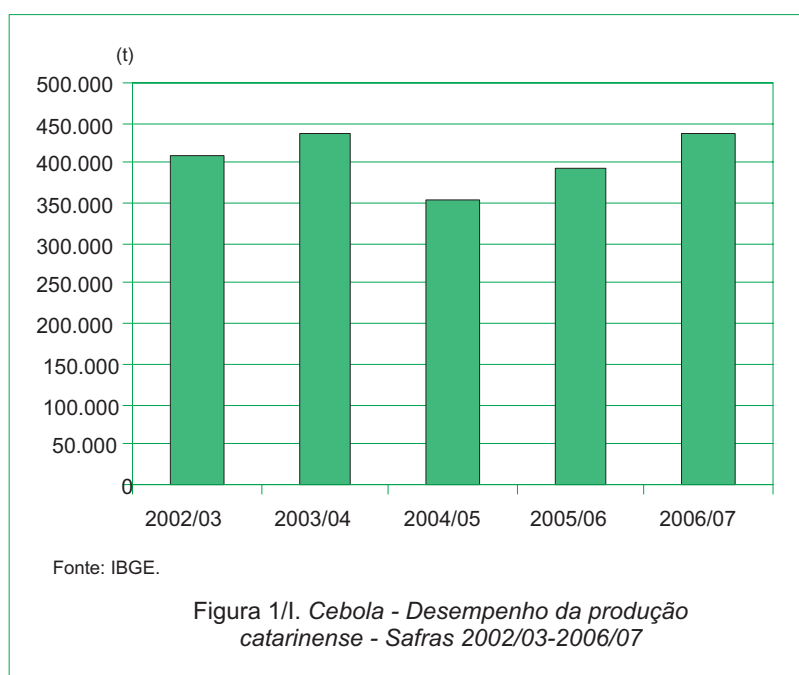
Guido Boeing

Cebola - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 431.002 t)



Resultados da safra 2006/07 foram muito aquém e merecem uma profunda reflexão

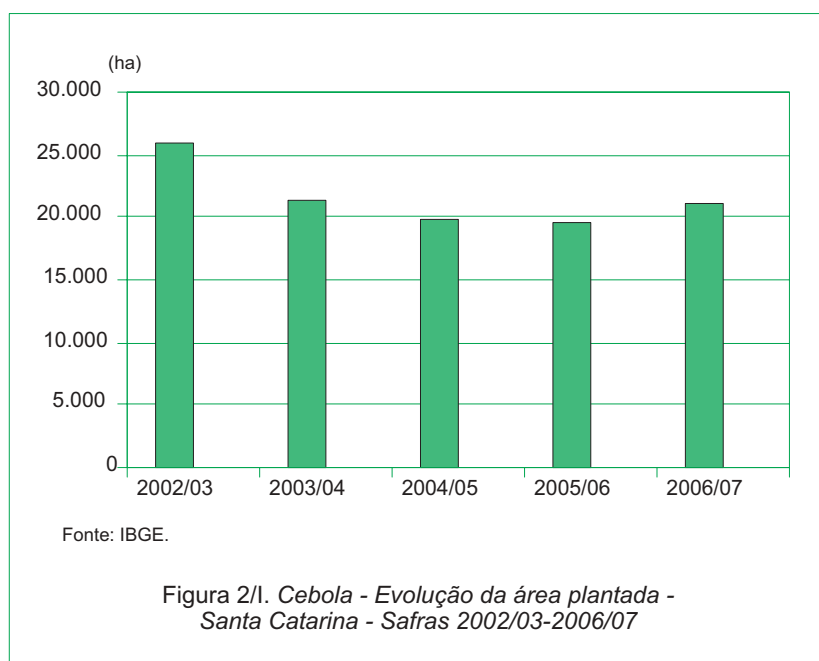
De acordo com a pesquisa final de avaliação e acompanhamento da safra de cebola de Santa Catarina, promovida pelo IBGE em todos os municípios produtores, a produção bruta estadual registrada nesta safra alcançou aproximadamente 436,5 mil toneladas do bulbo, montante que se revelou o terceiro maior já contabilizado pela atividade no estado, cujo desempenho produtivo, nos últimos cinco anos, apresentou-se conforme demonstrado na figura 1.



Cebola

A área cultivada somou 21,0 mil hectares e a produtividade média colhida foi de 20.741 kg/ha.

Os valores em questão, relativamente aos verificados na campanha imediatamente anterior, apresentaram-se aumentados em 10,4% no total da produção colhida, 7,5% na área plantada e 2,6% no índice da produtividade estadual, sendo que a área cultivada, nos últimos anos, teve a seguinte evolução, conforme apresentado na figura 2.



Apesar dessa performance, bastante positiva, os números da cebolicultura catarinense, na campanha correspondente ao ano agrícola 2006/07, notadamente aqueles relacionados à comercialização da produção colhida, ficaram muito aquém das expectativas e merecem uma profunda reflexão, especialmente por parte do setor produtivo, aqui relacionados produtores, agentes financiadores, entidades de pesquisa e extensão rural e empresas fornecedoras de insumos agrícolas.

Em assim sendo, apresenta-se a seguir, para as devidas reflexões, alguns números revelados pela cultura nessa campanha agrícola catarinense.

Do total da oferta bruta colhido, técnicos e operadores atacadista que atuam na principal região produtora do estado, a região do Alto Vale do Rio Itajaí do Sul, estimam que aproximadamente 280,0 mil toneladas tenha sido o montante de cebola direcionado à comercialização nos mais diferentes pontos do território nacional, assim como à exportação.

O valor restante, de quase 156,5 mil toneladas, ou o correspondente a 35,8% da colheita estadual, foi perdido nas fases de colheita, cura, armazenamento e comercialização do produto.

Cabe ressaltar que um percentual significativo destas perdas foi determinado, principalmente, pela ocorrência de fatores climáticos nem sempre favoráveis registrados ao longo do ciclo evolutivo da cultura.

Da oferta líquida total de 280,0 mil toneladas comercializadas, acredita-se que cerca de 224,0 mil toneladas – 80,0% do total – tenham sido constituídas de cebolas de melhor calibre e padrão de mercado, ou seja, cebolas das classes 3 a 5. O restante, 56,0 mil toneladas – 20,0% do produto ofertado, respectivamente -, constituídos de cebolas menores, cebolas da classe 2.

Com referência aos valores de comercialização recebidos pelos produtores catarinenses nesta campanha, pode afirmar, com absoluta certeza, que ficaram muito aquém das expectativas.

Com efeito, aproximadamente 35,0% dos bulbos ofertados ao mercado pelos produtores foram comercializados a um valor abaixo de R\$ 0,30/quilo e 80,0% vendidos a um preço inferior a R\$ 0,40/quilo. Apenas 20,0% da safra de cebola local receberam cotações que remuneraram a atividade, beneficiando somente um pequeno grupo de produtores locais, tradicionalmente os mais bem estruturados financeiramente.

Diante desse cenário de mercado, o resultado financeiro final da comercialização desta safra catarinense de cebola foi um dos piores dos últimos anos.

De acordo com os levantamentos realizados pela Epagri/Cepa, o produto foi ofertado a uma cotação média ponderada de apenas R\$ 0,36/quilo, ou seja, R\$ 7,15/sc de 20 quilos. Um valor cerca de 15,0% inferior ao registrado na campanha imediatamente anterior.

O montante de recursos gerado com a venda do produto local alcançou a cifra de aproximadamente R\$ 100,0 milhões.

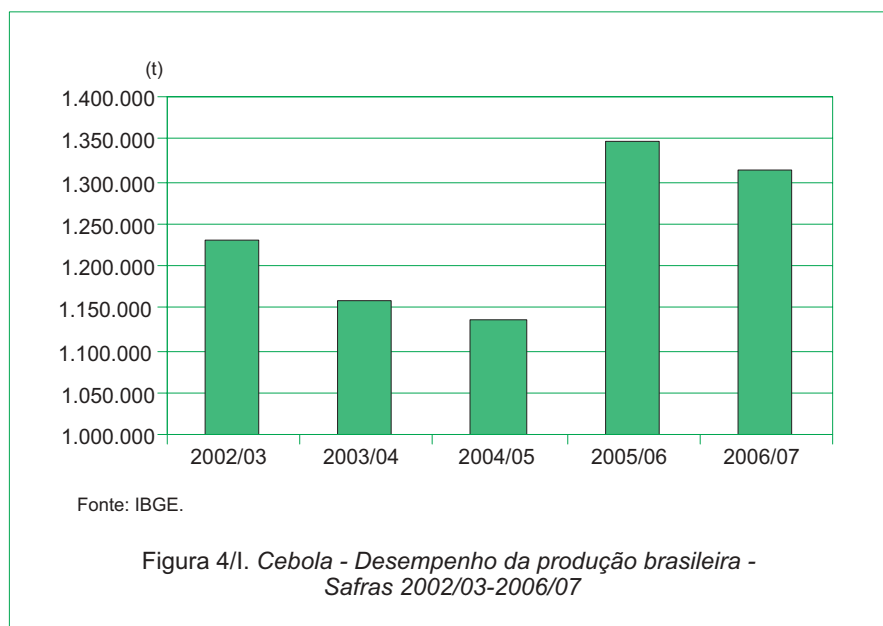
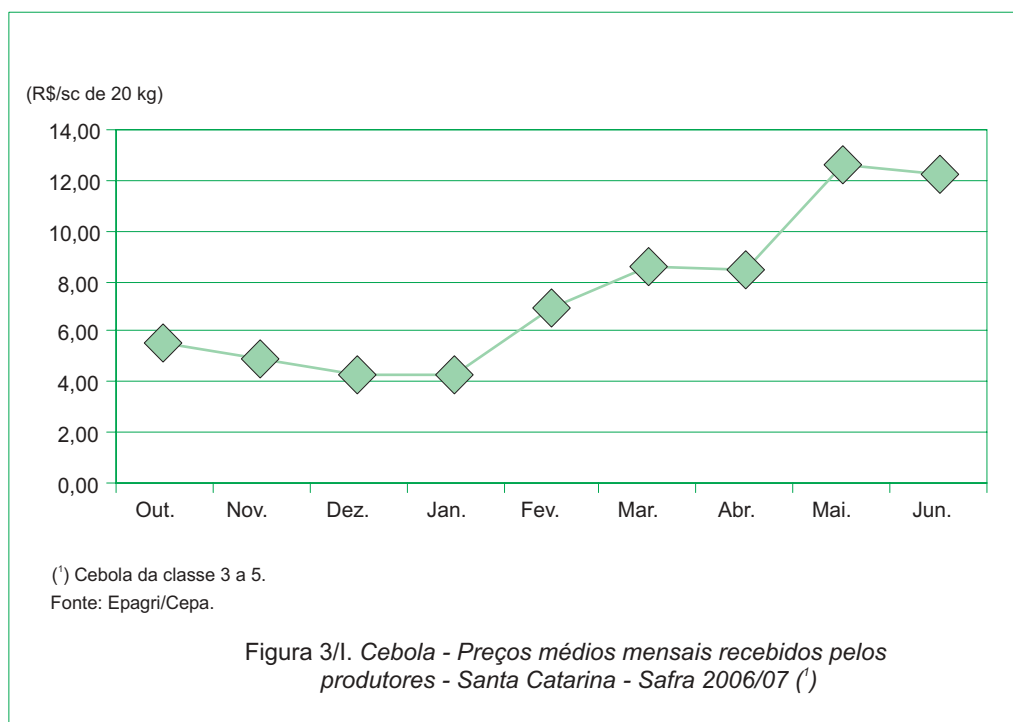
O comportamento dos valores médios mensais de comercialização recebidos pelos produtores catarinenses, nesta safra, de acordo com dados coletados pela Epagri/Cepa, apresentou-se conforme demonstrado na figura 3.

No âmbito nacional, segundo o último levantamento sistemático da produção agrícola do IBGE - de abril/08 -, pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas do País, a produção desta campanha, relativa ao ano agrícola 2006/07, totalizou aproximadamente 1.312,0 mil toneladas do bulbo, ou seja, apresentou-se diminuída em 2,5%, considerando-se os números das produções estaduais atualmente disponíveis.

Com a oficialização pelo IBGE dos dados de produção dos demais pequenos estados ceboleiros, o montante da colheita desta safra deverá, todavia, com certeza, constituir-se novo recorde nacional de colheita de cebola, cujo comportamento produtivo mostrou o seguinte comportamento nos últimos anos, conforme apresentado na figura 4.

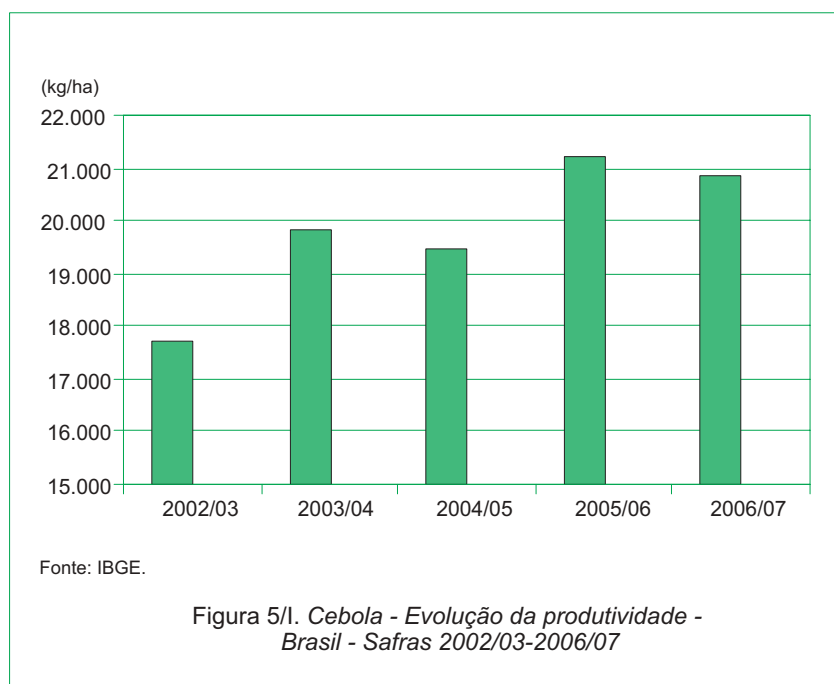
A área final de plantio desta campanha – considerando-se os dados ora disponíveis - somou ao redor de 62.904 hectares e a produtividade colhida, 20.857 kg/ha, ou seja, valores que também se mostraram ligeiramente diminuídos aos verificados no cultivo precedente.

Cebola



O bom desempenho registrado pela atividade ceboleira nacional nesta safra, na grande maioria das principais regiões produtoras do País, deverá ser creditado, particularmente, ao incremento da cultura revelado pelos estados da Região Sul do Brasil, os quais, sem exceção, mostraram crescimento da oferta regional, quando comparada à colhida no ano passado.

Convém ressaltar, entretanto, o bom desempenho registrado, nos últimos anos, nos índices de produtividade média alcançados pela da cultura em nível nacional, via de regra crescentes a cada safra, os quais se apresentaram conforme exposto na figura 5.



O desempenho da cultura no Brasil nesta safra, por estado produtor, de acordo com dados disponibilizados pelos IBGE, apresentou-se conforme a tabela a seguir.

Tabela 1/l. Cebola – Área plantada, produção e rendimento obtidos – Brasil – Safra 2006/07⁽¹⁾

Estado produtor	Área plantada (ha)	Produção estimada (t)	Rendimento previsto (kg/ha)
Santa Catarina	21.045	436.502	20.741
Bahia	10.366	239.736	23.127
São Paulo	6.690	193.267	28.889
Rio G. do Sul	11.164	161.559	14.471
Paraná	6.653	114.151	17.158
Pernambuco	5.452	98.458	18.059
Minas Gerais	1.534	68.347	44.555
Brasil	62.904	1.312.020	20.857

⁽¹⁾ Dados estimativos, sujeitos a modificações.

Fonte: IBGE.

No comércio internacional ceboleiro, não obstante o extraordinário crescimento verificado nas vendas externas promovidas pelo Brasil em 2007, o País manteve o mesmo comportamento de anos anteriores, ou seja, as operações de importação continuam infinitamente superiores às operações de remessas externas do produto.

Cebola

Com efeito, durante o ano de 2007, as vendas externas de cebola realizadas pelo Brasil somaram 36,8 mil toneladas, direcionadas principalmente para a Argentina – cuja produção foi severamente prejudicada por condições adversas de clima (baixas temperaturas na região da Grande Buenos Aires) – e para os Estados Unidos. O total das vendas representou ingressos de aproximadamente US\$ 7,7 milhões, sendo que o bulbo foi vendido a um valor médio de US\$ 0,21/quilo.

As importações brasileiras, de outra parte, apesar de diminuídas em seu total, comparativamente ao montante do ano anterior, mantiveram-se bastante elevadas, sendo que o montante das aquisições somou 157,2 mil toneladas.

De acordo com informações geradas pela Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, as importações desse ano foram oriundas, novamente, em sua quase totalidade da Argentina, que remeteu ao Brasil um total de 156,5 mil toneladas, ou seja, 98,6% das importações realizadas. A cebola importada nesse ano teve um valor médio de compra de US\$ 0,22/quilo e representou uma evasão de divisas ao Brasil da ordem de US\$ 34,5 milhões/FOB.

Para a nova campanha estadual, relativa ao ano agrícola 2007/08, os indicativos oficiais apontam para a manutenção dos valores registrados nos últimos anos, ou seja, a área de plantio deverá ficar por volta de 20,0 mil hectares e o total da produção colhida ao redor de 400,0 mil toneladas.

Comportamento semelhante deverá ser verificado em nível nacional, com o plantio situando-se em torno de 60,0 mil hectares e a produção nacional, em aproximadamente 1.300 mil toneladas.

Tabela 2/1. Cebola - Área plantada, produção e rendimento por estado - Safras 2004/05-2006/07

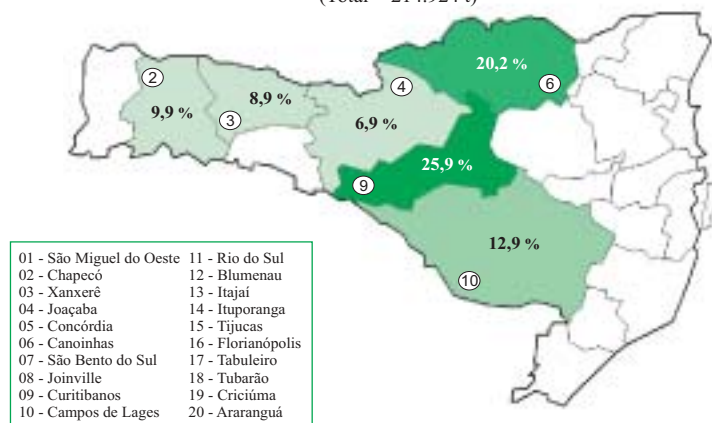
Estado	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2004/05	2005/06	2006/07 ⁽¹⁾	2004/05	2005/06	2006/07 ⁽¹⁾	2004/05	2005/06	2006/07 ⁽¹⁾
Alagoas		0	8	0	0	128	0		16,000
Distrito Federal	93	153	0	4.086	8.290	0	43,935	54,183	
Goiás		280	1.175	0	13.650	54.575	0	48,750	46,447
Rio Grande do Norte	48	83	0	1.120	245	0	23,333	2,952	
Bahia	7.215	10.595	10.366	173.558	248.896	239.736	24,055	23,492	23,127
Paraíba		11	27	0	143	374	0	13,000	13,852
Pernambuco	5.622	5.236	5.452	98.776	98.357	98.458	17,570	18,785	18,059
Piauí		7	6	0	30	26	0	4,286	4,333
Espírito Santo	148	274	0	4.792	12.230	0	32,378	44,635	
Minas Gerais	1.642	1.893	1.534	67.981	79.420	68.347	41,401	41,955	44,555
São Paulo	6.642	6.690	6.690	196.251	197.620	193.267	29,547	29,540	28,889
Paraná	6.390	6.762	6.653	88.009	103.976	114.151	13,773	15,377	17,158
Rio Grande do Sul	10.591	10.894	11.164	136.211	146.329	161.559	12,861	13,432	14,471
Santa Catarina	19.810	19.568	21.045	353.077	395.439	436.502	17,823	20,208	20,741
Brasil	58.499	63.364	62.904	1.137.684	1.345.905	1.312.020	19,448	21,241	20,857

⁽¹⁾ Dados sujeitos a modificações.

Fonte: IBGE/Pam.

Guido Boeing

Feijão - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 214.924 t)



Produção mundial

O feijão é cultivado em cerca de 100 países, sendo que as espécies e variedades são inúmeras, dificultado, assim, uma análise comparativa no tocante à qualidade e aos índices de produtividade (Conab, RUAS, J.F., 2007/08).

Em nível mundial, o produto tem pouca importância comercial. Além disso, a falta de real conhecimento do seu mercado, aliada ao pequeno consumo entre os países do primeiro mundo, limita a expansão do comércio internacional, tornando-o incipiente, na medida em que a maioria dos países produtores é também formada por grandes consumidores, sendo, dessa forma, mínimo o excedente exportável, o que reflete em um comércio internacional muito restrito.

Além de tudo isso, como os hábitos alimentares são bastante diversificados entre os países, e mesmo entre regiões de um mesmo país, no que se refere à preferência por tipos, variedades e classes, a análise do produto se torna mais complexa.

No Brasil, por exemplo, o consumo do feijão-preto se concentra nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, sendo que, para o Rio de Janeiro, se destina a maior parte das importações da Argentina. Em menor escala, o consumo também abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo. O feijão cores, por sua vez, tem o consumo concentrado nos estados centrais, como São Paulo, onde está localizado o maior mercado do País, e em parte do Paraná e de Santa Catarina; enquanto o feijão macaçar (caupi) é de consumo típico das Regiões Nordeste e Norte.

¹ Para este artigo, além de informações da autora, foram utilizadas as seguintes fontes:
CONAB. RUAS, J.F. Proposta de preço mínimo para o feijão safra 2007/08. http://www.conab.gov.br/conabweb/download/precos_minimos/proposta_de_precos_minimos_safra_2007_08_Feijao.pdf e Prospecção para safra 2007/08 Feijão. http://www.conab.gov.br/conabweb/download/cas/especiais/prospeccao_2007_08_feijao.pdf
CONAB. Acompanhamento da Safra Brasileira. 11º. levantamento. Agosto/2008.
Epagri-Cepa. Informe Conjuntural. Ano XXV – no. 1 de 14/12 a 20/12/07.
IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Junho/08.
Boletins diários CMA.
www.fao.org
www.usda.gov
Jornais diversos e internet.

Feijão

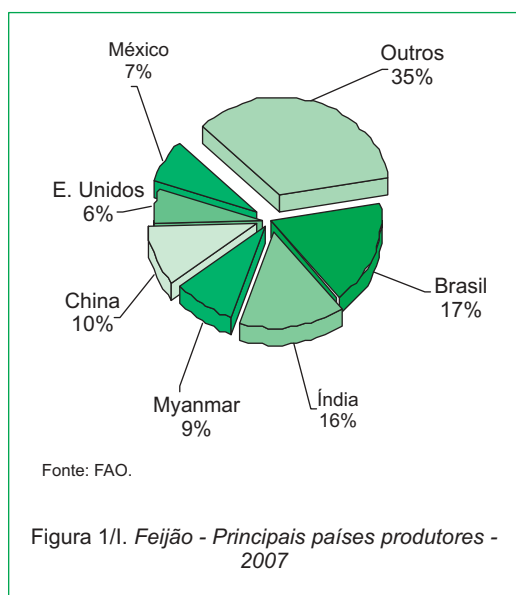
Cerca de 3/4 da produção mundial origina-se de apenas sete países. Nos últimos anos o Brasil superou a Índia, passando a ser o maior produtor mundial dessa leguminosa. Entre os maiores produtores estão a China, o México, os EUA, Mianmar e a Indonésia.

Em 2007, o Brasil permaneceu como o principal produtor mundial de feijão, segundo dados da FAO (Tabela 1), produzindo cerca de 17% do total mundial (Figura 1). A produção brasileira (3,3 milhões de toneladas), assim como a mundial (19,3 milhões de toneladas), teve um ligeiro decréscimo em 2007, quando comparada à produção de 2006, uma queda de 3,1% e 1,2%, respectivamente.

Tabela 1/I. Feijão - Produção mundial - 2005-07

País	(mil t)		
	2005	2006	2007
Brasil	3.021,5	3.436,5	3.330,4
Índia	2.660,0	3.174,0	3.000,0
Myanmar	1.680,0	1.700,0	1.765,0
China	1.610,5	2.006,5	1.950,0
E. Unidos	1.248,7	1.056,9	1.150,8
México	1.200,0	1.374,5	1.390,0
Outros	10.869,1	6.765,8	6.696,0
Total	22.289,8	19.514,2	19.282,2

Fonte: FAO.



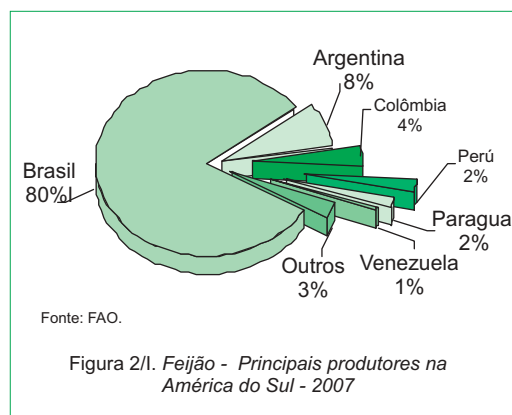
Outros países importantes na produção de feijão, no mundo, foram: Índia, Mianmar, China, Estados Unidos e México. Junto com o Brasil, esse grupo é responsável por 65,3% da produção mundial do grão.

A produção na América do Sul foi de cerca de 4 milhões de toneladas, em 2007 (Tabela 2 e Figura 2), ou 1,7% a menos do que em 2006. A queda só não foi maior porque, apesar de o Brasil ter diminuído sua produção, outros países da região tiveram aumento de produção.

Tabela 2/I. Feijão - Produção na América do Sul - 2005-07

País	(mil t)		
	2005	2006	2007
Brasil	3.021,5	3.436,5	3.330,4
Argentina	171,0	322,8	328,2
Colômbia	138,2	138,2	145,0
Perú	88,6	71,7	81,8
Paraguai	67,0	70,0	78,0
Venezuela	43,2	19,4	22,0
Outros	106,1	113,1	113,2
Total	3.635,6	4.171,7	4.098,7

Fonte: FAO.



Produção Brasileira

O feijão perdeu nesses últimos 12 anos aproximadamente 1,7 milhão de hectares para outras culturas. Mesmo as boas cotações do produto verificadas nos últimos anos não foram capazes de recuperar a área perdida pelo grão.

É possível observar claramente que houve uma redução de área nas regiões tradicionais de plantio, especialmente no Sul do País e parte da Região Sudeste. Os avanços tecnológicos têm compensado de alguma forma essas perdas, graças às pesquisas com descoberta de variedades mais produtivas e resistentes a pragas e doenças e, ainda, à profissionalização do produtor, o que acarreta ganhos de produtividade.

Segundo a Conab (11º. Levantamento, agosto/08), o feijão 1ª. safra teve redução de área semeada (2007/08) em razão dos baixos índices de chuva e das baixas temperaturas na época do plantio (Tabela 3). Já o feijão 2ª. safra, em função dos preços atraentes, apresentou um crescimento de 9,1% na área cultivada.

Tabela 3/l. Feijão – Produção brasileira, por região, estado produtor e por período – Safras - 2006/07-2007/08

Região	1ª safra		2ª safra		3ª safra	
	2006/07	2007/08	2006/07	2007/08	2006/07	2007/08
Norte	4,9	2,6	131,7	117,3	-	-
Nordeste	182,5	198,6	265,7	477,8	353,3	433,7
C-Oeste	141,1	113,5	71,1	151,8	199,2	133,6
Sudeste	387,2	309,2	238,9	310,8	213,8	247,3
Sul	852,3	631,0	289,2	410,4	8,9	7,0
Brasil	1.568,0	1.255,0	996,6	1.468,1	775,2	821,6

Fonte: Conab (agosto/08 - 11º Levantamento).

Além do aumento de área, em função dos bons preços, os produtores também investiram em implementos agrícolas que proporcionaram uma maximização dos recursos e insumos, refletidos basicamente na elevação da produtividade média.

É possível observar que, apesar de ter havido uma queda significativa na produção da primeira safra do feijão no último ano (2007/08) - de 1.568 (2006/07) para 1.255 mil t (quase 20% a menos) em função de adversidades climáticas, esta redução foi compensada pelo aumento da área da 2ª. safra e pela boa produtividade, resultando na elevação das produções da segunda e terceira safras, de 47% e 6% respectivamente.

Na verdade, quando este documento estava sendo escrito, a terceira safra ainda encontrava-se em fase de colheita (foi semeada a partir do mês de maio, e a colheita deve se estender até final de outubro), e na região nordeste as lavouras estavam sendo prejudicadas pelas adversidades climáticas, especificamente na região nordeste da Bahia, a qual participa com 60% do plantio. A quebra na produção poderá ser mais acentuada. Ainda assim, por ser uma cultura onde a irrigação predomina nos maiores estados produtores (com exceção da Bahia), estima-se uma produção superior à da safra anterior.

O resultado extraordinário da produção na segunda safra ocorreu graças aos aumentos de produção em todas as regiões do País, com exceção da Região Norte, que é a que produz menos.

Feijão

Na última safra brasileira de feijão (2007/008), segundo a Conab, apesar de ter havido uma leve diminuição na área plantada de 2,8% (Tabela 4), houve um aumento na produção de 3.339,7 mil toneladas para 3.544,7 mil toneladas (acréscimo de 6,1%), em virtude do aumento da produtividade de cerca de 9%.

Tabela 4/I. Feijão – Área brasileira, por região, estado produtor e por período – Safras 2006/07-2007/08

Região	Área (mil ha)			Produção (mil t)			Rendimento (kg/ha)		
	2005/06	2006/07	2007/08	2005/06	2006/07	2007/08	2005/06	2006/07	2007/08
Roraima	1,5	1,0	1,0	0,9	0,7	0,7	600	664	667
Rondônia	62,5	61,1	65,7	35,4	41,2	44,7	566	675	680
Acre	15,8	15,0	5,8	8,7	8,2	2,9	551	545	501
Amazonas	6,9	6,7	4,6	3,7	6,0	4,1	536	900	900
Amapá	1,0	1,4	1,4	0,6	1,1	1,0	600	775	696
Pará	74,0	79,9	68,4	62,0	67,5	56,3	838	845	823
Tocantins	12,4	12,9	13,3	9,9	11,9	10,3	798	921	774
Maranhão	84,7	86,8	88,1	38,1	39,5	39,6	450	455	450
Piauí	242,1	218,1	238,0	95,8	42,0	76,7	396	193	322
Ceará	546,6	563,2	591,6	258,3	124,6	253,2	473	221	428
Rio Grande Norte	80,2	80,1	80,7	37,1	32,1	34,9	463	401	433
Paraíba	204,1	214,3	204,0	118,4	49,3	110,4	580	230	541
Pernambuco	309,7	310,8	322,6	129,8	114,2	155,1	419	367	481
Alagoas	98,5	99,6	105,0	52,2	47,6	52,5	530	478	500
Sergipe	49,4	46,9	38,4	24,9	29,5	23,0	504	630	600
Bahia	728,3	635,2	596,0	337,0	322,6	364,7	463	508	612
Mato Grosso	30,5	40,4	89,2	45,8	67,1	136,6	1.502	1.661	1.532
Mato Grosso Sul	30,7	21,5	16,9	29,0	26,6	19,5	1.100	1.238	1.153
Goiás	127,6	130,0	89,9	286,9	271,4	197,6	2.381	2.087	2.198
Distrito Federal	18,0	18,3	18,3	34,3	46,3	45,3	2.521	2.534	2.481
Minas Gerais	459,2	413,6	420,1	536,6	503,5	567,8	1.169	1.217	1.352
Espírito Santo	24,3	21,6	21,1	18,3	16,7	17,2	750	775	818
Rio de Janeiro	6,6	6,8	5,7	5,8	5,7	5,1	879	839	893
São Paulo	191,1	192,3	178,9	287,1	313,9	277,1	1.502	1.633	1.549
Paraná	575,3	563,3	501,5	743,5	795,3	763,8	1.292	1.412	1.523
Santa Catarina	122,4	127,4	107,0	155,4	208,9	181,4	1.270	1.640	1.695
Rio Grande Sul	120,1	119,6	98,5	115,7	146,3	103,2	963	1.223	1.049
Brasil	4.223,6	4.087,8	3.971,5	3.471,2	3.339,7	3.544,7	822	817	893

Fonte: Conab (agosto/08 - 11º Levantamento).

Os principais estados produtores de feijão, em 2007, foram: Paraná (763,8 mil t), Minas Gerais (567,8 mil t), Bahia (364,7 mil t), Ceará (253,2 mil t), e São Paulo (277,1 mil t). Santa Catarina ocupa a 7ª posição, com 181,4 mil toneladas.

Embora os estados do nordeste brasileiro sejam os maiores produtores do Brasil, na última safra (1.110,1 mil toneladas) suas produtividades foram bastante inferiores às produtividades dos estados do sul e de alguns estados do sudeste e do centro-oeste brasileiro. Por exemplo, enquanto no Piauí o rendimento médio por hectare foi de 322 kg, em Santa Catarina foi de 1.695 kg e no Distrito Federal foi 2.481 kg.

No Brasil, cerca de 63% do volume produzido trata-se de feijão cores, a de feijão-preto, 18%, e a de macaçar, 19%. O feijão carioca está distribuído de forma uniforme nas três safras anuais, o feijão-preto concentra-se no Sul do País e aproximadamente 70% de sua produção origina-se da 1ª safra. O macaçar, cultivado nas regiões Nordeste e Norte, concentra-se na 2ª safra, à exceção da produção do Estado da Bahia.

Produção em Santa Catarina

Em Santa Catarina, na safra 2007/08, os produtores tinham expectativas com relação ao feijão, visto que a área semeada aumentou 66,7%. Contudo, essas expectativas foram frustradas, na medida em que, segundo o IBGE, a produção final foi bastante inferior à da safra anterior: 214,9 mil toneladas contra 178,5 mil toneladas, o que representa uma queda de 17%. Esta queda aconteceu em virtude de uma redução significativa na produtividade que passou a ser praticamente a metade do ano anterior, que era de 1.647 kg por hectare, passando para 821 kg por hectare em 2007/08 (Tabela 5).

Tabela 5/I. *Feijão - Área, produção e rendimento por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safras - 2005/06-2007/08*

Microrregião	Área (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾
Araranguá	1.820	1.770	310	1.876	1.781	1.568	1.031	1.006	5.058
Blumenau	261	262	401	251	267	236	962	1.019	589
Campos de Lages	19.568	20.428	39.978	16.768	27.744	23.460	857	1.358	587
Canoinhas	20.860	20.150	38.182	31.180	43.378	31.752	1.495	2.153	832
Chapecó	17.062	16.059	9.249	24.654	21.260	10.202	1.445	1.324	1.103
Concórdia	1.710	1.750	2.509	1.465	2.306	1.727	857	1.318	688
Criciúma	8.050	6.772	1.857	12.430	6.488	8.507	1.544	958	4.581
Curitibanos	21.965	29.190	73.212	27.017	55.664	50.344	1.230	1.907	688
Florianópolis	422	328	513	442	345	341	1.047	1.052	665
Itajaí	47	37	128	45	35	92	957	946	719
Ituporanga	3.010	1.260	1.222	4.769	1.926	2.613	1.584	1.529	2.138
Joaçaba	9.418	9.698	24.514	10.155	19.248	16.616	1.078	1.985	678
Joinville	63	48	35	53	46	38	841	958	1.086
Rio do Sul	2.186	1.568	1.508	2.500	2.162	1.821	1.144	1.379	1.208
Sao Bento do Sul	1.865	1.865	5.154	3.700	3.728	3.657	1.984	1.999	710
Sao Miguel do Oeste	3.762	4.200	5.539	4.534	5.414	4.137	1.205	1.289	747
Tabuleiro	960	525	1.319	1.262	794	796	1.315	1.512	603
Tijucas	1.205	785	532	1.283	871	730	1.065	1.110	1.372
Tubarão	5.871	5.013	2.966	6.932	6.457	5.926	1.181	1.288	1.998
Xanxerê	8.405	8.820	8.372	12.926	15.010	13.964	1.538	1.702	1.668
Santa Catarina	128.510	130.528	217.500	164.242	214.924	178.527	1.278	1.647	821

⁽¹⁾Informações preliminares sujeitos a alterações.

Fonte: IBGE.

As microrregiões produtoras de Santa Catarina estão na tabela 5. A maior produção, na safra 2007/08, vem da microrregião de Curitibanos, com 50,3 mil toneladas (28,2% do total produzido no estado). Na seqüência, encontram-se Canoinhas (31,8 mil t), Campos de Lages (23,5 mil t), Joaçaba (16,6 mil t) e Chapecó (10,2 mil t).

Feijão

Comercialização e perspectivas

O mercado mundial de feijão movimentada, por ano, aproximadamente 19 milhões de toneladas da leguminosa e o Brasil é o maior produtor e consumidor do produto. Um dos maiores entraves à exportação está no fato do maior volume da produção nacional, quase 70%, ser do tipo carioca, bastante perecível, o qual, apesar de contar com a preferência nacional, tem aceitação limitada em outros países do mundo.

Assim, quando ocorre quebra de safra e o produto fica escasso no mercado, não existe alternativa de substituição. Já quando ocorre o contrário e há excesso de oferta, não há como comercializá-lo rapidamente. A mercadoria fica escurecendo nos armazéns, perdendo qualidade, elevando os custos de carregamento e gerando forte deságio na venda.

Segundo a FAO, os principais exportadores mundiais de feijão, em 2005, foram: a China, com US\$ 359,6 milhões, na seqüência estão os Estados Unidos (US\$ 183,3 milhões), Canadá (US\$ 161,2 milhões), Mianmar (US\$ 121,6 milhões) e Argentina (US\$ 102,5 milhões). Juntos esses países detêm 73% das exportações mundiais do grão (Tabela 6).

Por outro lado, no mesmo ano, os principais importadores foram: Índia (US\$ 135,3 bilhões), Estados Unidos (US\$ 106,8 milhões), Japão (US\$ 92,3 milhões), Reino Unido (US\$ 74,2 milhões) e Itália (US\$ 65,8 milhões). O Brasil ocupa a 8ª. posição, com importações no valor de US\$ 43,1 milhões. As importações mundiais totalizaram 1.400,5 milhões em 2005 (Tabela 7).

O Brasil não costuma exportar feijão, mas no ano passado nossas exportações alcançaram US\$ 20,4 milhões, cerca de 30 mil toneladas. A maioria do feijão exportado embarcou para a África do Sul (Tabela 8).

Tabela 8/I. Feijão - Comércio internacional - Brasil - 2006-08

Ano	Importação		Exportação	
	(t)	(US\$ mil)	(t)	(US\$ mil)
2006	69.434	25.455	7.695	4.780
2007	95.571	51.857	29.993	20.447
2008 ⁽¹⁾	76.657	75.312	1.370	2.213

⁽¹⁾ até julho.

Fonte: MDIC/Secex.

Tabela 6/II. Feijão - Valor: principais países exportadores - 2003-05

(US\$1.000)

País	2003	2004	2005
China	333.141	304.641	359.623
Estados Unidos	183.992	168.982	183.272
Canadá	145.430	164.546	161.150
Mianmar	272.000	222.800	121.625
Argentina	88.121	76.888	102.525
Sub-total	1.022.684	937.857	928.195
Outros	328.886	337.699	340.212
Total mundial	1.351.571	1.275.557	1.268.408

Fonte: FAO. FAOSTAT. FAO Statistics Division 2008, 14 August 2008.

Tabela 7/II. Feijão - Valor: principais países importadores - 2003-05

(US\$1.000)

País	2003	2004	2005
Estados Unidos	80.040	95.571	106.839
Japão	76.505	99.130	92.310
Reino Unido	60.654	61.987	74.242
Itália	71.837	72.228	65.766
México	45.123	41.585	56.219
Cuba	58.882	42.474	50.331
Brasil	28.257	26.054	43.133
França	44.827	41.420	42.290
Espanha	41.089	43.060	38.441
Sub-total	661.285	609.993	704.896
Outros	666.903	616.274	695.590
Total mundial	1.328.188	1.226.272	1.400.509

Fonte: FAO. FAOSTAT. FAO Statistics Division 2008, 14 August 2008.

As importações, ao contrário, costumam ocorrer e vêm aumentando nos últimos anos. Em 2006 o Brasil importou 69,4 mil toneladas. A maior parte das importações ocorre no segundo semestre (o primeiro semestre responde por 25% das importações totais do ano), mas este ano foi totalmente atípico. Somente até julho as importações já atingiram 76,7 mil toneladas, número recorde. A Argentina, a China e a Bolívia são, respectivamente, nossos principais fornecedores (tabela 9).

Tabela 9/I. Feijão - Importação brasileira por país de origem - 2006-08

País	2006		2007		2008 ⁽¹⁾	
	(t)	(US\$ mil)	(t)	(US\$ mil)	(t)	(US\$ mil)
Argentina	49.508	19.598	77.722	41.622	48.656	54.895
Bolívia	17.445	4.744	17.674	10.031	2.884	3.337
China	2.260	956	1	0	24.875	16.603
Estados Unidos	124	100	18	88	37	248
Sub-total	69.336	25.398	95.414	51.741	76.452	75.083
Outros países	98	57	156	116	205	229
Total importado	69.434	25.455	95.571	51.857	76.657	75.312

⁽¹⁾ Até julho.
Fonte: MDIC/Secex.

No caso do feijão-preto, a Argentina exporta toda a sua produção, pois não existe consumo naquele País para essa cultivar. O Brasil se destaca como o principal importador dessa variedade, seguido pela Venezuela.

Quanto ao feijão carioca, mundo afora, ninguém o produz. A produção é do tipo preto e algumas outras cores pouco conhecidas e consumidas no Brasil. Até mesmo feijões tidos como superiores, degustados nos melhores pratos internacionais, são desconhecidos para o paladar do brasileiro, embora muito se assemelhem aos feijões rajados, por exemplo.

Com relação ao balanço de oferta e demanda nacional, na última safra (2007/08) o País conseguiu recuperar um pouco seus estoques finais, os quais tinham alcançado na safra anterior 382 mil toneladas, e agora chegaram a 566,7 mil toneladas, um aumento de 48,4%. Esta situação gera um certo conforto para os consumidores brasileiros, na medida em que nos últimos meses os preços do produto, em função do movimento internacional, dispararam (Tabela 10).

Tabela 10/I. Feijão - Balanço de oferta/demanda - Brasil - Safras - 2005/06-2007/08

Discriminação	(mil t)		
	2005/06	2006/07	2007/08
Estoque inicial	113,6	353,3	382,0
Produção	3.471,2	3.339,7	3.544,7
Importação	70,0	65,0	70,0
Suprimento	3.654,8	3.758,0	3.996,7
Consumo	3.300,0	3.350,0	3.400,0
Exportação	1,5	26,0	30,0
Estoque final	353,3	382,0	566,7

Fonte: Conab (agosto/08 - 11º Levantamento).

Este número foi alcançado graças a um estoque inicial maior, mas principalmente pelo aumento de produção na última safra, já que tanto as exportações quanto as importações tiveram ligeiro aumento, e o consumo aumentou cerca de 1,5%. Apesar desse aumento, ainda existe uma queda constante no consumo per cápita brasileiro, que caiu de cerca de 19 kg/hab/ano, em meados da década de 1990, para 15 kg no início da década atual. Tal fato se deve ao processo de urbanização, que acentuou a mudança dos hábitos alimentares da população brasileira, substituindo o tradicional arroz com feijão por massas e alimentos de preparo rápido, assim como a maior participação da mulher no mercado de trabalho, sobrando menos tempo para o preparo de pratos que tomam mais tempo, caso do feijão (Conab).

Feijão

O consumo humano médio, no período 2000/2001 a 2000/06, está em torno de 2,7 milhões de toneladas, e as importações na ordem de 92,08 mil toneladas anuais, das quais a maior parte é de feijão-preto de origem argentina (Conab).

O feijão é um produto com demanda já elevada, sendo que variações de renda, sobretudo para cima, não chegam a refletir aumentos significativos de consumo. O inverso, contudo, acontece. Ou seja, preços muito altos geram reduções no consumo de forma quase imediata, já que este é um produto consumido, em grande medida, pelas classes de menor poder aquisitivo. Segundo o IBGE, as quantidades adquiridas de feijão variam inversamente em relação aos rendimentos. Famílias com rendimentos mais elevados adquirem quantidade 30% menor.

E, mais especificamente, quando o preço do feijão está num patamar elevado, sobretudo as marcas mais conhecidas, o consumidor muda o perfil de consumo. Os de maior renda procuram produtos substitutos, principalmente as proteínas de origem animal, enquanto os de menor renda preferem adquirir marcas menos conhecidas e de qualidade inferior, de preços mais acessíveis, bem como outros produtos mais baratos. Esta reação do consumidor está causando uma redução nas compras das marcas líderes que, geralmente, ofertam feijão do tipo extra, e com isto, acabam obrigando os embaladores a procurarem no mercado o produto do tipo comercial, que tem preço mais baixo.

O mês de janeiro de 2008 foi marcado por incertezas em meio ao clima caótico do mercado internacional (crise americana, queda nas bolsas, desaquecimento mundial) e os mercados de commodities não ficaram totalmente imunes, refletindo-se nos preços praticados, que em função de maior demanda e oferta mais enxuta, dispararam. A diminuição da entrada de feijão da Argentina e os estoques muito baixos também influenciaram na alta dos preços.

Nas tabelas 11 e 12, e nas figuras 3 e 4 é possível visualizar os movimentos dos preços dos feijões preto e carioca, no atacado de São Paulo (Bolsinha), entre 2006 até julho de 2008.

Tabela 11/I. *Feijão-carioca*⁽¹⁾ - Preço médio no atacado de São Paulo - 2006-08

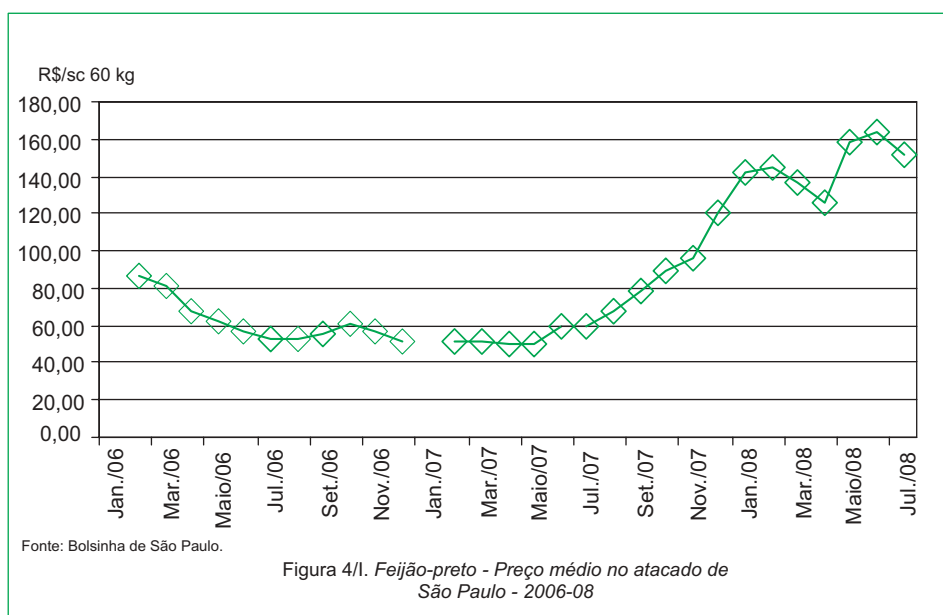
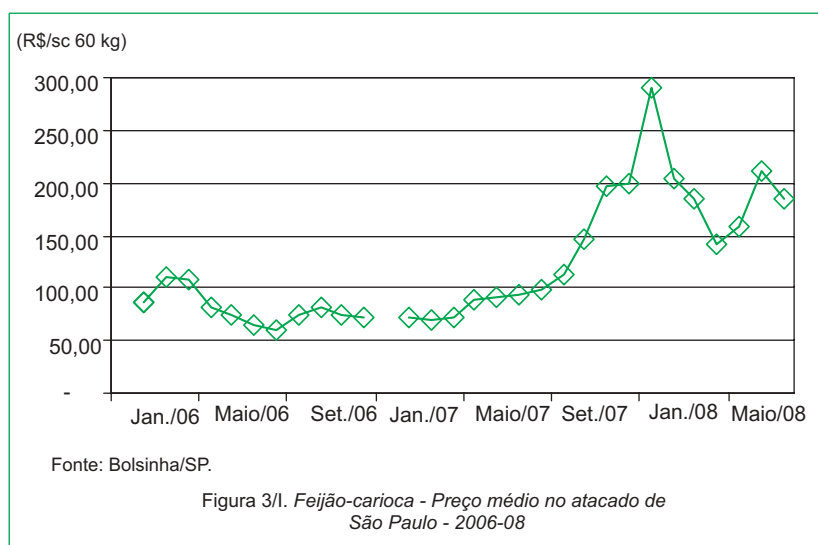
Mês	(R\$ saco de 60kg)		
	2006	2007	2008
Janeiro	290,80
Fevereiro	86,90	73,00	205,10
Março	109,90	70,30	185,94
Abril	107,40	71,40	141,18
Mai	81,10	88,00	158,75
Junho	73,50	91,10	211,90
Julho	65,80	92,40	186,00
Agosto	59,30	98,98	
Setembro	74,00	112,03	
Outubro	80,60	146,20	
Novembro	73,90	197,10	
Dezembro	71,60	198,50	

⁽¹⁾Extra/novo.
Fonte: Bolsinha/SP.

Tabela 12/I. *Feijão-preto*⁽¹⁾ - Preço médio no atacado de São Paulo - 2006-08

Mês	(R\$ saco de 60kg)		
	2006	2007	2008
Janeiro	142,50
Fevereiro	86,10	51,00	144,20
Março	81,00	51,50	137,29
Abril	67,60	50,10	126,47
Mai	62,40	50,70	158,13
Junho	57,00	59,30	163,89
Julho	52,40	59,60	152,23
Agosto	53,20	67,83	
Setembro	55,00	78,20	
Outubro	61,30	88,80	
Novembro	57,00	96,40	
Dezembro	52,00	121,00	

⁽¹⁾Extra/novo.
Fonte: Bolsinha/SP.



No caso do feijão carioca, a partir de setembro de 2007, começou a haver aumentos mais significativos de preços, quando os mesmos chegaram a valores de três dígitos – maiores patamares dos últimos anos. Isto porque a terceira safra daquele ano foi menor e também porque houve atraso na colheita da safra atual (2007/2008). Desse modo, a oferta, principalmente do produto de padrão mais elevado, esteve bastante restrita, refletindo nestes preços recordes.

A partir de setembro a escalada de alta de preços foi ainda mais acentuada, com os preços alcançando, no início de dezembro, até R\$ 270,00/saca de 60kg (Epagri/Cepa, Informe Conjuntural, no. 1111, 14/12 a 20/12/07, p. 14).

Feijão

Contudo, em 2008, os preços já caíram em alguns meses, como março, abril e julho. Em junho houve um aumento (sempre em relação ao mês anterior). No ano o preço da saca de 60kg de feijão carioca caiu 6,3% (em relação a dez/07). Em 12 meses o aumento foi de 87,9%. O último preço médio disponível – julho/08 – era de R\$ 186,00/saco de 60kg (Tabela 11 e Figura 3).

No caso do feijão, como não existe um mercado parâmetro para servir de balizador de preços – e tampouco existe controle sobre os fluxos reais de comercialização e origem do que se comercializa – a especulação por parte dos compradores e vendedores é uma realidade constante.

O mercado do feijão preto, embora com intensidade bem menor, seguiu um movimento semelhante ao do carioca. No atacado de São Paulo, após terem variado nos primeiros quatro meses de 2007 entre R\$ 51,00 e R\$ 50,7/saco de 60kg, a partir de julho de 2007 o feijão preto extra-novo começou a subir de preço, mas somente no final do ano, em dezembro, foi que os preços realmente dispararam, subindo para valores de três dígitos, alcançando R\$ 121,00 (média do mês).

No acumulado do ano (janeiro a julho/08), os preços já subiram 25,8%, enquanto que em 12 meses (ago/07 a jul/08) o aumento foi de 124,4%. Em julho/08 (último dado disponível) a cotação média do saco de 60kg do feijão preto era R\$ 152,32 (Tabela 12 e Figura 4). A queda de preço em relação ao mês de junho ocorreu devido à entrada forte da colheita da Argentina e da China

Com relação aos preços ao produtor em Santa Catarina, o bom desempenho dos preços no último quadrimestre do ano não causou impactos positivos. Isto porque a maior parte da produção catarinense já havia sido comercializada até maio quando a colheita da safrinha foi encerrada, como também os remanescentes a serem comercializados, na época, já não se enquadravam entre os melhores tipos.

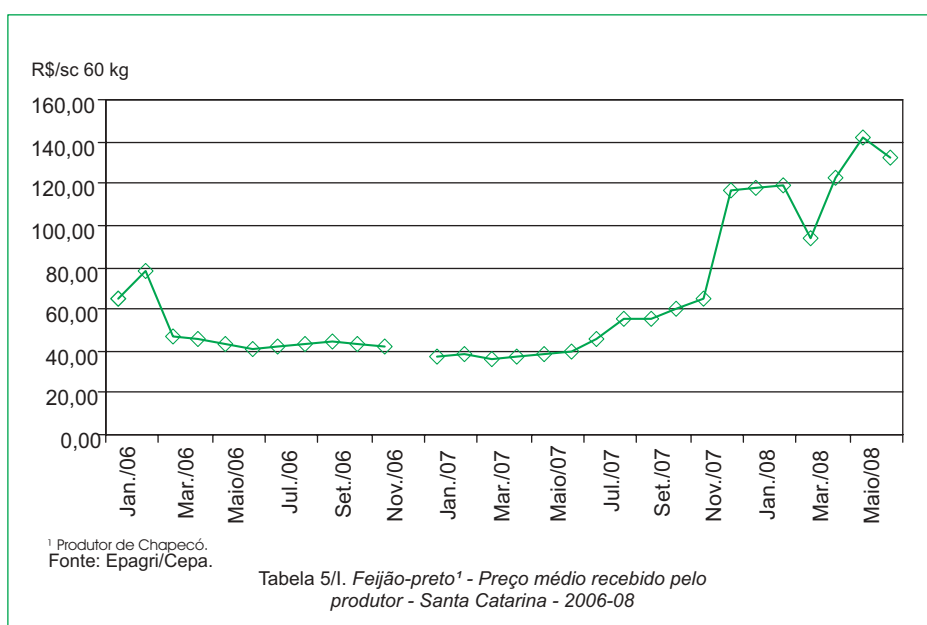
Por isso, a disparada de preços para os produtores só ocorreu a partir do início deste ano, quando o produtor se deparou com sementes supervalorizadas no mercado, para investir mais na segunda safra. Em dez/07 o saco de 60kg de feijão preto custava em média R\$ 65,00. Em janeiro de 2008 este valor saltou para R\$ 116,67, ou seja, 79,5% de aumento em um único mês. No ano de 2008 o preço do feijão preto já aumentou 103,3%. Em doze meses este aumento foi ainda maior: 185,8%. Em julho/08, último dado disponível, sua cotação era R\$ 132,17/saco de 60kg (Tabela 13 e Figura 5).

O mesmo movimento foi percorrido pelo feijão carioca, que em dez/07 estava custando R\$ 60,00/saco de 60kg, passando para R\$ 176,67 em janeiro de 2008, uma variação de 194,5%. Neste ano o feijão carioca, ao nível de produtor, já aumentou 120,3% e em doze meses 169,2%. Seu último preço, em julho/08, era R\$ 132,17 (Tabela 14 e Figura 6).

Tabela 13/l. Feijão-preto⁽¹⁾ - Preço médio recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2006-08

Mês	2006	2007	2008
Janeiro	116,67
Fevereiro	65,00	37,67	118,00
Março	78,37	38,00	118,60
Abril	47,47	36,17	94,37
Mai	46,00	37,00	123,29
Junho	43,55	38,67	142,22
Julho	40,48	40,00	132,17
Agosto	42,00	46,25	
Setembro	42,95	55,00	
Outubro	45,00	55,00	
Novembro	43,67	60,00	
Dezembro	41,57	65,00	

⁽¹⁾Produtor Chapecó.
Fonte: Epagri/Cepa.



A previsão é que a partir de agosto, com o início da colheita da 3ª safra, os preços ao produtor do feijão tenham uma queda, porém não muito acentuada. E, nos meses subsequentes, a tendência é que os preços permaneçam sustentados, em função da entressafra do grão. O próximo evento que poderá alterar os preços é o primeiro levantamento da Conab sobre a intenção de plantio para a próxima safra (2008/09), que deverá ser divulgado em outubro. Este relatório é importante também para a formação das expectativas dos preços a serem praticados em 2009. Existe uma expectativa de que as cotações do feijão devam cair em torno de 6%, em 2009.

Para a Conab, o melhor negócio da safra de grãos, a ser concluída em setembro, foi alcançado pelos produtores de feijão, que atingiram um lucro de 18,36% nas vendas, superando até mesmo a soja que, embora tenha preço definido pelo mercado internacional, rendeu menos de 16%.

Esses números estão baseados na situação de mercado do mês de maio, período que serve de parâmetro para o fechamento da safra do grão. Esta informação é uma das variáveis que influenciam a escolha do produtor acerca do que plantar no ano seguinte. No Paraná, por exemplo, a saca de 60kg foi comercializada em maio a R\$ 112,34, enquanto o custo de produção total chegava a R\$ 91,68, o que determina um lucro de R\$ 20,66 por saca.

Vale lembrar, contudo, que o feijão é um produto suscetível à oferta. Se houver uma elevação significativa na produção, os preços caem rapidamente e mais, pela característica do produto brasileiro,

Tabela 14/l. Feijão-carioca⁽¹⁾ - Preço médio recebido - Santa Catarina - 2006-08

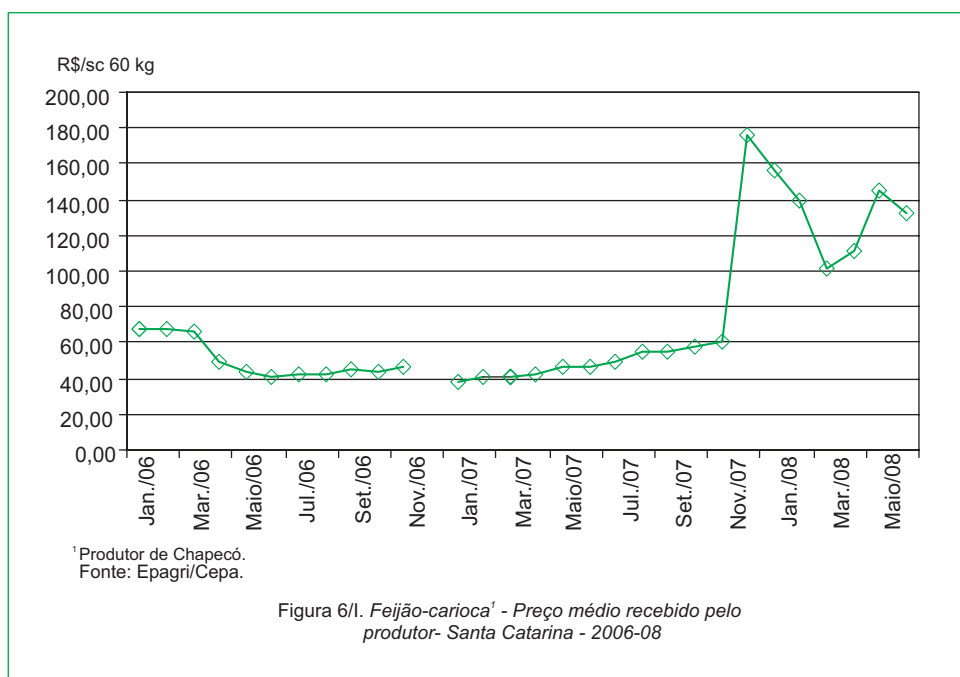
(R\$/saco 60kg)

Mês	2006	2007	2008
Janeiro	176,67
Fevereiro	67,35	37,4	156,22
Março	67,73	40,18	139,97
Abril	66,04	40,56	101,70
Maio	48,92	42,73	111,76
Junho	43,60	46,00	145,56
Julho	40,48	46,00	132,17
Agosto	42,00	49,10	
Setembro	42,95	55,00	
Outubro	45,00	55,00	
Novembro	43,67	57,50	
Dezembro	46,36	60,00	

⁽¹⁾Produtor Chapecó.

Fonte: Epagri/Cepa.

Feijão



o mercado internacional não o procura, elevando assim os estoques finais do grão, o que, mais uma vez, gera queda nos preços.

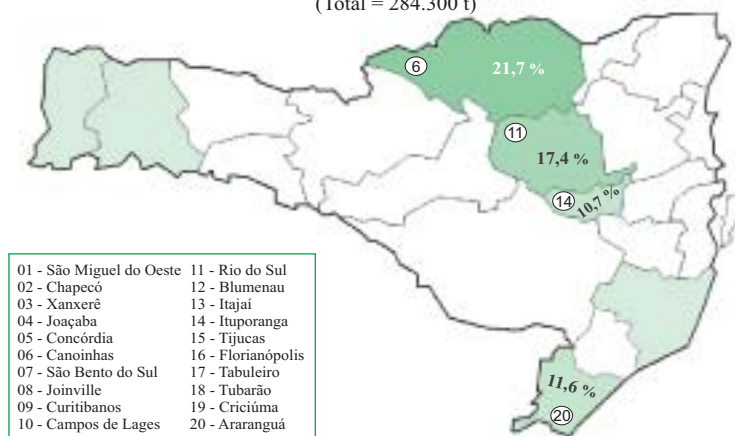
O mercado do feijão carioca encerrou o mês de agosto de 2008 com preços estáveis em relação a julho. Para os analistas de mercado, essa é uma evidência de que as quedas de preços mais significativas não devem acontecer novamente, pois em julho e agosto as ofertas do produto eram maiores do que serão a partir de setembro. O pico de alta de preço do produto deve ser em outubro.

Como o preço mínimo reajustado pelo governo no início de julho para R\$ 80,00 (alta de 65,22% em relação ao preço vigente anteriormente) ficou aquém dos R\$ 90,00 esperados pelos produtores – e sugeridos pela Câmara Setorial – para cobrir todos os seus custos, o estímulo esperado para aumentar a produção de feijão do País não foi o esperado. Assim, o aumento de área para a safra 2008/09 não deve atingir os 5% que o governo espera.

Além da garantia de preço (preço mínimo), outros fatores influenciam a escolha do produtor sobre o que semear na safra seguinte. Entre eles destacam-se: custo de produção (que este ano aumentou por conta dos preços dos insumos importados no mercado internacional, além da elevação no preço das sementes por conta do aumento do preço do produto), liquidez da cultura, produtividade e disponibilidade de recursos para financiamento.

Márcia Janice Freitas da Cunha Varaschin

Fumo - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 284.300 t)



Produção e Comércio Mundial

A tabela 1 traz a produção mundial de fumo, segundo os principais países produtores, no período 2005-07. É possível constatar que ao longo desse período a produção está em declínio sistemático. Na última safra, esta queda foi insignificante, ou seja, apenas 3,9 mil hectares, o que acarretou em 291 mil toneladas a menos no mercado mundial de fumo.

Quanto à área, não se pode fazer qualquer observação, pois os dados do maior país produtor, a China, não estão disponíveis até o presente momento. Os dez maiores produtores de fumo respondem por 80% da produção mundial. A China sozinha é responsável por cerca de 38% desta produção. O Brasil destaca-se como o segundo maior produtor mundial de fumo, com 919 mil toneladas produzidas na última safra que totalizou 6.324 mil toneladas.

O Brasil faz um movimento inverso ao do mundo: suas últimas safras estão aumentando, em termos de produção. A principal razão para este comportamento é o preço do produto, que tem sido bom, como será visto mais adiante. Desse modo o país aproveita a redução da produção mundial e toma uma parcela maior do mercado, cuja demanda é ascendente, através de suas exportações.

Por isso, o Brasil se destaca como o maior exportador mundial de fumo, conforme dados da FAO, apresentados na tabela 2. Em 2005 foram exportados US\$ 1,69 bilhões de um total de US\$ 9,67 bilhões no mundo todo. O segundo maior exportador são os Estados Unidos, com US\$ 1,06 bilhões, seguidos pela Alemanha, com US\$ 665 milhões. As exportações mundiais estão crescendo ao longo dos últimos anos.

¹ Para este artigo, além de informações da autora, foram utilizadas as seguintes fontes:
Epagri-Cepa. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina – 2006-2007.
IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Junho/08.
www.fao.org
www.usda.gov
www.afubra.com.br
Jornais diversos e internet.

Fumo

Os principais importadores de fumo no mundo, em ordem de importância, em 2005, foram: Alemanha, Rússia e Holanda, com importações no valor de US\$ 1,42 bilhões, US\$ 816 e US\$ 800 milhões, respectivamente (Tabela 3).

Produção e comércio brasileiros

A tabela 4 traz o comparativo das dez últimas safras de fumo no Brasil, segundo o IBGE. De 2005 a 2007 o país aumentou sua produção de forma sucessiva. Contudo, na última safra (2007/08) houve uma queda de 19% em relação à safra anterior. A área plantada também caiu, 18%. A produtividade teve um ligeiro declínio, apenas 10 quilos a menos por hectare em relação a safra 2006/07.

Segundo a Afubra, no Brasil, na última safra, existiam cerca de 217.370 produtores de fumo, sendo que 83% deles estão na Região Sul e, mais especificamente 43% no Rio Grande do Sul, 25% em Santa Catarina e 16% no Paraná (Tabela 5).

Nos três últimos anos o número de fumicultores tem caído no país, devido à política do Governo de desestimular a atividade, para que seus produtores possam, por exemplo, trocar o plantio para o feijão. Em 2004/05 existiam 396.080 produtores no país, hoje são 217.370, representando uma queda de 45%.

Os estados de maior produção de fumo no Brasil estão na tabela 6. O Sul do país responde por 96% da produção brasileira, com base na produção da última safra (2007/08). Dos três estados do Sul, o Rio Grande do Sul detém 48% da produção brasileira, Santa Catarina 31% e O Paraná 17%.

No Rio Grande do Sul, na temporada 2007/08 a área plantada foi de 168,9 mil hectares enquanto na safra anterior foi de 175,5 mil, o que representa uma queda de 3,8%. A produção caiu de 377,5 mil toneladas para 357,8 mil toneladas, uma queda de 5,2%. Por conta disso, a produtividade acabou sendo 1,5% menor (Tabela 7).

No Paraná, houve um aumento insignificante na área plantada, de 63,47 mil hectares para 63,55 mil hectares. Contudo a produção teve uma queda maior, cerca de 5,1%, de 132,2 mil toneladas para 125,4 mil toneladas. A produtividade caiu de 2.083 kg/ha para 1.973 kg/ha.

Em Santa Catarina, a área plantada foi 23% menor, ou seja, caiu de 151,4 mil hectares em 2006/07 para 116,3 mil hectares em 2007/08. A produção, por sua vez, diminuiu em 53,7 mil toneladas, uma queda de 18,9%. A produtividade foi de 1.984 kg/ha, enquanto a anterior havia sido de 1.878 kg/ha (Tabela 8).

A maior parte da produção brasileira de fumo tem como destino o mercado internacional, como pode ser verificado na tabela 9. Nos últimos dez anos o Brasil exportou entre 57% e 78% de tudo que produziu para o mercado mundial. Em 2007, exportou-se 710,2 mil toneladas de um total de 912,8 mil toneladas produzidas. Em 2008, a produção estimada foi de 741,7 mil toneladas, enquanto as exportações até o mês de julho totalizaram 361,8 mil toneladas.

É importante lembrar que o fumo brasileiro, apesar de ser o de melhor qualidade a nível mundial, é o que tem o menor preço naquele mercado. E, com a valorização do real, frente ao dólar, a rentabilidade das exportações tem diminuído, o que acaba gerando dificuldades na negociação entre as indústrias fumageiras e as entidades que representam os produtores. Ainda assim, como será visto mais adiante, os preços pagos na última safra aos produtores foram bons.

Produção catarinense e comercialização

A tabela 10 traz a produção catarinense segundo as regiões produtoras. As regiões que concentram no Estado a produção de fumo são: o Vale do Itajaí (28,9% da produção estadual), o Sul (25,3%), o Norte (22,7%) e o Oeste (18%). A Grande Florianópolis, apesar de produzir apenas 3,7% do fumo de Santa Catarina é a região que detém a maior produtividade: 2.085 kg por hectare na última safra. Na seqüência estão as regiões do Vale do Itajaí (1.956 kg/ha) e o Norte com 1.919 kg/ha.

As tabelas 11 e 12 trazem os preços médios recebidos pelos produtores de fumo, nos três estados do sul do Brasil nas dez últimas safras. A tabela 10 traz os preços para a região como um todo, segundo as variedades de fumo. Percebe-se, claramente, um aumento significativo no preço do produto na última safra, em relação à safra 2006/07, qual seja, de 27,4%. A variedade que mais aumentou de preço foi a Burley, com 36,4% de reajuste, seguida pela Comum (26,4%) e Virgínia (26,1%). Foi o segundo maior aumento na última década, ficando atrás apenas do reajuste ocorrido entre as safras 2001/02 e 2002/03, que chegou a 38,6%.

Vale lembrar que essas observações estão sendo feitas em relação ao preço em reais, que é a moeda que os produtores acabam recebendo. Se fizermos a mesma análise considerando o dólar, este ano foi o recorde em termos de reajuste médio de preços para o fumo do sul brasileiro (54,8% a mais do que o preço da safra anterior).

Com relação às diferenças de preços entre os estados, Santa Catarina foi o estado que, na safra 2007/08, obteve o melhor preço por sua produção. Em média, o produtor catarinense recebeu por quilo do produto R\$ 5,57. Já o produtor gaúcho recebeu R\$ 5,40 e o paranaense R\$ 5,17. Desse modo, a média do preço para a região foi de R\$ 5,42 por quilo, o maior preço já recebido pelos produtores.

Segundo a Afubra a principal razão é que, além de o produto estar com menor produção a nível mundial, o fumo colhido na última safra, no sul do Brasil, foi de ótima qualidade. Apesar de ter havido uma estiagem no início da safra, esta acabou sendo muito localizada e não prejudicou a produção, a qual acabou ficando acima do esperado, inicialmente.

Foi observado pela associação que normalmente a cotação ficava próxima ou um pouco abaixo do preço do tipo TO2, mas, nesta safra ficou bem acima do preço do TO2. Desse modo a associação acredita que os produtores ficaram bastante satisfeitos. E, por isso, existe uma perspectiva que ocorra um aumento de 5% na área plantada na safra 2008/09 ns região Sul. Este aumento, contudo, pode não ser linear para os três estados. O Paraná, por exemplo, calcula que deve aumentar sua área em 2.000 hectares.

Fumo

As exportações catarinenses (e brasileiras) estão na tabela 13. Como pode ser visto, o ano de 2007 foi excepcionalmente proveitoso para os exportadores de fumo. Tanto o país como o Estado aumentaram suas exportações. Em Santa Catarina este aumento foi de 19% em relação à quantidade exportada, que tinha sido 134,6 mil toneladas no ano anterior (2005/06) e alcançou 160,3 mil toneladas em 2006/07. Em relação ao valor, por conta da valorização do real frente ao dólar o aumento foi um pouco menor: 14%, ou de US\$ 465,9 milhões para US\$ 534,5 milhões.

Em 2008, até o mês de julho, as exportações já totalizaram 101 mil toneladas e US\$ 425,5 milhões.

Como, a partir de 2006 vem ocorrendo um maior processamento de fumo para exportação dentro do próprio Estado, Santa Catarina continua crescendo nas exportações brasileiras. Em 2007 participou com 22,6% no total em termos de quantidade exportada e com 23,6% em valor. Em 2008 esta participação pode ser ainda maior, já que até o mês de julho 27,9% do total das exportações brasileiras (em quantidade) e 31% em valor provém do estado catarinense.

Perspectivas para a próxima safra

Para a safra 2008/09, em conversa com os produtores do Sul do país, a Afubra constatou que existe uma tendência muito forte de aumento da área plantada (chegando a 376 mil hectares), sendo que a rendimento deverá ser um pouco menor (1.996 kg/ha), já que a safra atual foi realmente muito boa, tanto na quantidade como na qualidade do fumo produzido. O aumento da área deve acontecer de forma similar nos três estados do Sul, como resultado dos bons preços alcançados nesta safra.

Tabela 1/l. Fumo - Principais países produtores - 2005-07

País	2005		2006		2007	
	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)	Área(ha)	Produção(t)
China	1.364.500	2.685.743		2.746.193		2.395.000
Brasil	493.761	889.426	495.706	900.381	461.482	919.393
Índia	366.500	549.100	372.800	552.200	380.000	555.000
Estados Unidos	120.610	290.170	137.188	329.918	144.068	353.177
Indonésia	198.212	153.470	215.012	177.895	215.000	180.000
Argentina	90.000	163.528	90.000	165.000	92.000	170.000
Paquistão	50.500	100.500	56.400	112.600	62.000	126.000
Malawi	150.000	110.000	155.000	115.000	155.000	118.000
Itália	34.372	115.983	36.000	110.000	35.000	100.000
Turquia	185.342	135.247	146.166	98.137	146.000	98.000
Sub-total	3.053.797	5.193.167	1.704.272	5.307.324	1.690.550	5.014.570
Outros países	896.614	1.505.832	825.997	1.308.100	835.818	1.309.482
Total mundial	3.950.411	6.698.999	2.530.269	6.615.424	2.526.368	6.324.052

OBS: Fumo não manufaturado.

Fonte: FAO: FAOSTAT, FAO Statistics Division 2008, 14 August 2008.

Tabela 2/I. Fumo - Principais países exportadores
- 2003-05

País	(US\$ 1.000)		
	2003	2004	2005
Brasil	1.075.198	1.409.341	1.690.286
Estados Unidos	1.476.614	1.308.273	1.060.538
Alemanha	343.954	582.352	665.208
Turquia	343.710	417.549	503.189
Holanda	440.749	522.309	501.555
França	195.593	455.734	404.494
Grécia	319.338	289.538	375.760
Malauí	288.990	257.974	320.715
Bélgica	336.924	437.015	308.246
China	257.235	293.758	301.487
Sub-total	5.078.305	5.973.843	6.131.478
Outros países	3.057.614	3.437.122	3.527.060
Total mundial	8.143.183	9.414.144	9.669.400

Fonte: FAOSTAT. FAO Statistics Division 2008, 14 August 2008.

Tabela 3/I. Fumo - Principais países importadores
- 2003-05

País	(US\$ 1.000)		
	2003	2004	2005
Alemanha	1.122.742	1.336.901	1.419.536
Rússia	676.927	703.310	815.905
Holanda	513.496	701.819	799.896
Estados Unidos	747.103	747.224	670.429
França	274.481	436.108	472.704
Bélgica	421.237	497.672	395.094
China	318.611	270.091	369.320
Reino Unido	323.121	350.714	339.724
Ucrânia	196.261	245.170	311.359
Espanha	245.613	274.744	306.725
Sub-total	4.839.592	5.563.753	5.900.692
Outros países	4.310.367	5.181.500	4.682.864
Mundo	9.149.963	10.746.252	10.584.320

Fonte: FAOSTAT. FAO Statistics Division 2008, 14 August 2008.

Tabela 4/I. Fumo - Comparativo das safras do Brasil
- Safras 1998/99-2007/08

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
1998/99	341.731	629.525	1.842
1999/00	310.633	579.727	1.866
2000/01	305.676	568.505	1.860
2001/02	344.798	670.309	1.944
2002/03	392.925	656.200	1.670
2003/04	462.391	921.281	1.992
2004/05	494.318	889.426	1.799
2005/06	499.485	905.352	1.813
2006/07 ⁽¹⁾	460.211	912.787	1.983
2007/08 ⁽²⁾	375.973	741.668	1.973

⁽¹⁾ Dados sujeitos a alterações.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: IBGE e Afubra.

Tabela 5/I. Número de fumicultores no Brasil
- Safras 2003/04-2007/08

Estado/Região	2003/04	2004/05	2006/07	2007/08
Paraná	34.240	38.510	35.630	34.110
Santa Catarina	59.850	61.790	54.760	55.120
Rio Grande do Sul	96.180	97.740	90.920	91.290
Região Sul	190.270	198.040	181.310	180.520
Outros estados	36.380	...	36.460	36.850
Brasil	226.650	396.080	217.770	217.370

Fonte: Afubra.

Tabela 6/I. Fumo - Comparativo de safras, segundo os estados e regiões do Brasil
- Safras 2005/06-2007/08

Estado/Região	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾
Rio Grande do Sul	243.249	231.110	168.920	472.720	478.807	357.830	1.943	2.072	2.118
Santa Catarina	138.712	121.969	116.250	244.011	249.013	230.630	1.759	2.042	1.984
Paraná	85.247	78.636	63.550	155.201	156.644	125.410	1.821	1.992	1.973
Região Sul	467.208	431.715	348.720	871.932	884.464	713.870	1.866	2.049	2.047
Alagoas	16.770	14.000	15.000	17.411	14.000	15.000	1.038	1.000	1.000
Bahia	12.437	11.413	9.243	12.512	10.722	9.288	1.006	939	1.005
Sergipe	2.211	2.124	2.089	2.868	2.731	2.685	1.297	1.286	1.285
Paraíba	396	473	421	312	400	332	788	846	789
Ceará	213	236	250	207	296	313	972	1.254	1.252
Região Nordeste	32.027	28.246	27.003	33.310	28.149	27.618	1.040	997	1.023
São Paulo	250	250	250	110	174	180	440	696	720
Região Sudeste	250	250	250	110	174	180	440	696	720
Brasil	499.485	460.211	375.973	905.352	912.787	741.668	1.813	1.983	1.973

⁽¹⁾ Dados sujeitos a alterações.

Fonte: IBGE e Afubra.

Tabela 7/I. Fumo - Comparativo das safras da Região Sul do Brasil - Safras - 2004/05-2007/08

Estado	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾
Rio Grande do Sul	204.030	175.510	168.920	388.570	377.510	357.830	1.904	2.151	2.118
Santa Catarina	138.360	121.930	116.250	243.380	248.960	230.630	1.759	2.042	1.984
Paraná	75.030	63.470	63.550	137.710	132.190	125.410	1.835	2.083	1.973
Região Sul	417.420	360.910	348.720	769.660	758.660	713.870	1.844	2.102	2.047

⁽¹⁾ Dados preliminares da Afubra.
Fonte: Afubra.

Tabela 8/I. Fumo - Comparativo das safras de Santa Catarina - Safras - 1997/98-2006/07

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
1997/98	116.761	163.768	1.403
1998/99	105.523	204.675	1.940
1999/00	96.117	188.327	1.959
2000/01	93.678	178.207	1.902
2001/02	112.067	223.382	1.993
2002/03	120.899	213.339	1.765
2003/04	143.112	284.825	1.990
2004/05	145.806	280.045	1.921
2005/06	138.714	244.011	1.759
2006/07 ⁽¹⁾	151.351	284.300	1.878
2007/08 ⁽²⁾	116.250	230.630	1.984

⁽¹⁾ Dados preliminares.
⁽²⁾ Estimativa
Fonte: IBGE e Afubra.

Tabela 9/I. Fumo - Quantidade produzida e exportada pelo Brasil - 1999-008

Ano	Produção (t)	Exportação (t)	Exp./Prod. (%)
1999	629.525	358.746	57,0
2000	579.727	353.022	60,9
2001	568.505	443.846	78,1
2002	670.309	474.472	70,8
2003	656.200	477.550	72,8
2004	921.281	592.844	64,4
2005	889.426	629.629	70,8
2006	905.352	581.380	64,2
2007	912.787	710.154	77,8
2008 ⁽¹⁾	741.668	361.820	48,8
Média⁽²⁾	747.478	513.516	68,7

⁽¹⁾ Dado de produção sujeito a alterações e dado de exportação até o mês de julho/2008.
⁽²⁾ A média das exportações não considera o ano de 2008, pois o mesmo só possui dados até julho.
Fonte: IBGE e MDIC/Secex.

Tabela 10/I. Fumo - Comparativo de safras, segundo as micro e mesorregiões de Santa Catarina Safras - 2004/05-2006/07

Micro/Mesorregião	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2004/05	2005/06	2006/07	2004/05	2005/06	2006/07	2004/05	2005/06	2006/07
São Miguel do Oeste	12.481	10.391	12.820	20.200	16.644	21.495	1.618	1.602	1.677
Chapecô	13.511	10.943	13.383	21.301	17.703	21.750	1.577	1.618	1.625
Xanxerê	2.505	2.107	2.112	4.091	3.344	3.542	1.633	1.587	1.677
Joaçaba	1.793	1.607	1.524	2.984	2.550	2.650	1.664	1.587	1.739
Concórdia	1.132	939	1.007	1.860	1.527	1.701	1.643	1.626	1.689
Oeste Catarinense	31.422	25.987	30.846	50.436	41.768	51.138	1.605	1.607	1.658
Canoinhas	29.834	29.525	32.260	59.500	60.470	61.600	1.994	2.048	1.909
São Bento do Sul	1.064	976	1.330	2.163	2.066	2.841	2.033	2.117	2.136
Joinville	37	47	37	76	89	76	2.054	1.894	2.054
Norte Catarinense	30.935	30.548	33.627	61.739	62.625	64.517	1.996	2.050	1.919
Curitibanos	1.121	1.079	1.157	1.862	1.166	2.128	1.661	1.081	1.839
Campos de Lages	1.321	1.277	1.371	2.363	1.771	2.009	1.789	1.387	1.465
Serrana	2.442	2.356	2.528	4.225	2.937	4.137	1.730	1.247	1.636
Rio do Sul	23.584	23.390	25.430	47.163	44.210	49.381	2.000	1.890	1.942
Blumenau	1.137	1.214	1.168	2.329	2.304	2.221	2.048	1.898	1.902
Itajaí	7	4	5	14	8	10	-	2.000	2.000
Ituporanga	15.282	16.374	14.730	30.405	30.323	30.465	1.990	1.852	2.068
Vale do Itajaí	40.010	40.982	41.333	79.911	76.845	82.077	1.997	1.875	1.986
Tijucas	3.756	3.627	3.585	7.650	6.413	7.123	2.037	1.768	1.987
Florianópolis	13	6	20	26	12	40	2.000	2.000	2.000
Tabuleiro	1.250	1.302	1.420	2.530	2.760	3.314	2.024	2.120	2.334
Grande Florianópolis	5.019	4.935	5.025	10.206	9.185	10.477	2.033	1.861	2.085
Tubarão	10.936	10.428	11.760	22.179	15.355	23.434	2.028	1.472	1.993
Criciúma	7.614	7.201	8.369	15.614	10.293	15.531	2.051	1.429	1.856
Araranguá	17.428	16.275	17.863	35.735	25.003	32.989	2.050	1.536	1.847
Sul Catarinense	35.978	33.904	37.992	73.528	50.651	71.954	2.044	1.494	1.894
Total	145.806	138.712	151.351	280.045	244.011	284.300	1.921	1.759	1.878

Fonte: IBGE.

Tabela 11/I. Fumo - Preço médio recebido pelos produtores da Região Sul do Brasil, segundo o tipo - Safras - 1998/99-2007/08

Safral/tipo	(R\$/kg)				(US\$/kg)			
	Virgínia	Burley	Comum	Média	Virgínia	Burley	Comum	Média
1998/99	1,85	1,82	1,24	1,84	1,06	1,04	0,71	1,06
1999/00	2,03	1,90	1,32	2,00	1,14	1,06	0,74	1,12
2000/01	2,52	2,22	1,44	2,45	1,17	1,03	0,67	1,14
2001/02	2,92	2,62	1,69	2,85	1,20	1,07	0,69	1,17
2002/03 ⁽¹⁾	4,10	3,43	2,21	3,95	1,27	1,06	0,68	1,22
2003/04	4,36	3,76	2,65	4,24	1,47	1,27	0,89	1,43
2004/05	4,43	3,93	2,49	4,33	1,72	1,53	0,97	1,68
2005/06	4,24	3,83	2,40	4,15	1,94	1,75	1,10	1,89
2006/07	4,33	3,93	2,51	4,25	2,12	1,92	1,23	2,08
2007/08	5,46	5,36	3,17	5,42	3,24	3,18	1,89	3,22

⁽¹⁾ Dado calculado pela Epagri/Cepa.

Fonte: Afubra.

Tabela 12/I. Fumo - Preço médio recebido pelos produtores da Região Sul do Brasil, segundo os estados selecionados - Safras - 1998/99-2007/08

Safral/Estado	(R\$/kg)				(US\$/kg)			
	RS	SC	PR	Região Sul	RS	SC	PR	Região Sul
1998/99	1,82	1,88	1,80	1,84	1,04	1,08	1,03	1,06
1999/00	2,01	2,01	1,93	2,00	1,12	1,12	1,08	1,12
2000/01	2,51	2,43	2,25	2,45	1,17	1,13	1,05	1,14
2001/02	2,86	2,89	2,71	2,85	1,17	1,18	1,11	1,17
2002/03 ⁽¹⁾	4,02	3,94	3,77	3,95	1,24	1,22	1,16	1,22
2003/04	4,34	4,19	4,03	4,24	1,46	1,41	1,36	1,43
2004/05	4,23	4,51	4,24	4,33	1,64	1,75	1,65	1,68
2005/06	4,17	4,24	3,91	4,15	1,90	1,94	1,78	1,89
2006/07	4,34	4,21	4,05	4,25	2,12	2,06	1,98	2,08
2007/08	5,40	5,57	5,17	5,42	3,21	3,31	3,07	3,22

⁽¹⁾ Dado calculado pela Epagri/Cepa.

Fonte: Afubra.

Tabela 13/I. Fumo - Exportações brasileiras e catarinenses - 1999-008

Ano	Brasil		Santa Catarina	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)
1999	358.746	961.237	31.449	84.388
2000	353.022	841.474	37.882	88.697
2001	443.846	944.316	48.101	90.579
2002	474.472	1.008.169	45.968	88.211
2003	477.550	1.090.259	43.264	88.232
2004	592.844	1.425.763	57.811	133.424
2005	629.629	1.706.520	76.319	213.366
2006	581.380	1.751.726	134.566	465.898
2007	710.154	2.262.374	160.284	534.483
2008 ⁽¹⁾	361.820	1.373.642	100.967	425.491

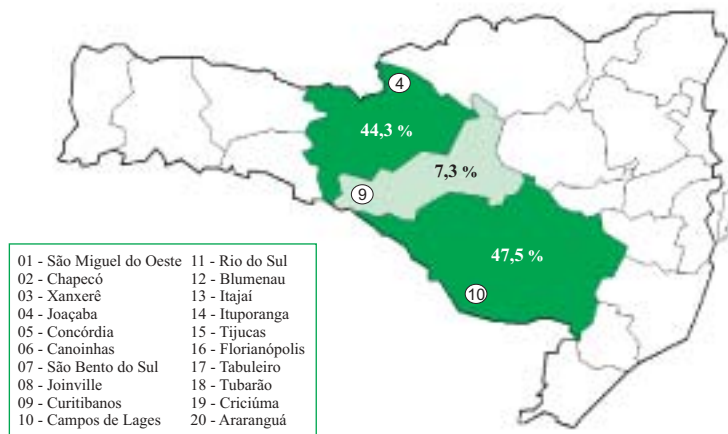
⁽¹⁾ Até jul./2008.

Fonte: MDIC/Secex.

Márcia Janice Freitas da Cunha Varaschin

Maça

Maça - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 598.680 t)



Panorama mundial

Na safra 2006/07 mundial de maçã, a FAO estima uma produção de 64,2 milhões de toneladas, área colhida de 4,9 milhões de hectares e rendimento médio de 13,056 toneladas por hectare. Em relação à safra passada, embora tenha ocorrido uma diminuição na produtividade de 2,18%, a área colhida aumenta 2,83% propiciando um incremento de 0,59% na quantidade produzida.

A China lidera disparado o ranking mundial com uma participação de 38,6% no volume total produzido embora apresente um rendimento médio de 13,750 toneladas por hectare. Está bem abaixo da produtividade de alguns países produtores como: Áustria, com 84,016 t/ha; Suíça, com 62,220 t/ha; Nova Zelândia, com 47,723 t/ha; Bélgica, com 40,625 t/ha; Eslovênia, com 38,456 t/ha; Holanda, com 38,172 t/ha; França, com 38,106 t/ha; Chile, com 36,986 t/ha; Itália, com 36,922 t/ha; África do Sul, com 31,007 t/ha; Estados Unidos, com 29,798 t/ha; Brasil, com 29,523 t/ha; Argentina, com 28,338 t/ha; e Israel, com 27,153 t/ha.

De um total de noventa países, vinte se destacam e são responsáveis no conjunto por cerca de 85% da produção mundial. Nas últimas safras, alguns países têm apresentado uma sensível melhoria na produtividade, contribuindo para o bom desempenho da atividade (Tabela 1).

O volume de maçã vendida para os principais centros consumidores mundiais é crescente nos últimos anos. No ano de 2005, o volume transacionado subiu 9,0% e o montante financeiro 1,6%, em relação a 2004 – apesar de uma redução de 6,8% nos valores médios comercializados.

No período, os maiores volumes comercializados pertencem ao mercado chinês, que consegue barganhar 12,1% da fatia total, seguido pelo italiano, com 10,3%; o americano, com 9,8%; o francês, com 9,3%; o chileno, com 9,1%; o holandês, com 6,3%; e polonês o, com 6,1%. Com participação variando entre 3,8% e 5,0% aparecem Bélgica, Argentina, Nova Zelândia e África do Sul, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 1/I. *Maçã - Área plantada e quantidade produzida - Total e principais países*
Safras – 2004/05-2006/07

País	Área colhida (1.000 ha)			Quantidade produzida (1.000 t)		
	2004/05	2005/06	2006/07	2004/05	2005/06	2006/07
Mundo	4.802,1	4.785,7	4.921,1	62.123,1	63.875,3	64.248,5
China	1.890,9	1.900,0	2.000,0	24.016,9	26.065,5	27.500,0
Estados Unidos	153,6	152,8	156,0	4.408,9	4.568,6	4.237,7
Irã	201,4	201,4	202,0	2.661,9	2.660,0	2.660,0
Turquia	120,9	121,7	110,0	2.570,0	2.002,0	2.266,4
Federação Russa	392,0	365,5	370,0	1.800,0	1.609,0	2.211,0
Itália	57,1	61,7	61,2	2.192,0	2.112,8	2.072,5
Índia	230,7	234,7	261,6	1.739,0	1.755,7	2.001,4
França	47,5	44,8	46,0	1.856,7	1.705,5	1.800,0
Chile	39,5	37,0	38,0	1.400,0	1.370,0	1.390,0
Argentina	40,0	45,0	46,0	1.206,2	1.280,0	1.300,0
Brasil	35,5	36,1	37,7	850,5	863,0	1.113,5
Polônia	169,7	162,0	175,4	2.075,0	2.304,9	1.039,1
Alemanha	32,3	32,5	31,7	891,4	947,6	911,9
Japão	40,8	40,3	41,0	818,9	831,8	850,0
Ucrânia	137,9	124,1	170,0	719,8	536,5	707,0
Espanha	39,0	37,0	37,5	774,2	660,7	672,4
África do Sul	21,3	20,6	22,0	680,4	639,8	650,0
Coreia do Norte	72,0	72,0	70,0	668,0	665,0	635,0
México	59,5	57,8	60,0	584,0	601,9	605,0
Egito	26,0	26,0	26,0	550,0	550,0	545,0

Fonte: FAO (agosto de 2008). Disponível em (<http://www.fao.org>).

Tabela 2/I. *Maçã – Quantidade e valor das exportações mundiais e dos principais países*
– 2003-05

País	Quantidade (1.000 t)			Valor (US\$ 1.000.000)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Mundo	6.235,84	6.441,51	7.022,29	3.422,57	3.824,78	3.884,43
França	803,78	628,02	654,07	611,93	574,71	506,71
Estados Unidos	546,24	491,68	685,43	364,43	383,73	499,60
Itália	707,71	541,97	723,94	468,41	432,84	482,42
China	652,80	811,49	852,24	232,46	295,71	322,47
Chile	601,25	738,99	639,52	265,13	337,90	303,58
Nova Zelândia	322,76	358,33	318,61	235,68	313,97	274,75
Holanda	349,41	388,09	444,35	233,35	296,97	274,12
Bélgica	340,09	336,74	352,78	259,87	258,55	209,90
África do Sul	325,81	305,19	262,75	143,05	181,02	154,48
Argentina	200,43	206,04	273,62	81,99	90,67	125,27
Polônia	348,66	407,39	427,03	67,52	100,76	118,57
Alemanha	69,61	89,58	93,58	52,13	75,92	66,54
Espanha	72,68	109,30	102,01	39,22	71,40	57,36
Irã	108,87	120,51	132,33	19,84	29,70	48,78
Japão	16,79	10,09	17,10	37,85	27,60	47,69
Brasil	76,47	153,04	99,33	37,83	72,55	45,77
Áustria	70,80	50,00	71,20	44,38	39,05	42,05
Canadá	49,18	44,22	54,20	35,27	31,16	35,31
Emirados Árabe	41,25	26,12	53,10	14,94	12,86	23,75

Fonte: FAO (julho de 2007). Disponível em (<http://www.fao.org>).

Maçã

O volume das importações, no mesmo período analisado, apresenta-se crescente, passando de 5,98 milhões de toneladas em 2003 para 6,61 milhões de toneladas em 2005, com um crescimento de 10,4%. Em 2005 o montante total desembolsado atinge 4,11 bilhões e representa uma queda de 3,9% em relação ao ano anterior. Os maiores volumes negociados pertencem à Alemanha, com 11,7% das aquisições, seguida pela Federação Russa, com 10,9%, Reino Unido, com 7,8%, Holanda, com 4,8%, China, com 4,0%, Espanha e Bélgica, com 3,4% cada, México, com 3,0%, e pela França, com 2,8%, conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3/I. Maçã – Quantidade e valor das importações mundiais e principais países – 2003-05

País	Quantidade (1.000 t)			Valor (US\$ 1.000.000)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Mundo	5.984,65	6.219,60	6.605,73	3.792,24	4.276,51	4.109,88
Reino Unido	475,86	524,93	514,22	461,33	552,97	528,51
Alemanha	812,65	736,26	773,57	572,53	595,83	501,13
Federação Russa	608,30	705,28	723,58	197,88	237,42	294,88
Holanda	387,08	322,60	320,09	295,21	279,25	270,51
China	254,40	247,32	262,16	166,32	183,01	184,98
Espanha	236,11	248,94	224,83	171,81	206,80	178,40
Bélgica	249,61	222,05	225,53	218,25	221,54	173,57
México	180,77	154,05	195,17	147,38	136,89	163,08
França	116,46	210,10	184,51	90,16	170,57	136,07
Canadá	142,11	133,34	159,06	117,49	124,72	115,15
Estados Unidos	186,76	207,38	122,77	165,22	215,88	103,73
Suécia	92,63	103,80	111,95	76,32	95,10	89,29
Arábia Saudita	127,23	127,40	146,42	45,96	49,15	79,67
Indonésia	71,39	114,03	126,97	61,82	63,35	66,23
Portugal	63,04	71,95	74,13	47,11	59,56	55,57
Tailândia	84,23	88,07	93,23	57,05	50,44	50,69
Noruega	45,53	44,18	50,63	42,87	46,58	49,82
Dinamarca	74,51	66,64	64,71	53,40	56,31	48,58
Irlanda	48,71	49,19	45,84	45,59	51,87	46,24
Itália	55,63	89,82	52,87	45,11	75,31	42,30

Fonte: FAO (agosto de 2008). Disponível em (<http://www.fao.org>).

Panorama nacional Safra 2006/07

Na safra nacional de maçã 2006/07, foram produzidas 1.113,5 mil toneladas numa área colhida de 37,7 mil hectares (IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA -, junho de 2008), apresentando um incremento de 29,0% no volume produzido e de 4,4% na área colhida, comparado com os resultados alcançados na safra passada.

Santa Catarina permanece na liderança do ranking nacional da fruta, responsável por cerca de 53,8% da produção total, com 598,7 mil toneladas, seguido por Rio Grande do Sul, com 42,1%. Esse estado, nas últimas safras tem apresentado um sensível aumento de produção, em virtude de uma melhor organização dos segmentos produtivo e de comercialização.

Em nosso estado, a queda de granizo durante a fase de desenvolvimento do fruto em alguns municípios produtores comprometeu a qualidade do produto, atingindo com mais intensidade a variedade

Gala. Em consequência disso, foi destinada uma quantidade maior do produto para as agroindústrias processadoras.

Tabela 4/1. Maçã – Área colhida e quantidade produzida – Brasil e principais estados
Safras – 2004/05-2007/08

Discriminação	Área colhida (ha)				Quantidade produzida (t)			
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/8 ⁽¹⁾	2004/05	2005/06	2006/07	2007/8 ⁽¹⁾
Brasil	35.493	36.107	37.717	37.986	850.535	863.019	1.113.547	1.136.132
Santa Catarina	18.428	18.721	19.259	19.638	504.994	496.665	598.681	582.924
Rio Grande do Sul	14.966	15.260	16.365	16.285	299.972	328.091	469.389	509.352
Paraná	1.877	1.864	1.930	1.900	42.758	34.549	43.425	41.800
São Paulo	150	163	163	163	1.875	2.080	2.052	2.056

⁽¹⁾ Estimativas.

Fonte: IBGE (LSPA/junho de 2008).

Em fevereiro a colheita da cultivar Gala e de outras variedades precoces encontra-se em pleno andamento nos principais estados produtores. A variedade Fuji cuja colheita é iniciada no mês de abril, estendo-se até o final do mês de maio (Tabela 4).

No mercado nacional, a quantidade de fruta comercializada durante o primeiro semestre de 2007 fica um pouco abaixo do esperado, oscilando entre 50 mil e 52 mil toneladas mensais. No segundo semestre, entretanto, o volume de negócios aumenta, à medida que os preços médios melhoram gradativamente.

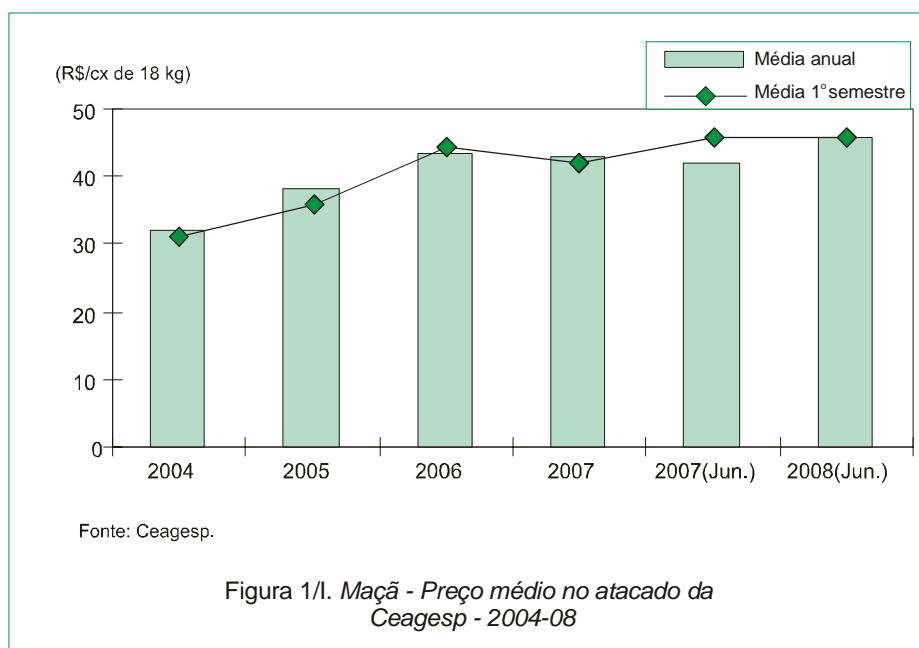
Excepcionalmente, na safra 2006/07, o volume das maçãs de calibres maiores supera a expectativa dos agentes produtivos, trazendo uma certa dificuldade na comercialização do produto, (uma vez que a preferência do consumidor brasileiro é pela fruta de calibres médios). As melhores remunerações acontecem nos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro, e as menores nos meses de março e junho.

O mês de dezembro de 2007 registra a maior valorização no período, com R\$ 48,01 a caixa de 18 quilos - cresce 16,70% em relação a menor cotação de junho de R\$ 39,61. O mês de janeiro, os preços da fruta no atacado têm o segundo melhor desempenho, com R\$ 47,55 a caixa de 18 quilos, (porém inferior em 11,24 % em relação a igual período de 2006). Os meses de outubro e novembro as remunerações alcançam altas de 4,43% e 3,20%, respectivamente em relação o mesmo período de 2006.

Computando-se apenas os valores do produto negociados nos seis primeiros meses de 2008, observa-se uma valorização de 8,67% nos preços médios acumulados, em comparação com igual período de 2007 (Figura 1).

A expectativa dos agentes de comercialização para o segundo semestre é de preços da maçã mais atraentes e de aumento no volume mensal negociado no mercado nacional.

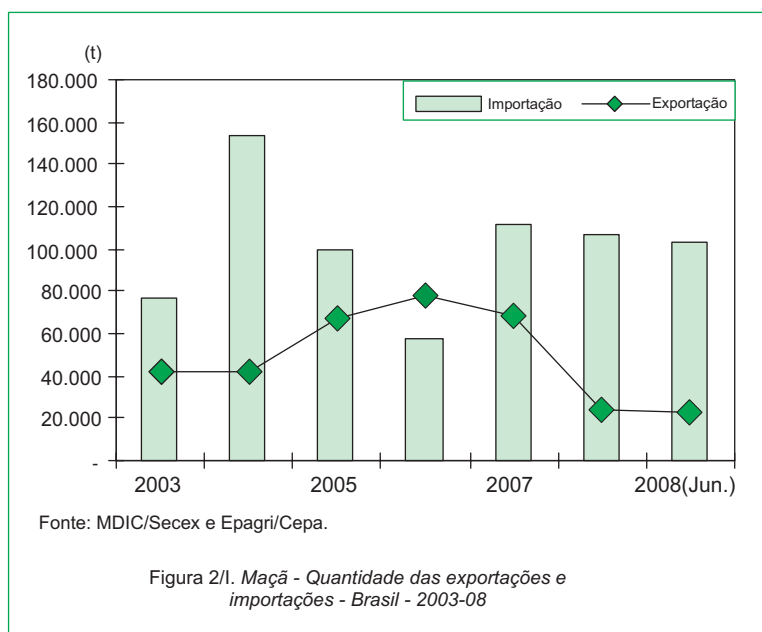
Maçã



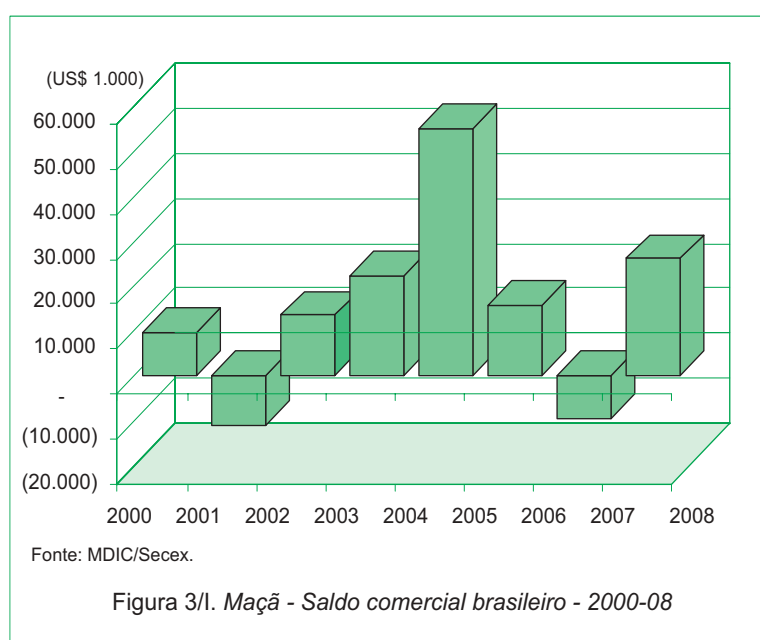
Em 2007, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC/Secex), as vendas brasileiras de maçã para o mercado internacional apresentam o segundo melhor desempenho, sendo comercializadas um total de 112,1 mil toneladas, representando um montante de 68,6 milhões dólares (em 2004 ocorre a venda recorde com 153,0 mil toneladas negociadas).

Os nossos principais parceiros comerciais são os países da União Européia, representando cerca de 95,0% do volume total de negócios realizados. Destaca-se, entre eles, a Holanda, com participação de 31,3%, o Reino Unido, com 14,8%, a França, com 8,3%, a Alemanha, com 6,1%, a Suécia, com 5,2%, Portugal, com 6,9%, Espanha, com 5,6% e a Itália, com 3,8%. No entanto, é necessário mencionar também as operações mais recentes com os mercados da Rússia, de Bangladesh, da Arábia Saudita, de Hong Kong, da Indonésia, da Líbia, de Cingapura e da Tailândia.

Os dados da mesma fonte (MDIC/Secex) confirmam a manutenção da política de diminuição de importação nacional de maçã. Em 1996, as aquisições somam 158,6 mil toneladas (desembolsados US\$ 87,8 milhões); em 1999, decrescem para 66,4 mil toneladas (US\$ 27,2 milhões pagos); em 2004, diminuem para 42,4 mil toneladas (US\$ 17,6 milhões pagos); em 2005, aumentam para 67,5 mil toneladas (US\$ 30,0 milhões pagos): 58,9% maior que em 2004; em 2006, as compras alcançam 77,7 mil toneladas: 15,2% maior que o ano anterior; em 2007 cai para 68,6 mil toneladas. O comportamento crescente das compras nos anos mais recentes é o resultado da valorização da moeda nacional, que permitiu aos mercados argentino e chileno - maiores parceiros comerciais - canalizarem uma parte mais expressiva da produção macieira para os nossos principais centros consumidores (Figura 2).



O Brasil tem procurado diminuir a dependência das importações dessa fruta, atingindo resultados considerados animadores para a balança comercial brasileira. A expansão das vendas inicia-se em 1999, continua crescente nos anos seguintes, sendo que em 2004 atinge a cifra recorde. Este fato tem proporcionado superávit acumulado na nossa balança comercial. São mais de 30 países que continuam dando preferência à maçã brasileira devido a sua qualidade, ao seu tamanho e sabor característicos (Figura 3).



Maçã

Safra 2007/08

Estima-se para a safra nacional de maçã 2007/08, um volume produzido em torno de 1.136,2 mil toneladas, numa área colhida de 38,0 mil hectares (IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA -, junho de 2008), apresentando um aumento de 5,2% na produção e de 2,0% na área colhida, em relação aos resultados alcançados na safra passada.

Santa Catarina permanece liderando no ranking nacional responsável por aproximadamente 51,3% da produção total, podendo alcançar 582,9 mil toneladas, seguido por Rio Grande do Sul, com 44,8% que tem apresentado um aumento gradativo de produção devido ao ganho de produtividade, consequência de uma melhor organização dos segmentos produtivo e de comercialização.

As temperaturas baixas em pleno mês de novembro - fase de desenvolvimento do fruto -, e a queda de granizo em alguns municípios produtores de Santa Catarina comprometeram a qualidade do produto, atingindo com mais intensidade a cultivar Gala - destinando uma quantidade maior do produto para as agroindústrias processadoras (alguns casos até 30%).

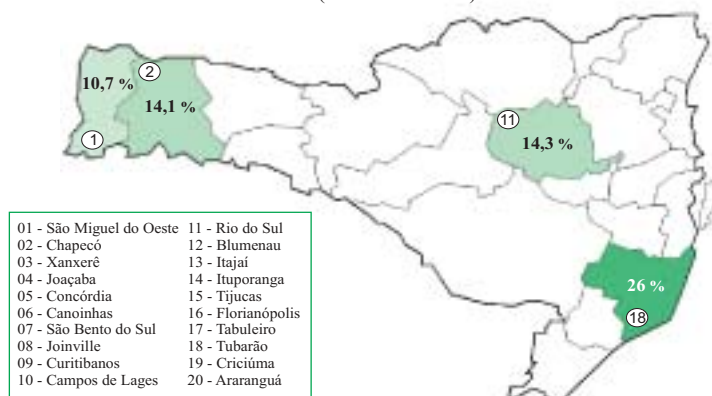
No mercado nacional, a quantidade de fruta comercializada durante o primeiro semestre de 2008 oscila entre 49 mil e 51 mil toneladas mensais. Para o segundo semestre, entretanto, o volume de negócios deve aumentar à medida que os preços médios devem continuar subindo mesmo com o aumento das importações oriundas dos mercados argentino e chileno, que historicamente são maiores nesse período.

No atacado, os preços médios mensais da maçã, coletados através da Companhia de Entrepósitos de Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) nos seis primeiros meses de 2008 crescem 8,7% em comparação com igual período de 2007. No mês de janeiro a fruta comercializada atinge a menor valorização (R\$ 43,00/cx de 18 kg); ganha força em fevereiro - a boa qualidade e a oferta reduzida continuaram remunerando os valores pagos (R\$ 47,33/cx de 18 kg); perde força em março (R\$ 45,01/cx de 18 kg); continua caindo em abril (R\$ 44,01/cx de 18 kg); nos meses de maio e junho, entretanto, mesmo com o mercado mais abastecido e a qualidade da fruta deixando a desejar, os preços mantêm-se crescentes (R\$ 46,77 e R\$ 47,63/cx de 18 kg).

No mercado externo, as vendas brasileiras superam a expectativa dos diversos agentes da cadeia produtiva da fruta. A quantidade comercializada pelos principais centros consumidores mundiais até o mês de junho, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, alcança um volume total de 103,3 mil toneladas, e representa um montante financeiro superior em 13,7% (73,7 milhões de dólares) (Figuras 1 e 2).

Luiz Marcelino Vieira

Mandioca - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 633.216 t)



Panorama mundial

Nos últimos vinte anos, a cultura de mandioca apresenta incremento de área e produção nos principais países produtores, com maior destaque nos africanos e nos asiáticos, onde essa atividade constitui uma das principais fontes energéticas de alimento, bem como uma das alternativas de renda para uma parte expressiva da população.

Conforme as estimativas da FAO, a safra 2006/07 apresenta uma produção mundial de 223,8 milhões de toneladas, numa área colhida de 18,4 milhões de hectares, representando um aumento de 2,5% e 1,2%, respectivamente, em relação à safra passada. O aumento da produção é consequência do ganho de produtividade de países como Brasil, Índia, Indonésia, Nigéria e Tailândia nas últimas safras.

O continente africano é líder absoluto, responsável por 52,7% da produção mundial, seguido pelo asiático, com 30,1% e pelo americano, com 17,1%.

A Nigéria destaca-se no ranking mundial como o primeiro produtor, respondendo por 20,4% do volume total produzido, seguida pelo Brasil, com 12,2%, a Tailândia, com 11,8%, a Indonésia, com 8,8%, a República Democrática do Congo, com 6,7% e Gana, com 4,3%. Estes seis países perfazem 64,2% da produção mundial de raiz de mandioca (Tabela 1).

Na maioria dos países africanos, a lavoura de mandioca é explorada ainda de forma bastante rudimentar. O produto continua sendo considerado um alimento básico para importante parcela da população daquele continente. Parte expressiva da produção (in natura ou processada) é comercializada principalmente em feiras livres, mercearias e supermercados. Nos anos mais recentes, entretanto, esta atividade adquire maior importância comercial, em função de uma melhor organização do produtor e da expansão de investimentos em pesquisas com vistas à melhoria da produtividade e das formas de processamento.

Na Ásia, a Indonésia e a Tailândia são detentoras de 68,4% da produção do continente, enquanto no continente americano o Brasil é responsável por cerca de 72,4% da produção, seguido pelo

Mandioca II

Paraguai, com 13,3%. Nestes dois continentes, a cultura diferencia-se justamente pelo crescente avanço da industrialização, pelo uso de tecnologia e pelas alternativas de mercados. A Tailândia é exemplo disso: apesar de ser o 3º maior produtor, possui o maior parque industrial de fécula e de “pellets” do planeta.

Em 2005, apesar do volume exportado de raiz e derivados da mandioca (mandioca seca, farinha, fécula e tapioca) ter diminuído em relação às vendas

de 2004, o valor médio negociado cresce 28,9% – passando de US\$ 109,43 a tonelada (2004) para US\$ 141,02 a tonelada (2005) - tabela 2.

Tabela 1/I. Raiz de mandioca - Área colhida, produção mundial e principais países produtores – Safras 2003/04-2005/06

País	Área colhida (1.000ha)			Quantidade produzida (1.000t)		
	2004/05	2005/06	2006/07	2004/05	2005/06	2006/07
Mundo	18.439	18.174	18.396	207.448	218.241	223.768
Nigéria	3.782	3.810	3.850	41.565	45.721	45.750
Brasil	1.902	1.897	1.945	25.872	26.639	27.313
Tailândia	986	1.071	1.152	16.938	22.584	26.411
Indonésia	1.213	1.223	1.207	19.321	19.928	19.610
Rep Dem Congo	1.846	1.877	1.850	14.974	14.989	15.000
Gana	750	790	800	9.567	9.638	9.650
Vietnã	433	475	560	6.646	7.714	8.900
Angola	749	757	760	8.606	8.810	8.800
Índia	229	242	242	5.855	7.620	7.600
Moçambique	1.105	1.010	990	6.500	7.500	7.350
Tanzânia	670	670	675	7.000	6.500	6.600
Paraguai	290	300	320	4.785	4.800	5.100
Uganda	387	379	371	5.576	4.926	4.456
Benim	222	173	174	2.861	2.524	2.525
Madagascar	389	310	320	2.964	2.359	2.400

Fonte: FAO (agosto de 2008). Disponível em (<http://www.fao.org>).

Tabela 2/I. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade e valor das exportações mundiais – 2003-05

Discriminação	Quantidade(t)			Valor (US\$ 1.000)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Total	6.069.694	8.012.910	5.636.832	630.949	876.895	794.937
Mandioca seca	4.749.100	6.466.368	3.932.849	377.185	551.423	468.972
Fécula	1.176.112	1.376.572	1.555.663	211.087	269.158	275.593
Farinha	81.669	81.609	57.416	16.435	19.237	16.669
Tapioca	62.813	88.361	90.904	26.242	37.077	33.703

Fonte: FAO (Agosto de 2007). Disponível em (<http://www.fao.org>).

A Tailândia permanece líder absoluta nas vendas internacionais da raiz e derivados da mandioca, com participação de 79,3%; aparecendo em seguida o Vietnã com 9,5% do volume total comercializado (Tabela 3).

Naquele ano, as aquisições mundiais dos derivados da mandioca recuam, registrando uma queda de 34,7% no volume e de 16,3% no montante financeiro, enquanto o valor médio comercializado apresenta um bom desempenho com um expressivo incremento de 28,3% em relação ao ano de 2004 (Tabela 4).

Os maiores volumes adquiridos pertencem ao mercado da China (74,5%), seguido pelo da República da Coreia (4,7%) e da Espanha (4,5%), conforme demonstrado na tabela 5.

Tabela 3/I. Raiz e derivados da mandioca
– Quantidade exportada pelos principais países
– 2003-05

País/produto	(t)		
	2003	2004	2005
Mandioca seca			
Tailândia	3.677.118	5.019.012	3.031.308
Vietnã	632.006	749.666	534.049
Indonésia	21.999	234.169	229.789
Costa Rica	75.182	76.784	81.868
Equador	944	7.124	13.286
Holanda	38.078	111.446	11.863
Bélgica	282.783	245.411	7.974
Fécula			
Tailândia	1023073	1039699	1353036
China	88166	107467	76713
Indonésia	4484	185320	72005
Paraguai	21271	9962	13977
Brasil	15741	8444	11545
Farinha			
Tailândia	75.960	75.918	53.004
Brasil	1.332	1.771	1.387
Nigéria	2.195	75	1.247
Portugal	1.128	2.567	540
Cingapura	122	181	398
Tapioca			
Indonésia	5.828	29.426	39.849
Tailândia	23.881	26.742	24.717
China	28.487	26.225	20.020
Índia	792	1.165	2.320
Brasil	1.186	1.399	1.925

Fonte: FAO (Agosto de 2007). Disponível em (<http://www.fao.org>).

Tabela 4/I. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade e valor das importações mundiais – 2003-05

Discriminação	Quantidade (t)			Valor (US\$ 1.000)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Mandioca seca	4.954.901	6.672.376	4.114.976	435.257	735.747	565.463
Fécula	1.557.080	1.816.125	1.405.794	292.117	374.531	359.723
Farinha	14.807	14.986	18.451	4.244	4.555	5.392
Tapioca	47.803	56.842	45.860	21.100	25.968	24.408
Total	6.574.591	8.560.329	5.585.081	752.718	1.140.801	955.004

Fonte: FAO (Agosto de 2007). Disponível em (<http://www.fao.org>).

Mandioca II

Tabela 5/l. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade importada pelos principais países – 2003-05

País/produto	2003	2004	2005
Mandioca seca			
China	2.397.495	3.473.061	3.345.698
Rep da Coréia	247.484	460.373	264.547
Espanha	745.122	803.695	253.555
Portugal	155.441	192.615	78.329
Estados Unidos	53.498	57.848	64.060
Holanda	425.146	774.826	39.478
Japão	20.675	30.027	22.963
Fécula			
China	940.668	1.169.412	819.211
Malásia	73.305	113.837	121.107
Indonésia	183.923	55.807	102.613
Japão	111.190	130.121	99.180
Cingapura	44.073	45.108	49.006
Filipinas	30.572	46.066	37.384
Estados Unidos	15.183	20.882	27.478
África do Sul	18.963	22.421	22.608
Federação Russa	16.909	28.850	18.425
Farinha			
Nigéria	5.046	4.799	5.404
Canadá	1.441	1.175	3.434
Laos	2.938	2.882	3.433
Cingapura	2.424	2.368	2.398
Portugal	636	608	628
Japão	669	866	553
Mianmar	381	411	428
Tapioca			
China	8.430	9.228	10.702
Bangladesh	6.574	8.656	8.866
Estados Unidos	8.409	8.697	7.819
Canadá	1.006	1.089	3.997
Malásia	2.295	8.235	2.361
Japão	1.769	2.292	1.771
Paquistão	1.205	1.272	1.710
Sri Lanka	1.698	1.714	1.570
Arábia Saudita	201	552	942
Reino Unido	2.646	2.377	936

Fonte: FAO (Agosto de 2007). Disponível em (<http://www.fao.org>).

Panorama nacional - Safra 2006/07

Na safra brasileira 2006/07 foram plantados 2,425 milhões de hectares e colhidos 26,920 milhões de toneladas - representando um crescimento de 0,87% e de 1,06%, respectivamente, em relação à safra passada. As maiores produtividades pertencem aos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, contribuindo desta forma para um melhor desempenho da produção nacional (IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - junho de 2008).

A Região Nordeste continua detentora da maior fatia da produção nacional, com participação de 37,18%, seguida pelas regiões: Norte, 28,16%; Sul, 19,97%; Sudeste, 9,06% e Centro-Oeste, 5,61%.

O Pará é o maior estado produtor de raiz, com participação de 19,4%, seguido pela Bahia, com 17,3% e o Paraná, com 12,5%. Estes três estados representam (safra 2006/07) a metade do volume de raiz produzido no País.

A tabela 6 demonstra o comportamento, nas safras 2005/06 a 2007/08, de área colhida e quantidade produzida de raiz no Brasil e nos principais estados produtores.

Tabela 6/l. Raiz de mandioca – Área colhida e quantidade produzida - Brasil e principais estados – Safras - 2005/06-2007/08

Discriminação	Área colhida (mil ha)			Quantidade produzida (mil t)		
	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾
Brasil	1.896,5	1.912,9	1.881,5	26.639,0	26.920,5	26.683,2
Pará	314,1	324,4	311,5	5.078,4	5.217,0	4.885,1
Bahia	344,7	352,9	344,7	4.394,0	4.665,9	4.570,1
Paraná	173,0	150,4	179,8	3.840,4	3.365,0	3.976,7
Maranhão	212,1	213,5	212,6	1.720,3	1.802,2	1.775,0
Rio Grande do Sul	87,4	88,7	85,2	1.297,2	1.378,9	1.343,5
São Paulo	47,2	47,2	40,9	1.105,9	1.109,0	991,1
Minas Gerais	60,4	59,1	57,5	907,7	904,1	878,6
Ceará	88,6	99,7	95,3	860,8	769,4	924,7
Amazonas	85,6	74,7	71,5	770,4	698,8	653,3
Pernambuco	59,2	58,6	60,9	660,5	621,9	645,7
Santa Catarina	32,4	32,5	31,6	611,7	633,2	600,3
Mato Grosso	39,9	39,1	38,2	563,7	549,7	546,3
Rio Grande do Norte	48,7	51,6	52,7	521,6	566,2	550,7
Piauí	52,3	60,9	55,2	506,1	550,7	566,4
Rorônia	29,0	30,2	30,5	503,3	530,5	514,7
Mato Grosso do Sul	29,3	27,4	24,4	495,3	480,6	451,9

⁽¹⁾ Safra 2007/08 – Dados preliminares.

Fonte: IBGE (LSPA de dezembro de 2006 e junho de 2008).

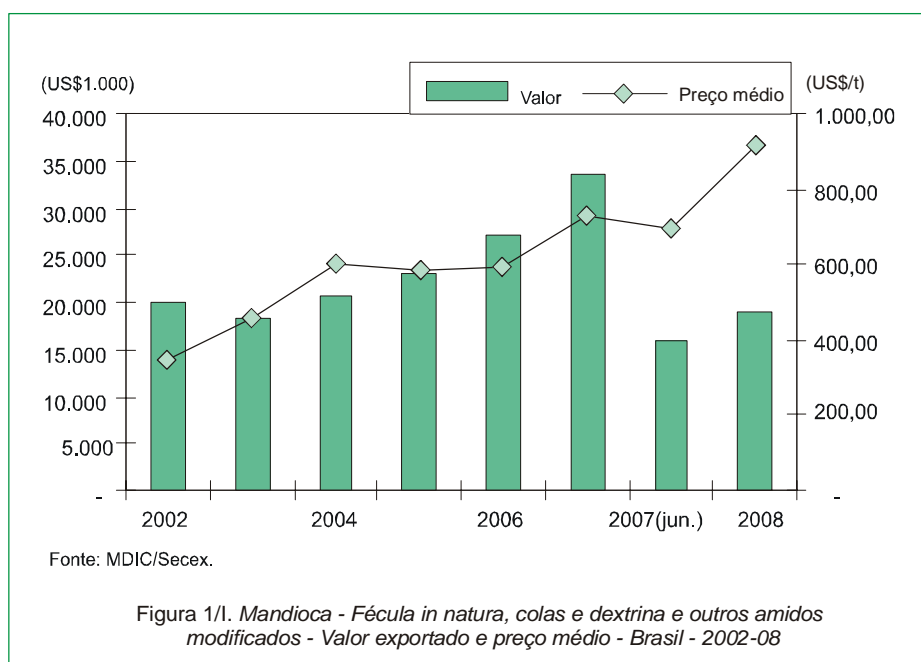
O aumento gradativo da oferta nacional de matéria-prima, nos últimos anos, tem contribuído para uma diminuição relativa nos valores pagos pelas agroindústrias de farinha e fécula. Para os produtores que possuem contrato de entrega da produção, a situação é um pouco melhor, obtendo uma remuneração, na maioria dos casos, acima da média de mercado.

Em 2007, ao contrário de 2006 e 2005, os principais agentes do segmento de farinha das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste conseguem manter o ritmo de venda alcançado em 2004 – considerado satisfatório, sendo que o maior volume do produto comercializado é destinado aos consumidores dos estados da Região Nordeste. No segmento de fécula, apesar de persistir uma forte concorrência com o amido de milho, uma melhor organização dos setores de produção e de comercialização permite estabilidade nas vendas e no volume de negócios realizados.

No mercado externo, os dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, demonstram que as vendas brasileiras de dextrina, colas e outros amidos e féculas modificados têm apresentado comportamento estável nos últimos oito anos nos principais centros consumidores internacionais. No período de 2002 a 2007 obteve-se uma movimentação média anual de 43,6 mil toneladas, sendo que em 2002 foram registradas as maiores vendas – 56,9 mil toneladas – e as menores no ano de 2004 – 34,7 mil toneladas. Em 2007, os nossos principais parceiros comerciais, por ordem de importância, são: dextrina - Argentina (24,6%), Chile (20,5%), Estados Unidos (17,4%) e África do Sul (7,4%) e Reino Unido (6,4%); fécula *in natura* - Estados Unidos (38,3%), Venezuela (28,9%), México (7,8%), Canadá (4,3%) e Peru (3,9%).

A figura 1 demonstra o comportamento da movimentação financeira do mercado nacional de dextrina, colas e outros amidos e féculas modificados e os preços médios alcançados de 2002 até o primeiro semestre de 2008.

Mandioca



Persiste a expectativa da indústria nacional da fécula de que, à medida que diminuam os subsídios aos produtores europeus de derivados de milho, arroz e batata, o aumento nos custos financeiros destes produtos torne o produto brasileiro mais competitivo no mercado externo.

Panorama estadual - Safra 2006/07

Em Santa Catarina, a safra 2006/07 mantém um desempenho bastante semelhante ao da safra passada, registrando uma área colhida de 32,5 mil hectares, quantidade produzida de 633,2 mil toneladas e rendimento médio de 19,5 toneladas por hectare (IBGE – LSPA, junho de 2008).

Em 2007, as condições climáticas (quantidade de chuva, índice de insolação e de umidade relativa do ar) favorecem o desenvolvimento vegetativo da lavoura mandiocueira estadual, fato que contribui para a diminuição de doenças e ataque de pragas, resultando num aumento na produtividade média da lavoura.

Na região Sul Catarinense, nos municípios de Laguna e Imaruí, a colheita e o processamento da matéria-prima iniciam tradicionalmente mais cedo. Esses serviços começaram na segunda quinzena do mês de março de 2007, priorizando o arranquio da raiz de dois ciclos, destinada à produção de farinha fina, preferencialmente consumida pela população litorânea dos municípios entre Laguna e Joinville. Nos demais municípios produtores da região Sul Catarinense, a comercialização da matéria-prima com as farinheiras, fecularias e polvilheiras ocorre somente a partir da segunda semana do mês de abril.

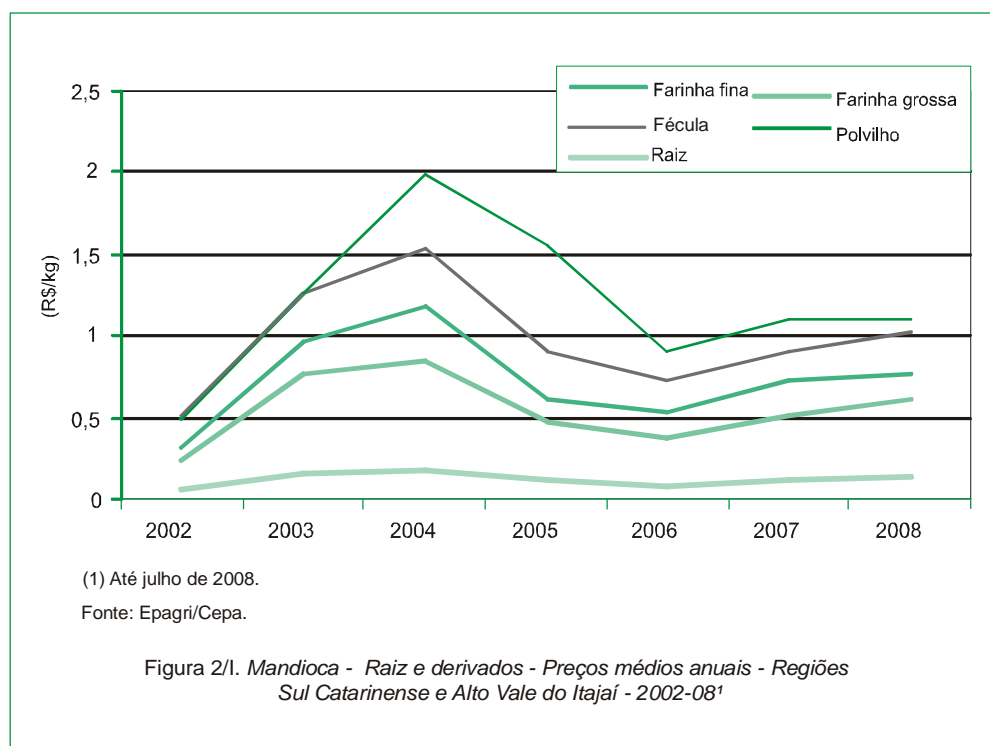
Nesta região tem se constatado que a boa produtividade (t/ha) da maioria das lavouras não tem sido acompanhada pelo correspondente rendimento do setor industrial – registrando um teor de amido bem abaixo da média histórica, oscilando entre 10% e 15% menor que a safra passada. Tal compor-

tamento fez com que a raiz de dois ciclos fosse vendida principalmente às agroindústrias de féculas, ao passo que a de um ciclo – extraída a partir do mês de junho – tivesse a preferência das agroindústrias de farinha.

Na região produtora do Alto Vale do Itajaí, excepcionalmente neste ano, algumas farinheiras e fecularias anteciparam as suas atividades para o mês de abril, priorizando as compras da raiz de três anos (produto remanescente das safras passadas), com teor de amido acima de 23% (230 quilos por tonelada de raiz processada). Este procedimento beneficiou alguns produtores que conseguiram antecipar o pagamento dos compromissos financeiros assumidos com a lavoura.

A partir do mês de junho, no entanto, as agroindústrias aumentaram gradativamente a demanda de matéria-prima (mandioca de dois ciclos), valorizando o produto com maior teor de amido.

Pela análise da evolução dos preços nominais (médias anuais) da raiz e seus derivados nos anos de 2002 a 2007, observa-se que as menores valorizações ocorreram em 2002 e 2006; em meados do mês de outubro de 2002 aconteceram os primeiros sinais de reação dos preços, que se mantiveram crescentes durante 2003 e 2004, quando atingiu sua maior valorização. Em 2005 começou a perder força; continuou caindo em 2006 e somente em 2007 apresentou uma pequena reação. Embora superasse os preços recebidos em 2006, ficou ainda abaixo daqueles alcançados nos anos de 2003 e 2004 (Figura 2).



Mandioca II

Excepcionalmente em 2007, constata-se que, durante o período de maior concentração da produção, os níveis de preços médios nos segmentos farinha, fécula e polvilho azedo permaneceram relativamente mais altos que em 2006. Mesmo assim, os preços da matéria-prima não foram corrigidos na mesma proporção, mantendo-se praticamente constantes durante toda a colheita (Tabela 7).

Tabela 7/I. Raiz e derivados - Variação % de preços ao produtor e indústria - Santa Catarina - 2002-08 (2007=100)

Produto	2002	2003	2004	2005	2006	2008
Raiz	(0,49)	0,41	0,66	0,01	(0,27)	0,21
Farinha fina	(0,55)	0,35	0,65	(0,14)	(0,26)	0,06
Farinha grossa	(0,54)	0,51	0,67	(0,07)	(0,26)	0,21
Fécula	(0,47)	0,39	0,69	(0,01)	(0,19)	0,13
Polvilho azedo	(0,54)	0,15	0,81	0,41	(0,17)	0,01

Fonte: Epagri/Cepa.

No ano passado, a exemplo de 2006, a demanda esteve reprimida, detectou-se um aumento gradativo da oferta e as compras foram limitadas ao estritamente necessário pelos agentes de comercialização.

No segmento da farinha, este quadro se fez mais acentuado; no segmento da fécula, um pouco mais ameno; já no de polvilho azedo, as opções criadas a partir de alguns de seus subprodutos (pão-de-queijo, beiju, rosca, bolacha, palito, cuscuz e broa) promoveram um maior movimento nas vendas, assegurando os preços em patamares relativamente mais remuneradores, principalmente a partir do terceiro trimestre do ano.

Safra nacional 2007/08

As estimativas do IBGE (em junho) indicam para a safra nacional 2007/08 um total de 26,683 milhões de toneladas, numa área a ser colhida de 1,882 milhão hectares de lavoura, representando uma queda de 1,64% e 0,88%, respectivamente, em relação à safra passada.

Em relação à safra passada, as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste apresentam uma diminuição de área e produção nos principais estados produtores; a Região Nordeste deve ter desempenho bastante semelhante; enquanto a Sul apresenta-se crescente, influenciado pelo expressivo aumento de 18,2% de área e de 19,5% na produção do estado do Paraná; todavia, poderão ocorrer pequenos ajustes para baixo ou para cima nos dados atuais informados (Tabela 6).

Em 2008, a expectativa do setor é de que o mercado brasileiro da raiz e derivados da mandioca tenha comportamento bastante semelhante ao verificado nos últimos anos, qual seja: aumento da oferta; demanda reprimida (sendo mais acentuada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste); e preços relativamente estáveis no período de maior concentração da colheita (maio a agosto), apresentando sinais de melhora, principalmente a partir de meados do mês de setembro.

No mercado externo, as vendas brasileiras de fécula in natura, dextrina, colas, dentre outros produtos, deverão apresentar um comportamento crescente. Todavia, a falta de tradição e de competência dos principais agentes do setor para romper as barreiras impostas, principalmente pelos produtores europeus que recebem amplo apoio da política de subsídios à produção e à comercialização de seus produtos (milho, batata, dentre outros) continua sendo o maior entrave encontrado pelo exportador brasileiro.

Safra estadual 2007/08

Em Santa Catarina, as estimativas do IBGE para a safra 2007/08 são de 600,3 mil toneladas produzidas numa área a ser colhida de aproximadamente 31,6 mil hectares (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – junho de 2008).

Semelhante à safra passada, a colheita e o processamento da matéria-prima nesta safra iniciam pelos municípios de Laguna e Imaruí na segunda quinzena do mês de março e se estendem para os demais municípios produtores da região Sul Catarinense a partir do mês de abril, priorizando o arranquio da raiz de dois ciclos.

Nos demais municípios produtores da região Sul Catarinense, a comercialização da matéria-prima com os segmentos farinha, fécula e polvilho azedo ocorre a partir da segunda semana do mês de abril.

Nesta região há uma melhoria da produtividade (t/ha) das lavouras, acompanhada pelo correspondente rendimento do setor industrial – registrando um teor de amido entre 10% e 15% maior que o da safra passada.

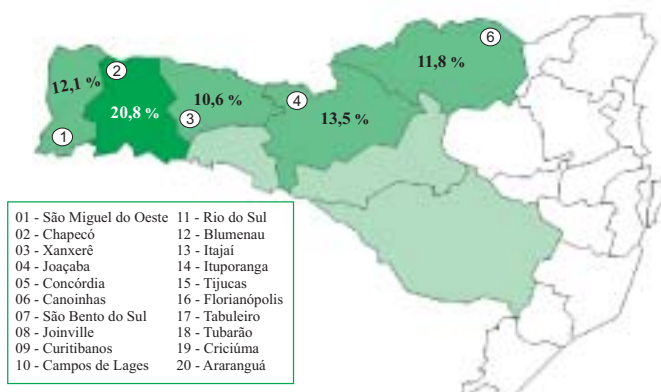
Na região produtora do Alto Vale do Itajaí, os trabalhos das farinheiras e fecularias começaram em abril, priorizando as compras da raiz com teor de amido acima de 23%. A partir do mês de junho, entretanto, as agroindústrias aumentam gradativamente a demanda de matéria-prima, remunerando o produto de acordo com teor de amido.

Para 2008, a expectativa dos agentes do setor mandiocueiro catarinense é bastante semelhante à do cenário brasileiro: deverá ocorrer um aumento da área remanescente nas principais regiões produtoras do estado; o mercado retraído no primeiro semestre terá pequenos sinais de melhora no segundo semestre, principalmente a partir do mês de outubro; os preços dos segmentos farinha, fécula e polvilho azedo, praticamente estáveis no período de fevereiro a agosto, mostrarão alguma reação a partir de setembro, mesmo convivendo com o aumento da concorrência de produtos e subprodutos de outros estados; a escassez de capital de giro no setor produtivo e de processamento permanece, comprometendo a saúde financeira da atividade.

Luiz Marcelino Vieira

Milho

Milho - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas - Santa Catarina - 2007
(Total = 3.793 mil t)



Mercado internacional

Segundo informações do USDA, os Estados Unidos, a China, a União Européia (com 27 países) e o Brasil continuarão a ser em 2008/09 os maiores consumidores de milho.

A lista dos exportadores é também encabeçada pelos Estados Unidos, mas tem a Argentina como segundo, seguida pelo Brasil e pelos países da antiga União Soviética. A Ucrânia, apesar de também ter pertencido à URSS, é destacada do conjunto e aparece como quinto exportador. Na lista dos exportadores, a única diferença expressiva é a queda das exportações americanas, quase 10 milhões de toneladas. Esta diminuição das exportações dos EUA é consequência direta do uso interno do milho para produção de etanol. Para essa finalidade, foram consumidas 53,8 milhões de toneladas em 2007 e está previsto o esmagamento de 76 mil toneladas em 2008 e 104 mil toneladas em 2009. O uso de milho para etanol nos Estados Unidos, em 2007, corresponde a quase toda a produção brasileira do mesmo ano. É por isso que a utilização do milho para biocombustível é considerada um dos itens importantes para a elevação dos preços em geral dos alimentos em nível mundial (Tabela 1).

A lista dos maiores importadores também se manterá em 2008/09, sendo composta, pela ordem de grandeza, pelo Japão, México, Coreia do Sul e Egito.

No quadro geral, as exportações caem, porque o consumo interno dos Estados Unidos aumenta e a produção mundial se mantém.

Examinando-se a produção mundial e os principais países que contribuem expressivamente para formá-la, verifica-se que, da safra 2002/03 até a safra prevista de 2008/09, ter-se-á um aumento de 31,4% na produção total e a participação de cada país deve mudar pouco, pois os Estados Unidos crescem acima da média (37%) e os demais países, como China e Brasil, crescem abaixo da média (26% e 28%, respectivamente). Por crescer mais, os Estados Unidos aumentaram sua participação no período, de 27,9% para 39,5%, o que ressalta ainda mais a importância de destinar parte substancial do milho para etanol (Tabela 2).

A oferta e a demanda mundial, nos últimos anos, têm estoque inicial decrescente nas últimas três safras, recuperando-se parcialmente na previsão de 2008/09 (Tabela 3); o estoque final caiu em

Tabela 1/I. Milho – Principais países do mercado - Safras - 2007/08-2008/09

(milhões t)

País	Produtores		Importadores		Consumidores		Exportadores	
	2007/08	2008/09 ⁽¹⁾	2007/08	2008/09 ⁽¹⁾	2007/08	2008/09 ⁽¹⁾	2007/08	2008/09 ⁽¹⁾
Estados Unidos	332,1	312,1	0,5	0,4	264,0	272,9	61,6	50,8
China	151,8	153,0	0,5	0,1	149,0	157,0	0,6	0,5
Brasil	57,5	57,0	0,7	0,5	42,5	45,0	9,0	9,0
União Européia-27	47,3	58,6	13,0	4,0	61,5	61,0	0,5	1,0
Argentina	21,0	22,0	0,0	0,0	6,5	6,7	15,5	15,0
México	22,6	23,0	9,2	10,5	32,0	33,0	0,1	0,1
Sudeste Ásia	18,7	19,1	3,1	3,7	21,3	22,3	0,5	0,5
Fsu-12 ⁽²⁾	13,8	18,9	0,4	0,2	12,7	14,8	2,1	3,9
Canadá	11,6	9,7	3,1	2,8	13,8	12,6	0,6	0,3
África do Sul	12,0	11,5	0,2	0,2	9,1	9,0	1,5	2,5
Ucrânia	7,4	9,5	0,0	0,0	5,7	6,2	2,0	3,5
Egito	6,2	6,2	4,2	4,3	10,4	10,6	0,0	0,0
Coreia do Sul	0,1	0,1	9,1	8,2	9,1	8,3	0,0	0,0
Japão	0,0	0,0	16,6	16,1	16,5	16,1	0,0	0,0
Subtotal	702,1	700,7	60,6	51,0	654,1	675,5	94,0	87,1
Outros países	87,0	88,9	34,9	35,4	121,1	124,2	3,3	1,7
Total mundial	789,1	789,6	95,5	86,4	775,2	799,7	97,3	88,8

⁽¹⁾ Previsão.

⁽²⁾ 12 países da antiga União Soviética.

Fonte: USDA (agosto de 2008).

Tabela 2/I. Milho - Principais produtores mundiais - Safras - 2002/03-2008/09

(milhões t)

País	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09 ⁽¹⁾
Estados Unidos	227,8	256,9	277,5	267,6	267,6	332,1	312,1
China	121,3	115,8	120,0	143,0	143,0	151,8	153,0
Brasil	44,5	41,5	43,0	50,0	48,0	57,5	57,0
Argentina	15,5	12,5	15,5	22,5	21,5	21,0	22,0
México	19,3	21,0	20,3	22,0	22,0	22,6	23,0
Subtotal	428,4	447,7	476,3	505,1	502,1	585,0	587,1
Outros	172,6	169,2	186,6	194,2	191,1	204,1	202,5
Total	601,0	616,9	662,9	699,3	693,2	789,1	789,6

⁽¹⁾Previsão.

Fonte: USDA (agosto/08).

Tabela 3/I. Milho – Oferta/demanda mundial - Safras - 2005/06- 2008/09

(milhões t)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
Estoque inicial	131,4	125,1	108,5	122,5
Produção	699,3	693,2	789,1	789,6
Cons. doméstico	624,7	616,7	677,8	710,9
Exportação	80,9	93,1	97,3	88,8
Estoque final	125,1	108,5	122,5	112,4

Fonte: USDA (agosto/08).

Tabela 4/I. Milho – Oferta e demanda - USA - Safras - 2005/06-2008/09

(milhões t)

Discriminação	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09 ⁽¹⁾
Estoque inicial	153,7	50,03	3,14	0,0
Produção	267,6	267,6	332,13	12,1
Cons. doméstico	217,1	230,8	264,02	72,9
Exportação	54,2	54,0	61,6	50,8
Estoque final	50,0	33,14	0,0	28,8

⁽¹⁾ Previsão

Fonte: USDA (agosto/08).

Milho

2006/07, recuperou-se parcialmente em 2007/08, mas volta a cair na previsão; a produção prevista para a próxima safra é praticamente idêntica à da safra passada; a produção é crescente no período e as exportações sobem nas três safras e caem na previsão, devido à grande influência do uso como matéria-prima para etanol, resultando inclusive numa queda prevista de 12% no fabrico de ração animal nos Estados Unidos.

Tabela 5/I. Milho – Oferta/demanda - Argentina - Safras - 2004/05-2008/09

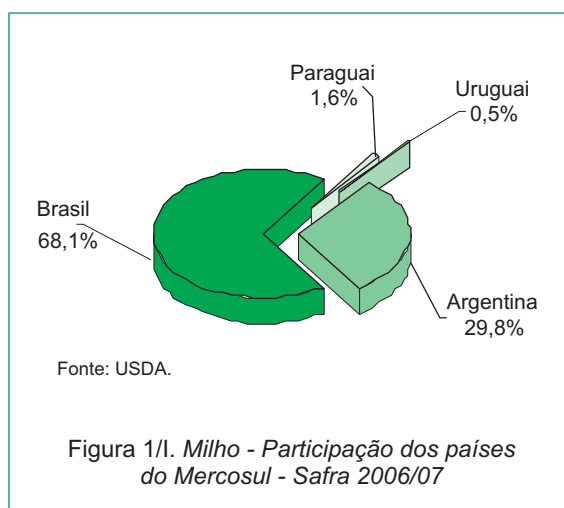
Discriminação	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
Estoque inicial	0,22	1,0	1,2	1,7	0,7
Produção	20,5	15,8	22,5	21,0	22,0
Cons.doméstico	5,2	6,2	6,7	6,5	6,7
Exportação	14,6	9,5	15,5	15,5	15,0
Estoque final	1,0	1,2	1,7	0,7	1,0

Fonte: USDA (agosto/08).

A evolução do quadro de oferta e demanda nos USA resume-se assim: da safra 2005/06 até a safra prevista a produção cresce 17%, mas o consumo interno aumenta 25%, fazendo com que os estoques iniciais caiam 20%, as exportações diminuam 4% e os estoques finais decresçam 8% (Tabela 4). Esse foi o quadro que provocou a elevação dos preços do milho e o aumento dos custos de produção das carnes, que utilizam o grão como parte mais substancial das rações.

A Argentina, que é o quinto produtor mundial e o segundo exportador, teve no período de 2004/05 até a próxima safra prevista, produção e consumo levemente crescente e exportação estabilizada nos últimos três períodos. Seus estoques finais subiram até 2006/07 e caíram depois. A Argentina é muito importante no mercado mundial e, por ser vizinha do Brasil, é concorrente direta. As previsões do USDA são de que, na próxima safra, a Argentina exporte 15 milhões de toneladas, enquanto o Brasil deverá exportar 9 milhões de toneladas (Tabela 5). O Brasil obtém rendimentos que não chegam à metade dos da Argentina, por isso o país platino é um concorrente de respeito.

No âmbito do Mercosul, a produção do Brasil correspondeu na safra 2006/07 a 68,1% do total, a Argentina 29,8%, o Paraguai 1,6% e o Uruguai 0,5%. A produção do Paraguai tem alguma importância, pois parte dela é comprada pelo Brasil e parte é embarcada pelos portos brasileiros (Figura 1).



Mercado nacional

A distribuição da produção de milho no Brasil tem se alterado bastante nas últimas safras. Considerando-se as três mais recentes, verifica-se que o Mato Grosso foi o estado de maior crescimento e bem acima dos demais (82,5%). Outro estado do Centro-Oeste foi o segundo em crescimento (Goiás aumentou sua produção em 54,8%). O Paraná foi o terceiro na majoração, mas bem abaixo (35,7%). Estes foram os estados importantes que cresceram acima da média nacional (35,3%).

Como consequência a hierarquia na produção ficou com Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e Santa Catarina. O crescimento de Santa Catarina nas duas últimas safras (28,1%) é pouco real, pois o ano base foi problemático, devido à estiagem (Tabela 6).

Pelo balanço de oferta e demanda da Conab, constata-se que o quadro nacional vem se alterando. Desde a safra 2003/04 até a 2007/08, a produção cresceu 37,4% e o consumo 15,2%, o que permitiu que as exportações aumentassem 122%. Os estoques no período oscilaram, tendo seu nível mais baixo em 2004/05 (3,2 milhões de toneladas) e recuperando-se aos poucos. A Conab estima um estoque final da safra 2007/08 de 10,1 milhões de toneladas. O USDA o calcula menor (8,3 milhões de toneladas), mas prevê que na safra 2008/09 ele aumente para 13,8 milhões de toneladas (Tabela 7). Considerando ambas as fontes, conclui-se que o abastecimento será mais tranquilo em 2008. Segundo o USDA, no ano de 2009 haverá maior consumo, menor exportação e estoques bem maiores. Consoante com isso, o governo federal pretende aumentar os estoques oficiais.

Mercado estadual

Uma análise mais acurada da produção do milho em Santa Catarina não pode ser feita baseada em três ou quatro anos, pois iniciaria numa das três safras frustradas por problemas climáticos (2003/04, 2004/05 e 2005/06). Recua-se, então, mais no tempo, até a safra 2002/03, que foi a safra normal antes da série problemática. Pode-se assim verificar que daquela safra até a 2007/08, a produção ainda permanece 5,1% abaixo, mesmo tendo crescido expressivamente (7,8%) em relação à anterior, que foi relativamente normal.

Quanto à área plantada, verifica-se uma queda significativa de 16,4%. Neste decréscimo, parte da área foi usada por outros grãos de verão (soja ou feijão), parte destinada a reflorestamento, devido à declividade ou exigência ambiental, e parte para outras atividades, como gado de leite. Na verdade, a área de grãos de verão caiu como um todo 8,4%.

Tabela 6/1. Milho - Principais estados produtores - Brasil - Safras - 2005/06-2007/08

Estado	(milhões t)			
	2005/06 (a)	2006/07 (b)	2007/08 (c)	Var. % c/a
Paraná	11,2	13,9	15,2	35,7
Minas Gerais	5,3	6,3	6,6	24,5
Rio G. Sul	4,6	6	5,3	15,2
Goiás	3,1	3,9	4,8	54,8
São Paulo	4,3	4	4,3	0,0
Santa Catarina	3,2	3,9	4,1	28,1
Mato Grosso	4	5,9	7,3	82,5
Mato G. Sul	2,8	2,9	3,6	28,6
Bahia	1,7	1,7	2	17,6
Ceará	0,4	0,3	0,8	100,0
Subtotal	40,5	48,6	54,0	33,3
Outros	2,1	2,8	3,5	66,7
Total	42,5	51,4	57,5	35,3

Fonte: Conab.

Tabela 7/1. Milho - Oferta e demanda - Brasil - Safras - 2001/02-2007/08

Discriminação	(milhões t)					
	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09 ⁽¹⁾
Estoque inicial	8,5	7,8	3,2	5,6	6,6	8,3
Produção	42,1	35,0	42,5	51,4	57,9	57,0
Importação	0,3	0,6	0,4	1,1	0,6	0,5
Consumo	38,2	39,1	36,6	40,5	44,0	45,0
Exportação	5,0	1,1	3,9	10,9	11,0	9,0
Estoque final	7,8	3,2	5,6	6,6	10,1	13,8

⁽¹⁾ Previsão: USDA (agosto/08).

Fonte: Conab.

Milho

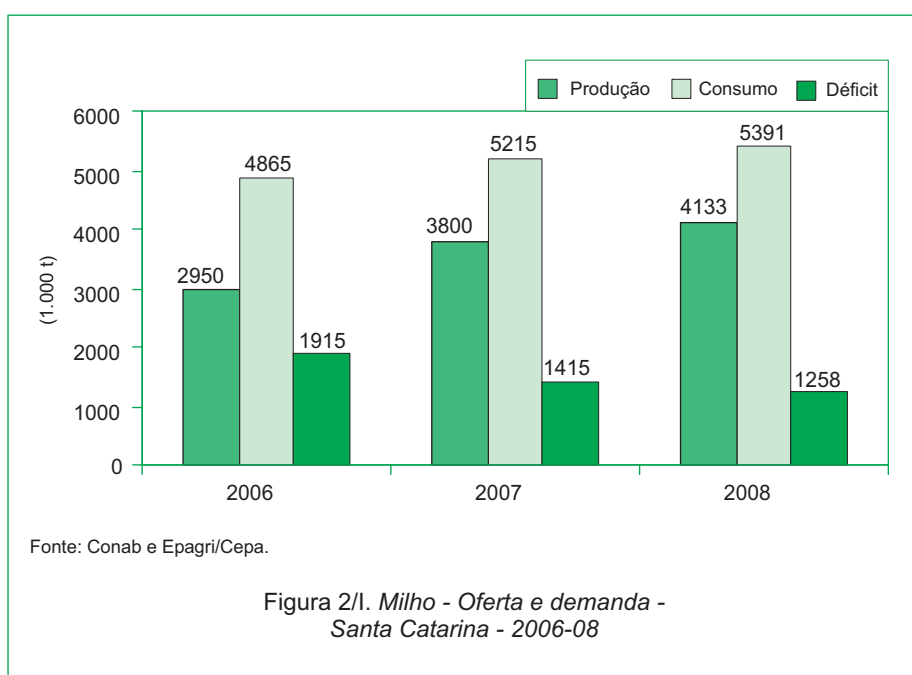
O mais auspicioso é que em 2006/07 e 2007/08 foi retomado o crescimento da produtividade do milho catarinense. Em 2002/03 a produtividade já estava acima de 5 mil kg/ha (5.034). Durante as três safras ruins, esse rendimento caiu em média para 3.686 Kg/ha e, nas duas últimas safras, a média ficou em 5.585 kg/ha (5.458 e 5.713, cronologicamente) - Tabela 8.

Tabela 8. Milho - Área, produção e rendimento - Santa Catarina
Safras - 2002/03-2007/08

Discriminação	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Produção (mil t)	4.310,9	3.257,8	2.695,2	2.886,1	3.793,4	4.089,2
Área (mil ha)	856,4	816,1	796,1	784,2	695	715,8
Rendimento (Kg/ha)	5.034	3.992	3386	3.680	5.458	5.713

Fonte: IBGE.

A oferta e demanda de milho, em Santa Catarina tem sido oscilante justamente por causa destas safras frustradas. Por isso, por exemplo, o déficit estadual em 2005 e 2006 esteve acima de 1.900 mil toneladas; em 2007 caiu para 1.400 mil toneladas e em 2008 para 1.200 mil toneladas, o que significa uma dependência menor da produção colhida fora do Estado (Figura 2 e Tabela 9).



Detalhando-se o consumo, verifica-se que o consumo humano aumenta com o crescimento da população; o consumo animal cresce, com exceção do ano de 2006, que foi perturbado pelos problemas nas exportações (gripe aviária para o frango e suspensão das importações de carne suína pela Rússia). Se a produção cai por problema climático e o consumo continua crescente, o déficit aumenta (2005 e 2006) e, recuperando-se a produção, o déficit diminui (2007 e 2008) – Tabela 9.

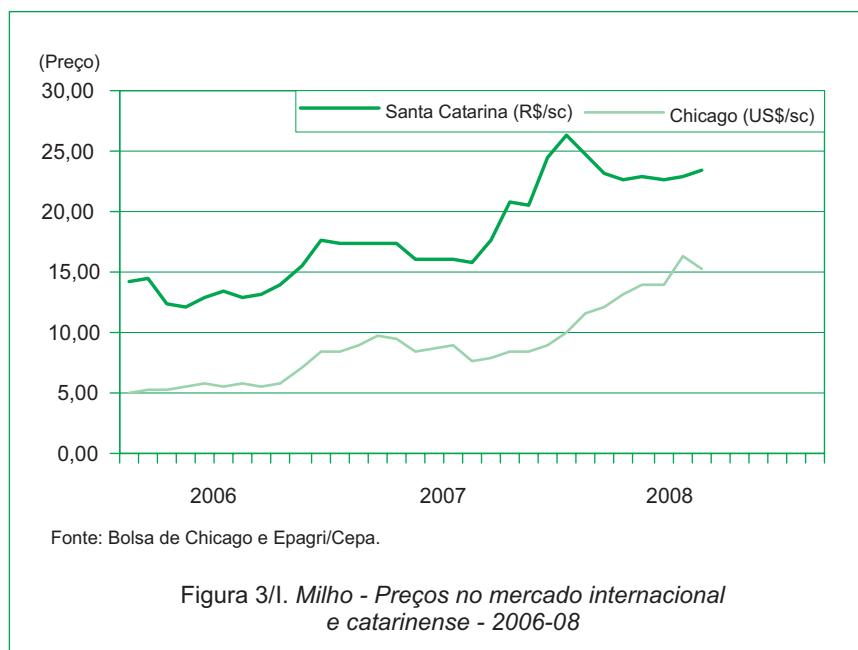
Os preços recebidos pelos produtores de milho em Santa Catarina cresceram no decorrer de 2006, 2007 e 2008. Como pode ser verificado na Figura 3, os preços locais, no geral da evolução, acom-

panham os preços da bolsa de Chicago e, em alguns períodos, sobem mais que as cotações internacionais, como ocorre de setembro de 2007 a julho de 2008. A partir daí os preços começam a diminuir, devido à entrada no mercado da safrinha nacional e pelas boas perspectivas da safra americana, ainda que os Estados Unidos pretendam usar mais milho para etanol, subtraindo-o do consumo para ração e também das exportações.

Tabela 9/I. Milho – Oferta/demanda–Santa Catarina – 2005-08

Discriminação	2005	2006	2007	2008
I - Consumo	4.707,2	4.774,5	4.979,6	5.270,8
1 - Humano	90,0	90,0	90,0	90,0
2 - Animal	4.514,2	4.616,5	4.821,6	5.037,8
. Suínos	1.982,0	2.130,4	2.164,0	2.247,2
. Aves	2.199,2	2.142,1	2.263,6	2.371,6
. Outros	333,0	344,0	394,0	419,0
3 - Indústrias/outros	63,0	43,0	43,0	43,0
4 - Sidas	40,0	25,0	150,0	100,0
II - Perdas	90,0	90,0	110,0	120,0
III - Necessidade total	4.797,2	4.864,5	5.214,6	5.390,8
IV - Produção	2.870,0	2.950,0	3.800,0	4.132,7
V - Déficit	1.927,2	1.914,5	1.414,6	1.258,1

Fonte: Conab e Epagri/Cepa (julho/08 - estimativas).



O aumento dos preços do milho não significa, necessariamente, melhor negócio para os produtores, pois os insumos cresceram mais ainda no período. Por exemplo, o milho, na média de fevereiro a junho de 2007 para o mesmo período de 2008, aumentou 36,4%, enquanto os fertilizantes formulados 5-20-10 e 9-33-12 cresceram de maio de 2007 a maio de 2008, 73,3% e 67,3%, respectivamente.

No detalhamento da distribuição da produção no Estado, verifica-se a grande importância, pela ordem, das microrregiões de Chapecó, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Canoinhas e Concórdia (Tabela 10). Destas microrregiões, destacaram-se em crescimento, nos últimos anos, a de Joaçaba (111%), a de Concórdia (72%), a de Chapecó (57%) e a de São Miguel (45%) - Tabela 10.

Tabela 10/I. Milho – Área plantada, quantidade produzida e rendimento por microrregião geográfica - Santa Catarina – 2005-07

Microrregião Geográfica	Área plantada (ha)			Quantidade produzida (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Araranguá	8.340	10.170	10.050	33.147	39.787	39.987	3.974	3.912	3.979
Blumenau	5.743	5.509	5.503	17.164	16.174	16.369	2.989	2.936	2.975
Campos de Lages	47.940	48.649	48.840	120.764	113.392	216.288	2.519	2.331	4.429
Canoinhas	71.400	77.100	59.350	403.003	386.432	448.470	5.644	5.012	7.556
Chapecó	180.305	165.020	153.153	502.178	598.006	788.001	2.785	3.624	5.145
Concórdia	67.170	65.450	58.900	166.495	182.898	285.843	2.479	2.794	4.853
Criciúma	7.815	7.420	8.450	39.745	35.313	39.826	5.086	4.759	4.713
Curitibanos	47.750	52.500	42.900	163.445	171.858	253.632	3.423	3.273	5.912
Florianópolis	1.595	1.595	1.185	5.607	5.607	4.846	3.515	3.515	4.089
Itajaí	30	25	24	59	59	60	1.967	2.360	2.500
Ituporanga	17.550	15.750	15.900	65.179	45.443	84.540	3.714	2.885	5.317
Joaçaba	89.400	86.960	83.200	242.340	287.253	511.210	2.711	3.303	6.144
Joinville	809	766	805	3.068	3.113	3.252	3.792	4.064	4.040
Rio do Sul	23.125	26.110	26.030	62.868	60.724	121.470	2.719	2.326	4.667
Sao Bento do Sul	8.240	7.940	7.940	49.980	42.096	42.096	6.066	5.302	5.302
Sao Miguel do Oeste	112.953	108.210	90.515	315.995	441.219	458.293	2.798	4.077	5.063
Tabuleiro	5.380	5.880	4.900	20.690	22.590	20.470	3.846	3.842	4.178
Tijucas	4.560	4.130	4.240	17.673	15.217	18.123	3.876	3.685	4.274
Tubarão	13.425	10.045	9.895	49.556	37.767	38.653	3.691	3.760	3.906
Xanxerê	82.530	84.985	63.213	416.255	381.191	401.935	5.044	4.485	6.358
Santa Catarina	796.060	784.214	694.993	2.695.211	2.886.139	3.793.364	3.386	3.680	5.458

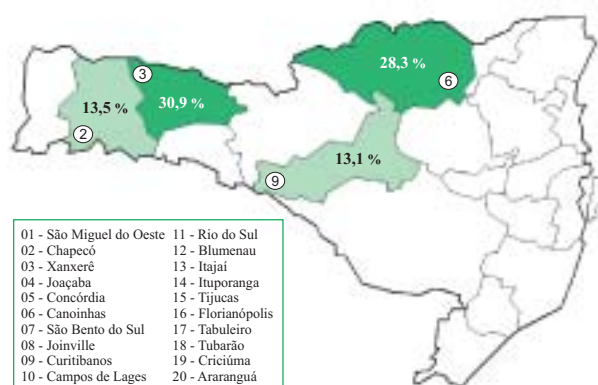
Fonte: IBGE.

Em termos de produtividade, sobressaem, ficando acima da média estadual: Canoinhas (7.556 kg/ha), Xanxerê (6.358 kg/ha), Joaçaba (6.144 kg/ha) e Curitibanos (5.912 kg/ha). A média estadual na safra 2006/07 foi de 5.458 kg/ha.

As perspectivas são de um abastecimento mais tranquilo de milho, tanto no Brasil como em Santa Catarina. Os preços ficaram mais contidos a partir da colheita da safrinha do milho no Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo. As exportações estão ocorrendo num ritmo menor que o do ano passado (dois milhões de toneladas a menos de janeiro a agosto). Os dois fatores somados fazem os preços internos andarem em direção ao preço de paridade de exportação.

Mesmo assim, a Associação Nacional dos Produtores de Milho – Abramilho –, criada há pouco tempo, faz uma previsão de crescimento das exportações deste ano de 27%. A entidade prevê grande aumento da produção nos próximos anos e o aumento da competitividade brasileira no mercado internacional de milho, via aumento da produtividade.

Julio Alberto Rodigheri

Soja - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 1.111 mil t)

Mercado internacional

Os países que mais consomem soja são, pela ordem, os Estados Unidos, a China, a Argentina e o Brasil. Os maiores exportadores, em 2007/08, foram os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina. A previsão do USDA é de que, em 2008/09, o Brasil e os Estados Unidos deverão exportar quantidades semelhantes e a Argentina ficará em terceiro. Os maiores importadores são a China, a União Européia, o Japão e o México (Tabela 1).

Tabela 1/I. Soja - Principais países do mercado - Safras - 2007/08-2008/09

País	Produtores		Importadores		Consumidores		Exportadores	
	2007/08	2008/09 ⁽¹⁾	2007/08	2008/09	2007/08	2008/09	2007/08	2008/09
Estados Unidos	70,4	80,9	0,3	0,2	51,4	53,9	32,2	27,2
Brasil	61,0	62,5	0,1	0,2	35,4	35,5	25,6	27,5
Argentina	46,5	49,5	2,5	2,6	37,3	39,3	12,2	12,9
China	13,5	16,0	35,4	36,0	48,6	51,3	0,3	0,4
União Européia-27	0,7	0,6	14,5	13,6	15,4	14,4	0,0	0,0
Japão	0,2	0,2	4,0	4,0	4,3	4,3	0,0	0,0
México	0,1	0,1	3,7	3,6	3,8	3,7	0,0	0,0
Subtotal	192,4	209,8	60,5	60,2	196,2	202,4	70,3	68,0
Outros	25,8	27,6	15,6	16,0	43,8	35,5	6,3	7,7
Total	218,2	237,4	76,1	76,2	240	237,9	76,6	75,7

⁽¹⁾ Previsão.

Fonte: USDA (agosto/08).

Na última safra e na prevista, há pequenas variações, mas se for alongada a análise, verifica-se que da safra 2003/04 para a 2007/08 o crescimento mundial de produção foi de 17%, o do Brasil esteve pouco acima (20%), o da Argentina foi o maior (40%), os Estados Unidos só cresceram 5% e a China decresceu em relação à safra passada e deverá aumentar muito pouco na próxima. Na previsão de USDA, os Estados Unidos deverão ter o maior crescimento na próxima safra (15%) - Tabela 2.

Tabela 2/I. Soja - Principais produtores mundiais - Safras - 2003/04-2008/09

País	(milhões t)					
	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09 ⁽¹⁾
E. Unidos	66,8	85,0	83,4	86,8	70,4	80,9
Brasil	50,5	53,0	57,0	59,0	61,0	62,5
Argentina	33,0	39,0	40,5	48,8	46,5	49,5
China	15,4	17,4	16,4	15,2	13,5	16,0
Outros	20,6	21,6	23,3	26,8	26,8	27,0
Total	186,3	216,0	220,5	236,6	218,2	237,4

⁽¹⁾ Previsão.

Fonte: USDA (agosto/08).

Soja

A oferta e a demanda mundial da safra 2005/06 até a safra 2007/08 comportou-se de forma diferenciada, segundo o item considerado: a moagem cresceu 10%, o consumo interno dos países aumentou 7% e as exportações 20%. Verifica-se, então, que o destinado às exportações, que representava 29% da produção, em 2005/06, passou a 35% em 2007/08 e, segundo o USDA deverá cair para 31% em 2008/09.

Os estoques finais que aumentaram em 2006/07 deverão na próxima safra ficar abaixo dos de 2005/06 (Tabela 3).

Na oferta e demanda americana há oscilações nos diversos itens: a produção prevista é maior que a das últimas safras, mas menor que as duas anteriores; a exportação aumenta e depois diminui, o consumo doméstico aumenta levemente e o mais notável é a diminuição dos estoques (Tabela 4).

Tabela 3/I. Soja - Oferta/demanda mundial - Safras - 2005/06-2008/09

Discriminação	(milhões t)			
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09 ⁽¹⁾
Estoque inicial	47,5	53,4	62,5	49,2
Produção	220,4	236,6	218,2	237,4
Moagem	185,0	196,2	203,8	207,7
Exportação	63,9	71,2	76,6	75,7
Consumo doméstico	214,9	225,4	231,0	237,9
Estoque final	53,4	62,5	49,2	49,3

⁽¹⁾ Previsão.

Fonte: USDA (agosto/08).

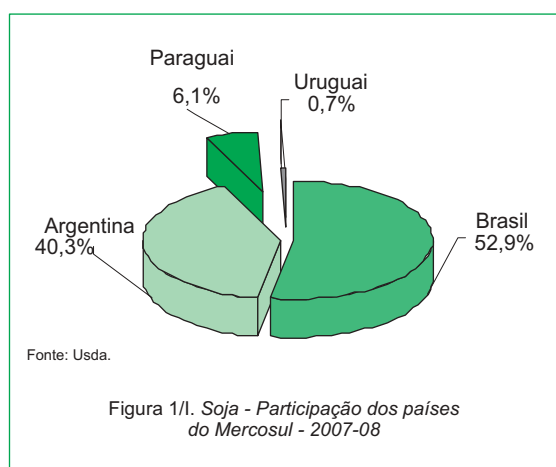
Tabela 4/I. Soja - Oferta/demanda - Estados Unidos Safras - 2005/06-2008/09

Discriminação	(milhões t)			
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09 ⁽¹⁾
Estoque inicial	7,0	12,2	15,6	3,7
Produção	83,4	86,8	70,4	80,9
Moagem	47,3	49,2	49,8	49,4
Exportação	25,3	30,4	31,2	27,2
Consumo doméstico	52,6	53,2	51,4	53,9
Estoque final	12,2	15,6	3,7	3,7

⁽¹⁾ Previsão.

Fonte: USDA (agosto/08).

No âmbito do Mercosul, desde de 2003/04, todos os países aumentam a produção, mas, como a Argentina cresceu mais do que o Brasil, sua participação subiu de 38% para 40%; o Paraguai também cresceu de 4% para 6%; o mesmo acontecendo com o Uruguai, que passou a 1%. Em contrapartida, o Brasil participou menos, caindo de 58% para 53% (Figura 1).



Mercado nacional

Da safra 2006/07 para a safra 2007/08, a produção nacional de soja, segundo a Conab, aumentou 2,5% e aproximou-se de 60 milhões de toneladas. O comportamento por estado foi diferenciado. Mesmo no sul do Brasil houve diferenças, pois o Paraná praticamente repetiu a safra, Santa Catarina decresceu 14,6% e o Rio Grande do Sul, 21,6%. Mato Grosso do Sul também foi atingido por problemas climáticos como o sul e diminuiu 6,6%. Minas Gerais teve uma queda menor (1,4%). Mato Grosso, o maior produtor, cresceu 15,5%; a Bahia aumentou 19,6% e o Maranhão 16,1%. Tocantins, de produção mais modesta, teve o maior crescimento (36,8%) - Tabela 5.

Tabela 5/l. Soja - Principais estados produtores - Brasil - Safras - 2002/03-2007/08

Estado	(mil t)						
	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	% 08/07
Mato Grosso	12.949,4	15.008,8	17.705,1	16.700,4	15.359,0	17.737,9	15,5
Paraná	10.971,0	10.036,5	9.541,3	9.645,6	11.915,6	11.886,6	-0,2
Rio grande do sul	9.631,1	5.559,4	2.625,8	7.776,1	9.924,6	7.776,3	-21,6
Goiás	6.359,6	6.147,1	6.985,1	6.533,5	6.114,0	6.532,2	6,8
Mato Grosso do Sul	4.103,8	3.324,8	3.716,4	4.445,1	4.881,3	4.561,3	-6,6
Bahia	1.556,2	2.218,1	2.401,2	1.991,3	2.297,2	2.747,6	19,6
Minas Gerais	2.332,5	2.659,2	3.021,6	2.482,5	2.567,9	2.531,0	-1,4
São Paulo	1.735,1	1.815,2	1.684,1	1.654,6	1.437,5	1.470,2	2,3
Maranhão	654,9	924,1	997,5	1.025,1	1.084,4	1.258,5	16,1
Santa Catarina	738,5	656,7	630,0	827,5	1.104,3	943,0	-14,6
Tocantins	377,7	606,6	910,6	700,4	646,5	884,4	36,8
Subtotal	51.409,8	48.956,5	50.218,7	53.782,1	57.332,3	58.329,0	1,7
Outros	607,7	836,2	1.233,3	1.245,0	1.059,5	1.514,0	42,9
Total	52.017,5	49.792,7	51.452,0	55.027,1	58.391,8	59.843,0	2,5

Fonte: Conab.

Como os estados do sul foram prejudicados por problemas climáticos na safra 2007/08, a comparação com a safra 2002/03, que é anterior às três safras ruins do sul, revela que, no período, quem ganhou em participação foi o Mato Grosso, subindo de 24,9% para 29,6%; a Bahia aumentou de 3% para 4,6%; o Maranhão ascendeu de 1,3% para 2,1%) e o Tocantins, de 0,7% para 1,6%. Os demais estados da Tabela 5 tiveram pequenas variações na participação, destacando-se negativamente o Rio Grande do Sul, que no período perdeu 5,5% de participação.

Examinando-se o complexo soja brasileiro nas duas últimas safras, verifica-se que o estoque inicial de grão de 2007/08 foi maior do que o do ano anterior, mas, pelas previsões da Conab, o estoque final da última safra deverá ser menor 848 mil toneladas, pois o aumento das exportações ultrapassa o aumento da produção, mesmo que o consumo tenha se reduzido levemente (Tabela 6).

Tabela 6/l. Complexo soja - Brasil - Oferta/demanda - Safras - 2006/07-2007/08

Discriminação	(mil t)					
	Grão		Farelo		Óleo	
	2006/07	2007/08	2006/07	2007/08	2006/07	2007/08
Estoque inicial	2.469,70	3.675,60	1.782,60	2.282,70	214,5	275,1
Produção	58.391,80	59.852,10	23.947,00	24.948,00	5.909,00	6.156,00
Importação	97,9	100	101,2	50	44,1	40
Consumo	33.550,00	35.050,00	11.050,00	11.800,00	3.550,00	4.100,00
Exportação	23.733,80	25.750,00	12.498,10	13.200,00	2.342,50	2.120,00
Estoque final	3.675,60	2.827,70	2.282,70	2.280,70	275,1	251,1

Fonte: Conab (jun./08).

Soja

O estoque de farelo aumentou em 2006/07 e permanece igual neste ano. A produção, o consumo e as exportações foram crescentes. Já o óleo de soja teve produção e consumo maiores e exportação menor, resultando num estoque final menor ao fim da safra 2007/08 do que na anterior.

As exportações brasileiras de soja cresceram de 2007 apenas para o farelo e caíram levemente para óleo e grão. Nos primeiros sete meses de 2008, a situação se inverteu e aumentou a venda de óleo e grão, caindo a de farelo (Tabela 7).

Por causa do aumento generalizado dos produtos no mercado internacional, quando se verifica o valor das exportações em dólares, tem-se em 2007

o aumento dos três itens, sendo mais expressivo o do óleo, pois o preço por quilograma aumentou de US\$0,51 para US\$0,73. No período de janeiro a julho de 2008, todos os valores aumentaram quando comparados ao do mesmo período do ano anterior, continuando à frente o óleo.

No período mais longo, verifica-se que no período de 2003 a 2008 os preços aumentaram em dólar: 138% para o óleo, 95% para o grão e 89% para o farelo (Tabela 7).

Mercado estadual

Em 2002/03, a safra foi normal e a produtividade estadual de soja chegou a 2.770 kg/ha. Na sequência ocorreram três safras com problemas de estiagem, prejudicando rendimento (média nos três anos foi de 2.054 kg/ha) e, por consequência, a produção. A safra 2006/07 voltou a ser normal com produtividade levemente acima da de 2002/03, mas como entre uma e outra houve um aumento de área de 50%, a produção no período aumentou 56% (Tabela 8).

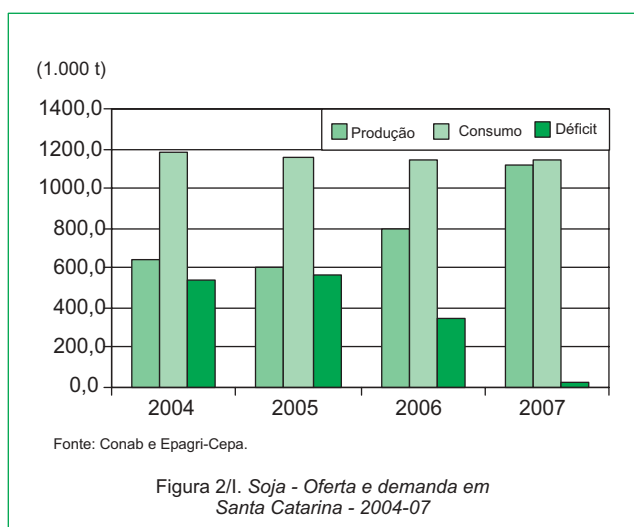
Tabela 8/I. Soja - Área, produção e rendimento - Santa Catarina - Safras - 2002/03-2007/08

Discriminação	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Produção (mil t)	712,2	641,7	607,4	798,8	1.111,50	946,5
Área (mil ha)	257,1	314,5	354,7	331,6	385,7	373,4
Rendimento (kg/ha)	2.770	2.041	1.712	2.409	2.882	2.535

Fonte: IBGE.

Na safra 2007/08, voltou a ocorrer um período de seca, mas não tão grave como anteriormente, o que fez a produtividade cair 347 kg/ha, ficando em 2.535 kg/ha e fazendo a produção se reduzir 17%. Este rendimento poderá ser recuperado na próxima safra, bastando para isso que o clima se comporte como na safra 2006/07.

Como consequência das quedas de produção, o balanço de oferta e demanda do estado apresentou um grande déficit nos três anos (mais de 500 mil toneladas em 2004 e 2005 e de mais de 300 mil toneladas em 2006). Com a recuperação da produção em 2007, o déficit foi quase que zerado (Figura 2).



Os preços recebidos pelos produtores nos últimos anos foram crescentes e acompanharam quase que perfeitamente os preços da bolsa de Chicago. Isto acontece não só em Santa Catarina, mas em todo o Brasil. Em regiões mais distantes dos portos e das regiões consumidoras os preços são mais baixos devido aos custos de transporte. Por isso, Mato Grosso, o maior produtor nacional, costuma ter os preços mais baixos entre os grandes produtores, mas sempre seguindo os preços de Chicago.

O importante dos preços recebidos pelos produtores é que os insumos aumentaram mais do que os preços da soja, fazendo com que as margens, ao contrário dos preços, fossem decrescentes. Os custos de produção são parte determinante da intenção de plantio e da decisão de manter as áreas de soja, milho ou feijão. Às vésperas de ser iniciada a semeadura da soja, há indicações de que os custos do milho preocupam mais que os da soja, por isso haveria uma leve redução de área do milho e aumento da de soja. Há ainda o estímulo dos preços de feijão, que colocam essa cultura como alternativa, dificultando a decisão de plantio.

A distribuição da produção de soja no estado identifica as microrregiões de Xanxerê, Canoinhas, Chapecó e Curitibanos como as de maior área e maior produção e isto não tem se alterado nos últimos anos (Tabela 9).

O quadro da produtividade apresenta uma ordem diferente, ficando as microrregiões de Canoinhas (3.253 kg/ha) e de Xanxerê (2.965 kg/ha) acima da média estadual (2.882 kg/ha) e as demais abaixo da média (Curitibanos – 2.823 kg/ha, São Miguel do Oeste – 2.668 kg/ha, Chapecó – 2.538 kg/ha, etc). Canoinhas tem-se mantido com a maior produtividade nos últimos anos, mas as demais microrregiões têm mudado de posição e nos anos anteriores a disposição não era a mesma mencionada, que é da safra 2006/07.

Soja

Ao se concluir a redação deste trabalho, o momento era de polvorosa nos mercados internacionais, devido à crise no banco de investimento Lehman Brothers e a venda do Merrill Lynch. As cotações em Chicago caíram juntamente com as do petróleo e as commodities ficaram com um futuro incerto, pois uma desaceleração da economia mundial provocaria uma queda de demanda, invertendo a situação dos últimos anos.

Tabela 9/1. Área, produção e rendimento por microrregião geográfica – Santa Catarina
– Safras - 2004/05-2006/07

Microrregião Geográfica	Área plantada (ha)			Quantidade produzida (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2004/05	2005/06	2006/07	2004/05	2005/06	2006/07	2004/05	2005/06	2006/07
Blumenau	200	200	200	500	500	500	2.500	2.500	2.500
Campos de Lages	9.770	10.750	11.700	20.287	17.583	27.810	2.076	1.636	2.377
Canoinhas	82.310	83.030	96.560	218.543	211.744	314.081	2.655	2.550	3.253
Chapécó	59.062	51.815	58.905	67.440	125.047	149.506	1.142	2.413	2.538
Concórdia	3.180	2.938	2.936	4.707	5.176	7.320	1.480	1.762	2.493
Curitibanos	51.700	45.180	51.740	64.434	91.602	146.070	1.246	2.027	2.823
Ituporanga	400	360	400	650	582	960	1.625	1.617	2.400
Joaçaba	17.770	17.440	20.045	25.472	34.919	49.991	1.433	2.002	2.494
Rio do Sul	545	289	95	720	571	240	1.321	1.976	2.526
São Bento do Sul	3.750	3.250	3.250	8.625	4.875	7.425	2.300	1.500	2.285
São Miguel do Oeste	23.185	20.080	23.940	27.599	49.088	63.872	1.190	2.445	2.668
Xanxerê	102.845	96.295	115.925	168.436	257.122	343.681	1.638	2.670	2.965
Santa Catarina	354.717	331.627	385.696	607.413	798.809	1.111.456	1.712	2.409	2.882

Fonte: IBGE.

Julio Alberto Rodigheri

Tomate - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 136.764 t)



Panorama Mundial

Os números disponibilizados pela FAO dimensionam para a safra 2006/07 mundial de tomates um total de 126,10 milhões de toneladas. Este volume de produção ficou 0,60% menor do obtido na safra 2005/06. A área colhida de 4,62 milhões de hectares também se mostrou menor em 0,29% do que a área colhida na safra 2005/06. O rendimento médio obtido foi de 27.288 kg/ha, ou seja, uma produtividade 0,31% menor que a safra passada.

O grande produtor mundial de tomates continua sendo a China, responsável por 34,35% da produção. Os EUA são o segundo maior produtor, com 8,80% da produção, seguido pela Turquia e pela Índia, sendo que a primeira responde por 7,87% da produção mundial e a última por 6,80%.

A China é também o país com a maior área colhida, 31,38% do total. O segundo país em área colhida é a Índia, com 10,36%. Turquia, Egito e depois os EUA, respectivamente, com 5,80%, 4,20% e 3,79%, são os demais países que compõem este seletivo grupo de países com maiores áreas colhidas de tomate.

O Brasil, em relação aos demais países produtores de tomate, nesta safra 2006/07, permaneceu como o 9º maior produtor, o 14º em área colhida e o 6º em produtividade média. Em relação à safra mundial o Brasil é responsável 1,23% da área plantada e por 2,67% da oferta mundial de tomates. O rendimento médio obtido nas lavouras brasileiras foi de 59.360 kg/ha, produtividade esta 117,53% maior que a média mundial.

A tabela 1, traz os números de área colhida, produção e rendimento médio dos vinte principais países que se destacam na produção de tomates, além do comparativo entre as safras 2005/06 e 2006/07.

Tomate

Tabela 1/I. Tomate - Área colhida, produção e rendimento médio nos principais países produtores, no mundo e o comparativo das safras 2005/06-2006/07

País	Área plantada (ha)		Produção obtida (t)		Rendimento médio (kg/ha)	
	2005/06	2006/07	2005/06	2006/07	2005/06	2006/07
China	1.400.003	1.450.000	32.400.040	33.500.000	23.143	23.103
Índia	534.500	479.200	9.361.800	8.585.800	17.515	17.917
Turquia	270.000	270.000	9.854.877	9.919.673	36.500	36.740
Egito	196.000	194.000	7.650.000	7.550.000	39.031	38.918
Estados Unidos	170.860	175.000	11.298.040	11.500.000	66.125	65.714
Federação Russa	151.810	158.000	2.414.860	2.393.000	15.907	15.146
Irã	139.000	140.000	4.800.000	5.000.000	34.532	35.714
Nigéria	128.000	130.000	896.000	898.000	7.000	6.908
México	126.557	129.000	2.899.153	2.900.000	22.908	22.481
Itália	122.192	118.224	6.351.202	6.025.613	51.977	50.968
Ucrânia	92.300	80.000	1.751.000	1.520.000	18.971	19.000
Iraque	70.000	65.000	900.000	830.000	12.857	12.769
Uzbequistão	60.470	57.100	1.586.571	1.327.000	26.237	23.240
Brasil	58.893	56.678	3.362.655	3.364.438	57.098	59.361
Espanha	57.300	55.600	3.679.300	3.615.000	64.211	65.018
Indonésia	53.492	55.000	629.744	650.000	11.773	11.818
Cuba	53.044	52.000	636.000	640.000	11.990	12.308
Camarões	51.000	49.713	420.000	407.000	8.235	8.187
Romênia	49.967	46.000	834.968	555.444	16.710	12.075
Paquistão	46.239	43.000	468.146	470.000	10.124	10.930
Total	4.634.611	4.621.032	126.856.051	126.101.702	27.371	27.289

Fonte: FAO (agosto/08).

Panorama da América do Sul

A América do Sul, segundo números da FAO, produziu 6,41 milhões de toneladas de tomate na safra 2006/07. Produção esta 10,02% menor que a obtida na safra anterior, 2005/06.

Neste cenário continental o Brasil ocupa posição de destaque, respondendo por 52,42% da produção sul-americana. O Chile, segundo maior produtor, é responsável por 19,8% da safra sul-americana, a Argentina com 10,6% é o terceiro maior produtor e a Colômbia com 6,1% da produção é o quarto. Nas últimas safras a participação destes quatro países na composição da safra sul-americana vem se mantendo praticamente inalterada, apresentando variações decimais nos índices.

Na safra anterior, o Brasil ajudou a compor a safra subcontinental com 52,90% da produção, o Chile com 19,60%, a Argentina com 10,54% e a Colômbia com 5,82% da produção. Estes quatro países – Brasil, Chile, Argentina e Colômbia – foram responsáveis por 88,90% da safra obtida em 2005/06 e por 88,80% da produção na safra 2006/07. Em relação à área colhida, detiveram 77,50% da safra 2005/06 e 77,30% da safra 2006/07.

A produtividade média das lavouras de tomate da América do Sul é crescente nas últimas safras. Na safra 2005/06, o rendimento médio obtido foi de 45.022 kg/ha, 3,63% maior que o da safra anterior. Nesta safra 2006/07, o rendimento médio das lavouras apresentou um incremento ante a safra 2005/06, embora discreto, de 0,92%, ficando em 45.436 kg/ha. Os maiores ganhos em produtividade das lavouras sul-americanas se deram no Brasil 3,96%, Colômbia 1,89% e Peru com 6,87%.

O Chile é o país com melhor produtividade nas lavouras de tomate, 65.128 kg/ha. Logo a seguir vem o Brasil com uma produtividade 9,71% menor em relação ao Chile, 59.361 kg/ha. A Argentina, com produtividade de 37.778 kg/ha, apresenta o terceiro maior rendimento das lavouras de tomate na América do Sul. O Uruguai, com suas lavouras produzindo 34.615 kg/ha, é o quarto país em produtividade no continente sul-americano.

A área cultivada com tomate na América do Sul em 2006/07 foi de 141.238 hectares, levemente acima, 0,08% em relação à safra 2005/06. Em relação à safra 2004/05, a área cultivada reduziu-se em 2,45%.

O Brasil, embora tenha “encolhido” sua área de plantio nesta safra 2006/07 em 3,8%, cultiva 56.678 hectares, mantendo-se, de longe, como o principal plantador da hortaliça na América do Sul. O Chile detém a segunda maior área cultivada com tomate, 19.500 hectares. A Argentina cultiva 18 mil hectares, constituindo-se no terceiro país em área plantada no continente sul-americano seguido pela Colômbia, que cultiva 15 mil hectares (Tabela 2).

Tabela 2/l. Tomate - Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio - América do Sul e principais países - Safras - 2005/06-2006/07

País	Área colhida (ha)		Produção (t)		Rendimento (kg/ha)	
	2005/06	2006/07	2005/06	2006/07	2005/06	2006/07
Total	141.120	141.238	6.353.512	6.417.236	45.022	45.436
Brasil	58.893	56.678	3.362.655	3.364.438	57.098	59.361
Chile	19.000	19.500	1.250.000	1.270.000	65.789	65.128
Argentina	17.000	18.000	670.000	680.000	39.412	37.778
Colômbia	14.500	15.000	370.000	390.000	25.517	26.000
Venezuela	9.448	9.500	195.944	196.000	20.739	20.632
Peru	9.112	9.100	168.656	180.000	18.509	19.780
Bolívia	5.225	5.500	129.581	130.000	24.800	23.636
Equador	3.092	3.100	61.929	62.500	20.029	20.161
Paraguai	2.620	2.700	88.070	90.000	33.615	33.333
Uruguai	1.380	1.300	47.500	45.000	34.420	34.615
Demais países	850	860	9.177	9.298	10.796	10.812

Fonte: FAO.

Panorama nacional

O cultivo do tomate está presente em todas as regiões do País e só não apresenta dados estatísticos nos estados do Acre, Alagoas, Pará, Piauí, Rondônia e Tocantins.

A safra nacional de tomates 2007/08 apresentou expansão na área colhida de 2,41% em relação à safra 2006/07 e de 0,91% em relação à safra 2005/06. Os incrementos mais significativos de área colhida em relação à safra 2006/07 se deram nos estados da Paraíba (63,25%), Goiás (27,60%) e Minas Gerais (7,50%). Houve também incremento de área nos estados do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe, porém de menor expressão.

Tomate

As reduções de área colhida na safra 2007/08 se deram nos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, São Paulo e no Distrito Federal, apresentando índices mais significativos no Distrito Federal (-34,85%), no Paraná (-32,82%) e em Mato Grosso (-13,24%).

A área colhida nesta safra foi de 57.489 hectares. Os estados com maior participação de área colhida na federação são Goiás, que detém 21,80%, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, com 19,5% e 12,8% da área nacional.

A produção nacional nesta safra 2007/08 totalizou 3.453.043 toneladas, volume 3% maior que o obtido com a safra 2006/07. Os estados com maior participação no montante da safra nacional foram Goiás, com 26,67%, São Paulo, com 22,29% e Minas Gerais, com 13,37%.

O rendimento médio obtido das lavouras nesta safra 2007/08 atingiu 60.064 kg/ha. Uma produtividade média que pela primeira vez rompe a casa das 60 toneladas por hectare. Em relação à safra anterior, 2006/07, este rendimento representa um incremento, um ganho de produtividade de 0,56% e sobre a safra 2005/06 de 4,54%.

Do cultivo de tomate, 30% da área são ocupados com o produto para processamento e 70% para consumo in natura.

Na produção, o tomate para processamento é mais representativo atingindo 40% tendo em vista que esse tipo de tomate alcança uma produtividade maior.

Os estados com maior rendimento nesta safra foram o Rio de Janeiro com 76.809 kg/ha, Goiás com 73.501 kg/ha, São Paulo com 68.653 kg/ha e Espírito Santo com 66.547 kg/ha (Tabela 3).

A tabela 4 permite que se visualizem os números de área colhida, produção e rendimento médio das últimas duas safras nacionais totalizados por região.

Na tabela 5 pode-se avaliar a participação, em %, por região, na safra nacional, considerando-se a área colhida e produção obtida.

Tabela 3/I. Tomate - Área colhida, produção e rendimento médio nos principais estados brasileiros - Safras - 2006/07-2007/08⁽¹⁾

Estado	Área colhida (ha)		Produção obtida (t)		Rendimento médio (kg/ha)	
	2006/07	2007/08	2006/07	2007/08	2006/07	2007/08
Goiás	9.820	12.530	802.030	920.970	81.673	73.501
São Paulo	11.340	11.210	713.483	769.600	62.917	68.653
Minas Gerais	6.876	7.392	421.455	461.778	61.294	62.470
Bahia	5.312	4.976	211.727	204.689	39.858	41.135
Pernambuco	4.020	3.551	165.278	152.040	41.114	42.816
Paraná	4.719	3.170	310.338	191.937	65.764	60.548
Rio de Janeiro	2.547	2.695	196.824	207.001	77.277	76.809
Rio Grande do sul	2.409	2.450	104.979	110.574	43.578	45.132
Santa Catarina	2.308	2.332	136.764	124.556	59.256	53.412
Ceará	1.962	2.058	97.295	106.067	49.590	51.539
Espírito Santo	1.701	1.798	112.467	119.651	66.118	66.547
Paraíba	536	875	16.596	28.956	30.963	33.093
Amazonas	590	591	2.806	4.768	4.756	8.068
Roraima	439	439	5.268	5.268	12.000	12.000
Rio Grande do Norte	330	346	9.287	9.203	28.142	26.598
Sergipe	286	306	4.708	5.046	16.462	16.490
Distrito Federal	396	258	26.563	17.156	67.078	66.496
Maranhão	253	247	5.138	5.037	20.308	20.393
Mato Grosso	204	177	4.630	4.102	22.696	23.175
Mato Grosso do Sul	87	88	4.707	4.644	54.103	52.773
Total	56.135	57.489	3.352.343	3.453.043	59.719	60.064

⁽¹⁾ Safra 2007/08 - Situação em julho de 2008.
Fonte: IBGE.

Tabela 4/l. *Tomate - Área colhida, produção e rendimento médio por região do Brasil - Safras - 2006/07-2007/08*

Região	Área colhida (ha)		Produção obtida (t)		Rendimento médio (kg/ha)	
	2006/07	2007/08	2006/07	2007/08	2006/07	2007/08
Norte	1.029	1.030	8.074	10.036	7.846	9.744
Sul	9.436	7.952	552.081	427.067	58.508	53.706
Sudeste	22.464	23.095	1.444.229	1.558.030	64.291	67.462
Centro Oeste	10.507	13.053	837.930	946.872	79.750	72.541
Nordeste	12.699	12.359	510.029	511.038	40.163	41.349
Total	56.135	57.489	3.352.343	3.453.043	59.719	60.064

Fonte: IBGE.

Tabela 5/l. *Tomate - Participação percentual da região, sobre a área colhida e produção - Brasil - Safra - 2007/08*

Região	% sobre a área	% sobre a produção
Norte	1,79	0,29
Sul	13,83	12,37
Sudeste	40,17	45,12
Centro Oeste	22,71	27,42
Nordeste	21,50	14,80

Fonte: IBGE.

Panorama catarinense

A cultura do tomate se destaca no território catarinense como uma das principais atividades hortícolas. A diversidade climática do estado permite que se tenha em todos os meses do ano, lavouras economicamente ativas, em produção, possibilitando que Santa Catarina se torne, em determinados períodos do ano, abastecedor do mercado nacional.

Na safra 2007/08 foram produzidas no estado 124.556 toneladas, numa área total de 2.332 hectares, representando um recuo de 8,9% na produção e crescimento de 1% na área, em relação aos dados da safra passada.

Em relação à safra nacional, o estado catarinense manteve-se como 8º maior produtor, mesma posição que obteve na safra 2006/07. No tocante à área colhida, para ambas as safras (2006/07 e 2007/08), manteve-se como 9º maior produtor.

O rendimento médio das lavouras catarinenses, 53.412 kg/ha, apresentou-se 9,86% menor que na safra 2006/07. Em relação ao rendimento nacional, as lavouras “barriga-verde” apresentaram a 8ª melhor produtividade do País, repetindo o desempenho da safra anterior.

A participação da safra catarinense perante a oferta nacional foi de 3,60%, portanto, menor em 4,08% se comparada à safra 2006/07.

Tomate

A área semeada no estado representou 4,00 % do total semeado no País, indicando um leve recuo, se comparado à safra anterior que era de 4,10%.

Analisando-se a safra 2006/07 por microrregiões, destaca-se no neste cenário estadual a microrregião de Joaçaba, responsável por 44,50% da área plantada no estado e por 47,60% da produção; a microrregião do Tabuleiro, com participação de 19,30% sobre a área plantada na safra em análise e de 19,10% sobre a produção; e a microrregião de Florianópolis, que respondeu por 17,60% da área plantada e por 16,70% da produção estadual. Estas três microrregiões concentram 81,40% da área total da safra e 83,40% da produção. Estes números, quando comparados à safra anterior, estão 2,20% maiores em relação à área e 2,46% maiores em relação à produção.

No tocante à produtividade média, a microrregião de Campos de Lages é a que obteve os melhores resultados na safra 2006/07, com 68.418 kg/ha. A microrregião de Itajaí, com 65.000 kg/ha, e a de Joaçaba, com 63.421 kg/ha, também se destacaram com suas produtividades. Quando comparados aos rendimentos da safra anterior, verifica-se que a microrregião dos Campos de Lages produziu 1,1 % a mais, a de Itajaí mais 18,2% e a de Joaçaba mais 11,6%.

O destino da safra catarinense manteve as características das safras anteriores. A microrregião de Joaçaba comercializa sua produção para o Sudeste brasileiro, Manaus e parte da produção vai para a exportação. A microrregião de Florianópolis comercializa 30% de sua safra nas capitais gaúcha e paranaense, e os 70% restantes são negociados na Ceasa/SC, que distribui a oferta de tomates nos grandes centros consumidores do litoral. A produção da microrregião do Tabuleiro segue as mesmas características da de Florianópolis, excetuando-se algumas diferenciações no mercado.

A tabela 6 traz a distribuição da área plantada, da produção obtida e do rendimento médio das lavouras de tomate por microrregião geográfica de Santa Catarina e o comparativo das safras 2005/06 e 2006/07.

Tabela 6/1. Tomate - Área colhida, produção e rendimento médio nas principais microrregiões geográficas - Santa Catarina - Safras - 2005/06-2006/07

Microrregião Geográfica	Área plantada (ha)		Produção obtida (t)		Rendimento médio (kg/ha)	
	2005/06	2006/07	2005/06	2006/07	2005/06	2006/07
Blumenau	30	27	1.105	1.000	36.833	37.037
Campos de Lages	79	79	5.345	5.405	67.658	68.418
Canoinhas	31	36	1.746	2.070	56.323	57.500
Chapecó	27	27	1.021	827	37.815	30.630
Concórdia	12	9	525	435	43.750	48.333
Criciúma	17	21	740	780	43.529	37.143
Curitibanos	55	34	1.615	1.310	29.364	38.529
Florianópolis	463	406	25.545	22.705	55.173	55.924
Itajaí	4	4	220	260	55.000	65.000
Itupuranga	45	50	2.650	2.800	58.889	56.000
Joaçaba	809	1.026	45.950	65.070	56.799	63.421
Joinville	4	4	134	134	33.500	33.500
Rio do Sul	24	29	1.300	1.510	54.167	52.069
São Bento do Sul	13	7	460	280	35.385	40.000
Tabuleiro	447	446	26.190	26.145	58.591	58.621
Tijucas	30	35	1.500	2.100	50.000	60.000
Tubarão	58	58	3.651	3.638	62.948	62.724
Xanxerê	10	10	295	295	29.500	29.500
Total	2.158	2.308	119.992	136.764	55.603	59.256

Fonte: IBGE.

A Tabela 7 contempla informações dos principais municípios produtores de tomate em Santa Catarina. É possível se comparar área plantada, produção obtida e rendimento médio das safras 2005/06 e 2006/07.

O grande produtor individual do estado segue sendo, com expressiva “predominância”, o município de Caçador, seguido de Águas Mornas, Palho-

ça e Santo Amaro da Imperatriz. As maiores produtividades obtidas foram nos municípios de Bom Retiro, Alfredo Wagner, Rancho Queimado e Tubarão.

A tabela 8 traz uma breve série histórica, de 2004 a 2007, com os preços médios praticados ao produtor e no atacado de Santa Catarina. Analisando-se os valores nominais recebidos pelos produtores na safra 2006/07 e comparando-os aos da safra 2005/06, percebe-se que, em média, o aumento foi de 29,31%. Os meses mais favoráveis à comercialização foram janeiro, fevereiro, agosto e junho. Os períodos negativos foram os meses de novembro, dezembro, outubro e abril.

Tabela 7/1. *Tomate - Área colhida, produção e rendimento médio nos principais municípios - Santa Catarina - Safras 2005/06-2006/07*

Município	Área plantada (ha)		Produção produzida (t)		Rendimento médio (kg/ha)	
	2005/06	2006/07	2005/06	2006/07	2005/06	2006/07
Caçador	650	900	37.700	58.500	58.000	65.000
Palhoça	250	180	12.500	9.000	50.000	50.000
Águas Mornas	200	200	10.000	10.000	50.000	50.000
Santo A. Imperatriz	150	150	9.750	9.750	65.000	65.000
Anitápolis	140	140	7.700	7.700	55.000	55.000
Urubici	120	...	7.200	...	60.000	...
Rancho Queimado	80	80	6.400	6.400	80.000	80.000
Indaial	15	15	600	600	40.000	40.000
Lébon Régis	50	50	2.500	2.500	50.000	50.000
São Pedro Alcântara	35	48	2.100	2.880	60.000	60.000
Angelina	30	35	1.500	2.100	50.000	60.000
Bom Retiro	60	60	4.800	4.800	80.000	80.000
Alfredo Wagner	25	25	2.000	2.000	80.000	80.000
Rio das Antas	30	...	1.650	...	55.000	...
São Ludgero	10	9	810	725	81.000	8.056
Antônio Carlos	10	10	450	450	45.000	45.000
Pedras Grandes	15	15	675	675	45.000	45.000
Tubarão	15	15	1.050	1.050	70.000	70.000
Braço do Norte	10	11	910	984	91.000	...
Campos Novos	10	...	300	...	30.000	...
Total	2.158	2.308	119.992	136.764	55.603	59.256

Fonte: IBGE.

Tabela 8/1. *Tomate - Preços médios mensais recebidos pelos produtores e no atacado, preços médios anuais - Santa Catarina - 2004-2008*

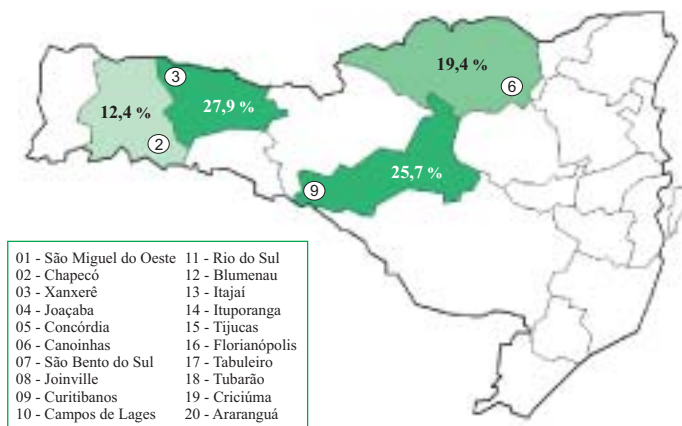
Mês	Produtor					Atacado				
	2004	2005	2006	2007	2008	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	14,25	13,05	14,30	...	15,00	13,30	15,74	22,30	...	19,00
Fevereiro	12,13	13,24	7,88	24,40	7,00	15,93	16,88	11,65	30,53	13,05
Março	10,00	14,05	10,26	31,36	22,21	13,23	17,20	13,58	37,14	26,11
Abril	8,37	17,33	21,88	21,39	25,62	10,84	21,42	26,82	27,61	31,19
Maio	21,29	23,40	16,45	17,77	31,17	25,52	27,70	20,05	21,41	38,94
Junho	24,55	19,38	10,50	15,84	33,89	30,45	23,91	13,40	19,89	40,17
Julho	24,00	21,40	10,48	15,00	34,65	29,05	26,25	14,38	19,05	40,61
Agosto	30,73	17,77	10,36	19,78	17,76	39,86	21,43	14,22	23,96	21,81
Setembro	27,20	18,20	16,58	22,05	...	33,25	24,14	20,58	26,00	...
Outubro	21,16	20,16	23,75	21,73	...	25,95	24,11	27,10	25,95	...
Novembro	17,42	30,72	23,61	12,94	...	21,42	37,50	28,16	16,37	...
Dezembro	12,40	26,13	17,00	14,40	...	15,53	31,56	20,20	17,33	...
Preço médio	18,63	19,57	15,25	19,72	...	22,86	24,00	19,33	24,09	...

Fonte: Epagri/Cepa.

Evandro Uberdan Anater

Trigo⁽¹⁾

Trigo - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 203.334 t)



Produção e comércio mundiais

As mudanças climáticas que estão acontecendo no mundo nos últimos anos têm impactado a produção agrícola (Conab). Como a cultura do trigo é muito suscetível às condições climáticas, estão ocorrendo oscilações da produção mundial nesta última safra. Após a safra recorde em 2004/05 de 626,63 milhões de toneladas, o USDA estima uma redução de 2,6% para as 610,54 milhões de toneladas em 2007/2008, ainda assim, a segunda maior safra da história (Tabela 1).

Contudo, entre a safra 2006/07 a 2008/09, os números e projeções indicam aumento sistemático na produção mundial. No período correspondente a 2006/07 e 2007/08 ocorreu uma queda entre os principais produtores, como a União Européia, com variação negativa de 4,5% e Canadá (-20,7%). A redução desses três países representou 10,81 milhões de toneladas a menos no volume mundial. Em compensação, alguns países, como Austrália, Estados Unidos, Rússia, Paquistão e Índia, contribuíram para o aumento da oferta

Tabela 1/I. Trigo - Produção mundial e dos principais países produtores - Safras - 2006/07-2008/09

(milhões t)

Discriminação	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2008/09 ⁽²⁾
União Européia	124,84	119,25	143,17
China	108,47	109,86	114,00
Índia	69,35	75,81	78,40
Estados Unidos	49,32	56,25	67,02
Rússia	44,90	49,40	57,00
Canadá	25,27	20,05	25,00
Austrália	10,82	13,04	25,00
Paquistão	21,28	23,30	21,50
Ucrânia	14,00	13,90	22,00
Argentina	15,20	16,00	13,50
Cazaquistão	13,50	16,60	13,50
Outros	99,32	97,08	90,66
Mundial	596,27	610,54	670,75

⁽¹⁾Estimado.

⁽²⁾Projetado em agosto/08.

Fonte: Usda (agosto/08).

¹ Para este artigo, além de informações da autora, foram utilizadas as seguintes fontes:
CONAB. BRACALE, G. Proposta de preço mínimo para o trigo safra 2007/08 http://www.conab.gov.br/conabweb/download/precos_minimos/proposta_de_precos_minimos_safra_2006_07_trigo.pdf
e Prospecção para safra 2007/08 Trigo http://www.conab.gov.br/conabweb/download/cas/especiais/prospeccao_2007_08_trigo.pdf
Acompanhamento da Safra Brasileira. 11º. levantamento. Agosto/2008.
Epagri-Cepa. Informe Conjuntural. Ano XXV – no. 1 de 14/12 a 20/12/07.
FAEP, Boletim Informativo, semana de 18 a 24 de agosto de 2008.
IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Junho/08.
Boletins diários CMA.
www.fao.org
www.usda.gov
Jornais diversos e internet.

global, respectivamente, com 20,5%, 14,1%, 10%, 9,5% e 9,3%. Em resumo, o cenário mundial de oferta para a safra 2007/08 (já colhida) é de ligeiro incremento (2,4%), com poucos impactos sobre os preços. O maior fator de pressão sobre as cotações deu-se em função da crise alimentar que acabou gerando um aumento geral nos preços das commodities no mercado mundial.

De acordo com o calendário agrícola no Hemisfério Norte, o plantio do trigo de inverno, que corresponde a cerca de 70% do trigo mundial, é realizado nos meses de agosto a novembro. Embora seja ainda muito cedo para se fazer estimativas de produção, segundo o USDA, entre 2007/08 e 2008/09, deve haver um aumento ainda maior na produção mundial de trigo: 60,21 milhões de toneladas a mais, ou 9,9% de incremento. Entre os principais países produtores, somente a Argentina, o Paquistão e o Cazaquistão deverão ter declínio em suas produções, 15,6%, 7,7% e 18,7%, respectivamente. Todos os outros terão produções maiores. A Austrália terá uma produção 91,7% maior, a Ucrânia 58,3%, o Canadá 24,7%, a União Européia 20%, os Estados Unidos 19,1%, e a Rússia 15,4%. O ganho na oferta correspondente a esses produtores será de 67,3 milhões de toneladas.

O nível de estoques mundiais tem-se mantido relativamente estável nos últimos três períodos. Se a estimativa do USDA se confirmar, o mundo deve encerrar a temporada 2007/08 com 115,21 milhões de toneladas em estoque, ou seja, queda de 9,1% em relação à 2006/07. Esse montante representa 18,5% do consumo mundial, menor valor em uma década.

É importante ressaltar que os estoques mundiais de trigo caíram ao seu menor volume em 30 anos. E, também por isso, existe uma tendência altista nos preços internacionais do trigo.

Para a safra 2008/09, deve ocorrer um avanço na produção e estoques mundiais de trigo, a primeira deve chegar a 670,75 milhões de toneladas e os estoques a 136,16 milhões de toneladas (Tabela 2).

Vale ressaltar que no estudo da Conab (Proposta de preço mínimo para o trigo safra 2007/08) verifica-se que, enquanto o consumo médio mundial tem crescido anualmente de forma linear, a uma taxa média anual de 2,24% a.a., a produção cresceu, no mesmo período, 2,18% a.a.

Porém, quando se analisa separadamente o consumo, dividindo-o entre consumo humano (farinha) e consumo animal (ração), verifica-se um comportamento bastante distinto. O crescimento médio anual do consumo de ração chega a 3,05% a.a., enquanto que o segmento para alimentação humana não passa de 2,09% a.a., embora na última década o consumo de ração tenha se mantido estável. Nas últimas safras, o consumo para ração correspondeu em média a um quinto do consumo mundial total.

É importante notar que no caso do trigo, ao contrário de outras commodities, a oferta no comércio mundial é menos concentrada. Os seis maiores exportadores de trigo, tomando-se por base o ano de 2005, somam 69,9% do total negociado no mundo, sendo que nenhum deles possui *market share* superior a 21%, individualmente (Tabela 3). Já no caso da soja, a participação relativa dos

Tabela 2II. Trigo - Balanço mundial de oferta e demanda - Safras - 2006/07-2008/09

Discriminação	(milhões)		
	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2008/09 ⁽²⁾
Estoque inicial	147,06	126,74	116,05
Produção	596,27	610,54	670,75
Consumo	616,90	622,07	649,80
Estoque final	126,74	115,21	136,16

⁽¹⁾Estimado.

⁽²⁾Projetado em agosto/08.

Fonte: Usda (agosto/08).

Trigo

cinco maiores chega a 98% do mercado, com predominância de dois exportadores (Brasil e EUA). Assim como no milho, o grupo dos cinco maiores detém 93% do comércio total, com predomínio dos EUA. A dispersão na oferta representa outro fator de redução da volatilidade de preço nos mercados.

O volume exportado no mundo chegou a 135,3 milhões de toneladas em 2005, ou seja, 6,6% a mais do que o ano anterior, que foi 126,9 milhões de toneladas. Dentre os principais exportadores, naquele ano, percebe-se redução nas exportações de EUA (-14,1%, ou 4,5 milhões de toneladas a menos), Austrália (-24,2% ou 4,6 milhões de toneladas) e Canadá (-7,8% ou 1,2 milhões de toneladas). Já a França, a ex-URSS e a Argentina apresentaram incremento de 6,9%, 19% e 4,3%, respectivamente.

Da mesma forma que nas exportações, os importadores mundiais de trigo são muitos, como pode ser visto na tabela 4. Os países que mais importaram em 2005, como a Espanha, a Itália e o Egito, individualmente, não respondem nem por 6%, do volume mundial. Para se alcançar 40% das importações mundiais, são necessários cerca de dez países. A pulverização na demanda é mais um fator que dificulta preços abusivos no mercado. O Brasil ocupa a 7ª. posição no ranking mundial de importadores, sendo que em 2005 importou 5 milhões de toneladas.

Tabela 3/I. *Trigo e seus derivados*⁽¹⁾ - Principais países exportadores - 2003-05

País	2003		2004		2005	
	Mil t	US\$ 1.000	Mil t	US\$ 1.000	Mil t	US\$ 1.000
Estados Unidos	25.863	4.043	31.950	5.255	27.445	4.438
França	17.600	2.550	15.970	2.797	17.075	2.588
Austrália	9.770	1.621	18.838	3.166	14.275	2.350
Canadá	12.017	2.103	15.451	2.778	14.239	2.319
Federação Russa	7.992	829	4.860	571	10.644	1.178
Argentina	6.200	946	10.025	1.375	10.460	1.286
Ucrânia	906	81	2.561	290	6.036	656
Alemanha	5.287	836	4.719	896	5.286	846
Kazakhstan	5.867	580	3.325	484	3.194	362
Turquia	835	115	1.117	204	3.105	484
Sub total	92.336	13.706	108.816	17.816	111.759	16.508
Outros países	29.515	4.296	21.116	3.706	22.836	3.562
Total Mundial	121.851	18.002	129.932	21.522	134.595	20.070

⁽¹⁾ inclui farinha.

Fonte: FAO. FAOSTAT. FAO Statistics Division 2008, 26 August 2008.

Tabela 4/I. *Trigo e seus derivados*⁽¹⁾ - Principais países importadores - 2003-05

País	2003		2004		2005	
	Mil t	US\$ 1.000	Mil t	US\$ 1.000	Mil t	US\$ 1.000
Espanha	3.919	611	4.409	760	7.553	1.168
Itália	7.046	1.213	6.522	1.278	6.775	1.184
Egito	4.063	607	4.373	729	5.790	937
Argélia	5.193	880	5.111	1.048	5.684	1.032
Japão	5.248	1.091	5.492	1.276	5.475	1.232
Indonésia	3.979	655	4.973	921	5.092	927
Brasil	6.664	1.019	4.913	853	5.049	660
China	1.705	313	8.383	1.886	4.864	1.052
Iraque	1.950	343	2.855	512	4.212	744
México	3.561	579	3.653	633	3.787	628
Sub total	43.328	7.312	50.684	9.894	54.280	9.563
Outros países	77.816	12.432	76.226	14.001	80.991	13.853
Total mundial	121.150	19.745	126.920	23.895	135.278	23.417

⁽¹⁾ inclui farinha.

Fonte: FAO. FAOSTAT. FAO Statistics Division 2008, 26 August 2008.

Produção e comércio nacionais

Após uma desastrosa produção na safra 2006/07 quando houve uma queda de 46,7% na produção brasileira de trigo (ou 2,2 milhões de toneladas a menos), segundo o IBGE, as safras subsequentes, 2007/08 e 2008/09, deverão ser maiores: sucessivamente, 4 e 5,2 milhões de toneladas. Isto porque, além da área plantada ser maior, existe uma perspectiva boa de ganhos de produtividade em ambas as safras (Tabela 5).

Os principais estados produtores estão na tabela 6. Quase 90% da produção brasileira de trigo tem como origem os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Em 2007/08 estima-se que o primeiro tenha alcançado 1,9 milhões de toneladas e o segundo, 1,7 milhões. No caso do Rio Grande do Sul, esta safra foi realmente muito boa, pois o estado havia produzido no ano anterior 823,1 mil toneladas, ou seja, 52,1% a menos. Embora a área plantada tenha aumentado, este ganho deveu-se, sobretudo, a um aumento na produtividade.

Tabela 5/1 - Trigo - Comparativo das safras do Brasil - Safras - 1999/00-2008/09

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
1999/00	1.254.275	2.461.856	1.970
2000/01	1.535.723	1.725.792	1.516
2001/02	1.729.808	3.364.949	1.948
2002/03	2.151.831	3.105.658	1.475
2003/04	2.562.067	6.153.500	2.403
2004/05	2.810.874	5.818.846	2.073
2005/06	2.363.390	4.658.790	1.973
2006/07	1.771.519	2.484.848	1.593
2007/08 ⁽¹⁾	1.841.557	4.028.963	2.191
2008/09 ⁽²⁾	2.286.284	5.247.826	2.295

⁽¹⁾ Dados sujeito a alterações.

⁽²⁾ Projeção.

Fonte: IBGE (junho/08).

Tabela 6/1. Trigo - Comparativo de safras, segundo os estados do Brasil - Safras - 2004/05-2006/07

Estado	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2008/09 ⁽¹⁾	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2008/09 ⁽¹⁾	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2008/09 ⁽¹⁾
Paraná	885.163	821.789	1.091.766	1.236.294	1.927.216	2.839.746	1.611	2.345	2.601
Rio Grande do Sul	699.486	850.169	941.300	823.112	1.720.307	1.769.644	1.355	2.028	1.880
Santa Catarina	62.001	81.675	99.800	151.699	203.336	248.502	2.473	2.490	2.490
São Paulo	48.900	44.070	79.600	102.690	98.717	169.548	2.100	2.240	2.130
Mato Grosso do Sul	50.410	31.883	40.355	61.783	40.061	64.568	1.248	1.259	1.600
Minas Gerais	12.864	11.669	16.813	58.335	51.253	77.638	4.535	4.392	4.618
Goiás	10.761	10.490	16.650	47.918	48.018	78.180	4.453	4.577	4.695
Brasil	1.769.585	1.851.745	2.286.284	2.481.831	4.088.908	5.247.826	1.593	2.210	2.295

⁽¹⁾Dados sujeitos a alterações.

Fonte: IBGE (dez/07 e junho/08).

Santa Catarina, com produção bem mais modesta, ocupa o terceiro lugar, com 203,3 mil toneladas na temporada 2007/08, ou 34% a mais do que em 2006/07. Diferentemente do Rio Grande do Sul, a principal responsável por este aumento na produção foi a área semeada, que cresceu 19,6 mil hectares. O aumento de produtividade foi insignificante: 17 kg a mais por hectare plantado.

Para a próxima safra, 2008/09, o IBGE acredita que o País terá uma produção ainda superior, a terceira maior dos últimos 10 anos. Isto porque os produtores foram estimulados pelos bons preços internacionais deste ano, ocasionando aumento de área plantada em todos os estados produtores, como é possível verificar na tabela 6. Além disso, o maior produtor brasileiro – o Paraná – espera ter um ganho significativo em sua produtividade (da ordem de 256 kg a mais do produto por hectare).

Trigo

Graças a essa produção o volume dos estoques na temporada 2007/08 não ficou tão abaixo da temporada anterior (1.753,7 *versus* 1.495,3 mil toneladas), já que, além de o consumo ter aumentado um pouco, os estoques iniciais eram bem menores do que em 2006/07 (239,2 mil toneladas a menos). E, além disso, o País exportou uma quantidade 329,7% superior às exportações do ano anterior.

A tabela 7 traz o balanço de oferta e da demanda nas 6 últimas safras, incluindo a safra 2008/09. Para esta safra, projeta-se uma elevação principalmente na produção, mas também no consumo e nos estoques finais. Por outro lado, acredita-se que o comércio internacional (exportações e importações) deve diminuir um pouco.

Tabela 7/I. Trigo - Oferta e demanda brasileiras - Safras - 2003/04-2008/09

Discriminação	(1.000 t)					
	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
Estoque inicial (1/8)	912,7	1.370,7	2.324,9	1.992,9	1.753,7	1.495,3
Produção	6.073,5	5.845,9	4.873,1	2.233,7	3.824,0	5.426,7
Importação	5.707,5	5.311,0	6.266,1	7.809,9	6.979,5	5.702,0
Suprimento	11.732,4	12.527,6	13.464,1	12.036,5	12.557,2	12.624,0
Consumo	9.947,1	10.196,0	10.683,7	10.260,7	10.311,2	10.646,1
Exportação	1.375,9	6,7	787,5	22,1	750,7	454,5
Estoque final (31/7)	1.370,7	2.324,9	1.992,9	1.753,7	1.495,3	1.523,4

Fonte: Conab (agosto/08).

Entre as commodities, o trigo é o segundo item de maior participação na pauta de importações brasileiras, sendo menor apenas que a importação de petróleo. Em termos de comércio externo, as importações brasileiras podem chegar a 7,3 milhões de toneladas (trigo e seus derivados - 2007). Até julho de 2008, o Brasil importou 4,2 milhões de toneladas. Isso acontece principalmente por causa da perda de qualidade de parte da produção nacional e da valorização contínua da moeda nacional frente ao dólar.

A tabela 8 traz as importações brasileiras de trigo em grão, segundo os principais países, nos últimos 10 anos. Tradicionalmente a Argentina é o principal fornecedor, respondendo em 2007 por 84,8% das aquisições totais (6,6 milhões de toneladas). Naquele ano, juntamente com os Estados Unidos,

Tabela 8/I. Trigo em grão - Quantidade importada pelo Brasil - 1999-008⁽¹⁾

Origem	(t)									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Argentina	6.569.426	7.207.869	6.789.395	5.422.944	5.531.083	4.653.261	4.519.655	5.974.222	5.630.214	2.621.033
Paraguai	865	64.079	87.670	81.489	96.184	120.613	408.926	337.763	163.355	348.197
Uruguai	34.234	36.015	1.001	14.050	5.230	27	29.721	131.169	149.377	90.673
Canadá	191.613	163.075	33.820	59.076	170.318	-	-	71.525	340.991	222.117
EUA	95.078	51.685	102.912	677.203	500.014	73.948	29.799	16.499	354.065	519.371
Líbano	19	-	-	4	2	2	17	-	8	2
Síria	-	-	-	-	-	1	7	-	-	-
Polónia	-	-	-	89.368	299.624	-	-	-	-	-
Suécia	-	-	-	12.828	5.472	-	-	-	-	-
Cazaquistão	-	-	-	76.980	4.000	-	-	-	-	-
Rússia	-	-	-	9.939	-	-	-	-	-	-
Ucrânia	-	-	-	128.347	-	-	-	-	-	-
Total	6.891.235	7.522.722	7.014.798	6.572.228	6.611.926	4.847.852	4.988.125	6.531.178	6.638.010	3.801.393

⁽¹⁾ Até julho.

Fonte: Secex/Decex.

seguido pelo Canadá, foram os três mais importantes mercados que o nosso País buscou para poder adquirir o produto. Em 2008, até o mês de julho, já importamos 3,8 milhões de toneladas. Até o final do ano ainda se espera que entrem pelo menos mais 500 mil toneladas da Argentina, as quais foram liberadas para exportação pelo governo daquele País.

A tabela 9 disponibiliza as importações brasileiras de farinha de trigo. A Argentina também é o País que mais vende o produto para o Brasil. Em 2007 o Brasil importou 625,7 mil toneladas, sendo que 604,7 mil vieram da Argentina. Até julho de 2008, as importações totalizaram 423,7 mil toneladas.

Tabela 9/I. *Farinha de trigo - Quantidade importada pelo Brasil - 1999-008*

Origem	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Argentina	177.758	181.639	141.921	81.027	8.947	9.329	4.271	109.881	604.683	399.432
Uruguai	13.256	17.635	20.870	7.345	8.893	8.784	17.837	21.111	18.099	23.541
Paraguai	25	-	1.123	5.740	2.211	8.971	4.580	2.112	963	260
EUA	-	-	-	-	20	512	1.278	1.626	286	0
Outros	331	3.760	2.459	1.727	4.105	6.479	230	940	1.698	500
Total	191.370	203.034	166.373	95.838	24.176	34.075	28.196	135.671	625.729	423.734

⁽¹⁾ Até julho.
Fonte: Secex/Decex.

Produção catarinense

Em Santa Catarina a safra 2007/08 foi a maior desta década (Tabela 10). A razão principal para este aumento foi a decisão dos produtores em aumentar a área em 31,7%, ou 19,7 mil hectares a mais do que a safra anterior, que totalizou 62 mil hectares.

As microrregiões que produzem o cereal no estado estão na tabela 11. Por ordem de importância, as principais são: Xanxerê, Curitibanos, Canoinhas, Chapecó e Campos de Lages, as quais obtiveram produções, em 2007/08, de 57, 52, 39, 25 e 10 mil toneladas, respectivamente. Também, na mesma safra, a maior produtividade do estado foi em Canoinhas, seguida por Campos de Lages e Curitibanos. Apenas a microrregião de Concórdia diminuiu sua área plantada nesta safra, todas as demais aumentaram, refletindo as expectativas que os bons preços trouxeram.

A safra 2008/09 já foi semeada e as lavouras encontram-se em desenvolvimento. Acredita-se que a produção aumente 22,2% e a produtividade permaneça a mesma, ou seja, o aumento deve-se exclusivamente a uma maior semeadura. Contudo, há que se considerar que cerca de 14 mil hectares plantados na safra passada estavam destinados à produção de sementes. Para a próxima safra, a previsão da Conab é de que a área aumente para 21 mil hectares.

Com relação ao mercado, o preço do cereal para o produtor recuou um pouco em meados de agosto. No atacado o recuo foi mais significativo. Esta redução nos preços é consequência da chegada ao mercado do trigo argentino que chegou aos moinhos do Sudeste brasileiro a US\$ 385,00 a tonelada, bem como do ingresso do trigo dos Estados Unidos, o qual está cotado a US\$ 443,00 por tonelada.

Trigo

Este ano o governo isentou da TEC (Tarifa Externa Comum) o trigo importado de países fora da área do Mercosul e, por isso, o preço do produto nacional foi menor do que nos anos anteriores, pois os moinhos estão bem supridos. Os produtores nacionais são contra a prorrogação desta isenção, pois alegam que “não têm como concorrer com o trigo importado de países que concedem subsídios na origem. O cenário atual para o trigo é bem diferente do início do ano, quando o governo autorizou a importação de um milhão de toneladas do grão isento da TEC. Naquele momento os preços internacionais estavam elevados, o Brasil estava na entressafra e os estoques dos países do Mercosul estavam baixos.” (FAEP, agosto de 2008).

Os produtores alegam que “atualmente a conjuntura é outra: houve redução nos preços internacionais, a produção interna aumentou, e há possibilidade de importar trigo da Argentina, tradicional fornecedor de trigo para o Brasil”.

Tabela 10/I. *Trigo - Comparativo das safras de Santa Catarina - Safras - 1999/00-2008/09*

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
1999/00	24.861	45.440	1.828
2000/01	30.897	54.318	1.758
2001/02	51.007	79.865	1.566
2002/03	51.851	91.958	1.774
2003/04	77.541	171.969	2.218
2004/05	85.014	190.133	2.236
2005/06	59.952	106.514	1.777
2006/07	62.001	151.699	2.473
2007/08 ⁽¹⁾	81.675	203.336	2.490
2008/09 ⁽²⁾	99.800	248.502	2.490

⁽¹⁾ Dados sujeitos a alterações.

⁽²⁾ Fonte: IBGE.

Tabela 11/I. *Trigo - Comparativo de safras, segundo as microrregiões de Santa Catarina - Safras - 2005/06-2007/08*

Microrregião Geográfica	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾	2005/06	2006/07	2007/08 ⁽¹⁾
Campos de Lages	1.850	1.950	3.280	5.715	5.775	10.074	3.089	2.962	3.071
Canoinhas	8.815	7.520	12.295	16.288	18.492	39.440	1.848	2.459	3.208
Chapecó	10.645	11.245	12.915	13.167	20.526	25.297	1.237	1.825	1.959
Concórdia	1.043	883	855	1.284	1.371	1.229	1.231	1.553	1.437
Curitibanos	16.030	18.350	20.940	37.357	50.360	52.284	2.330	2.744	2.497
Ituporanga	0	55	0	0	132	0	-	2.400	-
Joaçaba	2.635	3.210	3.885	4.200	7.142	9.197	1.594	2.225	2.367
Rio do Sul	63	0	0	15	0	0	238	-	-
São Bento do Sul	66	156	610	78	294	1.452	1.182	1.885	2.380
São Miguel do Oeste	4.255	3.340	3.545	5.666	5.202	7.640	1.332	1.557	2.155
Xanxerê	14.550	15.297	23.350	22.744	36.852	56.721	1.563	2.409	2.429
Santa Catarina	59.952	62.006	81.675	106.514	146.146	203.334	1.777	2.357	2.490

⁽¹⁾ Dados sujeitos a alterações.

Fonte: IBGE.

Com a redução das cotações internacionais do produto, os preços recebidos pelos tricultores catarinenses caíram 4,4% no período de abril a julho de 2008 (Tabelas 12 e 13). A maior cotação média na Bolsa de Chicago, este ano, foi em março (US\$ 402,82 por tonelada). Em Julho (último dado disponível) este preço havia caído 26%, alcançando US\$ 298,77 a tonelada. No mesmo mês (julho) do ano passado a tonelada do trigo estava cotada a US\$ 218,7, ou seja, aumentou até julho deste ano 36,6%.

Tabela 12/l. *Trigo - Preços médios aos produtores de Santa Catarina - 2004-08*

Mês/ano	(R\$/sc ⁽¹⁾)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	29,63
Fevereiro	22,70	20,11	19,64	26,86	30,67
Março	22,77	20,91	18,00	26,67	34,07
Abril	24,76	23,07	19,00	26,67	37,07
Mai	28,86	22,72	19,18	26,91	36,30
Junho	29,80	21,86	19,95	27,58	36,19
Julho	27,89	20,36	20,29	28,11	35,44
Agosto	26,20	19,79	20,50	29,30	
Setembro	24,85	19,10	22,09	31,38	
Outubro	23,61	17,37	25,62	30,12	
Novembro	22,21	19,16	27,59	27,94	
Dezembro	20,91	20,00	27,71	28,33	
Média	24,96	20,40	21,78	28,17	34,20

⁽¹⁾ Saca 60kg de trigo pão/melhorador de PH78.
Fonte: Instituto Cepa/SC.

Tabela 13/l. *Trigo - Preços médios mensais do trigo na Bolsa de Chicago (CBOT) - 2006-08*

Mês	(US\$/t)		
	2006	2007	2008
Janeiro	123,1	...	341,64
Fevereiro	124,7	170,77	390,72
Março	130,99	168,9	402,82
Abril	129,27	173,45	323,7
Mai	143,94	178,58	285,87
Junho	137,6	207,63	311,59
Julho	143,3	218,7	298,77
Agosto	140,58	254,2	
Setembro	149,69	317,07	
Outubro	183,9	326,73	
Novembro	178,63	290,38	
Dezembro	177,84	335,92	

Fonte: Bolsa de Chicago.

Existe uma perspectiva de que os preços ao produtor voltem a crescer, em decorrência de uma redução da safra argentina, como também de uma certa valorização do real frente ao dólar.

Os preços mínimos de garantia de compra do governo estão na tabela 14. O governo decidiu por não reajustá-los até agora. Vale lembrar que, por tratar-se de produto alimentar estratégico e levando-se em conta a meta governamental de manter pelo menos 50% do consumo com origem nacional, a manutenção dos patamares atuais dos preços mínimos, embora ainda baixos quando comparados com os custos de produção, evitam a sinalização de desestímulo à produção por parte do governo.

Tabela 14/l. *Trigo - Preços mínimos de garantia - 2001-07*

Classificação/ano	(R\$/t)								
	Tipo 1 (PH 78)			Tipo 2 (PH 75)			Tipo 3 (PH 70)		
	2001	2002	2003 a 2007	2001	2002	2003 a 2007	2001	2002	2003 a 2007
Pão/Melhorador/Durum	225,00	285,00	400,00	213,43	270,42	379,54	195,79	248,07	348,17
Brando	195,79	248,07	348,17	186,07	235,75	330,88	166,61	211,09	296,27
Outros usos	125,22			116,35			107,49		

Fonte: Conab.

Márcia Janice Freitas da Cunha Varaschin

Uva

Uva - Quantidade produzida por Microrregiões Geográficas de Santa Catarina - 2007
(Total = 54.603 t)



Produção mundial

A videira é uma cultura planetária e sua produção pode ser realizada em todos os continentes, praticamente em qualquer país. Atualmente a cultura ocupa uma área aproximada de oito milhões de hectares, estando concentrada na Europa, onde se cultivam 4,8 milhões de hectares, dos quais 87% são destinados à produção de vinho.

A principal espécie econômica do gênero *vitis* é a **Vitis vinífera**, conhecida vulgarmente como uva europeia, com milhares de variedades entre brancas e tintas, para vinho, passas, mesa ou sucos. Em seguida vêm as uvas americanas e híbridas, especialmente para consumo in natura e sucos. Dessas também se fazem vinhos, espumantes e outras bebidas vnicas, especialmente no Brasil, onde é permitida a comercialização de vinhos feitos com esse tipo de uvas.

Os seus diversos usos têm uma forte ligação com a própria civilização. Pode ser consumida in natura, desidratada, como uva-passa, transformada em suco, em vinagre, em vinho ou mesmo seus destilados. O país que apresenta a maior área plantada de uva é a Espanha, seguida da França e Itália, que, juntas cultivam quase 3 milhões de hectares.

Depois dos países europeus, destacam-se também na produção de uvas a China e os Estados Unidos da América, ambos com mais de 5 milhões de toneladas, seguidos pela Turquia, Irã, Austrália, África do Sul, Índia, Grécia e Egito, todos com mais de 1 milhão de toneladas por safra. Além destes, a Argentina e o Chile, países vizinhos, com grande potencial de concorrência na produção de uvas para consumo in natura, passas, especialmente transformadas em vinhos finos.

Por limitações culturais, alguns desses países não são famosos na produção de vinhos, mas são, potenciais concorrentes do Brasil. A China é um exemplo, cuja área já se aproxima de 500 mil hectares (10 vezes superior à área plantada no Brasil), que pode entrar no mercado asiático com mais facilidade.

O Brasil já está entre os dez maiores exportadores da fruta in natura. Entre os maiores exportadores de uvas estão o Chile, a Itália e os Estados Unidos, os quais exportam, em média, cerca de US\$ 500

milhões anuais. No segundo grupo, há um conjunto de oito países, com exportação média anual em torno de US\$ 100 milhões, entre os quais aparecem México, África do Sul, Austrália e também a Argentina.

Produção nacional

A produção brasileira cresce, desde a década de 90, em taxas anuais que se aproximam de 10%. Isso decorre da ampliação significativa das exportações de uvas in natura e de sucos e também da ampliação das fronteiras da viticultura brasileira, nomeadamente pela inclusão de áreas onde a produção permite menor sazonalidade de preços e onde se podem obter duas safras por ano ou mais, caso do Nordeste e do Centro-Oeste, a primeira responsável por mais de 90% das exportações desse produto in natura.

Além da produção de uvas apirênicas (sem sementes) para consumo in natura, mais próprias para o mercado externo, a área cresce impulsionada também pelo cultivo de uvas para vinhos finos, com variedades européias em várias regiões do Brasil, especialmente no Nordeste brasileiro.

A concentração é uma marca de distinção na geografia da cultura no estado de Santa Catarina, no Brasil e no mundo. Fatores étnicos, culturais e religiosos desenharam essa distribuição; contudo, a competitividade decorrente da globalização desse mercado tem inviabilizado a sua expansão em áreas tradicionais.

Se a expansão no Novo Mundo inquieta ou assusta a Europa, no Brasil as novas regiões que até pouco se diziam inaptas para a produção de uvas, especialmente o Nordeste e o Centro-Oeste, têm demonstrado capacidade especial de competitividade.

Segundo estimativa da Fundação IBGE, a produção brasileira média de uvas das três últimas safras é de 1,5 milhão de toneladas. O estado do Rio Grande do Sul contribui com metade da produção nacional. Em seguida, o estado de São Paulo tem 18%, seguido por Pernambuco e Bahia.

São Paulo e Nordeste (Pernambuco e Bahia), diferentemente do Rio Grande do Sul, têm como objetivo principal a produção de uvas de mesa, enquanto que a maioria da produção gaúcha se destina à transformação em vinhos, mosto e sucos.

Produção catarinense

Também no estado de Santa Catarina aparecem novos pólos vitivinícolas na Serra Catarinense, especialmente na cidade de São Joaquim, uma das cidades mais frias do Brasil, que já concentra 226 hectares de uvas **Vitis viníferas**, próprias para a produção de vinhos finos e com produção de mais de 1000 toneladas de uvas, embora o primeiro vinhedo tenha sido implantado no ano de 2000.

A viticultura tem-se alargado também no oeste do estado, onde iniciativas inovadoras permitem vislumbrar novos tempos, pelas sucessivas perdas de renda com a produção de grãos. As microrregiões de Concórdia,

Uva

Chapecó e São Miguel do Oeste já têm implantados e em implantação centenas de hectares de uvas produzidos pela agricultura familiar, na esperança de sobrevivência em anos de estiagem e seca recorrentes.

Essas estiagens ou secas e as perdas subseqüentes com a produção de grãos geram perda de competitividade das culturas que dependem da produção de grãos. Isso tem estimulado o estado catarinense a encontrar novas alternativas de receita e renda para sua agricultura familiar.

Os laços culturais da população catarinense com a videira e a possibilidade de produção em todo o estado têm sido vistos como uma alternativa à complementação de renda. Além disso, a videira tem mais resistência às estiagens prolongadas que as culturas anuais e, mesmo que estas ocorram, as perdas de receita serão mais tênues.

O estado de Santa Catarina tem 4% da produção nacional de uva e ainda é o segundo produtor nacional de vinhos e mosto, patamar em que permanece estagnado. Apesar do avanço na área plantada o rendimento médio por hectare continua muito baixo em relação aos demais estados. Sua participação na produção de vinho se viabiliza, praticamente, pela importação de uvas do vizinho estado do Rio Grande do Sul.

A produção catarinense está concentrada na região do Alto Vale do Rio do Peixe, que ainda representa quase 60% da produção estadual. Aí se concentra a maioria das cantinas do estado, cuja produção está direcionada à elaboração de vinhos de mesa e espumantes, especialmente de uvas Niágara.

Há outros pólos tradicionais de produção no estado: nos municípios de Urussanga e Pedras Grandes, na região de Criciúma, em Rodeio e Nova Trento, todos eles assinalados pela presença de imigração italiana e, também, como dependentes de uvas de outras regiões.

Segundo dados do Levantamento Agropecuário Catarinense, realizado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, a diferença relativa entre a área plantada e aquela destinada à colheita implica o aumento de área em novas regiões produtoras no estado. Isto foi marcante nas microrregiões dos Campos de Lages (500%), Chapecó (50%), São Miguel do Oeste e Tijucas (40%).

O trabalho de difusão realizado pela Epagri, com orientação e multiplicação de material vegetativo de alta qualidade adequado às características e ao clima das distintas regiões do estado, foi decisivo para isso.

Mercado

O grande gargalo dessa produção é, contudo, o mercado. A perecibilidade do produto in natura e a ampliação de áreas com produção menos concentrada em poucos meses tornam a produção familiar muito suscetível ao excedente do mercado externo nordestino e, especialmente, dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Quanto ao mercado do vinho, enquanto se discute os efeitos benéficos à saúde pelo seu consumo moderado e regular, acompanha-se uma queda generalizada no consumo per capita, especialmente nos países europeus que têm o vinho arraigado em sua cultura, em particular na França e na Itália.

Dos países fora da Europa, somente a Argentina, e agora a Austrália, têm seu consumo superior a 20 litros per cápita/ano. Os Estados Unidos da América ainda permanecem longe da metade do consumo argentino, enquanto que no Brasil, segundo a Embrapa, o consumo é estimado em dois litros.

Há excedentes no mercado internacional e Brasil, Estados Unidos, China, Japão e Índia ainda não dispõem de produção interna capaz de suprir eventual aumento de consumo. Sem barreiras culturais ou religiosas, o Brasil é um sério candidato a receber esses excedentes, principalmente da Argentina e do Chile.

A competitividade também pode ser vislumbrada nos preços dos vinhos importados. A França, Espanha e Portugal, tradicionais importantes e fornecedores de vinhos finos ao mercado brasileiro, têm sua exportação FOB média realizada a US\$ 3 por litro, enquanto os produtos da América do Sul, especialmente da Argentina e do Chile, por sua capacidade de suprimento, têm hoje uma cotação média em torno de US\$ 1,70 e US\$ 2,00/litro, respectivamente. Além disso, em virtude da facilidade de transporte entre países de fronteiras limítrofes e das tarifas preferenciais dos acordos firmados no âmbito do Mercosul, novamente a Argentina tem uma enorme vantagem.

A situação é ainda mais complicada pelo acúmulo crescente, safra a safra, de vinhos produzidos com uvas americanas ou de baixa qualidade, cujo destino é a venda ao estado para destilação ou transformação em bebidas vínicas distribuídas no varejo em embalagens impróprias para o acondicionamento de bebidas que contêm álcool, muitas vezes comercializado com o nome de vinho estampado em alguns rótulos.

Os impostos que incidem sobre insumos básicos e as barreiras de acesso a eles para os produtores de vinhos finos de qualidade são desafios na concorrência à qual esses vinhos estão expostos.

O setor vitivinícola brasileiro apresenta particularidades em relação aos tradicionais produtores de vinho. No Brasil, o vinicultor não é necessariamente produtor de uvas, o que gera tensões anuais e falta de união no encaminhamento de ações que visam ao desenvolvimento de uma marca nacional de vinhos de qualidade. O excedente da produção de uvas de mesa é transformado em vinho, o que gera excedentes somados àquele anteriormente mencionado. Estes, por sua vez, se transformam em matéria-prima para produtos vínicos de baixa qualidade que competem e comprometem a imagem do vinho nacional e, particularmente, do vinho de Santa Catarina.

Quanto aos vinhos finos, a produção de Santa Catarina ainda é pequena, mas já encontra dificuldades na apresentação e no marketing de seus produtos, principalmente porque a Argentina e o Chile exploram as particularidades desses países e têm, contrariamente ao vinho brasileiro, um bom conceito no mercado interno. Além disso, as fraudes, o contrabando ou descaminho e os impostos incidentes em cascata sobre o produto facilitam a concorrência destes vizinhos.

A tipicidade é o valor a ser distinguido pelos produtores catarinenses quanto ao restante do País. Como a nossa produção é pequena e dispersa, as ações de marketing passam necessariamente pela coragem da promoção de amostras e concursos que divulguem seus produtos e gerem competição entre os vinicultores.

Uva

A criação da Associação Catarinense de Produtores de Vinhos Finos de Altitude – Acavitis –, com o objetivo de apoiar instituições de pesquisa e a promoção de seus vinhos e dar uma nova visibilidade aos vinhos finos catarinenses, pode representar um importante e decisivo passo para eliminar o preconceito em relação aos vinhos nacionais e, em especial, aos vinhos catarinenses.

O enoturismo é uma outra alavanca propulsora da vitivinicultura em todo o mundo. No Brasil, com raras exceções, há muito por ser feito para que empresários de regiões vinícolas e agências de turismo passem a incorporar e compreender o potencial desse produto turístico.

O aumento das vendas de vinhos no Brasil pode ser influenciado pelo afluxo de turistas europeus a regiões tradicionalmente não consumidoras de vinhos, como o Nordeste, e pela freqüente publicidade em torno das pesquisas que comprovam o resultado positivo do vinho para a saúde em um país de consumo per cápita tão baixo.

Se o posicionamento e o conceito de produção de vinhos finos é um ponto muito forte na virada dessa viticultura, a distância entre a produção tecnológica e as necessidades imediatas dos produtores é um gargalo determinante, especialmente na viticultura, por se tratar de uma região totalmente nova. Alia-se a isso os preconceitos já tratados anteriormente.

Quanto ao estímulo à viticultura é importante entender que, sem um sistema de comercialização ou transformação eficiente, a competitividade do agricultor familiar fica comprometida por práticas oligopsônicas de mercado, onde poucos compradores determinam preço e condições de comercialização quando a oferta se amplia, especialmente em produtos de alta pericibilidade.

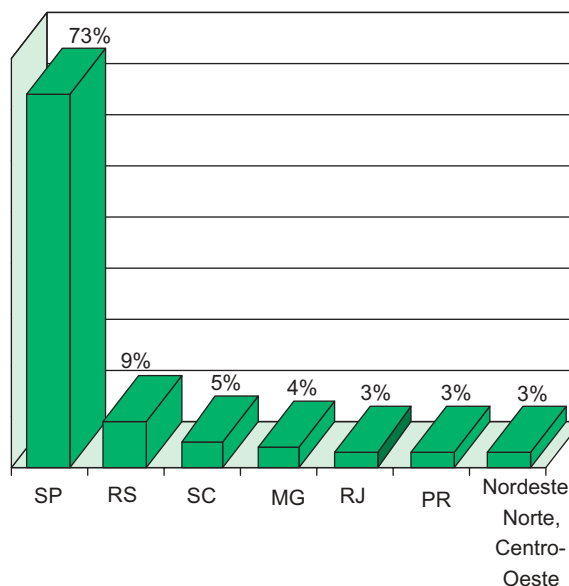
Francisco Assis de Brito

Situação Nacional

A floricultura brasileira vem adquirindo notável desenvolvimento nos últimos anos e já se caracteriza como um dos mais promissores segmentos da horticultura intensiva no campo dos agronegócios nacionais. Observa-se em todo o País um movimento marcado por fortes índices de crescimento da base produtiva com inclusão de novos pólos geográficos. Segundo estimativas, nos últimos anos a atividade passou a agregar mais de 5.000 produtores, os quais cultivam uma área, de aproximadamente, de 8.500 hectares.

A sustentação econômica essencial da atividade é garantida pelo vigor do mercado interno que, em 2007, atingiu movimentação entre R\$ 2,4 e R\$ 2,5 bilhões, englobados neste cálculo, além de plantas, acessórios e serviços da floricultura. Já o aumento da produção nacional no mesmo período foi de 22%.

O estado de São Paulo é o principal produtor de flores e plantas ornamentais, correspondendo a 73% da produção nacional. Rio Grande do Sul vem em segundo lugar (9%), seguido de Santa Catarina (5%), Minas Gerais (4%), Rio de Janeiro (3%), Paraná (3%). As regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste respondem por 3% da produção nacional (Figura 1).



Fonte: Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais.

Figura 1/I. Flores e plantas ornamentais - Participação percentual por estado/região na produção nacional - 2007

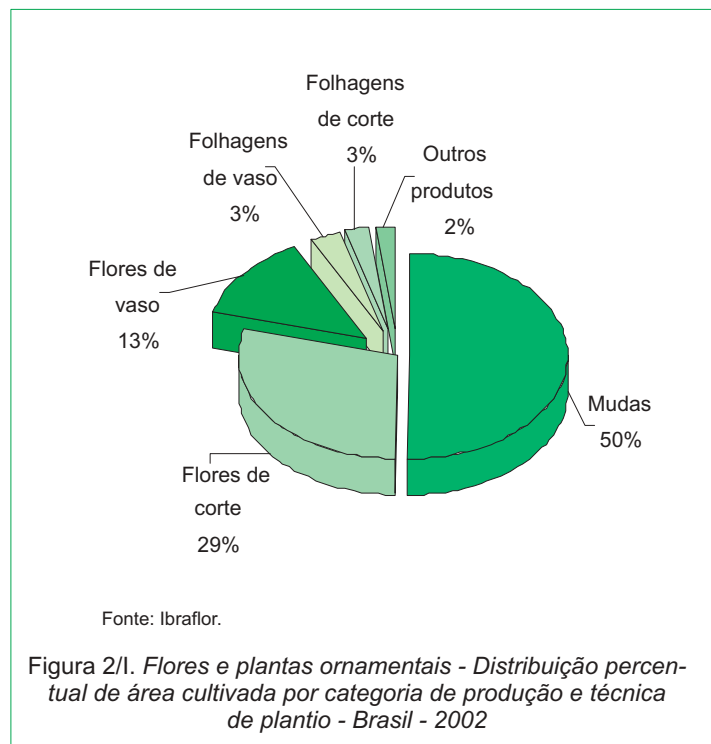
Flores e plantas ornamentais

O setor emprega duas vezes mais trabalhadores do que a agropecuária nacional, gerando em média 3,7 empregos diretos/ha dedicados à floricultura. Desses, em torno de 95% são preenchidos com mão-de-obra permanente, sendo mais de 80% desta contratada, ao passo que o trabalho familiar responde por, aproximadamente, 20% do total, evidenciando assim o seu inquestionável papel e importância socioeconômica.

No Brasil, de acordo com a Câmara Setorial da Cadeia de Flores e Plantas Ornamentais, o agronegócio da Floricultura é responsável pela geração de cerca de 170 mil empregos, dos quais 84 mil (49,4%) estão na produção, 6 mil (3,5%) relacionados à distribuição, 68 mil (40,0%) no comércio varejista e 12 mil (7,1%) em outras funções. Em todo o mundo, o setor produz o equivalente a US\$ 16 bilhões, gerando emprego e renda para pequenos agricultores e empresários.

De alta densidade econômica, a produção de flores e plantas ornamentais propicia rendimentos potenciais entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil por hectare. Grande parte da atividade concentra-se em propriedades de até 10 hectares dos quais, em média, 3,5 são dedicados à floricultura, exceto no estado de Goiás, cuja área média de cultivo é de 6,3 hectares – a maior nacional. O estado destaca-se na produção de palmeiras e de outras plantas ornamentais de maior porte, o que explica as maiores dimensões físicas de cultivo.

A distribuição da área cultivada com flores e plantas ornamentais no Brasil é de 50,4% para mudas; 13,2% para flores em vasos; 28,8% para flores de corte; 3,1% para folhagens em vasos; 2,6% para folhagens de corte e 1,9% para outros produtos da floricultura (Figura 2).



Exportações nacionais

Nos últimos anos, o crescimento e a profissionalização do setor permitiram a conquista e a ampliação do mercado externo. Mesmo assim, o Brasil ainda não figura entre os exportadores tradicionais de Flores e Plantas Ornamentais, uma vez que a participação das exportações no valor global da floricultura brasileira está avaliada em 2,7% e a participação brasileira no fluxo internacional dessas mercadorias é de apenas 0,22%. Em 2007, as exportações dos produtos da floricultura brasileira atingiram o valor de US\$ 35,2

Flores e plantas ornamentais

milhões, um aumento de 8,2% em relação ao ano anterior. Apesar de positivos, os resultados acabaram aquém das médias de crescimento observadas nos anos anteriores.

Por outro lado, as importações em 2007 cresceram 18% em relação a 2006 e o saldo comercial terminou o ano com superávit de US\$ 24,5 milhões. De janeiro a julho de 2008, o Brasil exportou US\$ 22,4 milhões em flores e plantas ornamentais, já as importações no mesmo período atingiram US\$ 9,6 milhões, com saldo positivo de US\$ 12,8 milhões (Tabela 1).

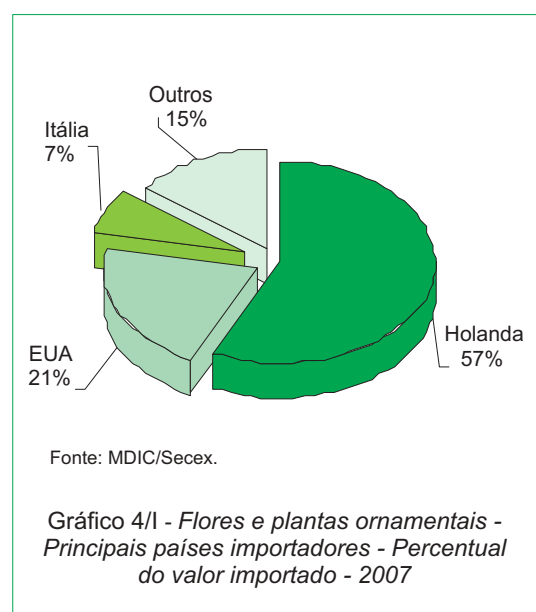
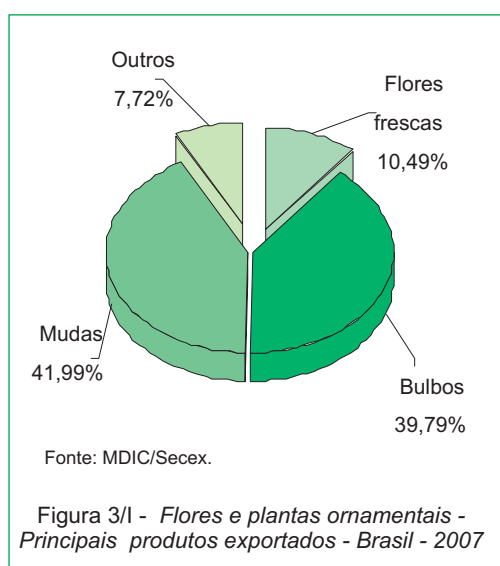
Tabela 1/I. Flores e plantas ornamentais – Balança comercial brasileira dos produtos da floricultura – 2005-08

(milhões US\$ FOB)				
Item	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Exportação	27,6	32,3	35,2	22,4
Importação	5,6	8,7	10,7	9,6
Saldo	22,0	23,6	24,5	12,8

⁽¹⁾ Até julho 2008.
Fonte: MDIC/Secex.

Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2007 foram: mudas de flores e plantas ornamentais, com 41,99% do total das exportações; bulbos, tubérculos e rizomas em repouso vegetativo, com 39,73%; e flores frescos cortados com 10,49% (Figura 3).

Holanda e Estados Unidos continuam como parceiros comerciais mais importantes da floricultura brasileira entre os 30 destinos compradores, especialmente na Europa. Em 2007, os dois países juntos foram responsáveis por 77% do valor das exportações brasileiras do setor. A Holanda continua imbatível como destino principal em termos de valor comercializado, respondendo por 57% do total. Os Estados Unidos ocupam o segundo lugar com 21% da fatia exportada, seguida da Itália, Japão, Uruguai e Bélgica (Figura 4).



Flores e plantas ornamentais

Mercado interno nacional

Além de investir em estratégias voltadas para a exportação, os produtores estão atentos às oportunidades oferecidas pelo mercado interno. A rosa permanece como a flor preferida pelo consumidor nacional, mas tem crescido o interesse pelas orquídeas, gérberas, violetas e as chamadas “plantas verdes”. Para atender às expectativas desse mercado, os produtores investem em novas variedades, com novas cores e tamanhos e, sobretudo, com maior durabilidade.

No mercado doméstico, segundo dados do Ibraflor, avalia-se que o a floricultura brasileira movimenta, anualmente, um valor global em torno de R\$ 2,5 bilhões, valor que envolve todos os elos do processo produtivo comercial. Em 2007 o consumo nacional foi de aproximadamente US\$ 7 per capita, 67% maior que o de 2006, que foi de US\$ 4,7. Mas o consumo potencial dos brasileiros é de pelo menos o dobro do atual, se superadas as restrições geradas por aspectos econômicos e culturais de ampla parcela da população, além da superação de entraves logísticos importantes ao longo da cadeia produtiva.

Os principais mercados atacadistas estão concentrados no estado de São Paulo, envolvendo cerca de 800 agentes e movimentando, anualmente, entre US\$ 487 e US\$ 668 milhões. Ressalte-se que alguns desses mercados incorporam as mais modernas técnicas de comercialização, tais como o sistema de leilões próprios do modelo Veiling Holandês e a comercialização eletrônica de mercadorias, destacando-se de todo o restante da horticultura comercial no Brasil.

Com base no comportamento dos principais mercados atacadistas e empresas exportadoras, a comercialização de flores e plantas ornamentais em 2007 apresentou a seguinte composição: Região Sudeste: 78,0%; Região Sul: 13,1%; Região Centro-Oeste: 3,6%; Regiões Norte e Nordeste: 2,6%.

A distribuição varejista de flores e plantas ornamentais em todo Brasil conta com cerca de 20 mil pontos de vendas. A tendência é a consolidação de alternativas mais modernas e dinâmicas de distribuição, capazes de inovar e fornecer diferenciais significativos, não apenas de preços, mas também de comodidade, conforto e convivência, como supermercados e gardens centers.

Situação estadual

Santa Catarina é o terceiro maior produtor e vendedor nacional de flores e plantas ornamentais, respondendo por 5% da produção e 7% das vendas (Sebrae/2006). A área total cultivada no estado é de aproximadamente 1.600 hectares, os quais estão distribuídos em 112 municípios e três grandes pólos produtivos: **Litoral Norte**, o maior pólo do setor da floricultura no estado e primeiro produtor de plantas ornamentais, flor de corte e plantas em vasos, com expressiva produção também no segmento grama; **Vale do Itajaí**, que se destaca nos segmentos de plantas ornamentais, gramas e forrações; e **Grande Florianópolis**, que detém o primeiro lugar na produção de gramas e forrações.

Em onze anos (1997 a 2008), a floricultura catarinense deu um salto tanto em termos quantitativos como qualitativos e dá mostras de que pode crescer ainda mais, quer nos aspectos técnicos, gerenciais

Flores e plantas ornamentais

ou de organização do setor. Em 2007, segundo estimativas do Ibraflor, o crescimento da floricultura no estado ficou entre 20% e 25%.

Dados do Catálogo de Produtores de Flores e Plantas Ornamentais, publicados pela Epagri, afirmam que em 2002 havia em Santa Catarina 370 produtores. No entanto, segundo estimativas da própria Epagri, nos últimos seis anos em torno de 130 agricultores ingressaram na atividade de floricultura, a grande maioria destes (cerca de 90%), no segmento plantas ornamentais. O ingresso deste significativo número de produtores no segmento acima mencionado contribuiu para elevação da área média e da área total cultivadas com flores e ornamentais no estado (Tabela 2).

Tabela 2II. Flores e plantas ornamentais – Evolução da floricultura catarinense 1997-2007

Item analisado	Ano		
	1997	2002	2007 ⁽¹⁾
Produtores (nº)	115	370	500
Municípios com produção (nº)	25	112	112
Área total cultivada (ha)	342	917	1800

⁽¹⁾ Estimativa da Epagri.
Fonte: Epagri/Cepa.

Além deste aspecto, verificou-se em 2007 o aumento de área plantada e de faturamento, especialmente por parte dos produtores já estabelecidos e consolidados na atividade. Entretanto, segundo análise do Ibraflor, o aumento de faturamento esteve associado de forma mais significativa à melhora do nível técnico, da qualidade dos produtos, de valor agregado e de um melhor posicionamento no mercado do que propriamente ao aumento de área plantada.

Observou-se uma queda na produção de sementes no último período, que, segundo os produtores, está relacionada a fatores climáticos, temperatura e principalmente ao desequilíbrio ambiental provocado por diversos fatores, entre eles o uso abusivo de agrotóxico em lavouras, que diminuiu a população de insetos/animais polinizadores das deferentes espécies. O volume de semente comercializada e exportada diminuiu devido à falta de oferta do produto, pois existe demanda de 150 a 200 toneladas por ano.

Uma característica marcante da atividade no Estado, a exemplo do Brasil, é o cultivo em pequenas propriedades familiares, cuja área média dedicada à floricultura é de 3,3 hectares. Os segmentos gramas e plantas ornamentais são os que têm maior área média cultivada, com 5,5 e 4,5 hectares respectivamente. No outro extremo encontram-se os segmentos das forrações e flores de corte, com 1,4 e 1,5 hectares respectivamente. O faturamento médio por hectare cultivado é mais expressivo nos segmentos de forrações, flores de corte e flores de vaso, seguido pelo segmento de gramas. Já o principal segmento do estado – plantas ornamentais – apresenta faturamento médio por hectare inferior à média do setor. Mesmo sendo os que apresentam melhor faturamento médio por hectare, os segmentos forrações, flores de vasos e flores de corte continuam pouco representativos no estado, uma vez que a vocação e o perfil do produtor catarinense continuam voltados para plantas ornamentais, forrações e gramas, segmentos que juntos respondem por, aproximadamente, 83% da área cultivada (Tabelas 3 e 4).

Flores e plantas ornamentais

Tabela 3/l. Flores e plantas ornamentais - Indicadores variados, discriminados por segmento em Santa Catarina - 2004

Segmento	Tamanho médio das propriedades (ha)	Faturamento por ha/ano (R\$)
Plantas ornamentais	4,5	26.910,4
Gramas	5,5	45.403,2
Forrações	1,4	59.566,9
Flor de corte	1,5	8.289,0
Flor em vaso	1,6	58.967,6
Outros	0,5	59.610,8
Total	3,7	33.513,9

Fonte: Sebrae.

Tabela 4/l. Flores e plantas ornamentais - Distribuição por segmento – Santa Catarina - 2004

Segmento	Produtor	Área cultivada (%)
Plantas ornamentais	52,3	64,2
Forrações	14,9	5,5
Gramas	16,2	24
Flor de corte	8	3,3
Plantas em vasos	6,3	2,7
Outros	2,3	0,3
Total	100	100

Fonte: Sebrae.

Exportações estaduais

Em 2007, as exportações catarinenses de plantas vivas e produtos da floricultura cresceram 53,4% em relação a 2006, mesmo assim continuam pouco expressivas tanto em termos absolutos quanto percentuais. Estas representaram pouco mais que 1% do valor total das exportações setoriais brasileiras (Tabela 5).

Tabela 5/l. Flores e plantas ornamentais - Principais estados exportadores e valor das exportações - 2003-07

Estado	2003	2004	2005	2006	2007
São Paulo	15,72	19,06	20,14	22,12	25,34
Ceará	1,08	2,09	2,96	4,78	4,99
Rio Grande do Sul	1,89	1,82	2,16	2,72	2,32
Minas Gerais	1,72	1,48	1,50	1,66	1,54
Santa Catarina	0,21	0,33	0,18	0,29	0,45
Brasil	21,40	25,36	27,64	32,31	35,27

Fonte: MDIC/Secex.

Os principais destinos das vendas externas de flores e de plantas ornamentais de Santa Catarina são a Espanha, Itália, Holanda e Alemanha. As mudas de plantas ornamentais consti-

tuem os produtos mais vendidos, respondendo por cerca de 42% do total, seguidas pelas mudas de orquídeas (29%), folhagens, folhas e ramos frescos para buquês (26%) e folhagens, folhas e ramos secos para buquês, com 2,6% das exportações catarinenses.

Mercado Interno estadual

Cerca de 90% da produção Catarinense é comercializada no mercado local, regional e estadual. Fora do estado, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo são os principais compradores brasileiros (domésticos). Além destes, nos últimos anos cresceram as vendas catarinenses para Minas Gerais, Goiás e Bahia.

Os principais canais de comercialização são os floristas (47,6%); atacadistas (37,3%); floriculturas próprias (28,6%); Mercator (2,7%); e Gardens (1,4%). Grande parcela (79%) das vendas realizadas pelo setor catarinense de flores e plantas ornamentais é passiva, ou seja, resultante da ação espontânea de compradores, sendo que apenas 21% destas são decorrentes de estratégias empresariais ativas.

Perspectivas para 2008

Os últimos anos têm sido assinalados pelo expressivo crescimento do setor da floricultura nacional e este deve continuar crescendo a índices superiores a 20% ao ano. As perspectivas para aumentar as exportações também são boas, mas é preciso ter sempre em mente que os mercados compradores externos são muito exigentes e há muita oferta de bons produtos no mercado internacional.

No entanto, mesmo apresentando excelentes resultados e ótimas perspectivas, quer nas vendas domésticas ou nas exportações, este segmento ainda apresenta grande potencial a ser explorado, desde que sejam superadas as restrições à participação brasileira no mercado internacional, entre as quais podem-se citar: a não adequação a padrões de qualidade; problemas relacionados à questão fitossanitária e de ordem tributária; e a falta de uma infra-estrutura logística adequada para escoamento da produção em nível competitivo.

Os produtores e fornecedores terão que se adaptar a um mercado de pressão contínua e estarem atentos para alguns itens, como a persistente baixa de preços, o aumento geral qualidade, os padrões de apresentação, de logística de distribuição e de agregação de valor ao produto final, além da diversificação e incorporação de novos itens na prestação de serviços, na qualidade de atendimento e no relacionamento com o cliente.

No âmbito dessas preocupações, a vida associativa, institucional e corporativa poderá representar um dos mais importantes diferenciais. O fortalecimento dos órgãos e entidades de representação setorial – em nível nacional, o Ibraflor e a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais; em nível estadual, o Mercaflor e a Associação dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais de Santa Catarina (Aproesc) – será de fundamental importância para a gestão e o encaminhamento de soluções concretas para problemas comuns.

Em Santa Catarina, o mercado de flores e plantas ornamentais, em especial plantas para o paisagismo, que é o carro-chefe do estado, impulsionado principalmente pelo revigoramento da construção civil, continuará crescendo em torno de 20% ao ano. Mesmo não perdendo de vista o mercado internacional, a grande aposta do estado continuará sendo no mercado interno (estadual e nacional).

Para os produtores tradicionais, a comercialização no próximo período deve ocorrer com uma leve tendência de preços mais baixos para os produtos, tendo em vista que os novos produtores têm entrado no mercado através da estratégia de baixar preços. Estes novos produtores, sem acesso ao mercado, continuarão a enfrentar dificuldades para comercializar o seu produto, uma vez que são oriundos da agricultura tradicional, na qual não adotavam estratégias de vendedores. Esta situação requer uma nova postura não apenas individual, mas essencialmente de organização do setor, sendo que o associativismo apresenta-se como estratégia fundamental para os produtores, especialmente para os que estão ingressando no mercado da floricultura.

Flores e plantas ornamentais

Para que o mercado da floricultura seja potencializado é necessário ainda um intenso e bem definido programa de profissionalização da base produtiva do setor, incluindo produção, transporte, distribuição, armazenamento e organização da produção. Outro desafio do setor é vencer a falta de integração entre todos os elos da cadeia produtiva, formada por empresas de insumos, produtores, mercados, atacadistas, distribuidores, pontos de vendas e consumidores.

Salete Maria Cardoso Pereira

Síntese da comercialização de hortifrutigranjeiros na Ceasa/SC - Unidade de São José

Durante o ano de 2007, o volume de hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios e não alimentícios comercializados no atacado na Ceasa/SC foi de 270,80 mil toneladas.

O preço médio ponderado pago por quilo de produto praticado durante o ano em estudo foi de R\$ 0,90, movimentando financeiramente o valor aproximado de R\$ 242,57 milhões nas operações comerciais.

Entre os grupos de produtos analisados, o das frutas destacou-se, sendo responsável por 53,3% do movimento financeiro nesta unidade.

O estado de Santa Catarina foi responsável por 44,9% do volume de hortifrutigranjeiros ofertados no atacado na Ceasa/SC, fato que gerou um montante da ordem 97,07 milhões de reais nas operações comerciais.

Entre os principais produtos comercializados por esta instituição, destacaram-se a batata inglesa, o tomate longa vida, a laranja, o mamão e a cebola.

Batata inglesa

Durante o ano, o volume comercializado atingiu um total de 32,84 mil toneladas. O preço médio ponderado pago por quilo deste produto foi de R\$ 0,66 e movimentou financeiramente o valor aproximado de R\$ 21,72 milhões nas operações comerciais.

Tomate longa vida

O volume comercializado foi de 26,03 mil toneladas. O preço médio ponderado pago por quilo foi de R\$ 0,95 e movimentou financeiramente o valor aproximado de R\$ 24,82 milhões nas operações comerciais.

Hortigranjeiros na Ceasa/SC

Laranja

O volume comercializado foi de 21,26 mil toneladas. O preço médio ponderado pago por quilo foi de R\$ 0,75, movimentando financeiramente o valor aproximado de R\$ 15,93 milhões nas operações comerciais.

Mamão

O volume comercializado foi de 17,19 mil toneladas. O preço médio ponderado pago por quilo foi de R\$ 1,11 e movimentou financeiramente o valor aproximado de R\$ 19,06 milhões nas operações comerciais.

Cebola

O volume comercializado foi de 15,32 mil toneladas. O preço médio ponderado pago por quilo foi de R\$ 0,61 e movimentou financeiramente o valor aproximado de 9,34 milhões de reais nas operações comerciais.

Estatísticas dos produtos comercializados e analisados na Ceasa/SC - Unidade São José

Através da parceria entre as Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (Ceasa/SC) e o Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa), foi possível a partir de abril/2007 elaborar, analisar e divulgar o boletim mensal por grupo de produtos divididos da seguinte forma:

1. Hortaliças de folha, flor, haste e fruto;
2. Hortaliças de raiz, bulbo, tubérculo e rizoma;
3. Frutas nacionais e importadas;
4. Aves e ovos;
5. Atípicos alimentícios e não alimentícios.

No ano de 2007, foi realizado o monitoramento e análise dos seguintes produtos hortigranjeiros: batata doce, beterraba, cenoura, chuchu, couve-flor, maçã, maracujá, morango, pimentão e repolho, conforme demonstrado na tabela 1.

Estes produtos são representativos econômica e socialmente para o estado de Santa Catarina, principalmente para a Mesorregião da Grande Florianópolis e Região Serrana, onde se concentra a produção de hortifrutigranjeiros comercializados na Unidade de São José.

Hortigranjeiros na Ceasa/SC

Tabela 1/I. Origem e volume de produtos hortifrutigranjeiros monitorados pela Ceasa/SC - 2007



Estado/ Produto	Origem e volume															
	Bahia		Espírito Santo		Minas Gerais		Paraná		Rio G. do Sul		Santa Catarina		São Paulo		Total/produto	
	t	%	t	%	t	%	t	%	t	%	t	%	t	%	t	%
Batata-doce	-	-	-	-	-	-	28,32	0,83	-	-	3.262,03	95,84	113,16	3,32	3.403,51	6,00
Beterraba	-	-	27,59	0,71	24,86	0,64	95,77	2,47	564,56	14,58	2.753,90	71,10	406,47	10,49	3.873,15	6,82
Cenoura	-	-	-	-	1.729,63	15,77	504,20	4,60	1.707,90	15,57	4.495,68	40,98	2.532,33	23,08	10.969,73	19,33
Chuchu	-	-	627,22	10,79	-	-	265,69	4,57	-	-	4.335,65	74,55	586,92	10,09	5.815,48	10,25
Couve-flor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.124,93	100,00	-	-	5.124,93	9,03
Maçã	-	-	-	-	-	-	542,80	4,18	271,33	2,09	11.752,56	90,61	404,13	3,12	12.970,82	22,86
Maracujá	12,95	0,87	0,75	0,05	-	-	4,77	0,32	-	-	1.242,17	83,36	229,55	15,40	1.490,18	2,63
Morango	4,08	0,15	-	-	911,34	32,63	9,55	0,34	24,94	0,89	1.829,07	65,49	14,03	0,50	2.793,02	4,92
Pimentão	-	-	161,99	4,51	6,50	0,18	31,15	0,87	-	-	2.958,89	82,37	433,78	12,08	3.592,32	6,33
Repolho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.718,43	100,00	-	-	6.718,43	11,84
Total	17,03	0,03	817,55	1,44	2.672,33	4,71	1.482,25	2,61	2.568,73	4,53	44.473,31	78,36	4.720,36	8,32	56.751,56	100,00

Fonte: Ceasa/SC.

Renê Alberto Osório

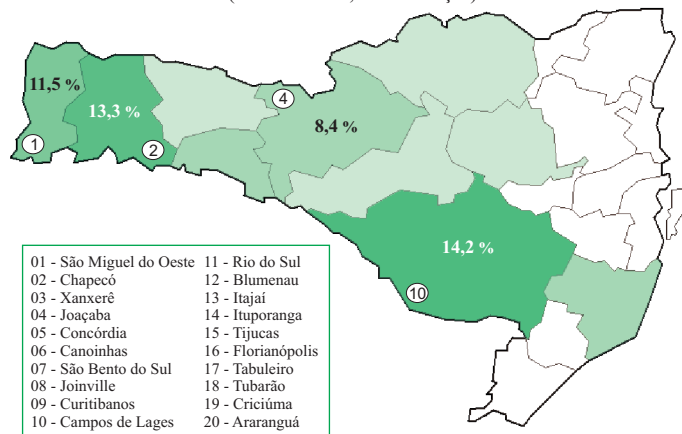
Calendário agrícola

Produto	Fase	MÊS											
		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Alho	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Arroz	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Banana	Colheita												
	Comerc.												
Batata	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Cebola	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Feijão 1º Safra	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Feijão 2º Safra	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Fumo	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Mandioca	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Milho	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Soja	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Trigo	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Tomate	Plantio												
	Colheita												
	Comerc.												
Maçã	Colheita												
	Comerc.												

 Maior concentração.
 Menor concentração.

Fonte: Epagri/Cepa.

Efetivo bovinos por Microrregiões Geográficas - Santa Catarina - 2006
(Total = 2.864,6 mil cabeças)



Mercado internacional

O maior produtor mundial de carne bovina, os Estados Unidos, segundo o USDA, deveria aumentar sua produção em 1,6% em 2007. O Brasil, segundo maior produtor e maior exportador, cresceria 7,6%. O maior crescimento de produção seria da China (9,6%), que é o quarto produtor. A União Européia é a terceira em produção (Tabela 1).

Os Estados Unidos são os maiores consumidores e ocupam a quarta posição como exportadores. O Brasil, sendo o quarto consumidor, deveria no ano de 2007 continuar sendo o maior exportador, ainda que consumisse 8,3% a mais que no ano anterior. A China manteria seu consumo crescente limitado a sua produção. A União Européia, segunda consumidora, importaria o suficiente para ser o quarto importador.

Os maiores importadores seriam os Estados Unidos, a Rússia e o Japão. Além dos quatro importadores citados, são mercados potenciais o México, Egito, Coreia do Sul e Filipinas. Destes grandes importadores,

não importam do Brasil o Japão, o México, a Coreia do Sul e as Filipinas, que estão na mira dos negociadores brasileiros. A previsão do USDA de que o Brasil exportaria em 2007 mais do que em 2006 não se confirmou: o Brasil exportou menos.

Tabela 1/I. Carne bovina - Principais países do mercado - 2006-07

País	Produtor		Consumidor		Importador		Exportador	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
USA	11.981	12.171	12.834	12.828	1.399	1.329	519	687
Brasil	9.020	9.710	6.964	7.540	-	-	2.084	2.200
U.E.	8.150	8.125	8.649	8.575	717	550	68	100
China	7.050	7.730	6.967	7.682	-	-	-	-
Argentina	3.100	3.170	2.553	2.640	-	-	552	535
Índia	2.375	2.655	1.694	1.855	-	-	681	800
Austrália	2.183	2.075	-	-	-	-	1.430	1.360
México	2.175	2.225	2.519	2.603	383	420	-	-
Canadá	1.391	1.230	1.086	1.035	180	250	470	450
Federação Russa	1.430	1.340	2.361	2.462	939	1.130	-	-
Nova Zelândia	-	-	-	-	-	-	530	525
Japão	-	-	1.159	1.157	678	650	-	-
Coreia do Sul	-	-	-	-	298	310	-	-
Filipinas	-	-	-	-	136	160	-	-
Egito	-	-	-	-	291	300	-	-
Uruguai	-	-	-	-	-	-	460	415
Outros	10.565	10.475	11.925	12.162	1.820	2.127	693	584
Total	59.420	60.906	58.711	60.539	6.841	7.226	7.487	7.656

(*) Em equivalente carcaça.

Fonte: Usda.

Carne bovina

Mercado nacional

Quando se examina o quadro de abates de bovinos no Brasil nos últimos quatro anos, verifica-se que, nos três primeiros, o mês de maior abate foi agosto, tendo caído depois. Nestes anos o aumento de abate foi de 4,8% em 2005 e de 8,3% em 2006. No último ano, o abate diminuiu 3,6%. No ano de 2007, que se revela diferente dos demais, o maior abate foi em março e no primeiro trimestre, tendo caído depois, nos outros três trimestres. Foram estas quedas que fizeram o abate de 2007 ser menor que no ano anterior. Na verdade, segundo o IBGE, não houve só queda de abate, mas também de rebanho, o qual diminuiu 1,7 milhão de cabeças em 2007. Esta redução tem a ver com o abate de matrizes ocorrido nos anos anteriores, fazendo com que o abate geral diminuísse mais acentuadamente a partir de março de 2007. Iniciou-se aí a diminuição de oferta que impulsionou os preços que já estavam crescendo no mercado internacional (Tabela 2).

Tabela 2/I. Brasil - Abates mensais de bovinos⁽¹⁾ - 2004-07
(1.000 cab.)

Período	2004	2005	2006	2007 ⁽²⁾	2007/06(%)
Janeiro	2.698	2.846	3.110	3.461	11,3
Fevereiro	2.480	2.603	2.736	3.014	10,2
Março	2.978	3.014	3.409	3.568	4,7
Abril	2.769	3.107	2.970	3.239	9,0
Mai	2.955	3.212	3.558	3.555	-0,1
Junho	3.100	3.311	3.470	3.001	-13,5
Julho	3.029	3.254	3.307	3.148	-4,8
Agosto	3.100	3.382	3.548	3.205	-9,7
Setembro	3.045	3.066	3.304	3.078	-6,8
Outubro	2.805	2.464	3.437	2.917	-15,1
Novembro	2.732	2.813	3.225	2.844	-11,8
Dezembro	2.880	3.162	3.186	2.813	-11,7
Total	34.570	36.234	39.259	37.844	-3,6

⁽¹⁾Abates totais.

⁽²⁾Preliminar.

Fonte: Safras & Mercado.

A produção de carne, no entanto, continuou crescendo em 2007, o que revela o abate de animais mais pesados. O contrário havia ocorrido no ano anterior, quando um abate maior produziu menos carne, ou seja, foram abatidos animais de menor peso (mais novos e fêmeas) – tabela 3.

A produção de carne em 2007 só foi maior que em 2006 nos primeiros quatro meses do ano, tornando-se menor nos outros oito meses.

Tabela 3/I. Carne bovina- Produção de carne - Brasil -2002-08

Mês	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^(*)	2007/08(%)
Janeiro	558,2	630,2	645,1	689,8	770,6	863,6	12,1
Fevereiro	531,7	615,2	593,2	631,0	678,6	750,5	10,6
Março	533,0	631,8	712,8	730,2	844,5	882,0	4,4
Abril	553,9	609,1	663,6	751,9	735,2	800,0	8,8
Mai	599,3	651,9	709,2	777,8	881,0	879,0	-0,2
Junho	584,5	590,8	743,4	800,9	858,9	741,0	-13,7
Julho	604,3	626,0	726,2	787,1	819,0	776,2	-5,2
Agosto	751,8	613,0	743,6	818,3	879,2	793,3	-9,8
Setembro	590,7	662,0	731,9	742,0	822,1	762,3	-7,3
Outubro	637,3	679,1	678,3	604,2	854,8	723,5	-15,4
Novembro	642,2	618,8	660,3	684,8	800,1	702,3	-12,2
Dezembro	675,0	714,0	693,7	751,1	788,9	694,7	-11,9
Total	7.261,9	7.641,9	8.301,3	8.769,1	8.117,8	9.368,4	15,4

^(*)Preliminar.

Fonte: Sindicarnes.

Os abates de bovinos em alguns estados guardam relação com a produção e noutros não. Mato Grosso, que foi o estado que mais abateu nos dois últimos anos, tem também o maior rebanho. São Paulo, que tem sido o segundo em abate, em 2007 foi o sétimo em rebanho, ou seja: São Paulo abate e comercializa/industrializa muitas cabeças produzidas em outros estados. Mato Grosso do Sul, o segundo produtor, é o terceiro em abate, pois parte de seus animais são abatidos fora do estado, principalmente em São Paulo. Goiás é o quarto em rebanho e em abates, o que quer dizer que está abatendo na mesma proporção que produz (Tabela 4).

Tabela 4/I. Bovinos – Abate SIF por estado - 2002-07

(1.000 cab.)

Estado	2002	2003 [¶]	2004	2005	2006	2007
Acre	0	0	122	126	151	295
Bahia	130	307	340	380	413	419
Espírito Santo	55	161	183	37	203	225
Goiás	404	2.131	2.563	2.626	2.879	2.706
Maranhão	245	334	368	349	522	519
Mato Grosso	1.610	2.760	3.319	3.993	4.611	4.489
Mato Grosso do Sul	58	3.107	3.536	3.622	3.468	3.513
Minas Gerais	142	360	1.032	1.138	1.561	1.853
Pará	82	551	1.388	1.504	1.702	1.915
Paraná	36	762	1.079	1.226	1.205	1.065
Rio Grande do Sul	576	650	959	1.121	1.205	677
Rondônia	91	853	1.123	1.272	1.649	1.981
Santa Catarina	0	78	121	152	141	104
São Paulo	0	1.505	3.487	4.089	4.017	4.020
Tocantins	543	666	660	815	1.062	1.038
Subtotal	3.972	14.226	20.282	22.451	24.789	24.820
Outros estados	44	62	74	184	193	189
Total	4.017	14.288	20.355	22.635	24.982	25.010

Fonte: Mapa.

O balanço de oferta e demanda de carne bovina no Brasil, em 2007, revela que o aumento na produção de carne, muito maior que nas exportações, proporcionou uma maior disponibilidade interna, havendo, portanto, um aumento de consumo individual, já que o aumento da disponibilidade foi maior do que o crescimento da população (Tabela 5).

A participação de tipo de produto nas exportações brasileiras de carne bovina revela uma evolução não desejável, porque tem aumentado o percentual de carne in natura (subiu de 76,8% em 2005 para 78,8% em 2007). O produto industrializado, maior agregador de valor, caiu de 19,5% para 15,7%, o que requer um esforço do setor, procurando um quadro evolutivo que inverta a situação atual (Tabela 6).

Ao contrário da carne suína, que nos últimos anos teve o elenco de importadores renovado e mais diluído, os importadores de carne bovina, nos últimos três anos, diferenciaram-se menos: Rússia e Egito continuam à frente, somando mais de 50%; Reino Unido diminuiu suas compras; Chile e Bulgária zeraram as importações; Hong Kong, de sexto se tornou o terceiro e Itália e Holanda mantiveram suas cotas (Tabela 7). Alguns desses importadores retornaram em 2008. O Chile, por exemplo, decidiu retornar no início de segundo semestre.

Tabela 5/I. Brasil - Carne bovina - Balanço de oferta e demanda – 2003-07

(1.000 t/equiv. carcaças)

Situação	2003 [¶]	2004	2005	2006	2007 ^(*)
Produção	7.641,9	8.301,3	8.769,1	8.117,8	9.368,4
Exportação	1.259,2	1.289,2	1.463,9	1.603,4	1.695,9
Importação	65,5	54,9	52,5	27,2	100,0
Disponibilidade	6.317,2	6.957,2	7.252,7	6.487,2	7.572,5
Kg/habitante/ano	35,7	38,3	39,4	34,6	39,5

[¶]Preliminar.

Fonte: IBGE e MDIC/Secex.

Tabela 6/I. Carne bovina - Participação do tipo de produto na exportação da carne – Brasil - 2005-07

(%)

Discriminação	2005	2006	2007
Carne in natura	76,8	78,5	78,8
Carne industrializada	19,5	18,1	15,7
Miúdos	3,7	3,4	5,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: MDIC/Secex.

Carne bovina

Tabela 7/1. Carne bovina - Principais países importadores - Brasil - 2005-07

País	2005	2006	2007
Rússia	30,0	31,0	29,0
Egito	21,0	20,0	24,0
Reino Unido	11,0	13,0	6,0
Chile	8,0	-	-
Venezuela	5,0	-	3,0
Hong Kong	5,0	6,0	11,0
Itália	4,0	4,0	4,0
USA	4,0	7,0	5,0
Holanda	4,0	4,0	4,0
Bulgária	4,0	4,0	-
Argélia	3,0	4,0	4,0
Irã	-	3,0	4,0
Arábia Saudita	-	3,0	3,0
Subtotal	99,0	99,0	97,0
Outros	1,0	1,0	3,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: MDIC/Secex.

A lista de importadores de carne bovina brasileira teve 135 países em 2007. Uma lista grande dificulta as operações, mas oferece maior segurança, pois evita que um único país provoque dificuldades como as criadas pela suspensão das importações de carne suína por parte da Rússia em 2006.

O Brasil em 2007 exportou 18,1% da sua produção de carne bovina e foi responsável por 28,7% das exportações mundiais desta carne.

A CONAB prevê que, em 2008, o rebanho brasileiro deverá crescer 2%, a produção de carne 3,5% e as exportações 8%.

A valorização do boi fez com que aumentasse a procura por bezerras, o que aumentará a produção de 2009. Pelo mesmo motivo, em 2008, aumenta a retenção de matrizes, que trarão maior número de nascimentos a partir de 2009 e 2010. Segundo Safras & Mercado, a recuperação dos animais de reposição acontecerá só a partir de 2011.

Tudo isso segue a lógica de que a demanda mundial por proteína animal continuará crescente, devido a diversos fatores, especialmente a melhoria das condições econômicas de países com numerosa população na faixa de pobreza e que, melhorando de situação, terão como primeiro apelo o aumento do valor calórico da alimentação e, como segundo, o consumo maior de proteína animal.

Mercado estadual

O rebanho geral do estado tem crescido levemente. Entre os censos do IBGE de 1996 e de 2006 cresceu 15,8%, mas há grande diferenciação entre a pecuária de corte e a leiteira (Tabela 8). A região Oeste, o Vale do Itajaí, a região Sul e a Grande Florianópolis tiveram crescimento, destacando-se as duas primeiras e são regiões de predomínio do leite, que tem se desenvolvido muito nos

últimos anos. No Norte Catarinense e na região Serrana, ocorreram as maiores quedas e nelas predomina a pecuária de corte.

O Oeste Catarinense, que tem um efetivo equivalente a 50,4% do rebanho estadual, teve neste período um crescimento de 35,6%, destacando-se as microrregiões de Chapecó que cresceu 75,5% e de São Miguel (36,5%). O segundo rebanho, o da região Serrana, que representa 16,3% diminuiu no período 12,7%, tendo caído mais na microrregião de Curitibanos (17%) que na de Lages (11%). O terceiro efetivo, o do Vale do Itajaí (12,7%), que como o Oeste é mais leiteiro do que de corte, deve seu crescimento basicamente a microrregião de Rio do Sul, que aumentou 45,5%. O quarto rebanho, o do Norte Catarinense, diminuiu 21,7%, tendo decaído em todas as microrregiões (Tabela 8).

Tabela 8/I. Efetivos de bovinos, segundo as mesorregiões e microrregiões de Santa Catarina - 1995-96-2006

Mesorregião, microrregião e município	Censo agropecuário 1995-96		Censo agropecuário 2006		Diferença de informantes	Variação %
	Nº Informantes	Efetivo total (cabeça)	Nº Informantes	Efetivo total (cabeça)		
Santa Catarina	179 319	3 097 351	146 535	3 586 476	-32 784	15,8
Grande Florianópolis	9 514	133 037	8 149	192 639	-1 365	44,8
Florianópolis	2 574	38 794	2 587	37 589	- 13	-3,1
Tabuleiro	3 595	54 801	3 126	117 873	- 469	115,1
Tijucas	3 345	39 442	2 436	37 177	- 909	-5,7
Norte Catarinense	16 485	263 920	13 055	206 555	-3 430	-21,7
Canoinhas	9 990	178 194	9 202	144 484	- 788	-18,9
Joinville	4 823	60 766	2 819	41 428	- 2 004	-31,8
São Bento do Sul	1 672	24 960	1 034	20 643	- 638	-17,3
Oeste Catarinense	80 578	1 332 660	67 854	1 807 244	-12 724	35,6
Chapecó	28 048	383 385	23 416	672 753	- 4 632	75,5
Concórdia	12 292	186 602	10 414	213 507	- 1 878	14,4
Joaçaba	11 973	273 599	9 509	293 067	- 2 464	7,1
São Miguel d'Oeste	19 604	310 513	16 707	423 868	- 2 897	36,5
Xanxerê	8 661	178 561	7 808	204 049	- 853	14,3
Serrana	19 175	67 1215	15 780	585 658	-3 395	-12,7
Campos de Lages	13 865	477 609	11 508	424 916	- 2 357	-11,0
Curitibanos	5 310	193 606	4 272	160 742	- 1 038	-17,0
Sul Catarinense	23 933	315 438	20 580	347 194	-3 353	10,1
Araranguá	8 191	79 325	6 361	62 305	- 1 830	-21,5
Criciúma	4 455	53 588	4 365	54 402	- 90	1,5
Tubarão	11 287	182 525	9 854	230 487	- 1 433	26,3
Vale do Itajaí	29 634	381 081	21 117	447 186	-8 517	17,3
Blumenau	9 065	97 295	4 880	94 045	- 4 185	-3,3
Itajaí	1 993	45 073	1 272	30 652	- 721	-32,0
Ituporanga	5 962	57 315	5 044	58 635	- 918	2,3
Rio do Sul	12 614	181 398	9 921	263 854	- 2 693	45,5

Fonte: IBGE.

Outro dado relevante da bovinocultura estadual revelado pelos censos é que os informantes diminuíram

18,3%, ou seja, quase 33 mil propriedades deixaram de acusar a presença de bovinos no estabelecimento. O número de informantes diminuiu em todas as microrregiões à exceção da microrregião de Florianópolis, onde o crescimento foi mínimo. Mesmo nas regiões de predominância do gado leiteiro e onde esse tipo de atividade cresceu muito, como o Oeste, os estabelecimentos envolvidos diminuíram 15,8%. No Vale do Itajaí diminuíram ainda mais (28,7%). Nas regiões de gado de corte houve decréscimo de 17,7% na Serrana e de 20,8 no Norte.

Portanto, enquanto nas regiões de gado de corte os estabelecimentos diminuíam junto com o efetivo, nas regiões de leite, apesar da diminuição de estabelecimentos, houve aumento no efetivo e na produção de leite. Isto revela que houve um aumento de animais por propriedade que se dedica à produção de leite, o que explicita uma maior especialização.

Carne bovina

Na bovinocultura de corte a diminuição foi quase que proporcional (21,7% no efetivo e 20,8% nos estabelecimentos) no Norte e um pouco melhor na Serrana (12,7% no efetivo e 17,7% nos estabelecimentos), revelando uma especialização, mais animais por propriedade, na região Serrana, ainda que não tão significativa como na região leiteira.

Os dados disponíveis não diferenciam a aptidão do plantel, o que impossibilita uma análise mais detalhada.

Os abates de bovinos em Santa Catarina em 2007 foram 9,2% menores do que os de 2006. As maiores quedas ocorreram no primeiro e no quarto trimestres (Tabela 9). O abate de Santa Catarina refere-se exclusivamente aos animais criados no estado, pois permanece a proibição de entrada de animais vivos para abate. Isto tem a ver com a situação de estado livre de aftosa sem vacinação, que diferencia Santa Catarina de todos os outros estados brasileiros. O suprimento do estado na parte em que é deficitário acontece com a importação de carne e não de animais vivos.

Tabela 9/I. Bovinos de corte - Abate total mensal
- Santa Catarina - 2001-08

Mês	(1.000 cab.)							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	41,1	42,5	47,0	45,3	42,4	39,6	35,5	-10,2
Fevereiro	39,6	41,3	44,1	41,3	38,3	34,5	31,3	-9,1
Março	51,5	48,7	48,8	45,8	42,0	41,1	36,6	-10,8
Abril	49,4	49,8	49,4	48,7	43,1	41,8	37,0	-11,3
Mai	46,6	45,2	47,5	49,1	48,8	36,3	36,6	0,9
Junho	48,7	45,8	44,5	47,1	47,1	38,2	35,7	-6,6
Julho	45,1	44,8	44,2	45,2	44,6	35,4	34,5	-2,5
Agosto	41,8	43,1	43,8	44,6	43,6	38,9	36,8	-5,2
Setembro	41,8	41,9	42,1	43,9	42,4	41,4	39,3	-5,0
Outubro	45,7	43,1	42,9	44,5	45,2	44,0	39,1	-11,1
Novembro	47,2	45,2	45,2	45,4	46,7	45,2	38,7	-14,4
Dezembro	46,4	45,9	44,7	44,2	44,2	43,2	39,4	-8,7
Total	544,8	537,2	544,4	545,1	528,3	479,4	440,7	-9,2

Fonte: Epagri/Cepa.

A produção estadual decaiu, pois há utilização de parte das áreas de pecuária de corte extensiva por atividades consideradas mais adequadas: produção de grãos, reflorestamento, fruticultura, pecuária leiteira, etc.

As exportações de carne bovina, consideradas cada vez mais importantes para o Brasil e pouco importantes para Santa Catarina, mantiveram uma evolução condizente com este quadro. As brasileiras cresceram constantemente desde 2002. Os aumentos foram maiores no período inicial de conquista de mercado e bem menores nos últimos anos (32,1% em 2002 e 5,8% em 2007). Isto quanto ao volume exportado, mas em termos de valor os crescimentos são mais expressivos. No último ano, por exemplo, o valor cresceu 13,4%. O aumento do valor decorre do aumento dos preços internacionais, que foi constante em todo o período, elevando o quilo de US\$1,72 para US\$ 2,69. Como houve grandes alterações no câmbio, o maior preço em reais não foi no último ano, mas em 2004, tendo decaído a partir daí por causa da valorização do real (Tabela 10).

O quadro de preços de exportação é o mesmo para o estado, mas o maior valor e maior volume foram no ano de 2005, caindo depois, provavelmente porque as pequenas quantidades exportadas eram vendas casadas com outras carnes que tiveram problemas em 2006 (suspensão das importações da carne suína pela Rússia, etc).

Tabela 10/I. Carne bovina - Exportação brasileira e catarinense - 2002-07

Discriminação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
(Mil kg)	683.398	902.729	1.289.239	1.463.902	1.603.440	1.695.899
(US\$ FOB 1000)	1.179.160	1.642.615	2.614.630	3.146.309	4.017.292	4.556.445
Preço médio (US\$/Kg)	1,72	1,81	2,03	2,15	2,50	2,69
Preço médio (R\$/Kg)	5,02	5,57	5,95	5,23	5,44	5,23
Santa Catarina						
(Mil kg)	1.114	2.331	4.547	9.748	4.110	3.312
(US\$ FOB 1000)	1.281	2.490	6.538	16.562	7.225	6.176
Preço médio (US\$/Kg)	1,15	1,07	1,44	1,70	1,76	1,86
Preço médio (R\$/Kg)	3,36	3,30	4,21	4,13	3,83	3,63

Fonte: MDIC/Secex.

O quadro de oferta e demanda de carne bovina no estado decorre da diminuição do rebanho catarinense de corte. Este fato, além do crescimento da população, fez aumentar o déficit estadual e crescer a importação de outros estados (Tabela 11).

Quanto ao consumo per capita, Santa Catarina se diferencia da média nacional, porque, como aqui há abundância de oferta de carne de frango e de carne suína e déficit de produção de carne bovina, as duas primeiras são consumidas em maior proporção que a média brasileira. Por isso, a carne bovina tem consumo menor que no Brasil como um todo.

Os preços do boi gordo em Santa Catarina, por um longo período (fevereiro de 2004 a maio de 2007), oscilaram entre R\$ 50 e 60,00 por arroba, tendo atingido seus pontos mínimos com R\$ 51,00/arroba em setembro de 2005 e maio de 2006.

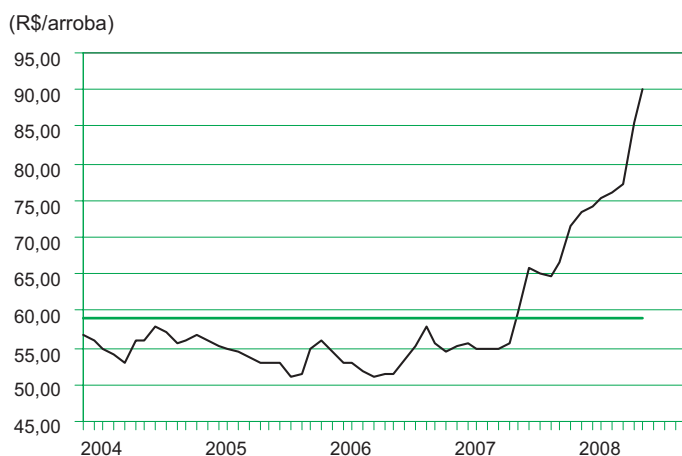
A partir de maio de 2007, os preços subiram constantemente e alcançaram o ponto máximo em julho de 2008 com R\$90,09/arroba (Figura 1). Este aumento expressivo, no entanto, não foi tão benéfico para os produtores como parece à primeira vista, devido à subida dos custos de produção.

Neste sentido, os preços recebidos pelos bovinocultores catarinenses pelo boi gordo, em relação aos seus custos e aos pre-

Tabela 11/I. Carne bovina – Oferta e demanda – Santa Catarina – 2002-07

Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção	124,0	122,0	123,0	120,0	121,5	113,1
Importação	55,0	60,0	62,0	66,0	66,6	68,87
Disponib. Interna	179,0	182,0	185,0	187,0	188,1	181,97
Disponib. per capita	32,0	32,0	32,1	31,9	32,2	31,0

Fonte: Sindicame, MDIC/Secex e IBGE.



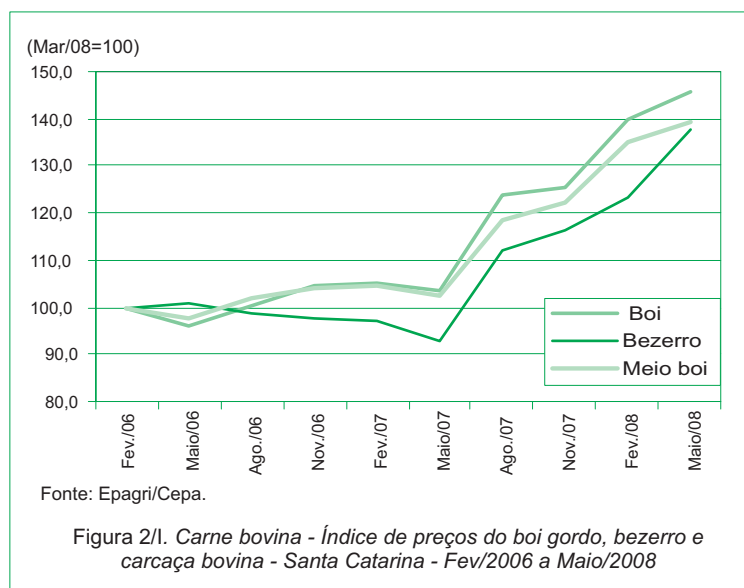
Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 1/I. Carne bovina - Preço médio do boi gordo recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2004-08

Carne bovina

ços do atacado de carnes, encontram-se em duas situações distintas, dependendo do período que se analisar.

De fevereiro de 2006 a maio de 2007, os preços do boi gordo e do meio boi no atacado sobem próximo de 5% e o do bezerro cai 7%, o que revela que não havia estímulo para a atividade em Santa Catarina (Figura 2). Isso porque o bezerro é o maior custo da produção e se seu preço cai é porque diminui a demanda por desinteresse do produtor.

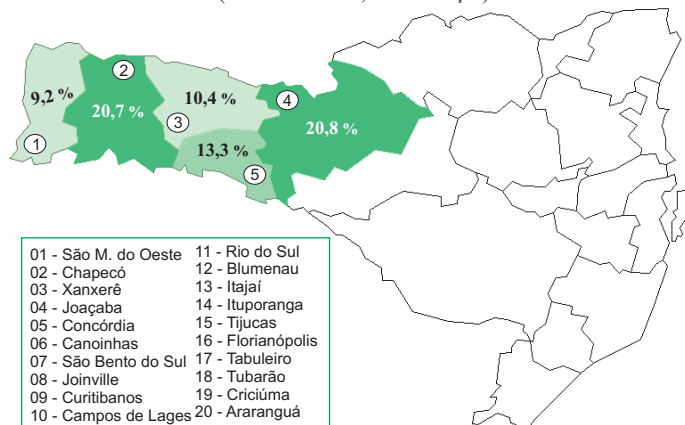


Porém, se for analisado o período de maio de 2007 a maio de 2008, a evolução se inverte: o preço do meio boi cresce 36%, o do boi gordo 40,6% e o bezerro 47,8%. Isso revela que a partir de maio de 2007, mês em que ocorre a maioria das feiras de terneiros e, portanto, de maior oferta de bezerrões desmamados, os preços do bezerro aumentam acima do preço do boi para abate e também dos preços da carça no atacado (Figura 2). Isso causa dificuldades para o produtor, pois seus custos aumentam e, além do preço do bezerro, houve o aumento de sal mineral, fertilizantes (para os que usam na pastagem), medicamentos, etc, mas indica que os produtores catarinenses viram boas perspectivas na criação de bovinos de corte.

Santa Catarina tem uma peculiaridade quanto ao adquirir animais vivos: eles só podem ser do próprio estado. Como é considerado livre de aftosa sem vacinação, o estado não permite a entrada de animais vivos. Portanto, o criador de bezerrões pode vendê-los para outros estados, mas o criador que engorda o boi terá que criar o bezerro ou comprá-lo no território catarinense. Também para isso será importante a brincagem que vem sendo feita no estado, que permitirá o controle mais apurado do trânsito dos animais.

Julio Alberto Rodigheri

Efetivo de aves - Microrregiões geográficas - Santa Catarina - 2006
(Total = 150.146,2 mil cabeças)



Desempenho da carne de frango em 2007 e perspectivas para 2008

Mercado internacional

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frangos, precedido pelos Estados Unidos e pela China, e o quarto consumidor, pois a União Européia consome mais que o Brasil, além dos já citados.

Tabela 1/I. Carne de frango - Principais países do mercado – 2006-07

Segundo o USDA, o Brasil manteria a primeira posição de país exportador em 2007, suplantando os Estados Unidos em 18% e crescendo 10% (Tabela 1).

Os maiores mercados, ou seja, os maiores importadores, são alguns países que já importam do Brasil (Rússia, Japão, União Européia, Arábia Saudita, África do Sul, Emirados Árabes e Hong Kong), outros que não importam, como o México, e ainda a China que, por enquanto, importa pouco do Brasil, mas tem grande potencial.

País	Produtor		Consumidor		Importador		Exportador	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
USA	16.211	16.558	13.624	13.892	28	27	2.618	2.722
China	11.500	12.500	11.624	12.700	482	600	358	390
Brasil	10.305	10.895	7.384	7.680	-	-	2.922	3.215
U.E.	8.111	8.200	8.128	8.230	640	650	623	620
México	2.730	2.825	3.146	3.213	400	400	-	-
Índia	2.300	2.600	2.300	2.600	-	-	-	-
Argentina	1.280	1.380	1.226	1.306	-	-	59	80
Japão	1.241	1.235	1.936	1.927	696	690	-	-
Federação Russa	1.350	1.485	2.581	2.724	1.222	1.240	-	-
Canadá	-	-	-	-	-	-	139	140
Irã	1.153	1.153	1.194	1.181	-	-	-	-
Tailândia	1.050	1.150	-	-	-	-	297	320
Arábia Saudita	-	-	-	-	470	490	-	-
África do Sul	-	-	1.182	1.238	239	244	-	-
Emirados Árabes	-	-	-	-	238	260	30	30
Hong Kong	-	-	-	-	215	245	-	-
Chile	-	-	-	-	-	-	34	34
Kuwait	-	-	-	-	-	-	60	70
Austrália	-	-	-	-	-	-	22	20
Outros	10.522	10.767	13.267	13.656	2.354	2.418	74	81
Total	67.753	70.748	67.592	70.347	6.984	7.264	7.236	7.722

Fonte: USDA.

Carne de frango

Pelas previsões do USDA, em 2007, o mercado internacional de frangos crescerá 6,7%, ou seja, abaixo do crescimento das exportações brasileiras.

Mercado nacional

O alojamento de pintos de corte no Brasil cresceu 9,9% de 2004 para 2005. Em 2006, já como reflexo da gripe aviária e da suspensão das importações de vários países, o alojamento foi contido e diminuiu 2,5%, mas em 2006 retomou o crescimento e teve uma expansão ainda maior (12,6%) – tabela 2.

O alojamento de matrizes cresceu 9,3% em 2005, ou seja, foi proporcional aos pintos, mas em 2006 não foi tão contido e cresceu 4,7%. Em 2007 as matrizes tiveram crescimento de 11,3%, um pouco menos que os pintos alojados.

A produção nacional de carne de frango tem sido crescente. Se não fosse assim, o Brasil não poderia se tornar o maior exportador mundial. No ano de 2007, cresceu 10,2%, com um aumento de produção correspondente a 951 mil toneladas. A produção de 2007 totalizou, portanto, 10,3 milhões de toneladas.

Segundo a UBA, a produção de 2008 chegará a 11,0 milhões de toneladas, ou seja, apresentará um aumento de mais de 7,5% (Tabela 3).

A distribuição da produção de carne, como se constata na tabela 4, é quase uniforme, com um acréscimo nos últimos meses do ano, por conta da demanda das festas do final do ano.

O estado do Paraná é o maior produtor de frango, seguido por Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Estes quatro estados, que são os produtores tradicionais do Brasil, têm participação decrescente, devido à expansão da avicultura pelo Centro-Oeste e outras regiões do Brasil. Mesmo fora da lista dos sete maiores, há crescimento, pois os outros estados, não nominados na tabela 5, passaram a ter uma participação próxima de 20%.

Tabela 2/1. Carne de Frango - Alojamento de pintos de corte - Brasil - 2004-07

(milhões de cab.)

Mês	Pintos de corte				
	2004	2005	2006	2007	2007/06 ^(%)
Janeiro	347,9	368,0	408,0	420,5	3,1
Fevereiro	319,7	351,3	353,9	390,8	10,4
Março	347,4	374,4	340,8	423,4	24,2
Abril	346,8	370,5	333,0	414,3	24,4
Mai	358,3	394,2	376,4	433,5	15,2
Junho	352,8	387,5	379,8	418,8	10,3
Julho	360,5	398,5	387,6	434,6	12,1
Agosto	368,8	406,6	396,4	444,8	12,2
Setembro	362,0	402,7	388,3	424,4	9,3
Outubro	375,2	414,9	412,6	463,4	12,3
Novembro	362,1	413,2	394,1	431,5	9,5
Dezembro	370,0	413,6	405,4	451,8	11,4
Total	4271,5	4695,4	4576,3	5151,8	12,6

Fonte: Apinco.

Tabela 3/1. Carne de frango - Alojamento de matrizes de corte - Brasil - 2004-07

(milhões de cab.)

Mês	Matrizes de corte				
	2004	2005	2006	2007	2007/06 ^(%)
Janeiro	2,6	2,9	3,3	3,1	-6,1
Fevereiro	2,4	2,9	3,1	3,0	-3,2
Março	2,5	2,8	3,1	3,7	19,4
Abril	2,7	2,9	2,6	3,4	30,8
Mai	2,8	2,9	3,1	3,9	25,8
Junho	2,9	3,0	3,0	3,4	13,3
Julho	3,0	3,2	3,3	3,6	9,1
Agosto	3,0	3,3	3,1	3,5	12,9
Setembro	2,9	3,2	3,1	3,3	6,5
Outubro	2,6	2,9	3,4	3,9	14,7
Novembro	3,0	3,1	3,5	3,9	11,4
Dezembro	3,0	3,4	3,6	3,8	5,6
Total	33,4	36,5	38,2	42,5	11,3

Fonte: UBA.

Carne de frango

Tabela 4/I. Carne de frango – Produção mensal de carne – Brasil – 2004-07

(mil t)				
Mês	2004	2005	2006	2007
Janeiro	674,1	742,8	856,8	828,9
Fevereiro	631,0	667,8	755,4	749,8
Março	691,1	750,6	814,9	843,7
Abril	686,4	739,5	708,7	835,3
Mai	700,8	763,7	707,1	859,7
Junho	676,5	755,3	727,2	851,6
Julho	720,1	797,4	802,2	872,6
Agosto	695,6	803,9	764,4	871,8
Setembro	694,5	786,3	777,3	866,9
Outubro	729,1	830,1	797,5	891,4
Novembro	720,5	827,1	790,7	887,9
Dezembro	788,7	883,6	851,4	945,5
Total	8.408,5	9.348,2	9.353,7	10.305,1

Fonte: Apinco.

Tabela 5/I. Carne de frango - Participação dos estados nos abates - Brasil - 2002-06

(%)					
Estado	2002	2003	2004	2005	2006
Paraná	24,0	25,3	26,1	26,1	23,0
Santa Catarina	22,0	20,2	20,2	19,2	16,2
Rio Grande do Sul	18,6	18,7	17,2	16,9	14,4
São Paulo	15,2	14,5	15,3	16,5	14,8
Minas Gerais	7,3	7,3	7,3	7,0	5,8
Mato Grosso do Sul	3,6	3,5	3,3	3,2	2,3
Goiás	3,5	4,3	4,4	4,5	4,2
Subtotal	94,2	93,8	93,8	93,4	80,7
Outros	5,8	6,2	6,2	6,6	19,3
Total geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: UBA/ABEF.

Da produção brasileira de carne de frango em 2007, 69,3% foram destinados para consumo interno e 30,7% para exportação. A participação das exportações é crescente (em 2002 era de 21,1%).

O aumento das exportações não prejudicou o consumo nacional que também é crescente (de 2002 a 2007 o consumo per capita cresceu de 33,4 Kg/ano para 37,2 Kg/ano). O aumento de produção de 38,3% no período permitiu aumentar as exportações, absorver o aumento populacional e sustentar o aumento do consumo individual (Tabela 6).

Tabela 6/I. Carne de frango - Oferta e demanda - Brasil - 2002-07

(mil t)						
Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção	7.449	7.644	8.408	9.348	9.354	10.305
Exportação	1.600	1.922	2.425	2.762	2.713	3.162
Disponibil. Nacional	5.849	5.722	6.069	6.535	6.641	7.143
Kg per capita	33,4	32,3	33,7	35,8	35,6	37,2

Fonte: UBA, ABEF e MDIC/Secex.

As exportações de carne de frango, que de 2006 para 2007 cresceram no Brasil 21,3%, continuaram tendo Santa Catarina como o maior exportador. Em alguns meses o Paraná consegue ultrapassar Santa Catarina, mas não conseguiu fazê-lo no período de um ano. A supremacia catarinense é maior no valor das exportações por embarcar produtos de maior valor agregado. As exportações catarinenses cresceram 23,1% em 2007, acima, portanto, da média nacional (Tabela 7).

Tabela 7/I. Carne de frango - Exportações por estado – Brasil - 2002-07

(mil t)				
Estado	2004	2005	2006	2007
Santa Catarina	718,2	792,8	757,9	933,1
Paraná	681,6	791,1	751,2	882,2
Rio Grande do Sul	621,2	676,7	609,7	683,2
São Paulo	187,0	241,6	193,5	269,2
Minas Gerais	77,8	93,6	104	116,7
Goiás	82,1	89,0	97,6	148,3
Mato Grosso do Sul	39,5	66,6	94,6	118,2
Mato Grosso	47,8	61,2	60,0	87,4
Distrito Federal	14,3	32,6	41,4	45,1
Outros	0,2	0,7	0,1	3,4
Total	2.469,7	2.845,9	2.709,5	3.286,8

Fonte: MDIC/Secex - ABEF.

Carne de frango

Mercado estadual

Examinando o quadro dos abates de frangos no período 2001 a 2007, verifica-se que os abates têm oscilado pouco acima ou abaixo da média deste espaço de tempo, que é de 673 milhões de cabeças por ano. Três destes anos estiveram acima da média (2002, 2005 e 2007) e os demais abaixo (Tabela 8). Examinando os anos que se salientam, observa-se que em 2007 o abate cresceu 10,3% em relação ao ano anterior, mas este foi o menor do período. Com relação a 2005, o abate cresceu apenas 4,3% e, em relação a 2002, menos ainda, 2,5%.

Tabela 8/I. Frangos - Abate total⁽¹⁾ - Santa Catarina - 2001-07

(milhões de cab.)

Mês	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Janeiro	55,0	60,3	59,3	55,0	56,6	58,4	59,0
Fevereiro	50,8	53,9	55,3	52,4	50,8	51,8	52,2
Março	57,5	54,8	58,8	58,0	56,8	59,2	62,2
Abril	51,4	60,0	56,3	53,7	56,7	42,9	52,9
Mai	57,4	58,9	53,9	53,7	56,2	48,6	61,9
Junho	53,2	56,0	53,2	55,8	58,8	51,6	58,2
Julho	56,6	60,6	56,5	56,6	57,3	55,5	60,0
Agosto	60,6	60,2	53,8	56,3	60,8	56,6	63,2
Setembro	52,4	54,8	54,6	55,0	56,9	54,1	57,6
Outubro	57,7	60,6	57,6	53,8	56,7	56,6	63,2
Novembro	54,7	54,6	52,5	54,1	55,8	53,5	60,0
Dezembro	52,4	57,5	54,3	56,3	56,8	54,1	59,0
Total	659,8	692,2	666,2	660,7	680,1	642,9	709,4

⁽¹⁾ SIF, não-SIF e autoconsumo.
Fonte: Aincadesc e Epagri/Cepa.

Quanto à produção de carne, o crescimento de 2006 para 2007 foi de 10,8% e o último ano cresceu 5,2% em relação a 2005 (Tabela 9). O crescimento um pouco maior da carne, em relação às cabeças abatidas, indica aumento do peso médio por cabeça e/ou uma menor participação dos frangos de menor peso, exigidos por alguns mercados.

Tabela 9/I. Carne de frango - Produção e exportação - Brasil e Santa Catarina - 2002-07

(mil t)

Ano	Brasil		Santa Catarina		SC/BR (%)	
	Produção	Exportação	Produção	Exportação	Produção	Exportação
2002	7.449	1.600	1.462	579	19,6	36,2
2003	7.644	1.922	1.418	613	18,6	31,9
2004	8.408	2.425	1.420	718	16,9	29,6
2005	9.348	2.762	1.470	793	15,7	28,7
2006	9.354	2.713	1.395	758	14,9	27,9
2007	10.305	3.162	1.546	889	15,0	28,1

Fonte: UBA, ABEF e MDIC/Secex.

As exportações de Santa Catarina aumentaram mais que a produção, alcançando 17,3% em 2007 em relação ao ano anterior e 12,1% em relação a 2005.

O ano de 2006 foi o ano da gripe aviária na Europa, na Ásia e na África, o que fez as exportações caírem e obrigou a contenção da produção. Foi o ano que a UBA mais falou em controle do alojamento de pintos para manter a produção adequada à demanda. Este controle foi melhor no estado do que na média do Brasil. Mesmo assim, o produtor catarinense viu em 2006 o fundo do poço dos preços recebidos (Figura 1).

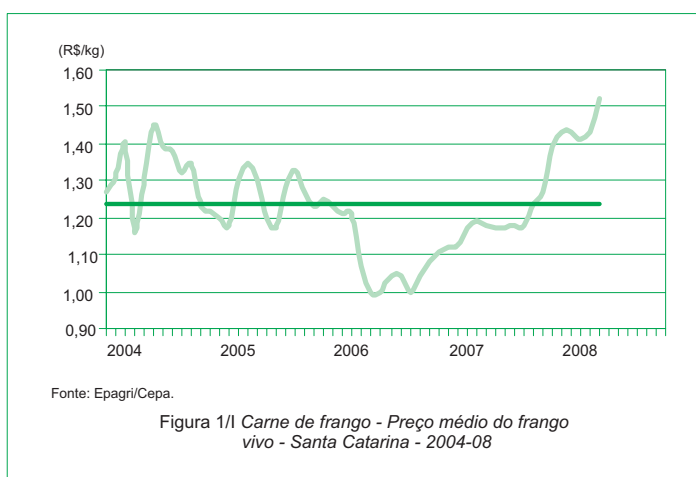


Figura 1/I Carne de frango - Preço médio do frango vivo - Santa Catarina - 2004-08

|| Carne de frango

A participação de Santa Catarina na produção é decrescente. De 2002 a 2007, cai de quase 20% para 15%, e nas exportações diminui de 36% para 28%, porque há cada vez mais participação dos outros estados fora das regiões Sul e Sudeste. Na Tabela 4 estes estados não estão discriminados, mas sua participação na produção aumenta de menos de 6% para mais de 19%.

A expansão para o Centro-Oeste busca se aproximar da produção de grãos e, no Nordeste, se aproxima das capitais nordestinas, de grande crescimento populacional. A Região Nordeste, ainda, situa-se muito mais próximo do hemisfério norte (América do Norte e Europa), o que facilitaria as exportações, mas, contra isso, pesa a tradição no mercado internacional da avicultura do Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, pela ordem de grandeza).

A maior disseminação da produção facilita também o aproveitamento dos dejetos como adubo orgânico nas lavouras, na fruticultura e na olericultura. Nos últimos três anos o percentual do exportado em relação à produção de Santa Catarina é crescente: 53,9% em 2005, 54,3% em 2006 e 57,5% em 2007 (Tabela 9).

O consumo per cápita de carne de frango, em Santa Catarina, mantém-se em média 6,5 kg/hab/ano acima do consumo nacional. Esta diferença tem diminuído, porque o consumo nacional tem aumentado, enquanto o catarinense está estabilizado. Em 2002, a diferença era de 7,6 kg/hab/ano. Comparada ao consumo nacional, Santa Catarina consome mais carne de frango e carne suína e menos carne bovina (Tabela 10).

Tabela 10/I. Carne de frango - Oferta e demanda - Santa Catarina - 2002-07

Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção	1.462	1.418	1.420	1.470	1.395	1.546
Exportação	579	613	718	793	758	889
Venda nacional	654	574	465	438	392	411
Disponib. estadual	229	230	237	239	245	246
Kg/hab/ano	40,966	40,493	41,075	41,136	42,000	41,5

Fonte: UBA, ABEF e MDIC/Secex.

Tabela 11/I. Carne de frango - Exportações por destino - Santa Catarina - 2004-07

País	2004	2005	2006	2007
Japão	209.454	265.755	200.608	270.376
Holanda	103.337	134.030	160.639	247.591
Rússia	46.240	90.588	90.724	88.178
Arábia Saudita	69.636	75.495	69.261	90.486
Reino Unido	43.069	70.006	43.750	52.428
Alemanha	69.846	61.644	34.534	136.966
Cingapura	46.060	50.036	50.911	71.686
África do Sul	32.181	44.525	54.855	86.984
Hong Kong	39.633	36.407	56.007	106.496
Espanha	17.254	24.884	18.637	36.759
Emirados Árabes	16.812	21.641	20.672	39.596
China	9.458	16.501	2.843	710
Canadá	6.399	15.430	16.002	16.658
Kuwait	11.014	12.971	14.354	21.327
Subtotal	720.394	919.913	833.797	1.266.241
Outros	124.216	143.123	132.633	227.056
Global	844.610	1.063.035	966.430	1.493.297

Fonte: MDIC/Secex.

O número de países que importam frango catarinense supera uma centena, entre os quais alguns se destacam: Japão, Holanda, Arábia Saudita, Cingapura, África do Sul e Hong Kong, que tiveram participação crescente. Rússia, Reino Unido, Alemanha e Espanha diminuíram as importações em 2006, mas depois voltaram aos níveis anteriores e até os superaram (Tabela 11).

No total, as exportações catarinenses de frango cresceram, de 2004 para 2005, 25,8% em valor; caíram em 2006; mas se recuperaram totalmente em 2007 (40,4% em relação a 2005) Estes aumentos mais expressivos que os mencionados anteriormente explicam-se por serem dos

Carne de frango

valores exportados em dólar. Houve toda uma escalada de preços internacionais no período: o preço do quilo em dólares era de 1,18 em 2004 e subiu até alcançar 1,60 em 2007. Contudo a valorização do real diminuiu o preço em moeda nacional. Era de 3,44 por quilo em 2004, caiu para 2,77 em 2006 e se recuperou parcialmente em 2007, ficando em R\$3,12 por quilo (Tabela 12).

Tabela 12/I. Carne de frango - Exportações - Volume e valor - Brasil e Santa Catarina - 2004-07

Discriminação	2004		2005		2006		2007	
	Volume (mil t)	Valor (milhões US\$)	Volume (mil t)	Valor (milhões US\$)	Volume (mil t)	Valor (milhões US\$)	Volume (mil t)	Valor (milhões US\$)
Mundo	6.044	...	6.801	...	6.494	...	7.236
Brasil	2.470	2.595	2.846	3.508	2.713	3.203	3.162	4.620
Santa Catarina	718	845	793	1.062	758	966	889	1.426
Participação (%)								
Brasil/Mundo	40,9	...	41,8	...	41,8	...	43,7	...
S. Catarina/Mundo	11,9	...	11,7	...	11,7	...	12,3	...
S. Catarina/Brasil	29,1	32,6	27,9	30,3	27,9	30,2	28,1	...
Preço de venda								
	US\$/kg	R\$/kg	US\$/kg	R\$/kg	US\$/kg	R\$/kg	US\$/kg	R\$/kg
Brasil	1,05	3,07	1,23	3,00	1,18	2,57	1,46	...
Santa Catarina	1,18	3,44	1,34	3,25	1,27	2,77	1,60	...

Fonte: MDIC/Secex.

Para agregação de valor é importante que o frango não seja exportado inteiro. Em 2007, a média nacional de exportação de frango inteiro foi de 35,5%. Os estados que exportaram acima deste percentual foram Paraná, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Distrito Federal. A média de exportação de cortes foi de 56%. Acima deste percentual exportaram Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A média nacional para frango processado foi de 4,7%. Acima desta média estiveram Santa Catarina, Goiás e Mato grosso. Para o frango salgado a média foi de 3,8% e ultrapassaram-na Santa Catarina e Paraná (Tabela 13).

Tabela 13/I. Carne de frango - Exportações por estado e tipo de produto – 2007

Discriminação												Total	
	PR	SC	RS	SP	GO	MG	MS	MT	DF	Subtotal	Outros	Total (%)	
Inteiro	48,0	19,0	37,2	20,1	45,6	54,6	34,4	64,9	64,1	35,5	5,4	35,5	
Cortes	45,8	66,9	54,5	75,4	47,2	43,1	61,6	26,9	35,9	55,9	89,2	56,0	
Processados	1,7	9,3	4,7	0,9	5,1	2,1	1,3	7,8	0	4,7	5,4	4,7	
Salgado	4,4	4,7	3,6	3,6	2,2	0,2	2,7	0,5	0	3,8	0	3,8	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

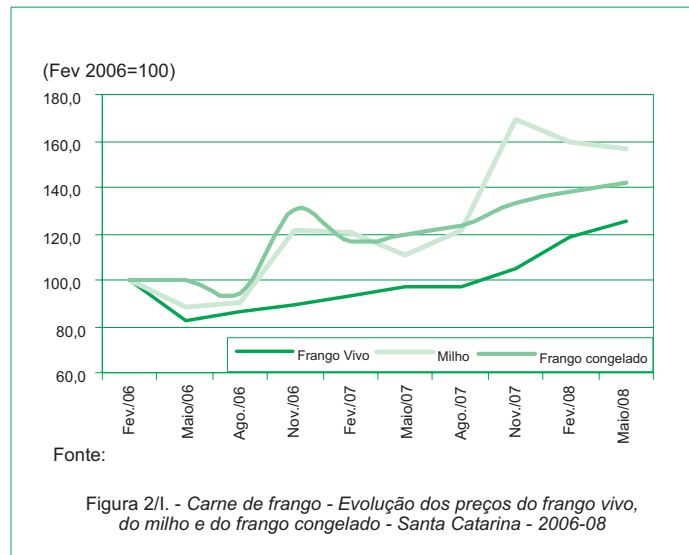
Fonte: MDIC/Secex.

É por exportar só 19% de frango inteiro que Santa Catarina consegue se manter como maior exportador, mesmo sendo o Paraná o maior produtor. Quando o Paraná ultrapassa Santa Catarina em volume, não consegue vencer em valor, pois exportou, em 2007, 48% de seu volume na forma de frango inteiro, que é a forma de menor valor por quilo. Além disso, Santa Catarina exporta um percentual muito maior (9,3% para 1,7%) de frango processado e alguma coisa a mais de frango

Carne de frango

salgado. Estas duas últimas formas valem mais que os cortes e ajudam a manter a dianteira de Santa Catarina.

Os produtores de frango de Santa Catarina receberam pelo frango vivo R\$1,00/kg em maio de 2006 (ponto mais baixo da Figura 1). Depois disso os preços só poderiam melhorar. Passado o receio da gripe aviária, as exportações foram se recuperando e diminuindo a oferta interna, o que trouxe a recuperação dos preços. De fevereiro de 2006 a maio de 2008, o preço do frango vivo cresceu 25,6%, o que parece muito. Só que, a partir de maio de 2006, o preço dos insumos do frango começaram a crescer também e muito mais que o preço do frango. O milho, de fevereiro de 2006 a maio de 2008, aumentou 56,5%, portanto, mais do que o dobro (Figura 2).



No atacado, por sua vez, o preço do frango congelado também cresceu, mas num percentual intermediário (42,3%).

Em resumo, o custo do milho não foi repassado integralmente para o atacado, mas como isso foi possível? Restringido a margem do avicultor.

As previsões para 2008 foram se alterando no decorrer do ano.

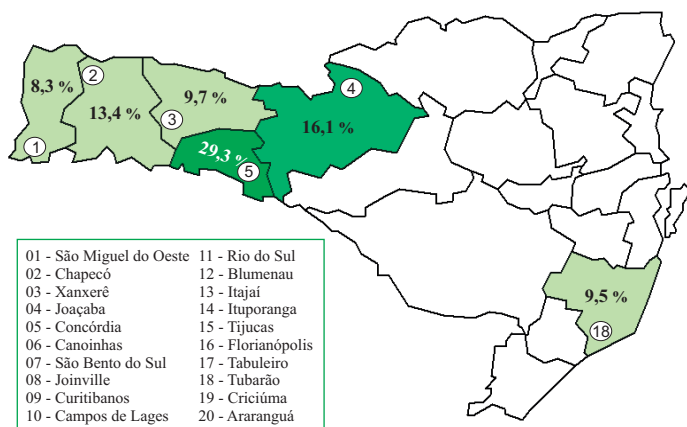
A Conab no início previa que a produção cresceria 10,2%, as exportações, 15%, a disponibilidade interna, 8,2% e a disponibilidade per cápita, 6,1%.

A UBA e a ABEF, que já previram que neste ano de 2008 o aumento da produção de carne de frangos seria de 10% e depois 8,5%, agora, em julho de 2008, estimam-no em 7,5%. Nesta mais recente estimativa, a disponibilidade interna aumentaria 3,5% e as exportações 16,2%. O aumento do consumo per cápita do brasileiro seria de 1,8%.

Julio Alberto Rodigheri

Carne suína

Efetivo de Suínos - Microrregiões Geográficas - Santa Catarina - 2006
(Total = 7.158,6 mil cabeças)



Desempenho da carne suína em 2007 e perspectivas para 2008

Mercado internacional

A China, como em muitos outros produtos, devido a sua população, é o maior produtor e o maior consumidor de carne suína.

Sua participação no mercado internacional é bastante equilibrada porque exporta, mas também importa. Com o aumento do poder aquisitivo da sua população, exportou menos no último ano (Tabela 1).

O USDA considera a União Européia como segundo produtor e consumidor, mas se for considerado que a União Européia é composta de 27 países, na verdade, os Estados Unidos são o segundo e o Brasil o terceiro produtor, consumidor e exportador. Para quem tem preconceito contra a carne

Tabela 1/I. Carne suína - Principais países do mercado internacional - 2006-07

(1.000 t¹)

País	Produtor		Consumidor		Importador		Exportador	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
China	48.700	44.200	48.246	44.048	90	198	544	350
União Européia	21.791	22.600	20.631	21.257	-	-	1.284	1.282
USA	9.559	9.962	8.640	8.964	449	439	1.359	1.424
Brasil	2.830	2.990	2.191	2.260	-	-	639	730
Canadá	1.898	1.850	971	984	145	171	1.081	1.033
Federação Russa	1.805	1.910	2.639	2.803	835	894	-	-
Japão	1.247	1.250	2.452	2.472	1.154	1.210	-	-
México	1.108	1.150	1.488	1.514	446	445	66	81
Coréia do Sul	1.000	1.043	1.420	1.506	410	447	14	13
Filipinas	1.215	1.245	1.239	1.270	-	-	-	-
Chile	-	-	-	-	-	-	130	148
Hong Kong	-	-	-	-	277	302	-	-
Romênia	-	-	-	-	-	-	-	-
Austrália	-	-	-	-	109	141	60	54
Ucrânia	-	-	-	-	62	82	-	-
Vietnã	1.713	1.832	1.731	1.855	-	-	20	19
Outros	5.505	5.626	6.490	6.581	803	944	23	18
Total	98.138	95.658	98.138	95.514	4.922	5.082	5.220	5.152

⁽¹⁾ Em equivalente carcaça.

Fonte: USDA.

suína, é bom lembrar que os Estados Unidos consomem quatro vezes mais carne suína do que o Brasil e a União Européia nove vezes mais.

O Brasil se torna o terceiro exportador, porque, além dos Estados Unidos, há a exportação do Canadá, que exporta mais do que consome.

Deve-se dar atenção toda especial aos grandes importadores, porque são mercados potenciais para o Brasil. O maior deles, o Japão, ainda não importa do Brasil. As esperanças de se exportar para lá cresceram depois de Santa Catarina ser reconhecida como livre de aftosa sem vacinação pela OIE. O México e a Coréia do Sul também são alvos das nossas indústrias exportadoras. A Rússia e Hong Kong já são fregueses tradicionais.

As exportações brasileiras em 2007 ficaram abaixo do previsto pelo USDA: foram de 606 mil toneladas para uma previsão de 730 mil toneladas.

Mercado nacional

O alojamento de matrizes suínas de 2007, no Brasil, foi menor do que o do ano anterior, mas o de 2008 deverá ser o maior desde 2003. Isto explica a previsão de uma produção de carne, em 2008, próxima da de 2007 (1,9% a mais) e crescendo em 2009 pelo aumento de 1,4% de matrizes, segundo a Abipecs - tabela 2. Esta média de crescimento de matrizes resulta de um aumento de 5,6% nos estados não nominados que são menores em produção, sendo portanto mais fácil aumentá-la expressivamente. Entre os estados de maior expressão, o que deverá crescer mais é o Rio Grande do Sul (4%), depois Minas Gerais (3,6%) e Santa Catarina (1%). São Paulo e Paraná terão pequenos decréscimos no alojamento de matrizes em 2008, o que repercutirá na produção de 2009.

Tabela 2/I. Carne suína - Alojamento de matrizes no Brasil por estado - 2002-08

Estado	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Goiás	45	50	54	59	62	64	65
Minas Gerais	202	146	146	151	197	195	202
Mato Grosso do Sul	43	41	43	43	42	42	43
Mato Grosso	38	44	46	60	62	63	63
Paraná	300	272	229	233	239	236	235
Rio Grande do Sul	271	255	246	256	267	270	281
Santa Catarina	419	377	363	364	392	389	393
São Paulo	127	114	114	112	115	110	106
Outros	150	136	134	128	97	106	112
Total suinocultura industrial	1.596	1.435	1.374	1.406	1.471	1.476	1.500
Total suinocultura de subsistência	1.264	1.031	975	937	917	887	895
Total geral	2.860	2.466	2.349	2.343	2.388	2.362	2.395

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: Abipecs e Embrapa - Levantamento Sistemático da Produção e Abate de Suínos (LSPS).

A produção de suínos em 2008 deverá manter Santa Catarina em primeiro lugar seguido dos outros dois estados do Sul, Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente. Em quarto e quinto ficarão, como já é tradição, Minas Gerais e São Paulo (Tabela 3). Em 2008 a produção nacional deverá ser de 32,8 milhões de cabeças na suinocultura industrial e de 5 milhões na de subsistência, perfazendo 37,8 milhões de cabeças.

Carne suína

Em 2007 a produção catarinense na suinocultura industrial correspondeu a 28,5% da nacional e em 2008 deverá ser de 27,7% (Tabela 4).

A participação dos estados mais tradicionais na suinocultura da Região Sul e do Sudeste tem diminuído devido ao crescimento mais destacado dos estados do Centro-Oeste, principalmente de Mato Grosso e Goiás. Isto se deve à estratégia das grandes empresas de se instalarem mais próximas da produção de grãos. O Mato Grosso se tornou o segundo maior produtor de milho e o maior produtor de soja (Tabela 4). Estes estados, ao contrário do sul, têm fronteira agrícola em expansão e propriedades de maior extensão, em contraste com os estados do sul e, notadamente, em relação à Santa Catarina, onde prevalece a pequena propriedade.

O destino da produção brasileira de carne suína deverá retomar neste ano o seu ciclo natural, quebrado em 2006 por causa da suspensão das importações da Rússia. No ano passado, parte das exportações foi recuperada, mas só neste ano ela deverá superar 2005. A exportação prevista pela Abipecs para 2008 será 4% maior que a de 2005 e 7,3% maior que a de 2007 (Tabela 5).

A disponibilidade interna de carne suína no Brasil, neste ano de 2008, deverá ser comparável à de 2006 e 2007, o mesmo acontecendo com o consumo per capita (Tabela 5). A carne suína enfrenta a concorrência da carne bovina (preferida dos brasileiros) e da carne de frango (a mais barata).

A evolução das exportações de carne suína brasileira foi crescente de 2002 a 2005, caiu em 2006, e em 2007 se recuperou em valor, mas não totalmente em volume. Pela previsão da Abipecs, neste ano o volume também se recuperará (Tabela 5).

Tabela 3/l. Carne suína - Produção de suínos - Brasil -2002-08

(1.000cab.)

Estado	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Goiás	909	1.098	1.186	1.326	1.403	1.459	1.499
Minas Gerais	3.746	2.624	2.624	3.249	4.037	4.193	4.436
Mato Grosso do Sul	826	830	853	908	867	867	886
Mato Grosso	760	924	976	1.262	1.359	1.416	1.408
Paraná	5.400	5.174	4.587	4.781	5.009	5.084	5.166
Rio Grande do Sul	4.929	4.964	4.791	5.242	5.609	5.800	6.192
Santa Catarina	7.744	7.163	7.071	7.348	8.421	8.670	8.832
São Paulo	2.344	2.109	2.109	2.128	2.236	2.207	2.182
Outros	2.407	2.245	2.204	2.113	1.782	2.108	2.188
Total suinocultura industrial	29.064	27.132	26.402	28.357	30.724	31.806	32.789
Total suinocultura de subsistência	8.596	7.326	6.576	5.741	5.816	5.036	5.045
Total geral	37.660	34.458	32.978	34.098	36.540	36.842	37.834

⁽¹⁾Estimativa.

Fonte: Abipecs e Embrapa - Levantamento Sistemático da Produção e Abate de Suínos (LSPS).

Tabela 4/l. Carne suína - Produção por estado - Brasil -2002-08

(1.000 t)

Estado	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Goiás	69	87	94	109	115	121	124
Minas Gerais	270	207	207	252	315	335	364
Mato Grosso do Sul	61	66	67	72	69	70	71
Mato Grosso	56	73	77	102	111	116	117
Paraná	432	409	372	390	431	437	444
Rio Grande do Sul	387	402	383	417	466	481	514
Santa Catarina	622	569	580	610	733	754	751
São Paulo	173	167	167	168	170	177	172
Outros	171	155	154	150	122	151	154
Total suinocultura industrial	2.242	2.134	2.101	2.269	2.531	2.644	2.711
Total suinocultura de subsistência	630	563	519	439	412	354	342
Total geral	2.872	2.697	2.620	2.708	2.943	2.998	3.054

⁽¹⁾Estimativa.

Fonte: Abipecs e Embrapa - Levantamento Sistemático da Produção e Abate de Suínos (LSPS).

Tabela 5/l. Carne suína - Produção, exportação e disponibilidade interna no Brasil - 2002-08

Variável	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Produção	2.872	2.697	2.620	2.708	2.943	2.998	3.054
Exportação	476	491	508	625	528	606	650
Disponibilidade interna	2.396	2.206	2.112	2.083	2.415	2.392	2.403
Consumo per cápita (kg)	13,8	12,6	11,9	11,6	13,3	13	12,9

⁽¹⁾Estimativa

Fonte: Abipecs e Embrapa - Levantamento Sistemático da Produção e Abate de Suínos (LSPS).

Os preços internacionais da carne suína dobraram de 2002 para 2007, aumentando de US\$1,01 para US\$ 2,02/Kg, mas com a desvalorização do dólar os resultados em reais foram bem diferentes. Os preços em reais aumentam de 2002 a 2005 e depois caíram e em 2007 ficaram 33% acima de 2002 (Tabela 6).

Tabela 6/l. Carne suína - Evolução dos preços de exportação – Brasil - 2002-07

Variável	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Valor (US\$/mil)	486.577	552.596	777.664	1.168.494	1.038.507	1.232.555
Volume (tonelada)	481.029	497.571	512.062	627.320	531.385	609.743
US\$/kg	1,01	1,11	1,52	1,86	1,95	2,02
R\$/kg	2,96	3,41	4,45	4,53	4,25	3,94

Fonte: MDIC/Secex.

Mercado estadual

Santa Catarina teve o maior alojamento de matrizes em 2002 e então decaiu até 2005, recuperando-se depois parcialmente. A produção em cabeças traça a mesma curva tendo seu mínimo em 2004 e recuperando-se depois. O maior crescimento de produção ocorreu em 2006 (11,5%). Em 2007 aumentou 2,3% e em 2008 deverá crescer 1,5%. Para 2009, segundo a Abipecs, a produção deverá aumentar 3,5% (Tabela 7).

Tabela 7/l. Carne suína - Evolução do plantel e da produção de - Santa Catarina - 2002-08

Ano	Matrizes (mil cabeças)	Var.%	Produção (milhões de cabeças)	Var.%
2002	487,1		8,56	
2003	426,0	-12,5	7,95	-7,1
2004	401,0	-5,9	7,69	-3,3
2005	390,2	-2,7	7,93	3,2
2006	416,7	6,8	8,85	11,5
2007 ⁽¹⁾	412,6	-1,0	9,05	2,3
2008 ⁽¹⁾	416,1	0,9	9,19	1,5

⁽¹⁾Estimativas.

Fonte: Abipecs.

Os abates de suínos de 2006 para 2007 cresceram 9,1%, ficando pouco acima de 2002. Até maio de 2008, os abates tiveram um crescimento de 0,8% e a média mensal cresceu de 678 mil animais para 684 mil animais (Tabela 8).

Carne suína

Tabela 8/l. Carne suína - Abates totais mensais - Santa Catarina - 2002- 08

(1.000 cab.)

Mês	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	722,0	737,7	613,6	606,5	654,8	713,3	712,6
Fevereiro	678,8	664,0	600,2	602,6	621,1	640,3	646,0
Março	687,7	660,2	671,1	662,1	653,7	695,2	657,9
Abril	741,8	631,2	597,1	636,1	557,9	635,8	712,9
Mai	724,6	661,3	662,9	676,8	698,0	707,2	691,2
Junho	703,0	676,1	658,5	700,9	672,9	641,2	
Julho	768,5	732,1	700,6	681,7	684,9	686,4	
Agosto	758,5	646,4	663,9	729,1	691,8	725,0	
Setembro	742,7	628,9	642,5	706,4	644,9	656,7	
Outubro	770,1	686,7	614,4	713,8	689,0	721,8	
Novembro	696,5	603,1	646,4	688,6	663,1	707,1	
Dezembro	638,6	559,3	614,5	645,8	649,0	608,6	
Total	8.632,8	7.886,8	7.685,6	8.140,1	7.881,1	8.138,5	

Fonte: Aincadesc e Epagri-Cepa.

A produção de carne suína em Santa Catarina correspondeu a 23,9% do Brasil em 2003, sua menor participação, e a 25,8% em 2007, a maior participação (Tabela 9).

Tabela 9/l. Carne suína - Produção e exportação - Brasil e Santa Catarina - 2002-07

(1.000 t)

Ano	Brasil		Santa Catarina		SC/BR (%)	
	Produção	Exportação	Produção	Exportação	Produção	Exportação
2002	2.872	481	688	258	24,0	53,6
2003	2.697	498	644	184	23,9	36,9
2004	2.620	512	634	233	24,2	45,5
2005	2.708	627	655	283	24,2	45,1
2006	2.943	531	764	187	26,0	35,3
2007	2.998	610	773	189	25,8	31,0
2008 ⁽¹⁾	3.054		784		25,7	

⁽¹⁾Previsões.

Fonte: Abipecs e MDIC/Secex.

Quanto à participação de Santa Catarina nas exportações brasileiras, ela é decrescente. Isso se explica, porque o estado foi pioneiro e em 2002 era responsável por 53,6% das exportações nacionais. Com o crescimento dos outros estados, a participação catarinense diminuiu. Em 2005 foi exportada a maior quantidade, mas o percentual caiu para 45,1% e em 2007 caiu para 31% do volume exportado (Tabela 9).

A produção catarinense de carne suína, em 2007, distribuiu-se da seguinte forma: 58% foram para o consumo dos outros estados, 24% foram exportados e 18% para o consumo estadual. O consumo per cápita do estado aumentou levemente para 23,2 Kg/ano. Este consumo é em média 10 Kg/habitante/ano maior do que o consumo nacional de carne suína. Em 2007 a diferença foi de 10,3 Kg/habitante/ano (Tabela 10).

Tabela 10/l. Carne suína - Balanço de oferta e demanda - Santa Catarina - 2002-07

(1.000 t)

Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Produção	688	644	634	655	764	773
Exportação	258	184	233	283	187	189
Venda nacional	302	326	264	241	442	448
Disponib. estadual	129	131	133	135	134	136
Kg/hab/ano	23,005	22,992	22,998	22,998	23,000	23,200

Fonte: Abipecs, MDIC/Secex e Epagri/Cepa.

O valor das exportações catarinenses de carne suína tem o mesmo comportamento do volume exportado, sendo os percentuais um pouco menores, devido à presença de mais carcaças inteiras e à

procura de novos mercados em 2006 e 2007, depois da suspensão das importações da Rússia (Tabela 11).

Considerando-se os cinco primeiros meses de 2008, verifica-se que o volume exportado pelo Brasil é 3,9% menor do que o do ano anterior e o catarinense 2,4% superior. Assim a participação catarinense aumentou de 30,5% para 32,6%. Quanto ao valor do produto exportado, o Brasileiro aumentou 29% de janeiro a maio em relação ao mesmo período do ano passado e o catarinense 45%. Com isso a participação catarinense no valor passou de 25,9% para 29,2%. A participação deste ano supera a do ano passado e se aproxima da de 2006, mas fica ainda 14% abaixo das de 2004 e 2005. Os mercados perdidos em 2005 estão sendo recuperados, mas não com facilidade, pois foram assumidos principalmente pelo Rio Grande do Sul e, para recuperá-los, será necessário oferecer preços menores pelo mesmo produto ou produto melhor pelos mesmos preços.

As exportações catarinenses de carne suína têm se distribuído muito melhor nos últimos anos. A grande repercussão da suspensão das importações da Rússia, em 2005, deveu-se à excessiva concentração das exportações neste país (78% em valor). Esse percentual caiu para 23,4%, em 2006, e para 8,9% em 2007. Ucrânia, Hong Kong, Cingapura e a Argentina fizeram o caminho inverso e dobraram sua participação (Tabela 12).

Tabela 11/I. Carne Suína - Participação de Santa Catarina no valor das exportações brasileiras - 2002-07

(US\$ milhões)

Ano	Brasil	Santa Catarina	SC/BR (%)
2002	486,6	256,3	52,67
2003	552,6	196,7	35,60
2004	777,7	339,3	43,63
2005	1.168,5	504,7	43,19
2006	1.038,5	311,3	29,98
2007	1.232,5	331	26,86

Fonte: MDIC/Secex.

Tabela 12/I. Carne suína - Destino das exportações - Santa Catarina - 2004-07

(US\$/mil)

País	2004		2005		2006		2007	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Federação Russa	212.205	62,5	393.586	78,0	72.885	23,4	29.417	8,9
Ucrânia	38.776	11,4	23.468	4,7	73.402	23,6	87.678	26,5
Hong Kong	20.476	6,0	19.316	3,8	23.146	7,4	41.824	12,6
Cingapura	18.101	5,3	15.125	3,0	26.324	8,5	36.113	10,9
África do Sul	9.949	2,9	10.965	2,2	179	0,1	1.499	0,5
Argentina	19.995	5,9	10.628	2,1	26.959	8,7	43.567	13,2
Moldávia	888	0,3	2.008	0,4	36.028	11,6	20.666	6,2
Uruguai	1.704	0,5	2.200	0,4	10.549	3,4	15.931	4,8
Bulgária	2.286	0,7	1.555	0,3	8.636	2,8	0	0,0
Emirados Árabes	2.048	0,6	3.414	0,7	6.585	2,1	9.445	2,9
Cazaquistão	851	0,3	2.531	0,5	4.660	1,5	3.532	1,1
Albânia	538	0,2	1.563	0,3	4.380	1,4	5.843	1,8
Angola	243	0,1	767	0,2	3.690	1,2	8.170	2,5
Geórgia	891	0,3	324	0,1	3.147	1,0	5.081	1,5
Subtotal	328.951	96,9	487.450	96,6	300.570	96,5	308.766	93,3
Outros	10.355	3,1	17.227	3,4	10.747	3,5	22.219	6,7
Total	339.306	100,0	504.677	100,0	311.317	100,0	330.985	100,0

Fonte: Secex/MDIC.

Em 2007, o maior importador, a Ucrânia, adquiriu 26,5% do exportado e, em 2007, o percentual que era da Rússia se dividiu entre seis países, em três continentes diferentes. Com isto, os riscos se diluíram consideravelmente.

Carne suína

O valor das exportações de carne suína catarinense aumentou até 2005 e depois caiu, devido ao caso da Rússia. O mesmo aconteceu com os volumes exportados (Tabela 13).

Tabela 13/I. Carne suína - Evolução dos preços de exportação - Santa Catarina - 2002-07

Discriminação	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Valor (US\$/mil)	256.338	196.705	339.306	504.677	311.317	330.985
Volume (tonelada)	257.791	184.028	233.157	282.623	187.382	189.376
US\$/kg	0,99	1,07	1,46	1,79	1,66	1,75
R\$/kg	2,90	3,29	4,27	4,36	3,62	3,4

Fonte: Secex/MDIC.

O valor por quilo exportado, em dólares, teve seu ponto mais alto em 2005 e, depois, caiu, porque Santa Catarina procurou novos mercados, que remuneraram menos. Os preços em reais tiveram a mesma trajetória, mas caíram mais a partir de 2006, por causa da queda do dólar.

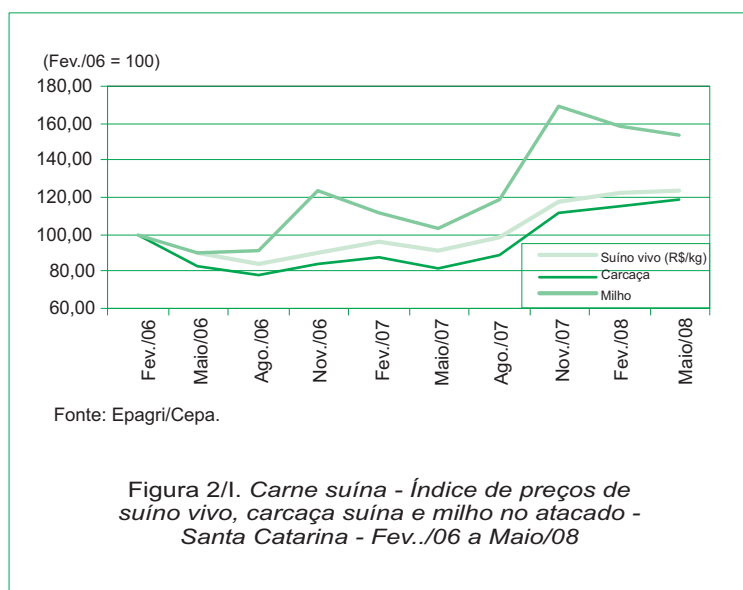
E como ficou o suinocultor catarinense nesta questão de aumentos generalizados?

Examinando uma série mais longa de preços recebidos pelos suinocultores, verifica-se que, entre 2004 a 2008, o fundo do poço ocorreu em meados de 2006 (Figura 1). Os preços mais altos foram os do início de 2005 e os do terceiro trimestre de 2008, mas isso sem se considerar os custos, pois, examinando os custos do milho, verifica-se que o seu preço também cresce a partir de meados de 2006, e cresce muito mais. De junho de 2006 a dez de 2007, os preços do suíno subiram 65% e os do milho 96%. Como dezembro de 2007 foi o de preço mais alto para o milho (R\$ 26,30), tendo oscilado depois e chegando a R\$ 23,41 em julho/2008, o decorrer deste ano não foi tão desfavorável, mas ainda permanece o problema do preço alto do milho (Figura 2).



E com os produtos no atacado, o que aconteceu? Os produtos no atacado tiveram o mesmo comportamento?

Na figura 2, verifica-se que as linhas são paralelas em alguns períodos, mas não em outros. De fevereiro de 2007 a junho de 2008, o suíno subiu 44% e a carcaça 50%. Isso ocorre por causa da defasagem de tempo que existe entre o aumento no atacado e o aumento ao produtor.

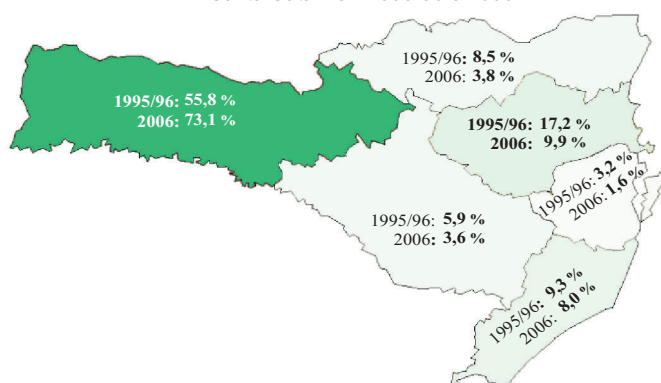


Verifica-se, então, que o suinocultor fica pressionado entre os preços dos insumos, que sobem fora de seu controle, e os preços do suíno vivo, que nem sempre recebem os aumentos que auferem os produtos no atacado.

Julio Alberto Rodigheri

Leite

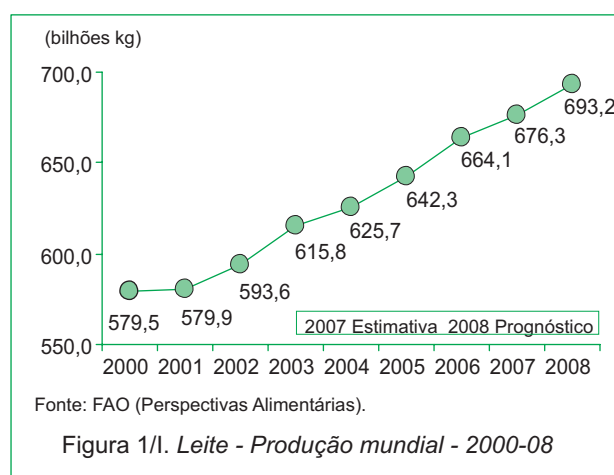
Leite - Comparativo da distribuição da produção - Mesorregiões Geográficas
Santa Catarina - 1995-96 e 2006 -



Situação mundial

Segundo a Fao – Perspectivas alimentares –, a produção mundial de leite cresceu no período de 2000 a 2007 a uma taxa média de 2,23% ao ano. Em 2007 a produção mundial de leite (de vaca, búfala, cabra e camela) foi estimada em 676,3 bilhões de quilos e o prognóstico para 2008 prevê um incremento de 2,50% sobre a produção do ano anterior (Figura 1).

A distribuição geográfica da produção leiteira no mundo pouco tem se alterado nos últimos anos. Em 2007 a Ásia e a Europa foram as principais regiões produtoras, responsáveis por 35,3% e 31,6% da produção mundial, respectivamente, seguidas pela América do Norte (13,7%) e pela América do Sul (8,4%).



A produção mundial, estimada para 2007, aumentou em 12,2 bilhões de quilos em relação ao volume produzido em 2006 e a expectativa de produção para 2008 é de 693,2 bilhões de quilos, 16,9 bilhões de quilos acima da produção estimada para 2007. No prognóstico da produção mundial elaborado pela Fao, merece destaque a perspectiva de aumento da produção no continente americano e redução na Oceania (Tabela 1).

A expectativa de produção para 2008 nos principais países ou blocos econômicos que produzem 72,4% do leite no mundo não é homogênea. Entre aqueles que têm perspectiva de crescimento da produção acima da média mundial, estão: China, Brasil, Paquistão, Índia e Estados Unidos, com destaque para China e Brasil, que devem crescer 8,3% e 7,8%, respectivamente. A União Européia e a Federação Russa devem crescer abaixo da média mundial e a Nova Zelândia deve apresentar redução de 4,5%, em relação a 2007 (Tabela 2).

Tabela 1/I. Leite - Produção mundial e das regiões - 2006-07 e prognóstico para 2008

(bilhões kg)

Região	Produção			Variação ^(%)	
	2006 (A)	2007 ⁽¹⁾ (B)	2008 ⁽²⁾ (C)	(B/A)	(C/B)
Ásia	229,3	238,4	247,9	4,0	4,0
África	32,7	33,2	33,7	1,5	1,5
América Central	16,1	16,2	16,4	0,6	1,2
América do Sul	54,7	56,9	60,3	4,0	6,0
América do Norte	90,8	92,6	94,9	2,0	2,5
Europa	215,3	213,6	215,8	-0,8	1,0
Oceania	25,4	25,2	24,2	-0,8	-4,0
Mundo	664,1	676,3	693,2	1,8	2,5

⁽¹⁾ Estimativa.

⁽²⁾ Prognóstico.

Obs.: Diferenças no total são provenientes de arredondamentos.

Fonte: FAO (Perspectivas Alimentárias - junho/08).

A produção brasileira de leite estimada pela FAO em 2007 foi de 29,4 bilhões de quilos, 10,1% acima dos 26,7 bilhões de quilos produzidos em 2006. Para 2008 está previsto um aumento de 7,8% sobre 2007, quando deverão ser produzidos 31,7 bilhões de quilos (Tabela 2).

A produção brasileira representava 4,0% da produção mundial em 2006, aumentou a participação para 4,4% em 2007 e a expectativa para 2008 é que o País aumente sua participação para 4,6% (Tabela 2).

A Ásia, a África e a América Central são as regiões que dependem do produto externo para suprir suas demandas. A Ásia, embora seja a região que mais produz leite, também é a que mais importa, seguida pela África e América Central. As demais regiões são superavitárias, em maior ou menor escala, com destaque para a Europa e a Oceania que, em 2007, tiveram saldo positivo na balança comercial de aproximadamente 21,7 bilhões de quilos de leite (Tabela 3).

De modo geral, em 2007, o volume de leite comercializado no mercado externo decresceu 3,6%, em relação a 2006 e também deverá decrescer 4,2% em 2008, segundo estimativas da FAO. O maior reflexo disso incide na redução mais acentuada das impor-

Tabela 2/I. Leite - Produção mundial e dos principais países ou blocos econômicos produtores - 2007 e prognóstico para 2008

(bilhões kg)

País	2007	2008	Var. ^(%)
União Européia (27 países)	151,8	152,7	0,6
Índia ⁽¹⁾	102,9	106,0	3,0
EUA	84,2	86,5	2,7
China	41,1	44,5	8,3
Federação Russa	32,1	32,8	2,2
Paquistão	32,5	33,8	4,0
Brasil	29,4	31,7	7,8
Nova Zelândia ⁽²⁾	15,6	14,9	-4,5
Outros países	186,7	190,3	1,9
Mundo	676,3	693,2	2,5

⁽¹⁾ Campanha começa em abril do ano indicado.

⁽²⁾ Campanha termina em maio do ano indicado.

Fonte: FAO (Perspectivas Alimentárias - junho/08).

Tabela 3/I. Leite - Importação e exportação mundial e das regiões - 2006-07 e prognóstico para 2008

(bilhões kg)

Região	Importação			Exportação		
	2006	2007 ⁽¹⁾	2008 ⁽²⁾	2006	2007 ⁽¹⁾	2008 ⁽²⁾
Ásia	19,1	18,5	17,5	3,8	4,1	4,4
África	6,7	6,3	5,9	0,4	0,4	0,4
América Central	3,7	3,5	3,5	0,2	0,3	0,3
América do Sul	2,0	1,7	1,6	3,6	2,8	3,1
América do Norte	2,3	2,2	2,2	3,0	3,2	3,4
Europa	5,0	5,0	5,2	12,4	12,6	11,7
Oceania	0,7	0,6	0,6	15,9	14,7	13,2
Mundo	39,3	37,8	36,5	39,4	38,0	36,4

⁽¹⁾ Estimativa.

⁽²⁾ Prognóstico.

Obs.: Diferenças no total são provenientes de arredondamentos.

Fonte: FAO (Perspectivas Alimentárias - junho/08).

Leite

tações da Ásia e da África e, por outro lado, na redução mais expressiva das exportações da Europa e da Oceania (Tabela 3).

O comportamento das grandes regiões mundiais não se repete, necessariamente, nos países que compõem estas regiões. Apenas dez países importaram, em 2007, 17,7 bilhões de quilos de leite, o que equivale a 53,0% do volume total importado. Para 2008 a expectativa de aquisição dos mesmos dez países é de 17,6 bilhões de quilos, cerca de 51,7% das importações mundiais. Em termos relativos, a participação destes países no total das importações foi reduzida em 1,3 pontos percentuais (Tabela 4).

Em 2007, a Nova Zelândia e a União Européia (27 países) continuaram na posição de maiores exportadores mundiais: juntos exportaram 20,5 bilhões de quilos de leite, ou 53,9% de todo leite exportado no mundo. Segundo a perspectiva da FAO, este volume deverá cair para 18,0 bilhões de quilos em 2008, queda de 8,9% (Tabela 5).

O fluxo do comércio mundial se altera gradativamente, na medida em que a produção leiteira cresce acima da média nos países que são importadores tradicionais e, também, naqueles que produzem o suficiente para suprir a demanda interna. Aumentando a produção, os países importadores diminuem a necessidade de compra e os que têm potencial para produzir além do que precisam geram excedentes, que são ofertados no mercado.

Situação brasileira

Considerações sobre as fontes dos dados internos de produção

A atividade leiteira no Brasil é avaliada, principalmente, segundo três levantamentos realizados pelo IBGE. Trata-se do Censo Agropecuário, da Produção Pecuária Municipal e da Pesquisa Trimestral do Leite. As três fontes de informação são essenciais para acompanhar o setor. No entanto, é preciso considerar alguns aspectos importantes:

1 - O Censo Agropecuário é um levantamento cujo método de pesquisa é reconhecido internacionalmente e os dados são coletados em todos os estabelecimentos agropecuários de todo o País, fato que confere um maior grau de precisão aos mesmos. Apesar disso, apresenta a desvantagem de ter

Tabela 4/I. Leite - Importações mundiais e dos principais países - 2007 e prognóstico para 2008

(bilhões kg)

País	2007	2008
China	1,9	1,8
México	2,0	2,2
Federação Russa	3,1	3,3
Argélia	1,9	1,8
Indonésia	1,3	1,4
Estados Unidos	1,7	1,7
Arábia Saudita	1,8	1,5
Malásia	1,2	1,1
Filipinas	1,4	1,4
Japão	1,4	1,4
Outros países	20,1	18,9
Mundo	37,8	36,5

Fonte: FAO (Perspectivas Alimentárias - junho/08).

Tabela 5/I. Leite - Exportações mundiais e dos principais países - 2007 e prognóstico para 2008

(bilhões kg)

País	2007	2008
União Européia	9,3	8,2
Nova Zelândia ⁽¹⁾	11,2	9,8
Austrália ⁽²⁾	3,5	3,3
Estados Unidos	2,9	3,1
Argentina	1,1	1,2
Ucrânia	1,0	1,0
Outros países	9,0	9,8
Mundo	38,0	36,4

⁽¹⁾ Campanha termina em maio do ano indicado.

⁽²⁾ Campanha termina em junho do ano indicado.

Fonte: FAO (Perspectivas Alimentárias - junho/08).

uma periodicidade muito longa (os últimos censos agropecuários foram efetuados em 1985, 1995-96 e 2006). Além disso, o tratamento dos dados após a coleta e a divulgação das informações é muito demorado. As informações preliminares de 2006, divulgadas recentemente, já estão defasadas, uma vez que estamos no segundo semestre de 2008.

2 – A produção Pecuária Municipal tem periodicidade anual, mas contém informações que apresentam grande vulnerabilidade, porque são geradas através de estatísticas secundárias, com elevado grau de imprecisão. Até mesmo o conhecimento factual de técnicos que atuam no setor é relevante para a composição desta estatística.

3 - A Pesquisa Trimestral do Leite do IBGE coleta sistematicamente o volume de leite recebido pelas indústrias que possuem inspeção federal, estadual e municipal. Esta é uma estatística de muita utilidade, principalmente porque a periodicidade de coleta dos dados é de apenas três meses e possui um elevado grau de precisão. Mas quando se deseja quantificar a produção estadual, têm-se mais uma vez problemas para o seu dimensionamento. Primeiro, porque é coletada somente a quantidade de leite industrializada sob inspeção, desconsiderando o leite que tem outro destino. Segundo, porque não se conhece o estado de origem do leite que chega à indústria; assim, sabe-se quanto de leite foi industrializado no estado, mas não se sabe o quanto deste leite o estado produziu.

Considerando o exposto, na ausência de informações mais precisas e com periodicidade mais adequada, a alternativa é trabalhar os dados disponíveis de maneira conjunta e buscando coerência entre eles.

Produção

A divulgação dos primeiros dados preliminares do Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 2007 e relativo ao ano de 2006, ocorreu no primeiro semestre de 2008. Entre os dados divulgados, estão os da produção de leite das unidades da federação e do Brasil. Como é comum ocorrer, os dados da produção leiteira auferidos pelo Censo Agropecuário são diferentes dos que vinham sendo estimados pela Produção Pecuária Municipal do próprio IBGE.

Os dados censitários, embora enfrentem o ceticismo de alguns, são informações obtidas diretamente nas propriedades rurais, onde o sistema produtivo se desenvolve. São informações declaratórias fornecidas pelos próprios produtores e, por isso, conferem um maior grau de precisão aos dados e se constituem uma importante referência para ajustar a base de dados existente.

Entretanto, os dados censitários são preliminares e devem ser utilizados com cautela até que a crítica de sua consistência seja concluída.

No período entre os dois últimos Censos Agropecuários (1995-96 e 2006), a produção brasileira cresceu 19,5%, porém o comportamento da atividade leiteira nas unidades da federação foi bastante heterogêneo. Os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Paraná e Santa Catarina são responsáveis por 66,4% da produção brasileira e apresentaram crescimento médio de 24,5% no período.

Leite

Em termos de redução da produção, a mais expressiva, devido ao grande volume de produção, ocorreu no estado de São Paulo, com queda de 29,7%. Também houve grande redução da produção em mais sete unidades da federação, cujo impacto na produção nacional é menos significativo, porque juntos estes estados produzem somente 1,2% do total da produção brasileira (Tabela 6).

A produção, segundo os dados preliminares do censo de 2006 comparados às estimativas da Produção Pecuária Municipal de 2006, apresenta redução na maioria dos estados da federação e, conseqüentemente, no Brasil. Segundo o Censo Agropecuário, a produção brasileira de 2006 foi 21,434 bilhões de litros, 15,6% abaixo dos 25,398 bilhões estima-

dos pela Produção Pecuária Municipal. Apenas nos estados do Rio Grande do Sul, Ceará, Rio de Janeiro e Paraíba as produções obtidas no censo foram maiores que as estimativas da Produção Pecuária Municipal de 2006 (Tabelas 6 e 7).

Segundo os dados da Produção Pecuária Municipal, a produção brasileira cresceu a um ritmo médio de 4,5% ao ano, no período de 2003 a 2006. De acordo com esta fonte, entre os seis estados produtores responsáveis por 72,8% da produção nacional, o maior crescimento da produção se deu em Santa Catarina (8,7%) e no Paraná (8,1%). Os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás cresceram em média, respectivamente, 4,4%, 3,9% e 1,2%. O Estado de São Paulo teve decréscimo médio anual de 0,08%, no período (Tabela 7).

A captação de leite pelas indústrias de processamento em 2007, segundo a Pesquisa Trimestral do Leite do IBGE, que levanta sistematicamente o volume de leite recebido pelas indústrias que possuem inspeção federal, estadual e municipal, foi de 17,9 bilhões de litros, apresentando um aumento de 7,3% em relação ao ano de 2006. Os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Paraná e Santa Catarina que industrializam mais de 80% do leite produzido no Brasil, apresentaram crescimento da quantidade de leite recebido pelas indústrias destes estados, respectivamente, de 3,1% e 6,4% para os anos de 2006 e 2007. Tal resultado deve-se ao bom desempenho, principalmente, dos estados do Rio grande do Sul e Santa Catarina (Tabela 8).

Tabela 6/I. Leite de vaca - Produção brasileira, segundo os estados - 1985-2006

(1.000 litros)⁽¹⁾

Estado	1985 (a)	1995-96 ⁽¹⁾ (b)	2006 ⁽²⁾ (c)	Variação	
				(b/a)	(c/b)
Minas Gerais	3.772.411	5.499.862	5.893.045	45,8	7,1
Rio Grande do Sul	1.280.804	1.885.640	2.746.710	47,2	45,7
Goiás	1.055.295	1.830.057	2.116.159	73,4	15,6
Paraná	919.892	1.355.487	2.048.486	47,4	51,1
Santa Catarina	603.704	869.419	1.435.581	44,0	65,1
São Paulo	1.810.408	1.847.069	1.297.873	2,0	(29,7)
Bahia	648.995	633.339	864.889	(2,4)	36,6
Rondônia	47.279	343.069	615.562	625,6	79,4
Ceará	354.021	384.836	561.841	8,7	46,0
Mato Grosso	122.917	375.426	496.222	205,4	32,2
Rio de Janeiro	424.191	434.719	476.257	2,5	9,6
Pernambuco	308.419	406.606	448.618	31,8	10,3
Pará	122.660	287.217	416.904	134,2	45,2
Espírito Santo	281.412	308.002	408.150	9,4	32,5
Mato Grosso do Sul	268.014	385.526	393.154	43,8	2,0
Paraíba	172.938	154.923	237.053	(10,4)	53,0
Rio Grande do Norte	140.735	158.815	228.294	12,8	43,7
Alagoas	110.022	188.172	194.239	71,0	3,2
Sergipe	92.933	134.392	147.364	44,6	9,7
Tocantins	88.501	144.921	144.903	63,8	(0,0)
Maranhão	97.559	139.451	133.128	42,9	(4,5)
Piauí	62.336	73.459	66.421	17,8	(9,6)
Acre	18.146	32.538	21.294	79,3	(34,6)
Distrito Federal	14.986	19.716	19.373	31,6	(1,7)
Amazonas	19.325	27.005	18.617	39,7	(31,1)
Roraima	7.426	9.534	3.237	28,4	(66,0)
Amapá	1.089	2.049	372	88,2	(81,8)
Brasil	12.846.418	17.931.249	21.433.748	39,6	19,5

⁽¹⁾ Período de 1/8/95 a 31/7/96.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1985, 1995-96 e 2006.

Tabela 7/I. Leite - Produção brasileira, segundo os estados
- 2003-06

Estado	(1.000 litros)			
	2003	2004	2005	2006
Minas Gerais	6.319.895	6.628.917	6.908.683	7.094.111
Paraná	2.141.455	2.394.537	2.568.251	2.703.577
Rio Grande do Sul	2.305.758	2.364.936	2.467.630	2.625.132
Goiás	2.523.048	2.538.368	2.648.599	2.613.622
São Paulo	1.785.209	1.739.397	1.744.179	1.744.008
Santa Catarina	1.332.277	1.486.662	1.555.622	1.709.812
Bahia	794.965	842.544	890.187	905.752
Pará	585.333	639.102	697.021	691.099
Rondônia	558.651	646.437	692.411	637.355
Pernambuco	375.575	397.551	526.515	630.348
Mato Grosso	491.676	551.370	596.382	583.854
Mato Grosso do Sul	481.609	491.098	498.667	490.283
Rio de Janeiro	449.425	466.927	464.946	468.191
Espírito Santo	379.253	405.717	417.676	434.000
Ceará	352.832	363.272	367.975	380.025
Maranhão	230.205	286.857	321.180	341.206
Sergipe	139.003	156.989	191.306	242.568
Rio Grande do Norte	174.146	201.266	211.545	235.461
Alagoas	241.016	243.430	236.109	228.238
Tocantins	201.282	214.720	220.465	217.319
Paraíba	125.872	137.322	148.599	154.655
Acre	100.039	109.154	79.665	98.096
Piauí	74.179	75.757	78.713	79.786
Amazonas	41.605	42.912	43.881	45.368
Distrito Federal	38.200	38.888	34.842	34.122
Roraima	8.115	7.290	5.797	5.798
Amapá	3.240	3.274	4.014	4.433
Brasil	22.253.863	23.474.694	24.620.860	25.398.219

Fonte: IBGE. Produção Pecuária Municipal.

A produção nacional projetada para 2007, com base no volume de leite recebido pelas indústrias, em 2007 teve aumento de 7,3% sobre a produção de 2006 e segundo dados preliminares levantados pelo Censo Agropecuário, relativos a 2006, estima-se que a produção brasileira esteja situada ao redor de 23,0 bilhões de litros. No entanto, a mesma projeção, se aplicada nos dados de produção da Produção Pecuária Municipal, aponta que a produção chegue a 27,3 bilhões de litros.

Tudo que se fizer, além das duas projeções efetuadas, para estimar a produção brasileira de leite de vaca para 2007, adquire um caráter ainda mais especulativo. Na prática, somente com o término da crítica de consistência dos dados coletados pelo Censo Agropecuário de 2006 e a divulgação da Produção Pecuária Municipal de 2007, haverá uma informação mais consistente sobre a produção leiteira.

Para 2008, a evolução da quantidade de leite recebida pelas indústrias, no primeiro trimestre, apresenta um incremento de 9,3% sobre a produção nacional de 2007, 2,8 pontos percentuais acima do crescimento ocorrido em 2006 (Tabela 9). Este crescimento, no entanto, parece pouco para justificar a expectativa gerada pelo conhecimento factual de que houve um significativo aumento do potencial produtivo do setor. Além disso, é difícil antever o quanto do potencial produtivo será utilizado, haja vista a relação oferta/demanda, principal variável determinante do preço recebido pelos produtores.

Tabela 8/I. Leite - Produção destinada à industrialização, segundo os estados – 2005⁽¹⁾-07

(1.000 litros)

Estado/ano	2005 (I A)	2006 (I B)	2007 (I C)	Var %	
				(B/A)	(C/B)
Minas Gerais	4.700.926	4.694.918	5.027.303	-0,1	7,1
Rio Grande do Sul	1.979.471	2.252.503	2.512.728	13,8	11,6
São Paulo	2.299.857	2.113.705	2.226.376	-8,1	5,3
Goiás	2.036.941	2.166.567	2.164.504	6,4	-0,1
Paraná	1.375.676	1.409.554	1.473.891	2,5	4,6
Santa Catarina	817.053	976.463	1.086.463	19,5	11,3
Rondônia	568.872	580.303	691.756	2,0	19,2
Mato Grosso	319.858	333.918	414.704	4,4	24,2
Rio de Janeiro	421.356	417.134	392.833	-1,0	-5,8
Bahia	325.306	284.209	286.829	-12,6	0,9
Pará	215.493	229.928	283.723	6,7	23,4
Mato Grosso do Sul	238.850	220.374	225.729	-7,7	2,4
Espírito Santo	250.404	223.006	210.061	-10,9	-5,8
Pernambuco	132.911	160.113	202.500	20,5	26,5
Ceará	119.517	138.753	151.931	16,1	9,5
Alagoas	121.565	103.009	117.209	-15,3	13,8
Tocantins	87.376	80.533	108.507	-7,8	34,7
Rio Grande do Norte	77.315	77.198	79.415	-0,2	2,9
Sergipe	63.129	67.681	72.050	7,2	6,5
Maranhão	46.520	49.006	60.836	5,3	24,1
Paraíba	41.943	42.642	47.615	1,7	11,7
Piauí	17.974	21.378	19.741	18,9	-7,7
Distrito Federal	15.568	15.689	16.786	0,8	7,0
Acre	9.818	10.206	11.786	4,0	15,5
Amazonas	405	...	814
Roraima	167	59	205	-64,7	247,5
Brasil	16.284.267	16.669.742	17.886.290	2,4	7,3

⁽¹⁾ Até dezembro de 2005 os dados das Unidades da Federação com menos de 4 (quatro) informantes estão desidentificados com o caracter X. A partir de janeiro de 2006 a desidentificação passou a ser feita para menos de 3 (três) informantes.

Obs.: Diferenças no total são provenientes de arredondamentos.

Os dados divulgados são oriundos de estabelecimentos que estão sob inspeção sanitária federal, estadual ou municipal.
Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite.

Tabela 9/I. Leite - Quantidade recebida pela indústria, no primeiro trimestre, segundo os estados - 2006-08

(1.000 litros)

Estado/ano	2006 (a)	2007 (b)	2008 (c)	Var %	
				(b/a)	(c/b)
Minas Gerais	407.335,7	411.110,7	468.730,0	0,9	14,0
Rio Grande do Sul	174.703,3	202.511,3	221.206,3	15,9	9,2
São Paulo	177.024,7	183.658,7	194.848,3	3,7	6,1
Goiás	184.905,3	199.927,0	192.580,3	8,1	-3,7
Paraná	114.967,3	122.940,0	133.652,3	6,9	8,7
Santa Catarina	77.389,0	85.998,7	101.153,7	11,1	17,6
Outros estados	265.068,7	286.174,3	319.026,7	8,0	11,5
Brasil	1.401.394,0	1.492.320,7	1.631.197,7	6,5	9,3

Nota: 1 - Até dezembro de 2005 os dados das Unidades da Federação com menos de 4 (quatro) informantes estão desidentificados com o caracter X. A partir de janeiro de 2006 a desidentificação passou a ser feita para menos de 3 (três) informantes.

2 - Os dados divulgados são oriundos de estabelecimentos que estão sob inspeção sanitária federal, estadual ou municipal.

Obs.: Diferenças no total são provenientes de arredondamentos.

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite.

A produção leiteira dá resposta imediata ao comportamento da variável preço, ajustando rapidamente a oferta de leite, buscando o ponto de equilíbrio, cujos preços possibilitem gerar uma margem de lucro mínima aceita pelos produtores. Desta forma, qualquer estimativa com base na produção passada pode ter pouca credibilidade.

Importações e exportações

A partir do início deste decênio o comércio internacional de produtos lácteos, do ponto de vista brasileiro, deu início a uma inversão do fluxo da comercialização. Houve uma significativa redução das importações e, por outro lado, um forte crescimento das exportações. Como resultado, a partir de 2003, o saldo da balança comercial oscilou, apresentando pequenos déficits e superávits e em 2007 atingiu a marca histórica de US\$122.453.000,00 de superávit (Tabela 10).

Tabela 10/I. Leite e derivados - Importações e exportações brasileiras - 1997-007

Ano	Importações		Exportações		Saldo	
	Tonelada	US\$ 1.000	Tonelada	US\$ 1.000	Tonelada	US\$ 1.000
1997	318.747	454.670	4.304	9.410	(314.443)	(445.260)
1998	384.124	508.829	3.000	8.105	(381.124)	(500.724)
1999	383.674	439.951	4.398	7.520	(379.275)	(432.431)
2000	307.116	373.189	8.935	13.401	(298.181)	(359.789)
2001	141.214	178.637	19.375	25.050	(121.838)	(153.587)
2002	215.331	247.557	40.168	40.318	(175.163)	(207.239)
2003	83.557	112.292	44.459	48.532	(39.097)	(63.759)
2004	55.884	83.923	68.255	95.426	12.371	11.503
2005	72.820	121.193	78.376	130.127	5.556	8.934
2006	94.043	154.689	89.058	138.535	(4.985)	(16.155)
2007	63.621	150.834	96.579	273.287	32.957	122.453

Fonte: MDIC/Secex.

Para 2008 os dados do primeiro semestre são bastante animadores, o crescimento das exportações foi de 10,0%, enquanto as importações tiveram queda de 0,5%. O resultado foi um saldo na balança comercial de US\$11.849.286,00, configurando um aumento de 185%, em relação aos US\$ 4.164.606,00 alcançados no primeiro semestre de 2007.

A Argentina é o principal exportador de produtos lácteos para o Brasil. A importação brasileira daquele país, em 2007, foi de US\$ 90.746.000,00, montante levemente superior ao valor das importações realizadas em 2006. Já o Uruguai, que ainda mantém a segunda posição no ranking das importações brasileiras, exportou muito menos para o Brasil. Em 2007 o valor das importações uruguayas foi 44,9% menor que o valor obtido no ano anterior.

Tabela 11/I. Leite e derivados - Importações brasileiras, segundo os principais países - 2005-07

País	2005		2006		2007	
	Tonelada	US\$ 1.000	Tonelada	US\$ 1.000	Tonelada	US\$ 1.000
Argentina	35.292	65.746	44.575	89.036	33.729	90.746
Uruguai	16.052	31.842	28.153	37.706	9.399	20.782
França	5.957	7.210	6.432	9.277	5.349	10.366
Polônia	2.527	1.634	1.808	1.328	3.331	5.429
Nova Zelândia	709	2.122	848	3.830	802	4.833
Países Baixos (Holanda)	587	1.049	643	2.568	746	4.579
Austrália	1.186	2.729	1.239	3.311	1.422	4.546
Estados Unidos	6.139	3.862	4.674	2.661	4.074	4.066
Paraguai	2.131	637	4.210	1.360	3.767	1.416
Outros países	2.240	4.362	1.461	3.610	1.003	4.070
Total	72.820	121.193	94.043	154.689	63.621	150.834

Fonte: MDIC/Secex.

Em contrapartida, França, Polônia, Nova Zelândia, Países Baixos, Austrália e Estados Unidos ganharam espaço no comércio brasileiro. O valor das importações originárias destes países em 2007 foi 47% maior que em 2006 (Tabela 11).

Leite

A geografia dos países importadores de produtos lácteos do Brasil se alterou muito nos últimos anos. Tradicionalmente Angola, Argentina e Estados Unidos são os países que mais figuram entre os maiores importadores. No entanto, o peso destes países no total das exportações brasileiras tem se alterado significativamente.

De 2000 a 2003 a aquisição destes três países representava mais da metade das exportações brasileiras, diminuindo sensivelmente a partir de 2004, chegando a representar apenas 8,14% em 2007. A Argentina foi a que apresentou queda mais expressiva. Por outro lado, a partir de 2004, Venezuela, Angola e Argélia foram os principais compradores (Tabela 12).

Tabela 12/I. Leite e derivados - Exportações brasileiras, segundo os principais países - 2000-07

	(US\$1.000)							
País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Venezuela	46,8	0	796,3	1514,5	7557,9	10017,3	33528,4	62585,0
Argélia	0	590,0	3950,0	1532,0	11558,9	18194,8	5053,2	54867,5
Senegal	0	0	0	251,6	3318,3	5974,7	0,0	12902,0
Argentina	5106,6	9081,9	7317,6	2669,4	3455,7	5828,1	5949,6	8555,1
Estados Unidos	468,8	664,8	5640,7	7367,8	7948,7	12745,7	9571,2	7210,4
Angola	3188,2	4526,1	8426,7	12721,9	9149,9	12032,2	18991,9	6483,3
Cuba	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8326,5	11953,9	6478,6
Filipinas	0,0	1042,7	2836,7	0,0	867,2	0,0	4357,8	6158,8
Sudão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5655,2
Egito	0,0	1749,4	215,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5392,4
Chile	409,1	437,4	818,1	3147,3	4304,8	7303,8	4670,2	4804,4
Rep. Dominicana	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4676,6
Libano	0,0	0,0	0,0	312,4	743,5	0,0	1694,9	4330,6
Libia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4282,1
Mali	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4209,5
África do Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4431,5	1385,7	4119,1
Mauritânia	0,0	0,0	0,0	0,0	1488,5	1966,5	0,0	3982,4
Trinidad e Tobago	0,0	690,5	2767,3	2080,9	4013,9	3046,1	2673,1	3977,1
Nigéria	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3843,0
Arábia Saudita	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1270,6	3662,1
Outros	4141,3	6247,3	7477,8	16910,3	40973,8	40226,0	37434,1	55111,5
Total	13360,9	25030,0	40246,3	48508,0	95381,1	130093,2	138534,6	273286,8

Fonte: MDIC/Secex.

Em 2007, o quadro se modificou ainda mais, a Venezuela e a Argélia foram os principais importadores e adquiriram aproximadamente 43% do total das exportações brasileiras. O restante do volume exportado foi distribuído entre vários países, a maioria pertencente ao continente africano (Tabela 12).

Produção catarinense

De acordo com os dados preliminares do censo de 2006, o estado de Santa Catarina foi um dos estados em que a produção leiteira cresceu a taxas mais significativas, em relação ao censo de 1995-96. Em 2006, o estado respondeu por 6,7% da produção nacional de leite de vaca e ocupou a posição de quinto produtor nacional. Em 1995-96, Santa Catarina respondia por 4,8% da produção e era o sexto produtor nacional. Superou o estado de São Paulo, cuja produção decresceu cerca de 30% neste mesmo período, tendo reduzido a sua participação na produção nacional de 10,3%, em 1995-96, para 6,1% em 2006.

Na agropecuária catarinense, a atividade leiteira foi a que mais se desenvolveu nos últimos anos. As variáveis necessárias para avaliar o setor do ponto de vista econômico e comercial, coletadas pelo Censo Agropecuário, ainda não estão disponíveis, mas, de modo geral, percebe-se que a pecuária leiteira se aperfeiçoou e evoluiu tecnicamente em todo o estado. Apesar do número de estabeleci-

mentos que tiveram produção de leite, em 2006, ter diminuído muito em todas as microrregiões do estado, em relação ao censo de 1995-96, a produção média anual de leite por estabelecimento cresceu 170,1%, no mesmo período. Com destaque para a mesorregião Oeste Catarinense, cuja produção média por estabelecimento é de 20.381 litros/ano e para as microrregiões de Curitibanos e Tubarão, respectivamente, com produção média de 18.671 e 19.720 litros/ano (Tabela 13).

Tabela 13/l. Leite - Número de estabelecimentos agropecuários com leite, segundo as micro e mesorregiões - 1985-96 e 2006

Micro e mesorregião	Número de produtores			Produção média de estabelecimento leite por (l/ano)	
	1995-96 ⁽¹⁾	2006 ⁽²⁾	Variação% 2006-1995-96	1995-96	2006
Chapecó	24.519	18.107	(26,15)	5.924	18.993
Concórdia	11.288	8.755	(22,44)	8.004	19.993
Joaçaba	10.257	5.601	(45,39)	8.121	22.519
São Miguel do Oeste	17.600	13.481	(23,40)	7.308	21.630
Xanxerê	6.913	5.538	(19,89)	5.447	20.327
Oeste Catarinense	70.577	51.482	(27,06)	6.874	20.381
Canoinhas	7.506	4.346	(42,10)	6.185	9.429
Joinville	3.865	1.280	(66,88)	5.925	7.289
São Bento do Sul	1.068	312	(70,79)	4.591	11.420
Norte Catarinense	12.439	5.938	(52)	5.967	9.072
Florianópolis	1.900	1.095	(42,37)	3.364	2.762
Tabuleiro	3.033	1.835	(39,50)	4.100	7.237
Tijucas	2.755	1.120	(59,35)	3.381	6.240
Grande Florianópolis	7.688	4.050	(47)	3.661	5.751
Campos de Lages	8.925	3.884	(56,48)	4.097	6.942
Curitibanos	3.673	1.336	(63,63)	4.004	18.671
Serrana	12.598	5.220	(59)	4.070	9.943
Araranguá	5.107	3.082	(39,65)	2.894	5.174
Criciúma	3.116	2.122	(31,90)	5.778	7.863
Tubarão	8.532	4.159	(51,25)	5.655	19.720
Sul Catarinense	16.755	9.363	(44)	4.836	12.245
Blumenau	7.534	2.251	(70,12)	5.173	7.176
Itajaí	1.408	430	(69,46)	4.785	7.381
Ituporanga	5.416	3.090	(42,95)	4.240	8.038
Rio do Sul	11.253	6.999	(37,80)	7.191	14.066
Vale do Itajaí	25.611	12.770	(50)	5.841	11.168
Santa Catarina	145.668	88.823	(39)	5.968	16.162

⁽¹⁾ Período de 1/8/95 a 31/7/96.

⁽²⁾ Dados preliminares.

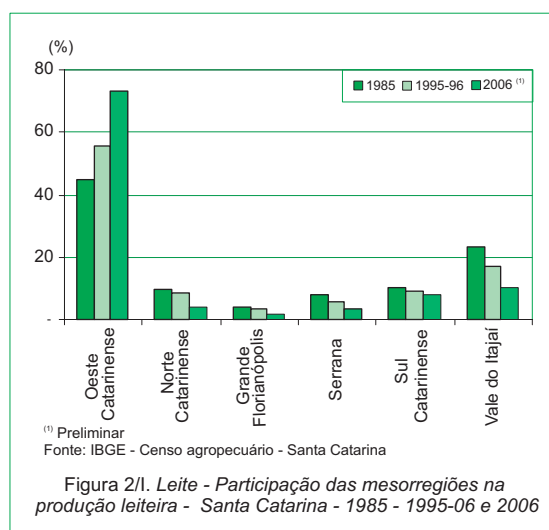
Fonte: IBGE.

A produção catarinense de leite apresentou crescimento médio de 65% em relação à produção do Censo Agropecuário de 1995-96. A região Oeste Catarinense se consolidou como grande produtora estadual, superando a marca de um bilhão de litros produzidos em 2006. Incremento médio de 116% no período de, aproximadamente, dez anos.

A mesorregião do Oeste Catarinense é responsável por 73,1% da produção catarinense e foi a única região que ganhou em termos de representatividade. No Censo Agropecuário de 1995-96, a região

Leite

concentrava 55,8% da produção estadual. A mesorregião Sul Catarinense teve perda moderada e as demais tiveram perdas significativas de representatividade (Figura 2).



No Oeste Catarinense todas as microrregiões tiveram significativo aumento da produção de leite. As microrregiões que mais contribuíram para este resultado foram Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste, que tiveram aumento médio de 199%, 137% e 127%, respectivamente, e produziram 748 mil litros de leite (Tabela 14).

A mesorregião Sul Catarinense também teve crescimento expressivo da produção. Cresceu cerca de 41% no período, puxada pela microrregião de Tubarão, que se destacou com um incremento de 70% sobre a produção de 1995-96. A mesorregião Serrana manteve a produção estável em relação ao último censo, mas o comportamento das duas microrregiões que a compõem foi divergente, enquanto a microrregião de Curitibanos cresceu 70% e a de Campos de Lages diminuiu 26% no mesmo período (Tabela 14).

Tabela 14/I. Leite - Produção catarinense, segundo as meso e microrregiões geográficas 1985 - 1995-96 - 2006

Meso e microrregião geográfica	1985	1995-96 ⁽¹⁾	2006 ⁽²⁾	Varição% 2006-1995-96
(1.000 litros)				
Chapecó	75.139	145.240	343.913	2,37
Concórdia	50.351	90.351	175.041	1,94
Joaçaba	60.603	83.293	126.130	1,51
São Miguel do Oeste	61.030	128.612	291.595	2,27
Xanxerê	23.370	37.655	112.571	2,99
Oeste Catarinense	270.493	485.151	1.049.250	2,16
Canoinhas	21.609	46.422	40.978	0,88
Joinville	32.659	22.900	9.330	0,41
São Bento do Sul	4.401	4.903	3.563	0,73
Norte Catarinense	58.669	74.225	53.871	0,73
Florianópolis	6.767	6.392	3.024	0,47
Tabuleiro	9.219	12.436	13.279	1,07
Tijucas	9.509	9.315	6.989	0,75
Grande Florianópolis	25.495	28.143	23.291	0,83
Campos de Lages	34.315	36.567	26.961	0,74
Curitibanos	12.838	14.708	24.944	1,70
Serrana	47.153	51.275	51.905	1,01
Araranguá	14.526	14.778	15.947	1,08
Criciúma	14.781	18.004	16.686	0,93
Tubarão	32.866	48.245	82.015	1,70
Sul Catarinense	62.173	81.027	114.649	1,41
Blumenau	48.995	38.971	16.153	0,41
Itajaí	5.908	6.737	3.174	0,47
Ituporanga	18.879	22.964	24.837	1,08
Rio do Sul	65.939	80.925	98.451	1,22
Vale do Itajaí	139.721	149.597	142.615	0,95
Santa Catarina	603.704	869.418	1.435.581	1,65

⁽¹⁾Período de 1/8/95 a 31/7/96.

⁽²⁾Dados preliminares.

Fonte: IBGE.

As demais mesorregiões apresentaram queda expressiva da produção. As únicas microrregiões que integram estas mesorregiões e que tiveram aumento na produção foram as de Rio do Sul e de Ituporanga no Vale do Itajaí e a microrregião Tabuleiro na Grande Florianópolis. Nas demais microrregiões houve queda da produção, com destaque para Joinville, Blumenau e Itajaí, cuja produção caiu mais de 50% no período intercensitário (Tabela 14).

Os vinte principais municípios que produzem leite em Santa Catarina, segundo o Censo Agropecuário de 2006, concentram aproximadamente 20% dos produtores e são responsáveis por 30% da quantidade produzida no Estado. Concórdia é o principal município produtor, com 2.285 produtores, que produziram mais de 41 milhões de litros de leite em 2006 (Tabela 15).

Segundo o Censo, a produção catarinense de leite de 2006 foi de 1,436 bilhão de litros, volume cerca de 16% abaixo dos 1,710 bilhão de litros divulgados pela Produção Pecuária Municipal do IBGE para o mesmo ano.

Segundo a Pesquisa Trimestral do IBGE, no ano de 2007 o volume de leite captado pelas indústrias catarinenses, sob inspeção federal, estadual e municipal, foi de 1,086 bilhão de litros, 11% superior a quantidade captada em 2006. No primeiro trimestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007, o crescimento foi ainda mais expressivo, de 17,6% (Tabela 16).

A partir do comportamento do volume de leite recebido pelas indústrias, em 2007, de informações conjunturais obtidas junto às indústrias e produtores rurais e adotando os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2006 como referências, o Epagri-Cepa estima que a produção estadual de 2007 tenha se situado ao redor de 1,58 bilhão de litros.

Tabela 15/l. Leite - Principais municípios produtores de leite em Santa Catarina -2006

Município	Estabelecimento (nº)	Quantidade (1.000 litros)
Concórdia	2.285	41.371
Itapiranga	1.056	28.718
São José do Cedro	1.084	28.604
Guaraciaba	1.114	28.145
São João do Oeste	646	24.408
Braço do Norte	586	24.401
Palmitos	1.276	23.713
Cunha Porã	899	23.328
Seara	947	22.520
São Lourenço do Oeste	985	21.254
Chapecô	823	20.980
Iporã do Oeste	786	19.752
São Carlos	668	19.071
Saudades	841	18.809
Tunápolis	564	18.637
Xavantina	594	17.968
Xaxim	770	17.960
Descanso	854	17.549
Coronel Freitas	808	16.723
Campos Novos	572	16.645
Subtotal	17.586	433.911
Santa Catarina	88.822	1.435.581

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Tabela 16/l. Leite - Quantidade de leite recebido pela indústria em Santa Catarina - 2000-08

Ano/mês	(1.000 litros)					
	2000	2002	2004	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Janeiro	37.729	48.827	56.812	81.565	95.103	109.657
Fevereiro	35.587	44.144	49.742	73.750	81.281	98.458
Março	33.657	44.186	48.357	76.852	81.612	95.346
Abril	31.437	42.514	46.569	72.258	77.106	
Mai	33.723	42.812	49.426	71.613	74.984	
Junho	36.344	43.745	53.272	75.773	80.358	
Julho	39.798	46.393	56.881	80.174	107.443	
Agosto	43.687	47.420	62.906	87.572	93.814	
Setembro	46.278	45.791	63.942	85.662	101.130	
Outubro	48.298	49.885	65.767	87.846	102.651	
Novembro	45.356	47.513	62.956	87.277	93.035	
Dezembro	47.385	51.288	66.131	96.121	97.946	
Subtotal	106.973	137.157	154.911	232.167	257.996	303.461
Total	479.279	554.518	682.761	976.463	1.086.463	303.461

⁽¹⁾ Dados preliminares.
Fonte: IBGE.

Leite

Santa Catarina tradicionalmente é exportador de matéria-prima para ser processada em outros Estados. No entanto, não há um levantamento sistemático que mensure e divulgue a quantidade de leite cru que sai de Santa Catarina para ser processado em outro estado.

Assim, a partir dos dados preliminares do Censo Agropecuário de 2006, estima-se que anualmente cerca de 215,3 milhões de litros de leite sejam industrializados em outras unidades da federação, o que representa aproximadamente 14% da produção 2007 estimada para Santa Catarina. Desta forma, estima-se que a produção destinada às indústrias e postos de resfriamento do Estado, em 2007, gire em torno de 1,302 bilhões de litros.

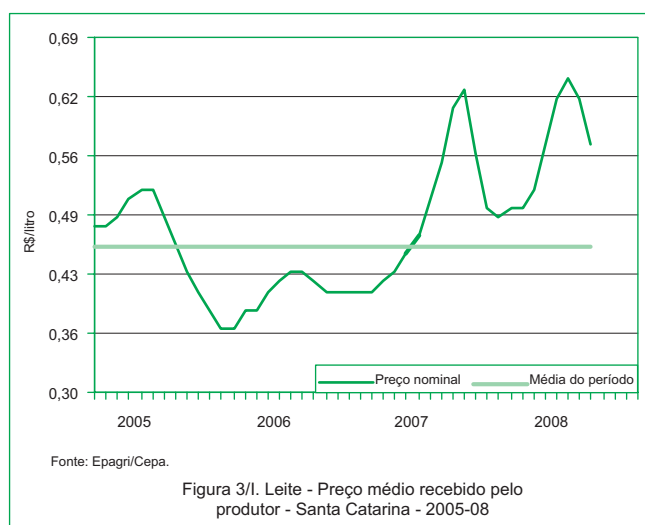
No primeiro trimestre de 2008, o recebimento de leite pela indústria local superou 300 milhões de litros, o que representa um acréscimo de mais de 17% em relação ao primeiro trimestre de 2006 (Tabela 16). Isso, em princípio, pode sugerir uma explosão da produção no Estado, porém, outras variáveis mais complexas, decorrentes da relação oferta/demanda e custo/preço, devem regular o crescimento da produção. Todavia, acredita-se que a produção estadual supere a 1,7 bilhões de litros no ano de 2008.

Isso só reforça a tendência de franco crescimento da produção estadual dos últimos anos. A expectativa é que Santa Catarina ocupe cada vez mais espaço na produção leiteira nacional e que a atividade se consolide como importante (em alguns casos estratégica) para o desenvolvimento de algumas regiões do estado.

Comportamento dos preços em 2007

Durante todo o ano de 2007, a disputa pela matéria-prima em Santa Catarina foi bastante acirrada, dando sustentação aos preços e mantendo os preços médios nominais acima da média histórica dos últimos anos, ao contrário do que aconteceu em 2006, cujos preços oscilaram muito pouco ao longo do ano e sempre se mantiveram abaixo da média histórica dos preços praticados no último ano (Figura 3).

Os preços médios nominais do leite, em nível de produtor, para o produto posto na plataforma da indústria (frete por conta do produtor), foram ascendentes de janeiro a setembro, quando alcançaram o pico de R\$0.63/litro, invertendo a trajetória de aumento dos preços, na época em que tradicionalmente ocorre o aumento da oferta de matéria-prima. Os preços médios praticados no ano de 2007 foram bem maiores que os preços praticados no ano em 2006 (Figura 3).



Primeiro semestre de 2008 e perspectivas

No primeiro semestre de 2008, a curva de preços segue a mesma trajetória de 2007. Todavia, o início da descendência da curva, que no ano anterior ocorreu em outubro, foi antecipado para o mês de julho (Figura 3).

Os preços médios nominais dos meses de janeiro a julho foram, em média, 22,5% superiores aos preços de 2007. O melhor preço nominal médio histórico em Santa Catarina foi de R\$0,64/litro, em junho de 2008. Considerando que a oferta de matéria-prima foi maior que nos anos anteriores, pode-se atribuir a sustentação dos preços à demanda interna e à exportação de produtos lácteos (Tabela 17).

Tabela 17/I. Leite - Preços médios, em nível de produtor - Santa Catarina - 2003-08

Mês/ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	0,41	0,40	0,48	0,37	0,41	0,50
Fevereiro	0,42	0,39	0,48	0,39	0,42	0,50
Março	0,43	0,39	0,49	0,39	0,43	0,52
Abril	0,44	0,40	0,51	0,41	0,45	0,57
Maio	0,43	0,42	0,52	0,42	0,47	0,62
Junho	0,44	0,45	0,52	0,43	0,51	0,64
Julho	0,43	0,47	0,49	0,43	0,55	0,62
Agosto	0,43	0,49	0,46	0,42	0,61	0,57
Setembro	0,43	0,49	0,43	0,41	0,63	
Outubro	0,43	0,47	0,41	0,41	0,56	
Novembro	0,43	0,47	0,39	0,41	0,50	
Dezembro	0,42	0,48	0,37	0,41	0,49	

Fonte: Epagri/Cepa.

No mercado interno, a economia brasileira atravessa uma fase de crescimento e de mobilidade social e econômica, reduzindo proporcionalmente a população das classes menos favorecidas. Esse aumento no poder de compra, aliado à boa elasticidade da demanda dos produtos lácteos, se não gera expectativa de aquecimento da demanda interna, pelo menos reduz a preocupação com o desaquecimento da demanda

A relação positiva entre o volume de produtos lácteos exportado e importado também ajuda minimizar a queda de preço da matéria-prima, que tradicionalmente ocorre no segundo semestre. A valorização do real diante do dólar, por um lado, reduz a vantagem competitiva que o Brasil tem no custo de produção da matéria-prima e, por outro, favorece a importação de produtos lácteos.

Os bons preços recebidos pelos produtores nos últimos meses estimularam a busca de capacitações e novos investimentos em melhoramento genético, sanidade, higiene e, especialmente, na formação e manejo das pastagens, aspectos fundamentais para a expansão da produção leiteira catarinense ao longo dos últimos anos. Isso acabou se traduzindo em aumento da produtividade e, por decorrência, aumento da oferta de leite.

O aumento da oferta superou as expectativas iniciais para 2008. No início do segundo semestre, o crescimento da oferta nas principais regiões produtoras cresceu significativamente. Na primeira quinzena de setembro, os dados conjunturais da atividade leiteira indicavam crescimento da produção de até 30% em relação ao primeiro semestre.

Os preços pagos pelos insumos e fatores de produção, utilizados na atividade leiteira, por sua vez, tiveram aumentos expressivos de preços em 2007 e primeiro semestre de 2008, exercendo grande pressão nos custos de produção do leite. O custo total médio por litro de leite no ano de 2007 foi de R\$ 0,47. Em 2008 o custo total médio até agosto foi de R\$ 0,54, que representa aumento de 15% em relação ao custo médio de 2007. Este percentual é bastante significativo, considerando a peque-

Leite

na margem de lucro que a atividade proporciona e, também, porque não há expectativa de redução expressiva destes custos de produção no curto prazo.

Diante do exposto e em se mantendo o potencial produtivo instalado, o excesso de oferta de leite, aliado à pouca capacidade de processamento do leite visando ao enxugamento da produção excedente, cria-se a expectativa de uma fase ruim de preços para os próximos meses, quando comparado aos preços recebidos nos últimos meses.

Portanto, no curto prazo, resta ao produtor ajustar a sua produção, reduzindo ao máximo o custo e buscando tirar o maior proveito da situação, até a virada do ciclo de preços baixos. No médio e longo prazo, o aumento da produção leiteira deverá intensificar a busca de novos mercados e um novo desafio se coloca como fator de sucesso. Trata-se da implantação de um programa com vistas a melhorar a qualidade da matéria-prima, para atender as exigências do mercado externo.

Francisco Carlos Heiden

Panorama mundial

A atividade apícola mundial, praticada em mais de 130 países, tem mostrado expansão na produção, disponibilizando uma diversidade de produtos e subprodutos nos últimos anos. Em 2006, conforme estimativas da FAO, a produção total de mel alcançou aproximadamente 1,44 milhão de toneladas, gerando um montante financeiro de aproximadamente 1,5 bilhão de dólares. Esta cifra, entretanto, aumenta consideravelmente à medida que são consideradas as produções de própolis, pólen, geléia real e cera, dentre outros, bem como os serviços de polinização utilizados na agricultura e pecuária (pastagens).

Em 2006, os países que mais se destacaram na produção de mel foram a China, com 21,2%; a Turquia, com 5,8%; a Argentina, com 5,6%; a Ucrânia, com 5,3%, os Estados Unidos, com 4,9%; o México, com 3,9%; a Federação Russa com 3,8% e a Índia com 3,6%. Estes países são responsáveis por mais da metade do volume mundial produzido. O Brasil é o 12º colocado com 24%, conforme pode ser observado na tabela 1.

Ressalta-se que os serviços de polinização se tornam, cada vez mais, uma prática obrigatória, integrando as atividades agropecuárias na maioria dos países e contribuindo de maneira significativa para o aumento da qualidade e melhoria da produtividade de produtos da horticultura (frutas e verduras), da lavoura (principalmente os grãos) e de pastagens.

O consumo de mel *in natura* ainda é bastante baixo e pouco difundido junto à população de alguns países, atin-

Tabela 1/I. Mel - Quantidade produzida no mundo e nos principais países - 2004-06

País	Quantidade Produzida (t)		
	2004	2005	2006
Mundo	1.372.142	1.381.404	1.438.261
Alemanha	16.000	17.000	20.000
Angola	23.000	23.000	23.000
Argentina	80.000	80.000	80.000
Brasil	24.500	24.500	33.800
Canadá	32.755	33.000	48.453
China	304.987	305.000	304.978
Coréia do Sul	28.000	29.000	24.000
Espanha	36.695	37.000	30.000
Estados Unidos	82.000	82.000	70.238
Etiópia	38.100	39.000	44.000
Federação Russa	52.782	53.000	55.316
Hungria	19.504	20.500	17.319
Índia	52.000	52.000	52.000
Irã	35.000	36.000	36.000
Quênia	21.500	21.500	25.000
México	56.808	56.808	55.970
Romênia	19.150	19.200	18.195
Tanzânia	27.000	27.000	27.000
Turquia	73.929	73.929	83.842
Ucrânia	57.878	60.502	75.600

Fonte: FAO (jul/08).

Mel

gindo uma média *per capita* mundial de cerca de 300 g/hab/ano; nos países da comunidade europeia, tal índice sobe para 700 g/hab/ano (FAO, 2005).

Os maiores consumos anuais foram observados nos seguintes países: Áustria - 1.700 gramas; Grécia - 1.600 gramas; Suíça - 1.300 gramas; Alemanha - 1.200 gramas; Eslovênia - 1.100 gramas; Ucrânia - 1.000 gramas; Turquia - 800 gramas; Canadá e Espanha - 700 gramas cada; Estados Unidos e Nova Zelândia - 600 gramas cada; França - 500 gramas; México - 200 gramas (FAO, 2006).

Em 2005, segundo a mesma fonte, foram exportadas para os principais centros consumidores mundiais 426 mil toneladas de mel

in natura, representando um movimento financeiro de US\$ 720 milhões. Os principais mercados vendedores, em volume, foram o argentino, o chinês, o alemão, o mexicano e o húngaro, com participação de cerca de 60%. Destacam-se, com o melhor preço médio de mercado por quilograma, o mel negociado pela Alemanha (US\$ 3,34), pela Turquia (US\$ 3,06), pela Austrália (US\$ 2,83) e pela Espanha (US\$ 2,75); o Brasil, por sua vez, obteve um preço médio de US\$ 1,31, conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2/1. Mel - Quantidade e valor das exportações, total mundial e nos principais países - 2003-05

País	2003		2004		2005	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)
Mundo	403.198	950.197	384.389	862.525	425.650	719.638
Alemanha	21.161	79.291	22.374	90.092	23.311	77.897
Argentina	70.499	159.894	62.536	120.537	107.670	128.503
Austrália	5.160	18.078	6.610	22.845	7.201	20.361
Brasil	19.273	45.545	21.029	42.303	14.442	18.940
Bulgária	6.453	15.670	5.620	14.589	3.626	7.330
Canadá	15.041	47.253	14.021	38.073	12.376	24.996
Chile	12.810	33.186	5.393	13.107	7.159	9.981
China	87.469	110.194	81.325	97.610	91.285	93.364
Cuba	6.244	12.799	7.323	16.147	4.381	6.993
Espanha	11.633	38.385	9.914	34.875	9.605	26.402
USA	5.032	9.455	4.068	7.883	3.911	7.297
Hungria	15.807	52.040	14.962	50.262	18.808	42.722
Índia	6.964	14.626	10.354	14.671	16.769	26.361
México	25.018	67.947	23.374	57.408	19.026	31.836
Romênia	9.643	25.943	8.758	22.050	6.634	12.523
Turquia	14.776	36.421	5.686	16.329	2.143	6.564
Uruguai	9.177	23.701	13.357	28.751	8.876	10.947
Vietnã	10.548	18.917	15.563	20.046	16.210	14.217

Fonte: FAO (ago./08).

O volume de mel importado em 2005 teve um incremento de 8,65% em relação ao ano anterior. Houve, contudo, diminuição de 20% nos desembolsos financeiros, denotando uma queda significativa no preço do mel em relação a 2004. O maior incremento em termos de volume foi registrado pelos EUA com 30,3% que, no entanto registrou uma queda de 16,2% nos desembolsos financeiros. As maiores aquisições foram feitas pelos Estados Unidos, representando 24,9% das transações, seguido pela Alemanha, com 22,5%, pelo Japão, com 10,2% pelo Reino Unido, com 6,6%, conforme pode ser observado na tabela 3.

Ressalta-se que países com relativa participação na produção e com expressão nas vendas para o mercado externo também aparecem nas estatísticas como importadores expressivos. É o caso da Alemanha e da Espanha, dentre outros, que adquirem o produto *in natura* (a granel), realizam o processamento para, em seguida, disponibilizá-lo novamente no mercado. Esta é uma tática que possibilita uma maior agregação de valor ao produto, bastante usual entre os importadores.

Tabela 3/I. Mel - Quantidade e valor das importações, total mundial e nos principais países - 2003-05

País	2003		2004		2005	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)
Mundo	401.947	980.274	390.603	921.896	424.397	737.224
Alemanha	93.532	240.851	88.958	230.704	95.446	166.231
Arábia Saudita	8.991	33.325	9.628	26.006	11.264	30.637
Austrália	8.779	24.988	2.576	9.025	1.213	4.977
Áustria	4.297	13.793	4.494	14.600	5.024	12.277
Bélgica	6.652	20.997	6.859	21.751	8.246	20.529
Canadá	8.830	18.135	8.894	17.736	8.204	16.134
China	6.174	10.351	8.050	12.999	3.414	3.791
Dinamarca	5.486	15.185	4.657	14.429	5.571	11.019
Espanha	11.119	27.269	13.759	31.463	15.017	22.175
Estados Unidos	92.151	219.496	81.027	149.550	105.543	125.356
França	15.165	49.532	17.081	54.530	19.261	43.330
Itália	14.449	42.382	15.390	41.621	14.030	25.909
Japão	43.785	62.014	47.033	65.012	43.162	57.424
Malásia	4.896	6.387	2.521	4.631	2.194	4.037
Holanda	9.575	22.794	7.279	23.011	11.517	20.074
Polônia	4.488	4.479	4.089	7.067	4.950	8.312
Reino Unido	21.867	64.229	25.893	75.117	27.980	61.836
Suiça	6.790	21.950	6.129	23.105	6.289	18.717

Fonte: FAO (ago./08).

Panorama nacional

Com uma extensão territorial de 8,513 milhões de quilômetros quadrados, o Brasil possui vegetação e clima diversificados que favorecem a exploração da atividade apícola em todas as unidades da Federação. No entanto, embora exista um potencial favorável, a produção nacional é ainda pouco expressiva e permite alcançar apenas o 12º lugar no ranking mundial (2,3%). É preciso melhorar esta posição. Isto será possível à medida que os diversos segmentos da cadeia produtiva da atividade tornarem os produtos apícolas mais competitivos, mediante a melhoria de qualidade, produtividade, preços acessíveis, mais investimentos em desenvolvimento de tecnologia e inovação de processos, marketing e recursos humanos.

É significativa a contribuição do setor apícola nacional na geração de benefícios econômicos e sociais. Ele gera milhares de empregos diretos e indiretos, como, por exemplo, na polinização em pomares, nos trabalhos de manutenção dos apiários, na produção de equipamentos e no manejo de produtos e serviços apícolas, tais como mel, própolis, pólen, cera e geléia real.

Em 2006, segundo o IBGE, o Brasil produziu aproximadamente 36 mil toneladas de mel, registrando-se um aumento de 7,2% na produção em comparação com 2005. Os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Piauí e Santa Catarina obtiveram as maiores produções e foram responsáveis por 57% do volume total produzido, conforme demonstrado na tabela 4. Dentre as regiões, a Região Sul é líder com um total de 16.422 toneladas, respondendo por 45% da produção nacional de mel. Segundo informações obtidas junto à Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), estima-se que em 2008 a produção nacional de mel supere o patamar das 50 mil toneladas.

Mel

Salienta-se, entretanto, que em alguns estados produtores das regiões do Nordeste (Bahia, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte), Sudeste (Minas Gerais) e Centro-Oeste (Mato Grosso), as condições naturais de clima, com estações mais bem definidas, têm favorecido a exploração da atividade e permitido a obtenção de melhores rendimentos por colméia e o conseqüente aumento da produção nos anos mais recentes.

A apicultura nacional continua carecendo de mais organização, de maior entrosamento entre os diversos agentes da atividade (federações, associações de apicultores, cooperativas, entrepostos de vendas, dentre outros) e da inclusão de elementos de inteligência competitiva, possibilitando uma melhor estruturação de dados e informações, tais como: produção existente, número de apicultores (profissional e amador), entrepostos de vendas (número existente, onde se encontram e qual a sua capacidade, destino das vendas), boas práticas apícolas (BPA), critérios de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC), incidência de pragas e doenças, monitoramento da qualidade dos produtos apícolas, pesquisas e processos de desenvolvimento de tecnologia e produtos, informações sobre embalagens e rotulagem, mercados incluindo variação de preços, certificadoras e certificação, procedimentos legais, normas e padrões, além de outras informações cabíveis e necessárias.

Com esses dados e informações de âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional continuamente atualizados e à disposição, o empresário rural dedicado ao agronegócio apícola terá a possibilidade de uma tomada de decisão ágil, melhorando substancialmente a gestão do negócio. Estas mesmas condições também permitem a definição de políticas adequadas para o desenvolvimento do setor.

Atento a isso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) criou e instituiu em 2006 a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas constituída por representantes dos atores ligados ao setor em nível nacional que se tornou o principal fórum de discussão e definição de políticas, diretrizes e ações para o desenvolvimento do segmento no país.

Neste sentido, vem sendo desenvolvido também, desde 2006, o Sistema Agropecuário de Produção Integrada da Apicultura (SAPI APIS). Coordenado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), o sistema leva em consideração os aspectos abordados acima, garantindo sustentabilidade e competitividade ao agronegócio apícola e está sendo desenvolvido, em conjunto com os atores da cadeia produtiva do mel, em forma de projeto-piloto em Santa Catarina e na seqüência deverá ser expandido para as demais regiões do Brasil.

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) com foco na apicultura, que vêm sendo desenvolvidos em alguns estados da federação pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), são plataformas e pontos de partida importantes para a implantação e expansão do SAPI APIS.

Tabela 4/1. Mel - Produção brasileira e dos principais estados produtores - 2002-06

Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	24.028	30.022	32.290	33.750	36.194
Bahia	873	1.419	1.494	1.775	2.047
Ceará	1.373	1.896	2.933	2.312	3.053
Minas Gerais	2.408	2.194	2.134	2.208	2.482
Paraná	2.843	4.068	4.348	4.462	4.612
Piauí	2.221	3.146	3.894	4.497	4.196
Rio Grande do Sul	5.604	6.777	7.317	7.428	7.820
Santa Catarina	3.828	4.511	3.600	3.926	3.990
São Paulo	2.092	2.454	2.333	2.396	2.542
Demais estados	2.786	3.557	4.237	4.746	5.452

Fonte: IBGE.

O setor é constituído, além da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), de 18 federações estaduais, cerca de 400 associações ligadas ao sistema CBA, mais de 230 entrepostos, 200 mil apicultores e mais de 2,5 milhões de colméias.

O número de apicultores e de colméias aumenta sensivelmente quando se considera os agricultores que exploram a atividade apenas como uma fonte de renda complementar da família.

A estimativa de consumo nacional de mel *in natura*, segundo os diversos agentes da cadeia produtiva, está em torno de 100 g/hab/ano – quantidade considerada pouco expressiva se comparada com o consumo de alguns países europeus, como a Áustria, a Grécia, a Suíça, a Alemanha, onde ele se situa acima de 1.000 g/hab/ano.

Nestes e noutros países, já há algum tempo, o mel deixou de ser uma prática de uso medicinal (cura de gripe, regulador de intestino, dentre outros), para ser uma fonte complementar de alimento, devido aos diversos componentes existentes nele, como açúcares, vitaminas, aminoácidos e sais minerais – considerados essenciais ao organismo humano.

A divulgação regular pelos diversos órgãos e instituições nacionais ligadas ao setor, mediante a promoção de feiras, exposições, seminários, serviços de marketing e outros meios, além de propiciar maior conhecimento sobre os benefícios resultantes do uso do mel e dos outros produtos da colméia, como geléia real, pólen e própolis, contribuirá para um provável aumento do consumo e incremento nas vendas.

No âmbito externo, com o embargo ao mel brasileiro pela União Européia no primeiro trimestre de 2006, os Estados Unidos tornaram-se o maior parceiro comercial do Brasil, com 73,9% e 90,7% das compras do mel brasileiro em 2006 e 2007, respectivamente, triplicando a sua participação em relação a 2005, como pode ser observado na tabela 5. Nesse mesmo contexto, em 2007 aparece também o Canadá como um parceiro importante, representando 6,5% na compra do mel brasileiro. Com o fim do referido embargo no primeiro semestre de 2008, observa-se uma retomada daquele mercado em países como a Alemanha e Reino Unido com 6,2% das compras; há a expectativa de um aumento significativo das exportações para União Européia no segundo semestre deste ano. O volume de mel exportado em 2007 (12.907 toneladas) foi inferior ao volume exportado em 2006 (14.442 toneladas), contudo as exportações de mel dos primeiros oito meses do ano de 2008 já superaram a receita de todo o ano de 2007. Até agosto, o País já negociou US\$ 24,7

Tabela 5/1. Mel - Valor e quantidade das exportações brasileiras, por país de destino - 2005-08

País	Valor ¹ FOB ¹ (US\$1.000)				Quantidade ¹ (t)			
	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Total	18.940	23.373	21.194	24.721	14.442	14.602	12.907	10.737
África do Sul	0	0	426	262	0	0	252	121
Alemanha	8.106	4.077	29	1.284	6.234	2.586	20	548
Bélgica	294	274	0	96	182	165	0	42
Canadá	37	215	1.471	1.862	20	134	844	723
Espanha	550	82	0	0	414	42	0	0
Estados Unidos	4.353	17.329	19.058	20.421	3.317	10.785	11.704	8.908
Índia	0	0	0	164	0	0	0	98
Reino Unido	4.959	1.251	0	240	3.780	831	0	123
Demais países	641	145	977	392	495	59	87	174

⁽¹⁾Acumulado nos meses de janeiro a agosto de 2008.

Fonte: MDIC/Secex.

Mel

milhões, desempenho superior aos US\$ 21,2 milhões alcançados em todo o ano passado (Tabela 5). Deve-se ressaltar também que a partir de 2007 e 2008 observa-se uma diversificação no rol de compradores com destaque para a África do Sul e Índia.

O mercado paulista continua liderando as vendas nacionais (destaca-se como o maior centro receptor de mel do País) para o exterior, representando 34,5% das exportações em 2007 (Tabela 6). Em seguida vêm os estados do Rio Grande do Sul com 14,3%; depois, Ceará e Piauí, ambos com 13,4%. Esses três estados têm ocupado alternadamente o segundo lugar nas exportações nos últimos anos. O estado de Santa Catarina vem diminuindo a sua participação nas exportações nos últimos anos, aparecendo em 2007 em quinto lugar, com 11,1%.

Tabela 6/I. Mel - Valor e quantidade das exportações, por estado - Brasil - 2005-08

Estado	Valor FOB (US\$1.000)				Quantidade(t)			
	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Brasil	18.972	23.373	21.194	24.721	14.442	14.602	12.907	10.737
Ceará	3.442	4.584	3.224	3.471	2.342	2.723	1.732	1.323
Minas Gerais	227	309	426	488	157	208	266	195
Paraná	541	1.497	1.487	3.211	333	898	835	1.350
Piauí	3.046	3.005	2.903	2.812	2.503	1.940	1.731	1.284
Rio Grande do Sul	760	2.364	2.764	4.329	589	1.484	1.851	1.927
Rio Grande do Norte	50	632	866	510	40	439	555	267
Santa Catarina	2.928	3.110	2.222	1.854	2.262	2.002	1.445	800
São Paulo	7.739	7.629	7.238	7.688	6.052	4.756	4.454	3.440
Demais estados	239	243	64	358	165	152	38	151

⁽¹⁾Acumulado nos meses de janeiro a agosto de 2008.

Fonte: MDIC/Secex.

O valor médio anual por tonelada de produto brasileiro vendido, em 2004, atingiu a cifra de US\$ 2.011,66/tonelada, proporcionando uma perda financeira de 17,3% em relação aos preços pagos em 2003. Em 2005 caiu ainda mais, atingindo US\$ 1.311,46/tonelada do produto. Em 2006, observava-se uma gradativa melhora nesses valores, com uma remuneração de US\$ 1.600,83/tonelada – crescimento de 22,0% em comparação ao ano de 2005; continuou crescendo em 2007, alcançando em 2008 (acumulado de janeiro a agosto) a cifra de US\$ 2.302,35/tonelada.

No período analisado, até 2005 as maiores cotações médias pertencem aos exportadores paranaenses. A partir de 2006, a boa performance do mel cearense no mercado externo propicia as melhores cotações médias, em relação aos demais estados exportadores, conforme demonstrado na tabela 7.

Tabela 7/I. Mel de abelha – Preços médios das exportações brasileiras - Média nacional e dos principais estados exportadores - 2004-08

Estado	Preço Médio (US\$/t)				
	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Brasil	2.011,66	1.311,46	1.600,68	1.642,03	2.302,35
Ceará	1.896,41	1.469,94	1.683,28	1.861,76	2.623,57
Minas Gerais	2.160,64	1.438,13	1.484,67	1.602,66	2.504,53
Paraná	2.245,48	1.608,77	1.666,30	1.782,03	2.378,48
Piauí	1.902,84	1.216,97	1.548,88	1.676,64	2.190,38
Rio Grande do Norte	-	1.260,00	1.440,15	1.559,61	1.910,87
Rio Grande do Sul	1.975,17	1.290,08	1.593,20	1.492,59	2.246,75
Santa Catarina	2.036,29	1.293,65	1.553,62	1.537,65	2.316,55
São Paulo	2.007,49	1.275,02	1.604,12	1.625,12	2.234,88

⁽¹⁾Acumulado nos meses de janeiro a agosto de 2008.

Fonte: MDIC/Secex.

Panorama estadual

Santa Catarina possui uma vegetação natural diversificada, considerada de boa qualidade melífera, que propicia boas condições para o desenvolvimento da atividade apícola em toda a sua extensão territorial.

Além da produção de mel, a atividade apícola possibilita obter produtos como cera, própolis, geléia real, pólen e apitoxina, além de oferecer os serviços de polinização que contribuem sensivelmente na melhoria da produtividade e qualidade de produtos agrícolas (frutas, sementes, grãos, dentre outros) e das pastagens no estado. Segundo Kalvelage (2000)¹, somente nos pomares de maçã em Santa Catarina estima-se o emprego de 50 mil colméias no serviço de polinização dirigida, possibilitando um incremento na produção num valor superior a US\$ 70 milhões anuais.

Estima-se que cerca de 400 mil colméias se encontrem distribuídas em praticamente todos os municípios catarinenses e que existam aproximadamente 30 mil apicultores (entre profissionais e amadores). Deste contingente, cerca de três mil são considerados apicultores profissionais e têm na atividade sua principal fonte de renda.

O setor conta com o apoio da Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina (Faasc), de 73 associações de apicultores e de 43 entrepostos de compras e vendas, dos quais apenas 18 disponibilizam regularmente mel *in natura* no mercado.

Segundo o IBGE, as maiores produções encontram-se nas mesorregiões do Oeste Catarinense, Sul Catarinense e Serrana; o rendimento médio oscila entre 14 e 26 quilos por colméia. A variação da produtividade está diretamente relacionada com as condições climáticas (índice pluviométrico e de insolação, temperaturas, umidade relativa), localização geográfica do apiário, disponibilidade e condições de uso de florada, dentre outros fatores que normalmente influenciam o trabalho das abelhas, a qualidade e o sabor do mel.

Segundo a Faasc, a maior densidade de colméias por apicultor encontra-se nas mesorregiões Sul Catarinense e Vale do Itajaí, enquanto as melhores produtividades pertencem aos apicultores das mesorregiões Sul Catarinense, Serrana e Alto Vale.

Quanto ao uso de florada para extração do néctar pelas abelhas, na mesorregião Sul Catarinense predominam as flores de eucalipto; na Serrana e no Norte Catarinense, as flores silvestres com predominância de vassouras e bracinga (flor e melato); no Alto Vale do Itajaí, as flores silvestres, enquanto na Oeste, as flores silvestres, a uva-do-japão e a laranjeira, conforme demonstrado na tabela 8.

¹ Kalvelage, H. 2000. Valor das abelhas *Apis mellifera* na produção agrícola de Santa Catarina. In: XIII Congresso Brasileiro de Apicultura, 2000, Florianópolis. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Apicultura. Florianópolis: FAASC/EPAGRI.

Tabela 8/I. Mel – Principal período de colheita, tipo de florada, número de colméia por apicultor e rendimento por colméia, por mesorregião - Santa Catarina - 2007

Mesorregião	Período de colheita	Tipo de florada predominante	Colméia/apicultor	Rendimento/colméia (n°)
Oeste Catarinense	Ago. a nov.	silvestre, uva-do-japão e laranjeira	7	13,1
Norte Catarinense	Set. a nov.	silvestre, vassouras e bracatinga	26	14,5
Serrana	Set. a dez.	silvestre, vassouras e bracatinga	23	18,3
Grande Florianópolis	Set. a nov.	silvestre	26	15,8
Vale do Itajaí	Ago. a dez.	silvestre	34	17,0
Sul Catarinense	Mar. a maio	eucalipto	87	25,8

Fonte: Faasc (2007).

Historicamente, o estado de Santa Catarina é um dos maiores produtores nacionais de mel (Tabela 4), figurando até 2003 como o segundo maior produtor com uma produção de 4,5 mil toneladas. Em 2004, no entanto, as condições climáticas desfavoráveis e, sobretudo, o desastre provocado pelo “Furacão Catarina” na região Sul Catarinense fez com que houvesse uma queda representativa da produção naquela região, refletindo-se na redução de toda a produção do estado. O destaque foi para a microrregião geográfica de Criciúma, com uma redução de 71% na produção de mel em relação ao ano anterior (2003), representando cerca de 650 toneladas a menos de mel, conforme pode ser observado na Tabela 9. Em 2005, a produção catarinense foi de pouco mais de 3,9 mil toneladas (Tabela 9), apresentando um aumento de 9,05% em relação ao ano anterior. As estimativas para 2006 apontam para um aumento percentual ligeiramente superior ao de 2005, havendo a possibilidade da produção se aproximar os patamares do ano de 2003.

Em 2007, devido às condições climáticas favoráveis em Santa Catarina – índice de precipitação, temperatura, índice de insolação, umidade relativa

do ar distribuída regularmente durante toda a safra apícola (julho a maio) – é bastante provável que se atinja uma produção entre 6,0 e 6,5 mil toneladas.

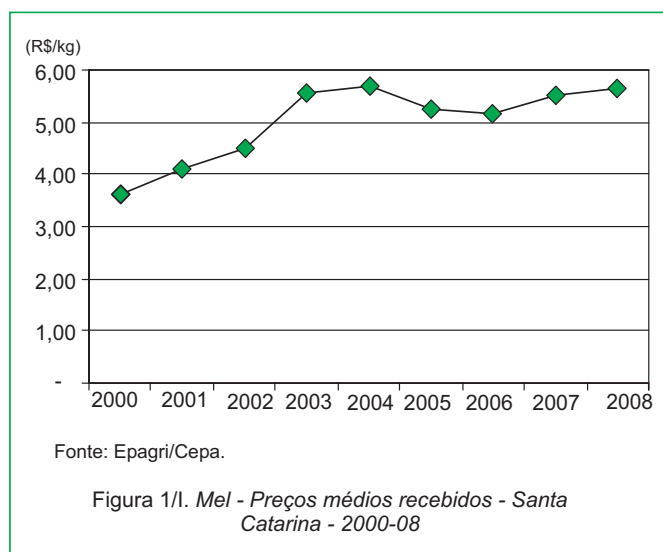
No mercado interno, as vendas da produção catarinense de mel mantêm-se em torno de 20%; os 80% restantes são comercializados principalmente junto aos consumidores de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, bem como nos Estados Unidos, principal parceiro comercial internacional dos últimos dois anos.

Tabela 9/I. Mel - Quantidade produzida e participação percentual por microrregião geográfica - Santa Catarina - 2002-05

Discriminação	Quantidade produzida (t)				Partic. (%) 2005
	2002	2003	2004	2005	
Santa Catarina	3.828,0	4.511,0	3.600,0	3.926,0	100,00
Araranguá	76,0	81,0	48,6	67,4	1,72
Blumenau	85,1	107,4	73,3	69,7	1,78
Campos de Lages	561,0	575,6	573,7	607,1	15,47
Canoinhas	359,0	364,0	374,0	357,0	9,09
Chapecó	276,6	276,2	260,7	272,7	6,95
Concórdia	142,0	181,7	204,5	222,6	5,67
Criciúma	684,3	926,0	276,9	585,3	14,91
Curitibanos	125,3	121,6	115,6	102,1	2,60
Florianópolis	47,3	52,1	61,0	58,5	1,49
Itajaí	16,8	16,2	14,8	16,1	0,41
Ituporanga	73,7	105,1	73,0	96,0	2,45
Joaçaba	260,6	296,1	327,8	338,8	8,63
Joinville	28,4	36,4	34,5	38,8	0,99
Rio do Sul	214,6	272,1	240,0	230,7	5,88
São Bento do Sul	47,3	47,7	49,0	48,8	1,24
São Miguel do Oeste	238,8	354,4	319,5	301,0	7,67
Tabuleiro	200,3	209,0	214,0	216,1	5,50
Tijucas	88,0	96,2	45,9	35,4	0,90
Tubarão	199,4	259,9	170,1	148,6	3,79
Xanxerê	103,7	132,0	123,8	112,5	2,86

Fonte: IBGE.

Os preços médios nominais recebidos pelo apicultor, nas principais regiões produtoras do estado no período de janeiro de 2000 a agosto de 2008, oscilaram entre R\$ 3,62 e R\$ 5,67 o quilo do produto. Os anos de 2003, 2004, 2007 e 2008 atingiram as melhores remunerações, conseqüência de um mercado mais comprador, influenciado inclusive pelos preços internacionais favoráveis. Nos demais anos mantêm-se praticamente inalterados, atingindo a cifra média anual no período de R\$ 5,00 o quilo, conforme demonstrado na figura 1.



Para o segundo semestre de 2008, é bastante provável que se mantenham os mesmos níveis de venda, sendo necessário, no entanto, que a população continue estimulada e cada vez mais consciente da importância desse produto como fonte complementar de alimento e de benefício para a saúde.

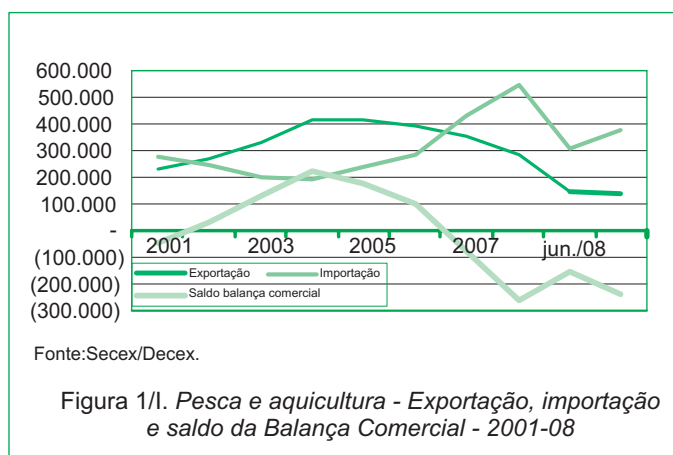
Para isso, é preciso que sejam mantidos os mecanismos de incentivo junto à sociedade mediante a realização de seminários, feiras, exposições e quaisquer outras formas de promoção e divulgação dos produtos e subprodutos apícolas, possibilitando dessa forma uma provável melhora nos preços ao produtor.

Horst Kalvelage
Luiz Marcelino Vieira

Desempenho da pesca e aqüicultura

O Brasil, como o 24º produtor mundial de pescados (peixes, crustáceos e moluscos), tem uma produção extrativa (mar, rios e lagos) de 777,9 mil toneladas, e na aqüicultura (maricultura e água doce), de 271,7 mil toneladas, totalizando 1.049,6 mil toneladas (IBAMA 2008).

As exportações brasileiras de pescados no ano de 2003, incluindo a pesca e a aqüicultura, alcançaram um total de 107,8 milhões de toneladas e representaram cerca de US\$ 412,1 milhões em divisas. Em 2007, entretanto, o setor não teve o mesmo desempenho, caindo para 49,8 milhões de toneladas e 274,5 milhões de dólares. Entre os anos de 2001 e 2005, a balança comercial nacional foi superavitária, passando a registrar déficit a partir de 2005 até julho de 2008, conforme demonstrado na figura 1.



Este déficit resultou de um conjunto de fatores, donde são destacados: decréscimo significativo no volume das exportações; crescimento vertiginoso no volume das importações; aumento do consumo per cápita de pescado - passando de 5,96 kg/habitante/ano em 2005 para 6,27 kg/habitante/ano em 2006; crescimento no preço médio das importações; e intensificação da política cambial de valorização do real com relação ao dólar.

Em 2007, os principais estados vendedores de pescados foram o Rio Grande do Norte, com participação de 23,3% do volume negociado, seguido pelo Pará, com 18,6%, Ceará, com 12,3%, Rio Grande do Sul, com 11,0 e Santa Catarina, com 10,9% (na quinta posição). A soma desses estados perfaz 76,1% do volume total comercializado.

O principal produto de exportação é o camarão cultivado - produzido principalmente nos estados do nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia) que concentram cerca de 95% da

produção brasileira. Segundo estimativas da Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), a carcinicultura gera em torno de 48 mil empregos diretos somente no Nordeste do País.

Em 2003, os produtores dos Estados Unidos, preocupados com o volume de camarão exportado pelo Brasil, começaram a articular uma ação antidumping contra o produto brasileiro. Na época, metade das exportações seguia para os Estados Unidos, fato que resultou em uma queda significativa nas exportações no ano de 2004. A partir de 2005, como forma de contornar essa ameaça, os produtores iniciaram comercialização do camarão brasileiro no mercado europeu, sendo o camarão, o principal produto pesqueiro exportado na época, seguido da lagosta. Os principais países compradores em 2006 foram: França – 40,63%, Espanha – 35,3% e Holanda – 4,6%. Os EUA passaram a adquirir apenas 2,1% do nosso camarão. No entanto, devido aos valores atuais (2008) do dólar em relação ao real, praticamente não está havendo exportação deste produto, ficando quase toda a produção no mercado interno.

Além do camarão, algumas espécies nativas de peixes de água salgada e de água doce têm sido divulgadas nos países da Europa, visando ampliar as alternativas de oferta.

Em relação às importações, os principais produtos são bacalhau, salmão e merluza, da Noruega, Chile e Argentina, entre os 34 países fornecedores de diferentes produtos.

O governo brasileiro quer incrementar a produção de pescados (peixes, crustáceos e moluscos) e suas principais estratégias são: incentivar a maricultura ao longo da costa, auxiliando, assim, o pescador artesanal que tem visto diminuir ano após ano os estoques da pesca extrativa; apoiar a atividade da pesca extrativa através de diversos incentivos, tanto para a indústria quanto para a pesca artesanal; aumentar a quantidade de peixes de água doce cultivados no interior do País, visando melhorar a renda do produtor rural. Este conjunto de medidas aumenta a segurança alimentar da sociedade como um todo.

Separadamente, serão enfocadas as áreas da pesca extrativa e da aquicultura praticadas em Santa Catarina.

Pesca extrativa

Cerca de 40 mil catarinenses estão envolvidos direta e profissionalmente na pesca extrativa, incluindo os ligados à indústria e à pesca artesanal, e 150 mil pessoas beneficiadas indiretamente pela atividade. O produto da pesca artesanal é destinado ao mercado estadual e para as regiões sul e sudeste, enquanto os produtos da pesca industrial chegam a todo território nacional e também a outros países.

Os pescadores artesanais estão organizados em entidades denominadas “colônias” que chegam a 33 das 186 comunidades pesqueiras dos 531 quilômetros do Litoral de Santa Catarina, com algo em torno de 25 mil pescadores filiados, sendo que estas colônias estão interligadas à Federação dos Pescadores. Já a pesca industrial conta com aproximadamente 15 mil pessoas (pescadores e funcionários) num conjunto de cerca de 50 indústrias distribuídas entre Itajaí e Florianópolis, os maiores

Desempenho da pesca e aquicultura

portos de desembarque e processamento pesqueiro do estado. A indústria também conta com seus órgãos de representação, como a Fiesc e o Sindicato das Indústrias de Pesca de Itajaí (SINDIPI), os quais congregam o conjunto de empresas do ramo. Atualmente, a frota industrial de Santa Catarina desembarca pescados nos portos de Rio Grande (RS), Itajaí e Florianópolis (SC) e Santos (SP).

A produção obtida pela pesca extrativa no estado, tanto no mar quanto nos rios e lagoas, foi de 127.745 toneladas, incluídas aí a pesca industrial (117.681 toneladas) e a pesca artesanal (10.064 toneladas), produção que movimentou R\$ 195.016.370,00 (IBAMA 2006).

As exportações de pescado catarinense são decrescentes nos últimos seis anos. Em 2002 alcançam um total de 14,2 mil toneladas, caindo 61,8% das vendas em 2007, com 5,4 mil toneladas comercializadas, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1. Pesca e aquicultura - Exportação catarinense – Janeiro de 2000 a agosto de 2008

Ano	Valor ¹ (US\$ ¹ 1000 ¹ Fob)	Quantidade ² (t)
2000	18.878	8.917
2001	20.665	10.501
2002	18.350	14.212
2003	20.969	11.999
2004	24.133	11.477
2005	25.637	9.139
2006	20.458	6.122
2007	27.939	5.428
Até ago/07	16.099	3.648
Até ago/08	15.016	3.334

Fonte: MDIC/Secex.

Aquicultura

A aquicultura engloba tanto os cultivos em águas salgadas (maricultura) de peixes, camarões, macroalgas e moluscos bivalves (ostras, mexilhões, vieiras), quanto os cultivos em águas interiores, como peixes, rãs e camarões de água doce. A atividade vem se desenvolvendo ano após ano, conferindo ao estado uma posição de referência nacional.

A produção aquícola catarinense, somando a maricultura e a água doce, alcançou no ano de 2006 um total de 37.128,5 toneladas, o que equivale a 22,5% do que produz a pesca extrativa do Estado. Em nível nacional, a aquicultura representava até este ano 25,5% da produção da pesca extrativa (IBAMA 2006).

A maricultura está provocando mudanças na economia de vários municípios litorâneos, por aumentar a renda nas comunidades pesqueiras tradicionais e por favorecer a atividade turística da orla marítima. A piscicultura de água doce, no interior do estado, incrementa a renda do produtor e disponibiliza a oferta de pescados cultivados, além de gerar um aumento no nível de empregos na área rural.

Desta forma, a aquicultura catarinense vem se tornando muito importante, tanto social quanto economicamente. A seguir, serão apresentadas e analisadas separadamente cada uma das atividades que compõem a aquicultura.

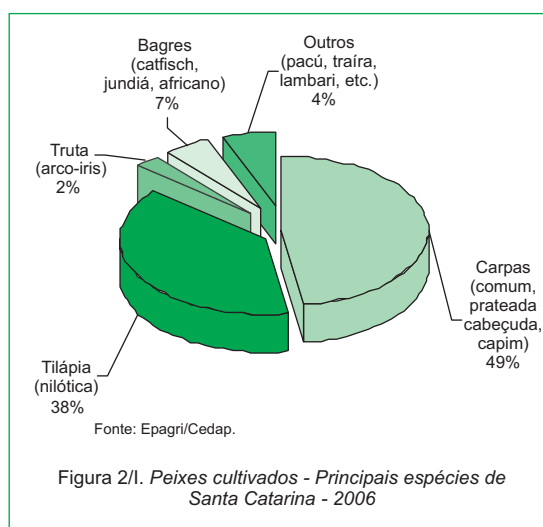
Piscicultura de água doce

Na água doce, o produto mais representativo é o peixe, estando os cultivos de rãs e camarões de água doce praticamente desativados, devido à inadequação destas espécies a baixas temperaturas. Quanto ao cultivo de peixes, Santa Catarina ocupa lugar de destaque no cenário nacional dentre os principais produtores (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Ce-

ará), conforme o IBAMA/2006. Na sua grande maioria, a piscicultura é praticada no estado em pequena escala nas propriedades de âmbito familiar, sendo exercida como fonte de renda complementar por 17.659 produtores na chamada piscicultura colonial (não apresenta regularidade de produção) e por 4.249 produtores na piscicultura profissional ou comercial (apresenta regularidade de produção), totalizando 21.908 produtores (Epagri/Cedap, 2006).

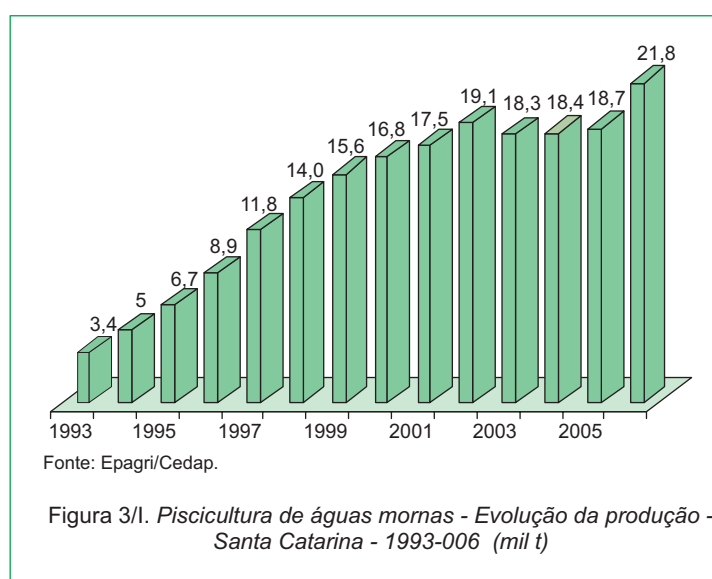
Os dados da piscicultura se referem às estatísticas fechadas pela Epagri até o ano de 2006, sendo que os dados de 2007 ainda estão sendo levantados e serão apresentados na próxima edição. Como exceção, o peixe “catfish” já teve os dados fechados em 2007 (fornecidos pela ACCS - Associação dos Criadores de Catfish do Sul). Os demais dados foram levantados pelos escritórios regionais/locais da Epagri e tabulados pelo Cedap (Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca).

São aproximadamente vinte espécies de peixes trabalhadas em Santa Catarina, cada uma com maior ou menor expressão na produção (algumas, ainda em fase de pesquisas). As principais espécies em produção são as carpas (quatro espécies), a tilápia (em suas várias linhagens) e o “catfish” (bague americano), considerados de “águas mornas” (temperaturas de conforto acima de 20°C) e, as trutas, nas águas frias (abaixo de 20°C). Esta produção é fonte de renda para uma extensa rede que envolve piscicultores e vários negócios correlatos à cadeia produtiva. Na figura 2, é apresentado o percentual de representatividade das principais espécies de peixes cultivados na produção estadual.



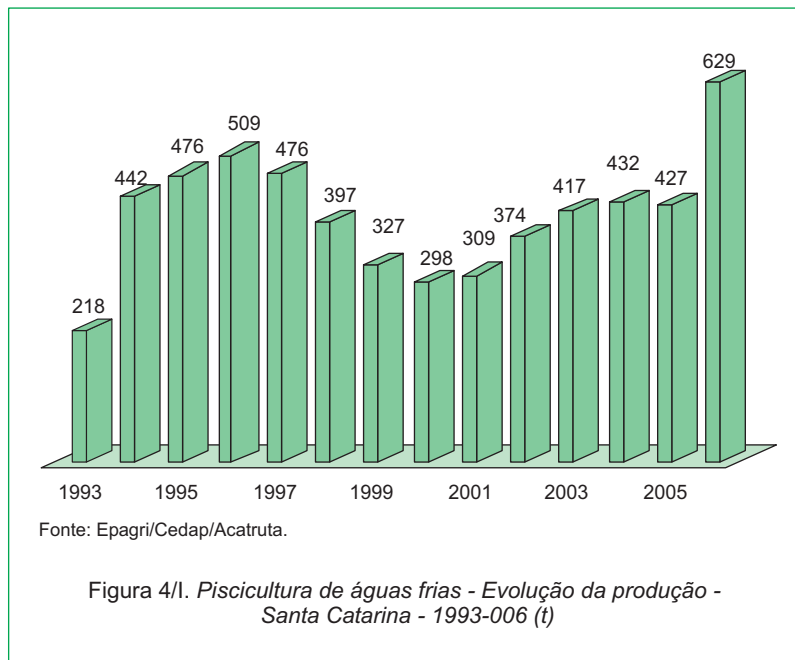
No ano de 2006 foram produzidas 21.891,5 toneladas de peixes de água doce em Santa Catarina, sendo 21.263,5 toneladas de águas mornas (Figura 3) e 628 toneladas de águas frias (Figura 4) (Epagri/Cedap), representando em valores R\$ 82.122.250,00. Esta produção se concentra nas regiões do Vale do Itajaí (Alto, Médio e Baixo), Planalto Serrano, Litoral Norte, Oeste Catarinense e, ultimamente, com sensível incremento na região Sul, nos Vales dos Rios Tubarão e Araranguá.

Existe um grande número de produtores que aliam a produção de peixes a empre-



Desempenho da pesca e aquicultura

endimentos turísticos como os pesque-pague, pousadas rurais e hotéis fazenda, oferecendo uma estrutura de lazer aliada a uma eficiente forma de comercialização. Esta modalidade de comercialização (através do lazer) é a que mais cresce no estado, absorvendo em torno de 50% do peixe adulto produzido. A maioria dos empreendimentos adquire o peixe vivo já no tamanho/peso adequado, proporcionando excelente fonte de renda aos seus fornecedores. Esta linha de comercialização não tem tido problemas de abastecimento, tendo em vista os valores mais altos pagos ao produtor, em relação a outras modalidades de comercialização, obtendo, assim, preferência na entrega.



Outra linha de mercado que vem crescendo bastante é a indústria de beneficiamento de peixes de água doce (tilápias e catfish), adquirindo peixes para fazer, principalmente, filés. Este mercado absorve 15% da produção. Vale ressaltar que até mais ou menos 10 anos atrás as indústrias litorâneas trabalhavam apenas com peixes da pesca extrativa marinha e não compravam peixes de água doce. A partir de então, estas mesmas indústrias passaram a processá-los e a abastecer tanto o mercado interno quanto o externo. Ao longo do tempo, diversas novas beneficiadoras vêm se instalando no interior do estado, processando exclusivamente peixes de água doce. Algumas são de grande porte, buscando peixes em diversas regiões, outras, de pequeno porte, absorvendo matéria-prima local. Muitas destas processadoras foram construídas pela iniciativa privada, outras com o apoio das prefeituras e/ou dos governos estadual e federal.

Embora Santa Catarina apresente uma das maiores produções do país, a quantidade produzida ainda é escassa para esta necessidade específica (processamento industrial) e muitas das beneficiadoras estão com dificuldades em atingir o ponto-de-equilíbrio, ou seja, não conseguem processar/comercializar uma quantidade diária mínima que lhes permita obter lucro (diferença entre o valor recebido e o custo para produzir). Tal fato põe em risco a continuidade de vários destes empreendimentos. Um dos motivos para a pequena quantidade de matéria-prima que chega até a indústria são os baixos preços pagos ao produtor, quase um terço a menos do que paga o pesque-pague. Se não houver um realinhamento de preços, será difícil manter o sistema. Busca-se, num futuro próximo, o incremento da produção a custos mais baixos para atender ao crescente número de novas plantas processadoras que estão se instalando. O restante da produção (35%) é comercializado no chamado mercado local (propriedades, restaurantes, peixarias, supermercados, dentre outros).

Comparando-se o mercado catarinense com o de outros estados, é notório que os valores pagos aqui são bem inferiores, impedindo o uso de sistemas de cultivo que utilizem apenas ração. Isto obriga a que se usem sistemas que eliminem ou diminuam suas quantidades, pois este é o insumo de mais alto custo da piscicultura e sua redução visa baixar os custos de produção e permitir ao produtor se manter na atividade. Uma alternativa adotada por muitos produtores de peixes filtradores (carpas e tilápias), por exemplo, é o uso de alimentos naturais (plâncton) na fase inicial do cultivo e o uso de rações apenas na fase final (últimos dois a três meses). Com estes ajustes, os custos caem. Se a realidade de mercado fosse outra (preços mais altos), poder-se-iam usar sistemas de cultivo baseados apenas no uso de rações. Mas não é o caso de Santa Catarina.

Em 2006 (último levantamento fechado), o número de produtores do Estado era de 21.908, sendo 2.038 a mais do que em 2005 (Epagri/Cedap). Este número não significa apenas que novos produtores entraram na atividade, mas que o sistema de informações estatísticas vem melhorando gradativamente. No entanto, existe a possibilidade de que em anos próximos haja uma redução deste número em função de alguns fatores. Dentre os principais, as restrições e as exigências da legislação ambiental que têm levado muitos produtores coloniais a suspender o cultivo de peixes e a utilizar os açudes apenas como reservatórios de múltiplos usos (irrigação, dessedentação animal e, principalmente, para minimizar os efeitos das secas); a elevação do custo dos insumos (ração, equipamentos, redes, etc.); o fato de alguns municípios passarem a informar apenas os produtores comerciais nos levantamentos estatísticos e as constantes estiagens nas principais regiões produtoras. Conseqüentemente, a tendência da produção é estabilizar ou, no máximo, apresentar uma pequena elevação em função da gradativa melhoria da produtividade que a piscicultura profissional vem apresentando. Espera-se que outros fatores positivos (melhores valores pagos pelo mercado, por exemplo) contrabalancem a tendência.

Em Santa Catarina, a criação de trutas é conduzida nas regiões onde é possível captar águas limpas, cristalinas e frias (com temperaturas abaixo de 20°C), principalmente no Planalto Serrano, onde se concentra o maior número de produtores. Além do valor gastronômico e nutricional, a presença do “ômega 3” na carne da truta torna-a mais atraente por proporcionar a redução do colesterol indesejado, beneficiando a saúde humana. Aliando os fatores gastronômico, nutricional e a pesca desportiva, a atividade amplia o potencial turístico da região e seu incremento pode ocorrer com o fortalecimento da “Rota da Truta” (caminhos que interligam diversos municípios produtores) com positivas repercussões.

A produção de trutas sofreu altos e baixos ao longo dos anos (Figura 4). As quedas da produção no final dos anos 90 se deveram, principalmente, à paridade do dólar em relação ao real (1\$ = 1R\$), o que possibilitou a entrada de trutas de outros países com preços mais baixos. Com a desvalorização cambial, a produção voltou a crescer.

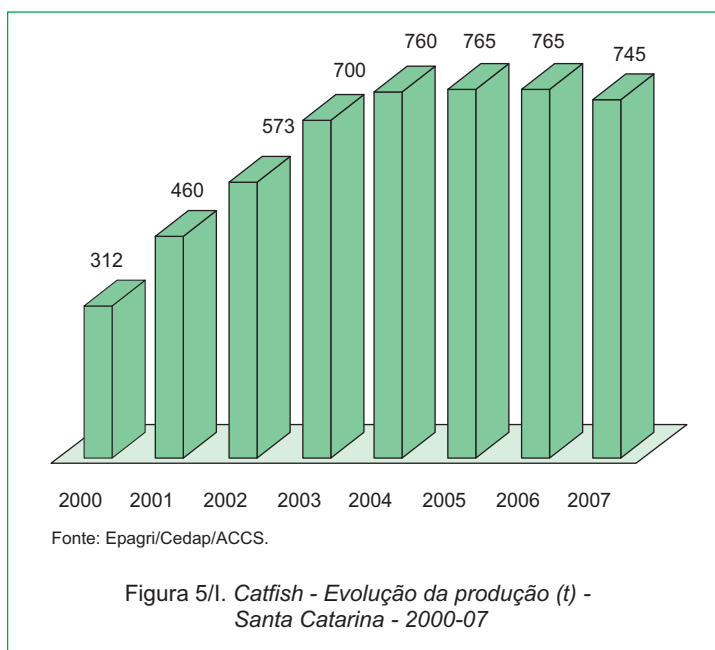
Além das carpas, da truta e da tilápia, outro peixe que tem se destacado no cenário catarinense é o bagre americano ou “catfish”. Com pouco mais de dez anos desde o início dos cultivos, vem se transformando em uma alternativa interessante ao produtor, pois é uma das espécies incluídas na pauta de exportação da balança comercial brasileira. Tendo como clientes o mercado americano e o europeu, o produto é agora classificado lá fora como do tipo “Natural”, uma evolução na classifica-

Desempenho da pesca e aquicultura

ção mercadológica anterior, na qual era apresentado como do tipo “Premium”. Isto se deve à qualidade das águas catarinenses, à forma de cultivo e aos cuidados com o processamento. Esta nova classificação permitiu que o preço pago ao produtor sofresse um reajuste positivo naqueles países, compensando, em parte, a desvalorização cambial.

Em função dos altos índices de ômega 3, dos baixos níveis de gordura, da carne extremamente branca e do excelente paladar, o “catfish” se tornou o peixe de água doce mais consumido e com a cadeia produtiva mais importante nos Estados Unidos nestes últimos anos. A maior parte produzida em Santa Catarina é exportada para aquele país em forma de filés (19 toneladas/mês), outra, no entanto, está sendo dirigida ao mercado interno visando obter maiores alternativas mercadológicas. O restante da produção (peixes vivos) atende à pesca desportiva através dos pesque-pague.

Conforme levantamento da Associação dos Criadores de Catfish do Sul – ACCS –, em 2007 a produção ficou em 745 toneladas, uma pequena queda em relação ao ano anterior (765 toneladas) em decorrência, dentre outras, da desvalorização do dólar, o que fez com que alguns pequenos produtores deixassem o mercado. Ainda assim, estes números colocam Santa Catarina como o maior produtor nacional de “catfish” (Figura 5). A ACCS estima que a produção brasileira atinja um total entre 1.000 e 1.200 toneladas.



Maricultura (ostras, mexilhões, vieiras e camarões)

O cultivo de ostras, vieiras e mexilhões é adequado às características do Litoral Catarinense (com muitas baías e enseadas) e facilitado pela boa qualidade das águas marinhas. A Universidade Federal de Santa Catarina e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina são as precursoras da atividade, fornecendo tecnologia e assistência técnica aos produtores. Este modelo de apoio técnico confere ao estado uma posição de referência nacional em cultivos de moluscos bivalves e, atualmente, Santa Catarina é responsável por mais de 90% da produção brasileira de ostras e mexilhões cultivados.

O cultivo comercial de moluscos bivalves, com aproximadamente 20 anos de existência, já experimentou avanços e retrocessos motivados por fatores positivos ou fragilidades em determinados segmentos da cadeia produtiva dos seus principais produtos: mexilhões, ostras e vieiras.

Entre os pontos fortes que mais contribuíram para o desenvolvimento do setor destacam-se: o incremento tecnológico alcançado através da atuação conjunta do Laboratório de Moluscos Marinhos (LMM/UFSC) e a Epagri/CEDAP, permitindo a oferta regular de sementes de ostras do Pacífico (*Crassostrea gigas*) aos produtores; a obtenção de sementes de mexilhões (*Perna perna*) através do uso de coletores manufaturados nas épocas e locais mais adequados identificados pela pesquisa; a qualificação profissional do maricultor, com ênfase no manejo da produção; a implantação do Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves para garantir a segurança alimentar do consumidor, tanto em nível local, quanto interestadual e que, inclusive, poderá permitir o comércio internacional em futuro breve.

Em sentido inverso, ocorreram algumas dificuldades e incertezas na atividade: as ocorrências de fenômenos ambientais adversos que afetaram significativamente a produção; a fragilidade da estrutura organizacional dos maricultores, além da complexidade dos aparatos normatizadores e fiscalizadores que regulam e disciplinam a produção, o beneficiamento e a comercialização.

Em 2007, a produção total de moluscos comercializados em Santa Catarina (mexilhões, ostras e vieiras) foi de 11.294,78 toneladas, representando uma queda da ordem de 23,47% em relação a 2006 (Epagri/Cedap 2008).

Embora a queda de 63,33% da produção comercializada de ostras em 2007 tenha sido significativa com relação a 2006, este índice pouco influenciou o volume total da produção por participar com apenas 10,23% da produção estadual.

Atuam diretamente na produção um contingente de 747 maricultores representados por 24 associações, distribuídas em 12 municípios na região litorânea compreendidos entre os municípios de Palhoça e São Francisco do Sul.

Para uma melhor compreensão do desempenho da malacocultura catarinense, são apresentadas algumas informações sobre o comportamento de cada produto na última safra (2007/2008).

Mexilhões

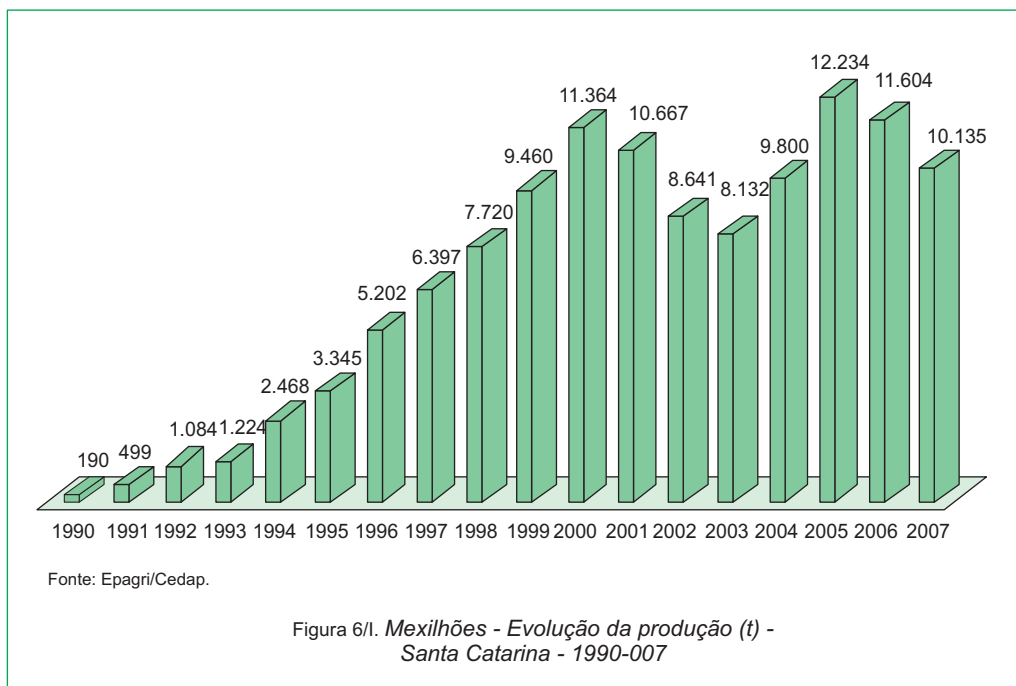
Contrariando as previsões anunciadas de recuperação das taxas de crescimento verificadas em 2004 e 2005, de 20,5% e 24,8% respectivamente, em 2007 a produção comercializada de mexilhões por Santa Catarina sofreu uma queda de 12,6% em relação a 2006, como mostrado na figura 6.

Os municípios que mais contribuíram para este quadro em valores relativos foram: Governador Celso Ramos, com uma queda de 77,27% seguido por Itapema, Porto Belo e Florianópolis, com quedas de 38,46%; 31,43% e 29,72%, respectivamente.

Considerando o volume da produção total em 10.135,9 toneladas, os destaques em 2007 ficaram por conta dos municípios de Palhoça, com 4.898 toneladas, representando 48,32% da produção

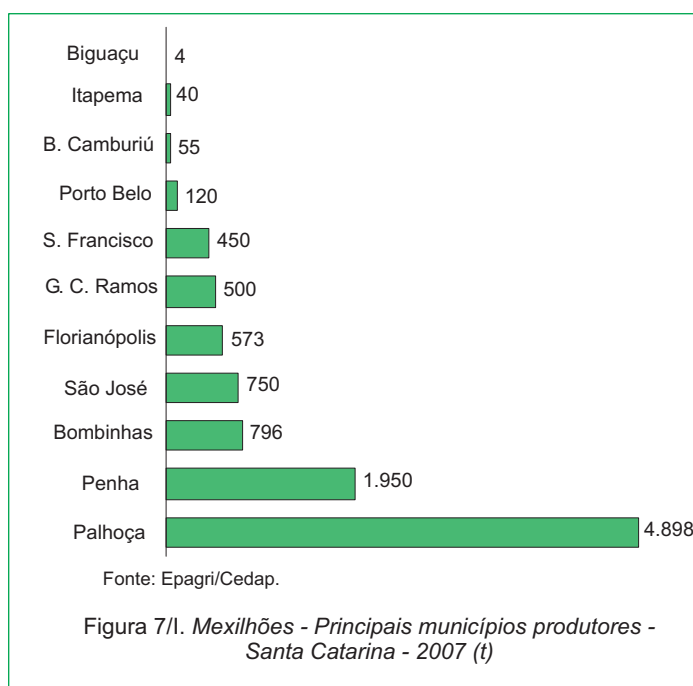
Desempenho da pesca e aquicultura

estadual, e Penha, com 1.950 toneladas, representando 16,80% da produção, valores apresentados na figura 7 (Epagri/Cedap 2008).



Ostras

Ao contrário da safra de 2006, a produção de ostras comercializadas por Santa Catarina em 2007 sofreu uma queda de 63,33%, passando das 3.152,4 toneladas para 1.155,8 toneladas, como mostrado na figura 8 (Epagri/Cedap 2008). Esta queda foi o reflexo de ocorrências de episódios de floração de algas nocivas, popularmente chamadas de “marés vermelhas”, durante esse ano, causando a interdição da comercialização por alguns períodos. Segundo os produtores, mesmo após a liberação da comercialização, o mercado reagiu lentamente, com volumes de comercialização muito abaixo dos anos anteriores.



A figura 9 apresenta os municípios que mais contribuíram para esse desempenho negativo, que foram: Florianópolis, com um volume de produção 64,04% menor que em 2006, seguido por São José e Governador Celso Ramos, com taxas negativas de 53,33% e 50,00%, respectivamente.

Vieiras

Em 2007, na segunda safra deste novo produto da maricultura catarinense, foi registrada uma produção comercial de vieiras (*Nodipecten nodosus*) de 3.212 dúzias, ou cerca de 3,08 toneladas (Epagri/Cedap 2008). Este valor representa um crescimento da ordem de 61,58% em relação a 2006, demonstrando o interesse do produtor e do mercado pelo produto. Como resultado da parceria entre Epagri e UFSC no desenvolvimento de tecnologias de produção de sementes, foi possível atender a toda a demanda do estado.

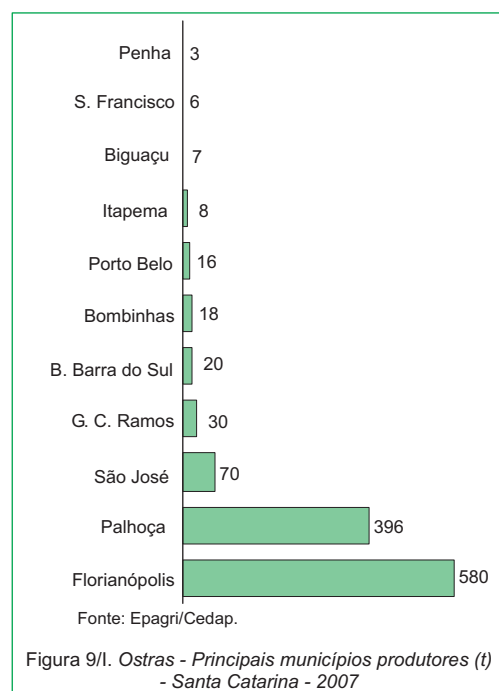
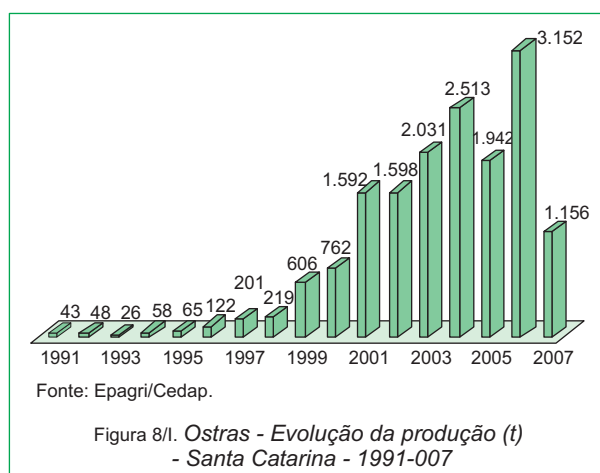
Com cerca de 25 produtores em 6 municípios, a produção do molusco distribuiu-se entre Porto Belo (1.417 dúzias), Florianópolis (695 dz), Balneário de Camboriú (667 dz), Penha (167 dz), Palhoça (183 dz) e Governador Celso Ramos (83 dz).

Observações:

1. As informações quantitativas apresentadas são provenientes dos Escritórios Municipais da Epagri;
2. A conversão da quantidade de ostras, de dúzias para toneladas, tem como base de cálculo a relação uma dúzia = um quilo;
3. A conversão da quantidade de vieiras, de unidades para toneladas, tem como base de cálculo uma vieira (tamanho médio estimado de 7 cm) = 80 gramas.

Camarões

O cultivo de camarões marinhos em cativeiro teve sua origem no Sudeste da Ásia, onde fazendas de cultivo de peixes a beira-mar obtiveram produções acidentais de camarões selvagens em viveiros abastecidos pela maré. Modernas fazendas de camarões surgiram na década de 70, quando conseguiram o suprimento de grandes quantidades de juvenis de camarões através da reprodução em laboratório.



Desempenho da pesca e aquicultura

No Brasil, Santa Catarina foi o pioneiro na atividade de cultivo de camarões com a realização de pesquisas no início da década de 70 pela Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina – Acarpesc. Posteriormente, estados do nordeste realizaram pesquisas e implantaram empreendimentos privados, tornando-se uma atividade de grande importância socioeconômica para a região. No início, o setor enfrentou uma série de problemas, principalmente no que se refere a tecnologias de cultivo, disponibilidade de rações e espécies com baixa produtividade (nativas). Com a introdução da espécie exótica *Litopenaeus vannamei* no início dos anos 90, a atividade entra em fase de consolidação em todo o território nacional. Em Santa Catarina, a UFSC e a Epagri, em parceria com a ACCC e outras instituições governamentais, criaram o Programa Estadual de Cultivo de Camarões Marinhos, visando ao crescimento ordenado da atividade.

A produção de camarões vinha em franco crescimento no Estado até o ano 2004 quando produziu 4.189 toneladas. A partir do ano de 2005, no entanto, a produção vem sofrendo uma queda acentuada, tendo sido produzidas naquele ano 2.762 toneladas. No ano de 2006, foram 500 toneladas e aproximadamente 300 toneladas em 2007 (Figura 10) (Epagri/Cedap 2008). Essa queda teve como principal causa o surgimento da enfermidade denominada Mancha Branca (Síndrome do Vírus da Mancha Branca - WSSV), a mesma que ocasionou sérios prejuízos nos principais países produtores ao redor do mundo. Apesar dos vários esforços realizados para o combate e o controle da enfermidade, além dos estudos que buscam alternativas (cultivo de camarões e peixes juntos, por exemplo), em curto prazo, não existem perspectivas para o retorno da produção aos patamares anteriores.

Os camarões cultivados de Santa Catarina nos anos de 2005 e 2006 foram comercializados basicamente dentro do estado, obtendo baixos preços, principalmente pela concorrência de camarões provenientes de cultivo de estados do nordeste e da pesca extrativa da Lagoa dos Patos (RS).

Fernando Soares Silveira

Fabiano Müller Silva

Francisco Manoel de Oliveira Neto

Guilherme Sabino Rupp

Sérgio Winckler da Costa

Produção, consumo e comércio internacional de produtos florestais

Mercado mundial de produtos florestais segue em expansão, mas preços dão sinais de que atingiram o pico

A cobertura florestal mundial é de quase 4 bilhões de hectares, cerca de 30% da superfície territorial do conjunto dos países (Tabela 1).

A Rússia, o Brasil e os EUA são os maiores detentores de florestas. No Brasil, as florestas cobrem 56% de todo o território.

A superfície de plantações florestais aumentou 2,5 milhões de hectares entre os anos 2000 e 2005, indicando que uma proporção cada vez maior de produtos passará a ser disponibilizada a partir desta fonte. A área de florestas plantadas para produção contínua expandindo-se e sua contribuição no aporte de produtos florestais se aproxima de 50% do total. Esta área representa 4%

do total da área florestal mundial e 1,0% da superfície terrestre. O Brasil possui quase 6,0 milhões de hectares plantados, pouco mais de 1,2% de sua área florestal total.

Tabela 1/I. Área de florestas naturais e plantadas no mundo - 2005

País	(mil ha)				
	Área do território	Total florestas	% florestas	Florestas plantadas p/ fins comerciais	% plantadas
China	932.742	197.290	21	31.369	16
Estados Unidos da América	915.896	303.089	33	17.061	6
Rússia	1.688.850	808.790	48	16.962	2
Japão	36.450	24.868	68	10.321	42
Sudão	237.600	67.546	28	5.404	8
Brasil	845.942	477.698	56	5.384	1
Indonésia	181.157	88.495	49	3.399	4
Índia	297.319	67.701	23	3.226	5
Tailândia	51.089	14.520	28	3.099	21
Vietnã	32.549	12.931	40	2.695	21
Chile	74.880	16.121	22	2.661	17
Turquia	76.963	10.175	13	2.537	25
Outros	7.695.984	1.862.801	24	35.653	2
Total mundial	13.067.421	3.952.025	30	139.771	4

Fonte: FAO, State of the World's Forests, 2007.

Desempenho do setor florestal

Em 2006, a produção mundial de madeira bruta, destinada a todos os usos, inclusive lenha e carvão, alcançou 3,72 bilhões de m³ (Tabela 2). A maior parte é de espécies não-coníferas tropicais. Os EUA, a Índia, a China, o Brasil, o Canadá e a Rússia, que são os maiores produtores, respondem por 44% produção total. Grande parte da produção ainda é consumida para produzir energia, em geral sob a forma de lenha, com os maiores volumes na Índia, China e Brasil.

Tabela 2/I. Produção mundial de madeira em toras⁽¹⁾ segundo os principais países - 2003-06

País	2003	2004	2005	2006
Estados Unidos da América	448.513.255	461.739.180	467.347.350	472.618.177
Índia	321.027.107	326.649.344	328.677.293	329.444.448
China	309.898.962	305.923.205	302.028.326	298.169.916
Brasil	256.081.238	243.395.060	255.879.508	239.549.899
Canadá	179.642.000	208.406.000	211.501.300	205.893.000
Rússia	174.000.000	178.400.000	185.000.000	190.600.000
Indonésia	112.004.236	109.060.276	104.439.356	98.817.686
Etiópia	94.533.392	95.957.336	97.408.674	98.631.059
República Democrática do Congo	72.170.264	73.430.400	74.719.400	75.779.004
Nigéria	69.867.216	70.270.440	70.692.260	71.047.309
França	32.828.000	33.647.000	63.171.000	65.640.000
Alemanha	51.182.000	54.504.000	56.946.000	62.290.000
Demais países	1.261.904.230	1.285.140.300	1.333.057.781	1.327.132.883
Total mundial	3.383.651.900	3.446.522.541	3.550.868.248	3.535.613.381

⁽¹⁾Refere-se a toda a madeira bruta em estado natural, incluindo madeira para: serraria, fabricação de painéis reconstituídos, celulose e papel, produção de carvão vegetal, de lenha e qualquer outra forma de uso da biomassa florestal.

Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em <http://www.fao.org>, acesso em jul./2008.

O conjunto da indústria mundial beneficiou ou transformou em 2006 1,67 bilhões de m³ de madeira bruta, volume 3,2% menor que em 2005. A maior parte da transformação industrial ocorre no Hemisfério Norte, com quase a metade do volume sendo processado nos EUA, Canadá e Rússia (Tabela 3). Em quase todos os países, o destino principal das toras é o processamento mecânico, principalmente na produção de madeira serrada. O restante é destinado à produção de papel e celulose, compensados, painéis reconstituídos e outros usos.

Tabela 3/I. Produção mundial de madeira em toras⁽¹⁾ para uso industrial segundo os principais países - 2003-06

País	2003	2004	2005	2006
Estados Unidos da América	405.613.000	418.131.000	423.456.000	427.849.000
Canadá	176.799.000	205.617.000	208.712.300	203.104.000
Rússia	126.600.000	130.600.000	138.000.000	144.600.000
Brasil	120.538.762	106.758.315	118.123.180	100.766.905
China	94.664.100	94.668.400	94.669.400	94.664.900
Suécia	61.200.000	61.400.000	92.300.000	56.100.000
Alemanha	45.415.000	48.657.000	50.905.000	54.000.000
Finlândia	49.246.000	49.280.858	47.115.985	45.521.308
Chile	24.289.000	29.477.000	32.529.000	33.217.000
França	30.540.000	31.289.000	28.253.000	30.140.000
Polônia	27.204.000	29.337.000	28.531.300	28.766.800
Indonésia	32.496.500	32.496.500	30.719.500	28.098.500
Austrália	25.714.000	26.332.000	26.332.000	26.904.000
Índia	18.828.100	22.810.000	23.192.200	23.192.200
Malásia	21.531.000	24.372.000	24.483.000	22.506.000
Nova Zelândia	21.230.000	19.761.000	19.005.000	19.254.000
Demais países	318.362.275	323.941.176	321.898.989	326.756.747
Total mundial	1.600.270.737	1.654.928.249	1.708.225.854	1.665.441.360

⁽¹⁾Refere-se a toda a madeira bruta em estado natural, incluindo madeira para: serraria, fabricação de painéis reconstituídos, celulose e papel e outros fins industriais.

Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em <http://www.fao.org>, acesso em julho de 2008.

Os EUA, o Canadá e a China são os grandes produtores mundiais de celulose de mercado¹. Estes três países produzem a metade da celulose mundial (Tabela 4). Nos últimos anos vem se observando um claro movimento de redução na produção dos países tradicionalmente grandes produtores, como é o caso do Canadá, enquanto países do Hemisfério Sul, como o Brasil e o Chile, vêm expandindo suas produções.

No segmento de papéis, os EUA também se destacam com 23% da produção mundial em 2006, a qual atingiu 365 milhões de toneladas (Tabela 5). A China e o Japão são grandes produtores de papéis e, a exemplo dos EUA, são também grandes consumidores.

O comércio mundial de produtos florestais vem apresentando crescimento bastante expressivo nos últimos anos. Entre 2002 e 2006, as exportações globais cresceram mais de 10% ao ano. Em 2006, o total exportado de produtos florestais pelos países ultrapassou 200 bilhões de dólares, cabendo ao Canadá a maior participação, com 14% do total (Tabela 6). Os cinco maiores exportadores (Canadá, Alemanha, EUA, Suécia e Finlândia) respondem por quase a metade do valor total. O Brasil e o Chile, embora continuem com pouca participação, vêm gradativamente conquistando espaço neste mercado.

Nas importações de produtos florestais, os EUA se destacam, tendo importado mais de 15% do total mundial em 2006. Também são grandes importadores a China, a Alemanha, o Japão, o Reino Unido e a Itália (Tabela 7). Os papéis, a madeira serrada, os painéis de madeira e a celulose são os produtos mais importantes deste mercado. Nos últimos dez anos, os maiores crescimentos ocorreram no comércio mundial de MDF, aglomerado, papéis e serrados (SBS, 2006).

Os valores do comércio internacional de produtos florestais mostram que os EUA são os grandes produtores, importadores e, principalmente, consumidores dos produtos de origem florestal. A Rússia e o Brasil são grandes produtores e consumidores, mas com baixa participação no comércio mundial. Já o Canadá, a Finlândia e a Suécia são os grandes exportadores e detêm os maiores saldos

Tabela 4/I. Produção mundial de celulose⁽¹⁾ segundo os principais países - 2003-06

País	2003	2004	2005	2006
Estados Unidos de América	52.541.714	53.816.954	54.164.336	54.980.482
Canadá	26.003.000	26.222.000	25.350.000	23.501.000
China	16.211.200	16.311.200	17.111.200	17.411.200
Finlândia	11.948.000	12.614.000	11.134.000	13.067.000
Suécia	12.095.200	12.464.000	12.317.000	12.424.000
Brasil	9.104.000	9.529.000	10.352.000	11.271.000
Japão	10.572.000	10.703.000	10.805.000	10.847.000
Rússia	6.605.000	6.780.000	6.877.000	6.886.000
Indonésia	5.587.000	5.587.000	5.587.000	5.587.000
Demais países	150.667.114	154.027.154	153.697.536	155.974.682
Total mundial	185.162.714	189.976.888	191.015.237	193.826.453

(1) Refere-se à celulose de mercado.

Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em <http://www.fao.org>, acesso em julho de 2008.

Tabela 5/I. Produção mundial de papel e cartões segundo os principais países - 2003-06

País	2003	2004	2005	2006
Estados Unidos de América	80.712.166	82.084.368	83.697.335	84.316.937
China	46.450.770	52.086.370	54.083.370	57.983.370
Japão	30.457.000	29.253.000	29.295.000	29.473.000
Alemanha	19.310.000	20.391.000	21.679.000	22.655.000
Canadá	19.964.000	20.462.000	19.498.000	18.176.000
Finlândia	13.058.000	14.036.000	12.391.140	14.148.690
Suécia	11.061.600	11.589.000	11.775.000	12.066.000
Coréia	10.148.000	10.511.000	10.254.000	11.040.000
Itália	9.491.000	9.667.000	9.999.371	10.008.360
França	9.939.000	10.255.000	10.332.000	10.006.000
Brasil	7.811.000	8.221.000	8.411.000	8.518.000
Demais países	81.512.431	85.219.053	85.982.811	86.747.706
Total mundial	339.914.967	353.774.791	357.398.027	365.139.063

Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em <http://www.fao.org>, acesso em julho de 2008.

¹ O termo celulose de mercado se refere à celulose produzida para ser vendida, antes de ser transformada em papel pela própria empresa produtora.

Desempenho do setor florestal

comerciais no setor. Por outro lado, a China, apesar de grande produtora, tem um elevado déficit de produção e, juntamente com o Japão, o Reino Unido e a Itália, é grande importadora líquida desses produtos.

O comportamento da economia mundial vem influenciando cada vez mais o desenvolvimento do setor. O mercado internacional tem se mostrado fundamental para o crescimento do setor florestal dos países em desenvolvimento. O aumento dos preços do petróleo e a crescente preocupação com as mudanças climáticas tenderão a aumentar a utilização da madeira como combustível tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento.

Nas próximas décadas, o mercado global de celulose deverá se expandir vigorosamente, podendo duplicar o comércio internacional da commodity. A crescente demanda e o fechamento de plantas industriais pouco competitivas nos países do Hemisfério Norte, vem provocando mudanças substanciais neste mercado. Por apresentarem vantagens comparativas na produção de matérias-primas com base na silvicultura, as regiões tropicais e subtropicais devem aumentar rapidamente sua importância no mercado mundial de celulose, em detrimento da participação dos países do Hemisfério Norte. A expectativa é de que até 2020 o Hemisfério Sul contribua com 25% da oferta internacional de celulose de mercado.

Países como o Chile, a Indonésia e os do Mercosul dispõem de áreas de terras, de condições edafoclimáticas favoráveis, de menor custo da terra, da mão-de-obra e de adequado aporte tecnológico na produção florestal. Estas vantagens comparativas lhes permitem encurtar o ciclo de corte e reduzir de maneira expressiva o custo da madeira, dando a estes países vantagens competitivas em relação aos do Norte, particularmente nas fases iniciais da cadeia produtiva: a de produção florestal e de pastas celulósicas.

Tabela 6/I. Valor das exportações mundiais de produtos florestais segundo os principais países - 2003-06

(US\$ 1.000)

País	2003	2004	2005	2006
Canadá	24.029.929	29.511.116	29.440.315	28.471.990
Alemanha	13.517.905	16.072.059	17.879.978	19.047.849
Estados Unidos de América	14.182.189	15.861.216	17.000.230	18.481.353
Suécia	11.007.472	12.903.858	13.219.192	14.375.969
Finlândia	12.075.099	13.535.583	12.102.395	14.342.817
Rússia	4.981.392	6.404.669	7.688.932	8.634.170
China	4.465.317	5.519.052	6.852.669	8.293.744
França	6.325.342	7.233.595	7.346.750	7.633.483
Áustria	5.517.253	6.211.061	6.018.589	6.649.248
Indonésia	4.657.279	4.928.799	5.363.502	6.174.340
Brasil	3.500.610	4.654.318	5.499.522	5.653.412
Bélgica	4.065.428	4.623.436	4.892.904	5.562.874
Itália	2.956.303	3.444.768	3.507.136	4.785.426
Malásia	2.937.718	3.312.186	3.738.190	4.034.716
Países Baixos	3.294.131	3.400.270	3.745.629	4.030.448
Demais países	34.225.565	41.366.674	44.206.294	47.600.106
Total mundial	151.738.932	178.982.660	188.502.227	203.771.945

Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em <http://www.fao.org>, acesso em julho de 2008.

Tabela 7/I. Valor das importações mundiais de produtos florestais segundo os principais países - 2003-06

(US\$ 1.000)

País	2003	2004	2005	2006
Estados Unidos de América	24.535.277	31.446.273	32.089.835	31.499.127
China	17.162.885	19.204.857	20.111.531	20.629.667
Alemanha	13.735.804	15.309.291	15.390.399	16.197.138
Japão	10.983.238	12.903.704	11.997.204	12.775.441
Reino Unido	9.960.599	11.312.497	10.886.752	11.262.598
Itália	8.605.126	9.507.381	8.870.641	10.455.724
França	8.175.126	9.085.385	9.068.105	9.467.612
Espanha	5.083.557	5.173.208	5.824.414	6.310.682
Países Baixos	5.056.065	5.288.969	5.756.012	6.248.240
Bélgica	4.693.438	4.678.459	5.322.147	6.003.160
Canadá	4.278.631	4.730.671	4.920.866	5.213.641
México	2.743.310	3.270.413	3.596.921	4.355.797
Demais países	47.068.257	56.108.435	61.566.199	66.210.954
Total mundial	162.081.313	188.019.543	195.401.026	206.629.781

Fonte: FAO - Base de Dados Estatísticos. Disponível em <http://www.fao.org>, acesso em julho de 2008.

Devido a estas vantagens, está em curso um processo de deslocamento dos grandes fabricantes mundiais de celulose e papel em direção à instalação de novos projetos florestais nos países do Sul. O Brasil, pela disponibilidade de novas áreas para plantio e pelo grau de desenvolvimento alcançado na tecnologia florestal, está sendo um ator privilegiado neste cenário, atraindo vários projetos de produção de celulose, com a abertura de novas regiões produtoras. O País já é o maior exportador mundial de celulose de fibra curta, produzida a partir do eucalipto.

Os preços internacionais da celulose, em elevação desde o último trimestre de 2005, estão em patamares elevados. Na Europa, a celulose de fibra longa, tipo NBSK (de coníferas), teve um aumento de quase 20% em seus preços em dólares ao longo de 2007. Após atingir um pico de US\$ 903,70/t em julho de 2008, na primeira semana de setembro os preços já haviam decaído para US\$ 876,16/t, patamares próximos aos do início do ano (Foex: www.foex.fi).

A celulose de fibra curta tipo BHKP (de eucalipto), da qual o Brasil é o maior produtor e exportador mundial, também vem apresentando nos últimos anos aumentos sistemáticos de preços no mercado internacional. Seus preços fecharam 2007 na casa dos US\$ 778,00 por tonelada, níveis 16% superiores em relação ao início daquele ano. Em 2008, o preço na Europa continuou subindo e, após atingir US\$ 840,00/t em julho, perdeu fôlego ao longo de agosto, vindo a apresentar ligeiros recuos até o início de setembro. O mercado já deu sinais de haver poucas possibilidades de novos aumentos no curto prazo. A crise financeira dos EUA e a menor expectativa de crescimento da maioria das economias do mundo deverão se refletir em novas quedas nos preços internacionais da commodity nos próximos meses.

Produção e mercado de produtos florestais no Brasil

A crise da construção civil nos EUA reduz as exportações brasileiras de madeira e móveis

O Brasil possui a segunda maior área de florestas do Planeta. São 477,6 milhões de hectares cobertos com florestas, dos quais apenas 6 milhões de hectares são de Florestas plantadas para fins comerciais. As áreas protegidas federais, compostas por unidades de conservação federais e terras indígenas, somam quase 170 milhões de hectares e representam mais de um terço das florestais do país.

As florestas plantadas são responsáveis pela totalidade do fornecimento de matéria-prima ao setor de papel e celulose e pela maior parte da matéria-prima consumida pela indústria de madeira e de móveis no Brasil. Em que pese a elevada capacidade gerencial desenvolvida em vários segmentos da cadeia produtiva florestal, a capacidade competitiva da indústria brasileira no mercado mundial não ocorre em bases sistêmicas, mas está fortemente vinculada à vantagem comparativa que apresenta na produção de suas matérias-primas.

O Produto Interno Bruto (PIB) do setor florestal brasileiro em 2006 foi estimado em 37,3 bilhões de dólares, correspondendo a cerca de 3,5% do PIB de toda a economia nacional (SBS, 2007). O Brasil é o maior produtor florestal da América Latina e sua indústria processa quase 120 milhões de

Desempenho do setor florestal

m³ de madeira por ano. O setor emprega direta e indiretamente quase sete milhões de pessoas e arrecada anualmente, em impostos, 5,2 bilhões de dólares (SBS, 2007).

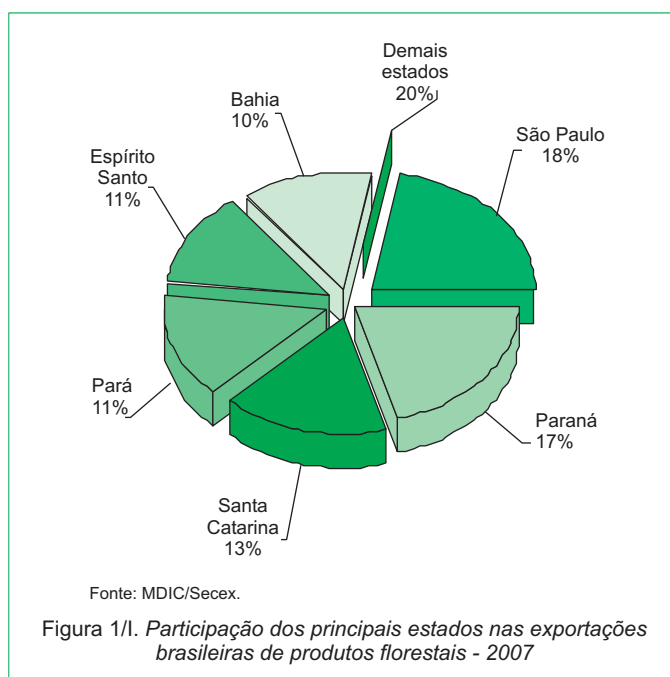
Em 2007, as exportações do setor florestal brasileiro alcançaram 8,8 bilhões de dólares, representando 5,5% do total das exportações brasileiras. Os estados de São Paulo e do Paraná são os mais importantes na exportação florestal, contribuindo com mais de um terço do valor total exportado de produtos florestais (Figura 1). O setor de papel e celulose apresentou um crescimento expressivo de 15,6% no valor de suas exportações em 2007, quando comparado ao de 2006. As exportações de papel e celulose em 2007, apesar de afetadas pela desvalorização cambial que ocorreu ao longo daquele ano, foram compensadas pela melhoria dos preços internacionais no período.

A indústria da madeira de processamento mecânico e de painéis reconstituídos manteve um crescimento positivo de 5,6% em suas exportações em 2007, quando comparadas com o ano anterior, em que pese a redução no ritmo da construção civil nos EUA, provocada pela crise do setor hipotecário, especialmente o segmento que ficou conhecido como *Subprime*. Estima-se que em 2007 o número de novas moradias nos EUA tenha sido um terço menor que em 2006, antes do início da crise. Os EUA são o maior importador de madeira brasileira destinada à construção civil.

Já o segmento de móveis, que havia encolhido suas exportações em 2006, apresentou uma recuperação em 2007, com um pequeno crescimento de 5,1% no valor exportado.

As perspectivas para 2008 são de que o setor venha a apresentar crescimento nas exportações, porém em níveis bem menores que o apresentado pelo conjunto dos demais setores. De janeiro a agosto de 2008 apenas o segmento de papel e celulose, beneficiado pelo aumento da demanda e dos preços internacionais, apresentou incremento nas exportações, tendo inclusive um crescimento expressivo.

Os segmentos de madeira e de móveis tiveram redução do valor exportado nos oito primeiros meses do ano, a qual foi provocada, principalmente, pela grande diminuição das vendas aos EUA, que teve um agravamento na crise financeira e uma drástica redução na construção de novas casas. Os produtos mais afetados foram a madeira serrada, as portas e janelas e os móveis para escritório. Até dezembro, as expectativas são de que o montante das exportações brasileiras de produtos florestais não ultrapasse os nove bilhões de dólares.



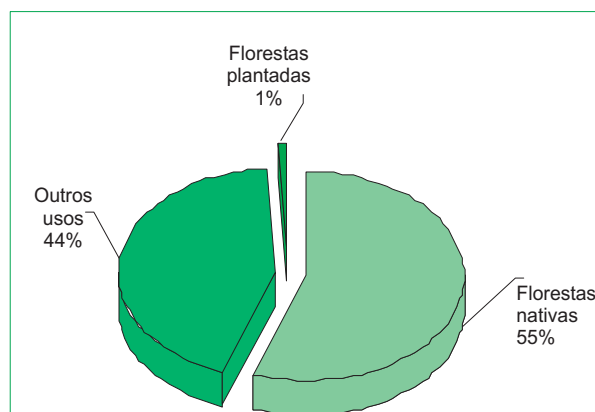
Produção e consumo de matéria-prima florestal

Os plantios de pínus e de eucalipto no Brasil continuam em ritmo elevado e os ganhos de produtividade seguem crescendo.

As florestas nativas cobrem 55% do território brasileiro; apenas 1% do total é ocupado com florestas plantadas (Figura 2). Mesmo assim, a silvicultura fornece toda a madeira transformada em celulose, papel e painéis reconstituídos no Brasil e a maior parte da matéria-prima para a indústria de compensados, ou seja: portas, molduras e outros produtos de maior valor agregado. Em 2007, as áreas plantadas com pínus e eucalipto no Brasil somavam 5,6 milhões de hectares plantados (Tabela 8). Os cinco estados com as maiores áreas cultivadas (MG, SP, PR, SC e BA) detêm 76% da área plantada com florestas comerciais no Brasil. Os plantios de eucalipto representam 63% dos plantios comerciais de florestas (Figura 3).

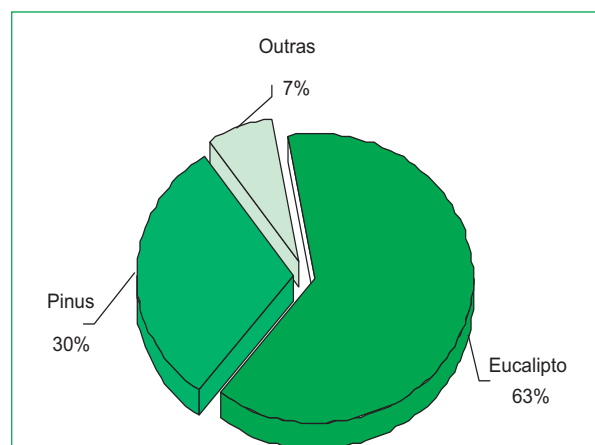
Em 2007 estima-se que tenham sido plantados (entre reformas e novos plantios) no Brasil entre 650 mil e 700 mil hectares de florestas comerciais. Uma grande contribuição à expansão dos plantios florestais no País tem sido dada pelos programas de fomento florestal das grandes empresas (especialmente as de papel e celulose) e pelos programas federais de financiamento florestal (Pronaf Florestal e Propflora), os quais vêm atraindo um grande número de empreendedores para esta atividade. O Pronaf Florestal e o Propflora aplicaram, juntos, mais de 64 milhões de reais no financiamento de projetos florestais no Brasil em 2007, 73% nos estados do MG, RS e PR (Tabela 9).

Nos últimos anos, vem mudando bastante o perfil dos silvicultores no Brasil. Depois de décadas de concentração dos plantios em grandes e médias empresas verticalizadas, que produziam e consumiam toda a matéria-prima florestal, vem crescendo bastante a participação dos pequenos e médios produtores rurais e de outros plantadores independentes no cultivo de florestas comerciais. Estima-se que em 2007, mais de um terço das áreas de eucalipto e pínus pertenciam a produtores não verticalizados (agricultores, fomentados das indústrias, produtores individuais, etc.).



Fonte: FAO, FRA - 2005 e Abraf - 2008.

Figura 2/I. Uso e cobertura do solo no Brasil - 2006



Fonte: Abraf, 2008.

Figura 3/I. Participação das espécies nos plantios florestais - Brasil - 2007

Desempenho do setor florestal

A produção de madeira proveniente de florestas plantadas para transformação industrial no Brasil foi estimada em 100,8 milhões de m³ em 2006, mantendo-se em níveis próximos aos de 2005 (Figura 4 e Tabela 10). São Paulo é, destacadamente, o maior produtor nacional, com 36% do total produzido, seguido pelos estados do Paraná, da Bahia, de Santa Catarina e do Espírito Santo (Figura 5).

As empresas de papel e celulose são detentoras de 1,7 milhão de hectares plantados, dos quais 80% com eucalipto (Bracelpa, 2008). O eucalipto representa 84% da matéria-prima utilizada para celulose e papel (o restante é pínus). Em 2007 o consumo de madeira em toras pelo setor de papel e celulose foi de 47,5 milhões de m³. O setor de produção de painéis reconstituídos, que utiliza a mesma matéria-prima, consumiu no mesmo ano 7,2 milhões de m³ de madeira bruta (Tabela 11).

A produção de madeira de florestas plantadas destinada ao processamento mecânico (serraria ou laminação) em 2006 foi de 45,7 milhões de m³, volume semelhante ao de 2005. O pínus representa cerca de 90% das toras destinadas ao processamento mecânico. Os estados do Paraná, de Santa Catarina e de São Paulo somam quase 33 milhões de m³ e foram responsáveis por 72% da produção nacional de madeira plantada utilizada no processamento mecânico em 2006 (Figura 6).

As florestas nativas responderam, em 2006, por 56% da produção nacional de lenha, 50% da produção de carvão vegetal, 35% da produção de erva-mate e 28% da produção de madeira para processamento mecânico (Tabela 10). A extração de madeira nativa vem se mantendo em níveis inferiores aos 17 milhões de m³ por ano, sendo o estado do Pará o maior produtor, com mais de 50% do total (Figura 7).

Dos cerca de 156 milhões de m³ de madeira bruta consumida pela indústria brasileira em 2007, o segmento de papel e celulose é o maior consumidor, com 30% do volume total (Figura 8).

Tabela 8/I. Área plantada com pinus e eucalipto no Brasil - 2007

Estado	Área plantada (ha)		
	Pinus	Eucalipto	Total
Minas Gerais	144.248	1.105.961	1.250.209
São Paulo	143.148	813.372	956.520
Paraná	701.578	123.070	824.648
Santa Catarina	548.037	74.008	622.045
Bahia	41.221	550.127	591.348
Rio Grande do Sul	182.378	222.245	404.623
Espírito Santo	4.093	208.819	212.912
Mato Grosso do Sul	20.697	207.687	228.384
Pará	101	126.286	126.387
Amapá	9.000	58.874	67.874
Goiás	13.828	51.279	65.107
Maranhão	0	106.802	106.802
Mato Grosso	7	57.151	57.158
Outros	0	46.186	46.186
Brasil	1.808.336	3.751.867	5.560.203

Fonte: Anuário Estatístico da Abraf – 2008, ano base 2007.

Tabela 9/I. Valor financiado pelos programas Pronaf Florestal e Propflora - 2007

Estado	(R\$ 1.000)					
	Pronaf		Propflora		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bahia	443	4	72	0	515	1
Espírito Santo	1.828	15	3.164	6	4.992	8
Goiás	87	1	422	1	509	1
Mato Grosso	50	0	442	1	492	1
Minas Gerais	2.054	16	20.382	39	22.436	35
Paraná	1.923	15	10.404	20	12.327	19
Rio Grande do Sul	2.522	20	9.831	19	12.353	19
Santa Catarina	2.124	17	5.095	10	7.219	11
São Paulo	1.219	10	1876	4	3.095	5
Demais Estados	12.250	2	414	1	653	1
Brasil	12.489	100	52.102	100	64.591	100

Fonte: Abraf. (Anuário Estatístico da Abraf – 2008).

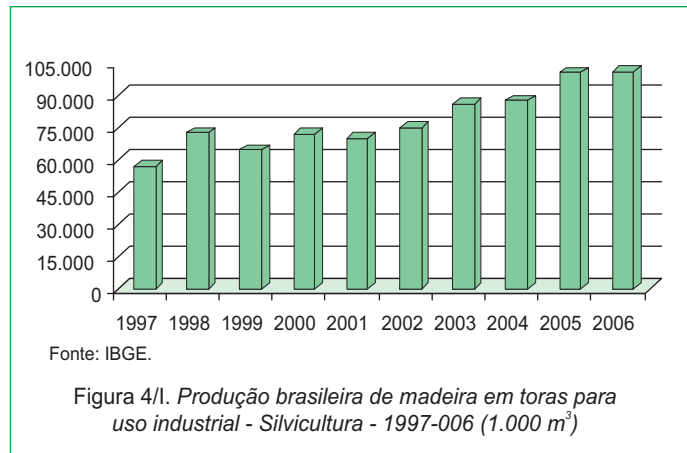


Tabela 10/I. Produção das principais matérias-primas de origem florestal - Brasil - 2003-06

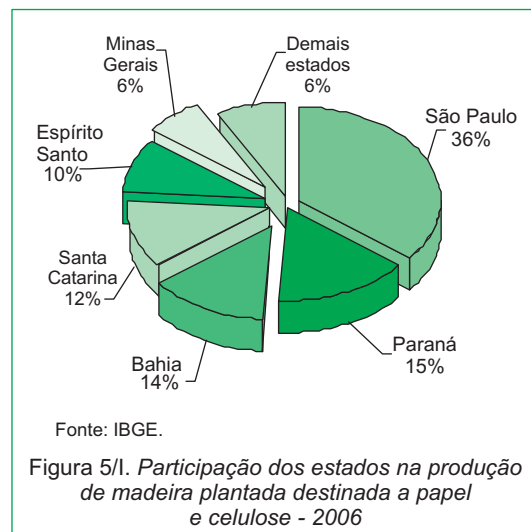
Produto	Unidade medida	2003	2004	2005	2006
Extração vegetal					
Carvão vegetal	mil t	2.227	2.186	2.972	2.506
Erva-mate	t	220.189	246.837	238.869	233.360
Lenha	mil m3	47.232	47.168	45.422	45.160
Madeira em tora	mil m3	20.663	19.103	17.372	17.986
Palmito ⁽¹⁾	t	13.704	12.124	7.863	6.524
Pinhão	t	4.396	4.518	4.609	5.203
Silvicultura					
Carvão vegetal	mil t	2.155	2.158	2.526	2.609
Erva-mate	t	501.702	403.281	429.730	434.483
Lenha	mil m3	33.827	34.005	35.542	36.110
Madeira p/papel e celulose	mil m3	49.532	46.285	54.699	55.115
Madeira p/outras finalidades	mil m3	36.829	41.230	45.916	45.652
Palmito ⁽²⁾	t	37.672	37.432	43.967	73.411

⁽¹⁾ Inclui Palmito Juçara, Açai e Pupunha.

⁽²⁾ Inclui Palmito Juçara, Palmeira Real, Açai e Pupunha.

Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura.

Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> Sistema Sidra: acesso em julho 2008.



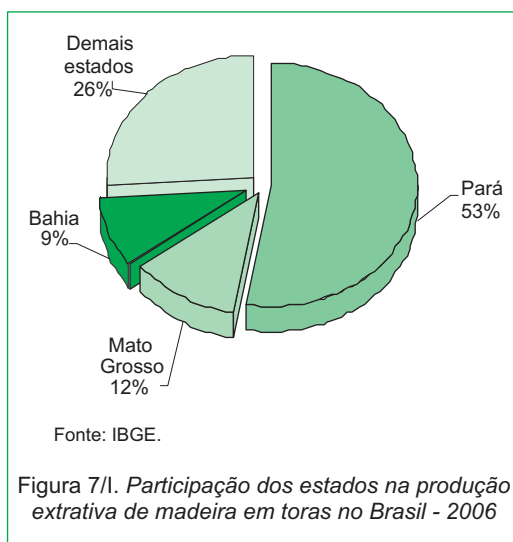
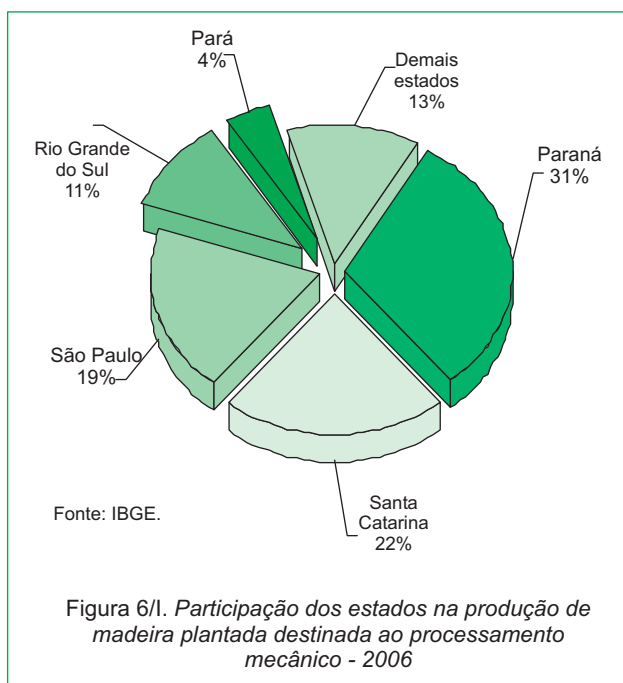
Desempenho do setor florestal

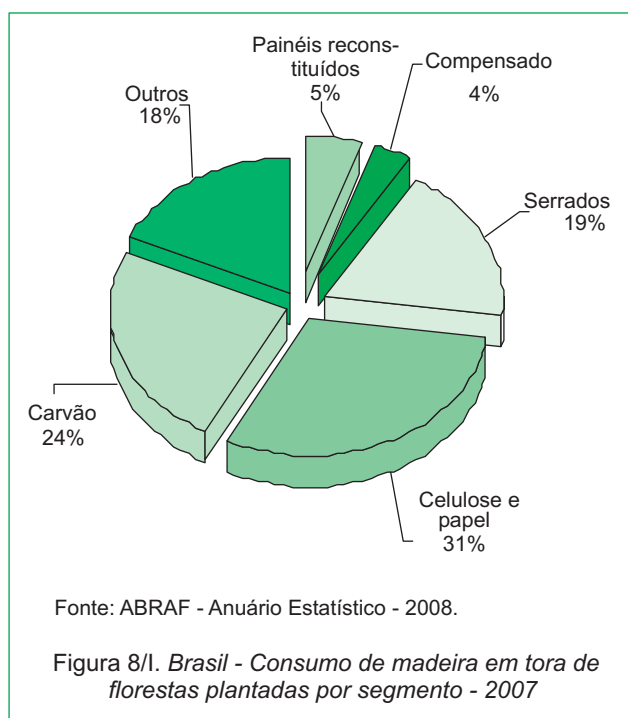
Tabela 11/I. Consumo de madeiras em toras para uso industrial no Brasil por espécie, segundo os principais segmentos industriais - 2006-07

(1.000 m³)

Segmento industrial	Pinus		Eucalipto		Total	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Painéis reconstituídos	5.803	6.194	1.546	1.737	7.349	7.931
Compensado	6.531	5.445	144	154	6.675	5.599
Serrados	25.418	25.928	2.992	3.052	28.410	28.980
Celulose e papel	7.185	7.231	39.576	40.271	46.761	47.502
Carvão	0	0	34.537	37.352	34.537	37.352
Outros	5.189	5.215	22.987	23.075	28.176	28.290
Brasil	50.126	50.013	101.782	105.641	151.908	155.654

Fonte: Abraf - Anuário Estatístico da Abraf - 2008.





Desempenho da indústria de processamento mecânico da madeira

Exportações maiores e forte crescimento do mercado interno asseguraram bom desempenho do segmento em 2007

Segundo a Associação Brasileira da Indústria da Madeira Processada Mecanicamente (Abimci), a indústria fatura anualmente cerca de 13 bilhões de dólares americanos e é responsável por mais de 40% da arrecadação de impostos e por 25% dos empregos gerados pelo setor de base florestal no Brasil. Atualmente operam no Brasil cerca de 10 mil empresas produtoras de serrados, 200 empresas produtoras de compensados e aproximadamente duas mil indústrias de remanufatura de madeira. Para a fabricação dos produtos de madeira sólida são consumidos anualmente no Brasil mais de 60 milhões de m³ de toras (quase 60% provenientes de florestas plantadas de pinus e eucalipto).

As exportações brasileiras de madeira e suas obras² (exceto móveis) foram de 3,3 bilhões de dólares em 2007, 5,6% superior a 2006. Nos últimos dez anos, a taxa média de crescimento das exportações brasileiras de madeira foi de 11,5% ao ano (Figura 9). Os estados do Paraná, Santa Catarina e Pará são os maiores exportadores, respondendo, juntos, por 73% do total exportado com madeiras em 2007. Para 2008, espera-se uma redução de mais de 10% nas exportações brasileiras de madeira,

² Inclui madeira processada mecanicamente e painéis da madeira reconstituída.

Desempenho do setor florestal

devido, sobretudo, à drástica retração no consumo de madeira nos EUA, face à forte redução do ritmo da construção civil naquele país.

A produção brasileira de chapas de compensado, após forte crescimento até 2004, quando atingiu seu pico, vem se reduzindo ano a ano e de forma expressiva. Em 2007 foram produzidos 2,8 milhões de m³ de chapas de compensados, um decréscimo de mais de 7% em relação a 2006 (Tabela 12).

Nos últimos dez anos vem aumentando a participação dos compensados de pinus na produção total. Em 2007, os compensados de madeira tropical representaram apenas 33% da produção brasileira.

O consumo interno de compensados vem se reduzindo sistematicamente devido à substituição do produto pelas chapas de madeira reconstituída, como o MDF, o OSB, o aglomerado e outras. Os principais segmentos consumidores são a indústria do mobiliário e a construção civil, atingindo, juntos, quase 80% do consumo nacional.

As exportações, embora tenham diminuído nos últimos anos, sustentam a indústria brasileira de compensados, absorvendo mais de 60% do volume produzido. Em 2007, foram exportados 1,7 milhões de m³ do produto, uma redução de mais de 20% em relação a 2006. Já em 2008, de janeiro a agosto, as exportações brasileiras de compensados foram 25% superiores em valor, em relação ao mesmo período de 2007.

A madeira serrada é o insumo básico para a produção de outros produtos da madeira de maior valor agregado. Estima-se a existência de quase 10 mil serrarias em operação no País. Nos últimos anos tem diminuído o número de serrarias e aumentado a escala média de operação, com investimentos em modernização do processo fabril.

A produção anual de serrados no Brasil tem se mantido entre 23 milhões e 25 milhões de m³ desde o ano de 2000. Em 2007 a produção foi estimada em 24,4 milhões de m³, 3,6% superior à de 2006 (Tabela 13). O mercado interno consome quase 90% da produção nacional de madeira serrada. A produção de madeira proveniente de florestas plantadas (principalmente de pinus) vem crescendo gradativamente e já contribui com cerca de 40% da produção total.

Há uma tendência de crescimento das empresas brasileiras que buscam reprocessar a madeira serrada (remanufatura) com vistas à agregação de valor. Com isso, crescem de forma sistemática a

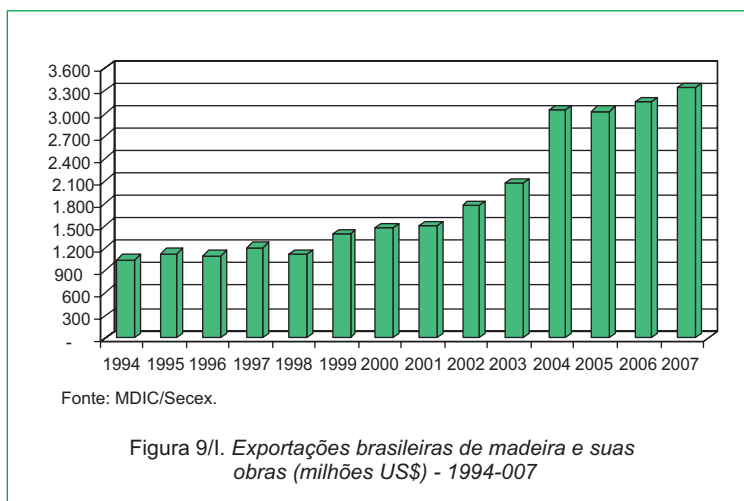


Tabela 12/I. Produção e destino dos compensados - Brasil - 1998-007

(mil m³)

Ano	Produção	Consumo	Exportação
1998	1.600	1.061	556
1999	2.200	1.111	1.124
2000	2.420	1.088	1.372
2001	2.500	1.026	1.521
2002	2.700	891	1.869
2003	3.230	927	2.388
2004	3.810	919	3.001
2005	3.585	964	2.777
2006	3.035	860	2.192
2007 ⁽¹⁾	2.809	770	1.703

⁽¹⁾ Estimativa STCP, apud Abimci.

Fonte: Abimci, STCP, SBS.

produção, o consumo e as exportações dos chamados produtos de maior valor agregado (PMVA). Os EGP (*edge glued panel* – painel colado lateral), usados na indústria moveleira, são formados a partir de madeira serrada e colada lateralmente. Sua produção se destina majoritariamente ao mercado interno, que tem apresentado bom crescimento nos últimos anos. As exportações têm capturado parcelas cada vez maiores da produção, tendo absorvido 30% dos 566 mil m³ produzidos em 2007 (Tabela 14).

A produção de molduras vem apresentado um grande crescimento nos últimos anos, impulsionada por pelo correspondente aumento das exportações, destino de dois terços do volume produzido em 2007. As molduras são perfis obtidos a partir do reprocessamento da madeira serrada ou de *blocks e blanks*, predominantemente de pinus, sendo utilizadas principalmente em acabamento na construção civil (rodapé, meia-lua, meia-cana, etc.).

A indústria de portas é formada por cerca de duas mil empresas, a maioria pequenas e médias, localizadas nos estados do Paraná e Santa Catarina. Estimulada pela demanda de exportação, a produção de portas cresceu bastante nos últimos anos. Em 2007, foram produzidas mais de nove milhões de unidades de portas no Brasil.

Outro segmento importante da indústria de produtos de madeira sólida é o de produção de pisos de madeira maciça ou engenheirada (painéis de MDF, HDF, laminados e aglomerados revestidos com lâminas de madeira ou papel melamínico). A produção e o consumo destes pisos no Brasil apresentaram expressivo crescimento a partir de 2000. Em 2005, a produção brasileira foi de mais de 30 milhões de m² e mais da metade foi exportada.

Tabela 13/I. Produção e destino da madeira serrada
- Brasil - 1995-007

(mil m ³)				
Ano	Produção	Consumo	Exportação	Importação
1995	17.180	16.592	1.295	707
1996	17.700	16.944	1.259	503
1997	18.500	17.400	1.446	346
1998	18.200	17.110	1.327	245
1999	18.900	17.700	1.741	146
2000	23.100	20.300	1.800	159
2001	23.800	21.715	2.235	150
2002	24.910	22.200	2.820	110
2003	23.290	19.987	3.315	150
2004	23.480	20.099	3.657	130
2005	23.557	20.567	3.313	225
2006	23.797	21.046	2.874	nd
2007 ⁽¹⁾	24.414	21.456	3.086	nd

⁽¹⁾ Estimativa da STCP.
Fonte: Abimci, STCP.

Tabela 14/I. Produção e destino de produtos de maior
valor agregado (pmva) - Brasil - 2002-07

Ano	Produto	Produção	Consumo	Exportação
2002	Pisos (mil m ²)	19.515	9.283	nd
2003		21.878	10.754	nd
2004		26.302	12.917	nd
2005		30.470	15.546	nd
2006		33.669	17.520	nd
2007		38.248	20.428	nd
2002		EGP(m ³)	315.000	262.000
2003	360.000		285.000	75.000
2004	450.000		306.000	144.000
2005	481.000		349.000	132.000
2006	522.000		371.000	151.000
2007	566.000		394.000	172.000
2002	Molduras (m ³)		490.000	nd
2003		600.000	nd	490.000
2004		680.000	65.000	600.000
2005		700.000	110.000	615.000
2006		721.000	186.000	590.000
2007		909.000	308.000	601.000
2002		Portas (mil unidades)	6.300	nd
2003	6.750		nd	nd
2004	6.900		nd	nd
2005	7.450		nd	nd
2006	8.195		nd	nd
2007	9.037		nd	nd

⁽¹⁾ Estimativas baseadas no Estudo Setorial 2007 da Abimci.
Fonte: Abimci, STCP.

Desempenho do setor florestal

Desempenho da Indústria de Painéis Reconstituídos

Mercado interno deve manter a continuidade do crescimento do setor nos próximos anos

A indústria brasileira de painéis de madeira reconstituída vem apresentando crescimento expressivo nos últimos anos. É formada por apenas nove empresas, que somam uma capacidade instalada de 6,0 milhões de m³ por ano. Juntas, estas empresas faturaram 4,5 bilhões de reais em 2007 (Abipa, 2008). A indústria utiliza matéria-prima de florestas plantadas (pínus e eucalipto) e processam quase oito milhões de m³ de toras por ano.

A produção de painéis (aglomerado/MDP³, MDF, OSB e chapas de fibras duras) expandiu-se a uma taxa média anual de 9,0% no período de 2001 a 2007, atingindo quase 5,0 milhões de m³ (Tabela 15). Quase toda a produção de MDP é consumida no mercado interno. Já as exportações de chapas de fibra representam 40% da produção nacional e a produção de MDF ainda não é suficiente para abastecer o mercado interno.

Tabela 15/I. *Produção e destino dos painéis de madeira reconstituída - Brasil - 2001-07*

Ano	Capacidade instalada	Produção	Importação	Exportação	Consumo
2001		2.976.524	70.146	192.886	2.853.784
2002		3.142.986	68.410	384.254	3.211.396
2003		3.415.005	192.631	455.380	3.152.256
2004	5.000.000	3.984.512	265.140	428.748	3.820.904
2005	5.100.000	3.939.383	217.711	410.000	3.747.094
2006	5.400.000	4.400.000	270.000	370.000	4.300.000
2007	6.000.000	4.963.082	221.026	292.236	4.891.872

Fonte: ABIPA, Abimóvel.

O aumento na demanda interna de móveis vem estimulando a expansão da indústria de painéis de madeira reconstituída. A Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira (Abipa) prevê investimentos de um bilhão de dólares até 2010, na ampliação da produção e na modernização tecnológica do setor, o que deve elevar sua capacidade instalada para 10,0 milhões de m³ por ano, com maior crescimento para o MDF.

Desempenho da Indústria de Móveis de Madeira

Bom crescimento do setor moveleiro em 2007, com recuperação das exportações

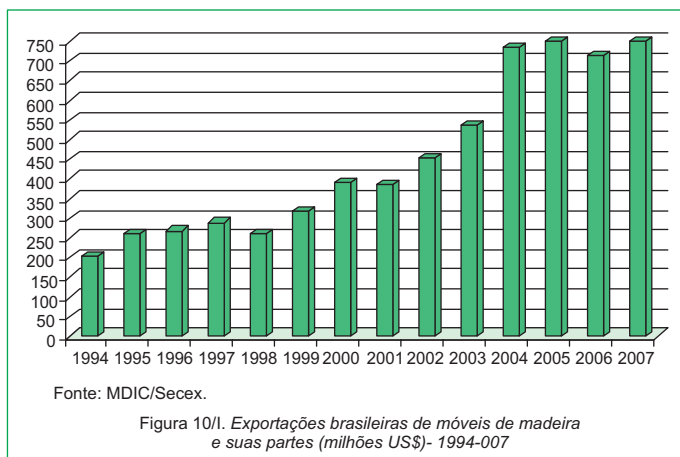
A indústria de móveis de madeira no Brasil é formada majoritariamente por micro e pequenas empresas, a maior parte localizada no Sul e no Sudeste do País. São 16 mil estabelecimentos produtores de móveis que empregam diretamente mais de 200 mil pessoas.

O setor teve um bom desempenho em 2007, puxado pelo crescimento do mercado interno. O faturamento da indústria moveleira em 2007 foi estimado em US\$ 15,5 bilhões, com exportações de US\$ 750 milhões. Após um longo período de forte crescimento em 2006 as exportações de móveis de madeira foram 6,3% menores do que em 2005, e em 2007 apresentaram uma recuperação, com crescimento de 5% no valor exportado, em relação a 2006 (Figura 10). As exportações ainda se

³ *Médium Density Particleboard*: nova versão do aglomerado, mais resistente.

concentram na Região Sul, responsável por quase 90% do valor exportado. Santa Catarina, com 45% do total, é o estado brasileiro que mais exporta móveis.

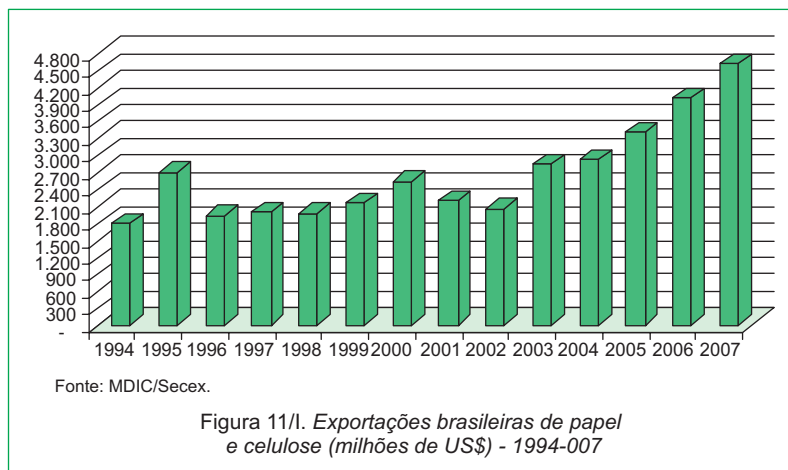
De janeiro a agosto de 2008, foram exportados pelo Brasil US\$ 487,2 milhões em móveis de madeira, valor ligeiramente inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Pelo fato de os EUA ainda serem os responsáveis por uma grande parcela dos embarques de móveis brasileiros, o agravamento da crise americana deverá impor novas dificuldades às exportações brasileiras de móveis, apesar de o câmbio ter ficado mais favorável.



Desempenho da indústria de celulose e papel

Setor segue em firme crescimento e ganhando espaço no mercado internacional de celulose

A indústria brasileira de papel, celulose e artefatos de papel é composta por 226 empresas, que detém 1,7 milhão de hectares plantados com eucalipto e pínus e empregam quase 70 mil pessoas. Toda a produção de papel e celulose provém de florestas plantadas. Em 2007 o faturamento da indústria foi de R\$ 24,5 bilhões, com arrecadação de R\$ 2,1 bilhões em impostos (Bracelpa, 2008). Trata-se de um setor de capital intensivo e globalizado. Em 2007, o Brasil exportou US\$ 4,6 bilhões em celulose e papel (aumento de 15% em relação a 2006), mantendo a trajetória de crescimento consistente nas vendas externas do setor (Figura 11).



O Brasil é o sexto produtor mundial de celulose (o primeiro em celulose de fibra curta de mercado) e o décimo primeiro na produção de papel. Em 2007, foram produzidos no Brasil 12,0 milhões de toneladas de celulose de mercado, 7,3% a mais do que em 2006 (Tabela 16). Do total produzido, mais de 80% é de celulose de fibra curta, que utiliza o eucalipto como matéria-prima, praticamente o único tipo exportado pelo Brasil, fazendo do País o maior produtor e exportador mundial deste tipo de celulose.

Desempenho do setor florestal

Os preços internacionais do produto se encontram em patamares elevados. Na Europa, o preço da celulose de fibra longa (de pínus) teve um crescimento de 20% ao longo de 2007. No início de setembro de 2008 foi cotada a US\$ 876,16/t, mostrando um decréscimo em relação ao mês de julho, quando atingiu um pico de US\$ 903,70/t (Foex: www.foex.fi). A perspectiva para o final ano é de os preços recuarem para níveis inferiores aos do fechamento de 2007.

A celulose de fibra curta (de eucalipto), também vem apresentando nos últimos anos aumentos sistemáticos de preços no mercado internacional. Em 2007 tiveram um aumento de 16% ao longo do ano. Em 2008, os preços continuaram subindo até o mês de julho, passando a apresentar ligeiros decréscimos em agosto e setembro. A crise financeira dos EUA e a menor expectativa de crescimento da maioria das economias do mundo deverão se refletir em novas quedas nos preços internacionais da commodity nos próximos meses.

A produção brasileira de papel em 2007 foi de 9,0 milhões de toneladas, um incremento de 3,2% em relação à de 2006. Do total produzido, mais da metade é destinada à produção de embalagens e quase um terço é papel de imprimir e escrever. A produção de papéis reciclados em 2007 foi de cerca de 4,0 milhões de toneladas, uma taxa de recuperação de 45%.

As exportações de papel em 2007 foram de 1,7 milhão de toneladas, quase a metade de papel de imprimir e escrever. O Brasil é bastante dependente das importações de papel de imprensa para satisfazer seu consumo doméstico. Estimativas da Bracelpa indicam que o consumo aparente de papel em 2007 tenha sido de 44 kg/hab, um crescimento de 4,1% em relação ao consumo estimado em 2006 (Tabela 16).

Tabela 16/l. Produção brasileira de papel e celulose- 2005-07

(1.000 t)

Produto	Discriminação	2005	2006	2007	Varição 2007/2006(%)
Papel	Produção	8.597	8.725	9.008	3,2
	Importação	770	967	1.097	13,4
	Exportação	2.039	1.990	2.006	0,8
	Consumo aparente	7.328	7.701	8.099	5,2
	Consumo per capita (kg/hab)	39,5	41,2	44,0	6,8
Celulose	Produção	10.352	11.180	11.998	7,3
	Importação	310	326	292	-10,4
	Exportação	5.441	6.161	6.484	5,2
	Consumo aparente	5.221	5.345	5.806	8,6

Fonte: Bracelpa, Informes Anuais, 2005, 2006 e 2007.

O setor de papel e celulose no Brasil está passando por um longo período de expansão da produção. Diversas novas plantas industriais estão sendo implantadas, com aumento da escala de produção e do porte das empresas, resultando em ganhos de eficiência e especialização produtiva.

Nos últimos dez anos, a ampliação da capacidade produtiva levou o Brasil à condição de maior produtor mundial de celulose de fibra curta. Isto permitiu ao setor ganhar competitividade internacional e consolidar o Brasil como um importante ator neste mercado. Segundo a Bracelpa, até 2015 deverão ser investidos no Brasil mais de US\$ 13 bilhões pelo setor de papel e celulose, a maior parte na ampliação da produção. É esperado um aumento substancial no valor das exportações brasileiras destas commodities, com aumento da importância do País no mercado mundial de celulose.

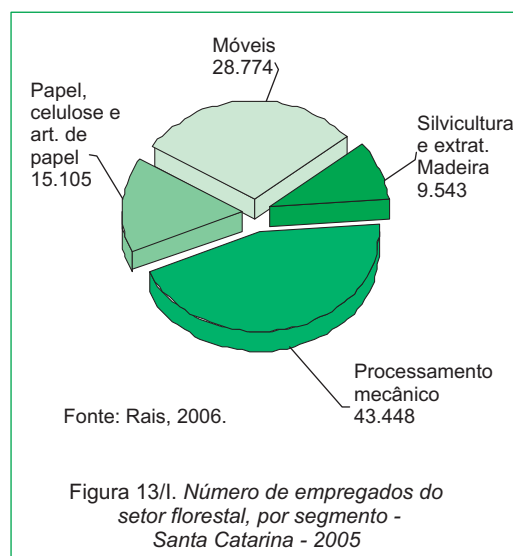
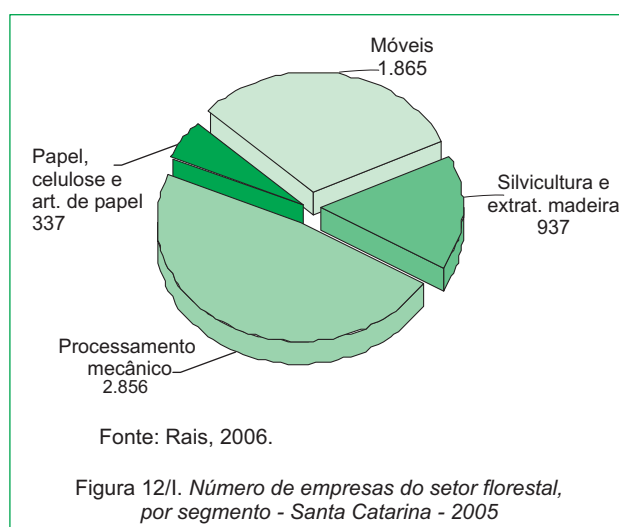
A concentração de investimentos na produção adicional de celulose no Brasil e os recentes movimentos de troca de ativos entre grandes grupos do setor que aqui atuam parecem indicar que o País

se prepara para focar-se na produção e exportação de celulose, assumindo o papel de um grande *player* no mercado internacional da commodity.

Produção e mercado de produtos florestais em Santa Catarina

Exportações catarinenses de produtos florestais experimentam primeiro recuo em dez anos

Santa Catarina é um dos estados mais importantes no setor florestal brasileiro. Detém mais de 11% da área de florestas plantadas do País e é o terceiro maior exportador de produtos florestais (46% dos móveis de madeira, 19% dos produtos de madeira sólida e 13% do papel, em 2007). São seis mil empresas que atuam no setor de base florestal do estado (silvicultura, indústria de processamento mecânico da madeira, indústria de móveis de madeira e indústria de celulose e papéis) e geram quase 100 mil empregos diretos. Na indústria de produtos sólidos de madeira atua quase a metade das empresas e são gerados 45% dos empregos de todo o setor florestal catarinense (Figuras 12 e 13).



Na indústria catarinense de base florestal são processados por ano mais de 15 milhões de m³ de madeira, produção sustentada por 622 mil hectares de florestas plantadas com pinus e eucalipto. A indústria de papel e papelão instalada no estado tem mais de dois terços de sua produção destinada ao mercado interno, especialmente para produção de embalagens. A indústria de móveis e de processamento mecânico, por outro lado, é bastante voltada à exportação, destinando cerca de 70% da produção ao mercado externo.

Em 2007, o valor das exportações de produtos florestais de Santa Catarina foi de US\$ 1,17 bilhão, ligeiramente inferior a valor exportado em 2006. Além da valorização do real que dificultou as exportações, o desempenho do setor florestal catarinense foi bastante afetado pelo comportamento da indústria americana de construção civil, em crise desde 2007. Grande parcela das exportações

Desempenho do setor florestal

catarinenses de madeira sólida e de móveis de madeira se destina ao mercado dos EUA e a grave crise financeira que está vivendo aquele país deverá aumentar ainda mais as dificuldades para as exportações catarinenses.

Plantio de floretas e produção catarinense de matérias-primas florestais

A colheita de madeira para a indústria de processamento mecânico diminuiu pelo segundo ano consecutivo

Levantamentos da Abraf mostram uma área de 622 mil hectares de florestas plantadas para fins comerciais em Santa Catarina, sendo quase 85% da área formada por plantios de pinus. As grandes e médias empresas de base florestal detêm mais de 70% das áreas florestadas do estado.

A partir de 2000, se intensificaram os plantios empresariais e muitos produtores rurais e profissionais liberais despertaram para a atividade silvicultura. As linhas de crédito para o plantio de florestas comerciais, operadas pelo BRDE e pelo Banco do Brasil, bem como os programas de fomento florestal das grandes empresas de base florestal, estão contribuindo para a ampliação da área de florestas comerciais em Santa Catarina. Estima-se que a área plantada de pinus e eucalipto (entre reforma e novos plantios) em Santa Catarina esteja entre 40 mil e 50 mil hectares por ano.

A colheita de madeira de florestas plantadas para a indústria de processamento mecânico está se reduzindo nos últimos anos devido às dificuldades enfrentadas pelos exportadores de produtos da madeira sólida. Segundo o IBGE, a produção catarinense de madeira em toros para transformação industrial em 2006 foi de 15,4 milhões de m³, uma redução de 2,3% em relação a 2005 (Tabela 17). Por outro lado, a colheita de madeira fina para a produção de papel e celulose cresceu 10% de 2005 para 2006. Isto se deveu ao forte crescimento do mercado interno de embalagens de papel e papelão neste período

Tabela 17/I. Produção dos principais produtos florestais - Santa Catarina - 2002-06

Produto	Unidade medida	2002	2003	2004	2005	2006
Extração vegetal						
Carvão vegetal	t	9.050	8.665	8.940	8.500	8.100
Erva-mate	t	71.642	68.393	66.078	70.000	65.400
Lenha	mil m3	2.023	2.209	2.344	2.200	2.000
Madeira em tora	mil m3	93	167	187	200	76
Araucária (toras)	mil m3	8	11	8	4	3
Palmito	t	247	193	132	100	92
Pinhão	t	2.285	2.276	2.275	2.250	2.670
Silvicultura						
Carvão vegetal	t	7.146	7.113	6.987	9.050	10.860
Erva-mate	t	45.600	52.474	37.577	37.629	35.748
Lenha	mil m3	4.330	4.440	4.387	4.773	5.490
Madeira p/papel e celulose	mil m3	6.203	6.110	6.306	6.044	6.648
Madeira p/outras finalidades	mil m3	9.110	9.610	10.319	9.732	8.759
Palmito ⁽¹⁾	t	1.012	1.569	2.125	3.254	3.905

⁽¹⁾ Inclui Juçara e Palmeira Real.

Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal e Silvicultura. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>> Sistema Sidra: acesso em julho 2008.

Preços dos insumos e das matérias-primas e produtos florestais

A redução do consumo de madeira pela indústria catarinense de produtos sólidos da madeira não resultou em queda de preços da matéria-prima

Os preços das mudas de pinus e eucalipto apresentaram ligeiro aumento ao longo de 2007, porém no primeiro semestre de 2008 se mantiveram nos mesmos níveis do início do ano. As mudas de palmeira real e de palmito juçara tiveram redução de preços ao longo de 2007 e 2008, tanto em termos reais quanto nominais (Tabela 18).

Tabela 18/I. Preço médio de insumos e fatores de produção florestal - Santa Catarina - 2003-08

Produto	Unidade medida	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Mudas de eucalipto (R\$)	milheiro	114,17	131,82	152,73	177,50	182,50	190,00
Mudas de eucalipto (R\$ de maio/08)	milheiro	139,11	145,99	160,47	183,35	201,32	193,55
Mudas de pinus (R\$)	milheiro	126,67	138,18	156,36	197,50	200,00	210,00
Mudas de pinus (R\$ de maio/08)	milheiro	154,366	153,19	164,27	203,98	220,58	213,92
Mudas de erva-mate (R\$)	milheiro	216,67	270,91	286,36	275,00	315,00	420,00
Mudas de erva-mate (R\$ de maio/08)	milheiro	263,92	300,06	300,82	284,01	346,79	427,84
Formicida granulado mirex-s (R\$)	500g	4,08	4,19	4,11	4,09	4,06	4,05
Formicida granulado mirex-s (R\$ de maio/08)	500g	4,97	4,64	4,32	4,22	4,48	4,12
Mudas de Palmeira Real (R\$)	milheiro	181,67	170,00	180,91	277,50	245,00	225,00
Mudas de Palmeira Real (R\$ de maio/08)	milheiro	221,57	188,57	190,06	285,71	270,39	229,30
Mudas de palmito (R\$)	milheiro	196,67	184,55	190,00	280,00	245,00	225,00
Mudas de palmito (R\$ de maio/08)	milheiro	239,78	204,77	199,61	288,31	270,39	229,30
Terra de campo/reflorest. (R\$)	ha	1.392,64	2.075,97	2.476,27	2.574,68	4.340,39	4.194,68
Terra de campo/reflorest. (R\$ de maio/08)	ha	1.696,53	2.302,33	2.589,41	2.659,87	3.934,80	4.119,20
Terra de segunda (R\$)	ha	2.925,85	4.545,02	5.105,50	5.291,69	6.821,25	7.397,25
Terra de segunda (R\$ de maio/08)	ha	3.562,05	5.029,84	5.337,97	5.467,15	7.519,13	7.532,77
Terra de primeira (R\$)	ha	5.330,40	8.473,73	9.340,65	10.179,63	14.533,17	14.757,11
Terra de primeira (R\$ de maio/08)	ha	6.490,50	9.378,55	9.767,71	10.514,72	16.035,67	15.043,20

⁽¹⁾ Média de janeiro a maio.

Fonte: Epagri/Cepa.

As terras agrícolas, por outro lado, inclusive as menos nobres utilizadas para reflorestamento, sofreram aumentos contínuos de preço ao longo de 2007, mantendo a tendência dos últimos anos. Para todos os tipos, qualidade e localização das terras, os preços mais do que duplicaram em termos reais nos últimos cinco anos. Os campos degradados e as áreas dobradas, geralmente procuradas para plantios florestais, tiveram um aumento real de preço de 20% ao ano neste período. O custo da terra é o principal componente dos custos da silvicultura comercial.

Os preços das principais matérias-primas florestais em Santa Catarina mostraram crescimento ao longo de 2007 e do primeiro semestre de 2008 (Tabela 19). A erva-mate, que teve um forte movimento de recuperação de preços em 2006 e 2007, apresentou um ligeiro declínio em seus preços no primeiro semestre de 2008.

Desempenho do setor florestal

Tabela 19/I. Preço médio dos principais produtos florestais - Santa Catarina -2003-08

Produto	Unidade medida	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Carvão vegetal (R\$)	m3	28,57	36,50	42,59	46,38	48,83	50,42
Carvão vegetal (R\$ de maio/08)	m3	34,80	40,62	44,74	47,91	53,51	51,32
Erva-mate nativa (\$)	arroba	3,57	3,38	3,87	5,03	5,69	5,61
Erva-mate nativa (R\$ de maio/08)	arroba	4,35	3,77	4,06	5,19	6,12	5,71
Erva-mate cultivada (\$)	arroba	2,47	2,19	2,47	2,93	3,64	3,69
Erva-mate cultivada (R\$ de maio/08)	arroba	3,01	2,42	2,59	3,02	4,07	3,76
Lenha de eucalipto (\$)	m3	15,45	18,98	25,83	27,89	30,41	34,36
Lenha de eucalipto (R\$ de maio/08)	m3	18,82	21,12	27,14	28,80	33,65	34,98
Lenha de mata nativa (\$)	m3	11,88	14,20	17,80	20,48	21,20	25,50
Lenha de mata nativa (R\$ de maio/08)	m3	14,47	15,82	18,70	21,15	23,25	25,95
Pínus para celulose (R\$)	t	20,95	28,24	35,89	39,08	48,89	55,00
Pínus para celulose (R\$ de maio/08)	t	25,50	31,43	37,70	40,34	54,70	55,93
Madeira roliça p/ construção (R\$)	m	1,23	1,42	1,65	1,55	1,54	1,68
Madeira roliça p/ const (R\$ de maio/08)	m	1,49	1,59	1,73	1,60	1,67	1,71
Escora de madeira (R\$)	unid.	2,44	2,46	2,68	2,55	2,52	2,53
Escora de madeira (R\$ de maio/08)	unid.	2,97	2,74	2,81	2,64	2,82	2,57
Madeira em toras de eucalipto (R\$)	m3	64,58	81,33	102,62	115,65	120,95	129,68
Madeira em toras de eucalipto (R\$ de maio/08)	m3	78,65	90,51	107,81	119,44	132,26	132,00
Madeira em toras de pínus (R\$)	m3	74,32	93,29	116,33	127,57	133,00	134,92
Madeira em toras de pínus (R\$ de maio/08)	m3	90,50	103,89	122,21	131,76	145,50	137,19

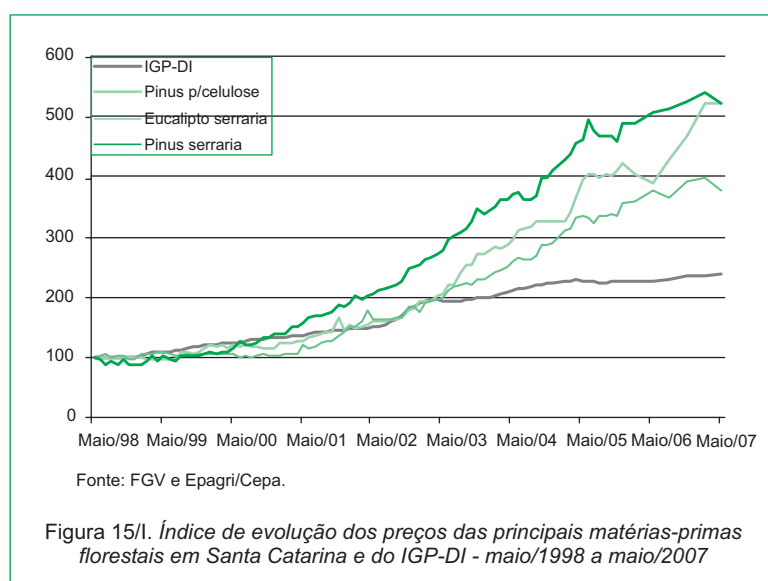
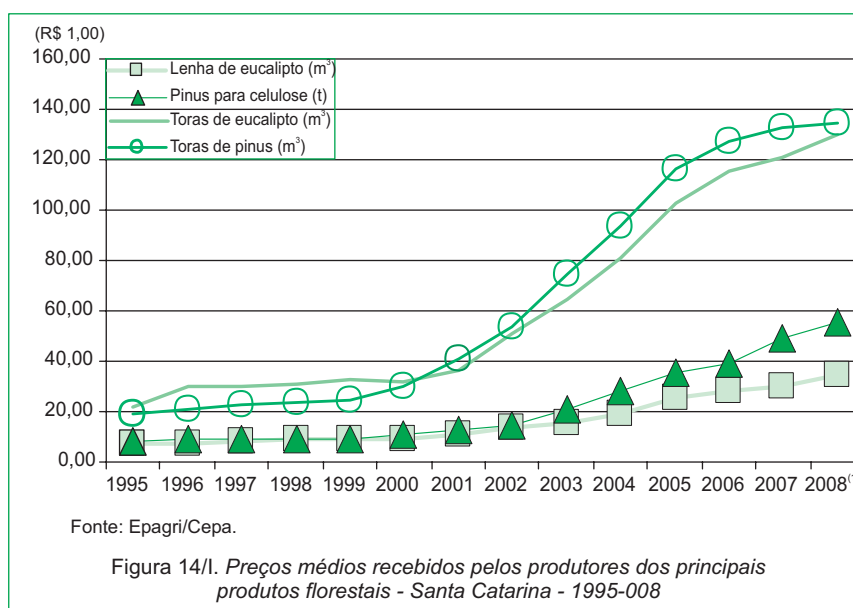
⁽¹⁾Média de janeiro a maio.

Fonte: Epagri/Cepa.

Os preços das escoras de madeira e da madeira roliça de eucalipto usada para estruturas na construção civil que haviam apresentado uma tendência de crescimento até o final de 2007, voltaram a recuar no primeiro semestre de 2008. Já o carvão vegetal e a lenha de eucalipto mostraram um movimento continuado de acréscimo real de preço nos últimos meses, tendência que poderá se manter ao longo de 2008.

As toras de madeira (de pínus e de eucalipto) para processamento industrial apresentaram aumentos bastante expressivos de preço até o início de 2007. Ao longo de 2007 seus preços se mostraram bastante voláteis, e sem tendência definida, apesar da que na demanda por madeira para serraria, refletindo a relativa escassez de oferta da matéria-prima (Figura 14).

O desequilíbrio entre a produção e a demanda de madeira em toros em Santa Catarina deverá perdurar nos próximos anos e manter os preços em patamares elevados, mesmo se for confirmada a tendência de redução dos níveis atuais de processamento industrial.



Exportações catarinenses de produtos florestais

Taxa de câmbio desfavorável resultou em forte redução nas exportações catarinenses de móveis

As exportações da indústria catarinense de base florestal em 2007 foram 2% menores que as de 2006. Em 2007, foi exportado pelo setor US\$ 1,17 bilhão, reduzindo para 16% a participação setorial nas exportações de Santa Catarina (Figura 16).

As exportações de madeiras e suas obras em 2007 (capítulo 44 do código NBM – Nomenclatura Brasileira de Mercadorias) foram 4% inferiores em relação ao ano de 2006. As maiores quedas ocorreram nos itens madeira perfilada, molduras, portas e janelas (Tabela 20).

Desempenho do setor florestal

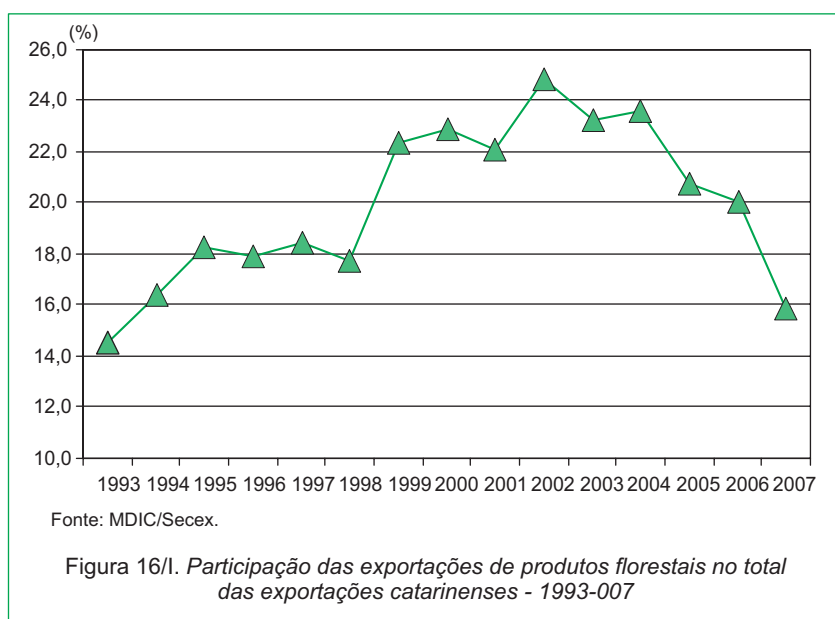


Tabela 20/I. Exportação de produtos florestais - Santa Catarina - 2001-07

(US\$/FOB 1.000)

Item	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Erva-mate e derivados	2.913	1.935	1.304	1.048	1.100	3.487	8.625
Madeira e obras de madeira	321.959	386.719	401.069	569.538	566.358	647.053	620.319
Madeira serrada	100.468	95.092	88.395	100.502	87.470	89.761	91.806
Madeira laminada	1.765	1.185	2.130	1.330	2.190	1.500	8.082
Madeira perfilada	2.627	13.960	20.908	26.909	33.938	55.806	39.379
Painéis de madeira reconstituída (MDF e aglomerado)	10.109	11.946	12.970	14.685	14.074	18.090	16.294
Painéis de madeira compensada	51.884	62.463	77.540	124.193	129.918	126.650	144.916
Molduras de madeira	6.330	15.573	16.362	41.309	18.642	25.192	11.369
Caixas, engradados e paletes	2.089	900	516	613	726	1.051	1.931
Ferramentas, armações e cabos	13.403	18.012	19.070	22.348	28.978	32.794	29.104
Portas, janelas, assoalhos e outras obras de marcenaria e carpintaria	86.776	106.064	110.957	176.999	199.671	245.780	233.166
Outras madeiras e obras de madeira	46.508	61.525	52.222	60.650	50.749	50.428	44.273
Papel e celulose	110.827	121.338	137.999	164.157	176.386	200.912	201.939
Pasta de celulose e papel sanitário	12.284	18.034	21.684	27.091	29.772	16.655	3.498
Embalagens e pasta "quate"	5.939	9.033	16.670	21.218	25.437	34.036	42.976
Papel e cartão kraft, kraftliner	90.115	91.432	95.323	111.464	116.627	143.527	148.109
Outros papéis	2.490	2.840	4.093	4.295	4.549	6.684	7.293
Móveis de madeira	216.655	274.170	319.903	409.510	415.314	345.697	342.350
Móveis de madeira p/escritório	2.577	6.638	10.433	16.389	20.115	14.972	14.950
Móveis de madeira p/cozinha	5.454	10.169	14.916	16.352	15.241	22.791	24.659
Móveis de madeira p/quartos	88.307	102.894	127.835	171.849	171.965	139.632	130.063
Outros móveis de madeira	99.832	130.684	142.129	171.796	170.711	137.079	140.098
Componentes p/móveis de madeira	20.486	23.786	24.578	32.375	36.824	30.532	31.562
Total produtos florestais	652.354	784.186	860.275	1.144.253	1.159.158	1.196.798	1.173.234
Total exportações Santa Catarina	3.028.399	3.157.065	3.695.786	4.853.506	5.584.125	5.982.112	7.381.839

Fonte: MICT/Secex.

Desempenho do setor florestal

Nas exportações de papel e celulose, os melhores desempenhos em 2007 foram apresentados nos segmentos de embalagens (+33%) e de papel e de cartão Kraft (+3%), enquanto nas pastas de celulose as exportações foram reduzidas em quase 80%.

O setor de móveis, apesar das dificuldades cambiais e da crise americana, manteve suas exportações em 2007 em níveis próximos aos obtidos em 2006. Queda significativa ocorreu apenas nas exportações de móveis para quartos, com redução de 7% no valor, em relação a 2006.

O aprofundamento da crise na construção civil americana e a grave crise financeira por que passa os EUA deverão reduzir, em muito, as encomendas de madeira e móveis daquele país, bem como de outros países importadores, provocando mais dificuldades ao setor, muito embora possa ocorrer um alívio no câmbio. Mais dificuldades são esperadas para a indústria catarinense da madeira e de móveis.

Luiz Toresan

Crédito rural e o financiamento da produção agrícola no estado de Santa Catarina

O crédito rural é um importante instrumento entre as políticas públicas de governo para o desenvolvimento agropecuário nacional e do estado. Ao longo da história brasileira, foi utilizado como mecanismo fomentador da adoção de novas tecnologias de produção e também como forma de viabilizar a produção de alimentos de consumo interno, de commodities exportáveis e de atividades geradoras de renda ao meio agropecuário. Nesse sentido, do final dos anos 60 até início dos anos 80, a agropecuária brasileira contou com grande volume de crédito e taxas de juros subsidiadas, sobretudo na segunda metade dos anos 70¹, diante das políticas de expansão da fronteira agrícola e da necessidade de aumentar as exportações oriundas do agronegócio. A partir do início dos anos 80, diante de mudanças no cenário econômico nacional, ocorreu uma redução significativa do volume de recursos e aumento das taxas de juros, para fazer frente à crise econômica nacional, principalmente na busca do controle inflacionário.

Para a época, a elevação das taxas de juros implicou em aumento dos custos de produção dos principais produtos da agropecuária nacional, que passaram a ser mais elevados quando comparados aos custos dos demais países do Mercosul². Além disso, diante da abertura comercial, passa a haver maior pressão por aperfeiçoamento tecnológico, por modernização do setor agropecuário

¹ “Nos anos 70, graças ao endividamento externo, havia grande disponibilidade de recursos financeiros, e o principal instrumento de política agrícola foi o crédito rural” (Gomes, 1999, p. 139).

² Os custos de produção do leite no Mercosul são: US\$/l 0,21; 0,17; 0,14 para Brasil, Uruguai e Argentina, respectivamente (De Negri, 1998).

nacional e adoção de novos padrões de qualidade. Estes novos padrões tecnológicos requerem novos mecanismos de financiamento da produção, fazendo parte de um conjunto de reivindicações dos setores representativos dos produtores, passando a pressionar o governo para a tomada de medidas mais efetivas³, sobretudo para a agricultura familiar, que passa ser elemento importante na formulação das políticas econômicas para o setor agrícola.

Esse quadro já se estabelece a partir de 1996⁴, quando foi instituído pelo governo federal o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar⁵ (Pronaf), com o objetivo de fornecer linhas de crédito acessíveis ao segmento da produção familiar que estava alijado do sistema financeiro, atendendo a três modalidades básicas de crédito: o crédito rural para custeio e investimentos; o crédito para obras de infra-estrutura e o crédito especial para programas de capacitação e qualificação profissional dos agricultores, concedidos a taxas de juros preferenciais, quando comparadas às taxas das demais linhas de financiamento da produção agropecuária. As taxas inferiores às do mercado financeiro e os prazos alongados eram o meio que o Pronaf usou para propiciar maior estabilização das condições financeiras dos produtores rurais e elevação do nível de renda da agropecuária.

Desde sua implementação, até os dias atuais, há um verdadeiro processo de inovação e de modernização na formulação das políticas de financiamento à Agricultura Familiar, criando-se uma gama enorme de linhas de crédito para custeio e investimentos, assim como uma estratificação do público beneficiário, mesmo dentro do Pronaf, visando atender não somente ao produtor familiar, mas à estrutura familiar de produção, além de grupos diferenciados, como jovens, mulheres, entre outros.

De outro lado, o governo mantém linhas de financiamento da produção empresarial, que é em grande parte voltada ao mercado externo e se beneficia de taxas de juros competitivas. Embora sejam ligeiramente superiores às da Agricultura Familiar, elas se encontram em condições bem melhores que as taxas de juros praticadas na década de 80 e meados dos anos 90.

Financiamento à produção em Santa Catarina na safra 2006/07 e 2007/08

Anualmente o governo federal lança no mês de julho um conjunto de normas regulatórias para alocação do crédito rural ao setor agropecuário, denominado Plano Safra. Assim, o Plano de Safra nada mais é do que um conjunto de regras para o financiamento das operações de investimento, custeio e

³ “Na década de 80, a política agrícola deu ênfase a instrumentos de estabilização de preços, tais como preços mínimos e estoques reguladores. Tais instrumentos eram praticados, especialmente, para grãos, visto que a pecuária de leite nunca foi coberta por eles” (Gomes, 1999, p. 141).

⁴ Decreto n. 1.946 de 28-06-96

⁵ Considera-se Agricultor Familiar aquele que satisfaça aos seguintes requisitos: a) residir no estabelecimento rural, ou em aglomerado urbano próximo; b) manter até dois empregados além de eventual contratação de mão-de-obra rural; c) possuir área de terras não superiores a quatro módulos fiscais; d) ter no mínimo 80% da renda bruta proveniente de atividades rurais (Resolução n. 2.210 – Bacen)

Crédito rural

comercialização da atividade agropecuária, aplicáveis na safra anunciada, publicadas através de resoluções do Banco Central do Brasil, atualizadas periodicamente no Manual de Crédito Rural do próprio Banco Central. Para efeito deste trabalho, consideraram-se as informações de dois anos agrícolas subsequentes, correspondendo à safra 2006/07, que findou em 30 de junho de 2007, e a safra 2007/08, cujo período de vigência vai até junho de 2008 (Tabela 1).

Tabela 1/II. Recursos do crédito rural comparativo – Comercialização, investimentos e custeio (totais) alocados no estado de Santa Catarina - Safras 2006/2007-2007/2008

(R\$ 1.000)

Linha de crédito	Safral 2006/2007		Safral 2007/2008		Variación (%)
	Nº operações	Valor	Nº operações	Valor	Valor
Comercialização	719	267.328,00	671	964.362,69	260,74
Investimentos	17.249	325.072,86	16.971	378.426,23	16,41
Custeio	95.880	812.856,23	93.395	938.609,15	15,47
Total	113.848	1.405.257,13	111.037	2.281.398,08	62,35

Fonte: Banco do Brasil, safras 2006/2007-2007/2008.

Os dados mostram que houve uma variação positiva (62,35%) no volume total de recursos alocados no estado, comparativamente entre os anos agrícolas de 2007 e 2008, apesar da redução do número de operações nas três linhas de crédito, custeio, investimento e comercialização. Destaca-se o grande crescimento dos recursos alocados à comercialização, comparativamente ao período analisado. Os recursos de custeio e de investimentos estão associados basicamente a operações com pessoas físicas, contemplando a área da produção. Já as operações de comercialização, de modo geral, atendem à demanda da formação de estoques pelas operações de EGF e AGF e formação de estoques às cooperativas de produção e de comercialização.

Os dados da tabela 2 mostram que houve pequenas variações, para mais, no volume de recursos do crédito rural – Pronaf – alocados no estado, com pequena redução do número de operações de custeio.

Tabela 2/II. Alocação de recursos do Crédito Rural Pronaf - Santa Catarina - Safras 2006/07-2007/08

(R\$ 1.000)

Linha de Crédito	Safral 2006/07		Safral 2007/08		Variación (%)
	Nº operações	Valor	Nº operações	Valor	Valor
Custeio	86.782	434.703,33	83.839	461.492,04	6,10
Investimento	15.605	256.539,21	15.029	264.931,93	3,20
Total	102.387	691.242,54	98.868	726.423,98	5,08

Fonte: Banco do Brasil, safras 2006/07-2007/08.

Interessante observar os dados das opera es de custeio, tanto na safra 2006/2007 quanto na safra 2007/2008, que correspondem a mais de 83 mil opera es realizadas diretamente a agricultores familiares, evidenciando que, no caso de Santa Catarina, está se cumprindo exatamente o papel que a política pública se propõe, ou seja, valorizar a Agricultura Familiar, através de financiamento direto   produ o. Outra parcela significativa alocada   agricultura familiar relaciona-se ao crédito de investimento, atingindo ao redor de 15 mil opera es, cujos valores somaram mais de 264 milhões de reais alocados em aquisi o de terras, dentro do PNCF⁶, máquinas, equipamentos, benfeitorias e animais produtivos, principalmente para produ o de leite, entre outros.

Oswaldo Vieira dos Santos

⁶ Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), instituído pelo governo federal através da Lei Complementar n. 93 de 04/02/1998 e seus respectivos decretos.



Divisão política do território e informações climáticas

Tabela 1/II. Área territorial, segundo os municípios
- Santa Catarina - 2002

Município	Área territorial (km ²)
Abdon Batista	235.600
Abelardo Luz	955.368
Agrolândia	207.119
Agronômica	135.923
Água Doce	1.313.014
Águas de Chapecó	139.132
Águas Frias	75.162
Águas Mornas	360.757
Alfredo Wagner	732.277
Alto Bela Vista	103.592
Anchieta	228.580
Angelina	499.947
Anita Garibaldi	588.612
Anitópolis	542.380
Antônio Carlos	229.118
Apiúna	493.529
Arabutã	132.232
Araquari	401.831
Araranguá	303.799
Armazém	173.484
Arroio Trinta	94.333
Arvoredo	90.709
Ascurra	111.672
Atalanta	94.527
Aurora	206.947
Balneário Arroio do Silva	93.819
Balneário Barra do Sul	110.428
Balneário Camboriú	46.489
Balneário Gaivota	147.710
Bandeirante	146.255
Barra Bonita	93.469
Barra Velha	140.160
Bela Vista do Toldo	534.618
Belmonte	93.604
Benedito Novo	385.402
Biguaçu	324.521
Blumenau	519.837
Bocaina do Sul	496.250
Bom Jardim da Serra	935.177
Bom Jesus	63.552
Bom Jesus do Oeste	67.899
Bom Retiro	1.055.501

(Continua)

(Continuação)

Município	Área territorial (km ²)
Bombinhas	34.489
Botuverá	303.023
Braço do Norte	221.311
Braço do Trombudo	89.681
Brunópolis	335.513
Brusque	283.445
Caçador	981.901
Caibi	171.711
Calmon	639.528
Camboriú	214.500
Campo Alegre	496.146
Campo Belo do Sul	1.027.407
Campo Erê	478.734
Campos Novos	1.659.625
Canelinha	151.409
Canoinhas	1.144.837
Capão Alto	1.335.280
Capinzal	333.980
Capivari de Baixo	53.165
Catanduvas	198.033
Caxambu do Sul	140.578
Celso Ramos	207.409
Cerro Negro	416.774
Chapadão do Lageado	124.472
Chapecó	624.308
Cocal do Sul	71.210
Concórdia	797.260
Cordilheira Alta	83.768
Coronel Freitas	234.157
Coronel Martins	107.408
Correia Pinto	651.614
Corupá	405.003
Criciúma	235.628
Cunha Porã	220.293
Cunhataí	54.511
Curitibanos	952.283
Descanso	285.571
Dionísio Cerqueira	377.704
Dona Emma	181.018
Doutor Pedrinho	375.758
Entre Rios	105.167
Ermo	63.868
Erval Velho	207.686

(Continua)

Divisão política do território e informações climática

(Continuação)

Município	Área territorial (km ²)
Faxinal dos Guedes	339.637
Flor do Sertão	58.708
Florianópolis	433.317
Formosa do Sul	99.576
Forquilha	181.915
Fraiburgo	546.249
Frei Rogério	157.845
Galvão	121.900
Garopaba	114.670
Garuva	501.390
Gaspar	386.354
Governador Celso Ramos	93.061
Grão Pará	328.097
Gravatal	168.473
Guabiruba	173.591
Guaraciaba	330.646
Guaramirim	268.119
Guarujá do Sul	100.550
Guatambú	204.757
Herval d'Oeste	222.405
Ibiam	147.329
Ibicaré	150.512
Ibirama	246.705
Içara	292.779
Ilhota	253.442
Imarú	542.236
Imbituba	184.787
Imbuia	121.891
Indaial	430.534
Iomerê	114.735
Ipira	150.304
Iporã do Oeste	202.369
Ipuacu	261.391
Ipumirim	247.067
Iraceminha	164.375
Irani	321.559
Irati	69.802
Irineópolis	591.290
Itá	165.463
Itaiópolis	1.295.319
Itajaí	289.255
Itapema	59.022
Itapiranga	280.116
Itapoá	257.158
Ituporanga	336.955
Jaborá	191.117
Jacinto Machado	428.650
Jaguaruna	329.459
Jaraguá do Sul	532.590
Jardinópolis	68.097
Joaçaba	232.354
Joinville	1.130.878
José Boiteux	405.519

(Continua)

(Continuação)

Município	Área territorial (km ²)
Jupia	91.710
Lacerdópolis	68.453
Lages	2.644.313
Laguna	440.525
Lajeado Grande	65.928
Laurentino	79.506
Lauro Muller	270.508
Lebon Régis	940.656
Leoberto Leal	291.191
Lindóia do Sul	195.056
Lontras	198.397
Luiz Alves	260.079
Luzerna	116.832
Macieira	260.072
Mafra	1.404.206
Major Gercino	285.679
Major Vieira	525.988
Maracajá	63.401
Maravilha	169.447
Marema	103.616
Massaranduba	373.296
Matos Costa	432.177
Meleiro	186.618
Mirim Doce	336.313
Modelo	92.717
Mondaí	200.980
Monte Carlo	162.785
Monte Castelo	561.732
Morro da Fumaça	82.935
Morro Grande	256.468
Navegantes	111.461
Nova Erechim	64.400
Nova Itaberaba	137.583
Nova Trento	402.118
Nova Veneza	293.557
Novo Horizonte	151.672
Orleans	549.824
Otacílio Costa	846.576
Ouro	206.229
Ouro Verde	189.270
Paial	85.761
Painel	742.103
Palhoça	394.662
Palma Sola	331.776
Palmeira	292.216
Palmitos	350.690
Papanduva	759.832
Paraíso	178.607
Passo de Torres	95.054
Passos Maia	614.432
Paulo Lopes	450.372
Pedras Grandes	171.821

(Continua)

Divisão política do território e informações climática

(Continuação)

Município	Área territorial (km ²)
Penha	58.783
Peritiba	96.407
Petrolândia	306.153
Piçarras	99.071
Pinhalzinho	128.298
Pinheiro Preto	65.705
Piratuba	145.701
Planalto Alegre	62.632
Pomerode	215.904
Ponte Alta	566.754
Ponte Alta do Norte	400.972
Ponte Serrada	564.005
Porto Belo	92.762
Porto União	851.239
Pouso Redondo	359.519
Praia Grande	278.576
Presidente Castelo Branco	76.940
Presidente Getúlio	295.650
Presidente Nereu	224.672
Princesa	86.215
Quilombo	279.279
Rancho Queimado	286.432
Rio do Oeste	245.633
Rio das Antas	317.190
Rio do Campo	506.198
Rio do Sul	258.401
Rio dos Cedros	555.654
Rio Fortuna	300.315
Rio Negrinho	908.391
Rio Rufino	282.569
Riqueza	190.279
Rodeio	130.942
Romelândia	223.749
Salete	179.308
Saltinho	156.528
Salto Veloso	105.042
Sangão	83.058
Santa Cecília	1.145.321
Santa Helena	80.982
Santa Rosa de Lima	202.977
Santa Rosa do Sul	151.440
Santa Terezinha	716.253
Santa Terezinha do Progresso	118.997
Santiago do Sul	73.562
Santo Amaro da Imperatriz	310.735
São Bento do Sul	495.578
São Bernardino	144.960
São Bonifácio	461.301
São Carlos	158.988
São Cristóvão do Sul	348.963
São Domingos	383.653
São Francisco do Sul	492.819

(Continua)

(Continuação)

Município	Área territorial (km ²)
São João Batista	220.726
São João do Itaperiú	151.926
São João do Oeste	163.650
São João do Sul	182.699
São Joaquim	1.885.608
São José	113.171
São José do Cedro	279.581
São José do Cerrito	946.243
São Lourenço do Oeste	369.478
São Ludgero	107.571
São Martinho	224.531
São Miguel do Oeste	234.396
São Miguel da Boa Vista	71.922
São Pedro de Alcântara	139.635
Saudades	205.554
Schroeder	143.818
Seara	312.540
Serra Alta	90.444
Siderópolis	262.700
Sombrio	142.745
Sul Brasil	112.701
Taió	693.025
Tangará	389.184
Tigrinhos	57.439
Tijucas	276.622
Timbé do Sul	333.426
Timbó	127.251
Timbó Grande	596.942
Três Barras	438.066
Treviso	157.667
Treze de Maio	161.081
Treze Tilias	185.205
Trombudo Central	102.796
Tubarão	300.273
Tunápolis	132.909
Turvo	233.941
União do Oeste	93.058
Urubici	1.019.232
Urupema	353.126
Urussanga	240.476
Vargeão	166.450
Vargem	350.124
Vargem Bonita	298.610
Vidal Ramos	339.068
Videira	377.852
Vitor Meireles	371.560
Witmarsum	150.798
Xanxerê	377.553
Xavantina	215.069
Xaxim	294.715
Zortéa	190.149
Santa Catarina	95.346.181

Fonte: IBGE.

Divisão política do território e informações climáticas



Divisão política do território e informações climática

Tabela 2/II. Média das temperaturas mínimas mensais, segundo as estações agrometeorológicas
- Santa Catarina - 2007

Estação	(°C)											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set	Out.	Nov.	Dez.
Caçador	19,18	19,25	18,3	15,38	10,27	10,54	7,790	11,18	14,46	15,43	14,35	16,75
Campos Novos	19,04	18,51	18,62	15,86	10,45	11,87	9,00	10,96	14,10	15,16	15,23	18,11
Chapecó	20,92	20,18	20,59	17,33	11,00	12,72	9,11	12,64	16,80	17,73	16,97	20,34
Indaial	22,55	22,33	23,18	20,38	14,72	13,43	11,55	13,66	17,70	19,18	18,98	21,24
Itajaí	22,71	22,24	23,24	20,38	14,93	13,87	11,77	13,64	17,45	19,23	18,98	21,30
Ituporanga	19,68	19,61	19,86	17,46	11,54	10,41	8,48	11,21	15,11	16,17	16,17	18,50
Joinville	21,47	21,8	22,83	20,53	15,50	14,14	11,68	14,1	17,68	18,93	18,63	20,87
Lages	17,75	17,34	17,85	15,19	9,28	8,25	5,79	8,38	12,96	14,35	13,98	17,05
Rio Negrinho	18,17	18,09	18,78	16,25	11,25	10,83	8,58	10,70	13,60	15,19	14,90	17,18
São Joaquim	14,95	14,49	15,73	12,81	7,32	8,79	5,64	7,76	11,26	12,21	11,06	13,69
São José	22,81	22,89	23,42	20,88	15,34	14,32	12,05	14,02	17,85	19,79	19,27	21,73
São Miguel do Oeste	20,89	20,75	21,13	17,93	11,17	13,44	9,42	12,34	16,97	17,71	17,04	20,48
Urussanga	21,17	20,42	21,35	18,54	12,76	12,10	9,78	11,68	16,32	18,35	17,36	20,28
Videira	20,29	19,69	18,94	16,52	10,94	10,53	8,41	11,76	14,66	16,63	16,34	18,78

Fonte: Epagri/Ciram.

Tabela 3/II. Média das temperaturas máximas mensais, segundo as estações agrometeorológicas
- Santa Catarina - 2007

Estação agrometeor.	(°C)											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Caçador	24,78	25,02	25,40	21,51	16,05	17,69	14,78	18,06	21,42	21,71	22,61	25,25
Campos Novos	24,73	24,47	25,01	21,66	15,60	17,23	14,23	17,10	20,8	21,25	22,16	25,20
Chapecó	27,52	27,48	27,38	24,27	17,50	18,86	16,12	20,08	24,43	24,26	24,74	27,96
Indaial	29,06	29,05	30,19	26,32	20,15	20,39	18,13	19,27	23,61	24,70	25,78	28,44
Itajaí	28,53	28,33	29,75	26,46	20,83	20,73	18,39	19,06	22,85	24,69	24,71	27,39
Ituporanga	27,51	27,17	28,03	24,07	17,72	18,05	15,65	16,96	22,02	22,84	24,24	27,15
Joinville	28,05	28,56	30,36	26,52	21,33	21,48	18,98	19,30	23,41	24,98	25,49	28,22
Lages	25,19	24,68	25,49	21,78	15,22	16,70	13,66	15,68	20,41	20,40	21,58	25,22
Rio Negrinho	24,74	24,98	26,32	21,86	16,65	18,20	15,09	17,67	21,29	21,94	22,45	24,84
São Joaquim	21,21	20,75	21,83	18,62	12,25	14,15	11,79	14,95	17,92	18,71	17,98	21,30
São José	28,26	27,97	29,13	26,58	20,86	20,43	18,14	18,53	22,20	24,34	24,61	27,39
São Miguel Do Oeste	27,50	27,63	27,58	24,36	17,51	19,37	16,17	19,92	24,54	24,54	24,38	27,66
Urussanga	28,42	28,15	29,12	26,01	19,64	20,08	17,55	19,01	23,87	25,05	24,83	27,78
Videira	26,72	26,48	26,37	22,67	16,41	17,31	14,93	18,08	22,39	22,75	23,70	26,57

Fonte: Epagri/Ciram.

Divisão política do território e informações climática

Tabela 4/III. *Umidade relativa média mensal, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina - 2007*

(%)

Estação agrometeor.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Caçador	76,28	73,17	76,57	79,77	81,82	75,88	77,11	73,87	66,71	76,91	68,60	72,29
Campos Novos	76,71	75,99	77,88	79,01	81,96	75,87	74,83	76,75	74,03	80,17	65,84	65,61
Chapecó	73,82	73,65	73,51	77,02	79,74	72,69	73,83	68,49	64,93	73,71	65,83	65,60
Indaial	86,40	85,43	84,72	88,80	89,16	88,74	87,59	89,82	87,07	87,40	84,34	85,15
Itajaí	76,77	80,01	80,78	81,60	81,82	82,90	81,85	84,77	82,42	80,86	75,76	78,36
Ituporanga	77,04	78,57	80,94	83,13	85,81	85,67	85,16	87,65	78,98	79,90	72,62	75,92
Joinville	76,72	76,92	74,11	78,92	84,16	80,35	79,28	80,57	75,74	77,18	72,58	72,43
Lages	77,94	78,10	78,85	81,60	85,11	83,49	81,25	82,78	76,16	81,83	73,10	72,54
Rio Negrinho	82,07	79,35	77,52	83,82	82,57	77,87	78,63	79,45	78,12	80,89	76,70	78,29
São Joaquim	82,51	83,61	82,62	83,43	87,76	78,70	78,53	76,55	71,73	80,29	76,39	77,35
São José	74,95	76,92	77,97	77,81	78,98	77,17	78,81	81,95	80,97	77,86	72,40	74,21
Urussanga	77,81	81,36	84,23	83,20	85,68	84,23	83,38	84,71	77,33	77,97	73,73	76,54
Videira	72,09	71,51	77,18	79,04	81,05	78,84	78,92	73,69	69,09	77,08	66,20	69,41

Fonte: Epagri/Ciram.

Tabela 5/III. *Precipitação média mensal, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina - 2007*

(mm)

Estação agrometeor.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Caçador	143,3	117,6	58,0	163,6	212,9	9,9	175,7	68,2	79,2	219,7	193,4	143,9
Campos Novos	197,3	171,1	206,3	186,4	266,4	71,2	293,7	112,6	158,9	253,2	198,8	154,6
Chapecó	115,9	231,7	152,6	296,9	327,8	57,8	217,5	74,5	108,5	208,8	276,4	119,6
Indaial	203,3	217,4	95,6	95,5	195,4	15,7	137,3	78,7	67,4	109,7	138,9	198,5
Itajaí	151,5	234,8	199,5	78,8	225,7	25,3	134,4	98,7	128,4	186,1	194,3	183,0
Ituporanga	131,4	131,8	210,3	49,4	185,9	44,5	233,7	113,9	150,8	216,5	116,6	191,2
Joinville	335,4	238,0	184,7	114,0	224,9	21,9	71,7	58,1	107,8	160,1	234,7	300,8
Lages	116,7	100,4	171,2	60,8	196,4	66,0	225,0	99,9	151,8	192,0	134,2	132,9
Rio Negrinho	205,5	143,1	102,3	143,9	300,1	37,3	102,4	29,7	126,3	205,5	207,4	241,5
São Joaquim	147,5	161,7	249,4	57,2	259,4	82,1	338,2	161,8	249,2	169,9	208,5	162,5
São José	87,3	140,1	213,7	41,2	142,0	6,9	174,3	114,9	111,8	147,8	102,8	143,8
São Miguel do Oeste	151,8	131,8	122,1	301,8	287,7	21,4	163,8	44,7	94,4	253,9	435,1	254,5
Urussanga	162,9	172,2	236,7	103,9	191,5	23,6	149,8	111,0	117,6	88,5	134,4	264,3
Videira	142,6	240,6	149,8	217,3	242,5	29,8	196,8	119,7	80,8	216,1	198,2	243,5

Fonte: Epagri/Ciram.

Tabela 6/II. *População residente, segundo a situação de domicílios
- Brasil e Santa Catarina - 2004-06*

(mil pessoas)

Discriminação	2004	2005	2006
Brasil	182.060	184.001	187.228
Rural	30.936	31.709	31.294
Urbana	151.124	152.892	155.934
Santa Catarina	5.791	5.882	5.975
Rural	1.065	1.036	1.047
Urbana	4.726	4.846	4.928

Fonte: IBGE.

Tabela 7/III. *População residente total, urbana e rural, por grupo de idade - Santa Catarina - 2004-06*

(mil pessoas)

Grupo de idade	Total			Urbana			Rural		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
0 a 4 anos	403	424	386	332	354	312	70	70	75
5 a 9 anos	497	477	488	411	384	407	86	93	81
10 a 14 anos	539	542	533	427	430	422	112	113	111
15 a 17 anos	328	324	346	264	260	287	64	64	60
18 a 19 anos	210	229	207	168	191	178	42	38	28
20 a 24 anos	517	507	525	437	428	449	81	79	76
25 a 29 anos	459	486	473	388	414	402	71	72	71
30 a 34 anos	469	458	471	387	391	391	82	67	80
35 a 39 anos	449	479	446	378	393	378	71	86	68
40 a 44 anos	453	446	496	365	375	416	87	72	79
45 a 49 anos	390	399	391	322	331	321	68	68	69
50 a 54 anos	305	301	331	247	249	273	58	53	57
55 a 59 anos	246	269	277	189	217	221	57	52	57
60 a 64 anos	184	191	192	148	151	156	36	39	36
65 a 69 anos	143	127	168	111	101	129	32	26	39
70 anos ou mais	199	222	244	150	178	187	49	45	57
Idade ignorada	2	-	-	2	-	-	1	-	-

Fonte: IBGE.

Caracterização socioeconômica II

Tabela 8/II. *População residente total, rural e urbana, segundo os municípios - Santa Catarina - 2000*

(hab.)

Município	População residente		
	Total	Rural	Urbana
Abdon Batista	2.775	2.062	713
Abelardo Luz	16.440	9.212	7.228
Agrolândia	7.810	3.176	4.634
Agronômica	4.257	3.385	872
Água Doce	6.843	3.695	3.148
Águas de Chapecó	5.782	3.580	2.202
Águas Frias	2.525	2.008	517
Águas Mornas	5.390	3.675	1.715
Alfredo Wagner	8.857	6.384	2.473
Alto Bela Vista	2.098	1.576	522
Anchieta	7.133	4.690	2.443
Angelina	5.776	4.761	1.015
Anita Garibaldi	10.273	6.085	4.188
Anitópolis	3.234	2.120	1.114
Antônio Carlos	6.434	4.674	1.760
Apiúna	8.520	4.914	3.606
Arabutã	4.160	3.189	971
Araquari	23.645	1.645	22.000
Araranguá	54.706	9.654	45.052
Armazém	6.873	4.248	2.625
Arroio Trinta	3.490	1.393	2.097
Arvoredo	2.305	1.894	411
Ascurra	6.934	815	6.119
Atalanta	3.429	2.296	1.133
Aurora	5.474	3.992	1.482
Balneário Arroio do Silva	6.043	167	5.876
Balneário Camboriú	73.455	-	73.455
Balneário Barra do Sul	6.045	13	6.032
Balneário Gaivota	5.450	2.473	2.977
Bandeirante	3.177	2.436	741
Barra Bonita	2.118	1.862	256
Barra Velha	15.530	964	14.566
Bela Vista do Toldo	5.721	5.151	570
Belmonte	2.588	1.636	952
Benedito Novo	9.071	4.170	4.901
Biguaçu	48.077	5.170	42.907
Blumenau	261.808	19.865	241.943
Bocaina do Sul	2.980	2.565	415
Bombinhas	8.716	-	8.716
Bom Jardim da Serra	4.079	1.956	2.123
Bom Jesus	2.046	1.057	989
Bom Jesus do Oeste	2.150	1.774	376
Bom Retiro	7.967	2.631	5.336
Botuverá	3.756	2.953	803
Braço do Norte	24.802	6.923	17.879
Braço do Trombudo	3.187	1.565	1.622

(Continua)

(Continuação)

(hab.)

Município	População residente		
	Total	Rural	Urbana
Brunópolis	3.331	2.624	707
Brusque	76.058	2.802	73.256
Caçador	63.322	7.780	55.542
Caibi	6.354	3.294	3.060
Calmon	3.467	2.075	1.392
Camboriú	41.445	2.018	39.427
Capão Alto	3.020	2.416	604
Campo Alegre	11.634	4.763	6.871
Campo Belo do Sul	8.051	3.611	4.440
Campo Erê	10.353	4.597	5.756
Campos Novos	28.729	6.173	22.556
Canelinha	9.004	4.712	4.292
Canoinhas	51.631	13.727	37.904
Capinzal	19.955	4.495	15.460
Capivari de Baixo	18.561	1.125	17.436
Catanduvas	8.291	2.987	5.304
Caxambu do Sul	5.263	3.209	2.054
Celso Ramos	2.844	2.206	638
Cerro Negro	4.098	3.404	694
Chapadão do Lageado	2.561	2.272	289
Chapecó	146.967	12.375	134.592
Cocal do Sul	13.726	2.319	11.407
Concórdia	63.058	17.804	45.254
Cordilheira Alta	3.093	2.790	303
Coronel Freitas	10.535	6.041	4.494
Coronel Martins	2.388	1.930	458
Corupá	11.847	3.120	8.727
Correia Pinto	17.026	4.980	12.046
Criciúma	170.420	17.371	153.049
Cunha Porã	10.229	4.942	5.287
Cunhataí	1.822	1.487	335
Curitibanos	36.061	3.623	32.438
Descanso	9.129	5.244	3.885
Dionísio Cerqueira	14.250	5.640	8.610
Dona Emma	3.309	1.941	1.368
Doutor Pedrinho	3.082	1.413	1.669
Entre Rios	2.857	2.106	751
Ermo	2.057	1.464	593
Erval Velho	4.269	2.109	2.160
Faxinal dos Guedes	10.767	3.723	7.044
Flor do Sertão	1.612	1.417	195
Florianópolis	342.315	10.130	332.185
Formosa do Sul	2.725	1.834	891
Forquilha	18.348	3.792	14.556
Fraiburgo	32.948	5.325	27.623
Frei Rogério	2.971	2.484	487
Galvão	4.235	1.741	2.494
Garopaba	13.164	2.442	10.722

(Continua)

Caracterização socioeconômica II

(Continuação)

(hab.)

Município	População residente		
	Total	Rural	Urbana
Garuva	11.378	3.122	8.256
Gaspar	46.414	16.813	29.601
Governador Celso Ramos	11.598	756	10.842
Grão Pará	5.817	3.143	2.674
Gravatal	10.799	6.935	3.864
Guabiruba	12.976	928	12.048
Guaraciaba	11.038	6.673	4.365
Guaramirim	23.794	4.782	19.012
Guarujá do Sul	4.696	2.425	2.271
Guatambú	4.702	3.719	983
Herval d'Oeste	20.044	2.904	17.140
Ibiam	1.955	1.454	501
Ibicaré	3.587	2.347	1.240
Ibirama	15.802	2.687	13.115
Içara	48.634	9.064	39.570
Ilhota	10.574	4.129	6.445
Imaruí	13.404	9.495	3.909
Imbituba	35.700	1.173	34.527
Imbuia	5.246	3.291	1.955
Indaial	40.194	1.812	38.382
Iomerê	2.553	1.870	683
Ipira	4.979	2.765	2.214
Iporã do Oeste	7.877	5.026	2.851
Ipuaçú	6.122	5.155	967
Ipumirim	6.907	4.423	2.484
Iraceminha	4.592	3.370	1.222
Irani	8.602	3.544	5.058
Irati	2.202	1.790	412
Irineópolis	9.734	6.770	2.964
Itá	6.764	3.342	3.422
Itaiópolis	19.086	10.329	8.757
Itajaí	147.494	5.544	141.950
Itapema	25.869	1.088	24.781
Itapiranga	13.998	8.616	5.382
Itapoá	8.839	648	8.191
Ituporanga	19.492	7.828	11.664
Jaborá	4.194	2.832	1.362
Jacinto Machado	10.923	6.385	4.538
Jaguaruna	14.613	4.375	10.238
Jaraguá do Sul	108.489	12.169	96.320
Jardinópolis	1.994	1.179	815
Joaçaba	24.066	2.378	21.688
Joinville	429.604	14.632	414.972
José Boiteux	4.594	3.128	1.466
Jupiá	2.220	1.549	671
Lacerdópolis	2.173	1.190	983
Lages	157.682	4.100	153.582
Laguna	47.568	10.284	37.284

(Continua)

(Continuação)

(hab.)

Município	População residente		
	Total	Rural	Urbana
Lajeado Grande	1.572	1.096	476
Laurentino	5.062	1.824	3.238
Lauro Muller	13.604	3.681	9.923
Lebon Régis	11.682	4.702	6.980
Leoberto Leal	3.739	3.282	457
Lindóia do Sul	4.877	3.556	1.321
Lontras	8.381	3.072	5.309
Luiz Alves	7.974	5.850	2.124
Luzerna	5.572	1.608	3.964
Macieira	1.900	1.596	304
Mafra	49.940	12.227	37.713
Major Gercino	3.143	2.166	977
Major Vieira	6.906	4.707	2.199
Maracajá	5.541	2.020	3.521
Maravilha	18.521	4.295	14.226
Marema	2.651	1.710	941
Massaranduba	12.562	7.933	4.629
Matos Costa	3.204	1.954	1.250
Meleiro	7.080	3.873	3.207
Mirim Doce	2.753	1.595	1.158
Modelo	3.930	1.729	2.201
Mondaí	8.728	4.679	4.049
Monte Carlo	8.579	1.274	7.305
Monte Castelo	8.350	3.777	4.573
Morro da Fumaça	14.551	3.397	11.154
Morro Grande	2.917	2.180	737
Navegantes	39.317	2.667	36.650
Nova Erechim	3.543	1.823	1.720
Nova Itaberaba	4.256	3.831	425
Nova Trento	9.852	3.179	6.673
Nova Veneza	11.511	4.312	7.199
Novo Horizonte	3.101	2.378	723
Orleans	20.031	7.218	12.813
Otacílio Costa	13.993	1.182	12.811
Ouro	7.419	3.254	4.165
Ouro Verde	2.352	1.727	625
Paial	2.052	1.793	259
Painel	2.384	1.560	824
Palhoça	102.742	4.828	97.914
Palma Sola	8.206	5.014	3.192
Palmeira	2.133	1.362	771
Palmitos	16.034	8.028	8.006
Papanduva	16.822	8.869	7.953
Paraíso	4.796	3.494	1.302
Passo de Torres	4.400	878	3.522
Passos Maia	4.763	4.015	748
Paulo Lopes	5.924	2.370	3.554
Pedras Grandes	4.921	4.056	865
Penha	17.678	1.685	15.993
Peritiba	3.230	1.913	1.317
Petrolândia	6.406	4.595	1.811

(Continua)

Caracterização socioeconômica III

(Continuação)

(hab.)

Município	População residente		
	Total	Rural	Urbana
Piçarras	10.911	2.296	8.615
Pinhalzinho	12.356	3.043	9.313
Pinheiro Preto	2.729	1.588	1.141
Piratuba	5.812	3.102	2.710
Planalto Alegre	2.452	1.713	739
Pomerode	22.127	3.414	18.713
Ponte Alta	5.168	1.385	3.783
Ponte Alta do Norte	3.221	883	2.338
Ponte Serrada	10.561	3.331	7.230
Porto Belo	10.704	731	9.973
Porto União	31.858	5.279	26.579
Pouso Redondo	12.203	5.835	6.368
Praia Grande	7.286	3.349	3.937
Presidente Castelo Branco	2.160	1.703	457
Presidente Getúlio	12.333	4.466	7.867
Presidente Nereu	2.305	1.529	776
Princesa	2.613	2.045	568
Quilombo	10.736	6.039	4.697
Rancho Queimado	2.637	1.534	1.103
Rio das Antas	6.129	3.903	2.226
Rio do Campo	6.522	4.234	2.288
Rio do Oeste	6.730	4.104	2.626
Rio dos Cedros	8.939	5.181	3.758
Rio do Sul	51.650	3.232	48.418
Rio Fortuna	4.320	3.107	1.213
Rio Negrinho	37.707	5.057	32.650
Rio Rufino	2.414	1.861	553
Riqueza	5.166	3.889	1.277
Rodeio	10.380	1.514	8.866
Romelândia	6.491	4.371	2.120
Salete	7.163	2.580	4.583
Saltinho	4.196	3.297	899
Salto Veloso	3.910	1.076	2.834
Sangão	8.128	4.504	3.624
Santa Cecília	14.802	3.185	11.617
Santa Helena	2.588	1.848	740
Santa Rosa de Lima	2.007	1.584	423
Santa Rosa do Sul	7.810	4.768	3.042
Santa Terezinha	8.840	7.698	1.142
Santa Terezinha do Progresso	3.416	2.990	426
Santiago do Sul	1.696	1.175	521
Santo Amaro da Imperatriz	15.708	3.172	12.536
São Bernardino	3.140	2.611	529
São Bento do Sul	65.437	3.611	61.826
São Bonifácio	3.218	2.536	682
São Carlos	9.364	4.017	5.347
São Cristovão do Sul	4.504	1.785	2.719
São Domingos	9.540	4.110	5.430
São Francisco do Sul	32.301	2.371	29.930
São João do Oeste	5.789	4.295	1.494

(Continua)

(Continuação)

(hab.)

Município	População residente		
	Total	Rural	Urbana
São João Batista	14.861	3.588	11.273
São João do Itaperiú	3.161	1.707	1.454
São João do Sul	6.784	5.641	1.143
São Joaquim	22.836	6.707	16.129
São José	173.559	2.329	171.230
São José do Cedro	13.678	7.019	6.659
São José do Cerrito	10.393	8.241	2.152
São Lourenço do Oeste	19.647	6.240	13.407
São Ludgero	8.587	2.592	5.995
São Martinho	3.274	2.386	888
São Miguel da Boa Vista	2.018	1.687	331
São Miguel do Oeste	32.324	4.932	27.392
São Pedro de Alcântara	3.584	1.488	2.096
Saudades	8.324	5.427	2.897
Schroeder	10.811	1.409	9.402
Seara	16.484	6.221	10.263
Serra Alta	3.330	2.129	1.201
Siderópolis	12.082	2.979	9.103
Sombrio	22.962	7.037	15.925
Sul Brasil	3.116	2.372	744
Taio	16.257	8.370	7.887
Tangará	8.754	4.521	4.233
Tigrinhos	1.878	1.665	213
Tijucas	23.499	4.788	18.711
Timbé do Sul	5.323	3.640	1.683
Timbó	29.358	2.575	26.783
Timbó Grande	6.501	3.726	2.775
Três Barras	17.124	2.901	14.223
Treviso	3.144	1.583	1.561
Treze de Maio	6.716	4.952	1.764
Treze Tilias	4.840	1.933	2.907
Trombudo Central	5.795	2.641	3.154
Tubarão	88.470	18.545	69.925
Tunápolis	4.777	3.560	1.217
Turvo	10.887	5.250	5.637
União do Oeste	3.391	2.397	994
Urubici	10.252	3.591	6.661
Urupema	2.527	1.342	1.185
Urussanga	18.727	8.077	10.650
Vargeão	3.526	2.146	1.380
Vargem	3.225	2.574	651
Vargem Bonita	5.158	2.959	2.199
Vidal Ramos	6.279	4.782	1.497
Videira	41.589	5.802	35.787
Vitor Meireles	5.519	4.421	1.098
Witmarsum	3.251	2.639	612
Xanxerê	37.429	5.044	32.385
Xavantina	4.404	3.458	946
Xaxim	22.857	6.799	16.058
Zortéa	2.633	580	2.053
Santa Catarina	5.356.360	1.138.429	4.217.931

Fonte: IBGE.

Caracterização socioeconômica II

Tabela 9/II. *População recenseada total, rural e urbana, segundo os municípios - Santa Catarina - 2007*

(hab.)

Município	População recenseada - 2007		
	Total ⁽¹⁾	Rural	Urbana
Abdon Batista	2 726	1 970	756
Abelardo Luz	16 374	8 627	7 747
Agrolândia	9 080	3 418	5 662
Agronômica	4 677	3 110	1 567
Água Doce	6 756	3 427	3 329
Águas de Chapecó	6 086	3 115	2 971
Águas Frias	2 551	1 614	937
Águas Mornas	4 410	2 486	1 924
Alfredo Wagner	9 754	6 816	2 938
Alto Bela Vista	2 021	1 472	549
Anchieta	6 587	3 958	2 629
Angelina	5 322	4 279	1 043
Anita Garibaldi	9 141	4 433	4 708
Anitópolis	3 175	1 995	1 180
Antônio Carlos	7 087	5 015	2 072
Apiúna	10 270	6 237	4 033
Arabutã	3 962	2 872	1 090
Araquari	21 278	1 431	19 847
Araranguá	57 119	9 678	47 441
Armazém	7 312	4 332	2 980
Arroio Trinta	3 516	1 100	2 416
Arvoredo	2 193	1 742	451
Ascurra	6 761	827	5 934
Atalanta	3 317	2 095	1 222
Aurora	5 399	3 675	1 724
Balneário Arroio do Silva	8 089	208	7 881
Balneário Barra do Sul	7 278	6	7 272
Balneário Camboriú	94 344	-	94 344
Balneário Gaivota	7 307	1 769	5 538
Balneário Piçarras	13 760	1 263	12 497
Bandeirante	3 028	2 177	851
Barra Bonita	2 064	1 741	323
Barra Velha	18 575	1 064	17 511
Bela Vista do Toldo	5 909	5 264	645
Belmonte	2 681	1 428	1 253
Benedito Novo	9 841	4 511	5 330
Biguaçu	53 444	5 405	48 039
Blumenau ⁽²⁾
Bocaina do Sul	3 047	2 183	864
Bom Jardim da Serra	4 214	1 943	2 271
Bom Jesus	2 296	1 020	1 276
Bom Jesus do Oeste	2 026	1 426	600
Bom Retiro	8 258	2 487	5 771
Bombinhas	12 456	-	12 456
Botuverá	4 127	3 106	1 021
Braço do Norte	27 730	5 153	22 577
Braço do Trombudo	3 288	1 432	1 856

(Continua)

(Continuação)

Município	População recenseada - 2007		
	Total ⁽¹⁾	Rural	Urbana
Brunópolis	2 934	2 244	690
Brusque	94 962	2 759	92 203
Caçador	67 556	6 023	61 533
Caibi	6 217	2 877	3 340
Calmon	4 012	1 957	2 055
Camboriú	53 388	2 287	51 101
Campo Alegre	11 391	4 734	6 657
Campo Belo do Sul	7 968	3 173	4 795
Campo Erê	9 590	3 578	6 012
Campos Novos	28 447	5 691	22 756
Canelinha	9 696	4 024	5 672
Canoinhas	52 677	13 100	39 577
Capão Alto	3 210	2 210	1 000
Capinzal	18 465	3 059	15 406
Capivari de Baixo	20 064	1 245	18 819
Catanduvas	8 733	1 310	7 423
Caxambu do Sul	4 885	2 763	2 122
Celso Ramos	2 671	1 874	797
Cerro Negro	3 948	3 131	817
Chapadão do Lageado	2 749	2 362	387
Chapecó	164 803	12 827	151 976
Cocal do Sul	14 563	2 376	12 187
Concórdia	67 249	16 556	50 693
Cordilheira Alta	3 361	2 322	1 039
Coronel Freitas	10 246	5 100	5 146
Coronel Martins	2 481	1 825	656
Corupá	12 758	3 121	9 637
Correia Pinto	14 838	2 698	12 140
Criciúma ⁽²⁾
Cunha Porã	10 638	4 417	6 221
Cunhataí	1 874	1 338	536
Curitibanos	37 493	3 183	34 310
Descanso	8 705	4 625	4 080
Dionísio Cerqueira	14 792	5 214	9 578
Dona Emma	3 441	1 878	1 563
Doutor Pedrinho	3 280	1 435	1 845
Entre Rios	2 979	2 196	783
Ermo	1 843	1 297	546
Erval Velho	4 098	1 705	2 393
Faxinal dos Guedes	10 339	3 084	7 255
Flor do Sertão	1 640	1 337	303
Florianópolis ⁽²⁾
Formosa do Sul	2 620	1 562	1 058
Forquilha	20 719	3 920	16 799
Fraiburgo	34 889	4 811	30 078
Frei Rogério	2 655	2 205	450
Galvão	3 493	1 139	2 354
Garopaba	16 399	2 628	13 771

(Continua)

Caracterização socioeconômica II

(Continuação)

Município	População recenseada - 2007		
	Total ⁽¹⁾	Rural	Urbana
Garuva	13 393	3 275	10 118
Gaspar	52 428	10 069	42 359
Governador Celso Ramos	12 175	588	11 587
Grão Pará	6 051	3 188	2 863
Gravatal	10 510	6 102	4 408
Guabiruba	16 095	1 073	15 022
Guaraciaba	10 604	5 873	4 731
Guaramirim	29 932	5 737	24 195
Guarujá do Sul	4 711	2 195	2 516
Guatambú	4 505	3 020	1 485
Herval d'Oeste	18 942	2 232	16 710
Ibiam	1 987	1 365	622
Ibicaré	3 390	1 826	1 564
Ibirama	16 716	2 654	14 062
Içara	54 107	4 803	49 304
Ilhota	11 552	4 603	6 949
Imaruí	11 675	8 151	3 524
Imbituba	36 231	-	36 231
Imbuia	5 501	3 213	2 288
Indaial	47 686	1 879	45 807
Iomerê	2 558	1 741	817
Ipira	4 705	2 441	2 264
Iporã do Oeste	8 091	4 485	3 606
Ipuaçu	6 566	5 361	1 205
Ipumirim	7 118	4 143	2 975
Iraceminha	4 261	2 936	1 325
Irani	9 313	3 496	5 817
Iratí	2 025	1 623	402
Irineópolis	10 287	7 019	3 268
Itá	6 417	2 599	3 818
Itaiópolis	19 752	9 964	9 788
Itajaí	163 218	6 287	156 931
Itapema	33 766	1 358	32 408
Itapiranga	15 238	8 177	7 061
Itapoá	10 719	576	10 143
Ituporanga	20 577	7 495	13 082
Jaborá	4 032	2 506	1 526
Jacinto Machado	10 738	5 648	5 090
Jaguaruna	15 668	4 160	11 508
Jaraguá do Sul	129 973	8 859	121 114
Jardinópolis	1 851	948	903
Joaçaba	24 435	1 967	22 468
Joinville ⁽²⁾
José Boiteux	4 840	3 381	1 459
Jupiá	2 134	1 268	866
Lacerdópolis	2 190	1 092	1 098
Lages	161 583	2 950	158 633
Laguna	50 179	10 345	39 834

(Continua)

(Continuação)

Município	População recenseada - 2007		
	Total ⁽¹⁾	Rural	Urbana
Lajeado Grande	1 461	868	593
Laurentino	5 483	1 534	3 949
Lauro Muller	13 700	3 475	10 225
Lebon Régis	11 735	4 161	7 574
Leoberto Leal	3 589	3 080	509
Lindóia do Sul	4 560	2 832	1 728
Lontras	9 180	2 970	6 210
Luiz Alves	8 986	6 347	2 639
Luzerna	5 391	1 343	4 048
Macleira	1 760	1 310	450
Mafrá	51 014	12 009	39 005
Major Gercino	2 842	2 047	795
Major Vieira	7 337	4 634	2 703
Maracajá	5 909	2 021	3 888
Maravilha	21 684	4 167	17 517
Marema	2 282	1 670	612
Massaranduba	13 777	7 328	6 449
Matos Costa	2 818	1 418	1 400
Meleiro	6 880	3 440	3 440
Mirim Doce	2 545	1 433	1 112
Modelo	3 772	1 413	2 359
Mondaí	9 126	3 950	5 176
Monte Carlo	8 854	1 087	7 767
Monte Castelo	8 113	3 536	4 577
Morro da Fumaça	15 426	2 964	12 462
Morro Grande	2 727	1 996	731
Navegantes	52 638	2 764	49 874
Nova Erechim	4 118	1 360	2 758
Nova Itaberaba	4 117	3 256	861
Nova Trento	11 325	2 881	8 444
Nova Veneza	12 536	4 122	8 414
Novo Horizonte	2 902	2 005	897
Orleans	20 859	6 356	14 503
Otacílio Costa	15 693	1 426	14 267
Ouro	7 095	2 848	4 247
Ouro Verde	2 152	1 485	667
Paial	1 821	1 530	291
Painel	2 297	1 374	923
Palhoça	122 471	5 484	116 987
Palma Sola	7 942	3 698	4 244
Palmeira	2 334	1 467	867
Palmitos	16 061	6 652	9 409
Papanduva	17 056	8 181	8 875
Paraíso	4 195	2 868	1 327
Passo de Torres	5 313	803	4 510
Passos Maia	4 472	3 642	830
Paulo Lopes	6 830	2 201	4 629
Pedras Grandes	4 817	3 477	1 340
Penha	20 868	1 839	19 029
Peritiba	2 944	1 618	1 326
Petrolândia	6 064	4 158	1 906

(Continua)

Caracterização socioeconômica II

(Continuação)

Município	População recenseada - 2007		
	Total ⁽¹⁾	Rural	Urbana
Pinhalzinho	14 691	2 759	11 932
Pinheiro Preto	2 912	1 343	1 569
Piratuba	4 570	1 927	2 643
Planalto Alegre	2 639	1 622	1 017
Pomerode	25 261	3 260	22 001
Ponte Alta	5 080	1 200	3 880
Ponte Alta do Norte	3 500	682	2 818
Ponte Serrada	11 210	3 465	7 745
Porto Belo	13 232	823	12 409
Porto União	32 256	4 816	27 440
Pouso Redondo	13 722	5 806	7 916
Praia Grande	7 120	2 976	4 144
Presidente Castello Branco	1 757	1 235	522
Presidente Getúlio	13 651	4 497	9 154
Presidente Nereu	2 259	1 526	733
Princesa	2 604	1 860	744
Quilombo	10 871	5 287	5 584
Rancho Queimado	2 772	1 540	1 232
Rio das Antas	6 054	3 692	2 362
Rio do Campo	6 042	3 624	2 418
Rio do Oeste	6 795	3 746	3 049
Rio do Sul	56 919	3 671	53 248
Rio dos Cedros	9 685	5 149	4 536
Rio Fortuna	4 468	2 961	1 507
Rio Negrinho	42 237	4 290	37 947
Rio Rufino	2 433	1 760	673
Riqueza	4 998	3 057	1 941
Rodeio	10 773	1 495	9 278
Romelândia	5 738	3 810	1 928
Salete	7 432	2 463	4 969
Saltinho	4 072	3 014	1 058
Salto Veloso	4 172	969	3 203
Sangão	10 300	5 416	4 884
Santa Cecília	15 311	2 226	13 085
Santa Helena	2 437	1 599	838
Santa Rosa de Lima	2 031	1 549	482
Santa Rosa do Sul	7 949	4 350	3 599
Santa Terezinha	9 025	7 526	1 499
Santa Terezinha do Progresso	3 044	2 550	494
Santiago do Sul	1 450	867	583
Santo Amaro da Imperatriz	17 602	3 628	13 974
São Bento do Sul	72 548	2 646	69 902
São Bernardino	2 653	2 064	589
São Bonifácio	3 178	2 505	673
São Carlos	10 372	3 555	6 817
São Cristovão do Sul	4 850	1 074	3 776
São Domingos	9 346	3 487	5 859
São Francisco do Sul	37 613	2 537	35 076
São João Batista	22 089	5 847	16 242

(Continua)

(Continuação)

Município	População recenseada - 2007		
	Total ⁽¹⁾	Rural	Urbana
São João do Itaperiú	3 289	1 463	1 826
São João do Oeste	6 020	4 210	1 810
São João do Sul	6 916	5 684	1 232
São Joaquim	24 058	6 881	17 177
São José ⁽²⁾
São José do Cedro	13 699	5 964	7 735
São José do Cerrito	10 304	7 908	2 396
São Lourenço do Oeste	21 799	5 391	16 408
São Ludgero	10 246	1 934	8 312
São Martinho	3 194	2 034	1 160
São Miguel da Boa Vista	1 972	1 579	393
São Miguel do Oeste	33 806	4 041	29 765
São Pedro de Alcântara	4 765	1 134	3 631
Saudades	8 587	4 290	4 297
Schroeder	12 776	2 586	10 190
Seara	17 121	5 457	11 664
Serra Alta	3 200	1 782	1 418
Siderópolis	12 470	2 852	9 618
Sombrio	24 424	7 525	16 899
Sul Brasil	3 061	2 110	951
Taió	16 838	7 974	8 864
Tangará	8 410	3 843	4 567
Tigrinhos	1 741	1 502	239
Tijucas	27 804	4 609	23 195
Timbé do Sul	5 133	3 443	1 690
Timbó	33 326	2 754	30 572
Timbó Grande	6 979	3 481	3 498
Três Barras	17 937	2 729	15 208
Treviso	3 498	1 696	1 802
Treze de Maio	6 599	4 699	1 900
Treze Tilias	5 641	1 734	3 907
Trombudo Central	6 221	2 403	3 818
Tubarão	92 569	9 069	83 500
Tunápolis	4 650	3 292	1 358
Turvo	11 031	3 798	7 233
União do Oeste	3 058	1 988	1 070
Urubici	10 439	3 107	7 332
Urupema	2 501	1 288	1 213
Urussanga	18 588	7 862	10 726
Vargeão	3 560	1 824	1 736
Vargem	3 110	2 431	679
Vargem Bonita	4 321	2 458	1 863
Vidal Ramos	5 981	4 398	1 583
Videira	44 479	5 430	39 049
Vitor Meireles	5 563	4 210	1 353
Witmarsum	3 431	2 710	721
Xanxerê	40 228	3 841	36 387
Xavantina	4 218	3 139	1 079
Xaxim	24 318	6 285	18 033
Zortéa	2 868	638	2 230
Santa Catarina	4 307 161	970 920	3 336 241

⁽¹⁾Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

⁽²⁾Municípios com mais de 170 mil habitantes não abrangidos pela Contagem da População de 2007.

Fonte: IBGE. Contagem da População 2007.

Caracterização socioeconômica II

Tabela 10/II. *Pessoas ocupadas, por sexo e grupo de atividade - Santa Catarina - 2005-07*

(mil pessoas)

Grupamentos de atividade do trabalho principal				Sexo x ano					
	Total			Homem			Mulher		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Total	3.173	3.247	3.325	1.784	1.818	1.883	1.389	1.428	1.443
Agrícola	659	658	613	389	392	359	270	266	254
Indústria	724	748	695	456	444	439	268	304	256
Indústria de transformação	699	727	674	434	427	419	265	300	255
Construção	173	175	195	168	170	186	5	5	9
Comércio e reparação	567	571	627	341	351	371	226	220	256
Alojamento e alimentação	90	99	104	41	48	49	49	51	54
Transporte, armazenagem e comunicação	130	120	160	110	108	143	20	13	16
Administração pública	122	123	152	69	79	92	53	45	60
Educação, saúde e serviços sociais	252	259	281	47	43	62	205	216	218
Serviços domésticos	162	173	165	6	10	9	157	163	156
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	86	98	101	29	43	41	57	55	59
Outras atividades	206	222	233	127	131	130	79	91	103
Atividades mal definidas ou não declaradas	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Atividades mal definidas	-	-	1	-	-	-	-	-	1

Nota: A partir de 2007: as categorias Sem declaração e Não declaradas não foram investigadas.

Fonte: IBGE.

Tabela 11/II. *Pessoas ocupadas, por situação de domicílio, segundo os grupos de idade - Santa Catarina - 2004-07*

(mil pessoas)

Grupos de Idade	Total				Urbana				Rural			
	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007
Total	3.136	3.173	3.247	3.336	2.445	2.522	2.572	2.669	690	651	675	666
10 a 14 anos	70	62	60	59	21	17	20	28	49	45	40	31
15 a 19 anos	292	293	270	274	209	222	207	205	84	70	63	69
15 a 17 anos	146	136	132	121	98	95	93	81	47	41	39	41
18 a 19 anos	147	157	138	153	110	127	114	124	36	29	24	28
20 a 24 anos	405	402	410	444	338	335	344	368	68	67	66	76
25 a 29 anos	376	402	393	445	313	340	329	378	64	62	64	67
30 a 39 anos	764	788	775	789	631	653	639	660	133	135	136	129
40 a 49 anos	681	678	727	716	542	549	595	583	139	128	131	133
50 a 59 anos	370	365	397	413	276	281	301	316	93	84	96	97
60 anos ou mais	176	184	215	196	116	124	136	131	60	59	79	65
Idade ignorada ⁽¹⁾	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-

⁽¹⁾A partir de 2007: a categoria (Idade ignorada) não foi investigada.

Fonte: IBGE.

Tabela 12/II. *Domicílios particulares permanentes e indicadores de bem-estar, segundo a situação de domicílio - Santa Catarina - 2005-07*

(mil unidades)

Discriminação	Total			Urbana			Rural		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Domicílio particular	1.804	1.834	1.912	1.513	1.529	1.596	291	305	316
Rede de água geral	1.428	1.462	1.519	1.389	1.419	1.479	40	43	40
Lixo coletado diretamente	1.488	1.500	1.626	1.413	1.416	1.525	75	85	101
Luz elétrica	1.800	1.830	1.908	1.512	1.526	1.592	289	303	315
Fogão	1.790	1.823	1.900	1.505	1.519	1.588	285	303	312
Rádio	1.693	1.715	1.805	1.421	1.431	1.508	273	284	297
Televisão	1.736	1.783	1.866	1.469	1.493	1.567	267	290	298
Geladeira	1.768	1.807	1.894	1.490	1.510	1.585	279	298	309
Freezer	814	849	836	612	609	608	202	240	228
Máquina de lavar roupa	1.060	1.131	1.208	960	1.013	1.090	99	118	118

Fonte: IBGE.

Estrutura de produção e comercialização

Tabela 13/II. *Cooperativas, segundo o tipo de atividade - Santa Catarina - 2003-07*

Segmento	2003	2004	2005	2006	2007
Agropecuário	56	58	57	54	54
Consumo	14	15	14	14	13
Crédito	65	64	64	65	65
Educacional	17	17	16	13	13
Especial	2	2	2	2	2
Habitacional	3	2	2	2	2
Infra-estrutura	30	29	29	27	27
Mineral	2	2	2	1	1
Produção	9	9	7	5	3
Saúde	43	41	39	36	33
Trabalho	46	35	31	25	23
Transporte	18	18	20	21	20
Total	305	292	283	265	256

Fonte: Ocesc.

Tabela 14/II. *Cooperados, segundo o tipo de cooperativa - Santa Catarina - 2003-07*

Segmento	2003	2004	2005	2006	2007
Agropecuário	59.772	62.437	60.305	58.824	59.721
Consumo	98.393	121.156	136.534	142.861	142.843
Crédito	165.302	213.738	251.544	291.230	347.446
Educacional	10.109	13.943	7.002	8.833	9.215
Especial	71	69	69	71	72
Habitacional	936	1.739	2.211	2.514	670
Infra-estrutura	165.528	172.487	180.923	185.860	195.399
Mineral	529	670	799	146	151
Produção	206	177	117	100	97
Saúde	8.687	8.770	8.481	8.720	8.956
Trabalho	26.027	24.919	15.523	13.010	3.246
Transporte	2.983	5.424	6.520	9.480	9.156
Total	538.543	625.529	670.028	721.649	776.972

Fonte: Ocesc.

Estrutura de produção e comercialização

Tabela 15/II. Recebimento de produtos agropecuários pelas cooperativas, segundo os principais produtos - Santa Catarina - 2003-07

(t)

Produto	2003	2004	2005	2006	2007
Alho	202	255	464	340	250
Ameixa	48	14	5	20	5
Arroz em Casca	260.459	300.658	379.802	392.042	385.726
Aveia	1.099	6.117	1.053	5.596	16.288
Azevém	120	608	316	507	1.283
Batata Inglesa	5	4	200	300	2.599
Banana	-	-	-	908	2.846
Cevada	-	826	1.000	1.199	3.902
Erva Mate	9	10	4	15	7
Ervilhaca	23	321	51	97	23
Feijão	25.224	37.653	27.467	47.486	87.179
Fumo	636	-	1.000	408	326
Girasol	-	-	-	-	693
Laranja	41.002	67.303	74.910	58.902	16.216
Maçã	55.537	60.272	56.007	51.011	69.690
Mandioca	-	200	-	-	-
Maracujá	370	350	488	488	488
Milho	1.660.880	1.126.497	1.076.786	1.321.224	1.419.687
Nectarina	133	100	42	60	-
Pêssego	120	208	100	215	106
Soja	496.535	488.909	468.483	543.536	721.219
Trigo	159.326	206.543	157.240	235.449	263.507
Triticale	1.057	899	240	970	339
Triguilho	-	-	-	-	62
Uva	2.500	5.384	415	3.620	3.816
Aves (1.000cab.)	87.526	85.975	91.656	108.944	112.504
Suínos (1.000cab.)	2.930	2.739	3.171	3.926	3.992
Leite (1.000L.)	295.466	298.062	358.877	378.343	389.689
Peixes (t)	-	329	351	355	229.822

Fonte: Ocesc.

Tabela 16/II. Máquinas agrícolas vendidas, segundo o tipo - Santa Catarina - 2003-07

(nº)

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Cultivadores	555	774	909	751	405
Trator de rodas (em cv)	1.734	2.062	1.614	1.372	2.206
Tratores de esteiras	34	16	25	7	8
Colheitadeiras	126	192	84	63	140
Retroescavadeiras	57	60	62	66	70
Total geral	2.506	3.104	2.694	2.259	2.829

Fonte: Anfavea.

Estrutura de produção e comercialização

Tabela 17/II. Consumo aparente de fertilizantes, segundo o tipo
- Santa Catarina - 2003-07

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Fertilizantes	663.950	639.693	612.376	595.197	339.271
Nutrientes					
N	101.369	98.356	100.415	90.709	53.400
P2O5	87.026	78.206	72.844	77.833	41.679
K2O	96.319	87.893	78.696	76.758	45.108

Fonte: Anda.

Tabela 18/II. Crédito rural concedido a produtores e cooperativas, segundo a finalidade
- Santa Catarina - 2003-07

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Custeio					
Número de contratos	180.791	201.374	208.093	181.641	168.034
- Atividade agrícola	174.247	195.490	200.888	173.643	157.230
- Atividade pecuária	6.544	5.884	7.205	7.998	10.804
Valor dos contratos (R\$)	1.545.669.778	1.747.904.251	1.879.848.136	2.076.046.162	2.289.512.393
- Atividade agrícola	1.107.603.610	1.297.672.874	1.422.599.931	1.463.828.616	1.619.666.757
- Atividade pecuária	438.066.168	450.231.377	457.248.205	612.217.546	669.845.636
Investimento					
Número de contratos	38.115	37.684	32.787	35.152	32.295
- Atividade agrícola	26.948	28.642	21.177	18.814	15.443
- Atividade pecuária	11.167	9.042	11.610	16.338	16.852
Valor dos contratos (R\$)	418.234.822	486.763.752	550.411.676	525.304.404	557.860.461
- Atividade agrícola	282.945.405	375.056.334	394.299.417	365.429.101	320.458.907
- Atividade pecuária	135.289.417	111.707.418	156.112.259	159.875.304	237.401.554
Comercialização					
Número de contratos	1.076	2.428	3.449	4.466	3.100
- Atividade agrícola	576	1.004	1.344	1.118	1.615
- Atividade pecuária	500	1.424	2.105	3.348	1.485
Valor dos contratos (R\$)	399.427.242	478.691.636	378.814.924	614.241.062	690.404.881
- Atividade agrícola	370.847.650	423.752.726	301.802.014	452.312.448	603.328.688
- Atividade pecuária	28.579.592	54.938.910	77.012.910	161.928.613	87.076.193

Fonte: Banco Central.

Informações econômicas da agropecuária

Tabela 19/II. *Estimativa do balanço de oferta e demanda – Santa Catarina*
– Safras 2006/07-2007/08

(1.000 t)

Produto	Oferta	Safr 2006/07						
		Demanda						Saldo
		Consumo			Reserva para sementes	Perdas	Total	
Animal (in natura)	Humano (in natura)	Industrial/ outros						
Alho	12,9	-	3,0	3,0	2,0	0,4	8,4	4,5
Arroz	1.038,4	-	450,0	-	35,0	5,0	490,0	548,4
Banana	656,0	-	165,0	100,0	-	163,0	428,0	228,0
Batata	102,5	-	150,0	-	14,5	1,5	166,0	(-)63,5
Cebola	436,5	-	31,2	-	-	156,2	187,4	249,1
Feijão	208,9	-	80,0	1,0	3,0	12,0	95,0	113,9
Mandioca	633,2	189,0	37,0	375,0	-	10,0	611,0	22,2
Milho ⁽¹⁾	3.800,0	4.821,6	90,0	190,0	3,0	110,0	5.214,6	(-)1.414,6
Soja	1.104,3	7,0	4,0	1.090,0	21,0	19,0	1.141,0	(-)36,7
Trigo	151,0	-	-	375,4	9,4	1,7	386,5	(-)235,5

(Continua)

(Continuação)

(1.000 t)

Produto	Oferta	Safr 2007/08						
		Demanda						Saldo
		Consumo			Reserva para sementes	Perdas	Total	
Animal (in natura)	Humano (in natura)	Industrial/ outros						
Alho	17,3	-	3,0	3,0	2,0	0,5	8,5	8,8
Arroz	1.049,4	-	455,0	-	36,0	5,0	496,0	553,4
Banana	658,1	-	165,0	100,0	-	163,0	428,0	230,1
Batata	103,6	-	150,0	-	14,5	1,5	166,0	(-)62,4
Cebola	392,1	-	34,8	-	-	107,3	142,1	250,0
Feijão	177,5	-	81,0	1,0	3,0	9,0	94,0	83,5
Mandioca	617,9	186,0	37,0	370,0	-	10,0	603,0	14,9
Milho ⁽¹⁾	4.210,0	5.037,8	90,0	143,0	3,0	120,0	5.390,8	(-)1.180,8
Soja	955,0	7,0	4,0	1.060,0	22,0	20,0	1.113,0	(-)158,0
Trigo	203,4	-	-	380,0	10,0	2,0	392,0	(-)188,60

⁽¹⁾Oferta de milho mais substitutos.

Fonte: Epagri/Cepa.

Informações econômicas da agropecuária

Tabela 20/III. Exportações do agronegócio catarinense - 2003-08

(US\$ FOB 1.000)

Produto exportado	Santa Catarina					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Produção animal e derivados	916.311	1.321.877	1.748.683	1.410.512	2.047.890	1.812.033
Carne suína	196.705	339.306	504.677	311.317	330.985	295.875
Carnes de Frangos	609.433	844.610	1.062.992	966.430	1.426.018	1.232.749
Outras carnes de aves	63.701	67.525	74.970	60.507	67.279	53.406
Carne bovina	2.490	6.538	16.562	7.225	6.176	7.778
Outras carnes	7.084	22.808	45.925	24.407	166.046	183.320
Pescados e crustáceos	22.180	28.071	32.242	27.598	38.305	27.555
Mel natural	9.511	8.518	2.926	3.110	2.222	1.854
Outros produtos origem animal	5.206	4.502	8.389	9.917	10.859	9.496
Produção vegetal e derivados	350.757	326.031	383.364	658.600	1.063.590	892.934
Soja-óleo	120.799	49.803	34.837	39.393	59.226	76.477
Soja-em grão, para semeadura e outros	9.877	25.098	32.498	47.110	306.139	173.411
Soja-farelos e farinhas	49.990	13.701	6.201	10.394	58	60
Milho	12.115	6.203	1.302	6.383	43.211	30.871
Arroz	274	314	282	356	1.282	5.151
Banana	11.992	10.478	12.111	9.051	11.669	7.569
Maçã	20.392	40.144	29.207	20.526	38.591	37.679
Outras frutas frescas ou secas	1.071	1.876	2.040	1.465	2.144	2.359
Frutas em conserva e doces	2.094	2.520	2.045	1.980	1.672	906
Sucos de frutas	10.789	15.007	19.656	17.788	23.652	24.767
Açúcar, cacau e produtos de confeitaria	7.382	7.055	5.921	7.384	6.235	2.331
Produtos hortícolas	625	1.551	1.137	365	1.502	157
Fécula de mandioca	1.836	1.636	698	623	315	622
Erva mate	1.304	1.048	1.100	3.487	8.625	8.992
Plantas ornamentais	211	315	174	288	449	481
Gomas e resinas	1.050	1.121	1.079	1.353	2.261	965
Fumo	88.232	133.424	213.366	465.898	534.483	498.451
Bebidas fermentadas e destiladas	650	710	731	1.116	1.348	1.067
Outros prod. vegetais e da agroindústria	10.076	14.028	18.978	23.641	20.728	20.617
Indústria da madeira papel e papelão	859.036	1.142.562	1.157.663	1.192.464	1.163.937	717.095
Madeira e obras de madeiras	401.069	569.538	566.358	646.717	620.319	370.984
Móveis de madeira	319.968	408.867	414.919	344.967	341.389	203.743
Papel e papelão	137.999	164.157	176.386	200.779	202.230	142.368
Total geral do agronegócio	2.126.104	2.790.470	3.289.710	3.261.576	4.275.417	3.422.063
Total geral	3.695.786	4.853.506	5.584.125	5.965.687	7.381.839	5.688.177

⁽¹⁾Até agosto.

Fonte: MDIC/Secex.

Informações econômicas da agropecuária

Tabela 21/II. Importações do agronegócio catarinense - 2003-08

(US\$ FOB 1.000)

Produto importado	Santa Catarina					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾
Produção animal e derivados	32.899	28.983	30.009	52.773	69.161	60.523
Animais vivos	1.008	79	24	176	231	187
Carnes de animais	933	2.677	2.691	4.359	4.104	4.307
Pescados e crustáceos	19.385	17.350	17.054	32.336	44.109	36.203
Laticínios e ovos	1.134	1.427	1.882	2.771	2.455	2.679
Preparações e conservas de carnes e pescados	893	659	982	1.697	4.187	3.225
Outros produtos origem animal não comestíveis	9.545	6.791	7.376	11.434	14.076	13.924
Produção vegetal e derivados	235.415	216.933	290.551	423.420	482.112	488.180
Soja e derivados	84.966	56.855	57.533	33.359	35.678	33.298
Milho	38.698	13.861	17.981	35.611	42.398	31.156
Trigo	52.646	18.227	23.813	75.382	86.414	83.914
Arroz	6.412	5.385	322	1.025	934	994
Malte	12.327	44.449	54.822	66.116	40.899	50.028
Outros cereais, grãos e prod. de moagem	3.521	18.135	20.082	28.352	33.454	50.585
Oleos e gorduras vegetais	7.379	7.742	21.636	28.779	59.309	46.531
Fumo	1.362	1.232	1.214	1.536	1.069	1.808
Uva	329	484	3.292	5.850	7.735	8.944
Maçã	334	608	2.763	4.633	7.148	4.301
Pêra	665	1.311	4.211	10.144	12.965	15.146
Ameixa	569	645	4.716	7.873	9.542	6.894
Outras frutas frescas ou secas	440	1.361	5.046	8.253	9.552	8.991
Gomas e resinas	1.480	2.091	5.426	6.952	4.336	17.837
Cebola	2.391	3.908	2.435	3.078	1.534	6.441
Alho	866	1.231	3.121	2.687	6.125	5.598
Outros produtos hortícolas	1.768	6.723	8.353	9.060	9.992	23.208
Batatas preparadas ou conservadas	2.100	3.939	5.986	8.034	8.665	11.668
Leveduras	2.147	2.417	2.383	2.221	2.273	1.531
Açúcar, cacau e produtos de confeitaria	988	1.335	1.465	1.405	1.882	1.685
Outros prod. vegetais e da agroindústria	14.026	24.994	43.950	83.070	100.209	77.623
Indústria da madeira papel e papelão	13.328	28.178	44.877	49.210	65.759	62.705
Madeira e obras de madeiras	5.102	7.288	9.182	10.504	16.274	12.525
Papel e papelão	8.226	20.890	35.695	38.706	49.484	50.180
Total geral do agronegócio	281.642	274.093	365.436	525.403	617.032	611.408
Total Santa Catarina	993.635	1.508.986	2.186.455	3.472.345	5.001.944	5.233.761

⁽¹⁾Até agosto.

Fonte: MDIC/Secex.

Informações econômicas da agropecuária

Tabela 22/II. Valor bruto da produção (VBP), por grupo de atividade econômica e consumo intermediário e valor adicionado bruto total da agropecuária, silvicultura e pesca - Santa Catarina - 2004-06

(R\$ milhão)

Grupo de atividade econômica	2004	2005	2006
Cereais	1.835	1.393	1.144
Cana	197	176	183
Soja	666	437	492
Outros da lavoura temporária	2.840	2.720	2.688
Cítricos	21	25	22
Outros da lavoura temporária	511	499	699
Bovinos	1.591	1.671	1.534
Suínos	2.157	2.338	2.024
Aves	3.863	4.159	3.885
Silvicultura	781	980	954
Pesca	247	273	361
VBP total	14.709	14.671	13.986
Consumo intermediário	8.062	8.445	8.344
Valor adicionado bruto	6.647	6.226	5.642

Fonte: Epagri/Cepa e IBGE.

Tabela 23/II. Valor bruto corrente da produção dos principais produtos da agropecuária catarinense - 2002-06

(mil R\$)

Produto	Ano				
	2002	2003	2004	2005	2006
Lavoura temporária⁽¹⁾					
Alho	30.323	31.832	43.545	28.435	74.941
Arroz em casca	291.263	606.044	632.750	427.131	387.114
Batata-inglesa	47.901	60.669	52.168	62.996	75.290
Cana-de-açúcar	30.607	45.106	56.534	50.865	53.596
Cebola	132.694	161.029	159.581	132.568	206.207
Feijão em grão	150.007	223.479	134.711	122.797	165.634
Fumo em folha (folha seca)	644.149	812.755	1.176.162	1.262.204	957.158
Mandioca	48.630	84.139	111.101	80.003	92.696
Milho em grão	666.555	1.188.930	993.316	749.911	617.976
Soja em grão	211.035	403.675	483.914	294.975	334.978
Tomate	58.324	82.936	80.669	83.172	48.910
Trigo em grão	41.304	52.244	67.997	29.925	46.374
Sub total	2.352.792	3.752.838	3.992.448	3.324.982	3.060.874

(Continua)

Informações econômicas da agropecuária

(Continuação)

Produto	Ano				
	2002	2003	2004	2005	2006
Lavoura permanente⁽¹⁾					
Banana	99.503	128.130	176.003	163.887	181.745
Erva-mate	6.903	7.666	5.793	5.642	5.840
Laranja	17.431	27.199	17.678	19.438	18.612
Maçã	242.223	296.855	252.955	260.080	477.157
Maracujá	2.664	3.458	2.486	2.352	2.533
Palmito	633	4.662	3.108	7.086	7.103
Pêra	1.047	1.324	1.197	1.662	2.641
Pêssego	16.501	13.148	22.621	20.387	20.087
Tangerina (bergamota, mexerica)	1.616	2.396	2.738	3.109	2.413
Uva (para mesa)	20.250	23.813	29.749	34.161	33.359
Sub total	408.771	508.651	514.328	517.804	751.490
Silvicultura⁽¹⁾					
Carvão vegetal	2.735	2.653	2.850	4.724	4.836
Lenha	59.478	71.366	71.494	100.544	110.985
Madeira em toras excl. para celulose	388.551	503.148	566.857	745.743	738.097
Madeira em toras para celulose	112.546	160.154	184.691	187.221	227.880
Sub total	563.310	737.321	825.892	1.038.232	1.081.798
Exploração Florestal⁽¹⁾					
Carvão vegetal	2.281	2.536	2.993	3.589	2.972
Erva-mate	17.669	15.996	16.123	16.421	12.110
Lenha	22.728	32.280	35.492	44.934	51.013
Madeira em toras excl. para celulose	4.236	8.721	9.405	5.445	5.560
Pinhão	1.491	1.885	1.882	2.393	2.173
Sub total	48.405	61.418	65.895	72.782	73.828
Pecuária⁽²⁾					
Bovinos	346.712	390.314	423.995	454.631	458.818
Leite de vaca	452.756	678.093	761.400	823.110	719.768
Queijo ou requeijão	74.336	111.334	125.012	135.144	118.176
Ovinos	1.603	1.841	1.859	1.868	1.757
Mel	13.158	14.071	10.641	11.711	10.937
Esterco	14.956	17.322	18.019	18.124	17.295
Subtotal	903.521	1.212.975	1.340.924	1.444.588	1.326.751
Suínos	873.325	1.136.835	1.562.950	1.803.902	1.395.835
Banha	11.850	15.425	21.207	24.476	18.939
Carne verde de suínos	68.667	89.386	122.890	141.836	109.751
Embutidos, lingüica, salame, etc.	11.563	15.052	20.693	23.883	18.481
Subtotal	965.405	1.256.698	1.727.740	1.994.097	1.543.006
Aves (galináceos + outras aves)	1.430.465	2.004.057	2.057.994	2.230.019	2.004.701
Carne de aves (galináceos + outras aves)	70.495	98.763	101.421	109.899	98.795
Ovos de galinha	169.414	298.769	328.568	380.797	361.684
Subtotal	1.670.375	2.401.589	2.487.982	2.720.715	2.465.180
Total	6.912.578	9.931.489	10.955.210	11.113.200	10.302.927

Fonte: ⁽¹⁾IBGE. Produção Agrícola Municipal. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

⁽²⁾Produto Interno Bruto. IBGE, SPG/DEGE/Gerência de Estatística e EPAGRI.

Tabela 24/II. Preços mínimos vigentes na Região Centro-Sul
– Safras - 2007/08-2008/09

Produtos	Unidade	Safrá 2007/08	
		Início de operação	R\$/ unidade
Alho (T5-extra)	kg	jul./07	2,00
Arroz longo-fino (tipo 1-58/10)	sc 50kg	jan./08	22,00
Arroz longo (tipo 2-55/13)	sc 50kg	jan./08	13,62
Feijão (tipo 2)	sc 60kg	nov./07	48,42
Mandioca (raiz)	t	jan./08	66,00
Farinha mandioca (fina T3)	50kg	jan./08	18,40
Fécula de mandioca (tipo 2)	kg	jan./08	0,54
Milho	sc 60kg	jan./08	14,00
Soja	sc 60kg	jan./08	14,00
Trigo (pão/melhorador) tipo 1 pH 78	sc 60kg	jul./07	24,00

(Continua)

(Continuação)

Produtos	Unidade	Safrá 2008/09	
		Início de operação	R\$/ unidade
Alho (T5-extra)	kg	jul./08	2,20
Arroz longo-fino (tipo 1-58/10)	sc 50kg	jan./09	25,80
Arroz longo (tipo 2-55/13)	sc 50kg	jan./09	15,74
Feijão (tipo 2)	sc 60kg	nov./08	80,00
Mandioca (raiz)	t	jan./09	98,85
Farinha mandioca (fina T3)	50kg	jan./09	23,68
Fécula de mandioca (tipo 2)	kg	jan./09	0,69
Milho	sc 60kg	jan./09	16,50
Soja	sc 60kg	jan./09	22,80
Trigo (pão/melhorador) tipo 1 pH 78	sc 60kg	jul./08	28,80

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tabela 25 III. Preços médios mensais dos produtos vegetais recebidos pelos produtores - Santa Catarina - 2006-08

Ano	Mês	Milho (sc 60kg) (Chapecó)	Soja (60kg) (Chapecó)	Feijão		Arroz Irrig. (50kg) (média SC)	Trigo		Cebola (20kg) Rio do Sul
				Preto (60 kg) (média SC)	Carioca (60 kg) (média SC)		Intermed. (60kg)	Superior (60kg)	
2006	Janeiro
	Fevereiro	14,50	26,38	65,00	67,35	17,60	19,41	19,64	8,15
	Março	12,29	24,13	78,37	67,63	17,50	19,30	18,00	9,22
	Abril	12,09	22,73	47,47	66,04	17,17	19,15	19,00	9,92
	Mai	12,81	24,00	46,00	49,82	16,25	19,00	19,18	8,63
	Junho	13,40	24,63	43,55	43,60	18,00	19,00	19,95	9,25
	Julho	13,00	25,14	40,48	40,48	19,31	19,00	20,29	...
	Agosto	13,14	24,70	42,00	42,00	19,43	19,00	20,50	...
	Setembro	13,98	24,68	42,95	42,95	19,38	20,71	22,09	...
	Outubro	15,55	26,88	45,00	45,00	20,26	24,25	25,62	...
	Novembro	17,64	29,64	43,67	43,67	22,44	25,42	27,59	4,78
	Dezembro	17,43	29,77	41,57	46,36	23,00	25,50	27,71	4,11
2007	Janeiro
	Fevereiro	17,50	29,53	37,67	37,40	19,27	24,88	26,86	7,32
	Março	17,48	28,89	38,00	40,18	19,84	24,50	26,67	8,77
	Abril	16,12	26,94	36,17	40,56	21,94	24,50	26,67	8,82
	Mai	16,00	26,39	37,00	42,73	21,00	24,27	26,91	12,50
	Junho	16,00	27,00	38,67	46,00	21,00	25,15	27,58	12,21
	Julho	15,67	27,55	40,00	46,00	21,00	26,21	28,11	...
	Agosto	17,60	29,85	46,25	49,10	21,00	28,60	29,30	...
	Setembro	20,79	33,96	55,00	55,00	21,95	29,38	31,38	...
	Outubro	20,64	35,59	55,00	55,00	22,00	28,38	30,12	...
	Novembro	24,58	38,32	21,78	25,80	27,94	...
	Dezembro	26,30	39,87	65,00	60,00	21,48	27,00	28,33	10,20
2008	Janeiro	24,70	41,57	116,67	176,67	21,75	28,00	29,63	18,00
	Fevereiro	23,09	44,71	118,00	156,22	22,51	28,95	30,67	16,61
	Março	22,67	43,13	118,60	139,97	23,09	32,08	34,07	19,32
	Abril	22,89	42,36	94,37	101,70	26,42	35,07	37,07	20,90
	Mai	22,71	42,41	123,29	111,76	33,05	34,79	36,30	16,72
	Junho	23,00	45,25	142,22	145,56	32,95	34,38	36,19	...
	Julho	23,41	46,43	132,17	132,17	32,14	33,71	35,44	...
	Agosto	21,43	41,27	120,00	150,00	32,25	30,20	32,20	...

(Continua)

Preços agrícolas

(Continuação)

Ano	Mês	Batata suja espec. e 1ª (sc 50kg) (média SC)	Alho TP 5 (kg) (Joaçaba)	Farinha mandioca grossa (kg) (Reg.Sul)	Mandioca (t) (média SC)	Tomate longa vida AA (Fpolis) (cx 22/25kg)	Banana		Fumo- estufa TO2 (média SC)
							Caturra (cx 20kg) (Reg.Norte)	Prata (cx 20 kg) (Reg.Sul)	
2006	Janeiro	37,36
	Fevereiro	28,76	2,30	18,00	...	7,88	2,00	6,69	4,67
	Março	24,76	...	18,00	...	10,26	2,97	6,68	4,67
	Abril	24,56	3,51	17,12	...	21,88	6,03	8,53	4,67
	Maio	22,82	3,50	17,09	76,59	16,45	5,09	10,15	4,67
	Junho	22,85	4,02	18,00	80,00	10,50	5,73	10,93	4,67
	Julho	22,76	4,40	16,57	81,42	10,48	7,47	11,71	4,67
	Agosto	20,24	...	16,91	80,45	10,36	6,00	11,32	4,67
	Setembro	20,10	...	17,84	80,00	20,53	6,00	11,00	4,67
	Outubro	23,67	...	19,05	80,00	23,75	9,25	11,00	4,67
	Novembro	20,36	...	23,11	...	23,61	7,17	11,00	4,67
	Dezembro	17,39	...	25,67	...	17,00	3,33	11,00	4,67
2007	Janeiro	37,36
	Fevereiro	11,50	2,56	25,00	...	24,40	2,25	9,87	4,67
	Março	13,20	2,90	23,72	115,00	31,36	4,64	10,23	4,67
	Abril	16,39	3,20	23,06	117,78	21,39	4,88	10,00	4,67
	Maio	20,79	3,04	24,00	113,41	17,77	3,08	10,00	4,67
	Junho	23,64	3,00	25,00	110,00	15,84	2,67	10,00	4,67
	Julho	23,86	3,00	24,62	107,38	15,00	4,19	10,00	4,67
	Agosto	25,95	3,00	25,00	102,75	19,78	4,67	10,00	4,67
	Setembro	25,65	...	26,37	100,00	22,05	7,08	10,37	4,67
	Outubro	36,33	...	28,00	100,00	21,73	6,45	11,00	4,67
	Novembro	46,18	...	27,12	...	12,94	4,88	11,00	4,67
	Dezembro	31,48	...	27,00	...	14,40	8,50	11,00	4,67
2008	Janeiro	22,30	...	30,00	...	15,00	7,50	12,00	5,02
	Fevereiro	21,80	2,55	30,44	...	7,00	6,97	12,00	5,02
	Março	20,00	2,40	31,58	...	22,21	7,50	12,00	5,02
	Abril	20,42	2,17	31,00	132,50	25,62	7,69	12,00	5,02
	Maio	24,40	1,73	31,28	130,97	31,17	6,83	12,28	5,02
	Junho	25,85	1,53	30,00	130,80	33,89	7,00	13,00	5,02
	Julho	30,15	2,20	30,00	130,89	34,65	7,00	13,00	5,02
	Agosto	29,24	2,20	30,00	125,08	17,76	7,69	13,00	5,02

Arroz - Preço médio das regiões de Jaraguá do Sul, Sul Catarinense e Rio do Sul.

Trigo - Preço de mercado nas regiões de São Miguel do Oeste, Joaçaba e Canoinhas.

Nota: Os preços referem-se a média aritmética simples dos preços mais comuns registrados diariamente nas principais regiões produtoras.

Nota: A partir de dezembro/2007 a abr/2008 os preços relativos a praça de Chapecó foram substituídos pelos preços médios registrados nas praças de São Miguel do Oeste e Joaçaba.

Nota: Para o mês de agosto/2008, os preços relativos a praça de Chapecó foram substituídos pelos preços médios registrados na praça de Joaçaba.

Fonte: Epagri/Cepa.

Tabela 26/III. Preços médios de insumos e fatores de produção - Santa Catarina - 2007-08

(R\$)

Produto	Unidade	Fev./07	Mai/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai/08	Ago./08
Alimentos para animais								
Concentrado p/aves engorda	sc 25 kg	22,61	23,18	22,63	24,14	28,35	29,29	30,33
Concentrado p/bovinos (30% pb)	sc 25 kg	18,04	18,79	19,75	21,42	21,68	24,16	25,35
Concentrado p/suínos terminação	sc 25 kg	20,07	20,71	21,38	23,03	25,62	26,03	27,20
Farelo de arroz	sc 25 kg	8,79	8,59	8,35	9,39	9,82	10,00	10,33
Farelo de soja	kg	0,67	0,60	0,64	0,79	0,90	0,95	0,88
Farelo de trigo	sc 30 kg	9,68	9,45	10,32	12,23	14,55	13,12	14,27
Farinha de osso	kg	2,37	2,48	2,82	2,97	3,13	3,27	3,26
Farinha de ostras	kg	1,04	0,86	0,83	0,81	0,92	0,90	0,73
Leite em pó para bezerro	sc 10 kg	24,34	24,37	25,58	25,73	27,20	27,15	27,85
Núcleo p/suínos - crescimento	kg	1,92	1,96	1,76	1,78	1,82	2,09	2,38
Núcleo p/suínos - gestação	kg	1,47	1,48	1,50	1,50	1,66	1,81	2,25
Núcleo p/suínos - inicial	kg	2,74	2,74	2,93	3,01	3,30	3,36	3,35
Núcleo p/suínos - lactação	kg	1,86	1,88	1,87	1,90	1,99	2,09	2,70
Núcleo p/suínos - terminação	kg	1,67	1,67	1,37	1,45	1,65	1,93	2,26
Ração p/ovinos - engorda	sc 25 kg	15,89	17,22	18,51	18,81	20,74
Ração p/ovinos - lactação	sc 25 kg	16,59	17,38	18,99	21,04	20,88
Ração p/peixe final (extruzada)	sc 25 kg	23,27	23,78	23,20	24,17	26,68	27,11	29,17
Ração p/peixe inicial (extruzada)	sc 25 kg	32,43	32,79	30,29	29,03	33,70	34,34	36,16
Ração para aves (final)	sc 25 kg	18,30	18,51	18,93	20,59	23,53	23,88	24,76
Ração para aves (inicial)	sc 25 kg	18,80	19,23	19,38	21,42	24,82	24,65	25,07
Ração para aves postura	sc 25 kg	17,01	17,87	17,69	19,96	22,82	22,57	23,70
Ração bovinos (novilhas)	sc 25 kg	19,49	22,14
Ração para bovinos (lactação)	sc 25 kg	15,83	17,00	15,57	17,54	19,28	19,76	20,80
Ração para desmama de bezerros	sc 25 kg	17,92	18,82	19,31	21,39	22,44	22,97	24,57
Ração para suínos - pré-inicial	kg	2,51	2,84	3,18	3,42	3,70	3,61	3,53
Ração para suínos crescimento	sc 25 kg	16,09	16,01	16,84	18,66	21,45	21,97	22,50
Ração para suínos engorda	sc 25 kg	16,01	15,70	16,11	17,85	20,94	21,40	21,67
Ração para suínos inicial	sc 25 kg	19,48	19,65	19,19	20,85	24,29	24,31	24,88
Sal comum	sc 25 kg	8,83	8,63	8,48	8,53	8,62	9,08	9,61
Sal mineral fosbovi	kg	1,65	1,63	1,80	1,64	2,00	1,94	2,79
Sal mineral miner plus	kg	2,82	2,79	3,00	3,09	3,59	4,10	5,07
Suplemento mineral (star atak)	500 g	22,39	24,20	25,32	26,25
Animais								
Alevino (2) bagre	milheiro	148,19	154,75	160,62	162,83	172,50	177,75	156,38
Alevino (2) carpa	milheiro	136,83	141,21	144,50	148,83	148,50	151,00	136,70
Alevino (2) tilápia	milheiro	127,91	133,57	133,50	140,83	133,75	143,13	136,30
Bovino corte bezerro desmamado p/engorda	cabeça	376,78	360,23	433,36	456,33	478,70	521,87	565,92
Bovino corte boi magro +/- 300 kg	cabeça	583,45	581,02	648,55	666,00	711,33	747,47	821,75
Bovino corte novilha pc	cabeça	777,61	751,19	899,94	914,95	945,33	971,07	1.101,25
Bovino corte novilho reprodutor 18 a 24 meses	cabeça	692,02	683,52	745,50	773,83	845,33	907,40	1.026,67
Bovino corte touro pc - 3 anos	cabeça	1.812,47	1.710,83	2.224,83	2.207,00	2.280,33	2.643,07	2.581,25
Bovino corte touro po - 3 anos	cabeça	2.449,16	2.429,52	2.820,33	2.855,06	3.008,33	3.380,67	3.320,00
Bovino corte vaca comum	cabeça	629,88	638,71	773,44	778,03	826,00	888,20	965,00
Bovino corte vaca pc	cabeça	1.153,61	1.146,11	1.264,77	1.332,00	1.400,00	1.480,00	1.540,00
Bovino leite bezerra recém nascida - descarte	cabeça	58,13	50,38	53,73	53,98	51,97	53,64	56,38
Bovino leite bezerra até 1 ano pc-holandesa	cabeça	758,45	736,81	858,38	905,29	954,72	981,90	1.027,33
Bovino leite bezerra até 1 ano pc-jersey	cabeça	742,76	792,29	840,56	863,98	855,67
Bovino leite bezerra comum até 1 ano	cabeça	366,66	370,09	489,04	512,17	540,56	547,93	595,20
Bovino leite novilha pc-jersey	cabeça	1.373,81	1.324,44	1.394,28	1.342,62	1.592,50	1.581,81	1.711,67
Bovino leite novilha pc - holandesa	cabeça	1.564,76	1.531,57	1.854,72	1.845,51	2.062,67
Bovino leite touro pc	cabeça	1.596,66	1.657,14	1.803,44	1.717,29	2.027,22	2.234,82	2.188,33
Bovino leite touro po	cabeça	2.226,90	2.279,88	2.416,57	2.418,95	2.531,11	2.552,56	2.757,33

(Continua)

Preços agrícolas

(Continuação)

(R\$)

Produto	Unidade	Fev./07	Mai/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai/08	Ago./08
Animais								
Bovino leite vaca comum	cabeça	690,35	736,61	890,85	863,95	953,06	1.010,23	1.052,67
Bovino leite vaca pc - holandesa	cabeça	1.836,90	1.791,19	2.259,52	2.367,14	2.923,61	2.916,16	2.746,67
Bovino leite vaca pc - jersey	cabeça	1.697,38	1.668,61	2.054,38	2.123,71	2.565,56	2.394,78	2.492,67
Búfalo - novilha	cabeça	630,00	710,00	825,00	837,50	875,00	877,50	1.100,00
Búfalo - novilho	cabeça	607,50	715,00	...	755,00	937,50	893,75	1.180,00
Búfalo - touro	cabeça	1.741,66	1.625,00	1.750,00	1.762,50	1.800,00	1.825,00	2.100,00
Búfalo - vaca	cabeça	808,33	825,00	975,00	990,00	1.025,00	1.012,50	1.750,00
Cavalo p/montaria	cabeça	696,07	655,97	724,47	706,38	728,06	767,18	772,00
Cavalo p/tração	parelha	1.140,83	1.104,33	1.263,33	1.298,61	1.220,00	1.338,00	1.287,50
Junta de bois (+/- 400kg cada)	junta	1.913,88	1.845,13	1.919,44	2.008,89	2.160,00	2.485,33	2.379,17
Marrecos de 1 dia p/corte	unidade	2,60	2,40	2,40	2,42	2,51	2,90	2,60
Ovinos p/reprodução (1 ano)	cabeça	378,61	364,05	420,83	402,78	403,33	416,67	415,20
Pinto de 1 dia p/corte	cabeça	0,83	0,86	0,88	0,90	0,96	0,92	0,93
Suínos - cachaco 80 a 100kg	cabeça	473,98	466,92	647,83	769,25	738,67	683,53	692,50
Suínos - leitoa reprodução 80 a 100kg	cabeça	294,11	287,44	334,09	384,03	393,83	387,31	404,70
Combustíveis, lubrificantes e filtros								
Alcool	L	1,76	1,87	1,61	1,63	1,69	1,73	1,68
Diesel	L	1,88	1,89	1,86	1,87	1,88	2,05	2,11
Energia elétrica rural	k w	0,24	0,24	0,25	0,25	0,26	0,27	0,27
Filtro de ar externo (trator de 75cv)	unid	50,56	46,39	55,07	46,25	48,46
Filtro de óleo carte (trator 75cv)	unid	20,47	18,85	19,34	19,89	20,24
Filtro de óleo diesel longo (trator 75cv)	unid	12,74	14,69	15,37	13,01	14,69
Filtro de óleo direção hidráulica peq.(trator 75cv)	unid	11,18	18,68	18,70	18,29	21,59
Gás butano	but 13kg	35,60	35,34	35,15	35,08	35,91	36,81	35,80
Gasolina	L	2,57	2,59	2,55	2,56	2,60	2,57	2,57
Graxa	20kg	161,72	161,47	169,86	171,62	172,07	180,99	188,45
Óleo de redução (fluido 433)	L	9,22	9,14	9,07	9,96	9,72
Óleo lubrificante (sae 30)	20L	116,33	116,27	122,99	121,86	116,24	127,40	148,85
Óleo lubrificante (sae 90)	L	9,18	9,18	8,74	8,91	9,02	9,43	9,90
Óleo p/direção hidráulica	L	11,69	11,33	11,24	11,36	11,71
Óleo p/hidráulico e transmissão	20L	157,49	159,10	153,62	167,16	167,09
Custo das construções								
Aviário automatizado completo	m ²	96,87	109,37	99,00	98,38	103,33	110,28	113,33
Aviário manual completo	m ²	77,83	77,83	80,16	80,17	82,00	84,75	90,00
Bovino cerca arame farpado c/3 fios	m	4,77	5,69
Bovino cerca arame farpado c/4 fios	m	5,92	7,29
Bovino cerca arame farpado c/5 fios	m	7,15	7,15	7,55	7,66	7,74	8,05	8,85
Bovino cerca elétrica 1 fio	m	0,99	0,98	1,10	1,09	1,01	1,19	1,25
Bovino cochos para alimentação (bov. Leite)	m	80,75
Bovino bebedouro (bov. Leite)	m	30,65
Bovino bezerreira (bov. Leite)	m	84,75
Bovino estábulo de alvenaria	m ²	181,05	185,30	174,43	180,06	179,17	187,04	195,00
Bovino sala de espera p/ordenha	m ²	29,33	29,33	26,66	38,61	43,25	49,13	57,50
Bovino sala de ordenha	m ²	225,00	225,00	225,00	231,00
Casa de alvenaria	m ²	508,68	543,52	530,65	538,54	533,33	552,80	550,00
Casa de madeira pinus/eucalipto	m ²	334,48	347,78	331,12	338,63	340,33	351,40	360,90
Estufa p/fumo equipada (elétrica)	m ²	362,91	363,89	352,72	359,58	377,22	395,31	405,00
Galpão p/cura alho	m ²	36,00	36,00	40,00	40,00	40,00	40,00	60,00
Galpão rústico (madeira rol.)	m ²	71,80	72,84	74,37	75,38	66,67	57,58	53,00
Pocilga - baia individual	m ²	136,41	140,56	137,66	138,92	136,67	143,06	146,67
Pocilga - baias coletivas	m ²	127,58	126,93	134,58	131,83	134,33	141,44	144,83
Pocilga - creche	m ²	208,00	195,25	217,12	223,38	226,67	235,56	231,67

(Continua)

Preços agrícolas

(Continuação)

								(R\$)
Produto	Unidade	Fev./07	Mai/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai/08	Ago./08
Custo das construções								
Pocilga - depósito de ração	m ²	114,41	115,66	119,75	119,75	118,33	121,11	124,00
Pocilga - esterqueira de lona plástica	m ³	20,83	20,50	24,75	24,85	17,20	19,85	25,00
Pocilga - esterqueira pedra c/cobertura	m ³	38,56	36,33	39,41	39,42	39,50	43,17	42,17
Pocilga - maternidade	m ²	203,93	210,16	223,45	225,58	226,00	247,00	240,00
Pocilga de alvenaria	m ²	175,25	164,13	158,87	160,13	156,67	161,39	159,17
Defensivos agrícolas - Fungicidas								
Agrimicina	kg	97,05	104,80	99,92	97,30	98,58	106,72	111,08
Alto 100	L	98,94	100,10	97,48	96,37	100,95
Amistar 500 wg	100g	47,98	47,95	45,46	45,73	46,02	46,05	46,73
Baytan sc	kg	72,40	73,05	75,55	74,74	79,00
Bim 750br	kg	192,60	177,40	178,06	176,95	158,60
Bravik 600 ce	kg	18,20	18,63	18,29	18,30	23,83
Bravonil ultrax	kg	44,10	42,16	38,38	36,42	35,51
Defensivos agrícolas - Fungicidas								
Calda sulfocalcica	20L	43,26	52,30	43,06	42,88	39,57	45,12	47,82
Captan 50 pm	kg	26,69	22,72	22,52	21,80	24,57	23,20	22,15
Cercobin 500 sc	l	40,16	34,96	32,39	31,05	28,36	27,73	28,58
Cercobin 700 pm	kg	37,95	35,97	33,92	32,48	32,17	31,50	31,81
Cuprocarb 500	kg	19,53	19,95	20,05	20,10	20,20
Curzate br	2kg	74,73	71,28	71,91	74,27	71,22	70,25	77,76
Dacobre pm	kg	28,76	28,50	29,14	30,11	30,69	30,96	31,56
Daconil br 750	kg	34,67	33,12	33,07	33,10	32,94	35,35	31,97
Derosal 500 sc	L	32,37	32,15	30,47	30,07	30,01	29,65	30,69
Dithane m-45	kg	14,76	14,99	13,82	14,17	13,74	14,61	14,44
Folicur 200 ce	L	69,67	68,02	66,10	66,06	65,29	61,00	60,96
Frowcide 500 sc	L	134,56	120,10	117,00	116,64	119,97
Fungitol	kg	22,80	22,04	23,04	22,95	22,25
Funguram	kg	17,34	18,93	15,88	15,83	15,03	14,68	15,65
Futur 300	L	71,25	78,67	85,66	86,38	100,62	112,89	119,43
Impact	L	66,00	64,80	65,10	51,70
Kumulus-s 800	6kg	22,05	24,21	20,87	22,51	22,35	21,99	27,39
Manzate 800 br	kg	15,59	14,72	13,70	14,08	13,94	14,51	14,58
Mertin 400	L	96,64	95,74	92,01	92,45	92,34	91,88	93,18
Opera se	L	86,55	84,67	82,54	83,49	85,96	83,06	83,40
Persist sc	l	10,70	10,86	11,74	12,16	11,85
Priori extra	l	141,24	136,14	134,99	137,28	147,06
Redschield	2 kg	65,72	74,73	78,37	80,44	82,46
Ridomil gold	kg	67,19	66,95	63,97	66,13	67,06	67,89	67,72
Rovral sc	500 g	82,27	79,08	67,93	79,49	84,14	85,08	85,57
Score	l	165,40	159,17	160,87	161,64	171,06
Sphere	l	129,37	127,24	131,10	136,46	134,51
Strafego 250 ec	5 L	449,91	458,09	459,24	461,41	460,00
Sulfato de cobre (nacional)	kg	7,61	8,17	8,45	8,80	8,42	8,41	8,61
Sumilex	kg	113,64	113,48	114,45	119,45	126,19	123,30	126,77
Tilt 250 ce	L	95,58	91,75	80,82	81,44	84,03	83,48	81,56
Unix 750 wg	kg	356,00	290,00	308,60	308,73	319,70
Defensivos agrícolas - Herbicidas								
Afalon sc	L	76,65	75,87	72,61	73,80	74,18	73,74	78,09
Ally 600	10gr	20,09	18,97	17,15	16,99	17,09	16,91	17,18
Aminol cs 806	L	15,65	16,64	16,82	16,67	16,48	16,65	17,07
Basagran 600	5L	197,40	196,54	182,31	181,12	182,14	183,46	174,74
Calisto	L	180,75	178,52	180,28	181,79	181,27

(continua)

Preços agrícolas

(Continuação)

Produto	Unidade	(R\$)						
		Fev./07	Mai/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai/08	Ago./08
Defensivos agrícolas - Herbicidas								
Classic	300g	102,67	89,49	95,70	94,89	93,20	104,95	126,18
Cobra	L	69,40	65,91	68,74	67,75	67,78	69,90	66,17
DMA 806	L	16,51	17,16	16,78	17,10	17,72	17,54	17,48
Dual 960 ce gold	5L	162,11	172,44	164,67	165,63	168,49	167,97	175,82
Extrazin	5L	50,02	50,60	52,45	53,03	52,86
Facet 50 pm	750g	115,26	104,95	107,26	99,10	89,82	89,65	89,24
Finale	L	39,71	39,41	40,31	41,38	43,67
Flex	5L	241,67	235,24	229,01	227,40	233,25	244,71	253,73
Fusiflex	5L	255,70	261,00	245,30	240,67	243,36	261,36	268,07
Fusilade 125	L	57,54	58,80	55,42	55,29	57,17	57,79	58,27
Gamit 500 ce azul	L	71,74	66,91	68,42	67,25	69,21	68,17	66,01
Glifosato nortox	L	12,13	13,02	13,69	14,52	15,40	17,02	18,01
Gramocil	5L	111,04	113,08	111,33	111,50	112,91	114,47	118,71
Gramoxone 200	5L	122,09	123,56	116,62	116,26	116,54	120,25	122,15
Herbimix fw sc	5L	47,42	50,60	47,26	48,88	51,52	53,25	54,39
Hussar	600g	274,07	278,30	280,96	264,80	278,81
Nominee	L	719,79	654,68	665,83	665,20	600,25
Only	L	85,49	83,89	85,33	85,73	78,55
Padron	L	126,94	123,90	125,51	125,66	126,25
Pivot	5L	204,05	173,31	161,80	166,09	166,74	155,53	147,46
Plenun	L	94,46	95,64	95,13	97,62	97,54
Poast	L	32,61	31,69	28,59	29,61	30,53	31,63	31,40
Podium (s)	L	45,88	42,11	40,04	40,90	44,17	43,25	47,10
Primatop sc	5L	51,82	53,49	46,90	49,07	51,61	55,52	57,78
Primestra 500 fw gold	5L	96,66	97,63	93,46	92,22	95,55	99,39	98,87
Primoleo	5L	46,79	46,40	48,73	51,35	60,68
Reglone	L	23,69	23,99	24,55	25,63	26,47
Ricer	L	648,75	621,23	617,02	612,30	587,42
Robust	500ml	61,62	62,26	60,45	61,16	61,88	64,43	65,83
Ronstar 250br sc	L	52,50	53,55	56,49	56,79	54,83	55,22	56,67
Roundup 480	L	13,52	14,72	14,84	15,46	16,59	17,81	18,93
Roundup transorb	L	19,75	20,50	20,78	21,74	24,63
Roundup wg	kg	25,70	27,34	29,32	32,15	37,17
Sanson 40 sc	L	71,64	70,44	68,15	66,01	64,78	64,74	63,32
Select	L	156,92	148,22	125,13	127,26	125,30	130,66	120,86
Sirius	300ml	209,98	206,53	200,00	195,69	193,08	190,37	179,35
Topik	L	399,22	375,61	360,21	366,30	364,78
Tordon +2,4d (225-360)	L	49,37	51,39	50,43	49,98	50,80	52,35	52,52
Totril	L	91,11	92,74	89,63	88,91	90,82	90,59	90,52
Tropp	L	12,79	13,08	13,54	15,70	16,67
Twister	300g	54,46	55,48	56,80	56,80	58,70
Zapp qi	5L	72,51	83,55	83,49	83,74	80,82	84,08	136,07
Acefato nortox	500g	18,36	18,28	19,61	18,40	19,86
Aclara 250 wg	kg	289,41	251,53	272,53	281,40	282,00
Atabron	L	55,80	54,90	56,68	56,54	56,40
Baculovirus inset.biolog.	5 doses	18,66	16,67	16,90	16,00	16,20	16,70	16,28
Bolitym 400/40 ce	L	47,00	46,00	45,39	45,06	45,80
Cruiser 350 f	L	467,48	451,04	459,45	454,26	469,51
Curyon 550	L	54,95	54,70	58,55	61,39	64,71
Cyprim 250 ce	L	31,92	37,51	41,75	34,73	32,16
Decis 25 ce	250ml	11,85	12,56	11,37	11,32	11,63	11,28	11,18

(Continua)

(Continuação)

								(R\$)
Produto	Unidade	Fev./07	Mai0/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai0/08	Ago./08
Defensivos agrícolas - Inseticidas								
Decis	L	36,31	36,50
Dimilin pm	500g	60,97	59,50	52,66	52,83	55,13	58,27	45,95
Dipel pm (biológico)	500g	35,18	39,19	43,21	35,48	42,16	44,49	42,55
Engeo pleno	L	120,58	119,58	122,17	126,35	131,88
Formicida granulado	500g	4,05	4,13	4,01	4,03	4,01	4,08	4,24
Furadan 350	L	49,57	46,59	44,70	49,80	51,52	50,74	48,59
Furadan 5 g	10kg	50,33	54,95	54,06	53,91	51,78	53,57	53,69
Furazin 310	L	51,13	52,15	51,72	51,22	50,70
Futur 300 sc	L	85,83	88,09	99,22	107,17	118,18
Gastoxim b (30 pastilhas)	tubo	18,59	19,68	19,72	19,80	19,67	19,39	19,89
Karate 50 cs zeon	L	48,68	50,61	47,82	49,25	48,69	46,03	50,94
Klap	200ml	82,94	85,36	84,24	72,29	77,88
K-obiol ps	kg	15,61	16,20	15,90	16,19	16,55	16,15	17,47
k-othrine	30ml	5,10	5,51	5,14	5,19	5,23	5,43	5,26
Lannate br	L	23,14	24,63	21,91	22,09	22,05
Lebaycid 500	L	69,00	71,88	72,16	71,32	71,72	72,29	73,82
Lorsban 480 br	L	26,65	26,26	25,03	25,42	25,39	25,92	26,17
Malatol/malathion 500 ce	250ml	6,00	5,93	7,04	9,39	8,36	8,39	7,40
Mentox 600 ce	L	16,53	13,44	17,86	18,56	17,90
Oberon	L	179,20	180,45	182,70	186,48	191,77
Orthene 750 br	500g	27,19	26,14	24,90	25,51	25,48	25,64	25,19
Pirate	250ml	55,72	55,76	56,57	55,69	54,49
Polo 500 wp	100g	15,07	15,08	15,88	16,96	16,52
Pounce 385 ce	L	50,35	46,56	48,47	50,15	49,89
Promet 400 cs	L	91,49	86,60	85,70	89,15	90,10
Rumo wg	20g	12,47	12,03	11,48	11,63	11,76
Semevin 350	L	64,27	70,78	72,22	82,20	84,58	87,00	87,25
Sevin 480 sc	5L	120,49	129,50	125,16	126,40	128,57	134,45	141,25
Tamaron	L	17,54	16,10	15,96	16,13	17,12	17,49	19,02
Tracer	250ml	153,66	164,43	156,14	158,61	152,63
Trigardi 750	15g	16,58	16,61	16,94	16,77	17,71	18,57	18,61
Defensivos agrícolas - Outros defensivos								
Assist	L	8,15	8,36	8,21	8,29	8,06	8,08	8,08
Confidor	30g	20,10	17,90	16,25	15,26	14,97	14,80	14,30
Espalhante adesivo	L	8,63	9,07	8,63	8,63	9,22	9,13	9,30
Mata lesma	250g	5,24	5,00	5,37	5,53	5,67	6,07	6,67
Óleo mineral	20L	127,65	141,10	128,09	116,00	120,68	125,85	119,57
Óleo mineral para banana	200L	581,06	604,06	595,75	602,25	612,25	618,92	618,80
Podos	L	46,99	43,87	41,17	42,45	41,28
Primeplus	L	78,60	71,32	68,34	67,37	61,44	61,46	60,72
Raticida (granulado)	25g	0,83	0,79	0,78	0,75	0,78	0,82	0,82
Embalagens, ferramentas e diversos								
Balde plástico 10L	unidade	6,45	6,60	8,23	7,67	8,39	8,16	7,47
Bandeja isopor p/muda	unidade	4,92	4,77	4,87	5,53	5,36	5,24	5,34
Bota de borracha	parelha	26,56	24,70	23,16	25,50	25,97	26,98	25,36
Caixa p/hortaliças	unidade	1,86	1,84	1,89	1,89	1,94	1,99	1,91
Caixa p/alho	unidade
Caixa plástica p/batata sem. maca	unidade	17,95	17,98	18,00	17,48	18,28	18,44	18,27
Caixa torito p/banana	unidade	1,70	1,67	1,75	1,75	1,74	1,74	1,74
Corda de nylon 8mm	kg	13,85	13,40	14,01	14,34	14,23	13,68	13,69
Correame p/cavalo	unidade	369,00	360,00	310,00	369,50	335,00	342,50	353,33

(Continua)

Preços agrícolas

(Continuação)

(R\$)

Produto	Unidade	Fev./07	Mai/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai/08	Ago./08
Embalagens, ferramentas e diversos								
Enxada de 2,5 libras (média)	unidade	8,87	9,17	9,26	9,76	10,42	10,81	10,47
Facão tamanho médio	unidade	10,02	9,58	9,07	9,43	10,21	10,01	9,65
Fita plástica p/amarrio	kg	8,30	8,76	11,65	11,23	10,02	10,30	13,58
Foice s/cabo	unidade	12,44	12,02	12,59	13,60	13,97	14,21	13,23
Lona plástica preta 200 micras	m ²	0,77	0,86	0,91	0,95	0,97	1,00	0,97
lona plastica transparente	m ²	1,29	1,28	1,36	1,46	1,38	1,37	1,52
Luva de algodão	parelha	2,93	2,93	2,75	2,75	3,08	3,54	2,61
Machado médio s/cabo	unidade	20,41	20,60	22,03	21,70	22,60	22,46	22,20
Mangueira gotejador 20-30	500m	302,06	279,23	302,07	282,50	281,25	308,50	325,05
Mangueira plástica 3/4	m	0,52	0,50	0,49	0,50	0,53	0,56	0,60
Saco para batata	unidade	1,21	1,14	1,14	0,98	1,02	1,12	0,99
Saco para cebola	unidade	0,81	0,81	0,71	0,70	0,79	0,80	0,81
Saco plástico p/banana	fardo 200 unid	27,04	28,19	27,34	27,80	27,90	27,91	27,90
Sombrite 50%	m	3,45	3,39	3,51	3,41	3,35	3,39	3,34
Tarro plástico leite (20-30l)	unidade	102,48	106,43	116,46	113,82	117,87	120,18	124,97
Tarro latão 30 litros	unidade	105,02	98,90
Tarro latão 50 litros	unidade	151,58	141,82
Fertilizantes e correlatos								
Adubo 20-10-10	sc 50kg	38,90	40,42	41,71	44,47	64,50	70,75	81,08
Adubo 00-20-30	sc 50kg	31,70	37,53	37,27	40,78	45,35	68,06	70,38
Adubo 02-20-20	sc 50kg	30,93	36,67	35,64	41,13	50,53	68,08	77,96
Adubo 03-30-15	sc 50kg	34,91	40,89	42,76	45,08	57,73	62,73	87,73
Adubo 04-14-08	sc 50kg	27,60	31,59	32,02	34,35	42,40	54,12	62,44
Adubo 05-20-10	sc 50kg	30,56	35,72	35,96	38,91	48,69	63,82	72,82
Adubo 05-20-20	sc 50kg	32,77	37,73	39,43	39,84	53,71	65,37	77,31
Adubo 05-20-30	sc 50kg	48,55	48,55	47,75	49,13	79,76
Adubo 05-25-25	sc 50kg	37,57	42,27	43,98	47,69	53,87	78,86	91,12
Adubo 07-11-09	sc 50kg	29,74	31,70	34,32	37,15	43,36	45,55	62,05
Adubo 07-28-14	sc 50kg	35,43	41,94	43,27	45,13	51,91	71,60	87,06
Adubo 07-30-13	sc 50kg	48,40	48,40	56,33	54,86	73,40
Adubo 08-20-20	sc 50kg	43,75	45,97	55,21	70,29	85,31
Adubo 08-30-20	sc 50kg	49,62	48,35	68,63	82,34	97,03
Adubo 09-33-12	sc 50kg	39,79	46,87	47,39	48,65	61,63	78,40	99,10
Adubo 10-10-10	sc 50kg	31,59	36,73	35,91	38,21	43,07	48,18	73,15
Adubo 10-20-20	sc 50kg	35,34	42,94	46,06	48,04	60,98	73,39	90,17
Adubo 11-07-35	sc 50kg	35,72	40,37	40,45	43,15	50,02	57,45	80,60
Adubo 13-13-28	sc 50kg	45,99	47,45	53,41	62,76	72,20
Adubo 15-00-15	sc 50kg	33,55	35,91	43,10	49,76	53,73
Adubo foliar composto	20L	193,80	197,91	179,45	174,23	152,95	154,81	155,16
Adubo organo-mineral (02-06-04)	sc 40kg	21,80	21,35	25,60	28,05	31,83	33,18	44,58
Fertilizantes e correlatos								
Borax (nacional) adubação	kg	3,35	3,38	2,97	3,19	3,42	3,47	3,97
Calcário a granel	t	60,69	62,67	63,02	75,15	70,62	68,73	70,36
Calcário ensacado	t	89,91	90,51	90,59	90,85	94,17	94,28	98,84
Cloreto de potássio	sc 50kg	34,65	38,33	38,00	40,93	51,44	71,43	86,09
Esterco de aves-bruto	t	25,00	24,25	23,89	24,25	26,33	24,50	29,42
Nitrato de amônia (32-00-02)	sc 50kg	38,39	39,41	47,88	53,55	66,10
Salitre do chile (15-00-14)	sc 50kg	51,55	50,16	53,00	63,81	78,53
Substrato	sc 25kg	10,58	11,24	12,08	12,64	12,20
Sulfato de amônia	sc 50kg	29,60	34,11	33,14	32,92	38,46	40,91	51,35
Sulfato de magnésio	kg	1,48	1,54	1,26	1,30	1,48	1,59	1,86

(Continua)

Preços agrícolas

(Continuação)

Produto	Unidade	(R\$)						
		Fev./07	Mai/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai/08	Ago./08
Fertilizantes e correlatos								
Sulfato de zinco	kg	2,78	3,09	3,21	2,93	3,32	3,53	3,61
Superfosfato simples	sc 50kg	23,85	28,33	30,18	31,31	38,21	45,81	62,08
Superfosfato triplo	sc 50kg	39,60	46,94	50,54	52,93	63,99	89,22	104,28
Uréia	sc 50kg	43,40	48,99	45,01	48,70	54,23	60,96	75,87
Materiais para construção								
Arame farpado rolo 500m	unidade	140,24	139,80	140,42	142,96	150,79	157,32	171,80
Arame liso n.18	kg	7,57	7,31	7,58	8,00	8,08	8,47	9,61
Arame liso rolo n.14 (rolo 1250m)	unidade	239,20	245,30	254,10	267,56	297,65
Areia média	m ³	50,10	50,63	51,80	53,41	54,70	51,05	59,46
Brita n.2	m ³	41,48	41,70	44,09	43,88	45,53	44,51	47,28
Cal hidratado	saco 20kg	6,20	5,45	5,49	5,67	5,60	6,00	6,61
Cimento	sc 50kg	16,66	17,60	17,89	17,98	18,04	17,71	18,13
Costaneira	m ³	12,50	12,62	11,99	11,95	11,88	11,48	12,35
Caixa d'água plástica 1000L c/tampa	unidade	220,70	221,41	225,69	229,09	229,20	227,23	222,42
Caixa d'água/fibra 1000l c/tampa	unidade	213,57	214,68	214,94	216,31	224,47	221,15	221,68
Ferro 5/16	10 a 12m	17,10	17,54	18,14	18,35	19,14	20,90	24,52
Grampo de cerca	kg	5,23	5,16	5,20	5,45	5,59	5,69	6,12
Madeira lei serr. caibro/vigas	m ³	1.106,25	1.161,45	1.242,29	1.266,67	1.306,55	1.308,55	1.294,92
Madeira pinus caibro/vigas	m ³	509,87	511,33	528,84	539,44	545,32	554,13	576,72
Maravalha (cepilho)	m ³	15,36	15,51	14,45	14,53	13,97	13,00	16,63
Moirão de concreto	unidade	16,92	17,00	17,53	17,52	18,10	18,97	19,16
Moirão de madeira comum	unidade	11,66	11,61	13,06	13,01	14,59	14,99	15,20
Moirão rachado (madeira lei)	unidade	15,80	16,72	17,19	17,63	17,25	17,32	17,20
Pó de serra (serragem)	m ³	9,86	10,36	10,78	10,93	11,61	12,22	13,38
Pregos 17x27	kg	4,96	4,81	4,80	4,95	5,18	5,42	5,83
Refilo de madeira	m ³	14,11	14,40	13,60	13,57	13,82	13,08	13,20
Tábuas de madeira dura (primeira)	m ²	34,45	34,31	34,69	36,46	34,81
Tábuas de madeira dura (segunda)	m ²	16,17	16,49	17,14	19,27	21,75
Tábuas de pinus p/caixaria	m ²	11,61	11,51	10,94	11,31	10,80	10,14	11,96
Tábuas de pinus p/construção	m ²	15,19	15,01	14,48	14,67	14,63	15,12	14,42
Tela de arame (malha 4)	m ²	5,53	5,59	5,60	5,71	5,14	5,24	5,79
Telha de amianto 4mm 2,44/0.50	unidade	6,58	6,47	6,41	6,46	6,67	6,73	7,01
Telha francesa de 1ª	milheiro	586,23	606,83	612,52	605,08	608,57	636,87	747,96
Tijolo de 6 furos (médio)	milheiro	257,70	263,54	283,18	292,83	306,53	311,82	362,82
Tijolo maciço	milheiro	255,11	264,66	270,43	271,59	283,79	298,70	330,27
Mudas								
Alface	cento	2,80	3,00	6,50	6,50	4,50	4,75	...
Muda de erva-mate	unidade	0,28	0,27	0,35	0,36	0,42	0,42	0,43
Muda de eucaliptus	unidade	0,18	0,18	0,18	0,19	0,19	0,19	0,20
Muda de palmeira real	unidade	0,22	0,27	0,25	0,24	0,23	0,22	0,23
Muda de palmito jussara	unidade	0,22	0,27	0,25	0,24	0,23	0,22	0,23
Muda de pinus	unidade	0,19	0,20	0,20	0,21	0,21	0,21	0,21
Muda frutífera banana (meristema)	milheiro	1.400,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	...
Muda frutífera banana (rizoma)	cento	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00	...
Muda frutífera citrus	unidade	5,21	5,04	5,07	5,06	4,72	4,83	4,98
Muda frutífera frutas de caroço	unidade	4,99	4,77	4,74	4,89	5,08	5,00	4,41
Muda frutífera maçã	unidade	4,48	4,26	4,41	4,71	4,17	4,08	4,56
Muda frutífera maracujá	cento
Muda frutífera pêra	unidade	5,01	4,75	4,76	4,81	5,17	4,98	4,89
Muda frutífera uva	unidade	4,61	4,74	4,74	4,81	5,20	5,01	4,97
Muda hortaliça alface	cento	6,28	6,20	5,05	5,14	5,45

(Continua)

Preços agrícolas

(Continuação)

Produto	Unidade	(R\$)						
		Fev./07	Mai/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai/08	Ago./08
Mudas								
Muda hortaliça couve flor	cento	5,50	5,00	8,00	6,50	8,00	9,00	6,63
Muda hortaliça pimentão	cento	12,00	12,00	8,00	6,50	10,25	15,88	9,25
Muda hortaliça repolho	cento	5,25	5,25	8,00	6,50	6,00	5,50	7,00
Muda hortaliça tomate longa vida	cento	27,37	28,50	31,25	29,75	23,25	21,33	22,00
Máquinas e equipamentos								
Arado de tração animal	unidade	581,83	620,00
Arado 3 discos (reversível)	unidade	5.488,46	5.471,77	5.627,47	5.699,34	5.467,14	5.868,38	6.855,53
Balança 100kg	unidade	312,50	314,20	317,75	321,38	329,25
Batedor cereais vencedor 380	unidade	5.416,94	5.383,05	5.742,75	5.711,18	5.859,67	5.985,67	6.678,53
Carreta 1 eixo 3-4t p/trator	unidade	2.973,41	3.080,38	3.100,17	3.159,86	3.172,12	3.440,20	3.549,67
Carreta 2 eixos 4-5t p/trator	unidade	4.201,23	4.564,24	4.366,55	4.528,20	4.745,23	4.686,03	5.383,77
Carreta microtrator 1t simples	unidade	1.814,40	1.856,90	1.859,76	1.862,14	2.053,89	2.136,48	2.307,67
Carreta microtrator 1t traçada	unidade	7.064,05	7.173,50	8.051,50	8.088,50	7.815,50	8.179,33	8.332,50
Carroça de 60 arrosas/tração animal	unidade	1.218,33	1.218,33	1.302,50	1.332,00	1.369,33	1.179,67	1.383,33
Colheitadeira p/milho 1l/junior graneleira	unidade	19.596,39	19.410,83	18.896,94	19.227,00	20.097,92	20.823,72	23.189,70
Colheitadeira automotriz John Deere 1175 roda	unidade	350.000,00	374.000,00	348.350,00	359.633,33	354.083,33
Colheitadeira automotriz John Deere 1165 roda	unidade	291.592,00	287.081,00	287.398,33	317.925,00	327.233,33	335.086,67	344.700,00
Colheitadeira automotriz NH tc 55 r 15 pés	unidade	305.628,57	298.833,33	323.333,33	307.225,00	344.766,67	345.453,33	357.500,00
Colheitadeira automotriz MF 5650 esteira	unidade	326.500,00	326.666,66	329.000,00	333.470,00	339.366,67	341.216,67	312.000,00
Colheitadeira automotriz MF 5650 roda	unidade	277.071,42	287.842,85	292.666,66	300.550,00	300.033,33	304.172,22	324.175,00
Colheitadeira automotriz NH tc 55 esteira	unidade	313.000,00	328.666,66	328.333,33	329.900,00	375.900,00	367.850,00	358.250,00
Colheitadeira forrageira/Pecus 9004	unidade	12.476,66	10.906,59	12.911,11	12.938,61	13.293,60	13.556,12	14.939,35
Desintegrador estacionário noqueira n.1	unidade	1.144,46	1.331,25
Desintegrador Nogueira n.2	unidade	1.386,79	1.428,60	1.448,79	1.466,82	1.462,99	1.502,62	1.666,67
Distribuidor calcário 5000 kg c/pneu	unidade	14.046,54	14.467,50	14.345,59	14.318,04	14.374,75	15.026,74	16.771,80
Distribuidor ureia 600kg polítileno	unidade	2.288,28	2.100,06	2.150,09	2.139,00	2.194,11	2.277,63	2.495,87
Distribuidor esterco 4.000L	unidade	11.583,25	11.634,43	11.479,90	11.835,46	12.065,10	11.792,01	13.468,53
Eletrificador cerca	unidade	51,71	51,79	50,70	53,84	59,30	60,42	71,35
Ensiladeira Nogueira estacionária EN12	unidade	2.962,73	3.007,14	3.057,58	3.089,19	3.192,67	3.320,22	3.379,98
Enxada rotativa Lavrare 2,5m	unidade	9.693,17	10.589,35	10.519,03	10.437,84	10.454,25	10.877,15	11.960,17
Enxada rotativa Lavrale 1,25 metros	unidade	6.882,19	7.287,38	7.589,73	7.576,83	7.309,23	7.566,73	8.061,25
Grade tração animal	unidade	1.337,63	1.350,00
Grade 24 discos 18' (hidráulica)	unidade	3.481,52	3.504,20	3.915,03	3.952,88	4.087,31	4.214,55	4.871,95
Grade aradora 14 discos 26	unidade	9.633,67	9.597,41	10.661,41	10.840,63	10.751,42	11.600,75	13.091,83
Grade niveladora 36disc 20 arrasto	unidade	7.768,89	7.991,41	7.928,92	7.896,24	7.712,35	8.120,93	9.479,83
Microtrator Yanmar TC 14 (14cv)	unidade	17.873,59	18.299,25	18.950,80	19.321,40	20.131,40	20.879,68	21.650,00
Misturador ração 1000 kg c/motor 3HP	unidade	3.669,83	3.388,50	3.363,00	3.389,00	3.478,48	3.588,37	3.708,88
Motobomba 3/4 HP (externa)	unidade	371,37	367,95	408,20	408,60	401,29	416,62	435,89
Motor elétrico 1 HP monofásico	unidade	384,25	445,17
Motor elétrico bifásico 7,5 cv alta rotação	unidade	1.562,05	1.585,25	1.604,26	1.616,37	1.653,75	1.725,06	1.812,37
Motor elétrico trifásico 7,5 cv alta rotação	unidade	768,38	762,80	776,35	776,85	768,42	780,45	876,88
Motor elétrico trifásico 5,0 HP alta rotação	unidade	642,33	655,58
Motor elétrico trifásico 2,5 HP alta rotação	unidade	429,46	444,98
Motoserra média	unidade	2.114,43	2.126,00	1.696,79	1.690,08	1.836,93	1.800,82	1.816,17
Ordenhadeira 2 baldes	unidade	3.933,71	3.950,00	4.180,47	4.120,99	3.959,16	3.906,18	3.915,73
Ordenhadeira balde ao pé com um conjunto	unidade	2.630,33	2.840,13
Ordenhadeira balde ao pé com quatro conjuntos	unidade	5.369,27	5.591,67
Plantadeira 2l plantio direto	unidade	9.445,11	9.570,00	9.424,38	9.455,36	10.134,31	10.341,86	11.130,86
Plantadeira 5L plantio direto	unidade	16.613,86	17.023,11	18.694,95	18.236,63	17.651,45	19.563,29	21.009,58
Plantadeira 10L plantio direto	unidade	57.429,99	59.350,83	60.064,00	57.195,83	64.166,67	66.260,42	71.459,38
Plantadeira 1L tração animal plantio direto	unidade	1.012,50	994,37	965,90	961,33	965,21	905,51	1.044,08
plataforma p/colheitadeira milho 4 linhas	unidade	45.540,62	45.865,41	45.790,83	46.275,00	47.668,89	50.218,24	51.216,67

(Continua)

(Continuação)

(R\$)

Produto	Unidade	Fev./07	Mai/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai/08	Ago./08
Máquinas e equipamentos								
Prensa de cana - modelo 4	unidade	1.183,20	1.183,20	1.247,59	1.249,60	1.312,92	1.358,98	1.125,00
Pulverizador PJ 600L	unidade	8.372,50	8.229,97	9.091,70	9.027,96	9.070,67	9.634,64	9.572,11
Pulverizador bananeiro af 427	unidade	12.028,00	11.756,00	11.578,00	11.439,67	11.532,17	11.454,39	11.475,00
Pulverizador costal manual 20L	unidade	164,68	163,64	161,63	165,06	175,93	176,17	181,94
Pulverizador microtrator c/barra c/depósito	unidade	3.755,40	3.455,80	3.583,90	3.629,90	3.801,31	3.834,73	4.105,83
Pulverizador tracção animal 200L	unidade	2.354,00	2.335,66	2.345,50	2.396,06	2.177,24	2.133,83	2.354,75
Pulverizador tracção humana 40L	unidade	1.188,33	1.282,50	1.295,00	1.555,00	1.435,00	1.442,50	1.480,00
Resfriador de leite granel 1000L	unidade	12.325,86	12.538,35	11.985,64	12.119,68	13.002,42
Resfriador de leite granel 300L	unidade	7.232,33	7.053,06	7.348,86	7.437,40	7.344,00	7.624,94	7.939,40
Resfriador com tanque de expansão 780L	unidade	10.741,13	11.511,25
Resfriador com tanque de expansão 2.000L	unidade	18.533,50	21.066,11
Resfriador imersão 200L	unidade	1.941,58	1.979,25
Resfriador imersão 300L	unidade	2.323,75	2.340,00
Roçadeira costal motorizada	unidade	1.851,16	1.816,37	1.792,81	1.802,84	1.801,69	1.808,67	1.812,85
Roçadeira p/trator 1,80m	unidade	4.888,04	4.855,73	5.129,88	5.124,03	5.255,69	5.362,78	5.748,31
Rotativa + encanteirador p/trator	unidade	8.355,55	8.256,25	8.412,50	8.438,33	8.610,00	9.037,25	9.775,00
Máquinas e equipamentos								
Saraquá inox c/cx adubo	unidade	69,00	70,58	70,58	69,78	70,55	75,27	79,52
Saraquá lata s/cx adubo	unidade	48,25	50,01	52,64	53,23	50,98	54,30	62,09
Sistema irrigação p/microtrator (capac. 4-5 ha)	unidade	5.500,00	5.125,00	5.270,00	5.220,00	5.046,50
Sistema irrigação p/trator (capacidade 7-8 ha)	unidade	10.601,00	10.705,66	11.700,00	12.450,00	13.895,00	14.011,67	13.715,00
Subsolador com 5 astes (fixo)	unidade	2.346,92	2.500,89	2.507,77	2.531,26	2.722,53	2.869,39	3.086,27
Trator agrale 4230 (30 cv) 4x4	unidade	46.775,00	46.950,00	47.816,66	47.916,67	49.566,67	49.905,56	45.450,00
Trator MF 250 (51 cv) 4x4	unidade	65.084,57	65.568,85	64.314,57	63.779,29	62.447,00	63.999,00	63.916,67
Trator MF 265 (65 cv) 4x4	unidade	84.740,00	85.315,57	83.922,71	82.090,71	80.248,33	82.582,56	85.820,00
Trator MF 275 (75 cv) 4x4	unidade	91.771,42	91.234,28	92.167,14	89.452,86	89.666,67	92.024,44	95.420,00
Trator MF290 (85 cv) 4x4	unidade	101.367,85	100.512,85	101.981,42	99.452,86	99.575,00	100.857,50	104.080,00
Trator New Holland (103 cv) 4x4	unidade	114.671,42	115.666,66	117.000,00	115.666,67	115.460,00	116.210,00	116.535,00
Trator New Holland (64 cv) 4x4	unidade	80.650,00	81.600,00	85.200,00	84.616,67	84.960,00	84.493,33	85.550,00
Trator New Holland (78 cv) 4x4	unidade	93.571,42	95.000,00	96.000,00	96.583,33	95.320,00	95.986,67	99.038,75
Trator Valtra 1280 (128 cv) 4x4	unidade	144.857,23	143.106,95	149.633,00	152.072,86	151.725,00	153.387,50	161.320,00
Trator Valtra 685 (65 cv) 4x4	unidade	73.632,85	74.590,47	73.990,81	74.623,81	74.643,50	74.084,08	79.566,00
Trator Valtra 785 (75 cv) 4x4	unidade	83.106,00	81.473,61	81.443,33	81.876,19	80.476,67	81.766,11	87.270,00
Trator Valtra bm100 (100 cv) 4x4	unidade	110.107,14	108.783,33	110.639,04	111.104,76	110.550,00	112.100,00	119.620,00
Trator Yanmar 1155 (55 cv) 4x4	unidade	67.400,00	67.800,00	66.975,00	66.975,00	64.462,50	64.614,38	65.498,75
Trator John Deere 5605 (75 cv) 4x4	unidade	92.700,00	95.421,40	91.160,00	91.560,00	90.275,00	92.518,75	102.483,33
Preço de terra nua e de arrendamento								
Arrendamento de terra - arroz irrigado	ha	1.144,41	1.230,25	1.254,50	1.263,63	1.725,50
Arrendamento de terra - milho	ha	290,58	387,04	437,00	510,67	471,67
Arrendamento de terra - pastagem	R\$/cab/mês	14,87	15,39	15,93	15,08	16,41
Arrendamento de terra - soja	ha	280,83	319,17	386,00	421,11	427,67
Arrendamento de terra - trigo	ha	181,89	192,33	212,00	239,56	200,67
Terra campo nativo/reflorestamento	ha	3.677,62	4.014,51	4.010,25	4.036,83	4.042,10	4.196,30	4.214,94
Terra de primeira	ha	14.259,69	14.475,82	14.700,79	14.696,38	15.319,67	14.194,56	16.716,83
Terra de segunda	ha	6.494,79	6.645,45	6.607,29	7.537,46	7.257,10	7.537,40	7.326,89
Terra de várzea não sistematizada	ha	20.000,00	19.154,25	19.162,58	21.375,00	21.458,33	21.611,67	24.883,33
Terra de várzea sistematizada	ha	27.875,00	26.587,91	26.596,25	30.208,33	29.208,33	29.401,67	31.433,33

(Continua)

Preços agrícolas

(Continuação)

(R\$)

Produto	Unidade	Fev./07	Mai/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai/08	Ago./08
Produtos veterinários, detergentes e desinfetantes								
Ade injetável	10ml	4,56	4,59	3,77	3,68	4,03	3,74	4,68
Agroplus	50ml	19,41	18,30	19,12	19,43	18,67
Agrovet 5000000 ui	15ml	11,56	11,18	11,63	11,72	12,51	12,79	12,45
Agrovet plus	frasco 25ml	13,77	14,89
Aminovit stimovit (soro)	500ml	11,13	11,39	12,67	12,37	13,14	14,18	12,06
Anamastite (bisnaga)	10ml	4,71	4,78	4,36	4,32	5,17	5,22	4,85
Azium	10ml	9,78	9,51	9,40	9,40	9,59	9,71	9,83
Butox pour-on	L	28,06	27,43	26,66	27,26	27,73	28,03	25,77
Cálcio injetável	200ml	7,61	7,38	8,32	8,32	8,51	9,25	8,42
Cálcio injetável (calfomag)	200ml	5,47	6,83	6,92	8,70	8,09
Calminex	100g	14,67	15,17	15,33	15,28	15,98	16,28	16,26
Ciosin	2ml	16,02	15,76	15,45	15,64	15,72
Creolina pearson	500ml	11,96	11,93	12,17	12,06	12,66	13,08	12,75
D - 500	50ml	9,81	9,47	9,49	9,17	9,37	9,88	9,04
Desinfetante ortozol	L	29,17	30,17	36,95	34,90	33,65	34,04	33,54
Desinfetante alcalino	L	12,42	7,82
Desinfetante ácido	L	13,85	7,96
Detergente p/ordenhadeira (alcalino)	5L	20,93	23,17	24,27	20,91	25,97
Detergente p/piso (neuro)	5L	21,11	21,30	20,27	17,43	18,89
Dose de sêmem	palheta	12,85	11,00	12,60	12,64	13,83	17,11	16,40
Ektoban	100ml	12,00	11,75	11,65	10,89	10,41	14,03	12,40
Elantik Pour-on	L	15,00	12,18
Exame brucelose	unidade	2,93	2,90	3,00	3,00	2,67	2,89	3,00
Exame tuberculose	unidade	2,93	2,90	3,00	3,00	2,67	2,89	3,00
Ferro injetável	50ml	6,17	5,91	5,48	5,84	6,41	6,70	6,39
Ganaseg solução	30ml	25,15	23,99	24,46	24,14	25,33	25,89	25,41
Imisol injetável	15ml	33,05	33,33	33,44	32,89	34,26	35,28	36,22
Iodo glicerinado	200ml	9,84	9,52	10,19	9,82	10,44	9,93	11,30
Landic	20ml	10,30	10,06	10,16	10,43	11,02	11,26	11,26
Produtos veterinários, detergentes e desinfetantes								
Mastergold	L	5,25
Mastifim	bisnaga 10ml	4,24	4,36
Mastifin vs	10ml	5,35	5,23	5,69	5,94	5,68
Mata bicheira	500ml	4,67	4,52	4,50	4,36	4,68	4,65	4,74
Mercepton	100ml	11,88	12,31	12,12	11,99	12,51	12,82	12,58
Modificador orgânico - bravet	100ml	6,60	6,65	7,14	7,13	7,39
Neguvon	150g	22,75	23,26	23,62	23,90	24,92	26,18	24,99
Neguvon + assunto	500g	64,02	63,09	59,17	59,97	63,36	68,99	66,21
Ocitocina	10ml	2,90	2,72	2,46	2,74	2,77	3,24	3,29
Pencivet plus	15ml	11,90	11,90	11,91	12,88	12,80	13,07	12,72
Pentabiótico (ampola+diluyente)	7ml	8,04	7,90	9,92	8,62	8,70	8,99	8,64
Perical b12	100ml	7,31	7,13	7,45	7,92	7,90
Sarnicida (neocidol)	100ml	20,38	19,43	20,26	20,22	19,95	19,55	19,84
Solutetra injetável	20ml	5,42	4,87	4,83	4,86	4,94	5,39	5,36
Terramicina 1ª (injetável)	20ml	6,80	6,35	6,57	6,62	7,18	7,25	6,60
Terramicina injetável L A	frasco 50ml	13,72	13,81
Tetraciclina	50ml	13,78	13,64	12,34	12,51	12,99
Triatox cooper	200ml	14,17	14,14	14,28	14,33	14,79	14,87	15,41
Tribissem	15ml	7,48	7,28	7,18	7,11	7,59	7,57	8,04
Vacina anti-rábica raivac	25 doses	14,31	14,29	15,77	15,56	15,72	14,32	15,23
Vacina carbúnculo sintomático	50ml	13,02	10,57	10,61	10,54	10,68	11,03	9,92
Vacina IBR	dose	7,04	6,85	6,53	6,27	6,78	6,63	7,40
Vacina leptospirose (bovinos)	dose	1,06	1,05	1,04	1,05	1,08	1,06	1,06

(Continua)

Preços agrícolas

(Continuação)

(R\$)

Produto	Unidade	Fev./07	Mai/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai/08	Ago./08
Produtos veterinários, detergentes e desinfetantes								
Vacina p/pneumonia-ingeovac	100ml	65,17	54,34	60,77	62,33	62,05	62,82	68,50
Vacina p/renite art	50ml	60,76	62,08	39,02	53,11	37,80	38,40	46,75
Vacina p/diarréia (porcilis/colis)	50ml	59,21	59,21	51,29	50,62	50,52	53,63	55,13
Vacina p/renite (reni-fat)-rhodia	20ml	43,70	36,80	37,55	47,18	41,90	41,43	42,15
Vacina paratifo dos leitões	50ml	10,38	10,07	7,90	8,37	9,40	9,85	9,95
Vacina parvirose (parvo-pro)	30ml	28,32	29,89	30,76	31,04	37,73	35,96	37,25
Vermífugo dectomax	50ml	18,25	17,93	18,08	18,09	18,09	18,26	17,78
Vermífugo ivomec (injetável)	50ml	17,22	16,90	17,31	17,35	17,74	17,76	16,97
Vermífugo panacur p/bovino 9%	25g	4,21	4,22	4,32	4,38	4,41	4,52	4,70
Vermífugo proverme	28g	1,85	1,79	1,84	1,86	2,00	2,11	2,09
Vermífugo ripercol I	100ml	9,26	9,04	9,08	9,01	9,51	9,89	9,33
Vermífugo albendathor	200ml	7,27	7,31	7,98	8,22	8,36
Vermífugo p/suíno adulto (panacur)	pct 10g	1,87	1,86	1,70	1,71	2,06	2,16	2,29
Vermífugo ripercol oral	L	34,27	34,52	34,28	33,87	34,81
vetalgin (novalgina)	50ml	21,91	21,97	21,77	21,82	22,00	23,31	23,04
vitagold potenciado	50ml	5,29	5,23	5,23	5,38	5,51	5,92	6,05
Sementes								
Abóbora menina	100g	12,352	12,928	12,57	12,36	12,27	12,02	13,56
Abóbora moranga comum	500g	49,355	48,945	44,85	47,75	44,99	46,74	51,10
Abóbora moranga tetsukabuto	500g	378,355	371,165	367,07	320,69	322,00	334,88	306,18
Abobrinha caserta	250g	27,24	26,29	20,24	21,43	22,79	23,12	23,68
Alface	100g	19,04	16,29	20,05	17,70	18,83	20,64	22,71
Alfafa	kg	24,75	26,48	27,42	26,58	26,33	26,04	27,28
Alho nobre	kg
Arroz irrigado	sc 40kg	40,25	41,83	43,49	43,38	43,54	51,04	50,00
Aveia preta	kg	0,95	0,92	0,79	0,81	0,93	0,86	0,68
Azevem anual	kg	1,10	1,11	0,96	1,03	1,04	1,87	1,84
Batata certificada cx 30kg	cx 30kg	45,23	41,31	47,73	50,90	46,51	45,84	48,99
Beterraba	250g	23,3775	22,865	28,01	34,35	22,72	28,18	26,71
Canola	kg
Capim brizanta	kg	5,98	6,29	5,99	5,86	6,06	6,59	6,53
Capim elefante	kg	1,50
Capim mombaça	kg	9,12	11,25	10,25	9,75	10,32
Capim sudão	kg	2,85	2,51	1,99	1,81	1,76	1,65	1,65
Capim tanzânia	kg	8,38	7,45	7,87	8,58	10,02	8,90	9,45
Cebola crioula	500g	98,65	87,28	80,97	84,87	93,82	86,92	107,58
Cebola precoce	500g	85	62,94	44,75	58,00	63,00	61,50	92,83
Cenoura	500g	48,53	47,475	59,59	56,65	52,71	51,04	56,12
Cevada	kg
Cornichão	kg	19,14	17,07	16,59	16,43	17,69	17,69	20,26
Couve-flor (comum)	1.000 sementes	95,08	138,25	136,79	129,45	115,77

(Continua)

Preços agrícolas

(Continuação)

(R\$)

Produto	Unidade	Fev./07	Mai/07	Ago./07	Nov./07	Fev./08	Mai/08	Ago./08
Sementes								
Ervilhaca	kg	1,39	1,26	1,20	1,24	1,55	2,10	2,72
Feijão carioca	kg	2,80	2,88	2,80	2,89	8,00
Feijão preto	kg	3,01	2,78	2,68	2,71	3,35	3,35	5,85
Feijão vagem	kg	30,18	30,40	25,27	25,02	25,57	27,51	28,25
Girasol	kg	2,60	2,65	2,92	3,22
Melância	500g	67,28	70,27	60,93	65,26	67,21	67,79	71,65
Milheto	kg	0,74	0,66	0,82	1,47	1,98	1,99	2,17
Milho híbrido duplo	sc 60.000 sementes	99,96	121,33	102,32	98,37	109,48	103,46	112,78
Milho híbrido simples	sc 60.000 sementes	193,55	201,33	206,09	199,20	197,99	186,75	203,64
Milho híbrido triplo	sc 60.000 sementes	144,12	113,73	133,53	129,92	134,50	126,43	156,14
Mucuna (preta)	kg	4,37	3,90	3,70	3,83	3,89	3,89	4,03
Nabo forrageiro	kg	1,37	1,33	1,25	1,30	1,48	1,80	2,26
Pensacola (comum)	kg	15,16	14,40	14,39	15,51	13,30	12,76	13,33
Pepino conserva	3.000 sementes	80,66	100,41	80,65	76,75	74,18
Pepino salada	3.000 sementes	63,53	52,74	57,06	60,94	65,71
Pimentão	1.000 sementes	102,75	121,59	119,13	124,11	134,06
Repolho (híbrido)	20.000 sementes	141,33	138,38	159,55	175,71	168,22
Soja	sc 50kg	45,37	42,50	51,25	56,35	77,49
Sorgo forrageiro	kg	8,41	7,84	8,90	9,11	10,08	9,80	9,42
Teosinto	kg	2,23	1,99	2,39	2,39	2,45
Tomate longa vida	1000 sementes	250,59	244,74	249,05	241,34	245,75	257,10	251,20
Trevo (branco)	kg	23,67	21,68	21,07	20,87	21,63	21,60	21,98
Trevo vermelho	kg	19,53	17,67	17,73	17,54	18,22	17,73	18,96
Trigo	sc 50kg	...	40,00	42,91	67,25	67,25
Triticale	sc 50kg	...	42,19	38,00
Serviços								
Colheita automotriz - arroz	sc 50kg	2,17	2,20	2,28	2,52	2,74
Colheita automotriz - feijão	sc 60kg	2,50	2,51	9,80
Colheita automotriz - milho	sc 60kg	10,00	10,00	1,54
Colheita automotriz - soja	sc 60kg
Custo coop/limp./sec. grãos	sc	1,09	1,24	1,24	1,39	1,51	1,43	1,43
Diária de pedreiro (autonomo)	unidade	64,72	66,37	70,85	73,96	74,83	76,76	81,97
Diária de servente pedreiro	unidade	37,39	38,59	39,48	41,21	42,57	43,51	43,28
Diária junta bois c/pulveriz.	dia
Diária trabalhador rural	unidade	33,49	33,56	35,26	35,78	39,83	43,26	40,96
Escavadeira hidráulica	hora	90,00	87,50	85,00	112,50	115,00	106,50	146,83
Frete (1) 100 km	t	28,22	28,26	24,43	25,71	28,43	31,04	29,71
Frete (2) 500 km	t	68,43	68,45	66,29	67,17	71,33	75,93	74,52
Frete (3) 1000 km	t	129,24	130,39	122,39	123,40	129,06	140,42	136,36
Hora microtrator	h	33,75	33,62	35,75	37,81	38,73	41,25	41,83
Hora retro escavadeira	h	81,78	82,35	86,54	88,33	90,56	92,84	96,70
Hora trator esteiras médio (terrapl)	h	121,18	125,33	136,78	142,62	137,89	140,90	145,70
Hora trator pneu médio aração	h	66,78	65,71	69,85	73,21	76,67	78,42	78,75
Hora trator pneu médio (espalhar esterno suínos)	hora	65,00	66,25
Inseminação artificial bovinos	unidade	19,91	19,50	19,25	19,00	18,88	19,05	19,88
Pulverização com avião	ha	76,16	74,91	71,28	70,04	70,04	71,71	77,50
Salário tratorista	mês	755,47	758,19	788,45	962,86	823,67	857,56	856,80
Serviço automotriz (média)	R\$/hora	212,50	208,13	200,83	215,17	251,00	251,92	252,50
Trilhagem de feijão	sc 60kg	3,18	3,19	3,59	3,68	5,18	5,92	5,45
Trilhagem de milho	sc 60kg	1,71	1,59	1,65	1,74	1,84	1,83	1,94

Fonte: Epagri/Cepa.

**Divisão territorial do Estado de Santa Catarina,
com indicação das Mesorregiões,
Microrregiões Geográficas e Municípios**

Mesorregião Oeste Catarinense	(Continuação)
MRG São Miguel do Oeste	MRG Chapecó
Anchieta	Guatambu
Bandeirante	Iraceminha
Barra Bonita	Irati
Belmonte	Jardinópolis
Descanso	Maravilha
Dionísio Cerqueira	Modelo
Guaraciaba	Nova Erechim
Guarujá do Sul	Nova Itaberaba
Iporã do Oeste	Novo Horizonte
Itapiranga	Palmitos
Mondai	Pinhalzinho
Palma Sola	Planalto Alegre
Paraíso	Quilombo
Princesa	Saltinho
Riqueza	Santa Terezinha do Progresso
Romelândia	Santiago do Sul
Santa Helena	São Bernardino
São João do Oeste	São Carlos
São José do Cedro	São Lourenço do Oeste
São Miguel do Oeste	São Miguel da Boa Vista
Tunápolis	Saudades
MRG Chapecó	Serra Alta
Águas de Chapecó	Sul Brasil
Águas Frias	Tigrinhos
Bom Jesus do Oeste	União do Oeste
Caibi	MRG Xanxerê
Campo Erê	Abelardo Luz
Caxambú do Sul	Bom Jesus
Chapecó	Coronel Martins
Cordilheira Alta	Entre Rios
Coronel Freitas	Faxinal dos Guedes
Cunha Porã	Galvão
Cunhataí	Ipuaçu
Flor do Sertão	Jupiá
Formosa do Sul	Lajeado Grande

(Continua)

(Continua)

(Continuação)

MRG Xanxerê

Marema
Ouro Verde
Passos Maia
Ponte Serrada
São Domingos
Vargeão
Xanxerê
Xaxim

MRG Joaçaba

Água Doce
Arroio Trinta
Caçador
Calmon
Capinzal
Catanduvas
Erval Velho
Fraiburgo
Herval do Oeste
Ibiam
Ibicare
Iomerê
Jaborá
Joaçaba
Lacerdópolis
Lebon Régis
Luzerna
Macieira
Matos Costa
OuroPinheiro Preto
Rio das Antas
Salto Veloso
Tangará
Treze Tilias
Vargem Bonita
Videira

MRG Concórdia

Alto bela Vista
Arabutã
Arvoredo
Concórdia
Ipira
Ipumirim
Irani
Itá
Lindóia do Sul
Paial
Peritiba
Piratuba
Presidente Castelo Branco
Seara
Xavantina

(Continua)

(Continuação)

Mesorregião Norte Catarinense

MRG Canoinhas

Bela Vista do Toldo
Canoinhas
Irineópolis
Itaiópolis
Mafra
Major Vieira
Monte Castelo
Papanduva
Porto União
Santa Terezinha
Timbó Grande
Três Barras

MRG São Bento do Sul

Campo Alegre
Rio Negrinho
São Bento do Sul

MRG Joinville

Araquari
Balneário Barra do Sul
Corupá
Garuva
Guaramirim
Itapoá
Jaraguá do Sul
Joinville
Massaranduba
São Francisco do Sul
Schroeder

Mesorregião Serrana

MRG Curitibaanos

Abdon Batista
Brunópolis
Campos Novos
Curitibaanos
Frei Rogério
Monte Carlo
Ponte Alta
Ponte Alta do Norte
Santa Cecília
São Cristovão do Sul
Vargem
Zortéa

(Continua)

(Continuação)

MRG Campos de Lages

Anita Garibaldi
Bocaina do Sul
Bom Jardim da Serra
Bom Retiro
Campo Belo do Sul
Capão Alto
Celso Ramos
Cerro Negro
Correia Pinto
Lages
Otacílio Costa
Painel
Palmeira
Rio Rufino
São Joaquim
São José do Cerrito
Urubici
Urupema

Mesorregião Vale do Itajaí

MRG Rio do Sul

Agronômica
Aurora
Braço do Trombudo
Doma Emma
Ibirama
José Boiteux
Laurentino
Lontras
Mirim Doce
Pouso Redondo
Presidente Getúlio
Presidente Nereu
Rio do Campo
Rio do Oeste
Rio do Sul
Salete
Taió
Trombudo Central
Vitor Meireles
Witmarsum

MRG Blumenau

Apiuna
Ascurra
Benedito Novo
Blumenau
Botuverá
Brusque
Doutor Pedrinho
Gaspar

(Continua)

(Continuação)

MRG Blumenau

Guabiruba
Indaial
Luiz Alves
Pomerode
Rio dos Cedros
Rodeio
Timbó

MRG Itajaí

Balneário Camboriú
Barra Velha
Bombinhas
Camboriú
Ilhota
Itajaí
Itapema
Navegantes
Penha
Piçarras
Porto Belo
São João do Itaperiú

MRG Ituporanga

Agrolândia
Atalanta
Chapadão do Lajeado
Imbuia
Ituporanga
Petrolândia
Vidal Ramos

Mesorregião Grande Florianópolis

MRG Tijucas

Angelina
Canelinha
Leoberto Leal
Major Gercino
Nova Trento
São João Batista
Tijucas

MRG Florianópolis

Antônio Carlos
Biguaçu
Florianópolis
Governador Celso Ramos
Palhoça
Paulo Lopes
Santo Amaro da Imperatriz
São José
São Pedro de Alcântara

(Continua)

(Continuação)

MRG Tabuleiro

Águas Mornas
Alfredo Wagner
Anitápolis
Rancho Queimado
São Bonifácio

Mesorregião Sul Catarinense

MRG Tubarão

Armazém
Braço do Norte
Capivari de Baixo
Garopaba
Grão Pará
Gravatal
Imaruí
Imbituba
Jaguaruna
Laguna
Orleans
Pedras Grandes
Rio Fortuna
Sangão
Santa Rosa de Lima
São Ludgero
São Martinho
Treze de Maio
Tubarão

(Continua)

(Continuação)

MRG Criciúma

Cocal do Sul
Criciúma
Forquilha
Içara
Lauro Müller
Morro da Fumaça
Nova Veneza
Siderópolis
Treviso
Urussanga

MRG Araranguá

Araranguá
Balneário Arroio do Silva
Balneário Gaivota
Ermo
Jacinto Machado
Maracajá
Meleiro
Morro Grande
Passo de Torres
Praia Grande
Santa Rosa do Sul
São João do Sul
Sombrio
Timbé do Sul
Turvo

Fonte: IBGE.

Divisão territorial do Estado de Santa Catarina, segundo as Secretarias de Desenvolvimento Rural

Araranguá	Araranguá Balneário Arroio do Silva Balneário Gaivota Ermo Jacinto Machado Maracajá Meleiro Morro Grande Passo de Torres Praia Grande Santa Rosa do Sul São João do Sul Sombrio Timbé do Sul Turvo	Campos Novos	Abdon Batista Brunópolis Campos Novos Celso Ramos Ibiam Monte Carlo Vargem Zortéa
Blumenau	Benedito Novo Blumenau Doutor Pedrinho Gaspar Indaial Pomerode Rio dos Cedros Rodeio Timbó	Canoinhas	Bela Vista do Toldo Canoinhas Irineópolis Major Vieira Porto União Três Barras
Brusque	Botuverá Brusque Canelinha Guabiruba Major Gercino Nova Trento São João Batista Tijucas	Chapecó	Águas Frias Caxambú do Sul Chapecó Cordilheira Alta Coronel Freitas Guatambú Nova Erechim Nova Itaberaba Planalto Alegre Serra Alta Sul Brasil
Caçador	Caçador Calmon Lebon Régis Macieira Matos Costa Rio das Antas Timbó Grande	Concórdia	Alto Bela Vista Arabuta Arvoredo Concórdia Ipira Ipumirim Irani Itá Jaborá Lindóia do Sul Paial Peritiba Piratuba Presidente Castelo Branco Seara Xavantina

(Continua)

(Continua)

Anexo II

(Continuação)

Criciúma	Cocal do Sul Criciúma Forquilha Içara Lauro Müller Morro da Fumaça Nova Veneza Orleans Siderópolis Treviso Urussanga
Curitiba	Curitiba Frei Rogério Ponte Alta do Norte Santa Cecília São Cristóvão do Sul
Dionísio Cerqueira	Anchieta Dionísio Cerqueira Guarujá do Sul Palma Sola Princesa São José do Cedro
Grande Florianópolis	Agua Mornas Angelina Anitápolis Antônio Carlos Biguaçu Florianópolis Governador Celso Ramos Palhoça Rancho Queimado Santo Amaro da Imperatriz São Bonifácio São José São Pedro de Alcântara
Ibirama	Apiuna Ascurra Dona Emma Ibirama Jose Boiteux Lontras Presidente Getúlio Presidente Nereu Vitor Meireles Witmarsum

(Continua)

(Continuação)

Itajaí	Balneário Camboriú Bombinhas Camboriú Ilhota Itajaí Itapema Luiz Alves Navegantes Penha Piçarras Porto Belo
Ituporanga	Agrolândia Alfredo Wagner Atalanta Aurora Chapadão do Lajeado Imbuia Ituporanga Leoberto Leal Petrolândia Vidal Ramos
Jaraguá do Sul	Corupá Guaramirim Jaraguá do Sul Massaranduba Schroeder
Joaçaba	Água Doce Capinzal Catanduvas Erval Velho Herval do Oeste Ibicare Joaçaba Lacerdópolis Luzerna Ouro Treze Tílias Várgem Bonita
Joinville	Araquari Balneário Barra do Sul Barra Velha Garuva Itapoá Joinville São Francisco do Sul São João do Itaperiú

(Continua)

(Continuação)		(Continuação)	
Lages	Anita Garibaldi	Rio do Sul	Agrônômica
	Bocaina do Sul		Braço do Trombudo
	Campo Belo do Sul		Laurentino
	Capão Alto		Mirim Doce
	Cerro Negro		Pouso Redondo
	Correia Pinto		Rio do Campo
	Lages		Rio do Oeste
	Otacílio Costa		Rio do Sul
	Painel		Salete
	Palmeira		Santa Terezinha
	Ponte Alta		Taió
	São José do Cerrito		Trombudo Central
	Laguna		Garopaba
Imaruí		Bom Retiro	
Imbituba		Rio Rufino	
Jaguaruna		São Joaquim	
Laguna		Urubici	
Mafra	Paulo Lopes	São Lourenço do Oeste	Campo Erê
	Campo Alegre		Coronel Martins
	Itaiópolis		Formosa do Sul
	Mafra		Galvão
	Monte Castelo		Irati
	Papanduva		Jardinópolis
	Rio Negrinho		Jupia
São Bento do Sul	Novo Horizonte		
Maravilha	Bom Jesus do Oeste	São Miguel do Oeste	Quilombo
	Flor do Sertão		Santiago do Sul
	Iraceminha		São Bernardino
	Maravilha		São Lourenço do Oeste
	Modelo		União do Oeste
	Pinhalzinho		Bandeirante
	Romelândia		Barra Bonita
	Saltinho		Belmonte
	Santa Terezinha do Progresso		Descanso
	São Miguel da Boa Vista		Guaraciaba
	Saudades		Iporã do Oeste
Tigrinhos	Itapiranga		
Palmitos	Águas de Chapecó		Paraiso
	Caibi		Santa Helena
	Cunha Porã		São João do Oeste
	Cunhatai		São Miguel do Oeste
	Mondai		Tunápolis
	Palmitos		
	Riqueza		
	São Carlos		
Urupema			

(Continua)

(Continua)

Anexo II

(Continuação)

Tubarão

Armazém
Braço do Norte
Capivari de Baixo
Grão Pará
Gravatal
Pedras Grandes
Rio Fortuna
Sangão
Santa Rosa de Lima
São Ludgero
São Martinho
Treze de Maio
Tubarão

Videira

Arroio Trinta
Fraiburgo
Iomerê
Pinheiro Preto
Salto Veloso
Tangará
Videira

(Continua)

(Continuação)

Xanxerê

Abelardo Luz
Bom Jesus
Entre Rios
Faxinal dos Guedes
Ipuaçú
Lajeado Grande
Marema
Ouro Verde
Passos Maia
Ponte Serrada
São Domingos
Vargeão
Xanxerê
Xaxim

Fonte: Governo do Estado.

Associações de municípios do Estado de Santa Catarina

Associação dos municípios da região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS

Águas Mornas
Alfredo Wagner
Angelina
Anitápolis
Antônio Carlos
Biguaçu
Canelinha
Florianópolis
Garopaba
Governador Celso Ramos
Leoberto Leal
Major Gercino
Nova Trento
Palhoça
Paulo Lopes
Rancho Queimado
Santo Amaro da Imperatriz
São Bonifácio
São João Batista
São José
São Pedro de Alcântara
Tijucas

Associação dos municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

Balneário Camboriú
Balneário Piçarras
Bombinhas
Camboriú
Ilhota
Itajaí
Itapema
Luiz Alves
Navegantes
Penha
Porto Belo

Associação dos municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI

Apiúna
Ascurra
Benedito Novo
Blumenau
Botuverá
Brusque
Doutor Pedrinho
Gaspar
Guabiruba

(Continua)

(Continuação)

Associação dos municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI

Indaial
Pomerode
Rio dos Cedros
Rodeio
Timbó

Associação dos municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC

Araquari
Balneário Barra do Sul
Campo Alegre
Garuva
Itapoá
Joinville
Rio Negrinho
São Bento do Sul
São Francisco do Sul

Associação dos municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC

Águas de Chapecó
Águas Frias
Caxambu do Sul
Chapecó
Cordilheira Alta
Coronel Freitas
Formosa do Sul
Guatambú
Irati
Jardinópolis
Nova Erechim
Nova Itaberaba
Pinhalzinho
Planalto Alegre
Quilombo
Santiago do Sul
São Carlos
Serra Alta
Sul Brasil
União do Oeste

(Continua)

Anexo III

(Continuação)

Associação dos municípios da Região Carbonífera - AMREC

Cocal do Sul
Criciúma
Forquilha
Içara
Lauro Müller
Morro da Fumaça
Nova Veneza
Orleans
Siderópolis
Treviso
Urussanga

Associação dos municípios do alto Uruguai Catarinense - AMAUC

Alto Bela Vista
Arbutá
Arvoredo
Concórdia
Ipira
Ipumirim
Irani
Itá
Jaborá
Lindóia do Sul
Paial
Peritiba
Piratuba
Presidente Castelo Branco
Seara
Xavantina

Associação dos municípios da Região de Laguna - AMUREL

Armazém
Braço do Norte
Capivari de Baixo
Grão Pará
Gravatal
Imarú
Imbituba
Jaguaruna
Laguna
Pedras Grandes
Rio Fortuna
Sangão
Santa Rosa de Lima
São Ludgero
São Martinho
Treze de Maio
Tubarão

(Continua)

(Continuação)

Associação dos municípios da Região Serrana - AMURES

Anita Garibaldi
Bocaina do Sul
Bom Jardim da Serra
Bom Retiro
Campo Belo do Sul
Capão Alto
Cerro Negro
Correia Pinto
Lages
Otacílio Costa
Painel
Palmeira
Ponte Alta
Rio Rufino
São Joaquim
São José do Cerrito
Urubici
Urupema

Associação dos municípios do alto Vale do Rio do Peixe - AMARP

Arroio Trinta
Caçador
Calmon
Curitibanos
Fraiburgo
Frei Rogério
Ibiam
Iomerê
Lebon Régis
Macieira
Matos Costa
Pinheiro Preto
Ponte Alta do Norte
Rio das Antas
Salto Veloso
Santa Cecília
São Cristóvão do Sul
Timbó Grande
Videira

Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI

Agrolândia
Agronômica
Atalanta
Aurora
Braço do Trombudo
Chapadão do Lajeado
Dona Emma
Ibirama
Imbuia

(Continua)

(Continuação)

Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI

Ituporanga
José Boiteux
Laurentino
Lontras
Mirim Doce
Petrolândia
Pouso Redondo
Presidente Getúlio
Presidente Nereu
Rio do Campo
Rio do Oeste
Rio do Sul
Salete
Santa Terezinha
Taió
Trombudo Central
Vidal Ramos
Vitor Meireles
Witmarsum

Associação dos municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC

Água Doce
Capinzal
Catanduvas
Ervai Velho
Herval do Oeste
Joaçaba
Lacerdópolis
Luzerna
Ouro
Tangará
Treze Tílias
Vargem Bonita

Associação dos municípios do Extremo Oeste Catarinense - AMEOSC

Anchieta
Bandeirante
Barra Bonita
Belmonte
Descanso
Dionísio Cerqueira
Guaraciaba
Guarujá do Sul
Iporã do Oeste
Itapiranga
Mondai
Palma Sola
Paraíso

(Continua)

(Continuação)

Associação dos municípios do Extremo Oeste Catarinense - AMEOSC

Princesa
Santa Helena
São João do Oeste
São José do Cedro
São Miguel do Oeste
Tunápolis

Associação dos municípios do Alto Irani - AMAI

Abelardo Luz
Bom Jesus
Entre Rios
Faxinal dos Guedes
Ipuacu
Lajeado Grande
Marema
Ouro Verde
Passos Maia
Ponte Serrada
São Domingos
Vargeão
Xanxerê
Xaxim

Associação dos municípios do Vale do Itapocu - AMVALI

Barra Velha
Corupá
Guaramirim
Jaraguá do Sul
Massaranduba
São João do Itaperiú
Schroeder

Associação dos municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC

Araranguá
Balneário Arroio do Silva
Balneário Gaivota
Ermo
Jacinto Machado
Maracajá
Meleiro
Morro Grande
Passo de Torres
Praia Grande
Santa Rosa do Sul
São João do Sul
Sombrio
Timbé do Sul
Turvo

(Continua)

Anexo III

(Continuação)

Associação dos municípios da Região do Contestado - AMURC

Bela Vista do Toldo
Canoinhas
Irineópolis
Major Vieira
Porto União
Três Barras

Associação dos municípios do Entre Rios - AMERIOS

Bom Jesus do Oeste
Caibi
Cunha Porã
Cunhataí
Flor do Sertão
Iraceminha
Maravilha
Modelo
Palmitos
Riqueza
Romelândia
Saltinho
Santa Terezinha do Progresso
São Miguel da Boa Vista
Saudades
Tigrinhos

(Continua)

(Continuação)

Associação dos municípios do Noroeste Catarinense - AMNOROESTE

Campo Erê
Coronel Martins
Galvão
Jupia
Novo Horizonte
São Bernardino
São Lourenço do Oeste

Associação dos municípios do Planalto Sul Catarinense - AMPLASC

Abdon Batista
Brunópolis
Campos Novos
Celso Ramos
Monte Carlo
Vargem
Zortéa

Associação dos municípios do Planalto Norte Catarinense - AMPLANORTE

Bela Vista do Toldo
Canoinhas
Irineópolis
Itaiópolis
Mafra
Major Vieira
Monte Castelo
Papanduva
Porto União
Três Barras

Fonte: Fecam.

**Divisão territorial do Estado de Santa Catarina,
com indicação das regiões hidrográficas e municípios**

Região Hidrográfica	Bacia/Sub-Bacia Hidrográfica	Município
RH-1 Extremo Oeste	Rio Peperi-Guaçu	Bandeirante Barra Bonita Belmonte Dionísio Cerqueira Guaraciaba Guarujá do Sul Itapiranga Paraíso Princesa Santa Helena São João do Oeste São José do Cedro São Miguel do Oeste Tunápolis
	Rio das Antas	Anchieta Caibi Campo Erê Cunha Porã Descanso Flor do Sertão Iporã do Oeste Iraceminha Maravilha Mondai Palma Sola Palmitos Riqueza Romelândia Santa Terezinha Progresso São Miguel da Boa Vista Tigrinhos

(Continua)

Anexo IV

(Continuação)

Região Hidrográfica	Bacia/Sub-Bacia Hidrográfica	Município
RH-2 Meio Oeste	Rio Chapecó	Abelardo Luz Águas de Chapecó Águas Frias Bom Jesus do Oeste Caxambu do Sul Cordilheira Alta Coronel Freitas Coronel Martins Cunhataí Entre Rios Formosa do Sul Galvão Guatambu Ipuaçú Irati Jardinópolis Jupia Lajeado Grande Marema Modelo Nova Erechim Nova Itaberaba Novo Horizonte Ouro Verde Pinhalzinho Planalto Alegre Quilombo Saltinho Santiago do Sul São Bernadino São Carlos São Domingos São Lourenço do Oeste Saudades Serra Alta Sul Brasil União do Oeste
	Rio Irani	Arvoredo Bom Jesus Chapecó Faxinal dos Guedes Passos Maia Ponte Serrada Vargeão Xanxerê Xavantina Xaxim

(Continua)

(Continuação)

Região Hidrográfica	Bacia/Sub-Bacia Hidrográfica	Município
RH-3 Vale do Rio do Peixe	Rio do Peixe	Arroio Trinta Caçador Calmon Capinzal Erval Velho Fraiburgo Herval do Oeste Ibiam Ibicaré Iomerê Ipira Joaçaba Lacerdópolis Luzerna Macieira Ouro Peritiba Pinheiro Preto Piratuba Rio das Antas Salto Veloso Tangará Treze Tílias Videira
	Rio Jacutinga	Água Doce Alto Bela Vista Arabutã Catanduvas Concórdia Ipumirim Irani Itá Jaborá Lindóia do Sul Paial Presidente Castelo Branco Seara Vargem Bonita

(Continua)

Anexo IV

(Continuação)

Região Hidrográfica	Bacia/Sub-Bacia Hidrográfica	Município
RH-4 Planalto de Lages	Rio Canoas	Abdon Batista Anita Garibaldi Bocaina do Sul Bom Retiro Brunópolis Capão Alto Campo Belo do Sul Campos Novos Celso Ramos Cerro Negro Correa Pinto Curitibanos Frei Rogério Lages Lebon Regis Monte Carlo Otacílio Costa Painel Palmeira Ponte Alta Ponte Alta do Norte Rio Rufino Santa Cecília São Cristóvão do Sul São José do Cerrito Urubici Vargem Zortéa
	Rio Pelotas	Bom Jardim da Serra São Joaquim Urupema
RH-5 Planalto de Canoinhas	Rio Negro	Campo Alegre Mafra Rio Negrinho São Bento do Sul Três Barras
	Rio Canoinhas	Bela Vista do Toldo Canoinhas Itaiópolis Major Vieira Monte Castelo Papanduva
	Rio Iguaçu	Irineópolis Matos Costa Porto União Timbó Grande

(Continua)

(Continuação)

Região Hidrográfica	Bacia/Sub-Bacia Hidrográfica	Município
RH-6 Baixada Norte	Rio Cubatão	Garuva Itapoá Joinville São Francisco do Sul
	Rio Itapocu	Araquari Balneário Barra do Sul Barra Velha Corupá Guaramirim Jaraguá do Sul Massaranduba São João do Itaperiú Schroeder
RH-7 Vale do Itajaí	Rio Itajaí	Agrolândia Agronômica Alfredo Wagner Atalanta Aurora Apiuna Ascurra Balneário Camboriú Benedito Novo Blumenau Botuverá Braço do Trombudo Brusque Camboriú Chapadão do Lajeado Dona Emma Doutor Pedrinho Gaspar Guabiruba Ibirama Ilhota Imbuia Indaial Itajaí Ituporanga José Boiteux Laurentino Lontras Luiz Alves Mirim Doce Navegantes Penha Petrolândia Piçarras Pomerode

(Continua)

Anexo IV

(Continuação)

Região Hidrográfica	Bacia/Sub-Bacia Hidrográfica	Município
RH-7 Vale do Itajaí	Rio Itajaí	Pouso Redondo Presidente Getúlio Presidente Nereu Rio do Campo Rio do Oeste Rio dos Cedros Rio do Sul Rodeio Salete Santa Terezinha Taíó Timbó Trombudo Central Vidal Ramos Vitor Meirelles Witmarsum
RH-8 Litoral Centro	Rio Tijucas	Angelina Bombinhas Canelinha Governador Celso Ramos Itapema Leoberto Leal Major Gercino Nova Trento Porto Belo São João Batista Tijucas
	Rio Biguaçu	Antonio Carlos Biguaçu Florianópolis
	Rio Cubatão do Sul	Águas Mornas Palhoça Rancho Queimado Santo Amaro da Imperatriz São José São Pedro de Alcântara
	Rio da Madre	Garopaba Paulo Lopes
RH-9 Sul Catarinense	Rio D'Una	Imarui Imbituba
	Rio Tubarão	Anitápolis Armazém Braço do Norte Capivari de Baixo Grão Pará Gravatal Jaguaruna

(Continua)

(Continuação)

Região Hidrográfica	Bacia/Sub-Bacia Hidrográfica	Município
RH-9 Sul Catarinense	Rio Tubarão	Laguna Lauro Müller Orleans Pedras Grandes Rio Fortuna Sangão Santa Rosa de Lima São Bonifácio São Ludgero São Martinho Treze de Maio Tubarão
	Rio Urussanga	Cocal do Sul Içara Morro da Fumaça Urussanga
	Rio Araranguá	Araranguá Balneário Arroio do Silva Balneário Gaivota Criciúma Ermo Forquilha Jacinto Machado Maracajá Meleiro Morro Grande Nova Veneza Siderópolis Sombrio Timbé do Sul Treviso Turvo
	Rio Mampituba	Passos de Torres Praia Grande Santa Rosa do Sul São João do Sul

Fonte: IBGE.

Conceitos

Consumo aparente de fertilizantes - Quantidade de fertilizantes fornecida pela indústria, ainda que não tenha sido totalmente aplicada na lavoura, uma vez que parte deste volume pode encontrar-se estocada e desperdiçada.

Cooperativa - Sociedade ou empresa constituída por membros de determinado grupo econômico ou social, que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica.

Erva-mate cancheada - É a erva-mate que já passou pelo processo de sapeco e secagem e já foi triturada na cancha ou malhada; representa de 40% a 50% do peso da erva-mate em folha verde.

Microrregião geográfica (MRG) - Regionalização criada mediante a resolução PR n° 51, de 31/7/89, que aprova a divisão do Brasil em meso e microrregiões geográficas. Constituem áreas individualizadas, em cada estado, que apresentam formas de organização do espaço com identidade regional, definidas pelas seguintes dimensões: processo social como determinante, quadro natural como condicionante e rede de comunicação e de lugares como elementos de articulação espacial. O estado de Santa Catarina divide-se em 20 microrregiões e seis mesorregiões.

Pessoal ocupado - Pessoas que, em caráter permanente ou eventual, exercem ocupação remunerada ou não, diretamente ligadas a atividades desenvolvidas no estabelecimento.

População residente - Constituída pelas pessoas moradoras no domicílio.

População rural - População recenseada fora dos limites da área urbana, inclusive nos aglomerados rurais (povoados, arraiais, etc).

População urbana - Pessoas recenseadas nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, conforme delimitação das respectivas prefeituras municipais.

Precipitação pluviométrica - Processo pelo qual a água condensada na atmosfera atinge gravitacionalmente a superfície terrestre.

Preços médios ponderados - Média dos preços mensais recebidos pelo produtor, ponderados pelas quantidades mensais comercializadas ao longo do ano.

Produção - Resultado da atividade econômica desenvolvida pelo estabelecimento em dado período, medida em termos de quantidade.

Produção extrativa vegetal - Produção de produtos vegetais obtida de espécies florestais nativas.

Produto - Resultado de qualquer atividade específica.

Produto Interno Bruto (PIB) - Medida, em unidade monetária, do fluxo total de bens e serviços finais produzidos pelo sistema econômico, em determinado período. Corresponde, portanto, ao Valor Bruto da Produção menos o consumo intermediário.

Semente fiscalizada - Resultante da multiplicação da semente básica, produzida em campos específicos, de acordo com as normas estabelecidas pela entidade fiscalizadora e responsável pela qualificação do produto.

Setor terciário - Campo de ação que compreende basicamente o comércio de mercadorias, transporte, comunicações, prestação de serviços, atividades sociais e administração pública.

Situação de domicílio - Classificação da população segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal.

Temperatura - Aquecimento ou resfriamento do ar, governado pelo balanço da radiação solar na superfície terrestre.

Temperatura máxima - Valor máximo da temperatura que ocorre no período de um dia (24 horas).

Temperatura mínima - Valor mínimo da temperatura que ocorre no período de um dia (24 horas).

Umidade relativa do ar - Água na fase de vapor que existe na atmosfera.

Valor Bruto da Produção (VBP) - Produto resultante da multiplicação da quantidade produzida pelo preço médio ao produtor, independente de terem ou não as mercadorias chegado ao mercado formal.

Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Metodologia do censo agropecuário de 1980**. Rio de Janeiro, 1985. 247 p. (IBGE. Relatórios Metodológicos, 5).

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Metodologia das pesquisas agropecuárias anuais - 1981**. Rio de Janeiro, 1983. 230 p. (IBGE. Relatórios Metodológicos, 3).

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas e Inquéritos. **Pesquisas agropecuárias contínuas**. Rio de Janeiro, 1988. v. 1, n. 2, 360 p.

Lista de fontes

- Anuário Estatístico 2001-2006 [Anfavea]. São Paulo: Anfavea, 2006. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br>
- Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2000-2004. Brasília: BCB, 2000-2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>
- Anuário Estatístico do Setor de Fertilizantes - 2001 - 2005. São Paulo: Anda, 2001-2006. Disponível em: <http://www.anda.org.br>
- Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas - Abraf. Disponível em: <http://www.abraflor.org.br/>
- Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php>
- Associação Nacional dos Fabricantes de veículos automotores – Anfavea. Anuário da Indústria Automobilística Brasileira. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br>
- Associação Nacional para Difusão de Adubos - Anda. Anuário Estatístico do Setor de Fertilizantes. Disponível em: <http://www.anda.org.br>
- Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <Http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/>
- Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – Ceagesp. Disponível em: <http://www.ceagesp.gov.br/>
- Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. Preços Mínimos. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>
- Conab. Preços Mínimos. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>
- DE NEGRI, João Alberto. As empresas multinacionais e a reestruturação do complexo lácteo brasileiro nos anos 90. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. 1997, Natal. **Anais...** Natal, 1997. p.320 – 348.
- Fao. Base de Datos Estadísticos. Disponível em: <http://www.fao.org>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations - Fao. Base de Datos Estadísticos. Disponível em: <http://www.fao.org>
- GOMES, Sebastião Teixeira. Diagnóstico e perspectivas da produção de leite no Brasil. In: VILELA, et al. (ed.). **Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Brasil**. Brasília: MCT/CNPq/PADCT; Juiz de Fora: EMBRAPA – CNPGL, 1999. 211p. p. 19-70.
- IBGE. Banco de Dados Agregados – Sidra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
- Instituto Brasileiro de Floricultura – Ibraflor. Disponível em: <http://www.ibraflor.com.br>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Banco de Dados Agregados – Sidra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
- MDIC/Secex. Indicadores – Alice web. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/indicadores>
- Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - Sebrae. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/>
- United States Department of Agricultura - Usda. Disponível em: <www.usda.gov>
- Usda. www.usda.gov

Lista de Figuras - Parte I

Desempenho da economia mundial e brasileira e do comércio internacional, com ênfase nos produtos do agronegócio

1. Exportações, por unidade da Federação - 2007	34
2. Países compradores dos principais produtos de agronegócio catarinense - 2007	38
3. Países fornecedores dos principais produtos de agronegócio para Santa Catarina - 2007	39

Desempenho da produção vegetal

Alho

1. Comportamento da produção brasileira - Safras 2002/03-2006/07	41
2. Evolução da produtividade interna - Safras 2002/03-2006/07	42
3. Evolução da produção catarinense - Safras 2002/03-2006/07	44
4. Comportamento das importações brasileiras - 2003/07	44
5. Preços médios mensais recebidos pelos produtores - Santa Catarina - 2005-07	44

Arroz

1. Arroz irrigado - Preço médio recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2000-08	52
2. Arroz beneficiado - Preços médios de Santa Catarina - 2000-08	53

Banana

1. Os dez maiores rendimentos médios por estado - Safras 2000/01-2006/07	61
2. Banana-caturra e prata - Preços médios recebidos pelos produtores de Santa Catarina - 2000-08	63
3. Preços médios anuais - Santa Catarina - 2000-8	65
4. Volume exportado - Brasil - 2001-08	67
5. Quantidade - Principais países compradores - 2002-8	67
6. Valor - Principais países compradores - 2002-08	68

Batata

1. Desempenho da produção brasileira - Safras 2000/01- 2006/07	70
2. Evolução da produção - Santa Catarina - Safras 2002/03-2006/07	71
3. Preços médios recebidos pelos produtores - Santa Catarina - 2005-07	72

Cebola

1. Desempenho da produção catarinense - Safras 2002/03-2006/07	73
2. Evolução da área plantada - Santa Catarina - Safras 2002/03-2006/07	74
3. Preços médios mensais recebidos pelos produtores - Santa Catarina - Safra 2006/07	76
4. Desempenho da produção brasileira - Safras 2002/03-2006/07	76
5. Evolução da produtividade - Brasil - Safras 2002/03-2006/07	77

Feijão

1. Principais países produtores - 2007	80
2. Principais produtores na América do Sul - 2007	80
3. Feijão-carioca - Preço médio no atacado de São Paulo - 2006-08	87
4. Feijão-preto - Preço médio no atacado de São Paulo - 2006-08	87
5. Feijão-preto - Preço médio recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2006-08	89
6. Feijão-carioca - Preço médio recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2006-08	90

Parte III

Maçã

1. Preço médio no atacado da Ceagesp - 2004-08	102
2. Quantidade das exportações e importações - 2003-08	103
3. Saldo comercial brasileiro - 2000-08	103

Mandioca

1. Fécula in natura, colas e dextrina e outros amidos modificados - Valor exportado e preço médio - Brasil - 2002-08	110
2. Raiz e derivados - Preços médios anuais - Regiões Sul Catarinense e Alto Vale do Itajaí - 2002-08	111

Milho

1. Participação dos países do Mercosul - Safra 2006/07	116
2. Oferta e demanda - Santa Catarina - 2006-08	118
3. Preços no mercado internacional e catarinense - 2006-08	119

Soja

1. Participação dos países do Mercosul - 2007-08	122
2. Oferta e demanda em Santa Catarina - 2004-07	125

Flores e plantas ornamentais

1. Participação percentual por estado/região na produção nacional - 2007	147
2. Distribuição percentual de área cultivada por categoria de produção e técnica de plantio - Brasil - 2002	148
3. Principais produtos exportados - Brasil - 2007	149
4. Principais países importadores - Percentual do valor importado - 2007	149

Desempenho da produção animal

Carne bovina

1. Preço médio do boi gordo recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2004-08	165
2. Índice de preços do boi gordo, bezerro e carcaça bovina - Santa Catarina - Fev./2006 a Maio/2008	166

Carne de frangos

1. Preço médio do frango vivo - Santa Catarina - 2004-08	170
2. Evolução dos preços do frango vivo, do milho e do frango congelado - Santa Catarina - 2006-08	173

Carne suína

1. Preço médio do suíno vivo - Santa Catarina - 2004-08	180
2. Índice de preços do suíno vivo, carcaça suína e milho no atacado - Santa Catarina - Fev./06 a Maio/08	181

Leite

1. Produção mundial - 2000-08	182
2.	192
3. Preço médio recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2005-08	194

Mel

1. Preços médios recebidos - Santa Catarina - 2000-08	205
---	-----

Desempenho da pesca e aquicultura

1. Pesca e aquicultura - Exportação, importação e saldo da Balança Comercial - 2000-08	206
2. Peixes cultivados - Principais espécies de Santa Catarina - 2006	209
3. Piscicultura de águas mornas - Evolução da produção - Santa Catarina - 1993-006	209
4. Piscicultura de águas frias - Evolução da produção - Santa Catarina - 1993-006	210
5. Catfish - Evolução da produção - Santa Catarina - 2000-07	212
6. Mexilhões - Evolução da produção - Santa Catarina - 1990-007	214
7. Mexilhões - Principais municípios produtores - Santa Catarina - 2007	214
8. Ostras - Evolução da produção - Santa Catarina - 1991-007	215
9. Ostras - Principais municípios produtores - Santa Catarina - 2007	215

Desempenho do setor florestal

1. Participação dos principais estados nas exportações brasileiras de produtos florestais - 2007	222
2. Uso e cobertura do solo no Brasil - 2006	223
3. Participação das espécies nos plantios florestais - Brasil - 2007	223
4. Produção brasileira de madeira em toras para uso industrial - Silvicultura - 1997-006	225
5. Participação dos estados na produção de madeira plantada destinada a papel e celulose - 2006	225
6. Participação dos estados na produção de madeira plantada destinada ao processamento mecânico - 2006	226
7. Participação dos estados na produção extrativa de madeira em toras no Brasil - 2006	226
8. Brasil - Consumo de madeira em tora de florestas plantadas por segmento - 2007	227
9. Exportações brasileiras de madeira e suas obras - 1994-007	228
10. Exportações brasileiras de móveis de madeiras e suas partes - 1994-007	231
11. Exportações brasileiras de papel e celulose - 1994-007	231
12. Número de empresas do setor florestal, por segmento - Santa Catarina - 2005	233
13. Número de empregados do setor florestal, por segmento - Santa Catarina - 2005	233
14. Preços médios recebidos pelos produtores dos principais produtos florestais - Santa Catarina - 1995-008	237
15. Índice de evolução dos preços das principais matérias-primas florestais em Santa Catarina e do IGP-DI - maio/1998 a maio/2007	237
16. Participação das exportações de produtos florestais no total das exportações catarinenses - 1993-007	238

Lista de Tabelas - Parte I

Desempenho da economia mundial e brasileira e do comércio internacional, com ênfase nos produtos do agronegócio

1. Projeções do panorama econômico mundial - 2006-09	10
2. Índice de preços de commodities selecionadas - Jan./2000-Jun./2008	13
3. Preço e índice de commodities selecionadas - 2006-08	14
4. Preço ao produtor dos principais produtos que compõem a cesta básica nacional calculada pelo Dieese - Maio/2007-08	19
5. Brasil - Comparativo das safras 2006/08	21
6. Principais exportadores e importadores mundiais no comércio mundial de mercadorias - 2006	23
7. Participação dos produtos agrícolas no comércio mundial de mercadorias e de produtos primários, por região - 2006	25
8. Principais exportadores e importadores de produtos agrícolas - 1980-2006	26
9. Exportações - Santa Catarina e Brasil - 2003-08	27
10. Importações - Santa Catarina e Brasil - 2003-08	30
11. Balança comercial e do agronegócio brasileiro e catarinense - 2003-08	32
12. Exportações por unidade da Federação - 2003-07	34
13. Principais exportações catarinenses de produtos do agronegócio, segundo os países de destino - 2007	37
14. Principais importações catarinenses de produtos do agronegócio, segundo os países de origem - 2007	39

Desempenho da produção vegetal

Alho

1. Área plantada, produção e rendimento obtido nas principais microrregiões de Santa Catarina - Safra 2006/07	42
2. Área plantada, produção e rendimento obtido - Brasil - Safra 2006/07	43
3. Área plantada, produção e rendimento por estado - Safras 2004/05-2006/07	45

Arroz

1. Arroz beneficiado - Balanço de oferta e demanda mundial - Safras 2005/06-2008/09	47
2. Arroz beneficiado - Principais países produtores - Safras 2006/07-2008/09	47
3. Arroz beneficiado - Principais países exportadores - Safras 2006/07-2008/09	47
4. Arroz beneficiado - Principais países importadores - Safras 2006/07-2008/09	48
5. Arroz em casca - Área e produção nos principais estados brasileiros nas safras 2005/06-2007/08	49
6. Arroz em casca - Estados com maiores produtividades - Safras 2005/06-2007/08	49
7. Arroz em casca - Balanço de oferta e demanda - Brasil - Safras 1999/00-2007/08	49
8. Arroz irrigado - Área plantada e quantidade produzida - Santa Catarina - Safras 1999/00-2006/07	50
9. Arroz sequeiro - Área plantada e quantidade produzida - Santa Catarina - Safras 1999/00-2006/07	51
10. Arroz irrigado - Preços médios mensais recebidos pelos produtores de Santa Catarina - 2000-08	51
11. Arroz beneficiado-tipo 1 - Preços médios mensais de Santa Catarina - 2000-08	52

Banana

1. Área colhida e quantidade produzida nos principais países - Safras 2004/05-2006/07	57
2. Os maiores rendimentos mundiais, por país - Safras 1999/00-2004/05-2005/06	57
3. Comportamento das exportações mundiais - 2001-05	58
4. Comportamento das importações mundiais - 2001-05	58
5. Principais países importadores - Comparativo e evolução - 2004-05	59
6. Principais países exportadores - Comparativo e evolução - 2004-05	59
7. Consumo per capita das frutas mais consumidas no Brasil - 2001-05	60
8. Principais estados produtores - Área colhida - Safras 1999/00 e 2004/05-2007/08	60

9. Principais estados produtores – Quantidade produzida – Safras 1999/00 e 2004/05-2007/08	61
10. Banana-caturra - Preços médios mensais recebidos pelos produtores na Região Litoral Norte Catarinense - 2000-08	63
11. Banana-prata - Preços médios mensais recebidos pelos produtores na Região Sul Catarinense - 2000-08	64
12. Bananan- caturra - Preços médios mensais no atacado - Região Norte Catarinense - 2000-08	64
13. Banana-prata climatizada - Preços médios mensais no atacado - Região Nortel Catarinense - 2000-08	64
14. Quantidade produzida, principais microrregiões geográficas de Santa Catarina – Safras 2004/05-2006/07	66

Batata

1. Área plantada, produção e rendimento obtidos – Brasil – Safra 2006/07	70
2. Área plantada, produção e rendimento por estado – Safras 2004/05-2006/07	72

Cebola

1. Área plantada, produção e rendimento obtidos – Brasil – Safra 2006/07	77
2. Área plantada, produção e rendimento por estado - Safras 2004/05-2006/07	78

Feijão

1. Produção mundial - 2005-07	80
2. Produção na América do Sul - 2005-07	80
3. Produção brasileira, por região, estado produtor e por período – Safras 2006/07-2007/08	81
4. Área brasileira, por região, estado produtor e por período – Safras 2006/07-2007/08	82
5. Área, produção e rendimento por microrregião geográfica - Santa Catarina - Safras 2005/06-2007/08	83
6. Valor: principais países exportadores - 2003-05	84
7. Valor: principais países importadores - 2003-05	84
8. Comércio internacional - Brasil - 2006-08	84
9. Importação brasileira por país de origem - 2006-08	85
10. Balanço de oferta/demanda – Brasil - Safras 2005/06-2007/08	85
11. Feijão-carioca - Preço médio no atacado de São Paulo - 2006-08	86
12. Feijão-preto - Preço médio no atacado de São Paulo - 2006-08	86
13. Feijão-preto - Preço médio recebido pelo produtor - Santa Catarina - 2006-08	88
14. Feijão-carioca - Preço médio recebido - Santa Catarina - 2006-08	89

Fumo

1. Principais países produtores - 2005-07	94
2. Principais países exportadores - 2003-05	95
3. Principais países importadores - 2003-05	95
4. Comparativo das safras do Brasil - Safras 1998/99-2007/08	95
5. Número de fumicultores no Brasil - Safras 2003/04-2007/08	95
6. Comparativo de safras, segundo os estados e regiões do Brasil - Safras 2005/06- 2007/08	95
7. Comparativo das safras da Região Sul do Brasil - Safras 2004/05-2007/08	96
8. Comparativo das safras de Santa Catarina - Safras 1997/98-2006/07	96
9. Quantidade produzida e exportada pelo Brasil - 1999-008	96
10. Comparativo de safras, segundo as micro e mesorregiões - Santa Catarina - 2004/05-2006/07	96
11. Preço médio recebido pelos produtores da Região Sul do Brasil, segundo o tipo - Safras 1998/99-2007/08	97
12. Preço médio recebido pelos produtores da Região Sul do Brasil, segundo os estado selecionados - Safras 1998/99-2007/08	97
13. Exportações brasileiras e catarinenses - 1999-008	97

Parte III

Maçã

1. Área plantada e quantidade produzida - Total e principais países – Safras 2004/05-2006/07	99
2. Quantidade e valor das exportações mundiais e dos principais países – 2003-05	99
3. Quantidade e valor das importações mundiais e principais países – 2003-05	100
4. Área colhida e quantidade produzida – Brasil e principais estados – Safras 2004/05-2007/08	101

Mandioca

1. Raiz de mandioca - Área colhida, produção mundial e principais países produtores – Safras 2003/04-2005/06	106
2. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade e valor das exportações mundiais – 2003-05	106
3. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade exportada pelos principais países – 2003 a 2005	107
4. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade e valor das importações mundiais – 2003-05	107
5. Raiz e derivados da mandioca – Quantidade importada pelos principais países – 2003-05	108
6. Raiz de mandioca – Área colhida e quantidade produzida - Brasil e principais estados – Safras 2005/06-2007/08	109
7. Raiz e derivados - Variação % de preços ao produtor e indústria - Santa Catarina - 2002-08	112

Milho

1. Principais países do mercado - Safras - 2007/08-2008/09	115
2. Principais produtores mundiais - Safras - 2002/03-2008/09	115
3. Oferta/demanda mundial - Safras - 2005/06-2008/09	115
4. Oferta e demanda - USA - Safras - 2005/06-2008/09	115
5. Oferta/demanda - Argentina - Safras - 2005/06-2008/09	116
6. Principais estados produtores - Brasil - Safras - 2005/06-2007/08	117
7. Oferta e demanda - Brasil - Safras - 2001/02-2007/08	117
8. Área, produção e rendimento - Santa Catarina - Safras - 2002/03-2007/08	118
9. Oferta/demanda – Santa Catarina – 2005-08	119
10. Área plantada, quantidade produzida e rendimento por microrregião geográfica - Santa Catarina – 2005-07	120

Soja

1. Principais países do mercado - Safras - 2007/08-2008/09	121
2. Principais produtores mundiais - Safras - 2003/04-2008/09	121
3. Oferta/demanda mundial - Safras - 2005/06-2008-09	122
4. Oferta/demanda - Estados Unidos - Safras - 2005/06-2008/09	122
5. Principais estados produtores - Brasil – Safras - 2002/03-2007/08	123
6. Complexo soja – Brasil – Oferta/demanda – Safras - 2006/07-2007/08	123
7. Exportações brasileiras – 2003-08	124
8. Área, produção e rendimento - Santa Catarina – Safras - 2002/03-2007/08	124
9. Área, produção e rendimento por microrregião geográfica – Santa Catarina – Safras - 2004/05-2006/07	126

Tomate

1. Área colhida, produção e rendimento médio nos principais países produtores, no mundo e o comparativo das safras 2005/06-2006/07	128
2. Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio – América do Sul e principais países - Safras 2005/06-2006/07	129
3. Área colhida, produção e rendimento médio nos principais estados brasileiros - Safras - 2006/07-2007/08	130
4. Área colhida, produção e rendimento médio por região do Brasil - Safras - 2006/07-2007/08	131
5. Participação percentual da região, sobre a área colhida e produção - Brasil – Safra - 2007/08	131
6. Área colhida, produção e rendimento médio nas principais microrregiões geográficas - Santa Catarina - Safras 2005/06-2006/07	132
7. Área colhida, produção e rendimento médio nos principais municípios - Santa Catarina - Safras 2005/06-2006/07	133
8. Preços médios mensais recebidos pelos produtores e no atacado, preços médios anuais - Santa Catarina – 2004-08	133

Trigo

1. Produção mundial e dos principais países produtores - Safras - 2006/07-2008/09	134
2. Balanço mundial de oferta e demanda - Safras - 2006/07-2008/09	135
3. Trigo e seus derivados - Principais países exportadores - 2003-05	136
4. Trigo e seus derivados - Principais países importadores - 2003-2005	136
5. Comparativo das safras do Brasil - Safras - 1999/00-2008/09	137
6. Comparativo de safras, segundo os estados do Brasil - Safras - 2004/05-2006/07	137
7. Oferta e demanda brasileiras - Safras 2003/04-2008/09	138
8. Trigo em grão - Quantidade importada pelo Brasil - 1999-008	138
9. Farinha de trigo - Quantidade importada pelo Brasil - 1999-008	139
10. Comparativo das safras de Santa Catarina - Safras - 1999/00- 2008/09	140
11. Comparativo de safras, segundo as microrregiões de Santa Catarina - Safras - 2005/06-2007/08	140
12. Preços médios aos produtores de Santa Catarina - 2004-08	141
13. Preços médios mensais do trigo na Bolsa de Chicago (CBOT) - 2006-08	141
14. Preços mínimos de garantia - 2001-07	141

Flores e plantas ornamentais

1. Balança comercial brasileira dos produtos da floricultura – 2005-08	149
2. Evolução da floricultura catarinense 1997-2007	151
3. Indicadores variados, discriminados por segmento em Santa Catarina - 2004	152
4. Distribuição por segmento – Santa Catarina - 2004	152
5. Principais estados exportadores e valor das exportações - 2003-2007	152

Hortigranjeiros na Ceasa/SC

1. Origem e volume de produtos hortifrutigranjeiros monitorados pela Ceasa/SC em 2007	157
---	-----

Desempenho da produção animal

Carne bovina

1. Principais países do mercado - 2006-07	159
2. Brasil - Abates mensais de bovinos – 2004-07	160
3. Produção de carne - Brasil - 2002-08	160
4. Abate SIF por estado - 2002-07	161
5. Balanço de oferta e demanda – 2003-07	161
6. Participação do tipo de produto na exportação da carne – Brasil - 2005-07	161
7. Principais países importadores - Brasil - 2005-07	162
8. Efetivos de bovinos, segundo as mesorregiões e microrregiões de Santa Catarina – 1995-96-2006	163
9. Bovinos de corte - Abate total mensal - Santa Catarina – 2001-08	164
10. Exportação brasileira e catarinense - 2002-07	165
11. Oferta e demanda – Santa Catarina – 2002-07	165

Carne de frango

1. Principais países do mercado – 2006-07	167
2. Alojamento de pintos de corte - Brasil - 2004-07	168
3. Alojamento de matrizes de corte - Brasil - 2004-07	168
4. Produção mensal de carne – Brasil – 2004-07	169
5. Participação dos estados nos abates - Brasil - 2002-06	169
6. Oferta e demanda - Brasil - 2002-07	169
7. Exportações por estado – Brasil - 2002-07	169

Parte III

8. Abate total - Santa Catarina - 2001-07	170
9. Produção e exportação - Brasil e Santa Catarina - 2002-07	170
10. Oferta e demanda - Santa Catarina - 2002-07	171
11. Exportações por destino - Santa Catarina - 2004-07	171
12. Exportações - Volume e valor - Brasil e Santa Catarina - Volume e valor - 2004-07	172
13. Exportações por estado e tipo de produto - 2007	172

Carne suína

1. Principais países do mercado internacional - 2006-07	174
2. Alojamento de matrizes no Brasil por estado - 2002-08	175
3. Produção de suínos - Brasil - 2002-08	176
4. Produção por estado - Brasil - 2002-08	176
5. Produção, exportação e disponibilidade interna no Brasil - 2002-08	177
6. Evolução dos preços de exportação - Brasil - 2002-07	177
7. Evolução do plantel e da produção de Santa Catarina - 2002-08	177
8. Abates totais mensais - Santa Catarina - 2002-08	178
9. Produção e exportação - Brasil e Santa Catarina - 2002-07	178
10. Balanço de oferta e demanda - Santa Catarina - 2002-07	178
11. Participação de Santa Catarina no valor das exportações brasileiras - 2002-07	179
12. Destino das exportações - Santa Catarina - 2004-07	179
13. Evolução dos preços de exportação - Santa Catarina - 2002-07	180

Leite

1. Produção mundial e das regiões - 2006-07 e prognóstico para 2008	183
2. Produção mundial e dos principais países ou blocos econômicos produtores - 2007 e prognóstico para 2008	183
3. Importação e exportação mundial e das regiões - 2006-07 e prognóstico para 2008	183
4. Importações mundiais e dos principais países - 2007 e prognóstico para 2008	184
5. Exportações mundiais e dos principais países - 2007 e prognóstico para 2008	184
6. Leite de vaca - Produção brasileira, segundo os estados - 1985-2006	186
7. Produção brasileira, segundo os estados - 2003-06	187
8. Produção destinada à industrialização, segundo os estados - 2005-07	188
9. Quantidade recebida pela indústria, no primeiro trimestre, segundo os estados - 2006-08	188
10. Leite e derivados - Importações e exportações brasileiras - 1997-007	189
11. Leite e derivados - Importações brasileiras, segundo os principais países - 2005-07	189
12. Leite e derivados - Exportações brasileiras, segundo os principais países - 2000-07	190
13. Número de estabelecimentos agropecuários com leite, segundo as micro e mesorregiões - 1985-96 e 2006	191
14. Produção catarinense, segundo as meso e microrregiões geográficas - 1985 - 1995-96 - 2006	192
15. Principais municípios produtores de leite em Santa Catarina - 2006	193
16. Quantidade de leite recebido pela indústria em Santa Catarina - 2000-08	193
17.- Preços médios, em nível de produtor - Santa Catarina - 2003-08	195

Mel

1. Quantidade produzida no mundo e nos principais países - 2004-06	197
2. Quantidade e valor das exportações, total mundial e nos principais países - 2003-05	198
3. Quantidade e valor das importações, total mundial e nos principais países - 2003-05	199
4. Produção brasileira e dos principais estados produtores - 2002-06	200
5. Valor e quantidade das exportações brasileiras, por país de destino - 2005-08	201
6. Valor e quantidade das exportações, por estado - Brasil - 2005-08	202
7. Preços médios das exportações brasileiras - Média nacional e dos principais exportadores - 2004-08	202
8. Principal período de colheita, tipo de florada, número de colméia por apicultor e rendimento por colméia, por mesorregião - Santa Catarina - 2007	204
9. Quantidade produzida e participação percentual por microrregião geográfica - Santa Catarina - 2002-05	204

Desempenho da pesca e aqüicultura

Pesca e aqüicultura

1. Exportação catarinense – Janeiro de 2000 a agosto de 2008	208
--	-----

Desempenho do setor florestal

1. Área de florestas naturais e plantadas no mundo - 2005	217
2. Produção mundial de madeira em toras segundo os principais países - 2003-06	218
3. Produção mundial de madeira em toras para uso industrial segundo os principais países - 2003-06	218
4. Produção mundial de celulose segundo os principais países - 2003-06	219
5. Produção mundial de papel e cartões segundo os principais países – 2003-06	219
6. Valor das exportações mundiais de produtos florestais segundo os principais países – 2003-06	220
7. Valor das importações mundiais de produtos florestais segundo os principais países - 2003-06	220
8. Área plantada com pinus e eucalipto no Brasil - 2007	224
9. Valor financiado pelos programas Pronaf Florestal e Propflora - 2007	224
10. Produção das principais matérias-primas de origem florestal - Brasil - 2003-06	225
11. Consumo de madeiras em toras para uso industrial no Brasil por espécie, segundo os principais segmentos industriais – 2006-07	226
12. Produção e destino dos compensados – Brasil – 1998-007	228
13. Produção e destino da madeira serrada – Brasil – 1995-007	229
14. Produção e destino de produtos de maior valor agregado (pmva) – Brasil – 2002-07	229
15. Produção e destino dos painéis de madeira reconstituída – Brasil – 2001-07	230
16. Produção brasileira de papel e celulose– 2005-07	232
17. Produção dos principais produtos florestais – Santa Catarina – 2002-06	234
18. Preço médio de insumos e fatores de produção florestal - Santa Catarina - 2003-08	235
19. Preço médio dos principais produtos florestais - Santa Catarina - 2003-08	236
20. Exportação de produtos florestais - Santa Catarina - 2001-07	238

Crédito rural

1. Recursos do crédito rural comparativo - Comercialização, investimento e custeio (totais) alocados no estado de Santa Catarina - Safras 2006/07-2007/08	242
2. Alocação de recursos do Crédito Rural Pronaf - Santa Catarina - Safras 2006/07-2007/08	242

Parte III

Lista de tabelas - Parte II

Divisão política do território e informações climáticas

1. Área territorial, segundo os municípios - Santa Catarina - 2002	245
2. Média das temperaturas mínimas mensais, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina - 2007	249
3. Média das temperaturas máximas mensais, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina - 2007	249
4. Umidade relativa média mensal, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina - 2007	250
5. Precipitação média mensal, segundo as estações agrometeorológicas - Santa Catarina - 2007	250

Caracterização socioeconômica

6. População residente, segundo a situação de domicílios - Brasil e Santa Catarina - 2004-06	251
7. População residente total, urbana e rural, por grupo de idade - Santa Catarina - 2004-06	251
8. População residente total, rural e urbana, segundo os municípios - Santa Catarina - 2000	252
9. População recenseada total, rural e urbana, segundo os municípios - Santa Catarina - 2007	258
10. Pessoas ocupadas, por sexo e grupo de atividade - Santa Catarina - 2005-07	264
11. Pessoa ocupadas, por situação de domicílio, segundo os grupos de idade - Santa Catarina - 2004-07	264
12. Domicílios particulares permanentes e indicadores de bem-estar, segundo a situação de domicílio - Santa Catarina - 2005-07	265

Estrutura de produção e comercialização

13. Cooperativas, segundo o tipo de atividade - Santa Catarina - 2003-07	266
14. Cooperados, segundo o tipo de cooperativa - Santa Catarina - 2003-07	266
15. Recebimento de produtos agropecuários pelas cooperativas, segundo os principais produtos - Santa Catarina - 2003-07	267
16. Máquinas agrícolas vendidas, segundo o tipo - Santa Catarina - 2003-07	267
17. Consumo aparente de fertilizantes, segundo o tipo - Santa Catarina - 2003-07	268
18. Crédito rural concedido a produtores e cooperativas, segundo a finalidade - Santa Catarina - 2003-07	268

Informações econômicas da agropecuária

19. Estimativa do balanço de oferta e demanda - Santa Catarina - Safras 2006/07-2007/08	269
20. Exportações do agronegócio catarinense - 2003-08	270
21. Importações do agronegócio catarinense - 2003-08	271
22. Valor bruto da produção (VBP), por grupo de atividade econômica e consumo intermediário e valor adicionado bruto total da agropecuária, silvicultura e pesca - Santa Catarina - 2004-06	272
23. Valor bruto corrente da produção dos principais produtos da agropecuária catarinense - 2002-06	272

Preços agrícolas

24. Preços mínimos vigentes, na Região Centro-Sul - Safras - 2007/08-2008/09	274
25. Preços médios mensais dos produtos vegetais recebidos pelos produtores - Santa Catarina - 2006-08	275
26. Preços médios de insumos e fatores de produção - Santa Catarina - 2007-08	277

Agronegócio, 9-40, 270-271
Alho, 41-45
Aqüicultura, 208
Área territorial, 245-247
Arroz, 46-55
Associação de municípios, 297-300
Bacias hidrográficas, 301-307
Balanço de oferta e demanda, 269
Banana, 56-68
Batata, 69-72
Calendário agrícola, 158
Camarão, 215-216
Carne bovina, 159-166
Carne de frango, 167-173
Carne suína, 174-181
Cebola, 73-78
Cooperativas, 266
Crédito rural, 240-243, 268
Desempenho da economia, 9-40
Desempenho do setor florestal, 217-239
Divisão territorial, 293-307
Domicílios particulares, 265
Exportação, 270
Feijão, 79-90
Fertilizantes, 268
Flores e plantas ornamentais, 147-154
Fumo, 91-97
Hortigranjeiros, 155-157
Importação, 271
Leite, 182-196

Índice remissivo

Maçã, 98-104
Mandioca, 105-113
Máquinas agrícolas, 267
Maricultura, 212-213
Mel, 197-205
Mexilhão, 213-214
Microrregiões geográficas, 289-292
Milho, 114-120
Ostra, 214-215
Pesca e aqüicultura, 206-216
Pesca extrativa, 207-208
Pessoal ocupado, 264
Piscicultura de água doce, 208-212
População residente, 251-263
População rural, 251-263
População urbana, 251-263
Precipitação pluviométrica, 250
Preços mínimos, 274
Preços de insumos e fatores de produção, 277-288
Preços recebidos pelos produtores, 275-276
Produção florestal, 217-239
Soja, 121-126
Temperatura máxima, 249
Temperatura mínima, 249
Tomate, 127-133
Trigo, 134-141
Umidade relativa, 250
Uva, 142-146
Valor bruto da produção, 272-273
Vieira, 215